

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 79 TERÇA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2014

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22

Líder
Humberto Costa - Bloco (117,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,128)
Marcelo Crivella (36,120,127)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (117,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,128)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120,127)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,119)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,124)
Jayme Campos (28,106,110,122)
Alvaro Dias (73,123)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,123)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,119)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83,129)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 85ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 2 DE JUNHO DE 2014 7
1.1 – ABERTURA 7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO
Destinada a comemorar o centenário de nascimento de Ignácio Rangel e Rômulo Almeida, nos termos dos Requerimentos nºs 105 e 326/2014, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores. 7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral do Senado
1.2.2 – Interpretação da canção "Olha pro Céu", de Luiz Gonzaga
1.2.3 – Oradores
Senador Inácio Arruda 7
Senadora Lídice da Mata 11
Sr. Aristeu Almeida, irmão do homenageado, Sr. Rômulo Almeida 22
Sr. Luis Eduardo Rangel, sobrinho-neto do homenageado, Sr. Ignácio Rangel 24
Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente interino do Banco do Nordeste do Brasil 25
Srª Helena Maria Martins Lastres, representando o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 27
Sr. Marcos Otaviano Robalinho de Barros, representando o Ministro de Estado da Integração Nacional 28
Senador Cristovam Buarque 28
1.3 – ENCERRAMENTO 30
2 – ATA DA 86ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE JUNHO DE 2014 31
2.1 – ABERTURA 31
2.2 – EXPEDIENTE 31
2.2.1 – Comunicação da Presidência
Retificação do despacho aposto ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166/2010 32
2.2.2 – Expediente encaminhado à publicação
2.2.2.1 – Pareceres
Nºs 501 e 502/2014, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente, sobre o Ofício "S" nº 22/2012 32
Nºs 503 e 504/2014, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente, sobre o Ofício "S" nº 36/2013 51
2.2.2.2 – Arquivamento
Arquivamento dos Ofícios "S" nºs 22/2012 e 36/2013 74
2.2.2.3 – Projeto de Decreto Legislativo
Nº 117/2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *susta os efeitos do Decreto federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências"* 74
2.2.2.4 – Términos de prazo
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 136/2011 e 78/2013 78
Término de prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 231, 292, 315, 324, 338, 350, 356, 363, 373, 390, 398, 402, 404, 408, 420, 425, 434, 437, 440 e 459/2013 78
2.2.2.5 – Requerimentos
Nº 592/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 448 e 458/2013 79
Nº 593/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 458/2013 79

Nº 594/2014, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 448/2013 79
Nº 595/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 448/2013 80
2.2.2.6 – Aviso do Tribunal de Contas da União
Nº 9/2014-CN (nº 510/2014, na origem), encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2011. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria* 80
2.2.2.7 – Mensagem da Presidente da República
Nº 10/2014-CN (nº 134/2014, na origem), encaminhando o Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário referente ao primeiro quadrimestre de 2014. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria* 84
2.2.2.8 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde
Nº 378/2014, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 201/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin 112
2.2.2.9 – Comunicação
De diversas Lideranças na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de substituição de membros em diversas comissões (**Ofícios nºs 589, 590, 602 e 603/2014-PMDB/CD e 51/2014-PSDB/SF)**. *Designação do Deputado Manoel Junior, como titular, e do Deputado Alexandre Santos, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 643/2014. Designação dos Deputados Alceu Moreira e Sandro Mabel, como titulares, e dos Deputados Manoel Junior e Júnior Coimbra, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 646/2014. Designação do Deputado Lucio Vieira Lima, como titular, e dos Deputados Marcelo Castro e Manoel Junior, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 644/2014. Designação do Deputado Manoel Junior, como titular, e do Deputado Eduardo Cunha, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 645/2014. Designação dos Senadores Ruben Figueiró e Flexa Ribeiro, como titulares, e do Senador Cícero Lucena, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 646/2014.* 112
2.2.3 – Discursos do Expediente
SENADORA *ANA AMÉLIA* – Expectativa com a votação do Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados. 114
SENADOR *PAULO PAIM* – Reflexão sobre a queda na produtividade nas operações de trabalho no Brasil. 117
SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Registro da apresentação de PDS de autoria de S. Exª para sustar os efeitos de Decreto Presidencial supostamente contrário ao regime democrático. 120
SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Insatisfação com o retrocesso ocorrido no Estado de Roraima, nos últimos sete anos de gestão, em áreas como saúde, educação e segurança 126
SENADOR *ACIR GURGACZ* – Relato de reunião de S. Exª com o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade sobre estudo ambiental que viabilizará a reconstrução da BR-319. 127
2.2.4 – Leitura de requerimento
Nº 596/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2011. **Deferido** 129
2.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)
SENADOR *PEDRO SIMON* – Preocupação com a construção de complexo portuário no Uruguai com recursos financiados pelo BNDES. 129
2.2.6 – Comunicação da Presidência
Adoção, pela Srª Presidente da República, em 28 de maio de 2014, e publicação em 29 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 647/2014, que *dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria **(Ofícios nºs 11/2014-DEM/SF, 49/2014-PSDB/SF e 63/2014-Bloco Parlamentar União e Força/SF e 583/2014-PMDB/CD)** 133
2.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)
SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Considerações sobre a previsão de o Município de Coari-AM receber o primeiro curso de Medicina do Estado, como parte do Programa Mais Médicos; e outro assunto. 136
SENADORA *ANA RITA* – Defesa dos benefícios gerados a partir dos programas de transferência de renda do Governo Federal, em especial o Bolsa Família. 139
SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES*, como Líder – Defesa da concessão de asilo político pelo Brasil a Edward Snowden, ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. 144
2.3 – ORDEM DO DIA
2.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 147
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA
2.4.1 – Discursos
SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Indignação com as críticas feitas pela presidente da República, Dilma Rousseff, ao partido de S. Exª em visita ao Estado de Minas Gerais 151

SENADORA *LÍDICE DA MATA* – Pesar pelo falecimento da professora Irany Scofield; e outros assuntos. 152
2.4.2 – Comunicação da Presidência
Determinação da confecção de novos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 5/2014 (proveniente da Medida Provisória nº 632/2013), bem como do seu reenvio à sanção. 154
2.4.3 – Discursos
SENADOR *CASILDO MALDANER* – Propostas para a reforma política no Brasil. 154
SENADOR *HUMBERTO COSTA*, como Líder – Comparação entre as realizações dos governos do PSDB e do PT. 155
SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Destaque a artigos do Sr. Benjamin Steinbruch publicados no jornal Folha de S.Paulo nos dias 6 e 20 de maio. 157
2.4.4 – Mensagem da Presidente da República
Nº 130/2014, na origem, encaminhando as razões do Veto Parcial nº 8/2014, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 4/2014 (proveniente da Medida Provisória nº 628/2013). *Constituição da Comissão Mista destinada a emitir relatório sobre o referido Veto*. 163
2.4.5 – Discursos (continuação)
SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN,* como Líder – Defesa de debate com maior profundidade sobre o projeto que disciplina a jornada de trabalho dos motoristas; e outro assunto. 166
SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Relato das medidas adotadas no combate ao crack no Estado de São Paulo. 169
2.4.6 – Expediente encaminhado à publicação
2.4.6.1 – Requerimento
Nº 597/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Iracema Pinheiro da Costa. 183
2.4.7 – Discursos
SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Anúncio do início das obras do "PAC da Mobilidade" em Rio Branco; e outros assuntos. 183
SENADOR *PAULO PAIM* – Considerações sobre a "PEC do Trabalho Escravo". 203
SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Apoio à realização da Copa do Mundo no Brasil, destacando os investimentos e benefícios proporcionados pelo evento. 205
SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Destaque para os avanços materializados nos governos de Lula e Dilma nas áreas de infraestrutura e educação na Bahia. 208
2.4.8 – Mensagem da Presidente da República
Nº 138/2014-CN, na origem, encaminhando o Projeto de Lei nº 5/2014-CN, que *altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.* Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 213
2.4.9 – Comunicação da Presidência
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 220
2.5 – ENCERRAMENTO. 223
3 – ATAS
3.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL
Ata da 1ª Reunião da Comissão Temática da Liberdade de Expressão e Participação Social, realizada em 10 de fevereiro de 2014. 223
Ata da 2ª Reunião da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, realizada em 5 de maio de 2014 243
Ata da 4ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2014 248
4 – ATOS ADMINISTRATIVOS
4.1 – PORTARIAS DO PRESIDENTE
Nº 11/2014, de designação do servidor Ricardo Augusto da Silva para compor a Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos do Senado Federal 350
Nº 12/2013, de designação do servidor Juliano Sávio Barbosa Eirado para integrar o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde 350
5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 2.6.2014 350
6 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO
6.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
6.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de maio de 2014 (Suplemento "A")
6.1.2 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal (Suplemento "B")
6.1.3 – Atas de Comissões Temporárias (Suplemento "C")
6.1.4 – Atas da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Suplemento "D")

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
Por Unidade da Federação 351
Bancadas dos Partidos 352
Por ordem alfabética 353
8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 354
9 – LIDERANÇAS 355
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 360
11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 364
12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 373
CAS – Comissão de Assuntos Sociais 382
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 385
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 392
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 398
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 409
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 417
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 426
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 435
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 442
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 446
CSF – Comissão Senado do Futuro 449
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 450
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 451
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 452
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 453
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 453
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 454
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 456
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 458
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 460
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 462
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 464
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 466

CONGRESSO NACIONAL

14 – COMISSÕES MISTAS
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 468
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 473
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 477
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 478
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 479
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 480
Comissões Mistas Especiais 481
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 2/2014-CN 485
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 3/2014-CN 487
15 – CONSELHOS E ÓRGÃO
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 488
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 489
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 493

Ata da 85ª Sessão, Especial, em 2 de junho de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Inácio Arruda e da Srª Lídice da Mata

(Inicia-se a sessão às11 horas e 19 minutos e encerra-se às 13 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar o centenário de nascimento de Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida, nos termos dos **Requerimentos nºs 105 e 326, de 2014**, dos Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata e outros Senadores que subscreveram conosco.

Convido a Senadora Lídice da Mata para dirigir os trabalhos desta sessão de homenagem especial a dois grandes pensadores do desenvolvimento do Brasil.

Convido para compor a Mesa o Superintendente da Sudene, Marcos Otaviano Robalinho de Barros, aqui também representando nosso Ministro da Integração, Francisco Teixeira, nosso convidado. *(Palmas.)*

Convido o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Nelson Antônio de Souza. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Luís Eduardo Rangel, sobrinho-neto de Ignácio Rangel, representando a família de Ignácio Rangel. *(Palmas.)*

Convido a Srª Helena Maria Martins Lastres, representando o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). *(Palmas.)*

Convido o Sr. Aristeu Almeida, irmão de Rômulo Almeida. *(Palmas.)*

Por onde vier, dá certo.

Convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional, que será cantado pelo Coral do Senado, sob a regência da Maestrina Glicínia Mendes, acompanhada pela pianista Duly Mittelstedt.

Na sequência, ouviremos a música "Olha pro céu, meu amor", cantada e conhecida pela voz extraordinária de Luiz Gonzaga.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Apresentação do Coral.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Quero agradecer ao nosso Coral e a todos os seus componentes pela homenagem que prestam a esses dois magníficos senhores da história brasileira: Inácio Rangel e Rômulo de Almeida.

Muito obrigado.

Registro, entre nós, a presença do Conselheiro da Embaixada da República da Guiné, Sr. Abou Sylla. *(Palmas.)*

O sobrinho de nosso querido homenageado, Rômulo de Almeida, Flávio Almeida, aqui entre nós. *(Palmas.)*

O representante do Conselho Federal de Economia, Assessor Especial da Presidência, Sr. Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo. *(Palmas.)*

O representante do Conselho Regional de Economia do DF, Conselheiro José Luiz Pagnussat. *(Palmas.)*

Convido a querida aluna de Rômulo de Almeida para presidir os trabalhos enquanto faço meu pronunciamento: nossa querida Lídice da Mata.

O Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, há pouco, encontramos uma senhora que foi muito amiga do Ignácio Rangel, que disse: "Tive a honra de ser amiga do Ignácio Rangel", e a Senadora Lídice, Presidente dos trabalhos desta sessão de homenagem, foi aluna do Rômulo Almeida. Então, a nossa Mesa está muito bem presidida por uma aluna desse extraordinário homem público brasileiro, Rômulo Almeida.

Quero cumprimentar a nossa Presidente; o nosso Presidente do Banco do Nordeste; o sobrinho do Ignácio Rangel, Luís Eduardo Rangel; o Sr. Aristeu Almeida, irmão de Rômulo Almeida, também uma figura ex-

traordinária, que já conheço há algum tempo, dos seus debates e seminários de que tive a oportunidade de participar – inclusive da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, em que o senhor estava presente, fez uso da palavra e fez uma brilhante exposição –; a nossa Helena Maria Martins Lastres, representando aqui o Presidente do Banco de Desenvolvimento Nacional; o nosso amigo Marcos Otaviano Robalinho de Barros, que dirige a Sudene, uma das instituições que esses homens tiveram o zelo e o cuidado de organizar no nosso País; e o nosso Presidente do Banco do Nordeste, Nelson Antônio de Souza.

Esta iniciativa nossa, digamos, do Senado Federal, está vinculada a essa ideia que temos trabalhado e, posso dizer, em comunhão com a nossa Senadora Lídice da Mata, à ideia do desenvolvimento do nosso País, desenvolvimento do Brasil, os caminhos nossos, os caminhos brasileiros.

A construção de uma nação é um processo histórico de longo prazo, que compromete gerações e exige a participação de todos, de cada de um dos homens e mulheres que a compõem. Nessa grande obra eminentemente coletiva, algumas personalidades se destacam pela importância de sua participação, pela originalidade de suas ideias, pela firmeza e perseverança com que se entregam à sua missão.

Estamos reunidos, portanto, para homenagear o centenário de nascimento de duas dessas personalidades singulares, cujas ideias e cuja atuação deixaram marcas profundas e duradouras na história recente do Brasil. Não é algo simples e fácil. Normalmente, as pessoas olham para nós e ficam achando meio estranho. Dizem: "Puxa vida, o Inácio e a Lídice desabaram dos seus Estados, o Ceará e a Bahia, para fazer uma homenagem a Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida?! Eles não deviam estar catando votos no seu Estado, cada um?"

Claro, claro que sim! Mas não é possível buscar os votos, não é possível discutir com os eleitores, com os estudantes das universidades, com os operários, com os comerciários, com os bancários sem lhes dizer o caminho do Brasil. E nós pensamos o caminho do Brasil a partir destas figuras singulares, que tiveram a coragem de dedicar o seu tempo e a sua vida a buscar caminhos para o nosso desenvolvimento.

Por isso, estamos aqui, para poder melhor tratar do projeto de desenvolvimento do Brasil, porque estes homens, que batalharam, lutaram, há 50, 60, 70 anos, dedicaram o seu tempo a pensar o Brasil, enquanto alguns buscavam os votos.

Então, agora, nós estamos aqui a ajudar o Brasil, também, a refletir sobre o pensamento desses dois homens, que estão, digamos assim, na Ordem do Dia. É o pensamento deles que está em voga, agora, na batalha política e eleitoral do nosso País. Alguns até olham e pensam que não, mas é.

Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida nasceram em 1914, quando o século XX acabara de se iniciar, e faleceram quando o século, também, se encaminhava para o seu final – Rômulo, em 1988; Ignácio, em 1994.

Foram, portanto, testemunhas integrais e ativos participantes de um dos períodos mais importantes da nossa história, quando o Brasil se constituiu, efetivamente, como um país unificado, deixando de ser o arquipélago de regiões a que se referem os estudiosos da nossa formação econômica e social.

Como descrito pelos historiadores, nos quatro primeiros séculos de nossa história, cada região brasileira se conectava muito mais estreitamente com as economias externas, para as quais exportavam seus produtos, do que com as demais regiões e com a economia nacional como um todo.

A efetiva unificação no Brasil se dá com o início da industrialização do País e com a consequente criação de um verdadeiro mercado interno, que incorpora as diversas regiões num sistema integrado.

É então que aflora, com toda a sua dramaticidade, a chamada "questão regional" brasileira, marcada por toda a sorte de desigualdades e desequilíbrios, que constituem, ainda hoje, os maiores entraves para o ingresso do País em um novo patamar de desenvolvimento mais justo e efetivamente sustentável.

Dedicando-se primeiramente ao estudo do Direito – foram ambos advogados de formação – Ignácio Rangel e Rômulo Almeida tornaram-se, por força de suas trajetórias pessoais, dois dos mais importantes estudiosos da economia e do planejamento nacionais, e a questão da superação das desigualdades regionais é uma das marcas fundamentais do seu pensamento e da sua atuação como homens públicos. Não por acaso, trata-se de dois filhos ilustres dessa região, a Região Nordeste, do nosso País, que conjuga uma das maiores riquezas humanas e culturais com uma das mais injustas estruturas sociais do País – esse nosso Nordeste velho de guerra.

Rômulo Barreto de Almeida, baiano de Salvador, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1933, mas, desde o início de sua vida profissional, optou por dedicar-se à área de planejamento e desenvolvimento econômico. Após dirigir o Departamento de Geografia e Estatística do Acre, em 1941, atuou como professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, entre 1942 e 1943. Em 1946, teve importante atuação como assessor da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte. Entre 1948 e 1949, participou da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, a chamada Missão Abbink. No início dos anos 50, filiou-se ao PTB de Getúlio Vargas e passou a atuar como economista da Confederação Nacional da Indústria. Foi quando conheceu Ignácio Rangel.

Ignácio de Mourão Rangel, maranhense de Mirador, filho e neto de juristas, também escolheu o Direito como sua primeira opção profissional, mas logo teve sua atenção desviada para os estudos da economia, esfera em que compreendeu que se escondiam as causas profundas das graves injustiças que permeavam a sociedade brasileira, e na qual essas precisavam ser estudadas e enfrentadas.

Aos 16 anos, participou, de armas na mão, da Revolução de 30. Filiando-se à juventude do Partido Comunista e entusiasta da Aliança Nacional Libertadora, chegou a liderar um grupo de camponeses maranhenses prontos para apoiar o levante armado da ANL em 1935. Com a derrota do levante, enfrentou dois anos de prisão em regime fechado e, posteriormente, oito anos de prisão domiciliar em São Luís.

Em 1946, chega ao Rio de Janeiro, onde a divulgação de suas primeiras análises e artigos desperta a atenção dos estudiosos de então, dentre eles, Rômulo Almeida, que o convida para trabalhar com ele na assessoria econômica da Confederação Nacional da Indústria.

Em 1951, o Presidente Getúlio Vargas convida Rômulo Almeida para integrar o seu Gabinete Civil, com a missão de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República, que deveria reunir os maiores pensadores na área de planejamento econômico, para orientar as ações de intervenção do Estado com o objetivo de destravar o processo de desenvolvimento do País. Por indicação de Rômulo Almeida, Ignácio Rangel integrará essa Assessoria Econômica. Os dois, juntamente com o sociólogo e economista Jesus Soares Pereira, darão início então a uma intensa colaboração, que resultará, entre outras coisas, na criação da Petrobras, da Eletrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Banco do Nordeste do Brasil e, muito importante, criou-se também o CNPq, o órgão ligado à ciência e tecnologia para o desenvolvimento de nosso País.

Como vemos, o foco básico da atuação da Assessoria Econômica era a necessidade de estimular, por meio de forte intervenção estatal, o desenvolvimento da infraestrutura de que o País carecia para prosseguir o seu crescimento, sem descurar da necessidade de enfrentar as desigualdades regionais, que representavam um motivo de permanente desequilíbrio nesse processo. O grupo defendia também outras posições que ainda hoje causam arrepios aos economistas ditos liberais, como, por exemplo, a necessidade de combater a inflação pela via do aumento da oferta, e não da redução da demanda. Não preciso dizer que suas ideias e ações foram violentamente combatidas, à época, pelas forças políticas, econômicas e intelectuais comprometidas com a defesa dos interesses do grande capital, principalmente estrangeiro, em detrimento do desenvolvimento nacional. Afinal, foram essas forças que levaram o Presidente Getúlio Vargas ao suicídio em 1954.

Após o Governo Vargas, os membros da Assessoria Econômica tomaram caminhos individuais distintos, mas continuaram defendendo objetivos comuns, e trabalhando para que se realizassem, cada um de acordo com as suas circunstâncias.

Rômulo Almeida exerceu inúmeras funções relevantes ao longo dos anos, principalmente em seu Estado natal. Deputado Federal eleito pela Bahia em 1954, pelo PTB, assumiu no mesmo ano a Secretaria da Fazenda baiana. Nesse período, criou a primeira Comissão de Planejamento do Estado e o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia, entre outras iniciativas igualmente importantes. Posteriormente, representou a Bahia no conselho da Sudene e participou da criação da Coelba (Companhia de Energia Elétrica da Bahia). Teve atuação destacada na instalação do Polo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu, na Bahia. No Governo Sarney, foi nomeado Diretor de Planejamento da área industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além da sua vocação política e administrativa, Rômulo dedicou-se com igual empenho à tarefa de disseminar o vasto conhecimento que adquiriu, atuando como professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, do Curso de Planejamento do DASP e da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

Jamais abandonou a militância política. Com a extinção do PTB, filiou-se, após a ditadura militar, ao MDB e, posteriormente, ao PMDB, Partido ao qual permaneceu filiado até a sua morte, em 1988.

Ignácio Rangel, por seu turno, dá continuidade ao seu intenso trabalho teórico, sem jamais abdicar de uma participação ativa no debate intelectual e na atuação direta na administração das políticas públicas, sempre que solicitado.

Ingressando nos quadros do BNDE em 1955, ocuparia o cargo de chefe do Departamento Econômico da Instituição. Convidado pelo Presidente Juscelino, assumiria a coordenação do Plano de Metas do Governo, do qual nasceria, entre outras coisas, a Sudene, cuja importância para a discussão e superação das desigualdades regionais não pode ser subestimada.

Teve ainda participação destacada no âmbito do Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros –, que ajudou a formar, na segunda metade da década de 1950, ao lado dos maiores intelectuais progressistas da época, como Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, Antônio Cândido, Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe e Álvaro Vieira Pinto, entre muitos outros. No Iseb, Rangel ocupou a cátedra de economia.

Vítima de um violento enfarte em 1965, Rangel receberia dos médicos um diagnóstico de breve sobrevida, que felizmente não se cumpriu. Em 1968, retorna ao BNDE, aposentando-se em 1976.

Mesmo aposentado, Rangel continuaria participando do debate nacional, seja por meio de ensaios, artigos e livros, ou de missões de assessoria especializada, além de nunca ter abandonado o seu trabalho docente, inspirando gerações de novos pensadores ao longo das décadas. Trabalhou incansavelmente, em favor do Brasil, até o seu falecimento, em 1994.

Foi, sem dúvida, um dos maiores economistas brasileiros. Sua obra teórica nessa área, na opinião dos especialistas, só encontra paralelo, no Brasil –tanto em originalidade e amplitude de visão, quanto na capacidade de responder aos grandes desafios da construção da nacionalidade – na obra de Celso Furtado.

Foi ainda em 1953, concomitantemente com a sua atuação na Assessoria Econômica de Vargas, que Ignácio Rangel escreveu aquele que ele mesmo consideraria sempre como o seu livro mais importante, que contém a sua maior contribuição para o pensamento econômico nacional: *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*, que só seria publicado em 1957, desencadeando então um grande debate entre os estudiosos do nosso processo histórico, debate este que continua fecundando o pensamento brasileiro até os dias atuais.

A tese fundamental de Rangel é a de que não se pode entender a economia brasileira, tanto em sua evolução histórica como em sua configuração atual, sem reconhecer o seu caráter fundamentalmente dualista, formado por dois polos – um externo e o outro interno –, que estabelecem entre si uma relação dialética e conflituosa, que está na base tanto das nossas crises cíclicas – econômicas e políticas – quanto das nossas fases de aceleração do crescimento, igualmente cíclicas. Essa, segundo o próprio Rangel, foi a "intuição básica" que marcou o seu pensamento econômico para sempre, inspirando todos os seus estudos posteriores, que abarcaram praticamente todos os aspectos relevantes do desenvolvimento nacional – da questão agrária à urbanização acelerada, da teoria do planejamento ao equacionamento da inflação, do comércio exterior ao enfrentamento dos desequilíbrios internos.

É importante ressaltar que Rangel não considerava a dualidade como uma maldição eterna a que a sociedade brasileira estaria condenada, mas como uma condição transitória, derivada do nosso processo de criação colonial e passível de ser superada. Era sua firme crença que, ao fim de um processo histórico necessariamente longo e tortuoso, a Nação brasileira terminará por superar as suas contradições e conflitos internos, eliminando, assim, a dualidade básica de sua formação e tornando-se um dos centros dinâmicos da economia mundial, capaz de executar um projeto próprio de desenvolvimento, não apenas econômico, mas civilizatório, baseado nos ideais – que ele nunca abandonou – de igualdade, solidariedade e justiça.

As ideias plantadas por homens como Ignácio Rangel e Rômulo Almeida – tanto as ideias desenvolvidas em livros e teses, como aquelas que se consubstanciaram em instituições sólidas com atuação relevante na vida nacional – constituem uma das maiores fontes de inspiração de que hoje dispomos para dar continuidade à construção desse generoso projeto. Essas ideias e instituições sobreviveram à tragédia da ditadura e ao desastre dos governos neoliberais e permanecem vivas como uma das grandes heranças do povo brasileiro. São ferramentas essenciais nas lutas por efetiva libertação do nosso País, exercendo, portanto, um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, com igualdade, com distribuição de renda, de riqueza, baseada nesses instrumentos.

Não é à toa que a nossa Mesa está composta por uma dirigente do BNDES, pelo dirigente da Sudene e pelo presidente do Banco do Nordeste do Brasil. Essas instituições, que tiveram, na sua matriz de nascimento, as figuras de Rômulo Almeida e Ignácio Rangel, sustentam o desenvolvimento do nosso País. São essas instituições que alavancam a Petrobras, que alavancam o setor elétrico, que alavancam o comércio exterior!

Foram esses bancos, foi essa base de sustentação que, em face da crise fantástica da quebradeira do Lehman Brothers e companhia – a maior crise do período recente da história, já no século XXI, –, permitiram que o nosso País pudesse tratar a crise como uma marolinha. Sem essas instituições, nós não teríamos sustentado a nossa Nação e um projeto que podemos dizer que são as veredas da retomada do desenvolvimento nacional.

Por isso, aos familiares de Rômulo de Almeida, Aristeu, e do Ignácio Rangel, Luís Eduardo, os nossos cumprimentos e a nossa homenagem a esses dois grandes pensadores do Brasil, pensadores do nosso desenvolvimento, que compreenderam a necessidade de o País ter um projeto de desenvolvimento nacional.

Meus parabéns! Um abraço a todos. (*Palmas*.)

A Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com muita satisfação e alegria, nós convidamos a nossa querida Senadora Lídice da Mata para fazer o seu pronunciamento em homenagem a Rômulo de Almeida e Ignácio Rangel.

V. Exª tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos, amigos e amigas aqui presentes.

Quero saudar esta Mesa na figura do Exmo Sr. Senador Inácio Arruda, que tomou comigo a iniciativa de propor ao Senado Federal a realização desta sessão na data de hoje, que expressa, nós dois expressamos, sem dúvida alguma, a vontade de todos os Senadores desta Casa.

Saúdo o presidente interino do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Nelson Antônio de Souza; o sobrinho-neto do homenageado Ignácio Rangel, Sr. Luís Eduardo Rangel; o irmão – este, sim, contemporâneo meu na Escola de Economia –, Prof. Aristeu Almeida, de Economia Agrária.

Cumprimento o representante do Ministro de Estado, Interino, da Integração Nacional, Exmo Sr. Francisco Teixeira, superintendente interino da Sudene, Sr. Marcos Otaviano Robalinho de Barros; a representante do presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, assessora do Presidente, Srª Helena Maria Martins Lastres.

Saúdo as caríssimas senhoras e senhores e também as demais autoridades aqui presentes, o Conselheiro da Embaixada da República da Guiné; o sobrinho de Rômulo, Sr. Flávio Almeida; o representante do Conselho Federal de Economia, Sr. Mario Sérgio Fernandez Saüorenzo; o representante do Conselho Regional de Economia do DF, o Conselheiro Sr. José Luiz Pagnussat.

Eu quero começar, Inácio, esclarecendo uma coisa: eu fui aluna política de Rômulo, não sua aluna em Economia; eu não alcancei o Prof. Rômulo Almeida na Escola de Economia. E tive uma convivência com Rômulo justamente política, inclusive pude ser testemunha de fato muito interessante: em meados dos anos 80, Rômulo teve um encontro com João Amazonas, que voltava a assumir posições públicas, como dirigente do Partido Comunista do Brasil, enquanto Rômulo era dirigente do PMDB da Bahia. Então, tivemos uma convivência muito rica na organização da oposição baiana. E eu vou reservar um pedacinho da minha palavra para isso depois.

Tanto eu quanto o Inácio provocamos o Senado Federal para que pudéssemos hoje, aqui, realizar esta justa homenagem a dois dos mais importantes economistas brasileiros do século XX: o maranhense Ignácio Rangel e o baiano Rômulo Almeida.

Este ano de 2014, em que celebramos o centenário de nascimento de ambos, é um momento mais do que oportuno para que possamos resgatar a memória, a atividade acadêmica e a atuação profissional de ambos.

Primeiramente, quero abordar dois elementos a respeito de Ignácio Rangel: o seu papel na construção do pensamento econômico brasileiro e a sua participação como membro da Comissão de Planejamento Econômico do Governo Vargas.

Ao homenagear Ignácio Rangel, celebramos a memória de um dos principais pensadores econômicos brasileiros do século XX, que contribuiu, como poucos, para a compreensão e o desenvolvimento deste País.

Maranhense de Mirador, Rangel era filho, neto e bisneto de juízes. Ainda adolescente, participou da Revolução de 1930 e, em 1935, da tentativa de tomada de poder pela Aliança Nacional Libertadora. Tornou-se militante do Partido Comunista em 1936, afastando-se dele 12 anos depois. Formou-se em Direito em São Luís do Maranhão e provavelmente seguiria a tradição familiar da magistratura, não fosse seu interesse pela economia.

Em 1945, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou meio período como tradutor para financiar seus estudos autodidatas em economia. Em 1947 despontou na carreira de economista, com a venda de cinco artigos para a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sua produção intelectual é uma das mais originais dentro da teoria econômica brasileira. Talvez em virtude de seu autodidatismo, Ignácio Rangel não acompanhava cegamente as correntes do pensamento econômico de sua época, tampouco encarava as teorias econômicas como dogmas a serem aplicados sem reflexão. Utilizava-se das teorias de Marx, Keynes e Schumpeter para explicar o desenvolvimento econômico brasileiro, mas sempre de forma adaptada à nossa realidade.

Foram muitas as contribuições de Rangel ao pensamento econômico nacional. Uma das mais importantes é, sem sombra de dúvida, a teoria da dualidade básica brasileira, por meio da qual ele busca explicar o desenvolvimento econômico de nosso País nos séculos XIX e XX.

De acordo com a teoria de Ignácio Rangel – mostrada aqui numa forma bastante resumida e simplificada, quero acrescentar –, "a atividade econômica brasileira era marcada por uma dualidade básica, pois estaria dividida entre dois modos de produção: um dominante, que chamaremos de polo principal, e outro emergente, que chamaremos de polo secundário. Ambos os polos estariam defasados em relação aos modos de produção das principais economias do mundo".

Segundo Ignácio Rangel, o desenvolvimento econômico do Brasil decorre de um ciclo em que o polo principal é substituído gradualmente pelo polo secundário, até que este último se torne o novo polo principal. Surge, então, um novo polo secundário, influenciado pelos modos de produção mais avançados das principais economias do mundo, e o ciclo se reinicia. Por meio dessa dinâmica, nossa economia passou do escravismo até o capitalismo industrial.

A inovação apresentada por Rangel consistiu em demonstrar que o desenvolvimento brasileiro não ocorreu apenas em função das forças econômicas internas do País, mas também da influência econômica externa.

Ignácio Rangel também formulou trabalhos qualificados no que se refere à questão agrária, à industrialização e à inflação. No que diz respeito à inflação, interpretou que ela serviria como escudo da economia durante períodos recessivos em mercados oligopolistas. Sua teoria inflacionária antecipou a estagflação, inflação elevada, em conjunto com desemprego e ausência de crescimento econômico, ocorrida a partir de fins década de 1970. Em 1978, previu a necessidade de privatização dos serviços públicos, ao perceber que o Estado não possuía condições para realizar os investimentos necessários ao desenvolvimento do Brasil. A privatização só seria iniciada mais de uma década depois, nos anos 90.

Embora fosse um teórico ímpar, Ignácio Rangel era também um homem de ação. Não queria apenas explicar o desenvolvimento econômico do Brasil; queria colocar esse desenvolvimento em marcha. Foi por essa razão que aceitou participar da assessoria econômica do segundo Governo Vargas, na década de 1950, a convite de nosso outro homenageado, o economista baiano Rômulo Almeida.

O governo de Getúlio Vargas tinha por objetivo viabilizar a industrialização do País, de modo a criar um capitalismo de base nacional. Cabia à Assessoria Econômica a atuação em projetos vinculados ao desenvolvimento energético. Ignácio Rangel, como integrante do núcleo dessa Assessoria, participou da elaboração dos projetos para criação da Petrobras e da Eletrobras. Além disso, ajudou a formular o Plano Nacional de Eletrificação e o Plano Nacional do Carvão. Também elaborou trabalho sobre o aproveitamento energético do babaçu.

Senhoras e senhores, Ignácio Rangel atuou em outras frentes, durante seu período na Assessoria Econômica. Ele defendia que o problema da inflação deveria ser resolvido pelo lado da oferta de produtos, e não da restrição da demanda, como já destacado pelo Senador seu xará, Inácio Arruda, como preceituavam políticas econômicas de inspiração estrangeira. Ele entendia que eram necessários estudos específicos sobre a realidade brasileira, para que se pudesse desenvolver uma atuação econômica adequada em nosso País. E realizou esses estudos a fundo.

Permaneceu no Governo Vargas até o fim. Seu compromisso com o desenvolvimento nacional era tão grande que ele contribuiu para o plano de metas elaborado no governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Trabalhou ainda no BNDE, onde chegou a exercer a função de chefe do Departamento Econômico.

Em 1964, foi convidado para ocupar o Ministério da Fazenda pelo Presidente João Goulart, mas não aceitou. Foi articulista em jornais como *Última Hora*, no Rio de Janeiro, e *Folha de S.Paulo*. Faleceu em 1994, deixando uma vasta obra e podemos afirmar que Ignácio Rangel era, provavelmente, o mais original analista do desenvolvimento econômico brasileiro e que construiu, a partir de sua obra, um pensamento profundamente engajado com o desenvolvimento econômico nacional.

Juntamente com Ignácio, o baiano Rômulo Almeida ocupou lugar de destaque em termos de pensamento econômico brasileiro no século XX e, em especial, no que diz respeito às ideias concernentes aos temas do planejamento e do desenvolvimento regional.

Rômulo foi daqueles intelectuais forjados na primeira metade do século XX preocupados em compreender o Brasil, interpretá-lo e transformá-lo de modo a resgatar nosso povo das mazelas e misérias seculares.

Ainda adolescente, estudante do ginásio, deixou de usar o "de" em seu nome. Num depoimento ao projeto História Oral, da Fundação Getúlio Vargas, quando foi chamado de Rômulo de Almeida, ele corrigiu o entrevistador, esclarecendo: "Meu nome era Rômulo Barreto de Almeida, mas, no primeiro ano do ginásio, o professor disse que este negócio de 'de' era coisa de aristocracia. Então, como eu era democrata e já revoltoso, tirei este 'de' do meu nome."

Além de democrata, Rômulo foi não somente um teórico brilhante, mas também um homem de participação e ação nas lutas ideológicas e políticas de seu tempo, bem como fiel ao seu compromisso de construção de uma nação progressista e justa, capaz de propiciar a seu povo as melhores condições para o seu desenvolvimento social, humano e cultural.

Rômulo, desde muito jovem, já se caracterizava como nacionalista. Dr. Rômulo, como sempre o chamávamos na Bahia, propugnava que o desenvolvimento está vinculado à distribuição de renda e defendia o planejamento e uma ativa participação do Estado para garantir esse desenvolvimento, Obviamente, os dois foram protagonistas de um momento, no Brasil, em que o papel do Estado foi essencial na indução do planejamento econômico e da organização do Estado brasileiro.

Enfim, muitos dos problemas que angustiavam Rômulo continuam a nos atormentar e, principalmente, permanecem como entraves ao desenvolvimento nacional. Seu pensamento é, pois, mais atual do que nunca, especialmente porque muitas das soluções que propôs não puderam ser levadas adiante em razão de uma visão estreita e subserviente que dominou a política brasileira por parte significativa das últimas décadas.

Em termos regionais – e Rômulo deu uma contribuição fundamental à Bahia moderna –, já na década de 30, Rômulo se mostrou preocupado com os estreitos limites impostos à Bahia pelo modelo econômico secular que induzia o Estado à decadência. Aquela época se caracterizou por se falar do "enigma baiano."

De tal modo, ainda na década de 30 se viu em busca de saídas que pudessem conduzir o Estado e a Região Nordeste em direção ao progresso e à redução das desigualdades. Encontrou na ciência econômica o caminho para tanto e, sobretudo, nas ideias relativas ao planejamento e ao uso, então, de técnicas modernas de estatística e de pesquisa. Foi, além disso, capaz, durante o seu período de formação intelectual, de compreender o Nordeste como uma unidade com características próprias, incluindo-se aí o dever de enfrentar as questões climáticas ligadas à seca.

Adicionalmente, Rômulo era defensor de estratégia de industrialização que permitisse ao Brasil competir em termos internacionais. Por outro lado, qualquer projeto de industrialização no Brasil teria que enfrentar os problemas da precariedade da infraestrutura. Na década de 40, havia poucas estradas, as ferrovias eram precárias, os portos estavam obsoletos, enfim, o País carecia de meios que lhe permitissem dar um salto de desenvolvimento. Alguma coisa muito semelhante ao que vivemos neste momento.

Essa mudança de patamar se deu a partir da primeira metade da década de 50 do século passado, quando Getúlio volta à Presidência da República. Nesse momento, Rômulo foi chamado a coordenar a Assessoria Econômica, ligada à Presidência da República, e que desempenhou um papel fundamental na modernização do Brasil.

Rômulo já era então uma figura intelectual de destaque. Entre 1942 e 1943 fora professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro e também assessorara a Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, bem como participara, entre 1948 e 1949, da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.

Enfim, em princípios do Segundo Governo Vargas, Rômulo já acumulara experiência intelectual e profissional que lhe permitiria ter participação fundamental nos processos de modernização brasileira nas décadas seguintes. A Assessoria, só para esclarecer, era órgão técnico destinado a assessorar diretamente a Presidência da República no que diz respeito às questões econômicas e à concepção de empreendimentos destinados a amparar o projeto de um país fundado nas ideias do nacionalismo e do desenvolvimento.

Rômulo foi indicado para o cargo sem ter conhecido anteriormente Getúlio. Como o Presidente lhe contou posteriormente, em consulta aos mais diversos especialistas, o nome de Rômulo havia sido indicado por unanimidade. Após assumir o cargo, Rômulo montou equipe com 20 pessoas, entre as quais estava Ignácio Rangel.

O compromisso de Rômulo com o Brasil era tanto que, na verdade, nessa oportunidade, ele esclareceu a Getúlio que tinha sido, quando jovem, opositor a Getúlio. Tinha tido uma participação política destacada em oposição a Getúlio. Somente depois é que ele se filia ao PTB e passa a defender aquelas posições.

A respeito dessa experiência na Assessoria, Rômulo relatou em depoimento que "inclusive nós fazíamos coisas, entregávamos aos ministros. Primeiro vendíamos a ideia ao ministro, e o ministro ficava satisfeito" de poder vender à sua equipe, como se fora ideia originária sua, e ao Congresso Nacional.

A historiadora Maria Celina D'Araujo aponta que "a importância [da Assessoria] pode ser atestada pela quantidade de propostas e de projetos que formulou ou examinou, entre eles os da Petrobras, Fundo Nacional de Eletrificação, Plano Nacional do Carvão, Capes, Reforma Administrativa, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial e o Banco do Nordeste".

A mesma historiadora aponta, ainda, que "o trabalho de maior repercussão da Assessoria, no que toca à mobilização dos setores nacionalistas, foi o programa energético, incluindo-se aí a questão da energia elétrica e a do petróleo".

No início dos anos 1950, a questão energética era fundamental para o País, constituindo-se em um dos grandes entraves ao crescimento econômico brasileiro. Com capitais privados escassos, coube ao Estado assumir a iniciativa, e a Assessoria da Presidência foi encarregada de formular os marcos institucionais da ação governamental. Os dois grandes desafios eram petróleo e eletricidade.

No que diz respeito ao petróleo, a proposta de Rômulo era criar uma empresa estatal que seguisse o modelo da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, mas que abrangesse os setores de petróleo e petroquímica. O modelo proposto à época foi o que era possível, tanto do ponto de vista da política interna quanto externa. Havia toda uma questão de relação do Brasil tanto com a Venezuela, como com a Bolívia, enfim, com os países da América do Sul, que levou a um determinado projeto a ser apresentado por Rômulo à Presidência da República.

Em relação à energia elétrica, seu projeto previa uma empresa, a Eletrobrás, e um fundo que financiasse o setor. O fundo foi aprovado, mas a empresa acabou por ter sua criação aprovada apenas em 1962, já no governo João Goulart.

Ainda em termos de energia, participou do Plano Nacional do Carvão, que propunha o aproveitamento das jazidas da Região Sul do País.

A ação da Assessoria se estendeu a outros setores. No que diz respeito à educação, propôs a criação da Capes – Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, em 1951. A Capes, hoje renomeada como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tornou-se o pilar da formação de milhares de mestres e doutores no Brasil.

Hélio Jaguaribe considera Rômulo Almeida como "o principal arquiteto do desenvolvimento brasileiro nos anos 50".

Antes mesmo de fazer parte da Assessoria Econômica de Getúlio, foi um dos idealizadores da Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco –, fundada em 1948 e da qual foi membro do Conselho Consultivo entre 1951 e 1966.

É nesse espírito de grande arquiteto do desenvolvimento que se deu, por exemplo, a criação do Banco do Nordeste, do qual, aliás, Rômulo foi o primeiro Presidente. O Banco, originalmente, tinha o propósito de ser um banco de desenvolvimento para a região. Dentro de sua estrutura foi criado um Escritório Técnico de Estudos Econômicos, Etene, cujo objetivo era desenvolver estudos e pesquisas da Região Nordeste.

O Etene funcionou como base de dados para os problemas nordestinos e, posteriormente, como elemento que colaborou na criação da Sudene. O próprio Rômulo observava que várias das ideias da Sudene derivavam de trabalhos conduzidos pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, parte do CPE – Comissão de Planejamento Econômico –, que criou quando da sua passagem como secretário do Governo da Bahia, criando aí a primeira experiência de planejamento de um Estado, portanto de uma determinada região, no Brasil. Rômulo foi um precursor do planejamento brasileiro, sob o ponto de vista dos Estados.

No seu discurso de posse como Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, defendeu que "o desenvolvimento do Nordeste requer um programa racional e continuado de mobilização científica e de investimentos oportunos e equilibrados para que, com os recursos naturais e humanos que possui, possa avultar na constelação econômica brasileira."

Com o suicídio de Getúlio, Rômulo deixou a Presidência do Banco do Nordeste e, a partir daí, seu interesse rumou cada vez mais em direção aos projetos específicos do desenvolvimento nordestino.

Rômulo entendia que "os fatores fundamentais de instabilidade na economia baiana [aí se dedicou especialmente ao desenvolvimento da economia baiana] eram a grande dependência da agricultura, agravada pela incidência da seca no território baiano" e, por outro lado, "a grande dependência do comércio exterior". A partir desse diagnóstico compreendeu e defendeu, o tempo inteiro, que o caminho para o desenvolvimento baiano passava, necessariamente, pela industrialização do Estado, que era também uma ideia nova para um Estado nordestino.

Em 1955, Rômulo se tornou Secretário da Fazenda no Governo de Antônio Balbino. Ele e sua equipe organizam as famosas pastas rosas, que foram reeditadas, no ano passado, pelo Governo da Bahia, pela Secretaria do Planejamento, em homenagem a Rômulo Almeida. Infelizmente, esse nome era dado por terem as pastas a cor rosa, mas o Governo da Bahia fez uma coisa bonita, com cinza e vermelho, talvez com medo de as pastas rosas fazerem alguma referência muito mais ao feminino do que ao masculino. Mas as pastas eram rosas.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vamos reproduzi-las na cor rosa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sem dúvida, quando o Governo da Bahia for de uma mulher.

As pastas rosas podemos considerar um dos mais importantes tratados sobre a economia baiana, constituindo-se em um precioso documento que não só descreveu a realidade sócio-político-econômica da Bahia, mas também situou o Estado em relação ao resto do País, indicando os rumos a serem seguidos para viabilizar o desenvolvimento do Estado.

O sociólogo Chico de Oliveira afirmou que "Rômulo criou a Bahia moderna", enquanto o economista Carlos Lessa pontificou: "eu diria que ele foi o homem da modernização do Brasil e de todo o Nordeste em particular, o primeiro a acreditar na sua realização".

Rômulo voltaria à CPE em 1959, durante o Governo Juracy Magalhães, onde passou a ser Secretário sem pasta para o desenvolvimento da Bahia. Além da CPE, coordenou o Plano de Desenvolvimento da Bahia, conhecido como Plandeb.

Filiado ao PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, desde 1950, elegeu-se Deputado Federal em 1954. Foi candidato a Vice-Governador da Bahia em 1958.

Depois de a ditadura militar extinguir os partidos políticos e instituir o bipartidarismo, filiou-se ao MDB em 1966, tornando-se o primeiro Presidente do Partido no Estado.

Disputou uma cadeira para o Senado em 1978, mas foi derrotado pelo candidato da Arena. Obviamente, os tempos eram muito difíceis. Foi nessa campanha que ocorreu o tristemente famoso episódio em que a Polícia Militar baiana lançou cachorros contra Ulysses durante o lançamento da candidatura de Rômulo Almeida ao Senado. Naquela ocasião, Ulysses estava acompanhado de Tancredo Neves, de Roberto Saturnino e de Freitas Nobre. Esse era o clima que Rômulo, junto com os que se opunham ao regime militar, enfrentava em terras baianas.

Também na candidatura de Rômulo, em 1978, que, naquela época, era considerada uma anticandidatura pelas dificuldades óbvias de se eleger alguém da oposição em um Estado como a Bahia, nós a oposição da Bahia iniciamos nossa participação no cortejo cívico popular de 2 de julho, que é a data magna em que os baianos comemoram a independência do Brasil. Embora tenha sido um cortejo originalmente popular, organizado pelos vencedores da luta da independência – indígenas, negros, o povo do recôncavo, mulheres –, ele passou a ser organizado, a partir de determinado período histórico, pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e pelo Governo municipal. No período da ditadura militar, transformou-se em um desfile descaracterizado, como se fosse um desfile militar semelhante ao do 7 de setembro, até que nós da oposição, articulados através da candidatura de Rômulo Almeida, decidimos que íamos colocar Rômulo na rua. E Rômulo foi à frente de um cortejo no final do cortejo militar, que, sem dúvida, foi bastante reprimido e que se desmanchava a cada 20 minutos, 30 minutos em que andávamos. Mas chegamos ao final do cortejo, no Largo do Pelourinho, com o Dr. Rômulo dignamente representando a oposição à ditadura militar naquele momento.

Em 1982, ele foi candidato a Vice-Governador da Bahia. Derrotado, Rômulo deixa a presidência do Partido no Estado e assume a direção do Instituto do PMDB destinado à realização de estudos econômicos, sociais e políticos. Nas palavras do jornalista Antônio Jorge Moura, o Instituto "tornou-se uma usina de ideias e gerou o programa para o Governo Waldir Pires", que viria a se eleger só em 1986.

Os Professores Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury relatam também que, durante sua trajetória, Rômulo foi "convidado por JK a assumir o Ministério do Trabalho e por Geisel a se filiar à Arena. Recusou ambos os convites. Tal fato revela o apreço de que gozava como técnico do setor público, mesmo para governos com orientações políticas divergentes, ainda que jamais se mostrasse neutro quanto ao seu posicionamento ideológico".

É bom dizer que o Polo Petroquímico de Camaçari surge do planejamento da Clan, pensado por Rômulo, que convence o governo em plena ditadura militar e que se articula com o Presidente da República Geisel. Mesmo tendo posicionamento tão divergente e sendo o chefe da oposição àquela época na Bahia, Rômulo é elevado a consultor para a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari. Esse fato é revelador de sua característica primeira, que é o seu compromisso com o Brasil, o seu compromisso com a Bahia, o seu sentido mais profundo de servidor público do País, independentemente da posição política e ideológica que ele representasse naquele momento.

Foram muitas as contribuições de Rômulo.

Vou dar como lida parte do meu discurso, que, propositalmente, fiz grande em função da compreensão de que Rômulo, em determinado momento, após o golpe militar, após o processo de redemocratização, no parecer dos baianos, foi pouco reconhecido pelo Brasil. Tratava-se Rômulo como se fosse um pensador baiano apenas. Rômulo e Ignácio Rangel não foram dois pensadores nordestinos apenas. Foram dois nomes fundamentais na organização do Estado brasileiro após Getúlio Vargas, portanto do Estado brasileiro que existe até hoje.

Filhos desse processo da assessoria econômica, que foi coordenada por Rômulo e que teve nomes de muitos brasileiros importantes, aqui já destacados no discurso de Inácio, como é o caso também de Ignácio Rangel, deram a feição do Brasil, da sua estrutura, da Petrobras, do atual BNDES, da Sudene, do Banco do Nordeste, portanto, dos instrumentos de um Brasil desenvolvimentista e calcado num pensamento de desenvolvimento nacional, sem ignorar, no entanto, os desafios da inclusão do Brasil no contexto internacional.

Rômulo foi, por mais de uma vez, representante do Brasil em missões internacionais e lá estava, lá se encontrava quando ocorreu o golpe de 1964, que o obrigou a voltar para o Brasil e a assumir outro papel, desta vez o papel político.

Rômulo trabalhou até o fim de sua vida. Ocupava a Diretoria de Planejamento do BNDES, quando veio a falecer, em 1988. Para esse último cargo havia sido nomeado pelo Presidente José Sarney, em 1985.

Como muito bem assinalou o economista Carlos Lessa, Rômulo Almeida foi um brasileiro com B maiúsculo.

Tanto Rômulo quanto Rangel tiveram essa importância para o nosso País. Por isso, faz-se necessário que o Senado Federal registre a contribuição desses dois grandes brasileiros.

Essas instituições já se preparam com farta programação para comemorar o centenário de nascimento desses dois grandes homens, que serviram juntos ao Brasil e que nasceram juntos para dar essa contribuição ao nosso povo. Eu queria acrescentar, entre as diversas homenagens que o BNDES, o Banco do Nordeste, a Sudene e a Chesf pretendem fazer em comemoração ao centenário de Rômulo – a Bahia iniciou, no ano passado, esse processo na Secretaria de Planejamento, publicando as pastas rosas, e também a Federação de Indústrias da Bahia, no início deste ano, fez um seminário sobre o pensamento de Rômulo e, no ano passado, também lançou um livro com seus principais colaboradores, que trabalharam com ele no planejamento do Estado da Bahia –, algumas coisas mais.

Assim, encaminhamos um documento aos Correios, Senador Inácio, para que fosse lançado um selo comemorativo do centenário destes dois homens, Rômulo Almeida e Ignácio Rangel.

Eu queria fazer um pedido a qualquer uma dessas instituições.

O Irae – Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos – é praticamente sustentado por seu irmão, Prof. Aristeu Almeida, e por sua família. É uma família de gente simples. Ignácio e Rômulo não foram homens que participaram disso tudo e saíram ricos do setor público. Viveram modestamente a vida inteira. Seus filhos vivem modestamente e trabalham. Todos eles têm seus negócios, e sua família idem.

O Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos na Bahia é um instituto muito pobre. Nós precisamos, primeiro, reeditar a biografia de Rômulo editada pelo Irae, que teve menos de mil exemplares, porque eram parcos os recursos do Irae. Nós gostaríamos de ver esse livro reeditado. É uma biografia muito rica, com depoimentos feitos pelo próprio Rômulo, que conta toda a sua história, desde criança em Santo Antonio de Jesus. Ele conta da época em que vai para a Bahia para estudar, como ele chega ao Rio de Janeiro e como constrói seu pensamento.

Creio ser indispensável que a juventude brasileira de hoje possa conhecer a contribuição de Rômulo Almeida a este País. Vou ajudar o Irae a encaminhar um projeto ao BNDES ou a qualquer das instituições que possam se colocar, ajudando a construir isso.

Posteriormente, na Bahia, lutaremos para que, como um pedido de seu irmão Aristeu, o Governo da Bahia possa dar ao Polo Petroquímico de Camaçari o nome de Polo Petroquímico Rômulo Almeida. Aliás, na Bahia, há tanto nome de gente, que, mesmo em vida, mesmo contra a lei, já era homenageado com nome de rua e coisas tais. Precisamos marcar a contribuição de Rômulo Almeida à economia da nossa terra com seu nome no Polo Petroquímico.

E muitas outras contribuições podemos obter dessas instituições. Precisamos de apoio para que, neste centenário, possamos rememorar o nome desses dois grandes homens, que trazem à tona duas questões. A primeira é a necessidade de o Estado brasileiro voltar a planejar o destino deste País, para não permitirmos que as empresas apenas tenham o protagonismo do planejamento do desenvolvimento do Brasil. Que o Governo brasileiro possa retomar, com muito vigor, sua capacidade de planejar a economia e o desenvolvimento do nosso País!

A grande homenagem que podemos fazer a Ignácio Rangel e a Rômulo Almeida é fazer com que a Sudene volte a ter um papel de protagonismo no planejamento e no desenvolvimento do Nordeste. Que possamos, portanto, de forma muito concreta, efetivamente, não apenas nas homenagens e nas referências, no estudo do pensamento desses homens, deixar cravado o seu legado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA LÍDICE DA MATA.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores e demais convidados, junto-me aos colegas que ora prestam a justa homenagem a dois dos mais importantes economistas brasileiros do século XX: o maranhense Ignácio Rangel e o baiano Rômulo Almeida. Este ano de 2014, em que celebramos o centenário de nascimento de ambos, é momento mais do que oportuno para que possamos resgatar a memória, a atividade acadêmica e a atuação profissional de ambos.

Primeiramente, quero abordar dois elementos a respeito de Ignácio Rangel: o seu papel na construção do pensamento econômico brasileiro e a sua participação como membro da Comissão de Planejamento Econômico do Governo Vargas.

Ao homenagear Ignácio Rangel, celebramos a memória de um dos principais pensadores econômicos brasileiros do século XX, que contribuiu como poucos para a compreensão e o desenvolvimento deste País.

Maranhense de Mirador, Rangel era filho, neto e bisneto de juizes. Ainda adolescente, participou da revolução de 1930 e, em 1935, -da tentativa de tomada de poder pela Aliança Nacional Libertadora. Tornou-se militante do Partido Comunista em 1936, afastando-se dele doze anos depois. Formou-se

em direito em São Luís do Maranhão e provavelmente seguiria a tradição familiar da magistratura, não fosse seu interesse por economia.

Em 1945 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou meio período como tradutor para financiar seus estudos autodidatas em economia. Em 1947 despontou na carreira de economista, com a venda de cinco artigos para a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sua produção intelectual é uma das mais originais dentro da teoria econômica brasileira. Talvez em virtude de seu autodidatismo, Ignácio Rangel não acompanhava cegamente as correntes de pensamento econômico de sua época, tampouco encarava as teorias econômicas como dogmas a serem aplicados sem reflexão. Utilizava-se das teorias de Marx, Keynes e Schumpeter para explicar o desenvolvimento econômico brasileiro, mas sempre de forma adaptada a nossa realidade.

Foram muitas as contribuições de Rangel ao pensamento econômico nacional. Uma das mais importantes é. sem sombra de dúvida, a teoria da dualidade básica brasileira, por meio da qual ele busca explicar o desenvolvimento econômico de nosso País nos séculos XIX e XX.

De acordo com a teoria de Ignácio Rangel – mostrada aqui numa forma bastante resumida e simplificada, quero acrescentar –, "a atividade econômica brasileira era marcada por uma dualidade básica, pois estaria dividida entre dois modos de produção: um dominante, que chamaremos de polo principal, e outro emergente, que chamaremos de polo secundário. Ambos os pólos estariam defasados em relação aos modos de produção das principais economias do mundo".

Segundo Ignácio Rangel, o desenvolvimento econômico do Brasil decorre de um ciclo em que o polo principal é substituído gradualmente pelo polo secundário, até que este último se torne o novo polo principal. Surge então um novo polo secundário, influenciado pelos modos de produção mais avançados das principais economias do mundo, e o ciclo se reinicia. Por meio dessa dinâmica, nossa economia passou do escravismo até o capitalismo industrial.

A inovação apresentada por Ignácio Rangel consistiu em demonstrar que o desenvolvimento brasileiro não ocorreu apenas em função das forças econômicas internas ao País, mas também da influência econômica externa.

Ignácio Rangel também formulou trabalhos qualificados no que se refere à questão agrária, à industrialização e à inflação. No que diz respeito à inflação, interpretou que ela serviria como escudo da economia durante períodos recessivos em mercados oligopolistas. Sua teoria inflacionária antecipou a estagflação – inflação elevada, em conjunto com desemprego e ausência de crescimento econômico – ocorrida a partir de fins década de 1970. Em 1978 previu a necessidade de privatização dos serviços públicos, ao perceber que o Estado não possuía condições para realizar os investimentos necessários ao desenvolvimento do Brasil. A privatização só seria iniciada mais de uma década depois, nos anos 90.

Senhoras e Senhores, embora fosse um teórico ímpar, Ignácio Rangel era também um homem de ação. Não queria apenas explicar o desenvolvimento econômico do Brasil; queria colocar esse desenvolvimento em marcha. Foi por essa razão que aceitou participar da Assessoria Econômica do segundo governo Vargas, na década de 1950, a convite de nosso outro homenageado, o economista baiano Rômulo Almeida.

O governo de Getúlio Vargas tinha por objetivo viabilizar a industrialização do País, de modo a criar um capitalismo de base nacional. Cabia à Assessoria Econômica a atuação em projetos vinculados ao desenvolvimento energético. Ignácio Rangel, como integrante do núcleo dessa Assessoria, participou da elaboração dos projetos para criação da Petrobras e da Eletrobrás. Além disso, ajudou a formular o Plano Nacional de Eletrificação e o Plano Nacional do Carvão. Também elaborou trabalho sobre o aproveitamento energético do Babaçu.

Srªs e Srs., Ignácio Rangel atuou em outras frentes, durante seu período na Assessoria Econômica. Ele defendia que o problema da inflação deveria ser resolvido pelo lado da oferta de produtos e não da restrição da demanda, como preceituavam políticas econômicas de inspiração estrangeira. Ele entendia que eram necessários estudos específicos sobre a realidade brasileira, para que se pudesse desenvolver uma atuação econômica adequada em nosso País e realizou esses estudos a fundo.

Permaneceu no governo Vargas até o fim. Seu compromisso com o desenvolvimento nacional era tão grande, que ele contribuiu para o plano de metas elaborado no governo do Presidente. Juscelino Kubitschek. Trabalhou ainda no BNDE onde chegou a exercer a função de chefe do Departamento Econômico deste banco.

Em 1964 foi convidado para ocupar o Ministério da Fazenda pelo Presidente João Goulart, mas não aceitou. Foi articulista em jornais como Ultima Hora no Rio de Janeiro e Folha de S. Paulo.

Faleceu em 1994, deixando uma vasta obra e podemos afirmar que Ignácio Rangel seja provavelmente o mais original analista do desenvolvimento econômico brasileiro e que construiu a partir de sua obra um pensamento profundamente engajado com o desenvolvimento econômico nacional.
Juntamente com Ignácio Rangel, o baiano Rômulo Almeida ocupou lugar de destaque em termos de pensamento econômico brasileiro no século XX e, em especial, no que diz respeito às idéias concernentes aos temas do Planejamento e do Desenvolvimento Regional.
Rômulo foi daqueles intelectuais forjados na primeira metade do século XX preocupados em compreender o País, interpretá-lo e transformá-lo de modo a resgatar nosso povo das mazelas e misérias seculares.
Ainda adolescente, estudante do ginásio, deixou de usar o "de" em seu nome. Num depoimento ao projeto história oral da Fundação Getúlio Vargas, quando foi chamado de Rômulo de Almeida, ele corrigiu o entrevistador, esclarecendo: "meu nome era Rômulo Barreto de Almeida, mas no primeiro ano do ginásio, o professor disse que este negócio de "de" era coisa de aristocracia. Então como eu era democrata e já revoltoso, tirei este "de" do meu nome".
Além de democrata, Rômulo foi não somente um teórico brilhante, mas também um homem de ação, participante das lutas ideológicas e políticas de seu tempo, bem como fiel ao seu compromisso de construção de uma nação progressista e justa, capaz de propiciar a seu povo as melhores condições para o seu desenvolvimento social, humano e cultural.
Dr. Rômulo como sempre o chamei – propugnava que o desenvolvimento está vinculado à distribuição de renda, e defendia o planejamento e uma ativa participação do Estado para garantir esse desenvolvimento.
Enfim, muitos dos problemas que angustiavam Rômulo ainda continuam a nos atormentar e, principalmente, permanecem como entraves ao desenvolvimento nacional. Seu pensamento é, pois, mais atual do que nunca, especialmente porque muitas das soluções que propôs não puderam ser levadas adiante em razão de uma visão estreita e subserviente que dominou a política brasileira por parte significativa das últimas décadas.
Em termos regionais, já na década de 1930. Rômulo se mostrou preocupado com os estreitos limites impostos à Bahia por modelo econômico secular que induzia o Estado à decadência.
De tal modo, ainda na década de 30 se viu em busca de saídas que pudessem conduzir o Estado e a região Nordeste em direção ao progresso e à redução das desigualdades. Encontrou na ciência econômica o caminho para tanto e, sobretudo, nas idéias relativas ao planejamento e ao uso, então, de técnicas modernas de estatística e pesquisa. Foi, além disso, capaz, durante o seu período de formação intelectual, de compreender o Nordeste como unidade com características próprias, incluindo-se aí o dever de se enfrentar as questões climáticas ligadas à seca.
Adicionalmente, Rômulo era defensor de estratégia de industrialização que permitisse ao Brasil competir em termos internacionais. Por outro lado, qualquer projeto de industrialização no Brasil teria de enfrentar os graves problemas da precariedade da infraestrutura. Na década de 1940, havia poucas estradas, as ferrovias eram precárias, os portos estavam obsoletos, enfim, o País carecia de meios que lhe permitissem dar um salto de desenvolvimento.
Essa mudança de patamar se deu a partir da primeira metade da década de cinqüenta do século passado, quando Getúlio Vargas volta à presidência da República. Nesse momento, Rômulo Almeida foi chamado a coordenar a Assessoria Econômica, ligada à Presidência da República, e que desempenhou papel fundamental na modernização do Brasil.
Rômulo já então era figura intelectual de destaque. Entre 1942 e 1943 fora professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa do Rio de Janeiro e também assessorara a Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, bem como participara, entre 1948 e 1949, da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o desenvolvimento econômico.
Enfim, em princípios do Segundo Governo Vargas, Rômulo já acumulara experiência intelectual e profissional que lhe permitiria ter participação fundamental nos processos de modernização brasileira nas décadas seguintes. A Assessoria, só para esclarecer, era órgão técnico destinado a assessorar a presidência da República no que diz respeito às questões econômicas e à concepção de empreendimentos destinados a amparar o projeto de um País fundado nas idéias de nacionalismo e desenvolvimento.
Rômulo foi indicado para o cargo sem ter conhecido anteriormente Getúlio. Como o Presidente lhe contou posteriormente, em consulta aos mais diversos especialistas, o nome de Rômulo havia sido

indicado por unanimidade. Após assumir o cargo, Rômulo montou equipe com vinte pessoas, entre as quais estava Ignácio Rangel.

A respeito dessa experiência na Assessoria, Rômulo relatou em depoimento que "inclusive nós fazíamos coisas, entregávamos aos ministros. Primeiro vendíamos a idéia ao ministro, e o ministro ficava satisfeito".

A historiadora Maria Celina D'Araujo aponta que "a importância [da Assessoria] pode ser atestada pela quantidade de propostas e de projetos que formulou ou examinou, entre eles os da Petrobras, Fundo Nacional de Eletrificação, Plano Nacional do Carvão, Capes. Reforma Administrativa, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial e o Banco do Nordeste".

A mesma historiadora aponta, ainda, que "O trabalho de maior repercussão da Assessoria, no que toca à mobilização dos setores nacionalistas, foi o programa energético, incluindo-se aí a questão da energia elétrica e a do petróleo".

No início dos anos 1950, a questão energética era fundamental para o País, constituindo-se em um dos grandes entraves ao crescimento econômico brasileiro. Com capitais privados escassos, coube ao Estado assumir a iniciativa e a Assessoria da Presidência foi encarregada de formular os marcos institucionais da ação governamental. Os dois grandes desafios eram petróleo e eletricidade.

No que diz respeito ao petróleo, a proposta de Rômulo era criar uma empresa estatal que seguisse o modelo da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, mas que abrangesse os setores de petróleo e petroquímica. O modelo proposto à época foi o que era possível, tanto do ponto de vista da política interna quanto externa.

Em relação à energia elétrica, seu projeto previa empresa, a Eletrobrás, e um Fundo que financiasse o setor. O Fundo foi aprovado, mas a empresa acabou por ter sua criação aprovada apenas em 1962, já no Governo João Goulart.

Ainda em termos de energia, participou do Plano Nacional do Carvão, que propunha o aproveitamento das jazidas da região Sul do País.

A ação da Assessoria se estendeu a outros setores. No que diz respeito à educação, propôs a criação da Capes – Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 1951. A Capes – hoje renomeada como Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – tornou-se o pilar da formação de milhares de mestres e doutores no Brasil.

Hélio Jaguaribe considera Rômulo Almeida como "o principal arquiteto do desenvolvimento brasileiro nos anos 50".

Antes mesmo de fazer parte da Assessoria Econômica de Getúlio, foi um dos idealizadores da Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco – fundada em 1948 e da qual foi membro do Conselho Consultivo entre 1951 e 1966.

É nesse espírito de grande arquiteto do desenvolvimento que se deu, por exemplo, a criação do Banco do Nordeste, do qual, aliás, Rômulo foi o primeiro presidente. O Banco, originalmente, tinha o propósito de ser um banco de desenvolvimento para a região. Dentro de sua estrutura foi criado um Escritório Técnico de Estudos Econômicos, Etene, cujo objetivo era o de desenvolver estudos e pesquisas a respeito da região Nordeste.

O Etene funcionou como base de dados para os problemas nordestinos e, posteriormente, como elemento que colaborou na criação da SUDENE, O próprio Rômulo observava que várias das idéias da SUDENE derivavam que trabalhos conduzidos pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, parte do CPE – Comissão de Planejamento Econômico –, que criou quando da sua passagem como secretário do governo baiano.

Também é preciso observar que ao tempo em que se encontrava na Assessoria da Presidência, Rômulo atendeu a uma solicitação de Getúlio e fez, com a ajuda de Jesus Soares Pereira e Thomaz Pompeu Acioly Borges, o que ficou conhecido como Plano Federal para o Nordeste, um estudo pioneiro a respeito das potencialidades da região.

No seu discurso de posse como Presidente do Banco do Nordeste do Brasil defendeu que "o desenvolvimento do Nordeste requer um programa racional e continuado de mobilização científica e de investimentos oportunos e equilibrados para que, com os recursos naturais e humanos que possui, possa avultar. na constelação econômica Brasileira."

Com o suicídio de Getúlio, Rômulo deixou a presidência do Banco do Nordeste e a partir daí seu interesse rumou cada vez mais em direção aos projetos de desenvolvimento nordestino.

Rômulo Almeida entendia que "os fatores fundamentais de instabilidade na economia baiana são a grande dependência da agricultura, agravada pela incidência da seca no território baiano" e "a grande dependência do comércio exterior". A partir desse diagnóstico compreendeu que o caminho para o desenvolvimento baiano passava necessariamente pela industrialização do Estado.

Em 1955, Rômulo se tornou Secretário da Fazenda da Bahia no Governo Antônio Balbino. Rômulo e sua equipe organizam as famosas pastas rosas, em referência à cor de suas capas, em que buscavam estabelecer um planejamento para a economia baiana e que resultaram na criação em maio de 1955 da CPE -Comissão de Planejamento Econômico. Em suas próprias palavras "Fizemos a primeira equipe multidisciplinar para planejamento governamental no Brasil".

As pastas rosas podemos considerar um dos mais importantes tratados sobre a economia baiana, constituindo-se num precioso documento que não só descreveu a realidade sócio-político-econômico da Bahia, mas também situou o Estado em -relação ao resto do país, indicando os rumos a serem seguidos para viabilizar o desenvolvimento do Estado.

A Comissão cuidou de questões relacionadas aos mais diversos temas: economia, habitação, problemas urbanos, transporte, energia, agricultura e abastecimento, indústria, recursos naturais e do panorama administrativo do estado da Bahia. A CPE funcionava como uma usina de projetos. Rômulo voltaria à CPE em 1959, quando do governo de Juracy Magalhães. Nesse governo passou a ser secretário sem pasta para o desenvolvimento da Bahia. Além da CPE, também coordenou o Plano de Desenvolvimento da Bahia, o PLANDEB.

O sociólogo Chico de Oliveira afirmou que "Rômulo criou a Bahia moderna", enquanto o economista Carlos Lessa pontificou que "eu diria que ele foi o homem da modernização do Brasil e de todo o Nordeste em particular, o primeiro a acreditar na sua realização".

Filiado ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – desde 1950, elegeu-se deputado federal em 1954. Foi candidato a vice-govemador da Bahia em 1958.

Depois de a Ditadura Militar extinguir os partidos políticos e instituir o bipartidarismo, filiou-se ao MDB em 1966, tornando-se o primeiro presidente do partido no Estado.

Disputou uma cadeira para o Senado em 1978, mas foi derrotado pelo candidato da Arena. Foi nessa campanha que ocorreu o tristemente famoso episódio em que a Polícia Militar baiana lançou cachorros contra Ulisses durante o lançamento da candidatura de Rômulo Almeida ao Senado. Naquela ocasião Ulisses estava acompanhado de Tancredo Neves, Roberto Saturnino e Freitas Nobre. Esse era o clima que Rômulo, junto com os que se opunham ao Regime Militar, enfrentava em terras baianas.

Em 1982, foi candidato a vice-governador da Bahia. Derrotado, Rômulo deixou a presidência do partido no Estado e assumiu a direção do Instituto do PMDB destinado à realização de estudos econômicos, sociais e políticos.

Nas palavras do jornalista Antônio Jorge Moura, o Instituto "tornou-se uma usina de idéias e gerou o programa para o Governo Waldir Pires. Enquanto aprofundava seus estudos, o Brasil caminhava célere para a democracia".

Os professores Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury relatam, também, que durante a sua trajetória, Rômulo foi "convidado por JK a assumir o Ministério do Trabalho e por Geisel a se filiar a Arena. Recusou a ambos os convites. Tal fato revela o apreço de que gozava como técnico do setor público, mesmo para governos com orientações políticas divergentes, ainda que jamais se mostrasse neutro quanto a seu posicionamento ideológico".

Rômulo Almeida tornou-se, ainda, defensor da integração latino-americana em razão de sua atuação como secretário-geral da ALALC – Área Latino-americana de Livre Comércio – e como membro do chamado "Comitê dos Nove Sábios da OEA", posições que ocupou entre 1961 e 1966.

Em relação à ALALC, já em 1962 questionava a integração, excessivamente lenta em sua avaliação. Além disso, foi vítima de represálias por parte de outros membros do Conselho Executivo em razão de ter aprovado o ingresso de Cuba na organização.

O Comitê, composto por nove técnicos, tinha por objetivo monitorar as atividades da Aliança para o Progresso na região. Afirmou ele próprio que "então eu fui para a Comissão dos Nove, também forçado, tangido pelo destino, aliás nunca tive no exterior meu desejo, sempre fiz força para encargos no Brasil, mesmo fora da capital, pelo destino fui catapultado para numerosas conferências no exterior. Morava em Montevidéu, passei a morar em Washington. A única coisa que eu desejara do exterior, não consegui, foi bolsa, na época era difícil, queria passar uns dois anos fora estudando".

Renunciou ao Comitê em repúdio à posição norte-americana, cada vez mais unilateral.

Após deixar o "Comitê dos Nove", em 1966, retorna ao Brasil, quando criou sua empresa de consultoria, a CLAN – Consultoria e Planejamento S.A -, concebendo projetos de desenvolvimento econômico públicos e privados, principalmente na Bahia. Ele presidiu a empresa entre 1966 e 1981.

Saíram da Clan o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari.

De Aratu participou da fase final do Plano Diretor do Centro Industrial De Camaçari, é preciso dizer que o projeto se originou dentro da CLAN. O professor André Tosi Furtado relata que "inicialmente foi realizado, a pedido da Petrobras e do Governo da Bahia, um estudo intitulado 'Termo de Referência do Recôncavo', em que se afirmava que a indústria petroquímica era a mais importante oportunidade de desenvolvimento do Estado. (...) Depois de ter convencido as autoridades do projeto inicial da central de matérias-primas do complexo de Camaçari, a Clan teve um papel decisivo na implantação de algumas empresas petroquímicas de segunda geração".

Na virada da década de 1970 para a de 1980. Rômulo se põe em uma revisão teórica, em quem segundo os professores Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury, ele se preocupava com três questões: 1) o novo modelo econômico e político 2) a recuperação da noção de planejamento integral; e a 3) superação das disparidades regionais.

Além disso, Rômulo concebeu que o economista não era um tecnocrata, mas alguém que buscava "uma perspectiva multidisciplinar, em comunicação com os setores da sociedade, especialmente os desprotegidos e dominados, no sentido de habilitá-los ao desenvolvimento, pela informação e pela luta, já que as mudanças essenciais não podem resultar de mera atitude elitista".

Também é significativo que ele tinha um projeto de país. na medida em que vislumbrava o planejamento como chave do desenvolvimento. Esse planejamento se dá por meio de um Estado atuante, mas com a presença do investidor privado e do estrangeiro. Era o Estado, enfim, fornecendo as linhas gerais que produziram o desenvolvimento em um ambiente democrático.

O pensamento de Dr. Rômulo era conduzido pela constatação de que o desenvolvimento regional era central para o Brasil. Isso já era evidente ao tempo em que ele estava assessorando Getúlio Vargas, quando, além do Banco do Nordeste -concebido como agência de fomento e desenvolvimento –, concebera o Plano Federal para o Nordeste.

Era muito claro para Rômulo que o passo decisivo para a prosperidade se dava por meio de mecanismos que pudessem fazer a economia nordestina se mover, o que, evidentemente, envolvia o planejamento estatal aliado à atuação da iniciativa privada.

Inicialmente, ainda na década de 1950, a ênfase inicial do Banco do Nordeste estava em ações agrícolas, descentralizadas. O propósito do banco era "amparar as populações pobres do Nordeste e reabilitar sua economia".

Em outro documento dos tempos de Assessoria, "Planejamento do Combate às Secas", Rômulo defendia que o Governo Federal interviesse amenizando os desequilíbrios regionais. O relatório defendia que "... se impõe o programa de inversões federais básicas em obras e serviços públicos, ao lado de inversões complementares, em créditos e empreendimentos particulares ou públicos locais, que reduzam as desvantagens em relação ao Sul e apressem o processo de fixação e a atração de capitais no Nordeste. Este é o sentido de Paulo Afonso e outros investimentos públicos bem planejados na região, tendo ao lado o Banco do Nordeste do Brasil".

Em uma fase posterior, Dr. Rômulo passou a enfatizar o papel da indústria como pilar do desenvolvimento regional Defendia ele que "as grandes indústrias de base, de capital intensivo, deverão ser decisivas como núcleos de atividades motrizes para o desenvolvimento da região".

Destacado na atividade profissional, Rômulo ainda teve relevante atuação acadêmica, tendo sido professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, e da Escola Brasileira de Administração Pública, vinculada à Fundação Getúlio Vargas.

Trabalhou até o fim de sua vida. Ocupava a diretoria de Planejamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – quando veio a falecer, em 1988. Para esse último cargo havia sido nomeado pelo Presidente José Sarney, em 1985.

Como muito bem assinalou o economista Carlos Lessa, Rômulo Almeida foi um brasileiro com B maiúsculo.

Por fim, tanto Rangel quanto Rômulo foram homens de importância fundamental para o pensamento econômico brasileiro e é justamente por isso que é preciso resgatá-los. Ambos se encontram presentes em diversas iniciativas concebidas na década de 1950 e que vicejaram, caso da Eletrobrás e Petrobras.

Os dois representam algo que deixamos de lado a partir do golpe militar de 1964. Durante o curto, mas fértil período democrático entre 1946 e 1964, tínhamos um projeto de país, em que o Estado não era visto como inimigo, mas como grande motor de desenvolvimento a fim de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais, ao mesmo tempo em que se teria um país industrializando a passos largos. Enfim, Ignácio Rangel e Rômulo Almeida foram sonhadores e construtores. É preciso, pois, que voltemos a sonhar e a construir. Isso é o que podemos fazer para honrar a memória desses dois grandes brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Parabéns! Nossos cumprimentos à nossa Senadora Lídice da Mata pelo seu belíssimo pronunciamento, pelas justas reivindicações! Exatamente por isso, seu pronunciamento será acolhido no seu inteiro teor.

Quero convidar para falar, nesta homenagem que o Senado da República presta a Rômulo Almeida e a Ignácio Rangel, o irmão de Rômulo Almeida, sem o "de" – o seu nome é Rômulo Almeida, em confronto com a aristocracia conservadora do nosso País. Então, eu gostaria de convidar o Sr. Aristeu Almeida para também fazer uso da palavra.

Enquanto Aristeu chega à tribuna, quero registrar a presença aqui da Drª Ceci Juruá, que é Professora do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e amiga pessoal de Ignácio Rangel e que está aqui conosco, acompanhando a sessão. Nossos cumprimentos e agradecimentos! (*Palmas*.)

V. Sª tem a palavra.

O SR. ARISTEU ALMEIDA – Ilustres participantes da Mesa, Senadores Inácio Arruda e Lídice da Mata, que fizeram discursos fantásticos sobre Rômulo Almeida, eu teria pouca coisa a acrescentar em relação à quantidade enorme de informações verídicas, notáveis, que foram usadas. Vou dizer apenas algumas palavras e algumas curiosidades.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Fale para esta juventude que está aqui nos acompanhando no plenário.

O SR. ARISTEU ALMEIDA – O Rômulo gostava de futebol, e o pai dele, que tinha certas dificuldades financeiras, atrapalhou-o num convite dos colegas jogadores de futebol para irem à Amargosa de trem. Tempos depois, 30 anos depois, Rômulo ainda jogava futebol na Confederação Nacional da Indústria, no departamento econômico. E, por informações que tive, ele jogou bem, já com a idade de mais de 30 anos, quase 40 anos.

Ao se formar, aos 19 anos, em 1932 ou 1933, ele participou de uma revolta em apoio aos paulistas e contra o governo de Getúlio na época e esteve preso por uma temporada.

Inclusive um primo nosso João Matos de Almeida formou-se médico e, poucos meses depois, morreu tuberculoso, porque a prisão foi em local inóspito, em local muito úmido. Pegou a tuberculose e foi embora, mesmo sendo médico formado há pouco tempo.

Rômulo, ao formar, foi para o Rio para tentar a vida. Lá, entrou no jornalismo; foi professor do Colégio Jacobina Lacombe; entrou no programa do integralismo. Ia ser diretor de um jornal em Belo Horizonte, indicado por Plínio Salgado, mas, aí, veio o golpe de 10 de novembro de 1937, e ele foi para o xadrez.

E, no xadrez, ele ficou convivendo… Os integralistas de um lado e os comunistas. E, aí, essas duas alas de pensamento se conjugaram e discutiram muitas coisas. Inclusive um dos esquerdistas era Thomaz Pompeu Accioly Borges, que era cunhado de Juracy Magalhães, mas era de esquerda. E, depois, fez parte da assessoria econômica liderada por Rômulo.

Rômulo, então, falava que houve, digamos, muita conversa com os comunistas da época em que foram presos. E isto foi muito bom: eles trocarem ideias, porque todos eles eram nacionalistas, e uns passaram da direita para a esquerda, e outros da esquerda para a direita, como foi o Roland Corbisier, que era direitista e virou esquerdista. Houve vários casos desse tipo.

A preocupação de Rômulo era o Brasil. Então ele fez tudo nesse sentido.

Quando ele voltou do Acre – ele foi Delegado do Recenseamento no Acre –, ele ficou trabalhando no escritório do seu amigo San Tiago Dantas, que tinha sido também da direita. E, aí, o Ministro Alexandre Marcondes Filho pediu ao San Tiago que indicasse uma pessoa para auxiliá-lo em planejamento, e o San Tiago indicou Rômulo. E Rômulo, trabalhando em um salão grande, em uma mesa com uma quantidade enorme de outros funcionários, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fez um trabalho a pedido de Marcondes Filho. Depois de datilografado, Marcondes Filho, quando viu a papeleta, leu e disse: "Esse trabalho está muito bom! Eu podia dizer que foi meu, dar ao Presidente e tudo o.k. Mas não, quem vai entregar é você, pessoalmente, comigo." Então, o Rômulo ficou muito satisfeito com a ideia do Marcondes Filho nessa promoção.

Se não me engano, Roberto Simonsen, que era o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, leu esse trabalho na mesa de Rômulo. Aí, o Roberto Simonsen o apresentou a Euvaldo Lodi, que era o Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Com isso, Rômulo foi o criador do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria.

Inclusive eu trabalhei, em 1958, como entrevistador em uma pesquisa feita na indústria carioca, a pedido de Celso Furtado, que, à época, estava no Chile, na Cepal, e que pediu ao Departamento Econômico para fazer essa pesquisa, da qual fui um dos pesquisadores.

Então, o Rômulo passou a ser uma figura, digamos assim, constante, permanente e obrigatória na participação como assessor, depois como delegado, das inúmeras conferências internacionais no exterior e aqui no Brasil. O Itamaraty sempre o convocava, como uma figura obrigatória, pelo seu conhecimento dos problemas econômicos e para a solução deles.

Em 1950, quando Getúlio foi eleito, Rômulo aderiu ao PTB, por indicação de Landulfo Alves, que tinha sido Interventor Federal na Bahia, e foi, então, indicado por várias personalidades para a assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Aristeu, só um segundo para que eu possa registrar, uma vez que já ouviram quase todo o seu discurso. São estudantes de escolas públicas brasileiras, campeões, premiados nas Olimpíadas de Matemática do Brasil.

Então, nossos cumprimentos, nossos parabéns a essa turma que está aqui. (*Palmas*.)

Volto-lhe a palavra.

O SR. ARISTEU ALMEIDA – Então, o Getúlio nomeou o Rômulo, que foi o criador da Assessoria Econômica da Presidência da República, um órgão novo, criado em termos de Brasil e América Latina.

Realmente, tudo o que a Senadora Lídice da Mata e o Senador Inácio Arruda falaram foi realmente um desdobramento fantástico da grande vida de Rômulo Almeida.

Rômulo foi uma figura realmente notável, agora, com toda a simplicidade. Quando Getúlio morreu, ele pediu demissão do Bando do Nordeste. E, aí, foi convidado por Antônio Balbino para orientar a economia baiana. E criou, então, a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), da qual fui também um dos participantes, como elemento do Etene. E o Rômulo, no Etene do Banco do Nordeste, teve o cuidado de colocar na lei de criação do banco, que cria o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), a condição de não haver substituição com governos posteriores.

E o Etene tem dado uma contribuição fantástica para os estudos no Nordeste.

E aqui está o Presidente do Banco do Nordeste.

Eu, como funcionário número 1 hoje do Banco do Nordeste, o mais antigo, comecei na comissão incorporadora como elemento do Departamento Econômico, Setor de Estatística da Confederação da Indústria, e fui requisitado por Rômulo para servir na Assessoria Econômica.

Nessa Assessoria Econômica, o Rômulo teve a preocupação de conjugar o esforço brasileiro de obras civis com o esforço de dinamização da economia efetiva. Vinícius Berrêdo, que tinha sido Diretor-Geral do DNOCS, fez parte dessa comissão incorporadora do Banco do Nordeste, logo no início. Thomaz Pompeu Accioly Borges e uma séria de outras pessoas, como, por exemplo, Jesus Soares Pereira, que foi uma figura também gigantesca juntamente com Ignácio Rangel, cearense da gema, todas essas pessoas contribuíram realmente para criar condições de desenvolvimento da economia brasileira em termos de controle, para o Brasil, das riquezas brasileiras.

Vou ficando por aqui porque há outras pessoas para falar.

Eu agradeço ao Senado esta homenagem a Rômulo Almeida e aos brilhantes discursos de Inácio Arruda e de Lídice da Mata, que realmente esgotaram o assunto sobre Rômulo Almeida. Agradeço a todos os participantes deste plenário, por estarem prestigiando esta homenagem a Rômulo Almeida.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Veja que Aristeu não esgota nunca o assunto Rômulo Almeida e nem pode. Ele participa ativamente da vida de Rômulo.

Meus cumprimentos, Aristeu.

O SR. ARISTEU ALMEIDA – Gostou?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Maravilha!

Eu registro aqui conosco a presença da Srª Adriana Melo Alves, que é Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. E aproveito para comunicar oficialmente, Adriana, que você será convidada pela Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal para que possamos apreciar todo o trabalho que resultou na Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Também vamos ouvir o nosso sobrinho neto de Ignácio Rangel, o Luís Eduardo Rangel.

Antes que ele comece a sua oração, eu quero também registrar aqui a presença em nosso plenário da Alaíde Vilanova, que tratou da arte desse material com que nós estamos aqui, cedido pela Sudene, uma arte

belíssima em homenagem a estas figuras extraordinárias do pensamento econômico brasileiro: Ignácio Rangel e Rômulo Almeida. Então, fizeram um traçado belíssimo que está aqui registrado. É um movimento forte no qual vai incluindo o nosso País. Eles pensavam o Brasil. Eles eram dois nordestinos, da melhor cepa, que pensavam o Brasil. Não estavam pensando nem o Maranhão, nem a Bahia. Eram filhos desta terra, mas pensavam a Nação brasileira.

Então, vamos ouvir o nosso Luís Eduardo.

Por favor, com você a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO RANGEL – Obrigado, Senador. Eu vou ser bastante breve.

Na verdade, para mim é uma honra estar presente aqui no Senado, numa homenagem que está sendo feita pelos Srs. Senadores Lídice e Inácio. Eu vim representando a família Rangel. Para mim, pessoalmente, é uma honra, porque eu também me inspiro no meu tio-avô Ignácio Rangel, carrego o sobrenome dele e também sou funcionário público aqui da Esplanada dos Ministérios, do Ministério da Agricultura.

Trazendo isso em nome também da filha dele, Ludmila, que me pediu para representá-lo aqui, fico muito satisfeito de ouvir todas as palavras que foram ditas nos dois discursos. Realmente ele não é só uma inspiração para a família Rangel, para todos os seus filhos, seus sobrinhos, seus sobrinhos-netos e seus netos, mas também uma inspiração para toda uma academia que discute a questão econômica no Brasil, sob essa ótica do desenvolvimento.

Nós temos discutido isso também dentro do Ministério da Agricultura, todas as contribuições que ele fez também para a parte rural. Na verdade, toda essa linha da dualidade se perpetua na forma atemporal como essa questão econômica precisa realmente ser pensada, independentemente do momento histórico que estamos vivendo.

Toda a obra que foi produzida por Ignácio Rangel é um orgulho para a família. Coloco-me à disposição, em nome da família, para todo o apoio, no que for necessário, às homenagens que estão sendo feitas a este centenário, com a presença em todas essas atividades.

Então, eu queria agradecer, mais uma vez, Senador, Senadora, pelas palavras que foram ditas. A família está muito orgulhosa. Estariam aqui presentes todos os familiares, se fosse possível, não fosse a distância, mas estariam todos assistindo pela TV Senado a toda esta homenagem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agradecemos ao Luís Eduardo.

Antes de ouvirmos o próximo orador, registro que a Senadora Lídice da Mata está nos apresentando uma série de homenagens que estão sendo realizadas – algumas já foram realizadas, outras vão realizar-se:

- O Instituto Rômulo Almeida realiza seminário nos Municípios, já o fez em Santo Antonio de Jesus, Feira de Santana, Barreiras e Ilhéus; em Vitória da Conquista, será amanhã, dia três. Então, amanhã, em Vitória da Conquista, haverá um seminário em homenagem a Rômulo de Almeida;
- Paulo Afonso, no dia 6/6, seminário muito importante, porque está ali um dos complexos mais importantes, obra dessa figura extraordinária, Rômulo de Almeida, que é o Complexo da Informação da Chesf. Fui estagiário naquele acampamento da Chesf, Lídice;
- Serrinha, dia 10/6/2014;
- Salvador, no dia 21/7. Já tivemos aquele seminário da Sudene com a Federação das Indústrias da Bahia, que foi no dia 15;
- Universidade UEPB, no dia 21/7;
- Universidade Federal da Bahia, no dia 18/8;
- Desenbahia, no dia 18/9, que vai reunir várias organizações, entre elas a Federação das Indústrias e o Conselho Regional de Economia da Bahia.

Então, um conjunto de atividades. Esses são na Bahia, mas há atividades sendo realizadas pelo BNDES e pelo Banco do Nordeste. Quer dizer, uma série de atividades em outras universidades nordestinas. E fora do Nordeste muitas instituições estão realizando seminários e debates sobre a obra de Ignácio Rangel e Rômulo Almeida.

Quero convidar, para fazer uso da palavra, o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil. É muito importante porque talvez o Banco seja daquelas crias mais vigorosas desses homens para a Região Nordeste, ressalvado, evidentemente, o BNDES, que é exatamente o acolhedor de todas as instituições de desenvolvimento do Brasil.

Então, com a palavra, o nosso Presidente Nelson, para também proferir o seu pronunciamento em homenagem a Rômulo Almeida e Ignácio Rangel.

Dr. Nelson Antônio de Souza, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Bom dia a todos e a todas! Gostaria de saudar a Exma Srª Senadora Lídice da Mata; o Exmo Sr. Senador Inácio Arruda; o Ilmo Deputado Chico Lopes e Elias Jabbour e, em nome deles, cumprimentar a todos os Parlamentares aqui presentes; o nosso queridíssimo Diretor de Ativos de Terceiros do Banco do Nordeste, Luiz Carlos Everton de Farias; o Ilmo Sr. Aristeu Almeida, Presidente do Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos, irmão do homenageado Rômulo Almeida; o Ilmo Sr. Luís Eduardo Rangel, o Rangel, sobrinho-neto de Ignácio Rangel; a Ilma Srª Helena Maria Martins Lastres, representando o Presidente Luciano Coutinho, do BNDES; o Ilmo Sr. Marcos Robalinho, Superintende da Sudene; a Srª Adriana Melo Alves, Secretária de Desenvolvimento do Ministério da Integração Nacional;

Ilmo Sr. Flávio Almeida, coordenador do Centenário de Rômulo Almeida.

Também gostaria de parabenizar, pois achei muito bonita, a arte do material utilizado pelos cem anos de nascimento de Ignácio Rangel e Rômulo Almeida, a própria Alaíde Vilanova. O Maranhão e a Bahia, o Brasil todo em movimento, muito importante.

Senhoras e senhores presentes, é uma responsabilidade muito grande falar de dois ícones como Ignácio Rangel e Rômulo Almeida, principalmente porque hoje ocupo a frente de uma das instituições idealizadas, criadas, implementadas por Rômulo Almeida.

Em primeiro lugar, em nome de todos os nordestinos e, sobretudo, em nome dos funcionários e diretores do Banco do Nordeste, gostaria de agradecer à Senadora Lídice da Mata e ao Senador Inácio Arruda pela oportunidade que dão à Nação brasileira de lembrar as figuras extraordinárias de Ignácio de Mourão Rangel e de Rômulo Barreto de Almeida. A sensibilidade do Senador e da Senadora serve como um chamamento a todos nós no sentido de refletir sobre o papel que cada homem deve desempenhar em prol de seu país e de sua gente.

Nesse sentido, e de forma mais do que justa, esta sessão especial realça duas figuras com inestimáveis serviços prestados ao Brasil. Ignácio Rangel, filho da pequena Mirador, no Maranhão, e Rômulo Almeida, nascido na grandiosa Salvador, capital da Bahia, mas que também – eu falava com seu irmão, o Dr. Aristeu – cresceu e viveu muito em Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano. Esses dois ícones são exemplos de cidadãos na melhor acepção que esse termo pode ter.

Muito mais que as horas trabalhadas, os projetos concebidos, os programas executados ou as ações empreendidas, contam, sim, as ideias e os valores que Ignácio e Rômulo deixaram como experiência de vida e como lição. Por isso mesmo, o trabalho, a criatividade, a ética, a coragem e o amor com que se dedicaram às causas do Brasil, sem afastar-se de seus princípios, valeram a ambos o epíteto de "boêmios cívicos".

E esse título da obra recém-lançada pelo Prof. Marcos Costa Lima, pinçado da argúcia de Getúlio Vargas, sintetiza com fidelidade o sacerdócio a que se entregaram esses homens.

Ignácio Rangel, por exemplo, com base nas teorias marxistas que lhe eram tão caras, acreditou em um "Mundo Só". Sua utopia é de uma comunidade única, refutando firmemente o modelo de um conglomerado heterogêneo, marcado pela existência de povos ricos, de um lado, e de povos miseráveis, de outro. Na visão de Ignácio Rangel, o queridíssimo Rangel, não há lugar para povos cultos, hígidos e fortes, enquanto há outros povos ignorantes, doentes e fracos.

Ignácio Rangel não construiu uma imagem de revolucionário apenas porque liderou 200 camponeses maranhenses que imaginaram um governo revolucionário nos agitados anos em meado da década de 1930.

A obra intelectual e acadêmica de Ignácio Rangel fala por si só. E as sementes que ele plantou, como a Petrobras e o BNDES, não representam meras estruturas governamentais. São, na verdade, exemplos da visão estratégica de desenvolvimento resultante de um olhar particularmente peculiar sobre a formação social do País.

Que extraordinário legado desfrutamos todos nós, hoje, graças a Ignácio Rangel, um intérprete de nossos problemas, um agente de transformação.

Ao lado de Ignácio Rangel, encontramos outro homem ímpar: Rômulo Barreto de Almeida. Para se ter ideia da importância de Rômulo Almeida na historia do Brasil, basta dizer que, sob sua chefia, trabalharam na Assessoria Econômica do governo democrático de Vargas o próprio Ignácio Rangel, Jesus Soares Pereira, João Neiva de Figueiredo, Tomás Pompeu Acióli Borges, Otolmi Strauch, Cleantho de Paiva Leite, Mário Silva Pinto e Saldanha da Gama. Esses homens arquitetaram o desenvolvimento industrial do Brasil.

Eles pensaram o Plano Nacional de Carvão; o Fundo Federal de Eletrificação e da Eletrobras; Petrobras; o Plano de Valorização da Amazônia; a Lei do Seguro Agrícola, como já foi tão bem falado pela Senadora Lídice da Mata; a Capes; a Carteira de Colonização do Banco do Brasil; a Comissão de Política Agrícola; e a Comissão de Desenvolvimento Industrial, entre outros itens.

Desse mesmo grupo, surgiram as concepções mais modernas sobre o planejamento e desenvolvimento regional. Daí nasceu o Banco do Nordeste, tendo Rômulo Almeida como seu estruturador, seu organizador e seu primeiro presidente. Daí vocês estão vendo a minha responsabilidade, juntamente com todos os funcionários do Banco do Nordeste.

Nas próprias palavras de Rômulo, Getúlio Vargas queria no Banco do Nordeste uma pessoa que pudesse resistir a todos os lançamentos políticos. E assim se deu. Até as provas do primeiro concurso público do BNB foi Rômulo de Almeida quem as preparou, em sua própria casa, para evitar qualquer possibilidade de vazamento.

Rômulo Almeida contestava veementemente qualquer insinuação de que o Nordeste pudesse ser um peso morto na economia do País. E concordava com Oswaldo Aranha: "O Banco do Nordeste será o grande açude do Nordeste".

Rômulo Almeida sabia, porém, que havia má aplicação de recursos, devido a processos primários de elaboração e de controle orçamentário prevalecentes no Brasil à época.

Sua missão, portanto, tornava-se mais crucial ainda, principalmente na tarefa de levar o crédito a extensas áreas rurais da região, a maior parte delas inclusas no chamado Semiárido. Nesse sentido, Rômulo Almeida constituiu a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar).

A ação de Rômulo Almeida, como se vê, era sincrônica, sinérgica, minuciosa e competentíssima. As injunções políticas que o fizeram renunciar ao cargo de presidente do Banco Nordeste com apenas oito meses de mandato, atestam essa afirmação. Quem olhar a História, vai pesquisar... O Dr. Aristeu deve estar olhando, ali, e revivendo os momentos.

Rômulo Almeida estruturou uma instituição fincada em alicerce seguro, com estacas firmes e argamassa humana de qualidade, que são, hoje, os seus 6,8 mil funcionários. Terminaremos o ano de 2014 com 7.150, já que estamos autorizados pelo Dest, que é do Ministério do Planejamento.

Há mais de seis décadas, o Banco do Nordeste promove o desenvolvimento sustentável da região. O Banco foi criado no dia 19 de julho de 1952, e o Etene, Dr. Aristeu, foi criado antes do próprio BNB. A lei foi antes e eles foram juntos.

Não é à tua que sua atuação expandiu-se para o norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, numa decisão tomada pelos membros desta Casa.

Rômulo Almeida não viveu para ver que o Banco do Nordeste, em sua longa aprendizagem, mostra ao País a necessidade de políticas diferenciadas que reduzam e acabem eliminando as desigualdades regionais.

Temos certeza de que Rômulo Almeida teria orgulho em saber que o Banco do Nordeste é, hoje, o nono maior banco do País, vencendo os desafios de um mercado altamente competitivo. Com ativos de R$71 bilhões, dos quais R$47,6 do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Banco do Nordeste tem patrimônio líquido, hoje, de R$3,04 bilhões.

O BNB concebido por Rômulo Almeida é também o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina. Além disso, opera o maior programa de microcrédito produtivo da América Latina, que é o Crediamigo. No período de 1997 a 2013, esse programa beneficiou 3.168.201 clientes, para os quais desembolsou nada menos que R$7,76 bilhões.

Outra ação que alegraria o espírito cívico de Rômulo Almeida é o Agroamigo, programa de microfinança rural do BNB. No mesmo período, o Agroamigo atendeu 1.274.074 agricultores familiares, tendo desembolsado R$1,253 bilhão.

Esses números ganham maior relevância quando analisamos o impacto da ação creditícia do Banco do Nordeste com os resultados dos demais programas sociais do Governo Federal. Por exemplo, 67% dos clientes do Agroamigo são beneficiários do Bolsa Família. Em relação ao Crediamigo, esse percentual é de 45%.

Vejamos ainda que, dentre as repercussões econômicas das contratações do Banco do Nordeste realizadas com recursos do FNE, em 2013, foram gerados 1.128.380 empregos no Nordeste e 37% – olhem bem esses dados – dos empregos formais no Nordeste são obtidos de projetos financiados pelo BNB.

É este o BNB que mantém, ainda, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), verdadeiramente uma universidade regional.

Tudo isso não se trata de um balanço, mas, sim, de constatações que evidenciam o quanto Rômulo Almeida e seus companheiros boêmios cívicos estavam corretos.

De outro modo, isso também gera uma grande responsabilidade de todos nós que hoje buscamos fazer do BNB o banco preferido da Região Nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, estamos vigilantes aos valores de justiça, honestidade, democracia, cooperação, disciplina, governança, sustentabilidade, compromisso, confiança, civilidade, transparência, igualdade e respeito.

Na sala da diretoria do Banco do Nordeste, em Fortaleza, onde está a matriz, eu e meus colegas diretores – estão vários aqui no plenário: Niltinho, Fábio, além do diretor Luiz Carlos – tomamos as decisões sobre questões que nos chegam dia a dia, temos certeza de que atuamos sob as bênçãos de Deus. E é nessa mesma sala – o Senador Inácio Arruda conhece bem, assim como outros que aqui estão; o Deputado Chico Lopes vai muito lá – que somos observados pela sobriedade de Rômulo Almeida, pintado em retrato de cores amenas nos ex-Presidentes do Banco. Está lá, como primeiro Presidente, o quadro de Rômulo Almeida. Então, ele olha, todos os dias, as nossas reuniões.

Para ele é que nos dirigimos sempre, pedindo sua inspiração, rogando por sua sabedoria.

A Rômulo Almeida e a Ignácio Rangel, nosso eterno agradecimento.

Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Cumprimentos ao Dr. Nelson, Presidente do Banco. É uma maravilha ouvirmos o Banco do Nordeste, uma das crias mais importantes de Rômulo Almeida e Ignácio Rangel, esses pensadores que vão cumprindo um papel extraordinário e destacado no nosso País.

Quero registrar, também, entre nós, a presença do Prof. Elias Jabour, do nosso Deputado Chico Lopes. E convido a Drª Helena, em nome do BNDES, também, para se pronunciar, o que é muito importante, porque essa instituição é cria destes homens que a pensaram, e os seus pensamentos vão surtindo efeitos no País.

E convido para presidir os trabalhos a nossa colega e Senadora, também autora deste requerimento que permite a realização desta importante homenagem a Rômulo de Almeida e Ignácio Rangel, a querida Senadora Lídice da Mata.

A SRª HELENA MARIA MARTINS LASTRES – Boa tarde a todos!

Na pessoa da Senadora Lídice da Mata, do Senador Inácio Arruda, do Senador Cristovam Buarque, eu saúdo os meus colegas de Mesa e os cumprimento pela realização desta homenagem, em nome do Presidente Luciano Coutinho, que se encontra no exterior em viagem a trabalho, e também da Diretoria do Banco, do BNDES, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, uma das instituições, hoje já citada várias vezes e fruto dos esforços das realizações dos dois ilustríssimos homenageados.

Nós estamos organizando uma série de eventos no Rio de Janeiro, a princípio, em conjunto com o Centro Celso Furtado, com a Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, em homenagem a ambos, que terão início, agora no final de junho, mas estamos abertos a novas parcerias, já vimos que há muitas outras realizações acontecendo.

Eu teria muitas coisas para falar, mas, depois de tudo que a gente ouviu, gostaria só de pontuar a experiência, o olhar de quem está dentro de uma dessas instituições tão importantes, cuja criação contou com o empenho, com a visão desses dois ilustres brasileiros.

E, por falar em visão, eu acho que o que se destaca mais, em pensarmos em Ignácio Rangel e Rômulo Almeida, é a visão independente, autônoma de ambos e, ao mesmo tempo, política, sempre com a geopolítica mundial em consideração, contextualizada, portanto, no nosso espaço, no nosso lugar no mundo, e contextualizada em termos de Brasil, suas regiões, seus territórios, sistêmica, que não dissociava as inseparáveis dimensões do desenvolvimento social, econômico, político, institucional, ambiental, regional e territorial.

E principalmente de futuro, visionários, ambos, que conseguiram, inclusive do ponto de vista de quem está no BNDES, pensar em como instrumentalizar o Estado brasileiro de uma instituição capaz, como o Senador Arruda já mencionou, de ser posta em marcha, principalmente num momento de necessidade de políticas anticíclicas e de enfrentamento da crise.

Isso foi feito ainda durante a vida de ambos, no enfrentamento que o Brasil teve de fazer à crise dos anos 70. E hoje nós vimos o BNDES, desde 2008, em face da crise, junto com os seus parceiros – bancos oficiais, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia –, atuarem em conjunto numa política sólida, anticíclica, que faz hoje o desembolso, por exemplo, o desembolso do BNDES ser três vezes maior do que o desembolso do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) somados.

Ter um poder desse tipo nas mãos – e já foi muito mencionado aqui a grande contribuição de ambos no papel do desenvolvimento instrumental do Estado, um Estado forte, competente, como a Senadora Lídice tanto destacou, a importância de ter instrumentalizado não só em termos de operação, mas de estrutura de pensamento, com a autonomia e independência necessária, acho que é o destaque que mais impressiona nós todos, no Brasil, e, em particular, no BNDES.

Nós gostamos de lembrar, e aí termino, saudando a liberdade com que eles se movimentaram não só no plano do pensamento, mas da operação, e não são poucos os implementadores de políticas e os acadêmicos que conseguem, como dizia Rômulo, se libertar do colonialismo cultural, da injustiça cognitiva que nos amarra a teorias e doutrinas geradas em países centrais, inibindo a manifestação de autonomia do nosso pensamento econômico e na nossa decisão política.

Nesse sentido é que gostaríamos que, no BNDES, e como brasileiros, de nos inspirar nas lições e no legado tão vasto desses dois ilustríssimos pensadores e implementadores de políticas, para nos inspirar a enfrentar os desafios que o pensamento vivo deles nos aporta para os desafios atuais.

E aí eu vou terminar com a palavra do Presidente Luciano Coutinho, que manda um abraço fraterno a todos, e que teve o privilégio de conviver e de ser amigo de ambos, quando ele diz:

> *Após uma vida pública excepcional e de profícuo trabalho intelectual, seus exemplos sublinham a fundamental importância de homens* [e de mulheres também] *intelectualmente independentes e com co-*

ragem política, dedicados à busca criativa de conhecimento e dispostos a atuar com paixão e compromisso em prol do Brasil. Pensar, ser capaz de pensar com liberdade e autonomia e implementar políticas também com a mesma coragem.

Mais uma vez, muito obrigada pelo convite ao BNDES e parabéns por esta realização. (*Palmas.*)

Durante o discurso da Srª Helena Maria Martins Lastres, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Agradecemos as palavras da representante do BNDES e convidamos, para que também possa rapidamente se pronunciar, o Superintendente Interino da Sudene Sr. Marcos Otaviano Robalinho de Barros. Logo depois, falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MARCOS OTAVIANO ROBALINHO DE BARROS – Boa tarde a todos e a todas!

Praticamente ao final, eu gostaria de dizer que tudo o que poderia ter sido dito sobre Inácio Rangel e Rômulo Almeida foi muito bem dito pela Senadora Lídice da Mata e pelo Senador Inácio Arruda. As suas palavras mostram o quanto o Brasil é rico em homens, mas a nós, particularmente, cabe o exemplo que esses homens nos dão.

O País, hoje, não tem planejamento. O Brasil, a Sudene necessitam de planejamento, e nós não nos inspiramos, ainda, no pensamento de Inácio Rangel e Rômulo Almeida. Precisamos planejar a cada sessão desta, que chamo de sessão cívica – existem os boêmios cívicos e as sessões cívicas. Nós sentimos o peso, sobre os nossos ombros, da responsabilidade de fazermos um planejamento.

Nós não podemos ver o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste à deriva; temos que planejar a Região. As diferenças inter-regionais e intrarregionais cada vez se agravam mais, e somos, simplesmente, levados por uma mídia, sob o impacto quase comercial das políticas.

Eu gostaria de dizer a todos que ocupam cargos públicos neste País que devemos ler, como livro de cabeceira, esses homens que tanto fizeram pelo Brasil.

E, ao terminar, quero, mais uma vez, agradecer à Mesa, ao espírito cívico do Senador Inácio Arruda, do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Lídice da Mata, nordestinos que sabem fazer a Casa. Particularmente, ao meu Senador conterrâneo, Cristovam Buarque, o meu abraço. Sabendo que ele é um homem que, realmente, comunga com os pensamentos desses intelectuais brasileiros. Devemos ter como Bíblia esses homens.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice Da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Passo a palavra, agora, agradecendo enormemente a contribuição do nosso representante da Sudene, por sua afirmação sobre o planejamento, e convido o nosso querido Senador Cristovam Buarque de Holanda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma pequena correção, Senadora: de Olinda.

Eu quero cumprimentar a cada um dos presentes, começando pelo Senador Inácio, que não está, neste momento, fisicamente, mas está aqui como autor, junto à Lídice da Mata, desta audiência. Eu parabenizo os dois pela iniciativa. Mais do que justo e correto, é importante estarmos aqui reunindo essas duas figuras que, certamente, gostariam de saber que estão sendo homenageados juntamente, pelo centenário de cada um deles.

Cumprimento o Nelson Antônio de Souza, presidente interino do Banco do Nordeste; o sobrinho-neto do homenageado, Luís Eduardo Rangel; o irmão do Rômulo Almeida, Aristeu Almeida.

Cumprimento o Marcos Otaviano Robalinho de Barros, meu conterrâneo, que aqui representa o Ministério da Integração Nacional; e essa figura formidável que é a Srª Helena Maria Martins Lastres, cuja fala aqui foi muito importante.

Eu creio que, com todo o respeito às outras regiões, é surpreendente o papel do Nordeste na reflexão sobre o Brasil. Esses dois já foram fundamentais, mas, ao lado deles, a gente ainda poderia colocar um da mesma geração que é Celso Furtado. Esses três foram fundamentais na reflexão sobre o Brasil naqueles anos tão importantes, dos anos 50, 60.

Mas, um pouquinho mais velhos que eles, eu colocaria três: Manoel Bomfim, Gilberto Freyre e Josué de Castro; todos nordestinos. Um maranhense, um baiano, um que é disputado entre a Paraíba e Pernambuco, que é o Celso Furtado – nasceu lá, mas viveu cá; o Gilberto Freyre também pernambucano; Josué de Castro também pernambucano. Esses são os homens que interpretaram o Brasil. Mas eles interpretaram o Brasil, deixando alguns desafios para nós.

Eles foram os pensadores do desenvolvimento brasileiro, do rumo do Brasil. E eles estudaram duas coisas: os entraves ao atraso e à igualdade e a estratégia para superar esses dois problemas. É isso que resume. Eles analisaram quais eram os entraves que faziam do Brasil um país atrasado em relação ao que, naquela época, chamavam-se os países metropolitanos, deixando-nos na periferia. E, depois, como é que, aqui dentro, nós éramos tão desiguais ao ponto de termos quase que castas sociais diferentes, e, ao tempo deles ainda, isso diminuiu regionalmente.

Eu insisto em que hoje a nossa desigualdade é mais social. Nós fomos conseguindo, de certa maneira, que alguns Estados do Nordeste, uns mais do que outros, dessem um avanço; mas não conseguimos que os pobres avançassem como nós gostaríamos, nem no Nordeste, nem no Sul, onde hoje está concentrada uma população grande de pobres.

Não quero citar aqui o que eles fizeram – foi dito, foi falado. Eu queria pensar um pouco, junto com vocês, o que eles diriam hoje.

A primeira coisa é que nós continuamos com os mesmos entraves. O entrave do investimento baixo, poupança baixa: foi divulgado, essa semana, 14% de poupança. Isso é irrisório para um País dar um salto. Mesmo colocando investimento estrangeiro, chega a 17%; é irrisório, insuficiente, sobretudo quando a gente sabe que, desses 17% do PIB, ou melhor, os 3% que vêm de fora, uma parte não gera impacto produtivo, é especulação; ajuda na balança de pagamentos, mas não ajuda na construção de um PIB novo, maior nem melhor.

Eu acho que eles pensavam também – e aí é o papel fundamental deles –, além do baixo investimento, a falta de infraestrutura que tínhamos. E hoje a gente continua com os problemas do que hoje se chama de logística. Na agricultura, sobretudo, todo mundo diz que, da porteira para dentro, vai bem; da porteira para fora, vai mal. Se nós continuarmos precisando levar adiante as análises deles, que se mantêm ainda hoje atuais, e as estratégias dele, que se mantêm até hoje atuais. E o nosso caminho, como naquela época, é o BNB, o BNDES – eles defenderam e inventaram os incentivos fiscais; as entidades como o DNER, como Sudene, tudo isso continua fundamental.

Mas há uma coisa que eu quero colocar aqui, meu querido Inácio, que acho que, naquela época, não se dava tão forte nem presente: o papel da ciência e da tecnologia, e, na base da ciência e da tecnologia, o papel da educação. Em todos os documentos, mesmo do Nordeste, do BNB daquela época, aparecia a educação, mas como algo secundário, auxiliar, não como elemento fundamental, não como vetor central do progresso. Talvez, naquela época, ainda não se justificasse tanto, mas hoje é a ciência e tecnologia que defendem o progresso.

O progresso não está mais em produzir mais; está em produzir coisas novas, que geram a própria demanda, que não precisam depender de que haja novos consumidores entrando no mercado, mesmo como os consumidores de carne, de soja na China, mas pessoas que, mesmo já tendo um produto, querem um novo, porque foi inventado um melhor. A competitividade hoje não está apenas em produzir mais do mesmo, mas em produzir, cada dia, algo novo. E nós estamos atrasados nisso. E nós estamos atrasados porque é um País que não cria, não produz inteligência. Nós exportamos minério de ferro e importamos computador; nós exportamos matéria e importamos conhecimento. Aí não vai haver futuro.

Além disso, o que não se imaginava então era que a desigualdade vinha da desigualdade de como a educação é ofertada às pessoas. Naquela época, a desigualdade vinha do salário, que vinha do baixo investimento, que criava baixo emprego. Se a gente investisse, criava emprego. Se tivesse emprego, o salário subiria. Não acontece mais isso, até porque não há tanto emprego nos setores modernos como antigamente. E, para ter emprego nos setores modernos, é preciso educação.

Eu creio que essa seria a contribuição que a gente poderia dar a Ignácio Rangel, a Rômulo de Almeida, a Celso Furtado: é mostrar a importância hoje da ciência e da tecnologia, e, para elas, a importância da educação de base na estratégia de longo prazo do desenvolvimento brasileiro na superação do atraso. Esse foi o ponto um.

E, no ponto dois, ainda mais. O que vai quebrar a desigualdade social neste País é a distribuição igual da educação. Não tem outro jeito! A gente pode até fazer o Nordeste crescer, mas as classes continuarão desiguais se a educação não for distribuída igualmente para todos. Nós podemos até aumentar a nossa participação no PIB nacional em comparação ao Sul, mas a desigualdade vai continuar socialmente se a educação não for distribuída igualmente para pobres e ricos.

E aí eu creio que – insisto, não vou dizer que eles defenderiam isso; eu posso estar errado, e eles não erravam, eles eram gênios – isso só vem pela federalização da educação de base. Não tem como, meu caro Presidente, fazer com que Município pobre tenha escola boa. Não tem como, salvo uma, duas, três. Mas nenhum Município, nem o rico, é capaz de ter todas as suas escolas boas. Pagar R$9 mil ao professor, por exemplo. Nenhuma! Nenhuma! Está aí São Paulo, sofrendo com a greve, e não é porque o prefeito de lá não queira dar aumento; é que não tem como.

As greves que pipocam hoje pelo Brasil afora de professores são para 10% de aumento. Ninguém vai ter boa educação dando 10% de aumento a professor; tem que ser 300%, 400%, 500%, e nenhum Município é capaz de fazer isso; só um esforço nacional, só um programa nacional. Eu não digo através da intervenção do Governo Federal nos Municípios, mas da adoção das escolas nos Municípios que assim o desejarem.

Helena Maria, eu gostaria de ver aqui o prefeito chegar e dizer: "Presidente, eu não tenho condições de dar a escola que minhas crianças merecem, porque eu não tenho dinheiro. Por favor, adote as escolas da minha cidade". E eu gostaria de ver um presidente dizendo: "Eu vou adotar as escolas das cidades cujos prefeitos pedirem, no ritmo que eu determinar." Isso porque, se chegarem todas, não há como adotar. Não é por falta de dinheiro. É por falta de professor preparado.

Então, eu creio que a reflexão que a gente pode fazer hoje é sobre a ampliação, o aumento do papel da ciência e da tecnologia na estratégia do que eles queriam fazer de nós: um País adiantado e um País sem desigualdade.

Ontem havia uma matéria, em um dos jornais, sobre como um programa tão magnífico como o Pronatec está sofrendo por causa do abandono dos alunos. Eles abandonam porque não tiveram o ensino fundamental que lhes permitisse fazer um curso técnico de nível médio. Eles não aprenderam o que é regra de três. Não dá para ensinar nada técnico sem se saber o que é regra de três.

Então, a gente faz coisas boas e fracassa por falta da base. As universidades têm uma maravilha chamada Prouni, e o Reuni para as federais. Mas está pecando porque os alunos que entram tiveram ensino ruim. Veja que 50% dos alunos de Engenharia estão abandonando os cursos. Não é mais por falta de dinheiro, porque o Prouni resolveu a falta de dinheiro das particulares, e o Reuni aumentou o número de vagas nas federais. Mas eles não conseguem acompanhar os cursos. E olhe que está caindo, vai cair a qualificação dos nossos engenheiros, porque hoje, nos primeiros dois anos, uma parte substancial do tempo dos professores é para ensinar aos alunos o que eles não aprenderam no ensino médio. Lá, na minha escola de Engenharia, que você conhece tão bem, eu entrei lá já sabendo cálculo, aprendido no ensino médio. Hoje eles não sabem álgebra direito.

Então, é a base da educação no ensino fundamental que vai fazer com que nós possamos cumprir as metas, as estratégias e os sonhos que tinham aqueles dois grandes homens que nós estamos hoje homenageando.

Eu acho muito bom relembrá-los, é fundamental. A História vive de lembrar a história dos movimentos, dos atos e das personalidades. Então, é importante. Mas mais importante ainda é nós pensarmos: hoje o que a gente faria, hoje o que eles diriam se estivessem aqui.

Finalmente, para concluir, foi a Helena que falou em colonialismo. Todos esses tinham uma visão de colonialismo e de que a gente tinha que superá-lo. Para eles, sair do colonialismo era a industrialização. Eu creio que, hoje, sair do colonialismo é não sermos importadores de conhecimento, é sermos produtores de conhecimento, porque esta é a grande forma do colonialismo: manter-nos importando conhecimento e exportando minerais, produtos agrícolas ou até algumas indústrias dos anos 50, como a indústria automobilística.

Vejam que o nosso grande setor, a Embraer, é o quê? Produto de uma escola de Engenharia que foi criada na época deles e por outro nordestino, cearense, o Montenegro, que foi o criador do ITA.

Então, hoje o colonialismo está na desigualdade como se distribui o conhecimento no mundo.

Vamos dizer que Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida estão vivos em nós, e que nós estamos procurando seguir o que eles iniciaram, fazendo aquilo que é adaptado para este momento: uma revolução educacional no Brasil.

É isso que eu tinha para dizer. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós, eu e a Lídice, vamos fazer o encerramento coletivo na Presidência.

Nossa sessão solene cumpriu os seus objetivos. Tenho a opinião de que o Rangel e o Rômulo queriam ver muito mais coisas sendo feitas no Brasil, mas eles iam dar uma nota boa para o que está sendo feito, inclusive a ampliação das universidades. Eu acho que, mesmo com essas dificuldades, é muito significativa, porque a oportunidade está sendo oferecida ao nosso povo. E a obra desses dois homens magníficos – tenho a impressão – podemos replicar, e de um ponto de vista muito concreto.

Aqui, a Senadora Lídice reivindicou que reproduzamos a biografia de Rômulo Almeida. Estamos aqui com o Superintendente da Sudene, o Presidente do Banco do Nordeste e a representante direta do nosso Presidente do BNDES. Então, reivindico que essas três instituições, em conjunto ou separadamente, reproduzam a biografia do Rômulo Almeida e que tenhamos uma nova edição do material produzido – já foi um apoio gigantesco do BNDES a obra de Ignácio Rangel, que chegou às mãos de alguns estudantes e acadêmicos, mas foi uma edição limitada –, para que possamos reproduzir para os novos estudantes de Economia do nosso País, para os novos estudantes de Direito e para aqueles que estão ingressando agora na Sudene e no Banco do Nordeste, para que eles recebam, como primeiro material para cumprir a sua função laboral, a obra de Ignácio Rangel e Rômulo Almeida.

Com essas palavras, queremos declarar encerrada a presente sessão solene, que cumpriu esse seu dever de colocar para o povo brasileiro dois grandes pensadores do desenvolvimento da nossa Pátria, do Brasil: Rômulo Almeida e Ignácio Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está encerrada a sessão.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 31 minutos.)

Ata da 86ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 2 de junho de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Paim, das Srªs Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, e dos Srs. José Pimentel e Anibal Diniz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 42 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

86ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 02/06/14 07:00 até 02/06/14 21:30

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 02/06/14 21:29 Página : 1

Compareceram: 58 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Antonio Carlos, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando por escrito uma correção do anexo da Medida Provisória nº 632, porque houve alguns enganos na redação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, Senador Antonio Carlos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me inscrever pela Liderança da oposição. Vou ter de ir ao Partido agora para resolver um problema partidário. Se V. Exª me chamar e se eu não estiver aqui, coloque-me para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou garantir sua inscrição como V. Exª achar melhor, antes ou depois da Ordem do Dia, preservando o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que altera o despacho proferido ao Substitutivo da Câmara ao **Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010**, encaminhando a matéria à Comissão Temporária do Código de Processo Civil, para instrução e estabelecimento do calendário especial a ser proposto por aquele colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Esse é o expediente que acabei de ler.

É o seguinte o expediente despachado:

PARECERES

PARECERES
Nºs 501 E 502, DE 2014

Sobre o Ofício S/22, de 2012, que encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011.

PARECER Nº 501, DE 2014
(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Ofício "S" nº 22, de 2012 (Ofício nº 429/MI na origem), do Ministro de Estado da Integração Nacional, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da

Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a seguinte documentação: 1º) o relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações de recursos do FCO, acompanhado das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011; 2º) o parecer conjunto elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e 3º) a Resolução CONDEL/FCO nº 449, de 15 de junho de 2012, que aprovou o Relatório de Gestão apresentado pelo Banco.

A documentação foi encaminhada em três vias, sendo a primeira encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a segunda à Câmara dos Deputados e a terceira foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O "Relatório de Gestão do Exercício de 2011", elaborado pelo Banco do Brasil, como Banco Administrador do FCO, e pelo Ministério da Integração Nacional, apresenta um enorme conjunto de informações e apreciações sobre a aplicação de recursos no Centro-Oeste. A seguir, são indicados os principais tópicos do Relatório como base para a posterior discussão de alguns temas centrais para o desenvolvimento regional.

A aplicação, em 2011, dos recursos do FCO abrangeu a contratação de 73.541 operações no valor de R$ 5, 5 bilhões. Esse montante global foi distribuído entre programas empresariais, nos setores industrial, infraestrutura, turismo e comércio e serviços, e programas rurais, nos setores rural/integração, Pronaf, Pronaf/reforma agrária, Pronatureza e custeio. Enquanto os programas empresariais foram beneficiados com R$ 2,9 bilhões, os programas rurais absorveram R$ 2,6 bilhões.

Em 2011, houve frustração quanto ao alcance das metas estabelecidas para a participação do Distrito Federal. Na direção oposta, Goiás se beneficiou de uma expansão considerável nos recursos ali aplicados pelo FCO. No Distrito Federal estava previsto a aplicação de 19% da disponibilidade esperada, mas foram aplicados apenas 7,4%, enquanto em Goiás foram aplicados 37% dos recursos, frente à previsão de uma participação esperada de 29%, como pode ser observado no quadro a seguir.

Previsão versus Aplicação segundo as Unidades Federativas

Unidades Federativas	Previsão de Aplicação (A)		Contratação Efetiva (B)		B / A
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)	(%)
Distrito Federal	909.351	19,0	410.504	7,4	45,1
Goiás	1.387.957	29,0	2.060.986	37,2	148,5
Mato Grosso do Sul	1.100.793	23,0	1.178.886	21,3	107,1
Mato Grosso	1.387.957	29,0	1.896.240	34,2	136,6
REGIÃO	**4.786.058**	**100,0**	**5.546,616**	**100,0**	**115,9**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO

A aplicação dos recursos do FCO é, também, apresentada segundo o porte dos tomadores das operações de crédito. Antes de entrar nos detalhes, cabe esclarecer que um produtor rural era considerado, até novembro de 2011, de pequeno porte se sua renda bruta agropecuária anual prevista fosse de até R$ 2,4 milhões. Da mesma forma, uma empresa era considerada de pequeno porte se seu faturamento bruto anual fosse de até R$ 2,4 milhões. Feitos esses esclarecimentos, o quadro apresentado a seguir mostra a distribuição dos recursos do FCO, aplicados em 2011, segundo o porte dos tomadores.

Porte do Tomador	Empresa		Produtor Rural		Total	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Grande	1.536,3	52,1	1.089,5	41,9	2.625,8	47,3
Médio	427,2	14,5	480,1	18,5	907,3	16,4
Pequeno	953,7	32,4	499,6	19,2	1.453,3	26,2
Mini/Micro	29,2	1,0	530,7	20,4	559,9	10,1
Total	**2.946,4**	**100,0**	**2.599,9**	**100,0**	**5.546,3**	**100,0**

Os dados do quadro acima permitem constatar que, dos recursos do FCO emprestados às empresas, 52% beneficiaram empresas de grande porte, com faturamento bruto anual de mais de R$ 90 milhões, e 33,4% dos recursos foram emprestados a empresa com faturamento bruto anual inferior a R$ 2,4 milhões.

No setor rural, a distribuição dos recursos aplicados pelo FCO é um pouco mais equilibrada, pois 39,6% dos recursos foram emprestados a produtor rural com renda bruta agropecuária anual prevista de até R$ 2,4 milhões.

As informações que compõem o quadro apresentado acima foram extraídas do *Quadro XXI – Contratações por Porte e Linha de Financiamento*, página 61 do Relatório, conforme os parâmetros utilizados em 2011, que constam das informações da página 60.

Segundo o quadro acima, os grandes e médios tomadores absorveram 64% dos recursos, enquanto os demais tomadores, de menor porte, foram beneficiados com 36% das aplicações. Os dados do quadro acima também coincidem com os constantes do Quadro XXII – Contratações por Porte e UF, apresentado na página 62. Ou seja, a informação da página 16 parece ser equivocada.

Ainda sobre a temática da atenção do Banco segundo o porte dos tomadores, na página 66 do Relatório, há informações sobre as operações de crédito com valor superior a dez milhões de reais. Em 2011, foram efetivadas 26 operações com valor superior a dez milhões, totalizando R$ 1.226,2 milhões ou 22% dos recursos aplicados pelo FCO em 2011. Em termos médios, cada uma destas operações teve um valor médio de R$ 47,2 milhões. Essas grandes operações de crédito somaram, em 2011, um montante total que foi 45,6% superior ao observado em 2010.

Ao final de 2011, o patrimônio líquido do FCO era de R$ 15,1 bilhões, com um acréscimo de R$ 1,9 bilhão em relação ao patrimônio líquido de 2010, que foi de R$ 13,2 bilhões.

Como resultado da cobrança de encargos financeiros das operações contratadas, o ganho do Fundo durante 2011 foi de apenas R$ 276,2 milhões, ou o equivalente a apenas 1,8% de seu patrimônio líquido. Somando-se à remuneração das disponibilidades no mesmo período, no valor de R$ 96,1 milhões, tem-se um ganho total de R$ 372,3 milhões, ou 2,5% do patrimônio líquido. Já o Banco do Brasil teve uma renda de R$ 676,3 milhões a título de *del credere* do agente financeiro, e em função do risco assumido, o Banco teve de se responsabilizar por perdas no valor de R$ 219,9 milhões.

Outra questão relevante extraída do Relatório se refere às diferenças da situação de inadimplência da carteira de aplicações. As operações contratadas com risco exclusivo do Banco do Brasil, R$ 13,8 bilhões ou 90% da carteira do FCO, apresentam um saldo vencido de apenas R$ 61 milhões ou 0,44% do valor das operações contratadas com risco integral por conta do agente financeiro.

Enquanto isso, as operações com risco integral do FCO, no montante de R$ 834,6 milhões ou 9% das aplicações do Fundo, apresentam um saldo vencido de R$ 616,6 milhões ou 42% das operações contratadas com o risco integral por conta do FCO.

Essa situação tão díspare quanto à inadimplência acontece apesar da responsabilidade do Banco do Brasil, tal como consta da página 92 do Relatório, *in verbis*:

> Cabe esclarecer que cobrança das dívidas lastreadas com recursos do FCO, independentemente do risco de crédito – BB, FCO ou Compartilhado BB/FCO – está a cargo do Banco do Brasil, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.
>
> Deste modo, as ações de cobrança destas dívidas seguem os mesmos critérios e procedimentos adotados para as demais operações de risco do Banco do Brasil, como, por exemplo, as notificações de vencimento, cobrança administrativa e, em último caso, a execução judicial.

Apesar dessa afirmação, o mesmo Relatório traz informações que permitem concluir que a atenção do Banco à carteira de operações onde assumiu risco integral é superior à concedida à carteira de aplicações onde o risco é integral do Fundo.

	Risco Compartilhado	Risco do Fundo	Risco do Banco
Valor das Operações de Crédito (R$ mil)	44.469	1.451.172	13.797.460
Valor das Parcelas Vencidas (R$ mil)	1.262	616.593	60.966
(%) em atraso	2,8	42,5	0,4
Cobrança Judicial (em R$ mil)	20.378	6.293	140.326
Cobrança/Saldo de Aplicações (%)	45,8	0,4	1,0
Cobrança/Valor Vencido (%)	1.614,7	1,0	230,2

No quadro acima, se observa que as ações ajuizadas correspondem a 1% do valor da carteira com risco integral do Banco e a

apenas 0,4% do valor da carteira com risco integral do Fundo. Em relação ao valor das parcelas em atraso, as ações ajuizadas correspondem a 230% quando o risco é do Banco e a apenas 1% quando o risco é do Fundo.

Em 2011, o Banco do Brasil, como banco administrador do FCO, repassou R$ 27,9 milhões para aplicação por outras instituições financeiras. Tal volume de recursos corresponde a apenas 0,5% do total de aplicações em toda a região Centro-Oeste em 2011. O quadro apresentado a seguir apresenta a distribuição dos mencionados repasses.

Instituição Financeira	R$ milhões	%
BANCOOB	7,4	26,5
BRB	10,8	38,7
Goiás Fomento	2,1	7,5
Sicredi	7,3	26,2
BRDES	0,3	1,1
Total	**27,9**	**100,0**

Para concluir a apresentação dos comentários iniciais sobre o Relatório, cabe apresentar as informações disponíveis sobre a aderência da execução do programa de crédito ao planejamento de desenvolvimento regional.

Nas páginas 14 e 15 do Relatório há uma breve análise do alcance do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020). No entanto, não há uma referência cruzada entre a estratégia estabelecida no Plano e as atividades do FCO em 2011. Essa ausência é notada apesar da seguinte informação acerca do Plano: *"O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implementação da estratégia. Nele, o FCO é citado como principal instrumento de financiamento dos investimentos e da produção empresarial."* Ou seja, não foi mostrada a aderência das ações do FCO à estratégia estabelecida no planejamento do desenvolvimento regional.

Há muitas referências à Programação do FCO para 2011, conforme aprovado pelo CONDEL/FCO. Também há menção à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ao Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e às contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

Da mesma forma há referência às atividades em áreas específicas, como as de menor nível de desenvolvimento nos termos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a mesorregião de Águas Emendadas, a Região do Entorno de Brasília (RIDE) e a Região da Faixa de Fronteira. As informações indicam, essencialmente, o número de operações e o valor do crédito concedido. Não há referências ao padrão de atividades produtivas ou às especificidades do Plano a cada sub-região em particular.

Por último, há informações sobre a divulgação do FCO junto às comunidades, mediante as atividades do FCO Itinerante, mas não há a indicação de quais seriam as prioridades do Plano Regional para cada sub-região visitada.

Apresentada essa síntese quanto ao Relatório do Banco do Brasil, cabe comentar o Parecer Conjunto do Ministério da Integração Nacional e da Sudeco, que foi aprovado pelo CONDEL/FCO.

O Parecer Conjunto faz uma revisão do Relatório, sem, no entanto, entrar no mérito das questões substantivas, pois reproduz as informações do Banco e não promove uma avaliação do impacto do FCO segundo as prioridades estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020).

II – ANÁLISE

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que "*os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos*".

O § 4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina, por sua vez, que "*o relatório de que trata o caput do art. 20, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.*"

O § 5º do mesmo artigo determina que o relatório de que trata o caput do art.20, "*acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.*"

Assim, nos termos da legislação mencionada, cabe a esta Comissão e à CDR, atestar se o FCO está contribuindo para o fim para o qual foi criado pelos Constituintes de 1988: **a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.**

Para proceder essa avaliação, seria necessário que o Banco do Brasil, o Ministério da Integração Nacional e a Sudeco estivessem atentos ao ditame constitucional a seguir reproduzido, com grifo nosso:

> Art. 159. A União entregará:
>
> .....
>
> c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, ***de acordo com os planos regionais de desenvolvimento,*** ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;
>
> .....

Como não se tem como referência o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, pois este não foi elaborado apesar de ser uma exigência constitucional, a análise da documentação encaminhada ao Congresso Nacional não pode constatar se houve ou não redução das disparidades inter-regionais de desenvolvimento.

As informações contidas na documentação são abundantes e diversificadas, mas se concentram na distribuição e no valor das operações de crédito sem fazer a ligação entre as atividades do FCO e as prioridades regionais, referência essa que deveria constar do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Anotada a ausência do Plano, cabe indicar a constatação das seguintes questões: 1ª) o FCO aplicou, em 2011, seus recursos em benefício de grandes tomadores; 2ª) o Banco Brasil não concede à recuperação das operações com risco integral do FCO a mesma atenção que dedica à recuperação das operações cujo risco lhe cabe integralmente; e 3ª) o diminuto volume de recursos repassados a outras instituições financeiras.

Concentração de renda: ao concentrar um terço de suas aplicações em tomadores – empresas e produtores rurais – com faturamento ou renda bruta superior a R$ 2,4 milhões, e ao destinar R$ 1.226,2 milhões, ou 22% dos recursos aplicados em 2011, a 26 operações com valor médio de R$ 47,2 milhões, o FCO não contribuiu para a melhoria da concentração da renda e das oportunidades de progresso no Centro-Oeste.

Atenção do Banco Administrador à recuperação das operações com risco integral do FCO: no Relatório, se observa que as ações ajuizadas para recuperação de operações inadimplentes correspondem a 1% do valor da carteira com risco integral do Banco e a 0,4% do valor da carteira com risco integral do Fundo. Em relação ao valor das parcelas em atraso, as ações ajuizadas correspondem a 230% quando o risco é do Banco e a apenas 1% quando o risco é do Fundo.

Diminuto volume de recursos repassados a outras instituições financeiras: em 2011, o Banco do Brasil, como banco administrador do FCO, repassou R$ 27,9 milhões para aplicação por cinco outras instituições

financeiras. Tal volume de recursos corresponde a apenas 0,5% do total de aplicações em toda a região Centro-Oeste em 2011, o que indica limitada promoção de maior capilaridade na oferta de recursos para investimentos.

Além dos três pontos acima indicados, é importante discutir duas outras questões que estão subjacentes ao tema das atividades do FCO em 2011. A primeira questão consiste no apoio dos Fundos Constitucionais de Financiamento ao setor comércio e de serviços, e a segunda questão é ligada à primeira e consiste na participação do Distrito Federal no rateio dos recursos do FCO entre as quatro unidades federativas do Centro-Oeste.

Financiamento a Empreendimentos Comerciais e de Serviços

Originalmente, os Fundos Constitucionais de Financiamento não financiavam o setor comércio e de serviços. Assim estava previsto na Lei nº 7.827, de 1989:

> Art. 4º São beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O ditame acima refletia o entendimento de que os recursos dos Fundos deveriam ser aplicados no financiamento de atividades produtivas com prazo longo de maturação e que não fossem do interesse dos bancos comerciais, pois apresentariam risco superior ao aceitável pelo mercado financeiro em geral.

Em 2001, abriu-se a possibilidade do setor serviços e de prestação de serviços recebesse até 10% dos recursos a serem aplicados em cada exercício. Em 2008, esse limite foi ampliado para até 20% no plano regional e até 30% no plano de cada unidade federativa.

Agora, mediante a Lei nº 12.716, de 2012, acabou-se a imposição de qualquer limite para a participação do setor comércio e de serviços, com a nova redação dada ao art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, com grifo nosso.

SF/14/14/14-00

> Art. 4º São beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ***de acordo com as prioridades estabelecidas nos respectivos planos regionais de desenvolvimento***.

Como não há Plano Regional de Desenvolvimento, o Banco do Brasil – assim como os demais Bancos Administradores – utiliza os recursos do FCO para financiar empreendimentos que poderiam ser atrativos para os bancos comerciais ou para outras instituições financeiras.

Mesmo com a restrição de não haver o Plano Regional de Desenvolvimento, deveria se orientar os recursos do FCO para atividades onde há exigência de longo prazo para a maturação dos investimentos, como são hotéis, pousadas, centros de eventos e feiras, parques temáticos, shoppings centers, centros de comércio atacadistas, portos secos, distritos industriais e tantos outros empreendimentos que têm efeitos sobre a estrutura produtiva da economia regional.

Como não há a referência do Plano Regional de Desenvolvimento, o Banco do Brasil utiliza os recursos do FCO como um ativo financeiro, sem vinculação aos objetivos de promoção do desenvolvimento regional e a atenuação das desigualdades sociais e regionais.

Participação do Distrito Federal no Rateio dos Recursos do FCO

O Relatório se refere à frustração quanto ao alcance das metas estabelecidas para a participação do Distrito Federal e indica que, que na direção oposta, Goiás se beneficiou de uma expansão considerável nos recursos ali aplicados pelo FCO. No Distrito Federal estava prevista a aplicação de 19% da disponibilidade esperada, mas foram aplicados apenas 7,4%, enquanto em Goiás, foram aplicados 37% dos recursos, frente à previsão de uma participação esperada de 29%.

Cabe considerar três questões:

a) o Distrito Federal abriga apenas 18,3% da população regional, enquanto Goiás abriga 42,7%;

b) a economia do Distrito Federal tem uma base econômica muito menor do que Goiás, caso seja considerada apenas o conjunto de atividades econômicas produtivas e a participação da administração pública seja desconsiderada; e

c) no quadro apresentado a seguir, também se observa uma participação menor do Distrito Federal na distribuição regional dos desembolsos do BNDES em 2011.

ATUAÇÃO DO FCO E BNDES EM 2011 NO CENTRO-OESTE

Unidades Federativas	FCO - Contratação Efetiva			BNDES - Desembolsos		
	(R$ mil)	(%)	R$/hab.	(R$ mil)	(%)	R$/hab.
Distrito Federal	410.504	7,4	157,28	1.330.950	11,7	509,94
Goiás	2.060.986	37,2	338,95	4.386.624	38,7	721,41
Mato Grosso do Sul	1.178.886	21,3	475,84	2.524.914	22,2	1.019,14
Mato Grosso	1.896.240	34,2	616,49	3.105.802	27,4	1.009,73
REGIÃO	**5.546.616**	**100,0**	**389,40**	**11.348.290**	**100,0**	**796,71**

A ampliação da atuação do FCO no Distrito Federal está sendo promovida mediante a aplicação de recursos no apoio ao setor comércio e de serviços. Cabe, então, considerar se não seria o caso de sugerir que, dentro do setor comércio e de serviços, houvesse o objetivo de destinar mais recursos para as atividades de comércio e de serviços com prazo mais longo de maturação, retorno mais baixo e risco mais elevado.

Considerações Finais

Com esses antecedentes, considero que esta Comissão deveria apresentar à CDR a proposta de realização de uma Audiência Pública conjunta, com a presença dos dirigentes do Banco do Brasil, do Ministério da Integração Nacional e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para a discussão das questões identificadas como sendo aspectos

críticos da atuação do FCO, como instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 22, de 2012, e recomendo a proposta de realização de uma Audiência Pública conjunta CMA e CDR, com a presença dos dirigentes do Banco do Brasil, do Ministério da Integração Nacional e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para debater a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o qual deveria estabelecer as prioridades regionais para a aplicação dos recursos do FCO, conforme previsto na alínea *c* do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 18 de março de 2014.

Sen. Eduardo Amorim, Vice-Presidente no exercício da Presidência

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

OFICIO "S" Nº 22, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 18/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Eduardo Amorim

RELATOR: Sen. Rodrigo Rollemberg

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

PARECER Nº 502, DE 2014
(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

RELATOR "AD HOC": Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2011 pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), administrado pelo Banco do Brasil S.A., alusivo ao exercício de 2011, encaminhado ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para fins de fiscalização e controle.

O relatório apresentado abrange as demonstrações contábeis, com os pertinentes balanços patrimoniais, levantados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, além das respectivas demonstrações do resultado, da evolução do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos. Além dessas demonstrações, integram a documentação encaminhada para prestação de contas do FCO as notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os recursos do FCO destinam-se, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas na Região Centro-Oeste. O objetivo principal é promover o desenvolvimento socioeconômico regional, mediante a execução de programas específicos de financiamento compatíveis, principalmente, com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), as diretrizes do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), as orientações do Ministério da Integração Nacional e as grandes políticas nacionais.

No exercício de 2011, o FCO dispôs de nove programas de financiamento voltados para as atividades produtivas dos setores empresarial e rural. Referente ao setor empresarial, apontam-se os segmentos seguintes: industrial, infraestrutura, turismo e comércio e serviço; quanto ao setor rural, anotam-se as seguintes linhas: rural/integração, PRONAF, PRONAF-RA, Pronatureza e custeio.

Conforme dados extraídos da Demonstração da Movimentação dos Recursos, o Fundo contou, no exercício financeiro de 2011, com recursos da ordem de R$ 4,8 bilhões, conforme discriminação abaixo:

Recursos Previstos para 2011 – FCO

R$ milhões

Origem	Valor
Repasses do Tesouro Nacional	1.762,5
Retornos de financiamentos	2.444,2
Resultado operacional	103,7
Disponibilidades ao final do exercício anterior	867,7
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(392,1)
Total	**4.786,1**

Fonte: Programação do FCO para 2011 e Relatório de Gestão do BB

Em 2011[1], foram contratadas pelo FCO 73.541 operações de crédito, totalizando R$ 5,5 bilhões. Similarmente ao exercício de 2010, as operações contratadas pelo setor rural representaram 70,0% do total das operações de crédito do exercício. Em termos financeiros, essas operações alcançaram o montante de R$ 2,6 bilhões, o que, em termos percentuais, significa 47,3% do total disponibilizado em 2011.

[1] Dados extraídos do Relatório de Gestão do FCO, exercício 2011, elaborado pelo Banco da Brasil S.A., página 25.

Relativamente à distribuição geográfica dos recursos, em 2011, houve frustração quanto ao alcance das metas estabelecidas para a participação do Distrito Federal. Na direção oposta, Goiás se beneficiou de uma expansão considerável nos recursos ali aplicados pelo FCO. No Distrito Federal, estava prevista a aplicação de 19% da disponibilidade esperada, mas foram aplicados apenas 7,4%, enquanto em Goiás foram aplicados 37% dos recursos, frente à previsão de uma participação esperada de 29%, como pode ser observado no quadro a seguir:

Previsão versus Aplicação segundo as Unidades Federativas

Unidades Federativas	Previsão de Aplicação (A)		Contratação Efetiva (B)		B / A
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)	(%)
Distrito Federal	909.351	19,0	410.504	7,4	45,1
Goiás	1.387.957	29,0	2.060.986	37,2	148,5
Mato Grosso do Sul	1.100.793	23,0	1.178.886	21,3	107,1
Mato Grosso	1.387.957	29,0	1.896.240	34,2	136,6
REGIÃO	**4.786.058**	**100,0**	**5.546.616**	**100,0**	**115,9**

Fonte: Programação do FCO para 2011 e Relatório de Gestão do BB

O risco pela concessão dos créditos é partilhado entre o Banco da Brasil S.A. e o Fundo, na proporção de 50% para cada um, nas operações contratadas a partir de 01 de dezembro de 1998. Com a divulgação, pelo Governo Federal, do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, por meio da Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, e suas reedições, foi eliminado o risco operacional do Banco do Brasil S.A. sobre as operações de crédito contratadas até 30 de novembro de 1998. O quadro a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco operacional:

Saldo de Financiamento por Risco Operacional

R$ mil

Risco operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	13.797.460	89,75
Compartilhado	50%	44.469	0,29
FCO	100%	1.451.172	9,44
Procera[2]	100%	80.897	0,53
	Total	**15.373.998**	**100,01**

[2] Operações contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera), conforme Portaria Interministerial nº 218, de 27/8/1992.

Conforme os dados constantes do Relatório de Gestão do Fundo[3], no final do exercício de 2011, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R$ 15.374,0 milhões, sendo R$ 14.645,0 milhões de parcelas vincendas e R$ 729,0 milhões de parcelas vencidas. Consequentemente, o índice de inadimplência geral (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 4,7%, superior ao observado no final do exercício de 2010 de 3,2%. Especificamente, para as operações de risco compartilhado, tal índice foi de 2,67%; para as de risco integral do fundo, 20,27%; e para as de risco exclusivo do BB, 1,29%. Em 2010, esses índices foram, respectivamente, 0,52%; 18,27%; e 1,80%.

II - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, nosso voto é no sentido de que esta Comissão delibere pelo conhecimento da matéria objeto do Ofício "S" nº 22, de 2012, e pelo encaminhamento do processado ao arquivo, sem prejuízo da Audiência Pública conjunta proposta pela CMA para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

, "Ad hoc"

Sen. Benedito de Lira

[3] Relatório de Gestão do Fundo – Exercício 2011 – pág. 49.

SENADO FEDERAL
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
OFICIO "S" Nº 22, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 28/05/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares

RELATOR: "ad hoc" Senador Benedito de Lira

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. João Capiberibe (PSB)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Durval ~~(PDT)~~	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Ana Amélia ~~(PP)~~	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	4. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	5. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Lúcia Vânia (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

PARECERES
Nºs 503 E 504, DE 2014

Sobre o Ofício S/36, de 2013 (nº 341/2013, na origem) por meio do qual o Ministro da Integração Nacional encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2012.

PARECER Nº 503, DE 2014
(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao conhecimento desta COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE o Ofício "S" nº 36, de 2013 (Ofício nº 341/MI, de 22 de agosto de 2013, na origem), por meio do qual o Ministro da Integração Nacional encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2012, em cumprimento ao disposto no art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Foram encaminhadas três vias do Relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no Exercício de 2012, acompanhado das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012, devidamente auditadas; três vias do parecer-Conjunto nº 25/2013-SFRI/SUDECO, de 27 de maio de 2013, do Ministério da Integração Nacional; e três vias da Resolução Condel/Sudeco nº 008/2013, de 17 de julho de 2013, publicada no DOU de 25 de julho de 2013, Seção 1, p. 28.

O Ministro da Integração Nacional concluiu seu ofício de encaminhamento informando que o Relatório ora apreciado foi aprovado *ad referendum* do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme a Resolução Condel/Sudeco nº 008/2013, de 2013, retro referida, bem como discutido e votado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho, ocorrida em 30 de julho de 2013.

II – ANÁLISE

Insere-se nas competências do Senado Federal analisar a matéria objeto do Ofício "S" nº 36, de 2013, emitindo parecer, notadamente em face dos arts. 49, X, 58, § 2º, VI, 70, *caput*, e 71, *caput*, da Carta Cidadã de 1988, assim como por força do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 1989. No âmbito desta Casa, a competência para esta CMA se manifestar sobre o tema repousa no art. 102-A, I, *a*.

O documento ora encaminhado é o Relatório de Gestão do FCO referente ao Exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual, exigida nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com legislação aplicável, e destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. Por meio desse instrumento é possível aferir o alcance de objetivos e metas.

O FCO foi criado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea *c*, da Magna Carta, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, que abrange os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, e possui 466 Municípios, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Fundo é utilizado na execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO).

O PDCO (2007-2020) serve para orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade e preparar a Região para os desafios do futuro, sendo uma base estratégica para futuros governos e seus parceiros nas Unidades Federativas da Região. Não se restringe a uma gestão governamental, pois sua elaboração envolve governos e agentes do corpo social, e seu norte é criar bases sólidas na sociedade, incorporar as prioridades estratégicas e refletir-se nas decisões dos governos.

A participação da sociedade na formulação do Plano e na sua execução constitui, portanto, a condição central para o seu sucesso; pelo fato de incorporar as expectativas da sociedade sobre o futuro da região, e pela contribuição para a construção de um "projeto coletivo" regional que ultrapassa os limites dos governos e se incorpora nas expectativas e anseios dos atores sociais.

A distribuição dos recursos do Fundo, no 1° semestre de 2012, obedeceu aos seguintes percentuais, segundo as Unidades Federativas da região: DF - 19,0%; GO - 29,0%; MT - 29,0% e MS - 23,0%. Na distribuição entre as UF, 51% dos recursos do Fundo foram destinados aos empreendedores individuais, micro, pequenas e pequeno-médias empresas e aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e 49,0% aos médios e grandes tomadores.

Segundo informa o Relatório, as principais diretrizes observadas pelo Banco do Brasil na aplicação dos recursos são:

> a) concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
>
> b) ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;
>
> c) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e empreendedores individuais, pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;

d) preservação do meio ambiente;

e) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;

f) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;

g) orçamentação anual das aplicações dos recursos;

h) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;

i) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;

j) proibição de aplicação dos recursos a fundo perdido;

k) programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento;

l) divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento.

No que tange à execução física com recursos do Fundo, entre o 1° semestre de 2012 e o 1° semestre de 2011, houve incremento de 10,9% na quantidade e 34,6% no valor total das contratações, destacando-se, no setor rural, o item Demais Linhas Rurais, com crescimento de 77,2% do contratado.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, por meio de oferecimento de apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Quanto a contratações no âmbito do Pronaf, foi informado que no

1° semestre de 2012 o FCO financiou 17.137 operações (exceto Pronaf Reforma Agrária – RA), com investimento total de R$ 404,8 milhões, representando incremento de 19,2% no volume contratado no mesmo período de 2011 (R$ 340,0 milhões).

Goiás foi a unidade da Federação que se destacou pelo maior volume de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf/FCO, como 9 mil operações, correspondentes a 52,6% do total, e investimentos de R$ 180,1 milhões (44,5% do montante total). Mato Grosso experimentou incremento de 35,7% no volume de operações, em comparação ao observado no 1° semestre de 2011 (R$ 174,9 milhões contra R$ 129 milhões).

Ainda segundo destaca o Relatório, foram gerados ou mantidos 76.399 postos de trabalho (30.893 diretos e 45.506 indiretos), em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf.

No bojo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Reforma Agrária (Pronaf-RA), em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve decréscimo de 12,4% na quantidade de operações contratadas (1.396 contratadas no 1° semestre de 2011) e 14,0% no montante de recursos (R$ 22,0 milhões no 1° semestre de 2011).

O Condel/FCO, por meio da Resolução n° 319, de 14 de setembro de 2007, criou indicadores de desempenho, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO. Ao nosso sentir, estes são os números mais importantes a serem considerados. A explicação para cada um deles pode ser obtida diretamente no Relatório.

As metas de desempenho por indicador para o exercício de 2012 foram as seguintes:

a) Índice de Aplicação: 87,00%

b) Índice de Contratações com Menor Porte: 51,00%

c) Índice de Inadimplência: (até) 2,00%

d) Índice de Cobertura de Contratações no Exercício: 100,00%

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual: 15,00%

f) Índice de Contratações por UF:

DF 19,00%

GO 29,00%

MT 29,00%

MS 23,00%

g) Índice de Contratações por Setor:

Rural: 44,30%

Empresarial: 55,70%

h) Índice de Tempo Médio de Contratação: 35 dias

A seguir, transcrevemos a parte do Relatório que compara o objetivado com o alcançado.

Resultados dos Indicadores e Metas de Desempenho

a) Índice de Aplicação - IA = 103,4%

As contratações com recursos do FCO no 1° semestre de 2012 atingiram R$ 3.010,6 milhões, 103,4% do montante dos recursos distribuídos no 1° semestre de 2012 para aplicação (R$

2.912,5 milhões), 21,2% acima do registrado no mesmo período de 2011(82,1%).

b) Índice de Contratações com Menor Porte - ICMP = 76,5%

As contratações com os segmentos de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R$ 2.304,1 milhões. Considerando o total contratado na Região, de R$ 3.010,6 milhões, o ICMP foi de 76,5%.

c) Índice de Inadimplência - II = 0,48%

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco observado no final do 1° semestre de 2012, foi de 0,48%, inferior à meta estabelecida pelo Condel, de até 2,00%.

O índice observado no período anterior foi de 0,36%.

Para alcançar esse desempenho, o BB conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como as seguintes:

• intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB;

• utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente;

• esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício - ICCE = 99,6%

No 1° semestre de 2012, 99,6% dos 466 municípios da Região Centro-Oeste contaram financiamentos com recursos do FCO, ficando somente os municípios de Ladário-MS e Novo Gama-GO sem contratações no período. Nesse ponto é importante salientar que a rede de distribuição do BB alcança todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e dos empresários, onde podem apresentar suas propostas de financiamento.

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual - ICNB = 23,2%

Do total de 39.428 operações contratadas no 1° semestre de 2012, 9.138 (23,2%) foram contratadas com novos beneficiários. As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com os governos federal e estaduais e com outros parceiros, busca permanentemente incrementar o nível de contratação de operações, inclusive para novos beneficiários, atingindo, com destaque, a meta definida pelo Condel, conforme Quadro XXVII, adiante.

f) Índice de Contratações por UF - ICUF = DF 10,7%, GO 36,9%, MT 31,1% e MS 21,3%.

O GO liderou em volume de contratações com R$ 1.110,7 milhões, equivalentes a 36,9% do montante observado na Região (R$ 3.010,6 milhões), seguido por MT, com R$ 937,8 milhões (31,1%); MS, com R$ 640,6 milhões (21,3%) e; DF, com R$ 321,5 milhões (10,7%).

Cabe destacar a performance do MT, cujas contratações cresceram 51,0%, saindo de R$ 621,0 para R$ 937,8 milhões em comparação com o volume do 1° semestre de 2011. A participação geral passou de 27,8% para 31,1% nas contratações da Região.

g) Índice de Contratações por Setor – ICS = Rural 56,8% e Empresarial 43,2%

Do montante de R$ 3.010,6 milhões, R$ 1.709,8 milhões (56,8%) foram contratados com o setor rural, incremento de 57,2% no montante de recursos contratados em relação ao mesmo período do ano anterior. No setor empresarial, foram contratados R$ 1.300,8 milhões (43,2%), registrando crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período de 2011.

h) Índice de Tempo Médio de Contratação - ITM = -2,9%

O tempo médio de contratação das operações de financiamentos com recursos do FCO ao final do 1° semestre de 2012 foi de 34 dias, 2,9% inferior ao tempo médio apurado no mesmo período de 2011 (35 dias), e dentro da meta estabelecida pelo Condel/FCO.

Para os indicadores Índice de Incremento de Contratações - IIC e Índice de Originação de Demanda – IOD, não foram definidas metas para o exercício de 2012.

Constam outras informações relevantes do Relatório encaminhado. Contudo, o seu volume exige equipe técnica direcionada aos seus tratamento e análise por longo período. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem por missão institucional auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, e está incumbido de julgar as contas do FCO, objeto do Relatório sobre o qual se debruça esta Comissão.

A Corte de Contas é o braço técnico adjutório do Parlamento, possuindo profissionais dedicados única e exclusivamente a promover a análise dessas contas, podendo fornecer a esta Casa um produto mais elaborado do que a simples leitura dos números lançados no Relatório de Gestão.

Nesse sentir, o mais adequado é conhecer o Ofício "S" nº 36, de 2013, arquivá-lo e demandar ao TCU que encaminhe a esta CMA cópia do acórdão que julgar as contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem.

III – VOTO

À luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão, pelo arquivamento do Ofício "S" nº 36, de 2013, e voto pela aprovação do seguinte Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2013

Nos termos dos arts. 49, inciso X, e 71, *caput* e inciso IV, da Constituição Federal, e nos termos regimentais, solicita-se ao Tribunal de Contas da União que encaminhe à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do acórdão que julgar as contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem.

Sala da Comissão, 11 de fevereiro de 2014.

Senador BLAIRO MAGGI, Presidente

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, Relator

Senador Eduardo Amorim
Vice-Presidente em exercício

SENADO FEDERAL

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

OFICIO "S" Nº 36, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 11/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Eduardo Amorim

RELATOR: Sen. Aloysio Nunes

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Wellington Dias (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Of. nº 10/2014/CMA Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro AUGUSTO NARDES
Presidente do Tribunal de Contas da União

Assunto: Solicitação ao TCU para envio de acórdão

Senhor Ministro,

Encaminho cópia do parecer aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA) relativo ao Ofício S nº 36, de 2013. O parecer foi aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da CMA, ocorrida em 11 de fevereiro de 2014, e trata do Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012. Informo que uma das conclusões do parecer é pela solicitação à Corte de Contas para que encaminhe a esta Comissão cópia do acórdão que julgar as contas do mencionado Fundo Constitucional. Desse modo, peço a gentileza de encaminhar esse documento à CMA.

Atenciosamente,

Senador BLAIRO MAGGI
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
OFS Nº 36 / 2013
Fls. 128

Recebi em 19/02/2014
Thaís - 55536

Aviso nº 128-GP/TCU

Brasília, 19 de março de 2014.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 10/2014/CMA, de 12/2/2014 (autuado neste Tribunal como TC-003.934/2014-4), mediante o qual Vossa Excelência encaminhou cópia do Requerimento nº 7/2013 (acompanhado do parecer dessa Comissão relativo ao Ofício "S" nº 36/2013), envio, em anexo, instrução técnica emitida no referido processo pela Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazenda), bem como mídia (CD) com arquivo eletrônico do Relatório de Gestão concernente ao exercício de 2012 do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Esclareço, a propósito, que consultas públicas sobre relatórios de gestão podem ser feitas no *site* www.tcu.gov.br, acessando o seguinte *link*:

https://contas.tcu.gov.br/econtrole/Web/EControle/ConsultaPublica/ConsultaPublicaRelatorioGestao.faces?ano=2012.

Caso esclarecimentos adicionais sobre o assunto se façam necessários, esta Casa – por intermédio da SecexFazenda, telefone: 3316-7371, e da Assessoria Parlamentar (Aspar), telefone: 3316-7878 – encontra-se à disposição dessa Comissão.

Atenciosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
OFS Nº 36 / 2013
Fls. 130

A Sua Excelência o Senhor
Senador BLAIRO MAGGI
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Senado Federal
Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional
Serviço de Administração

TC 003.934/2014-4
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Assunto: cópia do acórdão que julgar as contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem.
Interessado: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Trata-se de expediente do Senador BLAIRO MAGGI, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), por meio do qual é encaminhada cópia do Requerimento nº 07, de 11 de fevereiro de 2014, requisitando cópia do acórdão que julgar as contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem.

Inicialmente, esclareço que o feito pode ser conhecido como Solicitação do Congresso Nacional, uma vez que se encontra em conformidade com o art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU, c/c artigo 4º da Resolução-TCU nº 215, de 20 de agosto de 2008.

Importa ressaltar que este Tribunal a partir da Instrução Normativa 57/2008, de 27/08/2008, passou a adotar critérios de seletividade para julgamento das contas das unidades jurisdicionadas, por meio de Decisões Normativas.

Em decorrência, a Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, preconiza em seu artigo 4º que o Tribunal definirá anualmente, em Decisão Normativa, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas ordinárias, constituídos para julgamento, assim como os conteúdos e a forma das peças que os comporão e os prazos de apresentação.

Por meio da Decisão Normativa - TCU nº 124, de 5 de dezembro de 2012, conforme dispõe o artigo 4º da mencionada Instrução Normativa, o TCU estabeleceu as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis tiveram as contas de 2012 julgadas, onde o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) não foi contemplado para julgamento das contas daquele exercício.

Dessa forma, o atendimento do presente pleito fica parcialmente prejudicado, pois o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) não teve as contas dos seus administradores julgadas pelo TCU no exercício de 2012, tendo apenas seu Relatório de Gestão aprovado por esta Corte, e está disponível no sito www.tcu.gov.br via link https://contas.tcu.gov.br/econtrole/Web/EControle/ConsultaPublica/ConsultaPublicaRelatorioGestao.faces?ano=2012.

A consideração superior.

SECEXFAZENDA, 12 de março de 2014.

Acísio Rodrigues Fernandes
TEFC - Matrícula 1537-7

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional
Serviço de Administração

TC 003.934/2014-4
Natureza: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL
Órgão/Entidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

Pronunciamento da Fazenda/S.A.

Manifesto-me de acordo com a proposta técnica, no sentido de que seja comunicado ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA) que o **Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO),** em razão de critérios técnicos estabelecidos para análises de contas relativas a Unidades Jurisdicionadas a partir da edição da Instrução Normativa 57/2008, de 27/08/2008 e em Instruções Normativas anuais, não teve as contas dos seus administradores julgadas pelo TCU no exercício de 2012, uma vez que para o caso específico, o referido órgão, seguindo normativos próprios, teve apenas seu Relatório de Gestão aprovado por esta Corte e publicado em seu sitio no endereço: **https://contas.tcu.gov.br/econtrole/Web/EControle/ConsultaPublica/ConsultaPublicaRelatorioGestao.faces?ano=2012**, local onde poderá ser acessado na íntegra.

Ante o exposto, a solicitação pode ser atendida nos termos propostos, por meio de envio de Aviso ao interessado com as informações pertinentes, ao tempo que indica a possibilidade de esclarecimentos de dúvidas por ventura existentes acerca do tema poderão ser elucidadas junto ao Serviço de Gestão de Contas, localizado no Anexo II, Sala 310, 3° Andar, deste TCU, pessoalmente, ou via telefone 3316- 7883.

À consideração superior,

SecexFazenda, em 14 de março de 2014.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
DFS Nº 36 /2013
Fls. 431

Wilson Carlos Ferreira Valente
Chefe de S.A.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Segecex/
Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional

TC 003.934/2014-4

Apenso:

Tipo de processo: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

PRONUNCIAMENTO DA UNIDADE

Manifesto-me de acordo com a proposta formulada pelo TEFC ACISIO RODRIGUES FERNANDES, a qual contou com a anuência do titular da Fazenda/SA (doc 51.123.943-2).

SecexFazen, em 17 de março de 2014.

(Assinado eletronicamente)

AMOQUE BENIGNO DE ARAÚJO -
Matrícula 3513-0

Secretário

PARECER Nº 504, DE 2014
(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

RELATOR "AD HOC": Senador **RUBEN FIGUEIRÓ**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, o Ofício "S" n.º 36, de 2013 (Ofício n.º 341/MI, de 22 de agosto de 2013, na origem), por meio do qual o Ministro da Integração Nacional encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2012.

A apreciação da matéria por esta Comissão encontra respaldo no § 4.º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, *in verbis*:

> *"Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.*
>
> ....
>
> *§ 4.º O relatório de que trata o caput deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle."*

Por sua vez, o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 104-A, confere à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo competência para opinar sobre matérias pertinentes a agências e organismos de desenvolvimento regional, bem como programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

A presente matéria encontra-se instruída pelo Relatório do FCO de Gestão do Exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle

interno e externo; demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2012 devidamente auditadas; Parecer-Conjunto n.º 25-SFRI/SUDECO, de 27 de maio de 2013, do Ministério da Integração Nacional; Resolução CONDEL/SUDECO n.º 008/2013, publicada na página 28 da Seção I do D.O.U. de 25 de julho de 2013; Parecer da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE sobre o relatório ora em análise; Requerimento n.º 07, de 2013, do Senado Federal, dirigido ao TCU; bem como resposta daquela Corte de Contas.

Por fim, o Ministro de Estado da Integração Nacional e também Presidente do Condel/Sudeco, concluiu seu ofício de encaminhamento informando que o Relatório em análise foi aprovado *ad referendum* do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Resolução Condel/Sudeco n.º 008/2013 – parte integrante da instrução da presente matéria –, tendo já sido discutido e votado na 2.ª Reunião Ordinária do Conselho, ocorrida em 30/07/2013.

É o relatório.

II – ANÁLISE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, Inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região contava com 466 municípios até 2012.

A administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional; e
- Banco do Brasil

O Relatório de Gestão do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, Exercício 2012, em análise por esta Comissão, foi apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, devendo ser elaborado de acordo com disposições do Tribunal de Contas da União e respectivo órgão de controle interno.

O Relatório de Gestão do FCO deve destacar as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, por meio dele que se pode aferir se os objetivos e metas do FCO foram alcançados.

A composição anual do montante de recursos previstos para a execução orçamentária do FCO leva em conta as transferências do Tesouro Nacional, disponibilidade remanescente do exercício anterior, os retornos de financiamentos e o resultado operacional do Fundo, deduzidos os recursos comprometidos com as parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores.

Em linhas gerais, o Relatório de Gestão apresenta uma série de informações qualitativas e quantitativas, contábeis e financeiras, relativas ao desempenho do FCO durante o Exercício de 2012, das quais destacamos as seguintes: i) origem dos recursos; ii) contratações por Estado; e iii) metas de desempenho para o Exercício de 2012.

Com relação à origem dos recursos previstos e valores efetivamente arrecadados em 2012, apresentamos a tabela a seguir discriminando as fontes das disponibilidades financeiras:

TABELA I – Origem dos Recursos do FCO
Previsto x Realizado - Exercício 2012

R$ milhões

Origem dos Recursos	Previsto	Realizado
Saldo de Exercícios Anteriores	617,5	617,5
Retorno de Operações	3.074,4	2.669,6
Repasses do Tesouro Nacional	1.920,8	1.726,8
Resultado Operacional	121,7	181,5
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em anos anteriores	(760,3)	(447,5)
Total	**4.974,1**	**4.747,9**

No que tange à contratação de operações de crédito, durante o ano de 2012 foram contratadas 62.711 operações, totalizando R$ 5.862,0 milhões. Os investimentos do FCO Empresarial somaram R$ 2.546,8 milhões, representando 43,5% do montante contratado, enquanto as contratações do FCO Rural atingiram R$ 3.314,2 milhões, equivalentes a 56,5% do total aplicado no período. As duas tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos por Estado, em valores percentuais e recursos financeiros.

TABELA II – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CONTRATAÇÕES
Previsto x Executado em 2012 por Estado

Em %

SETOR	DF		GO		MT		MS		TOTAL	
	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	**Prev.**	**Exec.**
FCO Empresarial	15,2	7,3	14,5	12,3	14,5	12,7	11,5	11,2	**55,7**	**43,5**
FCO Rural	3,8	2,0	14,5	19,6	14,5	18,4	11,5	16,5	**44,3**	**56,5**
TOTAL	**19,0**	**9,3**[1]	**29,0**	**31,9**	**29,0**	**31,1**	**23,0**	**27,7**	**100,0**	**100,0**

TABELA III – CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR ESTADO
Executado em 2012

R$ mil

SETOR	DF	GO	MT	MS	TOTAL
FCO Empresarial	427.348	718.631	743.215	657.570	**2.546.764**
FCO Rural	118.019	1.150.616	1.079.579	965.992	**3.314.206**
TOTAL	**545.367**	**1.869.247**	**1.822.794**	**1.623.562**	**5.860.970**

Por meio da Resolução n.º 319, de 14 de setembro de 2007, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste criou diversos indicadores de desempenho com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO. A Tabela IV abaixo apresenta os principais indicadores constantes do Relatório.

[1] A baixa aplicação no DF já foi objeto de recomendação dos órgãos de controle ao Ministério da Integração Nacional, dado que historicamente o DF não atinge a meta estabelecida, apesar de esforços tais como a realização de eventos de "FCO Itinerante" para a divulgação das linhas de financiamento.

TABELA IV – INDICADORES E METAS DE DESEMPENHO
Previsto x Executado em 2012

INDICADOR		Previsto	Executado
Índice de Aplicação		87,0%	112,80%
Índice de Contratações de Menor Porte		51,0%	68,30%
Índice de Inadimplência		2,0%	0,52%
Índice de Cobertura de Contratações no Exercício		100,0%	99,80%
Índice de Operações com Novos Beneficiários		15,0%	22,20%
Índice de Contratações por UF	DF	19,0%	9,30%
	GO	29,0%	31,90%
	MT	29,0%	31,10%
	MS	23,0%	27,70%
Índice de Contratações por Setor	Rural	44,3%	56,50%
	Empresarial	55,7%	43,50%
Índice de Tempo Médio de Contratação		35 dias	29 dias

Importa ressaltar que o Relatório de Gestão do FCO – 2012 foi objeto de análise, em fevereiro deste ano, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, de cujo Parecer destacamos o seguinte trecho:

> "...
> *Constam outras informações relevantes do Relatório encaminhado. Contudo, o seu volume exige equipe técnica direcionada aos seus tratamento e análise por longo período. O tribunal de Contas da União (TCU) tem por missão institucional auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, e está incumbido de julgar as contas do FCO, objeto do Relatório sobre o qual se debruça esta Comissão.*
> *A Corte de Contas é o braço técnico adjutório do Parlamento, possuindo profissionais dedicados única e exclusivamente a promover a análise dessas contas, podendo fornecer a esta Casa um produto mais elaborado do que a simples leitura dos números lançados no Relatório de Gestão.*
> *Nesse sentir, o mais adequado é conhecer o Ofício "S" n.º 36, de 2013, arquivá-lo e demandar ao TCU que encaminhe a esta CMA cópia do acórdão que julgar as contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem."*

O Parecer concluiu pelo conhecimento do assunto, pelo arquivamento do Ofício "S" n.º 36, de 2013, e pela aprovação de requerimento nos seguintes termos:

"Nos termos dos arts. 49, inciso X, e 71, caput e inciso IV, da Constituição Federal, e nos termos regimentais, solicita-se ao Tribunal de Contas da União que encaminhe à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do acórdão que julgar as contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e voto que o fundamentarem."

Em resposta ao citado requerimento, o Tribunal de Contas da União informou que o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2012 foi devidamente aprovado.

Esclareceu ainda que, a partir da Instrução Normativa TCU 57/2008, o Tribunal passou a adotar critérios de seletividade para julgamento das contas das unidades jurisdicionadas, por meio de Decisões Normativas. Nesse contexto, a Decisão Normativa TCU 124/12, não incluiu o FCO entre as unidades jurisdicionadas que teriam as contas de 2012 submetidas a julgamento.

Entendemos, dessa forma, que os objetivos do Requerimento de Informações aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle foram atendidos, tendo em vista que, embora as contas do FCO de 2012, nos termos da citada Decisão Normativa, não tenham sido objeto de processo de contas ordinário constituído para julgamento, o Relatório de Gestão de 2012 do FCO foi aprovado pela Corte de Contas.

III – VOTO

Em face do exposto, somos pelo conhecimento do Relatório de Gestão do FCO, Exercício 2012, bem como pelo arquivamento do Ofício "S" n.º 36, de 2013.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

, "Ad hoc"

SENADO FEDERAL
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
OFICIO "S" Nº 36, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 28/05/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares

RELATOR: "Ad hoc" Senador Ruben Figueiró

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. João Capiberibe (PSB)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	3. Walter Pinheiro (PT)
João ~~Durval (PDT)~~	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Ana Amélia (PP)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	4. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	5. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Lúcia Vânia (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

ARQUIVAMENTO

Arquivamento dos Ofícios nºs S/22, de 2012 e S/36, de 2013, em cumprimento às conclusões dos **Pareceres nºs 501 a 504, de 2014**, das Comissões de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2014

Susta os efeitos do Decreto federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam sustados os efeitos do Decreto federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação - SNPS, e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 26/05/2014, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação - SNPS, e dá outras providências", editado pela Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais relativas à edição de decretos e à organização da Administração pública federal.

Com a proposta de "fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil", Sua Excelência criou o "Programa Nacional de Participação Social".

Entre seus objetivos primárias, estão os seguintes:

"I - consolidar a participação social como método de governo;

II - promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;

III - aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes;

IV - promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal;

V - desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;

VI - incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente, softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro;

VII - desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis;

VIII - incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e

IX - incentivar a participação social nos entes federados."

Para tanto, o PNPS implementa instâncias de relacionamento institucional direto da população com o Poder Executivo federal, através da criação de conselhos e comissões de políticas públicas, conferências, ouvidorias, mesas e fóruns de diálogo e audiências e consultas públicas, inclusive através de ambientes virtuais de participação social.

Abre, ainda, a determinação (por meio de uma cominação normativa), voltada aos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, de "considerar as instâncias e os mecanismos de participação social, previstos neste Decreto, para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas públicas" (art. 5º).

Cria, ainda, mecanismo de representação popular impróprio, por meio de eleição de representantes da sociedade civil para o exercício de mandato em conselhos de políticas públicas, ou, ainda, mediante indicação

direta (art. 10 e 11). Também estabelece modalidade de democracia direta quando fixa diretrizes, por exemplo, para a atuação das chamadas "mesas de diálogo" (art. 14) e na criação de ambientes virtuais de participação social (art. 18).

Assim que foi publicado, o Decreto instituidor do PNPS foi objeto de críticas alarmantes advindas de órgãos da imprensa. E com razão.

Trata-se de uma forma polida com que a Presidente da República decreta a falência do Poder Legislativo federal e o sucateamento total e absoluto do Congresso Nacional.

Uma vez que a Constituição Federal estabeleceu a forma de governo e de Estado e o sistema político de representação popular, cabe a cada um dos Poderes públicos constituídos respeitar e cumprir o que lhe fora estabelecido pelo povo - titular único do poder.

E a opção feita para a regência da sociedade brasileira foi a de democracia mista, onde as formas de participação direta do povo estão clara e taxativamente definidas.

Não há, na Constituição federal, abertura para a ampliação desse sistema, nem para sua reinvenção, mais ainda por meio de ato unilateral advindo de um dos Poderes. Máxime quando a nova formatação de democracia direta proposta avança sobre as atribuições constitucionais de outro Poder.

O art. 14 da Lei Maior é cristalino:

"Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;
II - referendo;
III - iniciativa popular."

Além disso, este é um Estado Democrático de Direito, um Estado Constitucional, onde todo os espaços de participação popular devem ser pautados pela regência da lei, em atenção e respeito ao princípio constitucional da tripartição dos Poderes.

Vale dizer: além de instituir modalidades de representação popular e democracia direta, bem como além de invadir as prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo federal, o PNPS não foi constituído com a devida e necessária participação dos legítimos representantes populares: os deputados e senadores da República.

Uma iniciativa dessa natureza, que decreta o alijamento do Congresso Nacional na discussão das políticas públicas, jamais poderia ter sido instituída sem o devido processo legislativo constitucional.

Sua Excelência, Presidente da República, por meio desta proposta, ratifica o desrespeito permanente que dedica ao Congresso Nacional, como o faz rotineiramente com a edição desenfreada de medidas provisórias e a dominação da pauta do Congresso Nacional. Exemplo recente vimos na aprovação do Marco Civil da Internet, que, a despeito da participação sólida da Câmara dos Deputados, que discutiu a proposta por 3 anos, não pôde ser discutido no Senado Federal, apesar das dezenas de emendas que foram propostas por senadores legitimamente interessados em aprimorar o projeto.

Portanto, com o objetivo de sustar essa inconstitucional proposta, por nítida invasão das atribuições constitucionais do Congresso Nacional, bem como visando zelar pela preservação de sua competência legislativa, propomos o presente Decreto Legislativo, pelo que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2014.

Senador ALVARO DIAS
PSDB-PR

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

TÉRMINOS DE PRAZO

Encerrou-se no dia 30 de maio o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara n° 136, de 2011** (n° 7.513/2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD a alienar, por meio de doação, imóvel à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; e

– **Projeto de Lei da Câmara n° 78, de 2013** (n° 4.221/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA)*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Esgotou-se no dia 30 de maio o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2013** (nº 925/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Correio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marizópolis, Estado da Paraíba;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2013** (nº 820/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Sócio Cultural da Cidade de Lagarto – Lagarto FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2013** (nº 1.117 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estação FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2013** (nº 1.153 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Grande Barroso I para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2013** (nº 771 /2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Fortaleza do Tabocão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza do Tabocão, Estado do Tocantins;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2013** (nº 984 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2013** (nº 1.138 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Serranegrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2013** (nº 1.196 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Alternativa de Divinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2013** (nº 1.254 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 90 Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2013** (nº 1.280 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Cabo TV Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2013** (nº 772 /2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Clube FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2013** (nº 887 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Absoluta FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2013** (nº 1.005 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Oficina de Rádio Capanemense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2013** (nº 1.119 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Evangélica Trindade para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2013** (nº 1.205 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Planalto de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2013** (nº 1.270 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Comunidade Quilombola de Casca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2013** (nº 946 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Torre de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani d`Oeste, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2013** (nº 1.012 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Regaldo Milbradt para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2013** (nº 1.084 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jardim São Pedro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo; e*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2013** (nº 1350 /2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Artística e Cultural "Pró-Arte" de Nazaré – Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado do Tocantins.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 592, DE 2014 - PLEN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado n°. 448 de 2013, que "Altera a Lei n°. 8.742, de 7 de outubro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências para incorporar o Programa Bolsa Família" e do Projeto de Lei do Senado n°. 458 de 2013, que "Altera a Lei n°. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar", ambos de autoria do Senador Aécio Neves, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Humberto Costa.**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 593, DE 2014 - PLEN

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 255, II, c, 12, c/c art. 215, caput, todos do Regimento Interno do Senado Federal, que o **PLS n° 458, de 2013** de autoria do Senador Aécio Neves, que "Altera a Lei n° 10.8236, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar", **sela submetido à oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**, além das constantes no despacho inicial.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Humberto Costa.**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 594, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 448/2013, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de outubro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência

Social e dá outras providências para incorporar o Programa Bolsa Família, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Senadora **ANA RITA (PT - ES)**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 595, DE 2014 - PLEN

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 255, II, c, 12, c/c art. 215, caput, todos do Regimento Interno do Senado Federal, que o **PLS n° 448. de 2013** de autoria do Senador Aécio Neves, que "Altera a Lei n° 8.742, de 7 de outubro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências para incorporar o Programa Bolsa Família", **seja submetido à oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**, além das constantes no despacho inicial.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Humberto Costa.**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 9 de 2014-CN: Aviso nº 510, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2011.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 9, DE 2014-CN
(nº 510/2014, na origem)

Brasília, em 29 de maio de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011, publicado no DOU nº185, de 26 de setembro de 2011, Seção I, página 124.

Respeitosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Aviso nº 510 -GP/TCU

Brasília, em 29 de maio de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011, publicado no DOU nº185, de 26 de setembro de 2011, Seção I , página 124.

Respeitosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Presidente

(Publicada no DOU nº 185, de 26 de setembro de 2011, Seção I, página 124)

PORTARIA-TCU Nº 253 , DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NA PRESIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos arts. 31, inciso I, e 28, inciso XXXIV, do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO NARDES

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Presidente

ANEXO
UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS[1] (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	*Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (b)*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.145.314.316,42**	**30.251.195,67**
Pessoal Ativo	735.582.724,39	25.229.393,24
Pessoal Inativo e Pensionistas	409.731.592,03	5.021.802,43
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**214.123.148,68**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	9.510.956,12	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	204.612.192,56	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**931.191.167,74**	**30.251.195,67**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)	**961.442.363,41**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	552.733.062.590,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,1739 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4380 %	2.376.752.169,14
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085 %	2.257.914.560,68

Fonte: Siafi Gerencial, Siafi 2010 e 2011, Portaria STN nº 647, de 10 de Setembro de 2011 (RCL)

Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Fernando Luiz Souza da Eira
Secretário-Geral de Administração

Eugênio Paccelli de Paula Corrêa
Secretário de Controle Interno

José Eliomá Oliveira Albuquerque
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Calendário de tramitação (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 2/6/2014

Até 7/6 prazo para publicação da matéria;

Até 22/6 prazo para apresentação de relatório;

Até 27/6 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

Até 4/7 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– **Mensagem nº 10, de 2014-CN**: Mensagem nº 134, da Presidência da República, que encaminha o Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário, do 1º quadrimestre de 2014.

É a seguinte a Mensagem:

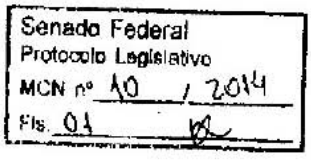
MENSAGEM
Nº 10, DE 2014-CN
(nº 134/2014, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, encaminho a Vossas Excelências o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão.

Brasília, 29 de maio de 2014.





TESOURONACIONAL

SOF
Orçamento Federal

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

1º Quadrimestre de 2014

Senado Federal
SOM
Fls. nº 02
Protocolo Legislativo

Brasília-DF

Maio / 2014

Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2014

MENSAGEM AOS MINISTROS

1. O presente documento foi preparado com vistas ao cumprimento do § 4º do art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

2. Além disso, de acordo com o art. 111 da **Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013**, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, que orientou a elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até três dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

3. Neste relatório são apresentados o resultado primário realizado no primeiro quadrimestre deste ano e a meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais não financeiras, fixada para o exercício de 2014, conforme disposição dos normativos supracitados.

Respeitosamente,

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional
Ministério da Fazenda

George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Senado Federal
SGM
Fls. nº 01
Protocolo Legislativo

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS é uma publicação quadrimestral, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da LC nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF. Algumas informações são apresentadas em atendimento a outras normas, citadas ao longo do texto. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional (*)

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretaria de Orçamento Federal

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

(*) Coordenação Técnica.

Distribuição Eletrônica:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/politica-fiscal/planejamento-fiscal/relatorio-de-cumprimento-de-metas

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. **Relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais: 1º quadrimestre de 2014. Secretaria do Tesouro Nacional.** Brasília. Maio de 2014.

Senado Federal SGM Fls. nº 04 Protocolo Legislativo

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS IV
SIGLAS E ABREVIATURAS V
SUMÁRIO EXECUTIVO VI
1. EVOLUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 1
1.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL 1
1.2. PROGRAMAÇÃO DO 1º QUADRIMESTRE 2
2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL 6
2.1. 1º QUADRIMESTRE DE 2014 6
2.2. JUSTIFICATIVA DOS DESVIOS OBSERVADOS 6
ANEXO 01 – RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2014 10
ANEXO 02 – REALIZADO: 1º QUADRIMESTRE DE 2014 11
ANEXO 03 – LEI Nº 12.919/2013, ART. 111, § 1º, INCISO I 12
ANEXO 04 – LEI Nº 12.919/2013, ART. 114, § 1º, INCISO II 13
ANEXO 05 – LEI Nº 12.919/2013, ART. 111, § 1º, INCISO III 16
ANEXO 06 – ACÓRDÃO TCU Nº 747, DE 2010 17

Senado Federal
SGM
Fls. nº 05
Protocolo Legislativo

Lista de Tabelas

Tabela 01: Resultado primário do Setor Público em 2014

Tabela 02: Desonerações Tributárias – Janeiro a Abril de 2014 – Relatório de Análise da Arrecadação das Receitas Federais de Abril de 2014

Tabela 03: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação de Fevereiro de 2014

Tabela 04: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação do 1º Bimestre

Tabela 05: Avaliação do cumprimento da meta – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

Tabela 06: Desvio das receitas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 8.216/2014 – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

Tabela 07: Desvio das despesas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 8.216/2014 –Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

Tabela 08: Desvio do resultado da Previdência Social em relação ao previsto no Decreto nº 8.216/2014 – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

Tabela A.1.1: Evolução das receitas e despesas do Governo Federal – 2014

Tabela A.2.1: Receitas Administradas pela RFB/MF, excluindo RGPS – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

Tabela A.3.1: Evolução dos parâmetros macroeconômicos – 2014

Tabela A.4.1: Fatores de variação da DPF em Mercado – 1º Quadrimestre de 2014 x 3º Quadrimestre de 2013

Tabela A.4.2: Fatores de variação da DPMFi em Mercado – 1º Quadrimestre de 2014 x 3º Quadrimestre de 2013

Tabela A.4.3: Fatores de variação da DPFe em Mercado – 1º Quadrimestre de 2014 x 3º Quadrimestre de 2013

Tabela A.5.1: Resultado primário realizado do Governo Federal – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

Tabela A.6.1: Medidas de compensação implementadas – Janeiro a Abril de 2014

Lista de Figuras

Figura 01: Revisão das receitas e despesas primárias (em relação à LOA 2014] – Avaliação de Fevereiro de 2014 – R$ Milhões

Figura 02: Revisão das receitas e despesas primárias (em relação ao Decreto nº 8.197/2014) – Avaliação do 1º Bimestre de 2014 – R$ Milhões

Senado Federal
SGM
Fls. nº 06
Protocolo Legislativo

SIGLAS E ABREVIATURAS

a.a.: ao ano
Acum.: Acumulada
ANA: Agência Nacional das Águas
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
art.: artigo(s)
bi: bilhões
bbl: barril, equivalente a 0,159 m^3
BB: Banco do Brasil S/A
BCB: Banco Central do Brasil
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA: Caixa Econômica Federal
CAMEX: Câmara de Comércio Exterior
CFT: Certificado Financeiro do Tesouro
Cide: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMO: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CN: Congresso Nacional
CNMP: Conselho Nacional do Ministério Público
Cofins: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Dec.: Decreto
Desp.: Despesa(s)
DF: Distrito Federal
Discric.: Discricionária(s)
DPF: Dívida Pública Federal
DPFe: Dívida Pública Federal externa
DPMFi: Dívida Pública Mobiliária Federal interna
DPU: Defensoria Pública da União
e.g.: *exempli gratia* (significa 'por exemplo')
FCVS: Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDA: Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FFIE: Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIES: Programa de Financiamento Estudantil
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPM: Fundo de Participação dos Municípios
FSB: Fundo Soberano do Brasil
Fundaf: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI: Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
II: Imposto de Importação
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
IOF: Imposto sobre Operações Financeiras
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI-EE: IPI – Estados Exportadores
IR: Imposto sobre a Renda
IRPJ: Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica
IRRF: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
ITR: Imposto Territorial Rural
LC: Lei Complementar
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFT: Letras Financeiras do Tesouro
LOA: Lei Orçamentária Anual
LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social
LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN: Letras do Tesouro Nacional
MF: Ministério da Fazenda
mi: milhões
M.P.: Medida Provisória
MP: Ministério do Planejamento
MPU: Ministério Público da União
NCM: Nomenclatura Comum do MERCOSUL
NTN: Notas do Tesouro Nacional
Obs.: Observação
OFSS: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PADIS: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores
PAF: Plano Anual de Financiamento
PIB: Produto Interno Bruto
PIS/Pasep: Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PLDO: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
p.p.: ponto percentual
Proagro: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Proex: Programa de Financiamento às Exportações
PSI: Programa de Sustentação do Investimento
Rec.: Receita(s)
RFB: Receita Federal do Brasil
RGPS: Regime Geral de Previdência Social
Selic: Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SOF: Secretaria de Orçamento Federal
SPE: Secretaria de Política Econômica
STN: Secretaria do Tesouro Nacional
TCU: Tribunal de Contas da União
TDA: Títulos da Dívida Agrária
TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo
Transf.: Transferências
Var.: Variação

Senado Federal SGM Fls. nº 07 Protocolo Legislativo

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A meta de superávit primário para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), estabelecida na **Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2014 (LDO-2014)**, foi fixada em R$ 116,1 bilhões para 2014, enquanto a meta para as Empresas Estatais Federais ficou estabelecida em resultado nulo. Não obstante a fixação destas metas, o § 2º do art. 2º da LDO-2014 prevê a possibilidade de compensação entre as mesmas, o que implica que para efeitos de avaliação de cumprimento deve-se considerar o resultado no âmbito do Governo Federal. O art. 3º da LDO-2014 prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Central em até R$ 67,0 bilhões, em face da realização dos investimentos do PAC e de desonerações tributárias.

2. A **Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA-2014)**, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2014, considerou a meta de superávit primário do Governo Federal de R$ 116,1 bilhões e o abatimento de R$ 58,0 bilhões nesta meta, dentro, portanto, do limite permitido pelo art. 3º da LDO-2014.

3. De acordo com o art. 50 da LDO-2014, os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União devem elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2014, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período.

4. Dessa forma, em **20 de fevereiro do ano corrente**, procedeu-se preventivamente a uma **avaliação das receitas e despesas primárias**, considerando dados realizados no exercício de 2013 e no mês de janeiro de 2014, bem como a atualização dos parâmetros macroeconômicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2014. Essa avaliação ensejou, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R$ 30,5 bilhões no montante destinado ao empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias em relação ao previsto na LOA-2014. Com a projeção da redução líquida de R$ 13,5 bilhões decorrente das variações das despesas obrigatórias, o total de ajuste nas despesas foi de R$ 44,0 bilhões, o que confirma o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias.

5. Nesse contexto, o Poder Executivo publicou o **Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014**, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano corrente, estabelecendo seu cronograma mensal de desembolso, bem como as metas quadrimestrais. Especificamente para o 1º quadrimestre, fixou-se uma meta de superávit primário de R$ 27,7 bilhões para o Governo Federal, sendo R$ 28,0 bilhões de superávit para o Governo Central e R$ 311,0 milhões de déficit para as Empresas Estatais Federais.

Senado Federal SGM Fls. nº 03 Protocolo Legislativo

6. Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 9º da LRF e art. 51 da LDO-2014, a partir dos dados realizados até o mês de fevereiro, não havendo alterações em termos de parâmetros macroeconômicos. Nessa reavaliação, foi recomendada a limitação adicional das despesas discricionárias em R$ 261,8 milhões em relação ao Decreto nº 8.197/2014, a fim de assegurar o cumprimento da meta anual de superávit primário. Dessa forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alcançou R$ 30,8 bilhões. Desse montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R$ 30,5 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União coube à responsabilidade, em conjunto, por R$ 261,8 milhões. As recomendações dessa avaliação foram implementadas, no caso do Poder Executivo, com a publicação do Decreto nº 8.216, de 28 de março de 2014. Em relação às metas quadrimestrais, foram mantidas aquelas constantes no Decreto nº 8.197/2014.

7. Encerrado o mês de abril, verificou-se que o Governo Federal realizou superávit primário de R$ 28,0 bilhões, superando em R$ 296,5 milhões a meta do período. O superávit primário do Governo Central superou em R$ 1,2 bilhão sua meta prevista, enquanto que o resultado das Empresas Estatais Federais registrou um déficit superior ao previsto, no montante de R$ 879,0 milhões. Dessa forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no 1º quadrimestre de 2014.

Senado Federal
SGM
Fls. nº 09
Protocolo Legislativo

1. EVOLUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.1. Programação Orçamentária Anual

1. A meta de superávit primário para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), estabelecida na LDO-2014[1], foi fixada em R$ 116,1 bilhões para 2014, enquanto a meta para as Empresas Estatais Federais ficou estabelecida em resultado nulo. Não obstante a fixação destas metas, o § 2º do art. 2º da LDO-2014 previa a possibilidade de compensação entre as mesmas, o que implica que para efeitos de avaliação de cumprimento deve-se considerar o resultado no âmbito do Governo Federal.

Tabela 01: Resultado primário do Setor Público em 2014

ABRANGÊNCIA /1	LDO-2014		LOA-2014		Dec. 8.197/2014		Dec. 8.216/2014	
	R$ bi	% PIB	R$ bi	% PIB	R$ bi	% PIB	R$ bi	% PIB
Governo Federal	116,1	2,15	116,1	2,20	116,1	2,23	116,1	2,23
- Governo Central	116,1	2,15	116,1	2,20	116,1	2,23	116,1	2,23
- Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Ações do art. 3º da LDO-2014 /2	67,0	1,24	58,0	1,10	35,3	0,68	35,3	0,68
Governo Federal - Resultado para fins de cumprimento da LDO-2014 /3	49,1	0,91	58,1	1,10	80,8	1,55	80,8	1,55
PIB Nominal (R$ milhões) /4	5.398.712,3		5.280.401,8		5.211.202,7		5.211.202,7	

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

/1 A abrangência da tabela 1 restringe-se ao Governo Federal. Não obstante, segundo o art. 2º, § 3º da LDO 2014, o Governo Central poderá ampliar o seu esforço fiscal de forma a obter o resultado para o setor público consolidado não financeiro indicado naquele artigo.

/2 O art. 3º da LDO-2014 possibilitou a redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R$ 67,0 bilhões, em face da realização dos investimentos do PAC e de desonerações de tributos.

/3 Resultado considerando a possibilidade de redução da meta, a critério do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3º da LDO-2014. Ressalta-se que o resultado primário de 1,55% do PIB, constante nos Decretos 8.197/2014 e 8.216/2014, é compatível com a meta de 1,9% para o Setor Público anunciada na programação orçamentária de 2014.

/4 Para LDO e Decreto, estimativas para o PIB constantes na Grade de Parâmetros da SPE/MF. Para LOA 2014, estimativa CMO/CN.

2. Em seu art. 3º, a LDO-2014 possibilitou a redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R$ 67,0 bilhões, em face da realização dos investimentos prioritários e de desonerações tributárias. Nos termos do § 1º daquele artigo, esse montante abrange, para fins de execução do orçamento de 2014, o valor dos respectivos restos a pagar. Posteriormente, a Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, dentro do limite máximo estabelecido pela LDO-2014, previu abatimento de R$ 58,0 bilhões.



[1] Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013.

3. Sobre a possibilidade de abatimento das desonerações tributárias da meta de resultado primário, o relatório de Análise da Arrecadação das Receitas Federais de Abril de 2014, da RFB, estimou que, até o 1º quadrimestre de 2014, as desonerações tributárias atingiram R$ 35,0 bilhões.

Tabela 02: Desonerações Tributárias – Janeiro a Abril de 2014 –
Relatório de Análise da Arrecadação das Receitas Federais de Abril de 2014

Indicadores	R$ milhões
Folha de Salários	7.663
Cesta Básica	3.110
ICMS Base de cálculo PIS/COFINS - Importação	1.214
Nafta e Álcool	1.184
Planos de Saúde	640
Entidades Beneficientes - Cebas	564
Transporte Coletivo	475
Vale-Cultura	559
Cide-Combustível	4.239
REPNBL-Redes	339
Lucro Presumido	325
simples e MEI	2.320
IOF-Crédito PF	1.327
Tributação PLR	630
INOVAR-Auto	554
Depreciação Acelerada BK	507
IRPF - Transportadores	447
PRONON e PRONAS	450
IPI-Total	3.772
Outros	4.659
Total de Desonerações Tributárias	**34.976**

Fonte: RFB/MF. Elaboração: STN/MF.

Obs: Tabela refere-se ao impacto em 2014 das desonerações instituídas desde 2010.

4. A LOA-2014[2], que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2014, considerou um resultado primário do Governo Federal de R$ 58,1 bilhões. Vale destacar que foi considerada a utilização de R$ 58,0 bilhões da possibilidade de abatimento da meta.

1.2. Programação do 1º Quadrimestre

5. O art. 50 da LDO-2014 estabelece que os Poderes, o MPU e o DPU devam elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2014, o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da LRF, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período.

6. Neste contexto, em 20 de fevereiro do ano corrente, procedeu-se preventivamente a uma avaliação das receitas e despesas primárias, considerando dados realizados no exercício de 2013 e no mês de janeiro de 2014, bem como a atualização dos parâmetros macroeconômicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2014. No que concerne aos parâmetros macroeconômicos, quando comparados àqueles utilizados na LOA-2014, as principais alterações se deram nos indicadores de preços (IPCA, passando de 5,80%

Senado Federal SGM Fls. nº 11 Protocolo Legislativo

[2] Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014.

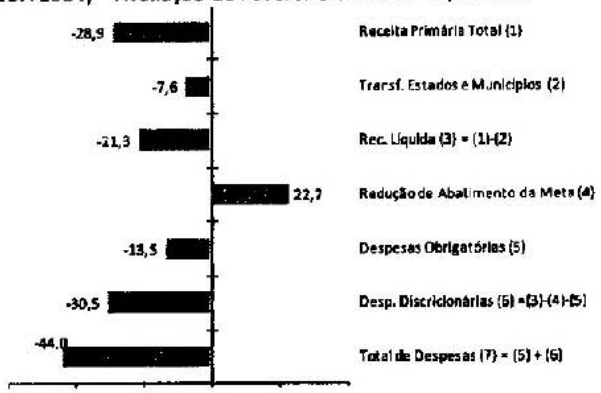
para 5,30%, e IGP-DI, projeção alterada de 6,00% para 5,85%), no crescimento real do PIB (de 3,80% para 2,50%) e no câmbio (com o dólar passando de R$2,30 para R$2,44).

Tabela 03: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação de Fevereiro de 2014

Parâmetros macroeconômicos	LOA-2014	Decreto nº 8.197/2014
IGP-DI (var. acum.)	6,00%	5,85%
IPCA (var. acum.)	5,80%	5,30%
PIB (var. real)	3,80%	2,50%
PIB (R$ bi)	5280,4	5211,2
Petróleo (US$/bbl)	ND(*)	104,77
Câmbio (médio, R$/US$)	2,30	2,44
Selic média (a.a.)	ND(*)	10,51%

Fonte: Relatório Final - CMO/CN e SPE/MF.
Elaboração: STN/MF.
* Não disponível

Figura 01: Revisão das receitas e despesas primárias (em relação à LOA 2014) – Avaliação de Fevereiro de 2014 – R$ Bilhões



Fonte: SOF/MP.
Elaboração: STN/MF.

7. A projeção para a receita primária total do Governo Central foi reduzida em R$ 28,9 bilhões nessa avaliação, quando comparada à da LOA-2014. A estimativa para as receitas administradas pela RFB/MF (incluindo o RGPS) foi responsável pela totalidade dessa variação, não havendo mudança na projeção das receitas não-administradas pela RFB/MF. Esse impacto na receita primária total foi parcialmente compensado pela redução nas projeções de transferências a Estados e Municípios (R$ 7,6 bilhões), sobretudo, devido às reduções na previsão do IR e do IPI. Com isso, a expectativa para a receita primária líquida total no ano teve queda de R$ 21,3 bilhões em relação ao projetado na LOA-2014.

8. Em relação à revisão das receitas administradas, com exceção dos expressivos aumentos de R$ 5,8 bilhões em Outras Receitas Administradas e de R$ 3,3 bilhões no imposto de importação, todas as demais tiveram suas projeções minoradas. Destaque para as quedas das projeções do IR (R$ 7,4 bilhões), IPI (R$ 3,1 bilhões), Cofins (R$ 8,6 bilhões), IOF (R$ 3,9 bilhões) e PIS/Pasep (R$ 2,9 bilhões).

9. No que concerne às estimativas para as despesas primárias obrigatórias, a mencionada avaliação apontou para uma redução de R$ 13,5 bilhões em relação à LOA-2014. As principais quedas se deram nas projeções de Subsídios (R$ 6,7 bilhões), compensações à desoneração do RGPS (R$ 6,0 bilhões), e nos benefícios previdenciários (R$ 1,4 bilhão). Por outro lado, foi considerada previsão de pagamentos de créditos extraordinários reabertos no exercício e de restos a pagar dessa despesa, no valor de R$ 562,9 milhões.

Senado Federal SGM Fls. nº 12 Protocolo Legislativo

10. A conjugação dos fatores citados acima, referentes à avaliação concomitante à edição do decreto de programação orçamentária e financeira, ensejou, de forma preventiva, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R$ 30,5 bilhões no montante destinado ao empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias.

11. De forma a mensurar o esforço fiscal total do Poder Executivo em relação à LOA-2014, deve-se levar em consideração o impacto líquido decorrente da redução da estimativa das despesas obrigatórias, no montante de R$ 13,5 bilhões. Dessa forma, o total de ajuste nas despesas foi avaliado em R$ 44,0 bilhões, o que confirmou o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias. Importante salientar que, dentro da prerrogativa de abatimento das despesas relativa ao PAC e às desonerações, de até R$ 67,0 bilhões, facultada pelo art. 3º da LDO-2014, e estimada em R$ 58,0 bilhões na LOA-2014, a programação financeira alterou a estimativa de abatimento da meta para R$ 35,3 bilhões, o que significa uma redução de R$ 22,7 bilhões com relação ao abatimento considerado na LOA-2014.

12. Nesse contexto, o Poder Executivo publicou o **Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014**, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano corrente, estabelecendo seu cronograma mensal de desembolso bem como as metas quadrimestrais. Especificamente para o 1º quadrimestre, fixou-se uma meta de superávit primário de R$ 27,7 bilhões para o Governo Federal, sendo R$ 28,0 bilhões de superávit para o Governo Central e R$ 311,0 milhões de déficit para as Empresas Estatais Federais.

13. Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 9º da LRF e art. 51 da LDO-2014, a partir dos dados realizados até o mês de fevereiro. No que concerne aos parâmetros macroeconômicos, não houve alteração, uma vez que foi utilizada a mesma grade de parâmetros que fundamentou a avaliação concomitante ao Decreto nº 8.197/2014.

14. Na avaliação do 1º bimestre, a projeção para a receita primária total foi aumentada em R$ 3,9 bilhões, integralmente concentrados nas receitas administradas. As principais elevações nas projeções, entre a 1ª avaliação bimestral e o Decreto nº 8.197/2014, se deram em Outras Receitas Administradas (R$ 3,2 bilhões) e Cofins (R$ 1,1 bilhão). Em direção oposta, as reduções mais significativas foram verificadas na CSLL (R$ 343,7 milhões) e IR (R$ 217,1 milhões). A estimativa de Transferências a Estados e Municípios foi reduzida em R$ 242,6 milhões em decorrência da redução de IR e IPI e da revisão do cronograma de arrecadação, resultando em uma receita líquida total superior em R$ 4,2 bilhões àquela constante no Decreto nº 8.197/2014.

15. No que concerne às despesas obrigatórias, a avaliação do 1º bimestre incorpora uma elevação de R$ 4,4 bilhões. A programação das despesas de auxílio à CDE foi aumentada em R$ 4,0 bilhões para equacionar o financiamento de suas despesas. Além disso, houve aumento nos créditos extraordinários decorrente dos pagamentos realizados até fevereiro de 2014.

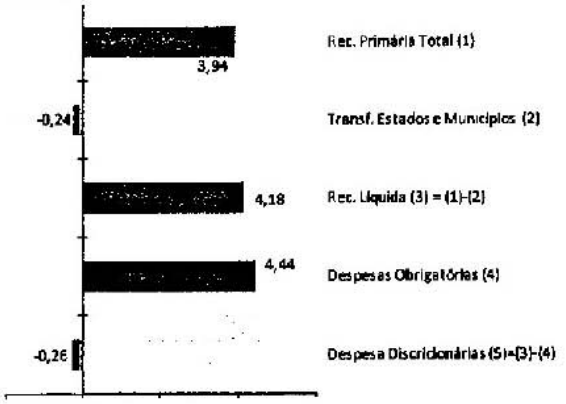
Senado Federal
SGM
Fls. nº 13
Protocolo Legislativo

Tabela 04: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação do 1º Bimestre

Parâmetros macroeconômicos	Decreto nº 8.197/2014	Decreto nº 8.216/2014
IGP-DI (var. acum.)	5,85%	5,85%
IPCA (var. acum.)	5,30%	5,30%
PIB (var. real)	2,50%	2,50%
PIB (R$ bi)	5211,2	5211,2
Petróleo (US$/bbl)	104,77	104,77
Câmbio (médio, R$/US$)	2,44	2,44
Selic média (a.a.)	10,51%	10,51%

Fonte: SPE/MF.
Elaboração: STN/MF.

Figura 02: Revisão das receitas e despesas primárias (em relação ao Decreto nº 8.197/2014) – Avaliação do 1º Bimestre de 2014 – R$ Bilhões



Fonte: SOF/MP.
Elaboração: STN/MF.

16. A conjugação dos fatores citados acima ensejou a limitação adicional de R$ 261,8 milhões nas despesas discricionárias em relação ao Decreto nº 8.197/2014. Dessa forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alcançou R$ 30,8 bilhões. Desse montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R$ 30,5 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU coube a responsabilidade, em conjunto, por R$ 261,8 milhões.

17. No âmbito do Poder Executivo, as orientações dessa reavaliação foram implementadas por meio da publicação do **Decreto nº 8.216, de 28 de março de 2014**, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira e estabelecendo o cronograma mensal de desembolso para o exercício de 2014. Em relação às metas quadrimestrais, foram mantidos os valores do Decreto nº 8.197/2014.

18. A seguir, apresenta-se a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário no 1º quadrimestre de 2014 para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) e das Empresas Estatais Federais. São apresentadas também as justificativas dos principais desvios observados nas receitas e nas despesas, em relação ao que o Poder Executivo previa na ocasião da divulgação das metas quadrimestrais no Decreto nº 8.216/2014.

Senado Federal
SGM
Fls. nº 14
Protocolo Legislativo

2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL

2.1. 1º Quadrimestre de 2014

19. O Decreto nº 8.216/2014 estabeleceu a meta de superávit primário do Governo Federal para o 1º quadrimestre de 2014 em R$ 27,7 bilhões. Este esforço está concentrado no âmbito do Governo Central, uma vez que sua meta de superávit primário foi fixada em R$ 28,0 bilhões, enquanto as empresas estatais federais ficaram com uma meta de déficit de R$ 311,0 milhões. Não obstante a fixação dessas metas, o § 2º do art. 2º da LDO-2014 previa a possibilidade de compensação entre as mesmas, o que implica que para efeitos de avaliação de cumprimento deve-se considerar o resultado no âmbito do Governo Federal.

20. Encerrado o 1º quadrimestre, verificou-se que o Governo Federal atingiu superávit primário de R$ 28,0 bilhões, superando em R$ 296,5 milhões a meta do período. O superávit primário do Governo Central ficou acima de sua meta prevista em R$ 1,2 bilhão, enquanto que as Empresas Estatais Federais registraram um resultado inferior ao previsto no montante de R$ 879,0 milhões. Dessa forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no 1º quadrimestre de 2014.

Tabela 05: Avaliação do cumprimento da meta – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

ESFERA [1]	Meta Decr. 8.216/14 [B]	Resultado Realizado [2] [C]	Desvio [D]=[C]-[B]	Desvio [E]=[D]/[B]
Governo Federal	**27.689,0**	**27.985,5**	**296,5**	**1,07%**
Governo Central	28.000,0	29.175,5	1.175,5	4,20%
Empresas Estatais Federais	-311,0	-1.190,0	-879,0	

Fonte: BCB, SOF/MP, RFB/MF e STN/MF. Elaboração. STN/MF.

[1] Por meio da M.P. nº 600/2012, convertida na Lei nº 12.833/2013, a STN realizou cessão onerosa ao BNDES de direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra Itaipu Binacional. Dessa forma, no 1º quadrimestre de 2014, não houve amortização dos contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional, motivo pelo qual, diferentemente dos Relatórios Quadrimestrais anteriores, não há linha de "ajuste metodológico - Itaipu".

[2] Resultado pelo critério "abaixo-da-linha", divulgado pelo BCB.

21. A seguir são apresentadas justificativas dos desvios observados entre a meta de resultado primário do Governo Federal e os valores realizados até o 1º quadrimestre. Uma vez que os objetivos para o período foram atingidos, não há, neste relatório, a indicação de medidas corretivas.

Senado Federal SGM Fls. nº 15 Protocolo Legislativo

2.2. Justificativa dos Desvios Observados

22. O critério adotado para apresentação dos resultados realizados refere-se à metodologia "abaixo-da-linha", divulgada pelo BCB, conforme definido na Mensagem Presidencial de encaminhamento do PLOA-2014, em atendi-

mento ao art. 11, incisos III e IV, da LDO-2014. Os itens desagregados de receita e despesa são aqueles divulgados pela STN sob o critério "acima-da-linha". A compatibilização dos resultados é feita acrescentando-se uma linha de "discrepância estatística", decorrente da diferença entre os valores apurados pelas duas metodologias. No período de janeiro a abril do ano corrente, a "discrepância estatística" registrada para o Governo Central foi negativa em R$ 484,3 milhões, uma vez que o resultado "abaixo-da-linha" foi inferior ao resultado "acima-da-linha".

23. Conforme apresentado na seção anterior, o superávit primário obtido pelo Governo Federal até abril foi de R$ 28,0 bilhões. Para esse resultado, o Governo Central contribuiu com um superávit de R$ 29,2 bilhões, enquanto que as Empresas Estatais Federais totalizaram um déficit de R$ 1,2 bilhão. Os principais desvios, em termos nominais, dos componentes do resultado primário obtido pelo Governo Central no período de janeiro a abril deste ano, relativamente às estimativas que compuseram a meta indicada no Decreto nº 8.216/2014, foram os seguintes: i) as receitas totais do Tesouro Nacional (incluídas as do Banco Central) foram inferiores em R$ 4,4 bilhões (desvio de 1,36%); ii) as Transferências a Estados e Municípios ficaram inferiores ao estimado em R$ 2,1 bilhões (desvio de 3,04%); iii) as despesas do Tesouro Nacional foram inferiores em R$ 4,2 bilhões frente ao previsto (desvio de 2,04%); iv) o déficit observado do RGPS foi superior em R$ 348,5 milhões (desvio de 2,42%) àquele esperado.

24. As receitas totais do Tesouro Nacional acumuladas até o 1º quadrimestre de 2014 (líquidas de restituições e incentivos fiscais) atingiram R$ 315,6 bilhões. Destas, as receitas administradas pela RFB/MF contribuíram com R$ 260,9 bilhões, montante R$ 5,1 bilhões abaixo da estimativa para o período (desvio de 1,93%). Os principais tributos que contribuíram negativamente para o desvio verificado, assim como suas justificativas, estão a seguir:

i) IR – Pessoa Jurídica, desvio de R$ 4,4 bilhões (8,49%): resultado explicado principalmente pela redução nos recolhimentos do item estimativa mensal, principalmente pelas entidades financeiras;

ii) IPI Outros, desvio de R$ 603,0 milhões (9,09%): resultado pode ser explicado, fundamentalmente, por compensações homologadas no período;

iii) IOF, desvio de R$ 524,8 milhões (5,33%): resultado explicado, principalmente, pela redução na arrecadação do IOF incidente nas operações de crédito;

iv) IRPF, desvio de R$ 510,8 milhões (4,65%): resultado explicado pelo menor recolhimento do que o esperado, para o mês de abril, de ajuste do IRPF;

v) CSLL, desvio de R$ 324,8 milhões (1,22%): resultado explicado principalmente pela redução nos recolhimentos do item estimativa mensal, principalmente pelas entidades financeiras.

25. Por outro lado, houve desvios positivos do realizado em relação ao previsto no Decreto nº 8.216/2014, dentre eles, os principais são:

i) Cofins, desvio de R$ 906,1 milhões (1,43%): apesar do desvio em termos nominais, em termos percentuais a arrecadação encontra-se em linha com a previsão;

ii) IR – Retido na fonte, desvio de R$ 890,9 milhões (1,73%): a diferença relativa pode ser explicada, principalmente, pelo crescimento da arrecadação do IRRF sobre remessas ao exterior.

Senado Federal SGM Fls. nº 16 Protocolo Legislativo

Tabela 06: Desvio das receitas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 8.216/2014 – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

INDICADORES	Decreto nº 8.216/2014 [A]	Realizado [B]	Desvios	
			[C]=[B]-[A]	[D]=[C]/[A]
1. RECEITA TOTAL	320.001,1	315.647,7	-4.353,4	-1,36%
1.1 Receitas Administradas pela RFB/MF [1]	266.039,1	260.917,7	-5.121,4	-1,93%
1.2 Receitas Não Administradas	53.962,0	54.730,0	768,0	1,42%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	69.909,5	67.784,3	-2.125,2	-3,04%
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	56.545,5	55.025,7	-1.519,8	-2,69%
2.2 Demais	13.364,0	12.758,6	-605,5	-4,53%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	250.091,6	247.863,4	-2.228,2	-0,89%

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

[1] Receitas Administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

26. As **receitas não-administrada** atingiram, até abril, o montante de R$ 54,7 bilhões, superando em R$ 768,0 milhões o estimado pelo Decreto nº 8.216/2014 (desvio de 1,42%). Isso foi explicado, em grande parte pela reprogramação dos pagamentos de Dividendos de algumas empresas em que a União detém participação, gerando um desvio positivo de R$ 1,0 bilhão.

27. As **Transferências a Estados e Municípios** no período avaliado foram de R$ 67,8 bilhões, inferior ao projetado em R$ 2,1 bilhão (desvio de 3,04%), sendo a principal redução verificada em transferências constitucionais para o FPE, o FPM e o IPI-EE (R$ 1,5 bilhão ou 2,69%).

28. As despesas do **Tesouro Nacional**, incluindo as contas do Banco Central, atingiram o montante de R$ 203,4 bilhões, abaixo do previsto no Decreto em R$ 4,2 bilhões (desvio de 2,04%). As principais despesas realizadas com variações mais relevantes em relação ao previsto foram:

i) Despesas Discricionárias - Todos os Poderes, realizado de R$ 3,1 bilhões (3,35%) abaixo do previsto;

ii) Pessoal e Encargos Sociais: realizado abaixo do previsto de R$ 711,5 milhões (1,01%);

iii) Despesas não-discricionárias, com realização abaixo do previsto de R$ 470,9 milhões (1,02%).

Tabela 07: Desvio das despesas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 8.216/2014 – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

INDICADORES	Decreto nº 8.216/2014 [A]	Realizado [B]	Desvios	
			[C]=[B]-[A]	[D]=[C]/[A]
4. DESPESAS	207.663,8	203.427,4	-4.236,5	-2,04%
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	70.239,2	69.527,7	-711,5	-1,01%
4.2 Outras Despesas Correntes e de Capital	137.424,6	133.899,7	-3.524,9	-2,56%
4.2.1 Não Discricionárias	46.312,0	45.841,1	-470,9	-1,02%
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	91.112,6	88.058,6	-3.054,0	-3,35%

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

29. No que concerne ao **resultado do RGPS**, verificou-se um déficit de R$ 14,8 bilhões, montante este que ficou acima do previsto no Decreto em R$ 348,5 milhões (desvio de 2,42%), motivado pela arrecadação previdenciária abai-

Senado Federal SGM Fls. nº 14 Protocolo Legislativo

xo do estimado em R$ 862,5 milhões (0,84%), compensada parcialmente pelas despesas com benefícios previdenciários menores que o previsto em R$ 514,0 milhões (desvio de 0,44%).

Tabela 8: Desvio do resultado da Previdência Social em relação ao previsto no Decreto nº 8.216/2014 – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

INDICADORES	Decreto nº 8.216/2014 [A]	Realizado [B]	Desvios	
			[C]=[B]-[A]	[D]=[C]/[A]
5. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (5.1-5.2)	-14.427,8	-14.776,3	-348,5	2,42%
5.1 Arrecadação Líquida INSS	102.539,3	101.676,8	-862,5	-0,84%
5.2 Benefícios da Previdência	116.967,0	116.453,1	-514,0	-0,44%

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

30. Relativamente ao resultado primário das Empresas Estatais Federais, o déficit primário acumulado até abril alcançou R$ 1,2 bilhão, superior, portanto, ao déficit previsto, no Decreto nº 8.216/2014, de R$ 311,0 milhões.

31. Embora a empresa Itaipu Binacional não se sujeite aos sistemas de controle brasileiros, em razão da sua natureza jurídica, seus dados são estimados e considerados na meta consolidada das estatais, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas. O resultado primário no exercício é afetado pelo comportamento do câmbio, pois tanto suas receitas quanto a maioria dos seus dispêndios estão indexados à moeda norte-americana.

32. Além disso, os demais anexos apresentam as seguintes informações: evolução das projeções de receitas e despesas do Governo Federal constantes nos normativos pertinentes ao processo orçamentário (Anexo 01); receita administrada pela RFB/MF, excluindo RGPS (Anexo 02); parâmetros conforme o inciso XXI do Anexo II da LDO-2014, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano (Anexo 03); estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final do quadrimestre com a do início do exercício (Anexo 04); e demonstração do cumprimento do art. 14 da LRF, nos termos definidos no Acórdão TCU nº 747, de 2010, especificando as medidas de compensação tributária implementadas em 2014 (Anexo 06).

Senado Federal SGM Fls. nº 10 Protocolo Legislativo

ANEXO 01 – Resultado Primário dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e das Empresas Estatais Federais – 2014

(evolução das receitas e despesas do Governo Federal)

Tabela A.1.1: Evolução das receitas e despesas do Governo Federal – 2014

DISCRIMINAÇÃO	LOA-2014		Decreto 8.197/2014		Decreto 8.216/2014	
	R$ mi	% PIB	R$ mi	% PIB	R$ mi	% PIB
1. RECEITA TOTAL	973.773	18,44%	955.845	18,34%	959.782	18,42%
1.1 Administradas pela RFB/MF [1]	797.009	15,09%	779.080	14,95%	783.017	15,03%
1.2 Receitas Não Administradas	176.765	3,35%	176.765	3,39%	176.765	3,39%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	221.883	4,20%	214.273	4,11%	214.080	4,11%
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	170.543	3,23%	162.933	3,13%	162.693	3,12%
2.2 Demais	51.340	0,97%	51.340	0,99%	51.388	0,99%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	751.890	14,24%	741.572	14,23%	745.752	14,31%
4. DESPESAS	663.372	12,56%	620.722	11,91%	624.902	11,99%
4.1 Pessoal	222.037	4,20%	222.037	4,26%	222.037	4,26%
4.2 Outras Correntes e de Capital	441.335	8,36%	398.685	7,65%	402.864	7,73%
4.2.1 Não Discricionárias	146.573	2,78%	134.422	2,58%	138.863	2,66%
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	294.762	5,58%	264.263	5,07%	264.001	5,07%
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	88.518	1,68%	120.850	2,32%	120.850	2,32%
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	-30.446	-0,58%	-40.077	-0,77%	-40.077	-0,77%
6.1 Arrecadação Líquida INSS	357.839	6,78%	346.839	6,66%	346.839	6,66%
6.2 Benefícios da Previdência	388.285	7,35%	386.916	7,42%	386.916	7,42%
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU [2]	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA [3]	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OFSS (5+6+7+8)	58.072	1,10%	80.774	1,55%	80.774	1,55%
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	58.072	1,10%	80.774	1,55%	80.774	1,55%
12. AÇÕES NO ÂMBITO DO ART. 3º DA LDO-2014 [4]	58.000	1,10%	35.298	0,68%	35.298	0,68%
13. RESULTADO PRIMÁRIO - CUMPRIMENTO LDO-2014 (11+12)	116.072	2,20%	116.072	2,23%	116.072	2,23%

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

[1] Receitas administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

[2] Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

[3] Diferença entre o primário apurado pelo BCB, "abaixo-da-linha", e o primário da STN (incluído Itaipu), "acima".

[4] Ações selecionadas nos termos do art. 3º da LDO-2014, que estabelece a possibilidade de dedução das despesas da meta de superávit primário, até o montante de R$ 67,0 bilhões.

Senado Federal SGM Fls. nº 19 Protocolo Legislativo

ANEXO 02 – Realizado: 1º Quadrimestre de 2014

(receita administrada pela RFB/MF, exclusive contribuição RGPS)

Tabela A.2.1: Receitas Administradas pela RFB/MF, excluindo RGPS – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

RECEITAS ADMINISTRADAS RFB/MF	Decreto nº 8.216/2013	Realizado [B]	Desvios	
			[C]=[B]-[A]	[D]=[C]/[A]
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	**12.670,0**	**12.507,3**	**-162,7**	**-1,28%**
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	**36,1**	**66,4**	**30,4**	**84,14%**
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	**16.352,8**	**15.676,7**	**-676,1**	**-4,13%**
IPI - FUMO	2.138,3	1.945,3	-193,0	-9,02%
IPI - BEBIDAS	1.254,5	1.262,9	8,4	0,67%
IPI - AUTOMÓVEIS	1.264,6	1.443,2	178,6	14,12%
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	5.063,1	4.996,0	-67,1	-1,33%
IPI - OUTROS	6.632,3	6.029,4	-603,0	-9,09%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	**114.336,8**	**110.309,4**	**-4.027,4**	**-3,52%**
IR - PESSOA FÍSICA	10.993,0	10.482,2	-510,8	-4,65%
IR - PESSOA JURÍDICA	51.935,2	47.527,7	-4.407,5	-8,49%
IR - RETIDO NA FONTE	51.408,5	52.299,4	890,9	1,73%
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	30.365,2	30.578,8	213,7	0,70%
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	11.459,1	11.405,1	-53,9	-0,47%
IRRF - REMESSAS PARA O EXTERIOR	6.355,9	6.987,0	631,2	9,93%
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	3.228,4	3.328,4	100,0	3,10%
IOF	**9.854,4**	**9.329,6**	**-524,8**	**-5,33%**
ITR	**60,2**	**51,1**	**-9,1**	**-15,12%**
CPMF	**0,0**	**0,4**	**0,4**	
COFINS	**63.308,2**	**64.214,3**	**906,1**	**1,43%**
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	**17.454,6**	**17.429,4**	**-25,2**	**-0,14%**
CSLL	**26.660,2**	**26.335,4**	**-324,8**	**-1,22%**
CIDE - COMBUSTÍVEIS	**1,6**	**4,4**	**2,9**	**186,02%**
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	**152,2**	**129,5**	**-22,7**	**-14,91%**
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	**5.152,1**	**4.863,7**	**-288,4**	**-5,60%**
RECEITAS DE LOTERIAS	1.674,8	1.637,7	-37,2	-2,22%
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	862,8	874,5	11,7	1,35%
DEMAIS	2.614,5	2.351,6	-262,9	-10,06%
TOTAL	**266.039,1**	**260.917,7**	**-5.121,4**	**-1,93%**

Fonte: RFB/MF, SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

Obs.: Receitas administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

Senado Federal
SGM
Fls. nº 20
Protocolo Legislativo

ANEXO 03 – LEI Nº 12.919/2013, ART. 111, § 1º, INCISO I

(parâmetros constantes do inciso XXI do Anexo II, desta Lei, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano)

Tabela A.3.1: Evolução dos parâmetros macroeconômicos – 2014

Período		Massa Salarial	Inflação - IGP-DI		Inflação - IPCA		Inflação - INPC		Câmbio fim período	Câmbio médio	PIB /4		
		Variação Média /1	Variação Média /1	Variação Acumulada /2	Variação Média /1	Variação Acumulada /2	Variação Média /1	Variação Acumulada /2	R$/US$	R$/US$	R$ milhões /3	Variação Real /3	Deflator /3
PLDO-2014 (Parâmetro de 12.03.2013)	Ano 2014	12,34%	5,92%	5,00%	4,91%	4,50%	4,99%	4,50%	2,06	2,04	5.398.712,3	4,50%	5,97%
	1º Quadrimestre 2014	11,88%	5,35%	1,79%	4,70%	1,59%	4,74%	1,63%	2,03	2,02	1.722.736,3	5,44%	4,86%
PLOA-2014 (Parâmetro de 22.08.2013)	Ano 2014	10,09%	5,83%	5,50%	5,26%	5,00%	5,22%	5,00%	2,22	2,19	5.242.913,3	4,00%	5,62%
	1º Quadrimestre 2014	10,30%	5,61%	2,14%	5,49%	2,31%	5,42%	2,34%	2,17	2,16	1.660.825,5	4,23%	5,52%
Dec. 8.197/14 (Parâmetro de 13.02.2014)	Ano 2014	10,55%	6,16%	5,85%	5,61%	5,30%	5,31%	5,30%	2,47	2,44	5.211.202,7	2,50%	5,87%
	1º Quadrimestre 2014	8,23%	6,03%	1,76%	5,55%	2,08%	5,13%	2,05%	2,42	2,40	1.647.780,2	2,67%	5,67%
Dec. 8.216/14 (Parâmetro de 13.02.2014)	Ano 2014	10,55%	6,16%	5,85%	5,61%	5,30%	5,31%	5,30%	2,47	2,44	5.211.202,7	2,50%	5,87%
	1º Quadrimestre 2014	8,23%	6,03%	1,76%	5,55%	2,08%	5,13%	2,05%	2,42	2,40	1.647.780,2	2,67%	5,67%
Realizado	1º Quadrimestre 2014	10,49%	6,90%	3,21%	5,93%	2,86%	5,56%	2,90%	2,24	2,33	n.d	n.d	n.d

Período		Valor US$ das importações sem combustíveis		Petróleo BRENT		Aplicações Financeiras	Volume Gasolina (milhão m³) /5	Volume Diesel (milhão m³)	SELIC MÉDIA a.a.	SELIC REAL (IPCA) a.a.	TJLP MÉDIA a.a.
		Variação	Acumulado /2	US$/b	Var.%	Variação Média /1	Variação Média /1	Variação Média /1			
PLDO-2014 (Parâmetro de 12.03.2013)	Ano 2014	4,10%		101,91	-6,32%	17,07%	1,19%	4,95%	7,28%	2,66%	5,00%
	1º Quadrimestre 2014	1,52%		103,54	-7,47%	17,10%	1,88%	5,63%	7,25%	2,29%	5,00%
PLOA-2014 (Parâmetro de 22.08.2013)	Ano 2014	4,10%		98,62	-5,62%	14,82%	8,52%	5,03%	9,29%	4,09%	5,00%
	1º Quadrimestre 2014	4,31%		100,11	-8,54%	13,10%	7,96%	6,26%	9,25%	2,01%	5,00%
Dec. 8.197/14 (Parâmetro de 13.02.2014)	Ano 2014	6,08%		104,77	-2,22%	9,09%	5,40%	5,25%	10,51%	4,95%	5,00%
	1º Quadrimestre 2014	-3,38%		106,52	-2,68%	7,22%	7,27%	4,46%	10,41%	3,79%	5,00%
Dec. 8.216/14 (Parâmetro de 13.02.2014)	Ano 2014	6,08%		104,77	-2,22%	9,09%	5,40%	5,25%	10,51%	4,95%	5,00%
	1º Quadrimestre 2014	-3,38%		106,52	-2,68%	7,22%	7,27%	4,46%	10,41%	3,79%	5,00%
Realizado	1º Quadrimestre 2014	-1,32%		107,34	-1,93%	8,04%	8,36%	8,22%	10,52%	1,55%	5,00%

Fonte: SPE/MF. Elaboração: STN/MF. n.d.: não disponível

/1 Para "Ano 2014": variação média do ano de 2014 em relação ao ano de 2013; Para "1º Quadrimestre 2014": variação média do 1º Quadrimestre de 2014 em relação ao 1º Quadrimestre de 2013.

/2 Para "Ano 2014": variação acumulada para o ano de 2014; Para "1º Quadrimestre 2014": variação acumulada durante o 1º Quadrimestre de 2014.

/3 Em 2014 valores até mês de fevereiro. /4 Valores realizados não disponíveis para 2014. /5 Em 2014 valores até mês de março.

Senado Federal SGM Fls. nº 21 Processo Legislativo

ANEXO 04 – LEI Nº 12.919/2013, ART. 114, § 1º, INCISO II

(o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final do quadrimestre com a do início do exercício)

A DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R$ 2.151,2 bilhões, em dezembro de 2013, para R$ 2.080,5 bilhões, em abril de 2014, correspondendo a uma redução, em termos nominais, de R$ 70,6 bilhões. Essa variação ocorreu em virtude do resgate líquido de R$ 143,7 bilhões que foi compensado pela apropriação de juros nominais no valor de R$ 73,9 bilhões ocorrida no período.

Tabela A.4.1: Fatores de variação da DPF em Mercado – 1º Quadrimestre de 2014 x 3º Quadrimestre de 2013

INDICADORES	R$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/13	**2.151.230,2**	
Estoque em 30/abr/14	**2.080.582,2**	
Variação Nominal (I + II)	**-70.648,0**	**-3,28%**
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2)	**-69.821,3**	**-3,25%**
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	-143.715,8	-6,68%
I.1.1 - Emissões	164.062,3	7,63%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi)[1]	158.766,9	7,38%
- Emissões Diretas (DPMFi)[2]	1.217,4	0,06%
- Trocas Líquidas (DPMFi)[3]	0,0	0,00%
- Emissões (DPFe)[4]	4.077,9	0,19%
I.1.2 - Resgates	-307.778,1	-14,31%
- Pagamentos Correntes (DPMFi)[5]	-302.989,9	-14,08%
- Pagamentos Correntes (DPFe)[5]	-3.271,1	-0,15%
- Resgates Antecipados (DPFe)[7]	-1.517,1	-0,07%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	73.894,5	3,43%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi[8]	75.041,0	3,49%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe[9]	-1.146,4	-0,05%
II - Operação do Banco Central	**826,7**	**0,04%**
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras[10]	826,7	0,04%

Fonte: STN/MF. Elaboração: STN/MF.

[1] Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

[2] Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.

[3] Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).

[4] Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

[5] Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

[6] Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

[7] Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

[8] Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

[9] Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

[10] Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Senado Federal SGM Fls. nº 32 Protocolo Legislativo

De dezembro de 2013 a abril de 2014, as emissões da DPMFi somaram R$ 158,8 bilhões, consicerando as efetuadas via ofertas públicas e operações do Programa Tesouro Direto. As emissões diretas líquidas de títulos da DPMFi totalizaram R$ 1,2 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Financiamento às Exportações - PROEX (NTN-I), Financiamento Estudantil - FIES (CFT-E). Os resgates, por sua vez, alcançaram R$ 303,0 bilhões, resultando em resgate líquido (1.1-1.2) de R$ 143,0 bilhões no período.

Em linha com as diretrizes estabelecidas no PAF de 2014, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis: i) R$ 43,6 bilhões de LFT (Selic), com vencimentos entre março de 2017 e março de 2020; ii) R$ 79,1 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre outubro de 2014 e janeiro de 2018; iii) R$ 17,4 bilhões de NTN-B (índice de preços), com vencimentos entre maio de 2019 e agosto de 2050 e iv) R$ 18,6 bilhões de NTN-F (prefixados com juros semestrais) com vencimentos entre janeiro de 2021 e janeiro de 2025.

Tabela A.4.2: Fatores de variação da DPMFi em Mercado – 1º Quadrimestre de 2014 x 3º Quadrimestre de 2013

INDICADORES	R$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/13	**2.055.602,2**	
Estoque em 30/abr/14	**1.986.811,0**	
Variação Nominal (I + II)	**-68.791,2**	**-3,35%**
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2 + I.3)	**-67.964,5**	**-3,31%**
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	-144.222,9	-7,02%
- Emissões Oferta Pública [1]	158.766,9	7,72%
- Pagamentos [2]	-302.989,9	-14,74%
- Trocas Líquidas [3]	0,0	0,00%
I.2 - Emissão por Colocação Direta	1.217,4	0,06%
- Programas de Governo [4]	1.212,2	0,06%
- Outras emissões [5]	20,0	0,00%
- Cancelamentos [6]	-14,8	0,00%
I.3 - Juros Nominais (apropriação por competência) [7]	75.041,0	3,65%
II - Operação do Banco Central	**826,7**	
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras [8]	826,7	0,04%

Fonte: STN/MF. Elaboração: STN/MF.

[1] Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos, nem os cancelamentos ocorridos no quadrimestre.

[2] Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

[3] Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).

[4] Referem-se às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA). Proex. FIES e FCVS.

[5] Emissões para fins específicos autorizados em Lei . Incluem os valores referentes a assunção de dívida do extinto Território Federal de Roraima junto ao BNDES, conforme ADCT de 05/10/1988.

[6] Contempla os cancelamentos de títulos, exceto os recebidos em leilões de troca.

[7] Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

[8] Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Observações:

I- O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

Senado Federal SGM Fls. nº 23 Protocolo Legislativo

Com relação à DPFe, seu saldo encerrou o mês de abril em R$ 93,8 bilhões, o que representa redução de 1,94% em relação ao mês de dezembro de 2013, cujo montante era de R$ 95,6 bilhões. Esta variação ocorreu devido ao resgate líquido de R$ 0,7 bilhão e pela apropriação negativa de juros nominais de R$ 1,1 bilhão registradas no período.

O serviço da DPFe somou, de janeiro a abril de 2014, R$ 4,8 bilhões, sendo R$ 3,3 bilhões referentes aos pagamentos corrente e 1,5 bilhão referentes aos resgates antecipados.

Seguindo as diretrizes do PAF 2014, o Tesouro Nacional realizou, em 27 de março, a emissão do bônus da República denominado EURO 2021, no valor de € 1,0 bilhão, com vencimento em 01 de abril de 2021. O volume total emitido na operação mencionada, somados os desembolsos da dívida externa contratual, foi de R$ 4,1 bilhões.

Tabela A.4.3: Fatores de variação da DPFe em Mercado – 1º Quadrimestre de 2014 x 3º Quadrimestre de 2013

INDICADORES	R$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/13	**95.628,0**	
Estoque em 30/abr/14	**93.771,3**	
Variação Nominal	**-1.856,8**	**-1,94%**
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2)	**-1.856,8**	**-1,94%**
I.1 - Emissão/Resgate Líquido [1]	-710,3	-0,74%
- Emissões [2]	4.077,9	4,26%
- Pagamentos Correntes [3]	-3.271,1	-3,42%
- Resgates Antecipados [4]	-1.517,1	-1,59%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	-1.146,4	-1,20%
- Juros Acruados [5]	2.377,2	2,49%
- Variação Cambial [6]	-3.523,6	-3,68%

Fonte: STN/MF. Elaboração: STN/MF.

[1] Corresponde ao valor total das emissões deduzidas dos pagamentos correntes e dos resgates antecipados da DPFe no quadrimestre.

[2] Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

[3] Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

[4] Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

[5] Saldo dos juros apropriados por competência no quadrimestre.

[6] Demonstra a valorização/desvalorização das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional.

Senado Federal SGM Fls. nº 24 Protocolo Legislativo

ANEXO 05 – LEI Nº 12.919/2013, ART. 111, § 1º, INCISO III

(o resultado primário obtido até o quadrimestre, comparando com o programado e discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício)

Tabela A.5.1: Resultado primário realizado do Governo Federal – Janeiro a Abril de 2014, R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	Realizado Jan-Abr 2014 R$ mi	Decreto 8.216/2014 R$ mi	Desvio R$ mi
1. RECEITA TOTAL	**315.647,7**	**320.001,1**	**-4.353,4**
1.1 Receita Arrecadada pelo Tesouro Nacional	**295.829,1**	**300.613,8**	**-4.784,7**
1.1.1 Administradas pela RFB/MF /1	260.917,7	266.039,1	-5.121,4
1.1.2 Cota-parte de Compensações Financeiras	16.173,5	16.325,0	-151,6
1.1.3 Plano de Seguridade do Servidor	3.335,1	3.426,4	-91,3
1.1.4 Concessões	991,1	952,4	38,7
1.1.5 Demais	14.411,7	13.870,8	540,9
1.2 Receita Arrecadada por Outros Órgãos	19.818,6	19.387,3	431,3
1.2.1 Salário Educação	6.627,2	6.655,0	-27,8
1.2.2 Receita Própria (fontes 50 e 81)	3.755,0	3.848,6	-93,7
1.2.3 Demais	9.436,4	8.883,6	552,8
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**67.784,3**	**69.909,5**	**-2.125,2**
2.1 FPE/FPM/FPI-CP	55.025,7	56.545,5	-1.519,8
2.2 Demais	12.758,6	13.364,0	-605,5
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	**247.863,4**	**250.091,6**	**-2.228,2**
4. DESPESAS	**203.427,4**	**207.663,8**	**-4.236,5**
4.1 Pessoal	69.527,7	70.239,2	-711,5
4.2 Outras Correntes e de Capital	133.899,7	137.424,6	3.524,9
4.2.1 Não Discricionárias	45.841,1	46.312,0	-470,9
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	88.058,6	91.112,6	-3.054,0
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	**44.436,1**	**42.427,8**	**2.008,3**
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	**-14.776,3**	**-14.427,8**	**-348,5**
6.1 Arrecadação Líquida INSS	101.676,8	102.539,3	-862,5
6.2 Benefícios da Previdência	116.453,1	116.967,0	-514,0
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU /2	**0,0**	**0,0**	**0,0**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA /3	**-484,3**	**0,0**	**-484,3**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OFSS (5+6+7+8)	**29.175,5**	**28.000,0**	**1.175,5**
10. RES. PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	**-1.190,0**	**-311,0**	**-879,0**
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	**27.985,5**	**27.689,0**	**296,5**

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

/1 Receitas administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

/2 Por meio da M.P. nº 600/2012, convertida na Lei nº 12.833/2013, a STN realizou cessão onerosa ao BNDES de direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra Itaipu Binacional. Dessa forma, no 1º quadrimestre de 2014, não houve amortização dos contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional, motivo pelo qual a linha de "ajuste metodológica - Itaipu" encontra-se zerada.

/3 Diferença entre o primário apurado pelo BCB, "abaixo-da-linha", e o primário da STN

Senado Federal SGM Fls. nº 25 Protocolo Legislativo

ANEXO 06 – ACÓRDÃO TCU Nº 747, de 2010

(demonstração do cumprimento do art. 14 da LRF, especificando as medidas de compensação implementadas no quadrimestre analisado)

Tabela A.6.1: Medidas de compensação implementadas – Janeiro a Abril de 2014

Data	Legislação	Artigo	Tributo	Descrição	Prazo	Estimativa - R$ Milhões			Medida de Compensação	Fonte
						2014	2015	2016		
30/4/2014	MP 644		IRPF	Reajuste das Faixas da Tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Reajuste do limite do desconto simplificado, dedução por dependente, dedução despesa educação e parcela isenta da aposentadoria.	Indeterminado	0,00	5.328,00	5.802,95	Deverá constar da previsão orçamentária para os anos de 2015 e 2016.	Item 3 da EM MP 644
TOTAL GERAL						0,00	5.328,00	5.802,95		

Fonte: RFB/MF. Elaboração: STN/MF.

Senado Federal SGM Fls. nº 26 Protocolo Legislativo

00001.001840/2014-93

EMI nº 00078/2014 MF MP

Brasília, 29 de Maio de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência relatório contendo o resultado primário realizado no primeiro quadrimestre de 2014 e a meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais não financeiras, fixada para o exercício de 2014, conforme disposto no art. 111 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2014), e em atendimento ao art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LC nº 101/2000).

2. A meta de superávit primário para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), estabelecida na LDO-2014, foi fixada em R$ 116,1 bilhões para 2014, enquanto a meta para as Empresas Estatais Federais ficou estabelecida em resultado nulo. Não obstante a fixação destas metas, o § 2º do art. 2º da LDO-2014 prevê a possibilidade de compensação entre as mesmas, o que implica que para efeitos de avaliação de cumprimento deve-se considerar o resultado no âmbito do Governo Federal. O art. 3º da LDO-2014 prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Central em até R$ 67,0 bilhões, em face da realização dos investimentos do PAC e de desonerações tributárias.

3. A Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA-2014), que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2014, considerou a meta de superávit primário do Governo Federal de R$ 116,1 bilhões e o abatimento de R$ 58,0 bilhões nesta meta, dentro, portanto, do limite permitido pelo art. 3º da LDO-2014.

4. De acordo com o art. 50 da LDO-2014, os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União devem elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2014, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período.

5. Dessa forma, em 20 de fevereiro do ano corrente, procedeu-se preventivamente a uma avaliação das receitas e despesas primárias, considerando dados realizados no exercício de 2013 e no mês de janeiro de 2014, bem como a atualização dos parâmetros macroeconômicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2014. Essa avaliação ensejou, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R$ 30,5 bilhões no montante destinado ao empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias em relação ao previsto na LOA-2014. Com a projeção da redução líquida de R$ 13,5 bilhões nos gastos obrigatórios, o total de ajuste nas despesas foi de R$ 44,0 bilhões, o que confirma o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias.

Senado Federal SGM Fls. nº 27 Protocolo Legislativo

6. Nesse contexto, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano corrente, estabelecendo seu cronograma mensal de desembolso, bem como as metas quadrimestrais. Especificamente para o 1º quadrimestre, fixou-se uma meta de superávit primário de R$ 27,7 bilhões para o Governo Federal, sendo R$ 28,0 bilhões de superávit para o Governo Central e R$ 311,0 milhões de déficit para as Empresas Estatais Federais.

7. Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 9º da LRF e art. 51 da LDO-2014, a partir dos dados realizados até o mês de fevereiro, não havendo alterações em termos de parâmetros macroeconômicos. Nessa reavaliação, foi recomendada a limitação adicional das despesas discricionárias em R$ 261,8 milhões em relação ao Decreto nº 8.197/2014, a fim de assegurar o cumprimento da meta anual de superávit primário. Dessa forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alcançou R$ 30,8 bilhões. Desse montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R$ 30,5 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União coube à responsabilidade, em conjunto, por R$ 261,8 milhões. As recomendações dessa avaliação foram implementadas, no caso do Poder Executivo, com a publicação do Decreto nº 8.216, de 28 de março de 2014. Em relação às metas quadrimestrais, foram mantidas aquelas constantes no Decreto nº 8.197/2014.

8. Encerrado o mês de abril, verificou-se que o Governo Federal realizou superávit primário de R$ 28,0 bilhões, superando em R$ 296,5 milhões a meta do período. O superávit primário do Governo Central superou em R$ 1,2 bilhão sua meta prevista, enquanto que o resultado das Empresas Estatais Federais registrou um déficit superior ao previsto, no montante de R$ 879,0 milhões. Dessa forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no 1º quadrimestre de 2014.

9. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência a presente exposição de motivos, propondo o encaminhamento do relatório supramencionado anexo à Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Senado Federal SGM Fls. nº 28 Protocolo Legislativo

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Ivan Antônio Alves
Brasília-DF 29/05/14 H 22:00

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega, Miriam Aparecida Belchior

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Calendário de tramitação (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 2/6/2014

Até 7/6	prazo para publicação da matéria;
Até 22/6	prazo para apresentação de relatório;
Até 27/6	prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
Até 4/7	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Aviso n° 378/GM/MS, de 30 de maio de 2014, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento n° 201, de 2014, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

COMUNICAÇÃO

Ofício nº 589, de 2014, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, que indica:

– o Deputado Manoel Junior, como membro titular, em substituição ao Deputado Marcelo Castro, e o Deputado Alexandre Santos, como membro suplente, em substituição ao Deputado Darcísio Perondi, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 643, de 2014.

Ofício nº 590, de 2014, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, que indica:

– os Deputados Alceu Moreira e Sandro Mabel, como membros titulares, em substituição aos Deputados Eduardo Cunha e Marcelo Castro, e os Deputados Manoel Junior e Júnior Coimbra, como membros suplentes, em substituição aos Deputados Darcísio Perondi e Edinho Araújo, respectivamente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 646, de 2014.

Ofício nº 602, de 2014, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, que indica:

– o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Marcelo Castro, e os Deputados Marcelo Castro e Manoel Junior, como membros suplentes, em substituição aos Deputados Darcísio Perondi e Edinho Araújo, respectivamente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 644, de 2014.

Ofício nº 603, de 2014, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, que indica:

– o Deputado Manoel Junior, como membro titular, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e o Deputado Eduardo Cunha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Darcísio Perondi, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 645, de 2014; e

Ofício nº 51, de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal, que indica:

– os Senadores Ruben Figueiró e Flexa Ribeiro, como membros titulares, em substituição aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira Cássio Cunha Lima, e o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 646, de 2014.

Os ofícios serão encaminhados à Comissão Mista para serem juntados ao processado da matéria.

São os seguintes os Ofícios:

Of/GAB/I/n° 589

Brasília, 2 de junho de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados **MANOEL JUNIOR** e **ALEXANDRE SAN**TOS passam a integrar, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 643/2014**, que "Altera a Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, para dispor sobre o mandato de Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.", em substituição, respectivamente, aos Deputados **MARCELO CASTRO** e **DARCÍSIO PERONDI**.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/N° 590

Brasília, 2 de junho 2014.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados abaixo passam a integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória no 646/2014**, que "Altera a Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro"; em substituição aos anteriormente indicados.

TITULARES	**SUPLENTES**
ALCEU MOREIRA	MANOEL JÚNIOR
SANDRO MABEL	JUNIOR COIMBRA

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/N° 602

Brasília, 2 de junho de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados abaixo passam a integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória no 644/2014**, que "Altera os valores da tabela do imposto sobre a renda da pessoa física; altera a Lei n° 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007.", em substituição aos anteriormente indicados.

TITULARES	**SUPLENTES**
EDUARDO CUNHA	MARCELO CASTRO
LUCIO VIEIRA UMA	MANOEL JUNIOR

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha,** Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 603

Brasília, 2 de junho de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados abaixo passam a integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória n° 645/2014**, que "Dispõe sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012.", em substituição aos anteriormente indicados.

TITULARES	**SUPLENTES**
MARCELO CASTRO	EDUARDO CUNHA
MANOEL JUNIOR	EDINHO ARAÚJO

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha,** Líder do PMDB.

Ofício nº 51/14-GLPSDB

Brasília, de junho de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **RUBEN FIGUEIRÓ** e **FLEXA RIBEIRO** para integrarem, como titulares em substituição aos Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA** e **CÁSSIO CUNHA LIMA** e o Senador **CÍCERO LUCENA** para integrar, como suplente em substituição ao Senador **ALVARO DIAS**, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória n° 646 de 2014.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias,** Vice - Líder do PSDB em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Já li pela segunda vez.

Agora, a Senadora Ana Amélia tem a palavra como oradora inscrita.

Essa leitura eu a fiz pela segunda vez, para não haver dúvida de que estamos abrindo a sessão.

Depois da Senadora Ana Amélia, é a vez deste Senador. Daí nós inverteremos, porque, em seguida, será a vez do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paim, como encerramos a sessão de sexta-feira, começamos a de segunda-feira: o Senador Mozarildo estava presidindo a sessão, V. Exª estava na tribuna, e eu estava no plenário. Então, como encerramos a sessão de sexta-feira, começamos a de segunda-feira.

Caros colegas, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, a Câmara Federal está prestes a concluir, Senador Mozarildo, a votação do ambicioso PNE – Plano Nacional de Educação. O texto base já foi aprovado na sexta-feira, dia 29, e um dos princípios, entre muitos outros desafios, é assegurar o acesso à educação básica e fundamental – a educação fundamental e a básica têm o mesmo sentido – para todos os alunos portadores de necessidades especiais entre 4 e 17 anos de idade.

É importante lembrar, caros colegas, que as duas Casas Legislativas têm se mobilizado, desde o ano passado, em conjunto com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) de todo o País, para fazer valer o anseio de cada um dos familiares e apaeanos, que, há décadas, dedicam tempo e muito esforço para cuidar do desenvolvimento completo dos portadores dessas necessidades especiais. Há um rosário de grandes realizações dessas instituições em todo o Território brasileiro. Falo mais pelo Rio Grande do Sul, Estado que tenho a honra de representar aqui, porque lá conheço muito o trabalho feito pelas APAEs.

Em setembro do ano passado, apenas para rememorar, o relatório do Senador Vital do Rêgo, que é do PMDB da Paraíba, sobre esse projeto que instituiu o PNE acolheu, felizmente, entre outras emendas na mesma direção, uma de minha autoria, que foi apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, para preservar os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial, como é o caso das APAEs.

Inclusive, esse relevante movimento nacional está completando em 2014 60 anos de bons serviços e será homenageado na próxima segunda-feira, às 11 horas, neste plenário, numa sessão especial, requerida por mim, com o apoio de outros Senadores.

Também lembro que, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, houve uma homenagem semelhante, que foi a que teve o maior número de participantes de uma sessão de homenagem em toda a história da Assembleia do Rio Grande do Sul.

O Deputado Ernani Polo protocolou na Assembleia um projeto de lei que prevê uma cota para pessoas com deficiência em contratos de terceirização do Estado, prática já adotada no sistema de concursos, Senador Paim. V. Exª tem o olhar votado para a questão social e para a questão dos direitos humanos. Isso também tem grande relevância.

Na semana passada, inclusive, essas entidades lotaram o plenário da Assembleia gaúcha para homenagear a atuação das APAEs, que reúnem, atualmente, 2.125 associações em todo o País. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência visual, auditiva, física, doença intelectual ou mesmo doença rara.

São pessoas como o Cláudio Dusik, de 36 anos, portador de uma doença degenerativa e morador de Esteio, Município da área metropolitana de Porto Alegre. O Cláudio, aliás, mereceria uma homenagem especial nossa, com o Senador Paim como Presidente, com o recebimento de um prêmio que distingue as pessoas que são vencedoras. Além de psicopedagogo, esse funcionário público concluiu o mestrado e criou um teclado virtual, o Mousekey, que auxilia, de modo livre e gratuito, pessoas com limitações a escrever e a se comunicar.

Assim como o gaúcho Dusik, que já esteve neste plenário, existem muitos brasileiros com doenças degenerativas, com limitações físicas e com variações psicológicas ou fisiológicas diversas. São jovens que superam o preconceito e as dificuldades e que se tornam também importantes referências entre os portadores de necessidades especiais.

É o caso também da simpática Rita Pokk, do bem-humorado Ariel Goldenberg e do sensível Breno Viola. Os três são portadores da síndrome de Down e também têm feito grandes contribuições à sociedade.

Esses jovens artistas são protagonistas do filme Colegas, de 2013, primeiro longa-metragem brasileiro protagonizado por atores com síndrome de Down, dirigido por Marcelo Galvão. Inspirada nos filmes americanos Little Miss Sunshine, de 2006, e Thelma & Louise, de 1991, a história dos três personagens mostra as aventuras do interior de São Paulo para Buenos Aires, em busca da realização de sonhos: encontrar um marido para se casar, voar e ver o mar, anseios comuns de qualquer jovem que tenha o espírito aventureiro.

Eu estava aqui, no plenário, assistindo a esses jovens dando depoimentos, numa sessão em que estavam presentes o Senador Lindbergh Farias, que tem uma filhinha portadora da síndrome de Down, e o Deputado Romário, que, da mesma forma, tem vínculos com isso pelo amor que dedica à filha que tem síndrome de Down. É muito importante que tenhamos esse olhar.

Dusic, Pokk, Goldenberg e Viola são exemplos de jovens especiais que dependeram da persistente dedicação, do apoio e do amparo de familiares e amigos, o que é indispensável ao efetivo desenvolvimento das habilidades educacionais, psicossociais e motoras.

São também por esses protagonistas da vida real que venho hoje a esta tribuna falar sobre a importância de a Câmara Federal concluir, o quanto antes, a votação de dois destaques que tratam das responsabilidades do Governo, no caso, a União, em relação aos gastos com educação pública.

Se o País quiser caminhar em direção aos melhores e mais eficientes modelos de educação existentes no mundo, para o chamado "padrão Fifa de qualidade" na educação, é importante inovar e avançar com políticas públicas consistentes nessa área.

O PNE, relatado na Câmara por Ângelo Vanhoni (PT-PR), é indispensável marco legal porque estabelece as metas que Governo, Estados e Municípios devem atingir em dez anos, como, por exemplo, triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio e oferecer escolas em tempo integral para no mínimo 25% dos alunos na educação básica.

Esse projeto, que foi um dos temas mais citados nos protestos de junho de 2013, é o que prevê, por exemplo, o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação pública. O texto prevê ainda que entrem nessa conta recursos para parcerias público-privadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Essa versão é defendida pelo Governo e por entidades mantenedoras de instituições de ensino, inclusive por igrejas.

Posso falar em relação ao Rio Grande do Sul e a outro Estado vizinho, Santa Catarina, em que as chamadas universidades comunitárias têm um papel extremamente relevante no ensino superior. E, por isso, é relevante não só a questão do Fies, mas também a do ProUni.

As Bancadas do PDT e do PSB, apoiadas por organizações da sociedade civil como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e por sindicatos de profissionais da área, apresentaram destaques para suprimir essa permissão e indicar que a meta tem de ser cumprida com investimentos apenas em escolas públicas. Segundo dados do relatório em análise na Câmara, a diferença entre os dois textos não é pequena. Se o Poder Público tivesse de gastar 10% do PIB em educação pública em 2012, o setor teria recebido 81% a mais da União, dos Estados e dos Municípios, num total de R$198,1 bilhões. Se nessa conta entrassem também gastos indiretos, como parcerias com instituições privadas e filantrópicas ou empréstimos subsidiados, poderiam ser descontados R$39,6 bilhões.

Vale lembrar que, em 9 de abril, solicitei uma audiência pública, em conjunto com os Senadores Cyro Miranda e Cristovam Buarque, para ouvir o Ministro da Educação, Henrique Paim, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Naquele momento, ficou claro que o índice de evasão escolar e de reprovação no ensino médio brasileiro, cuja responsabilidade é dos Estados, é um desafio para o Governo Federal e também para os Governos estaduais e é uma das etapas mais problemáticas da política educacional brasileira. Uma das apostas para reverter essa preocupante situação é o Pacto Nacional pelo Ensino Médio, que envolve uma série de ações com as secretarias de educação dos Estados focadas na melhoria e na formação dos professores e coordenadores pedagógicos. Entre as metas, segundo o Ministério da Educação, está o incremento de indicadores de proficiência em Matemática, Português e Ciências. Naquela oportunidade, o Ministro Henrique Paim informou que todos os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal já aderiram a esse programa.

Como reconheceu o próprio Ministro, existe uma unanimidade no Brasil de que é preciso melhorar a qualidade e a inclusão. Logo no primeiro ano do ensino médio, o índice de reprovação é de 30%, fator que está relacionado também à evasão escolar.

De 1997 para cá, foram incluídos cinco milhões de estudantes, segundo dados do Governo Federal. É preciso, neste momento, que essa inserção ocorra com muita qualidade. Por isso, a importância de olharmos para o futuro e para modelos educacionais eficientes.

A revista *Época* publicou, na edição da semana passada, uma reportagem especial sobre como seria o Brasil dos sonhos nos próximos 16 anos. Ou seja, é preciso pensar em longo prazo. E confesso que me agradaria muito a possibilidade de, em 2030, alcançarmos os padrões de educação da Finlândia ou os de inovação dos Estados Unidos, da Coreia, da própria China ou da Índia, que vêm alcançando avanços extremamente significativos.

Eu teria muito orgulho de ler, por exemplo, a seguinte notícia: "Alunos da rede pública têm bom ensino em todo o País, e a valorização dos professores chega à melhor fase". Ou ainda: "Brasil salta da 64ª posição do Índice Global de Inovação, publicado pela Organização de Propriedade Intelectual, em 2014, para 15ª, em 2030". Entretanto, não é essa a atual fase da educação brasileira, não é esse o desempenho.

Um professor iniciante da Finlândia ganha, aproximadamente, um salário de R$7,8 mil. Já um profissional brasileiro recebe R$1.697,00. Enquanto na Finlândia, 100% dos professores têm educação superior para dar aula ao ensino médio, no Brasil esse percentual é de 78,5%.

Na Finlândia, 4% dos alunos são reprovados no ensino básico. No Brasil, 36% não conseguem ser aprovados na mesma fase escolar. Enquanto 12% dos alunos finlandeses tiram notas baixas em matemática, essa queda de desempenho na mesma matéria ocorre entre 67% dos alunos aqui, no Brasil.

O Brasil oferece, atualmente, apenas um tipo de ensino para os jovens, voltado para o vestibular – hoje, felizmente, já está saindo de moda –, com um currículo pouco atraente e uma evasão escolar muito elevada. Isso afeta os processos de inovação no País. Lamentavelmente, os índices de produtividade do trabalhador brasileiro estão estagnados há 50 anos.

É preciso pensar, também, Senador Paim, porque a escola que nós frequentamos, que o Senador Mozarildo frequentou, V. Exª, eu, essa escola não pode mais sobreviver hoje. É a escola da lousa, ou do quadro-negro, como se diz no Rio Grande do Sul. Hoje, os meninos, com o celular na mão, têm acesso a um volume grande de informações. Se o professor não estiver inserido nesse contexto, que era a expressão usada nos anos 80, se ele não estiver inserido nessa inovação tecnológica, para que a aula seja atraente para o aluno, a evasão só vai aumentar, porque ele tem a informação, fora da sala de aula, apenas acessando o Google ou a internet pelo seu celular.

Por isso, tem de haver uma mudança, uma quebra de paradigmas total não só na valorização dos professores, mas, sobretudo, na participação efetiva dos pais no processo, na presença deles lá, dentro da sala de aula.

Na sexta-feira, aqui, o Senador Cristovam, com muita propriedade, falou muito de uma contrapartida básica, mínima aos pais das famílias que recebem o Bolsa Família: que uma vez por mês eles fossem à escola verificar como é que está o comportamento e o desempenho do seu filho. Mas nem isso foi aceito nessa alteração que se pretende.

Por isso, a importância de ações propositivas nas escolas infantis...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... para melhorar o desempenho futuro.

Já estou terminando, Senador Paim.

Dois municípios do meu Estado, Município de Sarandi e o Município de Canela, por exemplo, buscam qualificar a educação com investimentos em creches. No mês passado, estive em Canela, administrada pelo Prefeito Cleo Port, e conheci um projeto sobre Parceria Público-Privada para abrir a oportunidade de creches e a transformação de casas residenciais em escolinhas, com recursos próprios da Prefeitura.

Esse trabalho tem sido desenvolvido pela Associação Educacional Cidade das Flores, entidade sem fins lucrativos, que obteve o direito de oferecer vagas de educação infantil. E tudo isso feito com assessoria do próprio Ministério Público, no Município de Canela. Duas escolas, Jardim das Hortênsias e Ewaldo Port, têm 226 crianças matriculadas. Uma nova instituição de ensino está prevista para o mês de junho.

Já em Sarandi, cujo Prefeito Paulo Kasper é também do meu Partido, vi de perto que a jornada nas creches já é maior do que em muitos dos outros Municípios brasileiros. As crianças têm aulas – ou têm assistência, porque há uns de 6 meses a 6 anos – durante os 12 meses do ano e ficam os dois turnos na creche, em tempo integral, de janeiro a dezembro, Senador Mozarildo.

Portanto, os pais que trabalham e as mães operárias – porque, em Sarandi, há uma grande diversidade econômica, com muitas fábricas de calçado e no setor também da indústria de móveis – têm a tranquilidade de estarem trabalhando e as crianças estarem muito bem cuidadas. É mais uma segurança e uma tranquilidade aos pais que precisam trabalhar o dia inteiro.

Precisamos, portanto, da construção de mais escolas de educação infantil e o efetivo apoio aos Municípios para os custeios da educação.

Os avanços precisam ocorrer também no ensino médio. O Presidente do Tribunal de Contas do meu Estado, o Rio Grande do Sul, Cezar Miola, que esteve em março no meu gabinete, mostrou um estudo revelador: no Brasil, há um déficit de 32,7 mil professores, especialmente nas áreas de física, química, biologia e sociologia.

O mesmo estudo também constatou que 61 mil professores se encontram fora das salas de aula: 40 mil exercendo atividades administrativas; 5 mil cedidos a órgãos públicos sem qualquer relação com a área educacional; e 16 mil em outros tipos de afastamento.

Ao todo, foram visitadas 580 escolas municipais e estaduais, e as auditorias foram realizadas com a colaboração dos Tribunais de Contas dos Estados e também do Distrito Federal.

No ensino superior também são necessários novos programas e novos investimentos. É preciso concluir, por exemplo, o processo de implantação do curso de medicina em Ijuí, na região noroeste do Rio Grande do Sul. A cidade já foi aprovada no edital e aguarda a conclusão das visitas técnicas para que a infraestrutura de educação seja ampliada.

Enfim, se quisermos alcançar padrões ótimos em nossa educação, será preciso acreditar mais no futuro e agir no presente. Concluir a votação do PNE, que incluiu políticas para os portadores de necessidades especiais, é, portanto, a melhor maneira de tornar a educação do País mais eficiente, mais moderna e uma verdadeira prioridade.

Eu aproveito para convidar todos aqui, Senadores, na próxima segunda-feira, às 11 horas, para a sessão especial que homenageará os 60 anos que as Apaes têm de atividades relevantes e exemplares em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia.

Como sou o próximo orador, convido S. Exª para assumir a Presidência.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o Senador Paulo Paim e, em seguida, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Desculpe, antes, teremos o Líder Alvaro Dias, depois do Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, eu, aproveitando sempre as sessões de segunda e sexta-feira, que são sessões de debate, em que podemos aprofundar mais os grandes temas, como fez V. Exª minutos atrás, durante o período necessário, venho à tribuna para falar hoje sobre a produtividade nas operações de trabalho no País.

Srª Presidenta, quero falar de um assunto de extrema importância para o trabalhador, para a economia e para todos os setores, para os empreendedores e para o resultado até do nosso PIB. Falo de uma matéria importante da revista semanal britânica, publicada no dia 17 de abril último, cujo título é "50 anos de soneca". Então, pega todos os governos do passado e do presente. Essa matéria discute a questão da baixa produtividade aqui no Brasil. É um tema que vem preocupando todos, razão pela qual resolvi abordar esse assunto aqui da tribuna.

A produtividade, como sabemos, é uma medida de eficiência da produção que calcula a relação entre o que é produzido, os meios utilizados como as máquinas, as novas tecnologias ou não, os trabalhadores e o tempo gasto e permite a avaliação do quanto cada fator de produção contribui para produzir uma unidade de riqueza na economia. Ela é importante porque um aumento na produtividade permite que o PIB de um país cresça sem, necessariamente, depender de desemprego ou de aumento do número de empresas ou fábricas.

A revista que trata da matéria afirma que a produtividade total no Brasil, hoje, é menor do que era em 1960. Afirma, também, que a produtividade do trabalho foi a responsável por 40% do crescimento do PIB brasileiro entre 1990 e 2012, comparado a 91% da China e 67% da Índia.

Além disso, estudo do Ipea mostra que, nos últimos trinta anos, a produtividade dos trabalhadores da indústria de transformação despencou 15%.

Por sua vez, de acordo com o centro de pesquisa The Conference Board dos Estados Unidos, no ano passado, a produtividade média do trabalhador brasileiro ficou em 18,4% do desempenho médio do trabalhador norte-americano, com uma queda de 0,13% em relação ao ano anterior. Na prática, isso mostra que cinco brasileiros produzem a mesma riqueza que um norte-americano.

Não é surpresa, portanto, que o Brasil apareça em 56º lugar no *ranking* da produtividade do trabalho, em 2013, do Fórum Econômico Mundial, oito colocações a menos de onde estava no ano anterior.

Se nada for feito, essa situação pode se agravar porque a produtividade nos países desenvolvidos cresce rapidamente. Claro, porque estão atualizando, devido às novas tecnologias, o seu maquinário, a forma integrada de produzir.

Para se ter uma ideia, na década de 80, a diferença entre a nossa produtividade e a dos países ricos variava entre 180% e 200%. Atualmente, ela chega a ser de 300%, de acordo com os dados do Ipea.

Essa baixa produtividade no trabalho aqui no Brasil provoca diversos efeitos nocivos à economia: reduz a competitividade no setor privado, pressiona a inflação e a taxa de juros, inibe o crescimento econômico e, claro, como eu dizia antes, prejudica o nosso PIB.

De fato, vivemos hoje, no Brasil, uma situação que combina baixo desemprego – isso é bom –, mas com ritmo muito lento da aceleração da economia.

Precisamos, claro, aumentar o número de trabalhadores empregados, como foi feito no Japão. O Japão caminhou para o avanço tecnológico, e lá não há desemprego, e o país continua acelerado.

Uma forma de fazer o País crescer seria melhorando a eficiência dos fatores de produção já existentes, como trabalhadores e empresas, ou seja, aumentando uma produção integrada com os novos tempos.

Perceber que a produtividade do trabalhador brasileiro é baixa e vem caindo nos últimos tempos me angustia, claro, profundamente, porque sou um operário, metalúrgico; fui, no período em que estive nas fá-

bricas. Essa é a minha origem – origem que tive com muito orgulho –, e pertenço até hoje como licenciado há 30 anos, é verdade, do Grupo Tramontina.

Srª Presidenta, no operariado deste País – porque se sabe da importância e da necessidade de o Brasil continuar crescendo para promover a distribuição de renda –, nós temos que fazer esse bom debate.

Podemos lembrar que tanto o Presidente Lula quanto a Presidenta Dilma conseguiram realizar uma política inclusiva, tirando milhões de pessoas da miséria, sem mexer na questão da produtividade. Como, também, reconhecemos a importância, por exemplo, do Plano Real, que antecedeu ao Presidente Lula, na época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas, agora, parece que isso tem que ser mudado; parece que estamos chegando ao limite desse modelo.

Se quisermos continuar crescendo, gerando renda e inclusão social, precisamos sair desse sono de 50 anos a que se refere a revista *The Economist* e aumentar a nossa produtividade.

Mas o grande problema é: como fazer isso?! Não existe uma receita de bolo, nem fórmulas mágicas. O Ipea elaborou um mapa das políticas públicas para a produtividade, com foco em determinantes macroeconômicos, numa tentativa de conhecer e identificar as necessidades de cada setor da economia e sugerir o que poderíamos chamar de "intervenções cirúrgicas" para corrigir problemas específicos.

Mas a grande pergunta que fica no ar é – segundo o Ipea –: por que a produtividade brasileira ainda é baixa?

O Prof. Jorge Arbache, especialista em produtividade, publicou um interessante artigo, em maio do ano passado, no jornal *Valor Econômico*, onde relaciona pelo menos seis explicações para a baixa produtividade brasileira, explicações essas que eu gostaria de mencionar aqui, porque considero que o Professor Arbache faz uma análise cristalina e bastante completa sobre as causas desse problema.

Em primeiro lugar, temos o que ele denomina como limitações internas das empresas, ou seja: 1) gestão deficiente; 2) pequeno engajamento em pesquisas, desenvolvimento e inovação;...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... 3) acanhados investimentos em tecnologias da informação, novas tecnologias e treinamento profissional; e 4) baixa qualificação da força de trabalho.

De acordo com o Prof. Arbache, nada menos que 27% da população em idade para trabalhar é analfabeta ou analfabeta funcional. Isso nos remete à conhecida questão da baixíssima qualidade da educação, ainda, no Brasil, principalmente do ensino fundamental ao universitário.

Em segundo lugar, surgem os problemas externos às empresas, que interferem, direta ou indiretamente, no desempenho individual ou coletivo e no retorno dos investimentos. Aí estão incluídos: 1) os elevados custos dos impostos; 2) a burocracia e os juros; 3) a deficiência dos serviços públicos e a falta de infraestrutura logística do País e a baixa tecnologia.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ainda como problemas externos às empresas, conforme o Professor Arbache destaca: a instabilidade macroeconômica; a insegurança jurídica; os problemas de coordenação entre esferas de governo e legislações que desestimulam a competição, além da elevada presença de oligopólios e monopólios em vários setores, cultura essa que desencoraja a meritocracia.

A terceira explicação que o Prof. Arbache elenca em seu artigo é a contínua transferência de recursos de setores de produtividade mais alta para setores de produtividade mais baixa.

Enquanto a participação da indústria no PIB passou de 33,4% para 14,4% entre 1980 e 2011, a participação dos serviços passou de 45,2% para 67,1%.

O problema é que a produtividade média na indústria é 36% maior que nos serviços, e quando realocamos empregos entre esses setores, estamos contribuindo para manter baixa a produtividade do trabalhador brasileiro, porque a maioria dos novos empregos gerados está concentrada em setores de baixa produtividade.

A quarta explicação é a baixa produtividade média das micro e pequenas empresas. A produtividade dessas empresas é substancialmente menor que a de congêneres do mesmo ramo, mas que operam em escalas produtivas maiores.

O problema, Srª Presidenta, é que nada menos que 99% do total de empresas formais são micro e pequenas e 76% delas estão no setor de serviços. Consequentemente, isso tem um impacto muito grande quando pensamos em termos de cadeias produtivas na economia como um todo.

Como quinto fator que explica a baixa produtividade no Brasil, o Prof. Arbache menciona a pobreza e a desigualdade de renda, porque a população pobre não possui acesso a tecnologias, mercados, educação de qualidade e qualificação profissional, itens fundamentais para uma elevada produtividade.

A sexta e última explicação está relacionada às elevadíssimas discrepâncias de produtividade entre as empresas e entre setores de atividade. Isso, segundo ele, significa que o desempenho de um fornecedor ou componente de uma determinada cadeia produtiva possui um impacto, direto ou indireto, no desempenho dos demais componentes daquela cadeia de produção, afetando sua produtividade.

A todas essas causas da nossa baixa produtividade eu ainda agregaria as deficiências do nosso transporte público – vejam os movimentos no País todo –, que geram uma perda incalculável de horas de trabalho e lazer dos nossos trabalhadores, com significativo impacto na produtividade.

De acordo com recente pesquisa feita pelo Banco Mundial na América Latina, o trajeto até o local de trabalho é mais estressante que a jornada laboral para os usuários do transporte coletivo.

Por fim, gostaria de mencionar um último ponto que considero importante, no que diz respeito à produtividade no Brasil, que é a questão da violência urbana: ela afeta a saúde e a integridade física dos brasileiros, comprometendo seu desempenho no trabalho e, consequentemente, reduzindo a produtividade.

Existem diversos estudos mostrando que a intranquilidade gerada pela violência afeta o modo como os trabalhadores realizam suas tarefas.

Apesar de todos esses problemas, podemos encontrar diversos casos de empresas onde a produtividade é qualificada.

Cito, por exemplo, a fábrica de caminhões da Ford, em São Bernardo do Campo, onde a montadora produz um caminhão a cada 2 minutos e 40 segundos, ou seja, 22 caminhões por hora. Eles conseguiram isso graças a um sistema modular com fornecedores externos, que enviam à fábrica do ABC paulista grandes partes prontas e montadas, que se encontram todas na linha de montagem final.

Outro exemplo é a IBM, que, desde 2002, investe na qualidade de vida dos funcionários e, como resultado, registrou aumentos da produtividade. A empresa oferece aos seus funcionários sessões de *shiatsu*, consultas com nutricionistas e aulas de ginástica matutinas, com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso fez com que a IBM registrasse um significativo aumento na produtividade, em termos qualitativos e quantitativos.

A explicação é simples: se o funcionário se sente bem no ambiente de trabalho, ele trabalha melhor e produz mais.

É importante notar que, nos Estados Unidos, as empresas perdem, por ano, cerca de US$150 bilhões com o estresse no trabalho, o que inclui, naturalmente, as faltas, o "presenteísmo" (que é estar na empresa com a cabeça em outro lugar), a desmotivação, as doenças, os acidentes, os afastamentos.

Importante lembrar que o Brasil – já estou terminando, Srª Presidente – está entre os quatro países do mundo que mais têm acidentes de trabalho e afastamento por doença no trabalho. Isso, naturalmente, além de causar muito mais gastos ao sistema integrado, que abrange saúde, previdência e assistência, diminui a produtividade.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você afasta um trabalhador experiente e para no seu lugar colocar um inexperiente.

Além disso, temos outra questão a ser considerada: a terceirização. Só para dar um exemplo, a cada dez empregados que sofrem acidentes, oito são terceirizados. Se todos fossem contratados por CLT, com certeza, a produtividade seria maior.

Tudo isso mina a produtividade e o resultado das organizações poderia ser atenuado com medidas como as adotadas pela IBM.

Termino, Srª Presidente, lembrando que a jornada de trabalho menor, é claro, também é importante, pois, ao construirmos um sistema de revezamento por turno, há trabalhadores menos cansados e, consequentemente, mais produtividade, menos acidente e menos doença no trabalho.

Já concluindo, quero apenas dizer que, a partir desse breve relato sobre as causas da baixa produtividade em nosso País, podemos perceber que não se trata de um problema simples e de fácil solução.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É um problema que requer o esforço de toda a sociedade brasileira, sobretudo daqueles que possuem responsabilidade, seja ela governamental ou empresarial ou dos próprios trabalhadores.

Nós, aqui no Senado, temos que cumprir a nossa parte.

Srª Presidente, vou para a última página.

Sem melhorar a produtividade, dificilmente conseguiremos ser um país competitivo e gerar a riqueza de que tanto precisamos.

Sei que estamos num ano complicado, com a Copa do Mundo e as eleições aí à frente, mas é preciso estar atento a essa questão, para que o Brasil possa continuar no caminho certo, reduzindo as desigualdades sociais, gerando emprego e renda e construindo um futuro melhor para todos.

Eu gostaria muito que os presidenciáveis, nos debates que vão fazer agora, durante o processo eleitoral,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... se debruçassem também sobre o assunto produtividade.

Srª Presidenta, termino com esta frase: foi com essa intenção que trouxe o assunto hoje à tribuna do Senado.

Naturalmente, agradeço a V. Exª pela tolerância para que eu pudesse fazer todo o meu pronunciamento.

Obrigado, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria. PP – RS) – Parabéns, Senador Paulo Paim, porque esse tema deveria estar, todos os dias, em nossos discursos. É fundamental, prioritário. Como disse bem V. Exª, é um desafio para a sociedade brasileira e para os governos, para todos, reduzir a burocracia. Atualmente, é difícil constituir uma empresa, assim como fechá-la. Foi muito feliz V. Exª. Existe o Sebrae para ajudar o empreendedor, mas as dificuldades persistem. O ambiente é desconfortável para quem quer produzir e gerar renda e riqueza, como V. Exª mencionou. Parabéns, Senador Paim.

Aproveito o ensejo para saudar, em nome de todos os Senadores aqui presentes, os universitários de todo o País que estão participando de programa promovido pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

Sejam bem-vindos ao Senado Federal.

Todos os Senadores, o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná; o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá; o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul; o Senador Paim, que acabou de falar, do PT do Rio Grande do Sul; o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima; o Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco; e a Senadora que vos fala, do PP do Rio Grande do Sul, dão boas-vindas a esta sessão. Imagino que haja alguns representantes do nosso Rio Grande do Sul.

Sejam todos bem-vindos. Todos vocês são muito bem-vindos aqui, jovens mulheres e homens.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, anuncio à Casa a apresentação de um decreto legislativo com o objetivo de sustar os efeitos do Decreto Federal nº 8.243, publicado no Diário Oficial pela Presidência da República.

Sabemos que a instituição Poder Legislativo é essencial ao Estado democrático de direito. Nela estão fincados os alicerces básicos da democracia.

Ao longo da História, em várias oportunidades, atentou-se contra a soberania do Poder Legislativo. Os atos institucionais, notadamente o Ato Institucional nº 5, possibilitavam a cassação de mandatos e até mesmo o fechamento do Congresso Nacional.

O Decreto nº 8.243 não impõe cassação de mandatos, não propõe o fechamento do Congresso, mas deseja um Congresso Nacional da ficção, um Congresso Nacional para a encenação, para a homologação, a convalidação dos atos emanados do Poder Executivo, uma espécie de almoxarifado à disposição de quem governa o País.

Esse decreto, Srª Presidente, trouxe inquietação aos mais diversos segmentos da sociedade organizada e causou perplexidade no meio jurídico do País. O jurista Hélio Bicudo, por exemplo, ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi taxativo ao afirmar que esse decreto enfraquece a democracia. Hélio Bicudo é também um ex-petista.

Com a proposta de "fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a Administração Pública Federal e a sociedade civil", a Presidente criou o "Programa Nacional de Participação Social".

No tocante aos conselhos populares criados pelo decreto, o jurista Hélio Bicudo ressalta que "esses conselhos não podem ter poder de decisão". E prossegue afirmando: "Esse decreto só enfraquece o Poder Legislativo e pode até engessar decisões importantes do Governo e relevantes para a sociedade".

O professor de Administração Pública da Universidade de Brasília, José Matias Pereira afirmou que o decreto é uma "atitude arrogante e autoritária" do Governo. Ele acredita que o PT "promove um movimento de enfraquecimento das instituições, ao atacar o Poder Judiciário e o Ministério Público, por exemplo." E destacou, lembrou que pode haver um aparelhamento, já que o PT e outros Partidos controlam as principais estruturas sociais, como os sindicatos.

"A aplicação desse decreto seria um retrocesso para a democracia brasileira. E leva uma sentença de morte ao Poder Legislativo corno caixa de ressonância da sociedade".

Para o jurista de respeitabilidade ímpar, o jurista Carlos Velloso, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, "há risco de enfraquecimento do Poder Legislativo como fórum de representação da sociedade e de discussão de grandes temas, além do engessamento das decisões do governo. Um tema polêmico pode demorar devido à exigência de se ouvir diversos representantes da sociedade", exemplifica.

"Isso é um exagero! E utilizar decreto é exagero demais. Acredito que essa discussão só poderia ser feita por lei ou até por meio da Constituição. A Constituição estabelece os casos em que pode haver consulta popular. E isso acaba deixando o Legislativo no cómer", destacou Carlos Velloso.

É inegável que, ao assinar esse decreto, a Presidente da República decreta a falência do Poder Legislativo Federal e o sucateamento total e absoluto do Congresso Nacional. Sua Excelência, por meio dessa proposta, ratifica o desrespeito permanente que dedica ao Parlamento, como faz rotineiramente com a edição desenfreada de medidas provisórias e a dominação da pauta do Congresso Nacional.

O famigerado decreto, como bem explicitou o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, é um conjunto de barbaridades jurídicas que se assenta no mais puro oportunismo, aproveitando os ventos do momento para impor velhas pretensões do PT, sempre rejeitadas pela Nação, a respeito do que membros desse Partido entendem que deva ser uma democracia.

Ao fixar como objetivo consolidar a participação social como método de governo, a Presidente ignora que a participação social numa democracia se vertebra por intermédio de seus representantes no Parlamento, legitimamente eleitos.

As vulnerabilidades do decreto da Presidente Dilma são ostensivas. A primeira delas refere-se ao risco da burocratização da participação popular.

A fiscalização por parte do cidadão, a abertura da máquina governamental para ouvir as críticas e considerá-las na correção de rumos e até mesmo na premiação e/ou punição de funcionários é sempre desejável. Porém, esse tipo de participação ocorre em torno de demandas específicas da população, atendidas por políticas igualmente específicas.

O lugar de instâncias nacionais de caráter geral deveria ser secundário em relação a instâncias locais de caráter específico. Queremos participação e fiscalização do cidadão, em primeiro lugar, sobre a delegacia, o posto de saúde, as escolas e o transporte público de seu bairro. Num segundo lugar distante, estaria como prioridade sua participação nas conferências nacionais e outros instrumentos do mesmo tipo.

A segunda crítica refere-se ao risco da participação popular, ou da partidarização da participação popular.

A sociedade organizada é plural; organiza-se em torno de reivindicações que poucas vezes refletem a diversidade partidária.

Para ser mais preciso, sua eficácia como mobilizadora depende em grande parte da sua autonomia em relação às divergências partidárias, principalmente entre governo e oposição. Movimentos e organizações estruturados em torno de objetivos específicos devem ser capazes de mobilizar todos os interessados na sua pauta, sejam eles simpatizantes de qualquer ou de nenhum Partido. Com organismos montados a partir de convites do governo, é fácil prevalecer o viés partidário, com a convocação dos movimentos e organizações mais "autênticos" ou, na prática, mais governistas.

A terceira crítica refere-se ao risco da cooptação de setores organizados por parte do governo. Exemplos visíveis nos últimos anos, o MST e a própria UNE são instituições que foram alcançadas por uma ação de cooptação do Governo.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não se trata aqui de convidar apenas os movimentos assemelhados ideologicamente ao governo da ocasião, mas de conseguir o apoio de movimentos até então independentes, por meio de participação em processos de deliberação e até mesmo por meio de repasse de recursos, como previsto no §5º do art. 10 do referido Decreto. Não é necessário lembrar que a cooptação mata a autonomia desses movimentos, retirando com isso sua razão de ser.

Em suma, Srª Presidente, a Política Nacional de Participação Social é mais uma forma de subverter a ordem democrática, de usurpar o papel das nossas instituições e de impor vontades a qualquer custo. A participação popular precisa, sim, ser fortalecida com cobrança firme sobre governantes e decisores. A fórmula mais sábia para isso é o voto. A urna é o caminho mais adequado para aprimorar o País.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Estou concluindo, Presidente.

Com o objetivo de sustar essa inconstitucional proposta, por nítida invasão de atribuições constitucionais do Congresso Nacional, bem como visando zelar pela preservação de sua competência legislativa, estou propondo este decreto legislativo que susta os efeitos advindos dessa equivocada proposta presidencial.

Eu peço a V. Exª, Srª Presidente Ana Amélia, que autorize a publicação, na íntegra, deste decreto legislativo, que tem por objetivo conter esse processo de afronta ao Legislativo.

Como diz o jornal *O Estado de S. Paulo*, quer a Presidente da República extinguir o regime democrático através de decreto. Se não há extinção da democracia, há uma violenta invasão das prerrogativas do Poder Legislativo. Isso por si só diminui o regime democrático no nosso País.

Espero, Srª Presidente, que os Srs. Senadores apoiem essa proposta, impondo um freio nas pretensões autoritárias do Poder Executivo, nesta hora comandando pela Presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado, Srª Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Projeto de Decreto Legislativo nº..., de 2014.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2014

Susta os efeitos do Decreto federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam sustados os efeitos do Decreto federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação - SNPS, e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 26/05/2014, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que "institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação - SNPS, e dá outras providências", editado pela Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais relativas à edição de decretos e à organização da Administração pública federal.

Com a proposta de "fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil", Sua Excelência criou o "Programa Nacional de Participação Social".

Entre seus objetivos primárias, estão os seguintes:

"I - consolidar a participação social como método de governo;

II - promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;

III - aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes;

IV - promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal;

V - desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;

VI - incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente, softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro;

VII - desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis;

VIII - incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e

IX - incentivar a participação social nos entes federados."

Para tanto, o PNPS implementa instâncias de relacionamento institucional direto da população com o Poder Executivo federal, através da criação de conselhos e comissões de políticas públicas, conferências, ouvidorias, mesas e fóruns de diálogo e audiências e consultas públicas, inclusive através de ambientes virtuais de participação social.

Abre, ainda, a determinação (por meio de uma cominação normativa), voltada aos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, de "considerar as instâncias e os mecanismos de participação social, previstos neste Decreto, para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas públicas" (art. 5º).

Cria, ainda, mecanismo de representação popular impróprio, por meio de eleição de representantes da sociedade civil para o exercício de mandato em conselhos de políticas públicas, ou, ainda, mediante indicação direta (art. 10 e 11). Também estabelece modalidade de democracia direta quando fixa diretrizes, por exemplo, para a atuação das chamadas "mesas de diálogo" (art. 14) e na criação de ambientes virtuais de participação social (art.

18).

Assim que foi publicado, o Decreto instituidor do PNPS foi objeto de críticas alarmantes advindas de órgãos da imprensa. E com razão.

Trata-se de uma forma polida com que a Presidente da República decreta a falência do Poder Legislativo federal e o sucateamento total e absoluto do Congresso Nacional.

Uma vez que a Constituição Federal estabeleceu a forma de governo e de Estado e o sistema político de representação popular, cabe a cada um dos Poderes públicos constituídos respeitar e cumprir o que lhe fora estabelecido pelo povo - titular único do poder.

E a opção feita para a regência da sociedade brasileira foi a de democracia mista, onde as formas de participação direta do povo estão clara e taxativamente definidas.

Não há, na Constituição federal, abertura para a ampliação desse sistema, nem para sua reinvenção, mais ainda por meio de ato unilateral advindo de um dos Poderes. Máxime quando a nova formatação de democracia direta proposta avança sobre as atribuições constitucionais de outro Poder.

O art. 14 da Lei Maior é cristalino:

"Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;
II - referendo;
III - iniciativa popular."

Além disso, este é um Estado Democrático de Direito, um Estado Constitucional, onde todo os espaços de participação popular devem ser pautados pela regência da lei, em atenção e respeito ao princípio constitucional da tripartição dos Poderes.

Vale dizer: além de instituir modalidades de representação popular e democracia direta, bem como além de invadir as prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo federal, o PNPS não foi constituído com a devida e

necessária participação dos legítimos representantes populares: os deputados e senadores da República.

Uma iniciativa dessa natureza, que decreta o alijamento do Congresso Nacional na discussão das políticas públicas, jamais poderia ter sido instituída sem o devido processo legislativo constitucional.

Sua Excelência, Presidente da República, por meio desta proposta, ratifica o desrespeito permanente que dedica ao Congresso Nacional, como o faz rotineiramente com a edição desenfreada de medidas provisórias e a dominação da pauta do Congresso Nacional. Exemplo recente vimos na aprovação do Marco Civil da Internet, que, a despeito da participação sólida da Câmara dos Deputados, que discutiu a proposta por 3 anos, não pôde ser discutido no Senado Federal, apesar das dezenas de emendas que foram propostas por senadores legitimamente interessados em aprimorar o projeto.

Portanto, com o objetivo de sustar essa inconstitucional proposta, por nítida invasão das atribuições constitucionais do Congresso Nacional, bem como visando zelar pela preservação de sua competência legislativa, propomos o presente Decreto Legislativo, pelo que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2014.

Senador ALVARO DIAS
PSDB-PR

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Alvaro Dias, o projeto de decreto legislativo do Senado de autoria de V. Exª foi encaminhado à Mesa e terá tratamento regimental.

Eu convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, como já havia antecipado, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, hoje eu venho contar aqui um pouco da história do meu hoje Estado de Roraima.

Na verdade, era uma parte, um Município do Estado do Amazonas. Pela visão, digamos assim, de grande estadista de Getúlio Vargas, visando justamente proteger as nossas fronteiras, criaram-se, em 1943, cinco Territórios Federais: Roraima, Amapá, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu. Isso foi em 1943.

Em 1946, a Constituinte retornou aos Estados de origem os Territórios Federais de Ponta Porã e Iguaçu. E Roraima passou um longo tempo, assim como o Amapá – 45 anos para ser exato –, como Território Federal. E o que era um Território Federal? Era, na verdade, uma espécie de província da República, cujos Governadores eram nomeados sem nunca terem estado nos Territórios. Passamos por fases em que a indicação, no primeiro momento, foi direta do Presidente Getúlio Vargas, quando tivemos o Governador Ene Garcez dos Reis. Depois, passou pela indicação política de um Senador do Maranhão, que nomeava, como uma espécie de acordo com o Poder Executivo, os Governadores dos Territórios como se fosse uma repartição pública e ele tivesse o poder de indicar os governantes.

E nós vivemos essa situação durante todo o tempo, inclusive durante o meu tempo de estudante, quando saímos de Roraima para poder frequentar uma universidade, na verdade, frequentar o ensino médio e a universidade, e retornamos para lá. Um grupo de jovens que saíram para Belém, em maior número, para Manaus, para o Rio de Janeiro, e nós tivemos, depois, majoritariamente, a ideia, digamos assim, quase que um sentimento atávico, de voltar para Roraima.

E lutamos, durante muito tempo, para que nós nos livrássemos desse julgo de Território Federal e de que as pessoas que moravam lá eram cidadãos de terceira categoria. Aliás, quem morava lá? Só não o Governador, que tinha um *status* de um funcionário graduado do Ministério da Aeronáutica, inicialmente, depois do Interior.

E nós conseguimos, através da Constituinte, transformar esses Territórios em Estados. E, aí, percorremos um longo período já de 25 anos, e tivemos avanços que não tivemos nos 45 anos de Território, é verdade. Porém, no meu Estado, os sete últimos anos de Governo foram anos de retrocesso, e retrocessos violentos, não só pela incapacidade administrativa do Governador que saiu agora para concorrer a uma vaga no Senado, como também pelo sistema de corrupção que se montou no meu Estado, em que, hoje, o Estado deve setecentos e poucos milhões só nas dívidas de verbas estaduais, mas, ao todo, R$2,7 bilhões.

Na verdade, estamos, hoje, atravessando uma crise sob todos os aspectos. Já mencionei aqui, em falas anteriores, a questão da saúde, da educação, da segurança, do incentivo à produção, do escoamento da produção, enfim, um Estado que tinha tudo para ser um Estado modelo, porque tem pouca população e recebe, relativamente, recursos consideráveis para promover esse desenvolvimento.

Nós tivemos, graças à iniciativa minha como Deputado Federal, a criação da Universidade Federal, da Escola Técnica Federal, que hoje é um Instituto Federal de Educação, e que contribuíram demais para que os jovens de lá, hoje, tivessem uma quantidade expressiva, já, de graduados e de graduandos que estão lá. Depois, o Governo do Estado criou a Universidade Estadual. E temos mais cinco instituições superiores.

Então, vejam bem, se nós tivéssemos, de fato, uma política de investimento maciço na educação, nós teríamos, com certeza, um Estado melhor do que qualquer um do Brasil, por causa dessa relação de pequena população. Mas não é o que temos visto. Temos visto realmente o Governo do Estado simplesmente abandonar as escolas, os professores, os funcionários – os alunos, nem se fala, pois são os que mais pagam por isso –, assim como a saúde. O caos se instalou em todos os setores, desde o posto de saúde do interior até o hospital geral de referência do Estado, como maternidade.

E, quanto à segurança, vimos, há poucos dias, que foi o Estado em que mais cresceu o número de homicídios. Também é inconcebível isso acontecer num Estado pequeno e que sempre foi pacífico. Na verdade, há um descalabro. Aliás, o próprio vice-governador que assumiu, por desincompatibilização do outro, já declarou que realmente a saúde pública está um caos, que há uma dívida astronômica para ser paga. Tão horrorosos são esses setores que o próprio vice-governador não teve como ficar calado e assumir esse ônus, como se ele tivesse compactuado com a feitura desse modelo de corrupção desenfreada.

É alarmante ver, por exemplo, a candidatura do ex-governador que saiu agora. Ele governou o tempo todo *sub judice*, porque o processo que há contra ele, resultante de uma cassação feita pelo TRE, até hoje não foi julgado. Cinco relatórios já passaram por esse processo. Entra e sai presidente, e não se julga. Quer dizer, se ao menos se julgasse "não é verdade, ele está inocente", tudo bem; mas não se julga. Ele, portanto, fica *sub*

judice, mas governando – governou o tempo todo que quis –, e agora ainda se apresenta para disputar um cargo de Senador.

Então, é preciso que, assim como a União criou os Territórios Federais, e a Constituinte criou os Estados, a União devia dar a esses Territórios – hoje, Estados – uma atenção especial, até para cumprir um ditame constitucional que diz que é um dos deveres da República eliminar as desigualdades regionais. Mas, se não há fiscalização, se não há controle, se não há punição, é evidente que essas pessoas se empenham em ser governadores para justamente assaltarem os cofres públicos e deixar o Estado e a população numa situação de penúria.

Eu sou filho de Roraima, sou roraimense, tenho orgulho de sê-lo. A minha esposa é roraimense, meus três filhos são roraimenses, meus pais eram nordestinos – meu pai era cearense, e meus avós maternos, paraibanos. Mas, como dizem, eu não pedi para nascer roraimense, eu tive sorte de nascer roraimense, porque eles foram para lá.

Então, eu tenho realmente que fazer valer este mandato que o povo me dá não só para concordar com tudo o que o governo faz; pelo contrário, se o governo fizer uma coisa certa, eu venho aqui e digo que realmente houve uma atitude. Agora, se ele fizer errado, pode estar certo de que eu não abrirei mão do meu direito de fiscalizar, do meu direito de denunciar, e, mesmo que tenhamos visto que as ações da justiça não são na velocidade em que o povo gostaria, o certo é que essas pessoas estão aí, ao alcance da justiça. Um dia, ela será feita.

É pena que, no caso da Justiça eleitoral, se, por exemplo, acabar o mandato do atual vice-governador, que é ainda o mandato do ex-governador, perdeu o objeto toda a ação judicial movida, toda a denúncia, o processo, a condenação no TRE em 2011, pois foi condenado em 2011. Nós estamos em 2014, e o Tribunal Superior Eleitoral não votou.

Eu faço um apelo muito grande a todos os membros do Tribunal Superior Eleitoral e, principalmente, ao Relator, para que pautem essa matéria, que julguem, que não deixem o povo ter a sensação de que, de fato, ser corrupto não tem problema, porque não é condenado, porque, tendo dinheiro, ele banca caríssimos advogados que, por sua vez, sabem como manipular juridicamente recursos para ir adiando a votação cada vez mais.

Então, eu quero terminar, dizendo, Senadora Ana Amélia, que realmente lamento muito a situação do meu Estado, que tinha tudo nesses 25 anos, após a transformação em Estado pela Constituinte – e tive a honra de ser o primeiro signatário da emenda que transformava Roraima em Estado. Eu fico realmente triste de ver que ainda não alcançamos o patamar, de fato, de membros da Federação, principalmente pelos últimos anos de retrocesso que tivemos com o desgoverno do Sr. Anchieta Júnior.

Espero que o povo de Roraima agora, nas próximas eleições, veja em quem vão votar, para não votar em pessoas que sabidamente são corruptas, para não votar em pessoas que têm vários registros de ações que não são honestas. Portanto, que o povo saiba escolher pessoas que, de fato, queiram e trabalhem para que Roraima seja realmente um Estado bom, um Estado modelo para a Federação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti e convido, para fazer uso da palavra, o Senador Acir Gurgacz, primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, boa tarde. Saudações ao Deputado Márcio Rogério, que nos visita aqui no Senado.

Hoje pela manhã, Srª Presidente, estive em reunião com o Presidente do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Dr. Roberto Ricardo Vicentin, para tratar da autorização para o estudo de fauna e flora nas Unidades de Conservação federais ao logo da BR-319.

Já fizemos várias ações no sentido de fazer com que o DNIT iniciasse a reconstrução ou a restauração da BR-319, uma BR importante demais para o Estado de Rondônia. É evidente que ela também é importante para o vizinho Estado do Amazonas, mas é muito importante para a economia do Estado de Rondônia. Nós queremos levar os produtos industrializados no Estado de Rondônia para o mercado do Amazonas, de Manaus, de Boa Vista e também para a exportação para o país vizinho, a Venezuela.

A realização desse estudo faz parte do processo de licenciamento ambiental para reconstrução da rodovia. Nossa preocupação é com a demora dos procedimentos burocráticos para emissão dessa autorização, uma vez que eles foram feitos pelo DNIT ao Ibama ainda no ano passado. Ou seja, ele já tinha sido feito pelo DNIT, quando realizamos uma diligência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado pela BR-319, entre os dias 24 de 27 de novembro do ano passado, inclusive com a participação de representantes do DNIT, representantes do Ibama e também representantes do ICMBio.

Portanto, faz mais de seis meses que aguardamos a simples emissão de uma autorização para que a empresa contratada pelo DNIT para fazer os Estudos de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto

ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) possa entrar nas Unidades de Conservação ao longo da rodovia, para capturar aves e animais silvestres e para identificar árvores e plantas.

Para nossa surpresa, ficamos sabendo hoje, pelo Presidente do ICMBio, que o órgão recebeu, apenas na última quinta-feira, dia 29 de maio, um expediente do Ibama solicitando a autorização para que a empresa responsável pelo estudo possa entrar nas Unidades de Conservação. Ou seja, uma etapa importante para que o estudo possa ser realizado estava parada esse tempo todo na gaveta de um órgão público. Desde o ano passado, estava paralisado no Ibama esse pedido. Em função de muitas reuniões que fizemos na semana passada, o Ibama resolveu, então, pedir autorização ao ICMBio.

Devemos considerar ainda que, logo após a diligência que realizamos na BR-319, chamamos atenção para a falta de sintonia entre os órgãos do Governo. Esse foi o principal tema de uma audiência pública que realizamos no dia 6 de dezembro de 2013, também na Comissão de Agricultura do Senado, quando fizemos um apelo para que os órgãos do Governo Federal trabalhassem unidos no processo de licenciamento da reconstrução da rodovia.

Nessa audiência, realizamos um balanço sobre a diligência e colocamos, na mesma mesa, o DNIT, o Ibama e o ICMBio, justamente para que todos os órgãos governamentais pudessem trabalhar em sintonia, para que os estudos de impacto ambiental pudessem ser feitos com mais agilidade, ou, pelo menos, dentro do cronograma previsto.

Nessa audiência, ajustamos os cronogramas para a contratação dos serviços de manutenção e, também, para o licenciamento da reconstrução da rodovia. Infelizmente, os dois cronogramas sofreram atraso.

Recentemente, realizei a cobrança sobre essa autorização do Ibama nas Comissões de Meio Ambiente, de Infraestrutura e de Agricultura, e, na semana passada, cobrei novamente, aqui no plenário do Senado.

Além disso, encaminhamos requerimento de informações aos órgãos federais envolvidos no licenciamento. Na última resposta que recebemos do Ibama, datada do dia 23 de maio, o órgão ambiental detalha o histórico de atuação na BR-319 e, sobre o atual estudo, diz apenas que emitiu Termo de Referência para o DNIT contratar os serviços, em março de 2013. Ou seja, a autorização para entrar nas unidades de conservação é um procedimento que consta, inclusive, desse Termo de Referência.

Desse modo, a autorização do ICMBio/Ibama deveria fazer parte do rito, ou seja, das etapas do processo de licenciamento.

Lamento que essa falta de sintonia entre os órgãos governamentais ainda persista em torno de obras estratégicas para o desenvolvimento do nosso País, pois, somente hoje, depois de inúmeras cobranças, recebemos uma resposta positiva do ICMBio.

Agradeço a atenção e a gentileza do Presidente do ICMBio, Dr. Roberto Vizentin, que hoje nos disse que vai agilizar o trâmite interno do pedido para que a autorização seja emitida no máximo em dez dias. Isso é realmente necessário, Srª Presidente, pois a equipe que está fazendo esse estudo ambiental já está mobilizada e pronta para realizar o trabalho. São mais de cem pessoas em campo e toda uma estrutura de transporte e logística que corre o risco de ser desmontada, caso isso não ocorra. Portanto, caso essa autorização não saia nos próximos dias, corremos o risco de mais um atraso no cronograma do processo de licenciamento ambiental da rodovia.

É bom destacar que a autorização para a realização dos estudos nas Unidades de Conservação estaduais já foi concedido pelo IFAAM (Instituto Florestal e Ambiental do Amazonas). Portanto, falta somente essa autorização do ICMBio/Ibama.

Além disso, o serviço de manutenção do meião da rodovia deve ser retomado nesta semana. Este trabalho deverá recuperar a pista da rodovia do quilômetro 260 ao quilômetro 513 – que correspondem a 253km do chamado meião.

A BR-319 é uma importante via para o desenvolvimento e a integração da Amazônia. A reconstrução dessa rodovia, além de reativar a economia de vilas e cidades, de tirar os seus moradores do isolamento e do abandono, vai servir como principal elo terrestre do Amazonas…

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – … com os demais Estados brasileiros, vai contribuir para a proteção da floresta e vai fomentar o turismo ecológico na região. Será também uma importante rota para escoamento da produção agrícola de pequena escala, de pescado, de hortifrutigranjeiros e de laticínios produzidos pela agricultura familiar do Estado de Rondônia.

Então, nós entendemos que essa BR é da maior importância para o desenvolvimento da Amazônia, mas, principalmente, para o desenvolvimento e o fortalecimento da economia do Estado de Rondônia. Portanto,

nós aguardamos e esperamos que esse licenciamento aconteça o mais rápido possível, para que o DNIT possa fazer a licitação da reconstrução da BR-319.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Cumprimento-o Senador Acir Gurgacz. O Senador Paulo Paim falou, há pouco, das questões da competitividade, que é agravada negativamente por conta exatamente dessa falta de sintonia dos órgãos públicos, União, Estados e Municípios, e V. Exª enfatiza esse problema de novo.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Pedro Simon, como orador inscrito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Comunico, antes, que há sobre a mesa requerimento de retirada da **Proposta de Emenda à Constituição n° 68, de 2011** (que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2 e 5, de 2011), que será lido.

É o seguinte o teor do Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 596, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Proposta de Emenda à Constituição n° **68, de 2011**, que *"Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica".*

Sala das Sessões, de maio de 2014. – Senador **Humberto Costa.**

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Presidência, nos termos do art. 256, §2°, inciso I, do Regimento Interno, defere o requerimento do Senador Humberto Costa e envia a matéria ao Arquivo.

As Propostas de Emenda à Constituição nºs 2 e 5, de 2011, que estavam apensadas, continuam tramitando em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, como orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para tratar de um assunto que já foi debatido, mas que, para nós do Rio Grande do Sul, é delicado e difícil. Refere-se às notícias sobre a possível construção de um megaporto no Uruguai, cuja obra seria financiada com recursos do BNDES, quantia estimada em US$1 bilhão, segundo matérias veiculadas pela imprensa. Esse assunto já foi debatido, já foi analisado, mas ainda não se tem a palavra oficial do Governo ou do BNDES sobre a matéria.

O Brasil estaria em vias de entrar em uma polêmica no Mercosul ao apoiar um superporto no Uruguai que poderá furtar cargas dos terminais brasileiros, notadamente do Porto de Rio Grande. O apoio do Brasil, repetindo um financiamento feito a um porto de Cuba, deverá ser forte: US$1bihão do BNDES, segundo fontes que estariam acompanhando as negociações, publicadas pelo jornal *O Globo.*

Maior oferta de frequências marítimas, fretes mais baratos, tempo de deslocamento menor e possibilidade de alcance do mercado asiático pelo Estreito de Magalhães, em condições de concorrência com o Canal do Panamá, atraem o Brasil.

Operadores portuários brasileiros, no entanto, temem a concorrência com um porto mais moderno que os nacionais, principalmente mais moderno que o Porto de Rio Grande.

O empreendimento seria construído em Rocha, localidade a 288 quilômetros do Porto de Rio Grande, onde está o mais importante porto do Rio Grande do Sul. O projeto uruguaio é ousado: calado, profundidade, de 20 metros, que permitirá a atracação de navios com capacidade para até 180 mil toneladas.

Os portos do Sul do Brasil têm, no máximo, 14 metros de calado e recebem navios com até 78 mil toneladas. O porto uruguaio receberia navios de até 180 mil toneladas, enquanto que o de Rio Grande recebe de até 78 mil toneladas. O porto uruguaio poderá sugar cargas da região afetando o Sul e o Centro-Oeste do Brasil, Paraguai, Bolívia, norte e centro da Argentina.

Como os navios no mundo são cada vez maiores, para ganho de escala, o porto deve se consolidar como parte das grandes rotas intercontinentais, deixando os terminais brasileiros fora de rumo.

O preço será competitivo no porto uruguaio. Nas rotas para China, Japão e sudeste asiático, a tonelada transportada pode ficar entre US$12,5 e US$22,5 mais barata, enquanto que para a Europa a redução de custos pode chegar a US$3,5 por tonelada.

A polêmica portuária já existe entre Uruguai e Argentina, que dividem o Rio da Prata, onde estão os principais portos dos dois países. Uruguaios acusam os argentinos de dificultarem os planos de dragagem para os portos do país de Mujica, que seriam mais eficientes que os da terra de Cristina Kirchner.

Caso o empreendimento saia realmente do papel, poderá contar não só com os recursos do BNDES e do Focem, como do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que prevê, por exemplo, subsídios para tornar a taxa de juros compatível com as do mercado internacional.

O governo uruguaio publicou na internet estimativa sobre o novo porto. Em 2025, deve movimentar 87,5 milhões de toneladas, mais do que a soma dos terminais de Paranaguá, no Paraná, com 44 milhões de toneladas, e de Rio Grande, com 33 milhões de toneladas no ano de 2013.

O mais importante é que é esperado que uma empreiteira brasileira faça as obras no porto de Rocha. É o mesmo modelo adotado pelo BNDES para financiar US$685 milhões para o porto cubano de Mariel, reformado também por uma empresa brasileira.

O Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, Wilen Manteli, considera preocupante o apoio do Governo brasileiro à construção do porto em Rocha, no Uruguai. Salienta ele: "Não podemos financiar um concorrente enquanto temos grandes carências em acessos terrestres, aquaviários e na infraestrutura portuária".

O empresário lembrou ainda que o governo brasileiro passou todo o ano de 2013 dizendo que iria investir na infraestrutura portuária.

Diz ele:

> *Se o financiamento pelo BNDES acontecer, isso vai na contramão do que a presidente Dilma pregou durante o ano passado, quando elaborou um novo marco regulatório para atrair investimentos para os portos brasileiros. E por que agora financiar um porto no Uruguai?*

Manteli também argumentou que cabe à Secretaria Nacional dos Portos dar cobertura nesta hora.

> *O ministro [...] precisa ser e é o nosso maior defensor. Por isso, resolvemos recorrer a ele para saber exatamente o que está acontecendo. Temos esse direito. Ele ficou de verificar as informações e nos comunicar.*

Em março, havia sido anunciado o investimento de R$36 bilhões ao longo dos próximos três anos. "O que deve ser estratégico para o Governo brasileiro é criar plataforma logística no Brasil", considerou o Presidente da ABTP.

O Paraguai, sem mar, exporta 90% de sua soja pela Argentina, mas já está fechando um acordo com o Uruguai.

E agora o Brasil entra no circuito. Este é um projeto quase secreto, não temos informações.

O que há de nebuloso segundo fontes:

A Secretaria de Portos estaria apoiando tecnicamente os uruguaios.

O BNDES afirma que o projeto não chegou à instituição, mas fontes revelam que há tratativas e que o Banco apoiaria o projeto.

O financiamento não seria à obra do país vizinho, mas se enquadraria na rubrica de exportações de serviços brasileiros, caso uma empreiteira verde-amarela faça as obras do porto uruguaio, como, dizem, é esperado.

É o mesmo modelo do adotado pelo Banco para financiar US$685 milhões para o Porto de Mariel, em Cuba, feito por uma empresa brasileira.

Caso se confirme o valor de apoio ao projeto estimado por fontes – US$1 bilhão –, o financiamento seria equivalente ao liberado pelo BNDES ao setor portuário no Brasil em 2012, quando chegou a R$2,4 bilhões. Em 2014, o segmento deverá receber R$1,8 bilhão do Banco.

O governo uruguaio não comenta o assunto. Ainda assim, a área de comunicação do governo confirma o projeto, que está em fase de estudos. Não se sabe se ele seria licitado ou feito por meio de parceria público-privada.

Estudos preliminares indicam, por exemplo, que parte dos minérios que deverão ser explorados em Mato Grosso do Sul e na Bolívia passarão pelo local.

O projeto do porto faz parte da agenda de alto nível entre Brasil e Uruguai, criada em 2012 pelos Presidentes Dilma Rousseff e José Mujica.

Foi instituído um grupo encarregado de impulsionar a integração física entre os dois países, com ações nas vertentes rodoviária, ferroviária e hidroviária.

Curioso é que o Uruguai é o único pais que não faz parte do acordo de navegação marítima do Mercosul e não tem acordo bilateral com o Brasil para divisão de cargas.

Srs. Senadores, esse assunto é grave. É nebuloso. Falta transparência. Muitas explicações já foram apresentadas, mas deixam interrogações no ar.

Diante dessas incertezas e imprecisões sobre um assunto que irá afetar o Porto de Rio Grande, em meu Estado, decidi encaminhar correspondência diretamente ao Governo Federal solicitando a Sua Excelência a Senhora Presidente os seguintes esclarecimentos:

1) Faz parte da política externa do Governo brasileiro financiar países membros do Mercosul em detrimento direto da economia nacional?

2) Caso específico: existe esse projeto de construção desse porto no Uruguai, que receberá financiamento de US$1 bilhão do BNDES, enquanto a previsão desse mesmo BNDES para investimento em 2013 em portos no Brasil será da ordem de 500 milhões?

3) Foram avaliadas as concretas perdas dos portos nacionais, em especial para o Porto de Rio Grande, para o transporte via novo porto no Uruguai? Em afirmativo, quais os valores?

4) Se é inexorável e inevitável a construção desse porto no Uruguai com os nossos recursos, há previsão de compensações para os portos nacionais?

5) Não menos importante, questiono seriamente essa política governamental, quase sempre sigilosa ou pouco transparente, de fomentar economias externas, tais como o porto em Cuba, empréstimos e perdões de dívidas de países africanos e, agora, esse possível financiamento ao governo uruguaio.

Tudo isso em detrimento da maior queixa de haver, em nosso País, falta de investimento em infraestrutura. Nossas logísticas de transporte são precárias e temos, como consequência, um altíssimo custo Brasil, agora ainda mais agravado por projetos e ações quase beatificadas com outras economias de outros países.

Por isso, acredito que somente o titular máximo do nosso Executivo poderá esclarecer essas obtusas questões e responder à altura aos cidadãos brasileiros, em especial aos cidadãos gaúchos.

Isto aqui é uma publicação feita pelo *O Globo*: "Porto de águas turbulentas no Uruguai". Tem como subtítulo: "Brasil apoia projeto de terminal que pode contar com recursos do BNDES [...] e desviar carga do Brasil."

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador, mostre novamente, mas fale ao microfone, porque a sua voz não entrou na transmissão da TV.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Obrigado.

Essa matéria já tem sido debatida. Inclusive, um Deputado do PMDB deu uma explicação importante: isso já teria sido analisado no governo de Fernando Henrique. Isso já teria sido analisado, mas nunca houve estudo e decisão no sentido de que isso fosse implantado. Isso está acontecendo exatamente agora.

O nosso querido candidato a Governador do Rio Grande do Sul, o companheiro Sartori, como não podia deixar de ser, na sua caminhada, fez uma longa visita, com sua equipe, ao Porto do Rio Grande. Além de se encontrar com os coordenadores da zona sul, ele visitou as empresas e, de modo especial, o porto. Foi recebido pelo diretor Júlio César Lourenço, que apresentou a estrutura a Sartori.

Na conversa com os empresários, ressaltou a importância do desenvolvimento das organizações e a necessidade de o Estado garantir mecanismos que garantam o bom funcionamento dessa atividade econômica, como estradas de qualidade, a estrutura e o porto.

O Porto do Rio Grande, com calado de 40 pés, superando em profundidade os portos argentinos, uruguaios e catarinenses, será o segundo maior do País, ficando atrás apenas do de Santos. Essa foi a informação dada pela autoridade ao nosso querido candidato a Governador Sartori, deixando claro que o Porto do Rio Grande irá, sim, aos 40 pés e será, sim, o grande porto do Mercosul. Gostei de ver a afirmação firme dada pelo ilustre representante do Governo brasileiro no Uruguai, dando essa determinação e essa certeza de que o Porto de Rio Grande será o grande porto do Mercosul.

Estive no início desse processo – e lá se vai muito tempo – quando nós conseguimos, num grande esforço, fazer a integração da América Latina, de um modo especial do Mercosul. Criamos o Mercosul. Como Ministro da Agricultura, como Governador do Rio Grande do Sul e, depois, como Senador, participei de todos os trâmites, que começaram no governo Sarney, que terminou criando o Mercosul.

Sempre fui simpático ao Uruguai, uma economia pequena, pelo seu tamanho, pelo valor de seu povo, pela identificação imensa que tem o Uruguai conosco. Sempre fui sensível aos apelos uruguaios, quando eles diziam que Brasil e Argentina deviam ter um carinho especial pelo Uruguai.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – É claro que os interesses econômicos são os interesses econômicos, mas, dentro do possível, tínhamos de facilitar a vida do Uruguai. Achei isso correto.

Inclusive, há uma discussão delicada, que é o problema do arroz. Na safra gaúcha, a nossa produção é infinitamente maior, e termina o uruguaio com isenções, fazendo concorrência ao arroz do Rio Grande do Sul. Os produtores gaúchos protestam nesse sentido. Eu fiz até uma tese, justificando que, nesse caso, o próprio Governo brasileiro desse uma sustentação, dando aos produtores gaúchos aquela diferença a mais que os uruguaios estavam tendo.

Tudo que for feito no sentido de ajudar o Uruguai eu acho que nós devemos fazer, mas, aí, uma questão como essa...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ...da Bancada do Rio Grande do Sul, olhando para a zona sul, a metade sul do Rio Grande do Sul, que vive um problema, com tremendas dificuldades, na sua economia, no seu desenvolvimento.

O que está acontecendo agora no Porto do Rio Grande é um fato novo. O Porto do Rio Grande está gerando desenvolvimento e crescimento, está proporcionando um avanço impressionante naquela cidade e naquela região. Eu diria que, nos últimos 50 anos, é o único fato positivo real que aconteceu com a metade sul, e a cidade está explodindo em desenvolvimento, em crescimento, com as aplicações da Petrobras na construção das suas plataformas. Realmente, é uma nova cidade!

E, naquela expectativa de haver um porto, isso teve repercussão internacional, para que a esses navios cada vez maiores, com quase 200 mil toneladas, o Porto do Rio Grande pudesse fazer frente.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Agora, de repente, a 200 quilômetros de distância do Porto do Rio Grande, com dinheiro brasileiro, há uma empresa brasileira com dinheiro do BNDES? Cá entre nós, eu não sei, mas não dá para compreender isso. Sinceramente, não dá para compreender! É uma coisa mais do que evidente! Esse dinheiro era para ser destinado ao Porto do Rio Grande. E por muito menos o Porto do Rio Grande, que é bem maior do que o do Uruguai, faria esse empreendimento e sairia dessa posição. Isso pode ser feito dessa maneira. É uma coisa que nós temos de analisar.

Esses empréstimos feitos pelo Banco do Brasil, pelo BNDES ou pelo Governo brasileiro a empresas em Cuba ou na África... Isso ser feito para uma empresa brasileira construir lá, sem concurso, sem licitação, sem nada, é uma coisa muito estranha. Quando estamos discutindo o problema da licitação, o problema da fiscalização, isso é algo realmente estranho de ser analisado.

Por isso, gostei de ver que o nosso candidato Sartori tenha ido lá. Tenho a certeza de que a Senadora Ana Amélia já foi lá ou vai lá na semana que vem. O Governador Tarso deve conhecer isso, porque ele é o Governador e deve estar até atuando no sentido de defender o porto. Essa é uma daquelas questões que unem o Ri Grande do Sul, porque nós temos certa mágoa.

Senadora Ana Amélia, V. Exª, que era brilhante jornalista à época, lembra-se da guerra para construirmos o Polo Petroquímico. O Governo Federal não o queria de jeito nenhum! Se o Rio Grande do Sul não tem petróleo, não tem grande indústria, por que construir ali o Polo Petroquímico?

Houve um debate na Assembleia Legislativa, que estava superlotada. O Dr. Delfim Neto, que era o deus das finanças naquela época, no auge do "milagre brasileiro", disse isto: "Vocês querem o Polo Petroquímico com essa urgência? Há tantas coisas mais importantes para vocês! Vocês não têm petróleo, vocês não têm indústrias. Por que vocês querem o Polo?" Eu era Deputado Estadual e perguntei a ele: "V. Exª me permite um aparte?" "Pois não." Eu lhe disse: "É uma pena, Ministro Delfim, que V. Exª não tenha nascido no Japão. Se V. Exª tivesse nascido no Japão, este país seria até hoje um conjunto de ilhas vulcânicas, porque ele não tem nada de matéria-prima." E, hoje, o Polo é espetacular.

Para construir a nossa unidade da Petrobras, a Refinaria Alberto Pasqualini, foi outra guerra, foi outra guerra! Aí a gente analisou o ponto de logística de que eles falam tanto. Metade dos quartéis do Brasil, metade dos exércitos brasileiros está na metade sul, porque isso era necessário por uma questão de vigilância. Então, por que não botar o petróleo em favor nosso? Era importante, era fundamental que nossas unidades de petróleo, as nossas usinas não ficassem apenas em São Paulo e no Rio. Foi uma guerra para construir aquela unidade.

Agora, é o porto. Mas, no sul, entre o Atlântico e o Pacífico, exatamente numa zona básica para toda a região, que pega o Brasil, o Uruguai, a Argentina, o Paraguai, de repente, nós o condenamos a ser um portinho de terceira categoria e vamos dar para os nossos amigos uruguaios um porto dos melhores do mundo?!

Pois não, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Pedro Simon, V. Exª abrange um assunto da maior importância. E é bom que a Bancada do Rio Grande do Sul esteja aqui. O senhor está na tribuna, a Senadora Ana Amélia está presidindo a sessão, e o Senador Paulo Paim está à sua direita.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Ao menos, planejamos isto, que, na segunda-feira, nós três estaríamos na abertura da sessão. Estou falando em nome dos três. Nós três planejamos fazer esse pronunciamento.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Isso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Digo que o momento é importante por juntar a Bancada. Sei que os três Senadores estão coesos e unidos em defesa do Rio Grande do Sul. Já não basta o mal que a Presidente Dilma faz ao Brasil? Ela vem colocando o nosso País cada vez em maiores dificuldades, haja vista o PIB do trimestre de 0,2%, a inflação sem controle. A média para se atingir era de 4,5%, mas agora só se fala no teto de 6,5%. Mas é um absurdo qualquer brasileiro entender, como V. Exª colocou, que o Governo brasileiro dará recursos para fazer um porto no Uruguai, o que vai, pelo que li na matéria, prejudicar o Porto do Rio Grande. Esse porto, se for construído, que não seja com recursos do Brasil! É impossível a Presidenta dar recursos a outro país, para este fazer concorrência desastrosa com um porto nacional! Já fez um em Cuba, vai fazer um agora no Uruguai. Mas o de Cuba não atrapalha o do Brasil, e esse aí prejudica diretamente o porto no Sul, no Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Muito obrigado.

Estou atento às declarações do companheiro Sartori. A direção do Porto do Rio Grande garantiu que isso não vai acontecer, mas espero uma decisão oficial. Nessa questão, uma coisa é clara: há o que faz primeiro, e o outro vai levar tempo para fazer. Se o Brasil decidir...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ...fazer no Porto do Rio Grande (F*ora do microfone*.) o aumento do gargalo, se o Brasil o fizer, vai ser muito difícil fazer isso no Uruguai. E a recíproca é verdadeira: se o Uruguai o fizer, depois de pronto, vai ser muito difícil fazer isso no Brasil. Agora, se nós já temos a empresa brasileira e o dinheiro brasileiro, fazer isso lá é piada, não é?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Cumprimento o Senador Pedro Simon. Essa matéria realmente é relevante para o Rio Grande do Sul. Nós não somos, nenhum dos três Senadores, contrários a que o Brasil ajude o Uruguai – e o único Estado com que aquele país faz fronteira é o Rio Grande do Sul – a obter esse crédito, mas não abrimos mão de que a prioridade seja dada para investimentos e financiamentos em portos do nosso País, especialmente no Porto do Rio Grande.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 28 de maio de 2014, e publicou no *Diário Oficial da União* de 29 de maio de 2014, a **Medida Provisória nº 647, de 2014**, que "dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo *diesel* comercializado ao consumidor final e dá outras providências".

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN; da Resolução nº 1, de 2012-CN; e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, cuja composição será publicada na forma regimental.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Eunício Oliveira	1. Ana Amélia
Francisco Dornelles	2. Romero Jucá
Sérgio Petecão	3. Vital do Rêgo
Paulo Davim	4.
Ricardo Ferraço	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB)	
Humberto Costa	1. Randolfe Rodrigues

Acir Gurgacz	2. Marcelo Crivella
Vanessa Grazziotin	3. Walter Pinheiro
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD)	
Cássio Cunha Lima	1. Cyro Miranda
Cícero Lucena	2. Alvaro Dias
Wilder Morais	3. Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Cidinho Santos	1. Eduardo Amorim
Gim	2. Alfredo Nascimento
PSB	
Rodrigo Rollemberg	1. Lídice da Mata
PROS*	
Ataídes Oliveira	1.

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PT	
Vicentinho	1. Artur Bruno
Alessandro Molon	2. Carlos Zarattini
PMDB	
Eduardo Cunha	1. Júnior Coimbra
Manoel Junior	2. Danilo Forte
PSD	
Moreira Mendes	1. Júlio Cesar
Eleuses Paiva	2. Heuler Cruvinel
PSDB	
Antonio Imbassahy	1. Vanderlei Macris
PP	
Eduardo da Fonte	1. Waldir Maranhão
DEM	
Mendonça Filho	1. Efraim Filho
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	1. Giacobo
PSB	
Beto Albuquerque	1. Glauber Braga
SD	
Fernando Francischini	1. Arthur Oliveira Maia
Bloco (PV/PPS)	
Sarney Filho	1. Rubens Bueno
PTB	
Jovair Arantes	1. Antonio Brito
PDT*	
Vieira da Cunha	1. Félix Mendonça Júnior

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O calendário de tramitação da Medida Provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

É o seguinte o calendário:

– Publicação no *DOU*: 29/05/2014
– Designação da Comissão: 02/06/2014
– Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
– Emendas: de 30/05/2014 até 04/06/2014 (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc*
– Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
– Remessa do processo à CD: -
– Prazo na CD: até 25/06/2014(até o 28º dia)
– Recebimento previsto no SF: 25/06/2014
– Prazo no SF: de 26/06/2014 a 09/07/2014 (42º dia)
– Se modificado, devolução à CD: 09/07/2014
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 10/07/2014 a 12/07/2014 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 13/07/2014 (46º dia)
– Prazo final no Congresso: 10/08/2014

A matéria está publicada em avulsos.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios das lideranças:

Of. nº 11/14-GLDEM

Brasília, 13 de maio de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Wilder Morais, como titular e o Senador Jayme Campos, como suplente, para integrarem as Comissões Mistas incumbidas dos estudos sobre as Medidas Provisórias que forem editadas no ano de 2014.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino,** Líder do Democratas.

Ofício n° 49/14-GLPSDB

Brasília, de maio de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória n° 647 de 2014.

TITULARES	**SUPLENTES**
Senador Cássio Cunha Lima	Senador Cyro Miranda
Senador Cícero Lucena	Senador Alvaro Dias

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias,** Vice - Líder do PSDB em Exercício.

Oficio n° 63/2014-BLUFOR

SIGAD n° 00100.040470/2014-91

Brasília, 30 de maio de 2014

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores **Cidinho Santos** e **Gim**, como membros Titulares e os Senadores **Eduardo Amorim** e **Alfredo Nascimento**, como membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória n° 647, de 28 de maio de 2014, que "dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim,** Líder do Bloco Parlamentar União e Força, PTB – PR – PSC.

OF/GAB/I/N° 583

Brasília, 29 de maio de 2014

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - **PMDB**, que comporão a Comissão Especial destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 647/2014**, que "dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências".

TITULARES	**SUPLENTES**
EDUARDO CUNHA	JÚNIOR COIMBRA
MANOEL JUNIOR	DANILO FORTE

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Eduardo Cunha,** Líder do PMDB.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra, para fazer uma comunicação inadiável, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Em seguida, o próximo orador inscrito é a Senadora Ana Rita. Subsequentemente, falará o Senador Randolfe Rodrigues, pela Liderança do PSOL, e os demais oradores inscritos, como o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Srª Presidente, eu venho à tribuna para, mais uma vez, falar do Programa Mais Médicos, um programa importante que vem acontecendo no Brasil e que foi debatido não apenas no momento em que foi publicada a Medida Provisória, mas seu debate iniciou muito antes da publicação, por parte da Presidenta Dilma, da Medida Provisória que criou o programa.

No início das discussões, aqui, no Senado Federal, assim como na Câmara dos Deputados, a matéria era extremamente polêmica, até que realizamos inúmeras audiências públicas, ouvimos Associação Médica, Conselho Federal, pesquisadores, dirigentes da área do ensino médico, chegamos aqui, no plenário, assim como na Câmara, e o projeto foi aprovado por unanimidade.

É um projeto que procura levar médicos para aqueles que não têm médicos e para aqueles que vivem nas regiões mais distantes deste País, nas regiões de difícil acesso, como é o caso da maioria dos Municípios do meu Estado, do Amazonas.

Eu quero até registrar que, neste final de semana, ocorreu, em Manaus, e contou com a presença do Presidente do Conselho Federal de Medicina, um debate organizado pelas Universidades Federal e Estadual do Amazonas acerca da formação médica brasileira, o que eu considero importante.

E, aí, Srª Presidente, eu venho à tribuna não para falar desses mais de 10 mil médicos, de fora, na sua grande maioria cubanos e cubanas, que estão vindo trabalhar no Brasil na assistência direta ao povo brasileiro, na área da Medicina, na área da saúde, Srª Presidente, porque esse tem sido, aliás, parece-me, o único tema e o único assunto debatido em torno da Lei nº 12.871, que foi sancionada no dia 22 de outubro de 2013, que, todos sabemos, é oriunda da Medida Provisória nº 621, de 2013.

A lei, Srª Presidente, aborda questões vinculadas à necessidade de suprir a falta desses profissionais no Brasil e outras questões além, para muito além, da possibilidade da vinda de médicos formados no exterior, com diploma não brasileiro, para trabalhar em nosso País.

E eu venho à tribuna hoje para falar basicamente do art. 3º, que fala no sentido de ampliar significativamente o número de vagas na área da Medicina em nosso País e a forma como isso acontecerá.

Ou seja, como parte das ações do Programa Mais Médicos, o Ministério da Educação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está viabilizando a abertura de aproximadamente 11 mil novas vagas nos cursos de Medicina de todo o País, o que deverá acontecer até o ano de 2017, e ainda 12 mil vagas para a formação de especialistas até o ano de 2020.

Repito: de acordo com o Programa Mais Médicos, até o ano de 2017, deverão ser criadas no País 11 mil novas vagas para o curso de graduação em medicina e 12 mil novas vagas para a formação de especialistas no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Até o momento, Sr. Presidente, mais de 2 mil novas vagas nos cursos de formação já foram criadas, e a grande parte delas, senão a totalidade, nas localidades que mais necessitam desses profissionais da área médica.

O principal requisito – Sr. Presidente, peço um pouco só de paciência, pois o meu discurso não é longo – para a abertura de um novo curso de Medicina é a existência de pelo menos três programas de residência médica no Estado, como clínica médica, cirurgia, ginecologia, obstetrícia, pediatria e medicina da família e comunidade.

Além da formação profissional, a previsão é de que sejam investidos em infraestrutura de hospitais e unidades de saúde, até o final deste ano, em torno de R$15 bilhões, sendo R$2 bilhões em 14 hospitais universitários espalhados pelo País.

Essas medidas estão fortalecendo o ensino superior, na área de Medicina, tanto na formação quanto em infraestrutura. Para isso, é mais do que necessária a união de todos os agentes públicos no processo de fortalecimento do atendimento básico em saúde.

Há uma decisão já tomada, Sr. Presidente, formada por parte do Governo Federal, que ouviu não apenas o Estado, mas ouviu dirigentes municipais, a universidade federal e a universidade estadual, no sentido de que o primeiro Município do Estado do Amazonas a receber uma faculdade, um curso de Medicina, o Município que reunisse as melhores condições, seria o Município de Coari.

O Município de Coari tem, hoje, a maior reserva de gás natural, não do Amazonas, mas do País. Lá se encontra uma base importante da Petrobras, sendo, portanto, um Município que se diferencia dos demais no Estado do Amazonas porque tem uma arrecadação significativamente maior.

Infelizmente, é um Município que, também, ficou conhecido, no Brasil inteiro, por uma série de denúncias envolvendo políticos, inclusive o atual Prefeito, que está preso por conta não só de atos de corrupção, mas, também, por prática de pedofilia.

Deixando isso para lá, Coari é um Município muito bem localizado, fica na região do médio Amazonas, e tem influência em um número significativo de Municípios daquela região. Portanto, sem dúvida alguma, é o Município mais bem preparado para receber, hoje, a primeira Escola de Medicina da Universidade Federal do Amazonas. Esta será a primeira instalada em um Município do interior do nosso Estado, pois temos o curso de Farmácia, por exemplo, que é da área de saúde, mas que funciona no Município vizinho de Itacoatiara.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, a própria Universidade Federal do Amazonas – estive conversando com dirigentes da universidade – está prestes a desistir de instalar esse curso de Medicina, em Coari, por uma única razão: pela falta da doação do terreno, que, até o momento, não aconteceu. Eu disse, mais à frente, é importante que haja parceria, neste momento, entre o Município, o Estado e a União.

A União entrará com tudo: instalações físicas, manutenção – claro, porque a Universidade é Federal. A União apenas solicita a doação de um terreno da Prefeitura, que já concordou. Mas, repito, até agora, esse terreno não saiu. Falei ao telefone com o Prefeito Igson Monteiro, que me garantiu, Sr. Presidente, que, até semana que vem, estará resolvido o problema do terreno. Até semana que vem.

Faço, aqui, um compromisso com o Prefeito, com Coari, com a Universidade Federal do Amazonas: semana que vem, voltarei à tribuna para relatar que o problema já terá sido resolvido e que os trâmites poderão ter continuidade, porque o Ministério da Educação já liberou todos os recursos necessários para a construção das instalações físicas, para a contratação de professores, de servidores, para a compra de equipamentos, para o funcionamento do curso a partir do segundo semestre de 2015.

Ocorre que a continuidade desse processo depende agora exclusivamente do terreno, para que possa ter início todo aquele processo burocrático que envolve o serviço público quando vai contratar novas obras. E eu aqui repito: trata-se do primeiro curso de Medicina no Amazonas fora da capital, Manaus.

Em recente comunicação pública, inclusive, a própria Reitora da Universidade Federal do Amazonas, a Prof. Doutora Márcia Perales, fez uma cobrança. Disse que a Universidade Federal do Amazonas precisa saber se, após os levantamentos realizados, os quais apontaram Coari como Município com grande potencial para receber a estrutura de expansão do curso de Medicina, vai poder, de fato, contar com a contrapartida da Prefeitura na doação do terreno.

A reitora foi taxativa no sentido de que existe pouco tempo para que o compromisso seja honrado. Caso não haja interesse, Coari deverá perder essa importante obra.

O projeto em questão é vital para melhorar os aparelhos sociais não só no Município…

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – … mas em todos aqueles que têm uma interface profunda e uma proximidade clara com o Município de Coari. Apesar de ser um dos maiores

arrecadadores do Estado, Coari também, como os demais, enfrenta índices críticos de atendimento à saúde da nossa gente.

Mas, Sr. Presidente, eu aqui venho à tribuna primeiro para destacar essa parte – que talvez o Brasil nem conheça – do Programa Mais Médicos, que trabalha o curto, o médio e o longo prazo. E trabalha para expandir e ampliar a formação médica dos jovens, meninos e meninas, de nosso País frente à demanda cada vez maior que nós temos.

E destaco a decisão acertada da Presidente de levar a expansão para os lugares onde exista a carência desses profissionais. E o Amazonas foi contemplado com uma dessas unidades cuja obra, repito, por outras razões, ainda nem sequer começou. Mas repito aqui: falei com o Prefeito Igson, que me disse que, até semana que vem, o problema estará resolvido. Semana que vem, eu voltarei à tribuna.

Agradecendo a V. Exª, Senador Paim, eu quero pedir, antes de deixar a tribuna, que, se possível, V. Exª insira nos *Anais* desta Casa um pronunciamento que faria em uma bela sessão de homenagem hoje, proposta pelo Senador Inácio e pela Senadora Lídice da Mata, que homenageou duas grandes figuras importantes do nosso País na elaboração e no desenvolvimento da economia nacional. Entre eles, eu destacaria aqui a pessoa que foi homenageada hoje, Ignácio Rangel.

Foi uma sessão belíssima que aconteceu no dia de hoje. Não pude ficar aqui no plenário por outros compromissos, mas entrego, em nome da Liderança do PCdoB, Senador Inácio Arruda e Senadora Lídice, que já fizeram suas homenagens,…

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – … o pronunciamento, que passo a V. Exª, para que peça a inclusão nos *Anais*.

E muito obrigada mesmo, Senador Paim, pela paciência que teve comigo. Obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Matéria referida:
– Homenagem aos Srs. Ignácio Rangel e Rômulo Almeida

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho a grata satisfação de poder me pronunciar em uma sessão de tamanha importância e qualidade para os debates desta Casa.

A feliz homenagem proposta pelo senador Inácio Arruda a estes dois grandes pensadores do desenvolvimento no século 20.

Muitas das ações estruturantes que construímos e defendemos são frutos da elaboração destes ilustres brasileiros.

Eles contribuíram de forma decidida para que avançássemos no entendimento da economia brasileira e a lógica do desenvolvimento de um país dependente.

O pensamento de Inácio Rangel, como bem frisou o economista Luiz Carlos Bresser, foi poderoso e instigante.

As obras A Dualidade Básica da Economia Brasileira (1957) e A Inflação Brasileira (1963) repensaram radicalmente a sociedade e a economia brasileira.

Rangel destacava o grande desafio que representava, para o desenvolvimento, a questão da 'dualidade básica da economia brasileira'. Sua teoria não era uma mera transposição para o Brasil da teoria dualista que economistas internacionais haviam desenvolvido um pouco antes como parte da teoria mais geral da modernização. Seu modelo era histórico e complexo, mostrando como toda a história do país fora caracterizada por dois pólos, um interno e outro externo, que se sucediam e se alternavam no tempo. Através dele podíamos ver uma formação social dinâmica, na qual as classes sociais e os setores da economia se expressavam.

Em 1963 Rangel lança seu livro inovador, A Inflação Brasileira, no qual apresentava uma teoria na qual a inflação aparecia como um mecanismo de defesa da economia quando esta se via ameaçada pela crise, ou, mais especificamente, pela recessão e os recursos ociosos.

A inflação não era, assim, nem conseqüência do excesso de oferta de moeda, nem do excesso de demanda, nem dos pontos de estrangulamento na oferta, mas da própria crise que leva as empresas, operando em mercados imperfeitos, oligopolistas, a se defenderem praticando a inflação administrada.

Dessa análise Rangel derivava, inclusive, o que ficou chamado como a 'curva de Rangel', na qual inflação e crescimento apresentavam, no médio prazo, não a relação direta expressa na curva de Philips, mas uma relação inversa. Uma curva que antecipava a estagflação dos anos 70, e que ele mesmo demonstrou empiricamente.

Nosso outro homenageado, o ilustre professor Rômulo Barreto de Almeida nasceu em Salvador em 1914. Advogado, foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, e assessor da Confederação Nacional da Indústria – na gestão dos diretores Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi – e da Comissão de Investigação Econômica da Constituinte de 1946. Participou em 1948 e em 1949 da Missão Abbink.

Em 1951 foi convidado pelo presidente Getúiio Vargas para organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República e a partir do segundo semestre de 1953 tornou-se o primeiro presidente do Banco do Nordeste do Brasil. Em agosto de 1954, logo após o suicídio de Vargas, pediu demissão do cargo e em outubro do mesmo ano foi eleito deputado federal pelo PTB da Bahia. Figura emblemática do pensamento desenvolvimentista nacional, foi algumas vezes secretário estadual de diferentes governos baianos e com a redemocratização, em 1985, o governo José Sarney nomeou-o diretor de planejamento da área industrial do BNDES. Faleceu no exercício deste cargo em Belo Horizonte, em 1988.

Seguidor de Celso Furtado, Rômulo Almeida defendia que o desenvolvimento está vinculado à distribuição de renda, o planejamento e uma ativa participação do Estado para garantir esse desenvolvimento.

Estes homenageados construíram a partir de uma análise acurada da realidade brasileira, as bases para um pensamento econômico que alçasse o desenvolvimento à condição de meio adequado para a superação das deficiências estruturais de nossa economia e de nosso perverso desenho social.

Para os brasileiros que viveram o pesadelo neoliberal, que baseado na justificativa de combater a crise econômica sistêmica do capitalismo a aprofundou a níveis alarmantes, depauperando nossa economia e fragilizando o país, é fundamental lembrar que a partir dos estudos de brasileiros como Inácio Rangel e Rômulo Almeida é que construímos nossa economia e os caminhos para o desenvolvimento.

Suas vozes permanecem a nos fornecer argumentos, fatos e dados para combater a falsa polêmica, por vezes defendidas por membros desta Casa, que separam o desenvolvimento da economia da superação das desigualdades históricas do país.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Teria o tempo necessário, se fosse maior o seu pronunciamento. Pode ter certeza de que V. Exª será atendida, na forma do Regimento, para constar nos *Anais* os documentos solicitados por V. Exª.

Depois da Senadora Vanessa Grazziotin, que falou como Líder do PCdoB, passamos a palavra à Senadora Ana Rita, como oradora inscrita. A Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo, é Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, venho a esta tribuna hoje para falar dos inúmeros benefícios gerados a partir dos programas de transferência de renda do Governo Federal, em especial o Programa Bolsa Família, criado em 2003, ainda no governo do ex-Presidente Lula, maior programa de transferência de renda do mundo, que chega a 14 milhões de famílias, cerca de 50 milhões de brasileiros e brasileiras, o que significa um quarto da nossa população.

O programa hoje é reconhecido internacionalmente como o melhor programa de transferência de renda do mundo para o combate à pobreza e à extrema pobreza. Sem dúvida, o Bolsa Família tem sido uma importante estratégia para que o Brasil possa avançar na redução das desigualdades, um País que, historicamente, conviveu com a má distribuição de renda e com níveis insuportáveis de pobreza e extrema pobreza.

Combater a fome e a miséria tem sido um compromisso do nosso Governo, desde 2003, quando o ex-Presidente Lula firmou o compromisso político com o Brasil de enfrentar a concentração de renda, garantir segurança alimentar, tendo prometido que, no final de seu governo, cada brasileiro, cada brasileira teria conquistado ao menos o direito a se alimentar três vezes por dia. Criou programas como o Fome Zero, que ainda hoje continua sendo exemplo para o mundo, além de ter aumentado as oportunidades para que todos os cidadãos e cidadãs pudessem ter pleno acesso à cidadania.

Esse compromisso foi reafirmado pelo Governo da nossa Presidenta Dilma a partir de programas estruturantes como o Brasil Sem Miséria, que está erradicando de maneira definitiva a vergonhosa situação de miséria e fome em que se encontravam milhares de brasileiros e de brasileiras.

Há 12 anos, o Brasil seguia à risca a cartilha neoliberal e acreditava firmemente que o Estado mínimo era o mais eficiente, mesmo sendo este o modelo responsável pela manutenção e aprofundamento das desigualdades.

Em 2002, 76 milhões de brasileiros viviam com menos de meio salário mínimo *per capita*; destes, 36,5 milhões com um quarto do salário mínimo. Isso era absolutamente insuficiente para alimentar uma família. Os

10% mais ricos se apropriavam da metade do dinheiro do País, enquanto 50% mais pobres tinham que viver com apenas 10%.

O que mudou afinal?

A grande diferença da nossa política é que, ao contrário do que dizem os detratores das políticas sociais que caracterizam rasteiramente esses programas como assistencialistas e paternalistas, nós fizemos a opção por um modelo de desenvolvimento que, pela primeira vez na história deste País, passou a enxergar os mais pobres como protagonistas.

O Bolsa Família tem sido um programa de rebustecimento da cidadania do Brasil, de ampliação do acesso a serviços básicos fundamentais, de emancipação dos mais pobres. Por isso, além do benefício financeiro, foram associados aos programas de transferência de renda outras políticas sociais, que visam garantir acesso aos direitos sociais básicos, tais como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, a fim de promover a inclusão social como forma de contribuir para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram e possam exercer de maneira mais ativa e plena a sua cidadania.

E contra fatos não há argumentos. Pesquisas recentes divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) demonstram que todo preconceito vil deste lado, de maneira perversa e cruel, pelas elites e pela mídia, contra os mais pobres deste País não se sustenta.

O fato de 1,7 milhão terem deixado espontaneamente o Bolsa Família nos últimos dez anos demonstra que o programa não leva à acomodação ou à preguiça, como muitos insistem em dizer; ao contrário, o auxílio financeiro concedido às famílias em situação de extrema pobreza estimula os favorecidos a buscar emprego, a se inserir produtivamente na sociedade e a buscar melhores condições de vida.

Essas milhares de famílias que deixaram o programa, honestamente declararam que sua renda já ultrapassava o limite de R$140 por pessoa. Elas representam 12% de um total de 13,8 milhões de famílias atendidas. Segundo o Ipea, os dados abrangem longo período de existência do Bolsa Família, entre outubro de 2003 e fevereiro de 2013. Esses números demonstram, ao mesmo tempo, o êxito do programa e o caráter das pessoas mais pobres deste País.

Quero aqui afirmar, Srªs e Srs. Senadores, que foi essa opção política de integrar a agenda social à agenda econômica que possibilitou ao Brasil retirar 36 milhões de pessoas da pobreza e elevar o padrão de vida e consumo de outros 40 milhões.

Além de promover a melhoria das condições de vida da população, está também comprovado que essa opção permitiu ao Brasil atravessar de maneira mais equilibrada a crise econômica que tem assolado diversos países pelo mundo, desde 2008.

Enquanto os países centrais vivem uma crise sem precedentes, o mundo inteiro quer saber qual foi a fórmula que utilizamos para combinar o crescimento sustentável aliado à distribuição de renda, fatores determinantes para a geração de um círculo virtuoso na economia brasileira.

Importante salientar que o dinheiro do Bolsa Família atua diretamente na base da economia, pois as famílias beneficiadas também fazem seu uso no mercadinho mais próximo da sua casa, comprando bens básicos, fazendo a roda da economia girar, demandando mais pedidos às indústrias, gerando, assim, mais emprego e renda para o País.

Dados do IBGE comprovam que, de todas as transferências monetárias concedidas pelo Governo, é justamente o Bolsa Família o maior multiplicador do PIB e da renda das famílias brasileiras.

Quando comparados os efeitos multiplicadores de sete transferências sociais no País, a constatação a que se chega é de que o programa, por larga margem, corresponde à transferência de renda com maiores efeitos sobre o PIB. Isso porque, a cada R$1,00 adicionado ao programa, aumenta-se R$1,78 ao PIB, uma vez que o valor do Bolsa Família gera um aumento 1,78% na atividade econômica das famílias beneficiadas e aumenta de 2,40% sobre o consumo dessas pessoas.

O percentual é bem maior, por exemplo, que o de transferências previdenciárias e trabalhistas, que crescem de acordo com o trabalho dos beneficiados. No seguro-desemprego, por exemplo, para cada R$1,00 investido, o aumento é de 1,6%.

O Brasil gasta com o programa e outros programas de benefícios continuados cerca de 1% do PIB. O Bolsa Família é considerado um investimento pequeno em termos percentuais, em relação ao PIB, o que é exatamente um de seus méritos: conseguir muito, investindo pouco.

Com investimentos da ordem de R$24 bilhões ao ano, o programa tem impacto 369% maior que a Previdência na redução da desigualdade e garantiu redução de 28% no número de miseráveis em 11 anos.

Como se não bastassem todos os benefícios supracitados, outros dados atestam a eficácia em áreas como saúde, educação e diversos outros impactos positivos do programa no Brasil.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia mostra a redução de 17% na mortalidade de crianças menores de cinco anos, entre 2004 e 2009. Realizada a partir de dados coletados em cerca de 50% dos Municípios brasileiros, a pesquisa revela que o programa contribuiu principalmente para a redução dos óbitos em decorrência da desnutrição.

Os dados apontam que a condicionalidade do Bolsa Família de determinar que as crianças estejam com o cartão de vacinação em dia foi um ponto importante, já que aumentou a cobertura de imunização contra doenças como sarampo e pólio. O aumento da renda das famílias beneficiadas, que ampliaram o acesso a alimentos e bens relacionados à saúde, também é citado.

Enquanto setores conservadores da mídia brasileira continuam "demonizando" o programa, a referida pesquisa foi publicada pela revista *The Lancet*, periódico científico da área da saúde, com sede no Reino Unido.

Cito, ainda, os avanços verificados na educação com: 15,4 milhões de crianças e adolescentes cumprindo compromisso escolar; maior taxa de aprovação no ensino médio para beneficiários do programa – 79,9% do que a taxa nacional, que é de 75,2% –; a taxa de aprovação no ensino fundamental passou de 80,5%, em 2008, para 83,9%, em 2011. Na ampliação do trabalho e da renda, uma vez que 75,4% dos beneficiários adultos trabalham, o que desmonta o argumento de que beneficiários do Bolsa Família são preguiçosos e acomodados

É exatamente por todos esses avanços que o Bolsa Família tem sido a principal política social em disputa hoje no Brasil, inclusive por parte daqueles que passaram os últimos 11 anos criticando o programa como eleitoreiro, bolsa esmola, entre outras qualificações pejorativas.

E aqui não poderia deixar de mencionar a tentativa do PSDB, a partir de proposição de lei do Senador e presidenciável Aécio Neves de colocar sua digital no programa. Com a prerrogativa de ampliar e de melhorar o Bolsa Família, o PSDB, na verdade, quer associar a legenda e o nome do seu presidenciável a uma política pública exitosa dos nossos governos, fruto de uma opção política bastante clara e objetiva, historicamente vinculada ao PT, que é seu compromisso com a melhoria das condições de vida e do aumento das oportunidades aos mais pobres.

A estratégia de aumentar o limite da renda e o tempo de permanência no programa defendida pelo Senador Aécio é inócua, não acrescenta absolutamente nada ao programa e não tem nenhuma comprovação de eficácia quanto a ser mais uma oportunidade de porta de saída do Bolsa Família. Os dados que apresentei aqui não deixam dúvidas de que o programa aumenta a possibilidade de acesso ao emprego, à qualificação profissional, ao aumento da renda e melhor desempenho nos estudos.

Isso não significa dizer que o programa não possa ser melhorado, ampliado e requalificado. mas isso requer estudo, um debate mais aprofundado da necessidade de mexer em um programa exitoso, e não da forma apressada e enviesada como a oposição quer fazer, somente para ter argumentos de que agora, às vésperas da eleição, estão preocupados com os mais pobres deste País.

Outra questão digna de menção é que o Aécio coloca no texto do projeto a obrigatoriedade de que todos os beneficiários com mais de 18 anos têm que fazer cursos de qualificação profissional no Pronatec. Como muito bem defendeu na semana passada a Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, hoje essas famílias têm feito cursos de qualificação profissional. Os adultos, de livre e espontânea vontade, já têm procurado os cursos de qualificação profissional. O acesso está garantido, não sendo necessário obrigá-los a fazer algo que já estão fazendo. Na verdade, essa obrigatoriedade parte do pressuposto da acomodação, de que o programa gera preguiça por parte do beneficiário, o que já foi desmistificado nos números de aumento da qualificação profissional.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Reitero aqui que essa proposta está eivada de preconceito contra a população pobre, por considerar que eles não trabalham e não querem se qualificar.

Quero já ir finalizando, Senador Paim.

Sobre esse aspecto da necessidade de qualificação profissional, que agora os tucanos se arvoram a defender do interior do Bolsa Família, não é demais lembrar que durante a gestão do PSDB, com FHC, foi aprovada uma lei que proibia a construção de escolas técnicas no Brasil, que condicionava a expansão das escolas técnicas a parcerias com Estados, Municípios e o Distrito Federal, setor produtivo e ONGs, sendo que estes seriam os responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Qual foi o resultado disso? Um crescimento pífio na oferta de vagas.

No início do governo Lula, tivemos que derrubar essa lei, permitindo que a partir de então o Brasil pudesse construir as centenas de novas escolas técnicas espalhadas por todo o País, que hoje atendem a milhares de jovens, principalmente em cidades do interior.

Não permitiremos que a oposição desfigure e deturpe o Bolsa Família, uma vez que a característica mais valorizada dele é exatamente a sua focalização na população mais pobre. Ao retirar o teto da renda e o tempo para avaliar a sustentabilidade das famílias incluídas, a proposta do PSDB ataca justamente o principal objetivo do programa, que é o auxílio às famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza, comprometendo a sua eficácia.

Por fim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, reitero o compromisso da nossa Presidenta Dilma Rousseff de que combater a miséria é só o começo, ao afirmar que o Brasil está, verdadeiramente, empenhado em virar a página da exclusão social por meio da garantia da renda, da inclusão produtiva e do acesso aos serviços públicos.

Nosso Governo tem plena ciência de que superar a miséria é muito mais que a garantia de renda; é ampliar a cidadania e as oportunidades, criando mais e melhores oportunidades de acesso ao emprego para os adultos e à educação de qualidade para as crianças e jovens.

É isso, Sr. Presidente, que tenho para o momento.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora Ana Rita?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT– ES) – Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Querida Senadora Ana Rita, cumprimento-a pelo balanço tão completo que faz do Programa Bolsa Família, de seus avanços, inclusive ressaltando a importância de fazermos estudos de profundidade para podermos aperfeiçoá-lo. Eu até quero, aqui, fazer uma sugestão a V. Exª, como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, tendo em vista, inclusive, o aprofundamento do debate que aconteceu na Comissão de Assuntos Sociais, que debateu o projeto do Senador Aécio Neves: que possamos, na Comissão presidida por V. Exª, ter um debate inclusive com a Ministra Tereza Campello, para aprofundarmos essa discussão, os temas e argumentos de todos os lados, visando, exatamente, um aperfeiçoamento que seja de bom senso e na direção do que é melhor. É preciso ressaltar que, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, já houve significativos avanços, inclusive em termos da melhoria do benefício do Bolsa Família, que foram todos passos muito positivos. E, a partir de ontem, já passarão a ser outros dados: toda família que não recebe, pelo menos, R$154,00 *per capita* por mês passa a ter o direito de receber o benefício do Bolsa Família se a renda familiar, *per capita*, não alcançar pelo menos R$77,00 por mês. Então, o benefício começa com R$77,00 mais R$35,00 para cada uma de cinco ou mais crianças, na faixa até 15 anos e 11 meses, mais R$42,42 para um ou dois adolescentes e com as respectivas condicionalidades.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Conforme V. Exª sabe, eu tenho proposto à Presidenta Dilma Rousseff e à Própria Ministra Tereza Campello que possam criar um grupo de trabalho para analisar quais os passos para um dia chegarmos à renda básica de cidadania, que foi objeto de aprovação por todos os Partidos, sancionada há dez anos e meio pelo Presidente Lula. Mas entre os pontos que poderíamos debater é quão importante é avançarmos na conclamação da Presidenta Dilma em direção à busca ativa. Em que consiste a busca ativa?

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quando a Presidenta Dilma nos convocou a todos: Governos estaduais, municipais, cidadãos em geral para, se porventura, soubéssemos de alguma família que, lá em Vitória, no Espírito Santo, tenha renda familiar *per capita* até R$154,00, mensalmente, e não esteja ainda inscrita, que ela deve procurar a Secretaria do Desenvolvimento Social e se inscrever. V. Exª sabe quantos, no Estado de Vitória, poderiam estar inscritos e ainda não estão? Eu aqui tenho que, no Estado do Espírito Santo, 272 mil famílias poderiam estar inscritas e 195.487 pessoas, o que correspondem a 71,82%. Até houve avanço, porque, em dezembro, eram 69,76%, passando para 71,82% no mês de maio, mas falta avançar. Há Estados, como o Ceará, que estão com 83,83%. Gostaria de ressaltar que é fato, conforme V. Exª assinalou, que, em dezembro de 2013, o Bolsa Família passou 14.086.199 milhões. Todavia, em maio de 2014, houve um ligeiro decréscimo para 13.940.270. É algo com que precisaríamos nos preocupar. Por que será? Por exemplo, o Prefeito de Vitória pode realizar um esforço, pois, em março de 2014...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...havia 16.883 famílias com renda familiar *per capita* até o limite do Bolsa Família e 11.806 estavam inscritos, correspondendo a 69,93%. Baixou um pouco em

relação a dezembro, que era 71,35%. Minha sugestão a V. Exª é que vá com o Governador Renato Casagrande e com o Prefeito de Vitória...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Prefeito Luciano Rezende.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...Luciano Rezende, e façam um programa de rádio e de televisão. Expliquem exatamente o que é o Programa Bolsa Família e avisem às famílias que poderiam estar inscritas e ainda não estão para que o façam. Enfim, fica a minha sugestão. Quem sabe possamos ter um debate muito interessante na Comissão de Direitos Humanos?! Se V. Exª considerar adequado, eu me disponho a preparar os diversos temas para que avancemos na direção do que V. Exª propõe em seu discurso. Vamos fazer estudos de profundidade para aperfeiçoar o Programa Bolsa Família, com a participação de todos os Senadores e Partidos. Meus cumprimentos a V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, pelo parte. Agradeço profundamente as sugestões. Essas sugestões, com certeza, serão acolhidas pela Comissão de Direitos Humanos. No que compete ao Estado do Espírito Santo, agradeço também a sugestão. Acho que precisamos, realmente, fazer um bom debate sobre isso lá no Estado, não só em função de Vitória, mas também de outras cidades do interior. Nós precisamos ampliar os beneficiários do Bolsa Família para que, de fato, possamos reduzir a pobreza do Estado.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero aqui agradecer o tempo que me foi concedido além do previsto.

Muito obrigada.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu não sei. O tempo já terminou? Pergunto a Presidência se posso. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se V. Exª quiser (*fora do microfone.*). Depende de V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais dois minutos.

Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senadora Ana Rita, ouvi, com atenção, o pronunciamento de V. Exª. Ele trata de um assunto da maior importância, que é o Programa Bolsa Família. Mas V. Exª fez referências ao Senador Aécio Neves como oportunista, pelo projeto que ele apresentou. Não há nenhum oportunismo. Muito pelo contrário. O Bolsa Família é o apelido que o seu Partido, o PT, deu aos programas que foram iniciados no governo de Fernando Henrique Cardoso – Bolsa Escola, Vale Gás. Foram juntados todos num só e com a denominação de Bolsa Família, que eu digo que é um apelido dos outros programas do governo Fernando Henrique Cardoso. O que o Senador Aécio Neves pretende com o projeto que fez é transformar o programa num programa de Estado, independentemente de quem seja o Presidente, a continuidade do programa, e não um programa partidário, como é hoje. Ele tem toda razão em fazer o projeto para dar a garantia, a todos os brasileiros necessitados, como V. Exª se preocupa – todos nós nos preocupamos também –, de que seja um programa permanente. E, para ser permanente, tem que ser um programa de Estado, não pode ser um programa partidário.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradeço, também, o aparte do Senador Flexa. Só diria, Senador Flexa, que, antes, eram diversos programas...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...que não dialogavam entre si. Eram beneficiários diferentes. Não havia uma estrutura que pudesse dizer que aquelas pessoas, realmente, poderiam se emancipar, se tornar autônomas economicamente.

O Programa Bolsa Família é um programa que articula com diversos outros Ministérios – Saúde, Educação, Assistência Social, Previdência.

Então, é um programa amplo, é um programa, realmente, que transforma essas famílias e ajuda essas famílias a conquistarem um outro patamar, e não se manterem, eternamente, dependentes do Estado. A diferença é essa.

De fato, é uma política pública importante. Deve ser tratada como uma política de Estado e é dessa forma que nós defendemos que sejam os programas sociais.

A Senadora Lídice da Mata me pediu um aparte, não?

Senador Flexa, ainda quer falar? Por que eu estou preocupada com o tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Exª fez uma referência aí de que as famílias...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoria/PSDB – PA) –...não ficassem dependentes do programa. Eu lhe pergunto: quantas famílias já saíram do Programa Bolsa Família? Pelo que eu tenha conhecimento, acho que nenhuma ou muito poucas.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa, as pesquisas mostram que 1,7 milhão de famílias já saíram do programa espontaneamente, porque já alcançaram o patamar de autonomia econômica e não dependem mais do programa do Governo Federal. Este é um dado importante: 1,7 milhão famílias, espontaneamente, pediram para sair.

Muito obrigada, Senador Paim.

Peço desculpas aos Senadores inscritos, pois ultrapassamos o tempo previsto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Agora, inscrito como Líder, o nobre Senador Randolfe Rodrigues. S. Exª fala como Líder.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Como comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª como comunicação inadiável?

Fala um orador inscrito e, em seguida, V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo. PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, o programa de televisão Fantástico, ontem, da Rede Globo, trouxe para nós novamente uma reportagem envolvendo o Sr. Edward Snowden.

A informação que, para nós, causou espanto é a trazida pelo Sr. Edward Snowden de que ele já havia pedido asilo anteriormente ao Estado brasileiro. Essa informação é para nós, autoridades do Senado da República, e para o povo brasileiro, novidade. E isso contradiz as informações anteriormente prestadas pelas autoridades brasileiras e, em especial, pelo Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores do Estado brasileiro.

É necessário, Sr. Presidente, neste momento, fazermos uma rápida cronologia dos fatos, envolvendo o Sr. Edward Snowden.

Trata-se – o Sr. Edward Snowden – do analista de sistemas, ex-funcionário da CIA americana e ex-contratado da NSA, que tornou público detalhes de vários programas que constituem o sistema de vigilância global da NSA.

A vida desse cidadão, a vida desse jovem hoje tem particular interesse para a segurança do nosso País. Para as centenas de países, para os vários países que foram espionados pelo governo dos Estados Unidos da América, há especial interesse a espionagem praticada pelo governo norte-americano, pela agência de espionagem americana, pela NSA. Há particular interesse a espionagem que foi praticada contra instituições do Governo brasileiro, sobre personalidades brasileiras, sobre indivíduos brasileiros e, em especial, sobre autoridades brasileiras, notadamente, em especial e inclusive, a própria Presidente da República.

É importante, eu reitero, fazer uma cronologia dos fatos relativos a esse caso para entendermos o que diz respeito ao que foi declarado ontem pelo Sr. Edward Snowden e a contradição que tem o que foi declarado ontem com o que foi declarado anteriormente pelas próprias autoridades do Governo brasileiro.

Em 23 de junho de 2013, a primeira declaração do Sr. Edward Snowden dá conta de que – em 23 de junho, então há mais ou menos um ano – ele pede asilo a 21 países. Entre esses 21 países, Senadora Lídice, está o nosso País, está o Brasil.

No dia 2 de julho, ou seja, oito dias depois, o Governo brasileiro, por intermédio do Ministro Antonio Patriota, em declaração à imprensa, diz que não pretende responder ao pedido de asilo formulado por Snowden. Ou seja, oito dias após o pedido de asilo do Sr. Edward Snowden, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil diz que o Governo brasileiro não pretende responder ao pedido de asilo do cidadão Edward Snowden.

No dia 7 de julho, é publicada a primeira matéria pelo jornal *O Globo* que revela que autoridades do Governo brasileiro eram monitoradas pela NSA e que Edward Snowden deteria informações relevantes sobre o caso. No mesmo dia, à noite, reportagem do Fantástico revela que, além de autoridades do Governo brasileiro, a Petrobras era também espionada pela NSA e pelo governo norte-americano.

Logo em seguida, na mesma semana, no dia 9 de julho, o Senado, através da sua Comissão de Relações Exteriores, em reunião extraordinária, aprova aqui uma moção de apoio, assinada por mim, ao pedido de asilo do Sr. Edward Snowden. Logo em seguida, ocorre uma série de reportagens, tanto do jornal *O Globo* quanto da Rede Globo de Televisão, do Fantástico, que dão conta de que autoridades do Governo brasileiro, de que

instituições do Governo brasileiro, de que a Petrobras e uma série de autoridades brasileiras, inclusive e em especial a Presidente da República, eram espionadas pela NSA.

No dia 17 de dezembro de 2013, o Sr. Edward Snowden divulga uma carta aberta ao povo do Brasil, em que faz novo apelo ao povo do nosso País para que fosse concedido asilo. No dia 18 de dezembro de 2013, a Presidente da República, em declaração à imprensa, diz o seguinte: "Não acho que o Governo tem que se manifestar. Ele não dirigiu, oficialmente, nada a nós".

Faço questão, Sr. Presidente, de reproduzir aqui, *ipsis litteris*, a carta do Sr. Edward Snowden, que, no meu entender – nestes tempos de século XXI, nestes tempos de comunicação via internet e nestes tempos de inviolabilidade da informação, neste século da informação –, se trata, na verdade, de um manifesto pela liberdade individual. Trata-se, na verdade, de um manifesto por um direito humano que considero inalienável. Reproduzo, então, na íntegra, esta carta, de 17 de dezembro do ano passado, do Sr. Edward Snowden. Diz a carta:

Seis meses atrás, emergi das sombras da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA para me posicionar diante da câmera de um jornalista. Compartilhei com o mundo provas de que alguns governos estão montando um sistema de vigilância mundial para rastrear secretamente como vivemos, com quem conversamos e o que dizemos.

Fui para diante daquela câmera de olhos abertos, com a consciência de que a decisão custaria minha família e meu lar e colocaria minha vida em risco. O que me motivava era a ideia de que os cidadãos do mundo merecem entender o sistema dentro do qual vivem.

Meu maior medo era que ninguém desse ouvidos ao meu aviso. Nunca antes fiquei tão feliz por ter estado tão equivocado. A reação em certos países vem sendo especialmente inspiradora para mim, e o Brasil é um deles, sem dúvida.

Na NSA, testemunhei com preocupação crescente a vigilância de populações inteiras sem que houvesse qualquer suspeita de ato criminoso, e essa vigilância ameaça tornar-se o maior desafio aos direitos humanos de nossos tempos.

A NSA e outras agências de espionagem nos dizem que, pelo bem de nossa própria "segurança" – em nome da "segurança" de Dilma, em nome da "segurança" da Petrobras –, revogaram nosso direito de privacidade e invadiram nossas vidas. E o fizeram sem pedir a permissão da população de qualquer país, nem mesmo do delas.

Hoje, se você carrega um celular em São Paulo, a NSA pode rastrear onde você se encontra, e o faz: ela faz isso 5 bilhões de vezes por dia com pessoas no mundo inteiro.

Quando uma pessoa em Florianópolis visita um site na internet, a NSA mantém um registro de quando isso aconteceu e do que você fez naquele site. Se uma mãe em Porto Alegre telefona a seu filho para lhe desejar sorte no vestibular, a NSA pode guardar o registro da ligação por cinco anos ou mais tempo.

A agência chega a guardar registros de quem tem um caso extraconjugal ou visita sites de pornografia, para o caso de precisarem sujar a reputação de seus alvos.

Senadores dos EUA nos dizem que o Brasil não deveria se preocupar, porque isso não é "vigilância", é [abre aspas] "coleta de dados". Dizem que isso é feito para manter as pessoas em segurança. Estão enganados.

Existe uma diferença enorme entre programas legais, espionagem legítima, atuação policial legítima – em que indivíduos são vigiados com base em suspeitas razoáveis, individualizadas – e esses programas de vigilância em massa para a formação de uma rede de informações, que colocam populações inteiras sob vigilância onipresente e salvam cópias de tudo para sempre.

Esses programas nunca foram motivados pela luta contra o terrorismo: são motivados por espionagem econômica, controle social e manipulação diplomática. Pela busca de poder.

Muitos senadores brasileiros concordam e pediram minha ajuda com suas investigações sobre a suspeita de crimes cometidos contra cidadãos brasileiros.

Expressei minha disposição de auxiliar quando isso for apropriado e legal, mas, infelizmente, o governo dos EUA vem trabalhando arduamente para limitar minha capacidade de fazê-lo, chegando ao ponto de obrigar o avião presidencial de Evo Morales a pousar para me impedir de viajar à América Latina!

Até que um país conceda asilo político permanente, o governo dos EUA vai continuar a interferir com minha capacidade de falar.

Seis meses atrás, revelei que a NSA queria ouvir o mundo inteiro. Agora o mundo inteiro está ouvindo de volta e também falando. E a NSA não gosta do que está ouvindo.

A cultura de vigilância mundial indiscriminada, que foi exposta a debates públicos e investigações reais em todos os continentes, está desabando.

Apenas três semanas atrás, o Brasil liderou o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas para reconhecer, pela primeira vez na história, que a privacidade não para onde a rede digital começa e que a vigilância em massa de inocentes é uma violação dos direitos humanos.

A maré virou, e finalmente podemos visualizar um futuro em que possamos desfrutar de segurança sem sacrificar nossa privacidade.

Nossos direitos não podem ser limitados por uma organização secreta, e autoridades americanas nunca deveriam decidir sobre as liberdades de cidadãos brasileiros.

Mesmo os defensores da vigilância de massa, aqueles que talvez não estejam convencidos de que tecnologias de vigilância ultrapassaram perigosamente controles democráticos, hoje concordem que, em democracias, a vigilância do público tem de ser debatida pelo público.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Meu ato de consciência começou com uma declaração:

"Não quero viver em um mundo em que tudo o que digo, tudo o que faço, todos com quem falo, cada expressão de criatividade, de amor ou amizade seja registrado. Não é algo que estou disposto a apoiar, não é algo que estou disposto a construir e não é algo sob o qual estou disposto a viver."

Dias mais tarde, fui informado que meu governo me tinha convertido em apátrida e queria me encarcerar. O preço do meu discurso foi meu passaporte, mas eu o pagaria novamente: não serei eu que ignorarei a criminalidade em nome do conforto político. Prefiro virar apátrida a perder minha voz.

Se o Brasil ouvir apenas uma coisa de mim, que seja o seguinte: quando todos nos unirmos contra as injustiças e em defesa da privacidade e dos direitos humanos básicos, poderemos nos defender até dos mais poderosos sistemas.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Esta é a carta de Edward Snowden.

E, para concluir, Sr. Presidente, essa carta expressa claramente uma declaração de direitos humanos individuais, a qual o nosso País não pode insistir em dizer que não a ouviu. O nosso País, a nossa Presidente da República, o nosso Ministério das Relações Exteriores não pode ficar em um jogo de gato e rato, não pode ficar dizendo que não ouviu insistentemente o pedido de asilo diplomático do Sr. Edward Snowden.

Esse cidadão, esse jovem de 29 anos deve ser recebido em nosso País como herói nacional. Ele tem importantes informações sobre a segurança do nosso País.

O Brasil, uma das oito...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) –Só para concluir. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros.Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O Brasil, uma das oito economias do Planeta, um dos maiores países deste hemisfério, não pode se intimidar diante de quem quer que seja. Nós somos uma Nação soberana, que teve seus direitos soberanos violados, e esse jovem de 29 anos prestou informações fundamentais para a nossa soberania. Nós não podemos ficar intimidados por quem quer que seja, por outra nação, e não receber esse jovem em nosso território, sob o direito internacional do asilo.

Não podemos deixar de ouvir o clamor desse jovem, por três vezes consecutivas, no intervalo inferior a dois anos.

Ouvimos o clamor desse jovem em junho. Ouvimos o clamor desse jovem em dezembro. E ouvimos, ontem, o clamor desse jovem em rede nacional de televisão. E aí, por efeito protocolar – repito: por efeito protocolar –, a Presidente da República e o Itamaraty dizem que não ouviram.

Que o Brasil esteja à altura da comunidade internacional das nações e receba esse jovem em Território nacional como asilado e como alguém importante à nossa Nação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Concedo, com muita honra, o aparte a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de pleno acordo com V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues, ao ressaltar que Edward Snowden prestou um serviço à humanidade, a nós brasileiros,

inclusive. Acho que cabe ao Governo brasileiro realizar um esforço de persuasão do governo Barack Obama, do Congresso Nacional norte-americano, para mostrar como é que Edward Snowden prestou um serviço à humanidade, a tantos países, e isso precisa ser levado em consideração. Qualquer eventual justiçamento ou decisão por parte da Justiça norte-americana tem que levar em conta que ele prestou um serviço de grande relevância à humanidade. Acho que, no diálogo que deve haver entre o Governo da Presidenta Dilma Rousseff e o governo do Presidente Barack Obama, esse aspecto precisa ser considerado, para que possam ser superadas quaisquer divergências entre os nossos países. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a condescendência e a tolerância de V. Exª com o tempo.

Concluo dizendo: ainda ontem, o Sr. Edward Snowden disse que não via, nos Estados Unidos, qualquer possibilidade de algum julgamento justo. Não via possibilidade de julgamento justo, principalmente pelo que ele falou, principalmente pelos serviços que ele prestou ao mundo, por ter falado a verdade.

Neste momento, a única coisa que o nosso País pode fazer pelos serviços que ele prestou ao mundo e ao nosso País é a concessão do serviço humanitário de asilo a esse cidadão, a esse jovem, neste momento, indispensável para a humanidade, indispensável para o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Queria combinar um procedimento com o Senador Flexa, que é o orador inscrito, e com os Senadores. Evidentemente que temos problema de falta de quórum porque, quando ocorre convocação na segunda-feira, a sessão costuma demorar um pouquinho. Só que teremos um limite. Às 17 horas começarão os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e não pode conflitar, regimentalmente, com a Ordem do Dia.

Talvez, a única providência disponível seja transferirmos a Ordem do Dia para amanhã, para não prejudicarmos o início dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, e deixaríamos todos os itens de hoje para a pauta de amanhã.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O Partido Progressista concorda com a proposição de V. Exª, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – O PSB concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Mozarildo.

O Senador Humberto Costa está dizendo que o PT também concorda.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – O Bloco União e Força concorda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então, vamos transferir a Ordem do Dia convocada hoje para a sessão de amanhã.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2014

(Em urgência – Requerimento nº 539/2014 – art. 336, III, Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2014 (nº 4.246/2012, na Casa de origem), que *dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.*

Parecer sob nº 493, de 2014, de Plenário, em substituição à CCJ, CI e CAS, Relator: Senador Romero Jucá, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 18-Plen, de Relator, que apresenta.

Pendente de pareceres da CCJ, CI e CAS, sobre as Emendas de Plenário nºs 19 a 29, apresentadas durante a discussão da matéria.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*
Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*
Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Gim, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*
Parecer sob nº 461, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Vital do Rêgo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Aloysio Nunes Ferreira e da Senadora Gleisi Hoffmann.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2013

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Vital do Rêgo, que *altera a Constituição Federal para disciplinar a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do sistema único de saúde e na atenção básica à saúde.*
Parecer nº 1.228, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, respectivamente, da CDH, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e da CAS, Relator: Senador Mão Santa.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, do Senador José Sarney, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico.*
Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:
– aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, das Emendas nº 1, 4, 7, 9, 10, 16, 19, 23, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 36, 37 e 39, a ele oferecidas; aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009;

dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2007; 274, 277, 280 e 281, de 2010; 394 e 509, de 2013, nos termos da Emenda nº 32-CTMCDC (Substitutivo), que oferece;
– aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, e das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 10 a 12, 14, 18, 20, 26, 28, 34, 36 a 38, 41 a 43, 45, 47 a 49, a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 43-CTMCDC, que oferece;
– desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012, para que tenha tramitação autônoma, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs 40 e 106, de 2007; 143, de 2008; 12 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 190 e 340, de 2008; 1, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 279, 282 e 283, de 2010; 65, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 209, 397, 413, 457, 459 e 464, 2012; 5, 24 e 329, de 2013;
– declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 55, de 2009; e 106, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, 542, 625 e 735, de 2007; 278, de 2010; 271 e 439, de 2011; 197, 222 e 371, de 2012;
– rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013;
– rejeição das Emendas nºs 2 a 6, 8, 11 a 15, 17, 18, 20 a 22, 25, 27, 28, 31, 33, 35, 38 e 40, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012; e das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 9, 13, 15 a 19, 21 a 25, 27, 29 a 33, 39, 40, 44 e 46, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, do Senador José Sarney, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.*
Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:
– aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012; das Emendas nº 1, 4, 7, 9, 10, 16, 19, 23, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 36, 37 e 39, a ele oferecidas; aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2007; 274, 277, 280 e 281, de 2010; 394 e 509, de 2013, nos termos da Emenda nº 32-CTMCDC (Substitutivo), que oferece;
– aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, e das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 10 a 12, 14, 18, 20, 26, 28, 34, 36 a 38, 41 a 43, 45, 47 a 49, a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 43-CTMCDC, que oferece;
– desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012, para que tenha tramitação autônoma, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs 40 e 106, de 2007; 143, de 2008; 12 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 190 e 340, de 2008; 1, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 279, 282 e 283, de 2010; 65, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 209, 397, 413, 457, 459 e 464, 2012; 5, 24 e 329, de 2013;
– declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 55, de 2009; e 106, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, 542, 625 e 735, de 2007; 278, de 2010; 271 e 439, de 2011; 197, 222 e 371, de 2012;
– rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013;
– rejeição das Emendas nºs 2 a 6, 8, 11 a 15, 17, 18, 20 a 22, 25, 27, 28, 31, 33, 35, 38 e 40, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012; e das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 9, 13, 15 a 19, 21 a 25, 27, 29 a 33, 39, 40, 44 e 46, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*
Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10
REQUERIMENTO Nº 1237, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

11
REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (formação dos professores de educação física).*

12
REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

13
REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

14
REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

15
REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

16
REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 – Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

17
REQUERIMENTO Nº 210, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2014, do Senador Cássio Cunha Lima, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011), com os Projetos de Lei do Senado nºs 339 e 453, de 2008; e 541, de 2009 (que já se encontram apensados), por regularem matéria correlata (desfiliação partidária).*

18
REQUERIMENTO Nº 211, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata (reforma do Código Penal).*

19
REQUERIMENTO Nº 234, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 443, de 2012, por regularem matéria correlata (formação dos professores de educação física).*

20
REQUERIMENTO Nº 236, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 2014, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2007, e 48, de 2012, por regularem matéria correlata (afastamento para reeleição dos chefes do Poder Executivo)*

21
REQUERIMENTO Nº 245, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 2014, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (suspensão da construção de novas usinas termonucleares).*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E voltamos à lista de oradores. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, falarão a Senadora Lídice da Mata e outros Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, os mineiros são muito hospitaleiros, e o Brasil todo sabe disto: gostam de receber visitantes. E, quando a visitante é a Presidente da República, esmeram-se em saudações de cordialidade.

Na semana passada, a Presidente esteve em Minas, e eu imaginava que seria uma visita cordial, até para falar bem de seu Governo, o que está se tornando difícil diante das estatísticas zero grau. Mas, não, ela preferiu falar mal da oposição e chegou a dar uma de pitonisa, ao profetizar que o PSDB vai para o beleléu. Está aqui estampado pelo jornal *O Estado de São Paulo* do dia 31 de maio. "Na terra de Aécio, Dilma diz que PSDB vai para o beleléu." Como eu disse, virou uma pitonisa.

A Presidente esteve em Minas no mesmo dia do lançamento nacional do filme "Malévola". Nas indicações de cinema, naquela semana, o sumário, *ipsis litteris*, diz o seguinte – aspas: "O filme narra a história de Malévola, uma mulher movida pelo sentimento da vingança e pelo desejo de se manter no Poder." – fecho aspas. Não estou inventando nada. Apenas leio o caderno de cinema do Correio Braziliense (p. 34, edição de 30 de maio de 2014).

A viagem de Dilma Rousseff a Minas, suponho, serviu, no entanto, para que ela se visse de corpo inteiro como a "Presidente Marcha a Ré". Minas, repito, a acolheria com prazer como Chefe do Governo. Mas, ao que parece, ela terá ido a Minas para se transfigurar diante das nossas montanhas.

Os mineiros, quando param perto das montanhas, olham sempre para o alto. Dilma, desde que assumiu o Governo, lança o olhar para o fosso, para baixo. É provável que isso se dê porque o Governo petista de Dilma está em declínio. E, com ela, lá vem o Brasil descendo, lamentavelmente, a ladeira.

No Governo marcha a ré de Dilma, o Brasil é que está indo para o beleléu, para usar a palavra do agrado dela. Nada no Brasil vai bem: a economia está lá em baixo, com pibinho de 0,2% no último trimestre; as exportações também descem a ladeira; as nossas escolas estão em petição de miséria, só faltam cair; os nossos hospitais estão destroçados, são a própria lenga-lenga das desgraças.

A Presidente vive cantando loas para dizer que a Copa de 2014 será a "Copa das Copas".

Se ela olhar bem, vai ver que há outras Copas das Copas: Copa da Inflação Alta – é a inflação das inflações; Copa da Violência – é a violência das violências.

Perdoo a Presidente, que foi a Minas para falar mal do PSDB. Pragas não nos pegam.

Pensava que a viagem seria para falar de seu Governo, mesmo falho. Mas não; ela preferiu dar uma de Mágico de Oz, aquele personagem fictício, que assume o papel de bruxo para tentar dominar e ser reconhecido.

Sem varinha de condão, ela jogou praga no PSDB dizendo que o nosso partido vai para o beleléu.

Quem está indo para a cucuia é o Brasil marcha a ré de Dilma, lamentavelmente.

Antes de falar, Presidente Dilma, por favor, seja humilde, olhe para o nosso povo, abandonado ao léu.

Nosso País, infelizmente, por obra e graça dos governos petistas, mais parece um grande navio, com os marinheiros a estibordo indiferentes às tempestades. A bombordo, outros marujos comemoram o nada, com mentirinhas transformadas em estatísticas do nada.

Enquanto isso, no leme, a timoneira Dilma procura jogar ilusões, como se o mar em volta estivesse para peixe, propício. Nada disso! No Brasil marcha a ré de Dilma o que se vê é a Copa do Fracasso.

Mas fique tranquila, Dilma. O povo mineiro sabe muito bem o que Vossa Excelência praticou nessa sua visita ao Estado. Serviu-se de uma viagem oficial para atacar a honra de um filho da terra, o ex-Governador Aécio Neves, hoje Senador da República.

O povo de Minas não vai perdoar Vossa Excelência por esse ato impensado e insano, porque o povo de Minas sabe o que foi o governo do atual Senador Aécio Neves. As urnas mineiras lhe darão a resposta por essa agressão a um filho seu.

Era o que eu tinha dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, estou inscrita para uma comunicação inadiável, e faço isso, Sr. Presidente, para apresentar voto de pesar pelo falecimento, no último dia 29 de maio, aos 91 anos, da professora Irany Scofield, um dos maiores nomes da educação no Extremo Sul da Bahia.

Mineira de Teófilo Otoni, região nordeste de Minas Gerais, D. Irany transferiu-se há cerca de 70 anos para Caravelas, cidade reconhecida, naquele período, pela alta qualidade da escola pública, onde se dedicou ao ensino primário, tendo sido responsável pela formação educacional de várias gerações.

Além de ensinar, durante muitos anos, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, também ministrou aulas de latim, piano e canto. Entre seus alunos mais destacados, está o Promotor de Justiça Achiles de Jesus Siquara Filho, ex-chefe do Ministério Público da Bahia e ex-membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Sem dúvida, uma grande perda para a educação do Extremo Sul e de Caravelas.

Portanto, envio aos seus familiares e amigos o nosso voto de pesar.

Também, Sr. Presidente para registrar a nossa satisfação com o lançamento, no último dia 25, da revista *Bahiaciência*, voltada especificamente para a divulgação do conhecimento científico produzido por pesquisadores, empresas e acadêmicos da Bahia.

Trata-se da primeira publicação com esse teor surgida em nosso Estado e, ainda que tardia, merece todas as nossas homenagens, por sua meritória iniciativa de levar um tema pouco acessível ao grande público e que, por isso mesmo, ignora a produção científica e tecnológica realizada ou em desenvolvimento na Bahia.

Neste primeiro número, a publicação apresenta uma reportagem sobre o potencial que a Bahia tem para se tornar o maior exportador de energia eólica do Brasil, graças à sua posição geográfica e sua vasta extensão territorial, que permite a instalação de parques eólicos em áreas inabitadas e onde os ventos sopram a sete metros por segundo em sete regiões diferentes. Esta confluência de fatores permite ao Estado a capacidade de gerar 70 mil megawatts de potência elétrica, mais do que a produção somada das seis maiores hidrelétricas do mundo.

Também quero destacar trabalho registrado pela *Bahiaciência* de pesquisadores que, de forma incansável, estão desenvolvendo estudos para conter os avanços da lagarta helicoverpa, uma praga que já provocou perdas avaliadas em R$ 2 bilhões à safra baiana, especialmente nas plantações de soja, milho e feijão do oeste do Estado.

A revista traz, ainda, artigo do reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia, Prof. Naomar Almeida, em que aborda o projeto político-pedagógico da nova universidade federal e sua adequação ao desenvolvimento da Bahia.

Nunca é demais lembrar que tivemos a oportunidade de ter aqui na nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o reitor desta universidade, o Dr. Naomar, onde debatemos o Plano Orientador Institucional e Político-Pedagógico da Universidade Federal do Sul da Bahia, sessão esta que ocorreu em 3 de julho do ano passado.

Portanto, Sr. Presidente, quero parabenizar os jornalistas desta revista, a editora Mariluce Moura e toda a redação e a produção pelo lançamento da publicação que vem preencher uma lacuna enorme do jornalismo

baiano, de tanta importância para a divulgação daquilo que acontece exatamente na área do desenvolvimento científico-tecnológico no Estado da Bahia.

Por último, Srª Presidente, registrar que estive presente, na semana passada, na cidade de Santa Maria da Vitória, realizando um importante debate com as lideranças locais a respeito dos problemas da região. Santa Maria é uma linda cidade do oeste baiano, e lá pude ouvir os pedidos, as reivindicações de todos aqueles da margem esquerda do Rio Corrente, que reivindicam um desenvolvimento integrado do Estado da Bahia, fazendo com que o desenvolvimento do Estado possa alcançar a região oeste e que o desenvolvimento da região oeste possa alcançar a bacia do Rio Corrente e todas as cidades daquela região.

Eu quero mandar um abraço ao nosso companheiro, o advogado Antonio Lisboa, e a todas as lideranças, trabalhadores rurais, que participaram daquele momento de debate, onde lancei a ideia que já debati aqui no Senado, já apresentei tanto aqui na tribuna do Senado quanto entreguei a proposta ao atual Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, Prof. José Sergio Gabrielli, da criação de uma Agência de Desenvolvimento do Oeste da Bahia; uma agência que possa reunir as ações e dar unidade às ações das diversas Secretarias do Estado, além das instituições federais que atuam naquela região, a exemplo da Codevasf, a exemplo agora da nova universidade criada pelo Governo brasileiro, pela Presidente Dilma, no caso, atendendo a reivindicação do povo baiano, da bancada e do Governo da Bahia, de criação da Universidade Federal do Oeste Baiano, que, inclusive, ganhou o curso de Medicina desta universidade.

Eu quero, portanto, voltar a insistir nessa temática extremamente importante, que é a criação da Agência de Desenvolvimento do Oeste da Bahia, para que nós possamos unir e integrar as ações de desenvolvimento daquela área do nosso Estado, fazendo com que todos os territórios de identidade, todos os microespaços econômicos daquela região do oeste da Bahia possam ter um desenvolvimento equilibrado.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senadora Lídice.

Dando continuidade à nossa relação de inscritos, eu convido o Senador Roberto Requião...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, Senador Casildo Maldaner.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Depois vem, pela Liderança... Seria eu primeiro, mas não há problema que fale V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não há problema que fale V. Exª, Senador Humberto.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela Liderança do PMDB, pode. Não há ninguém inscrito pela Liderança do PMDB.

Senador Casildo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Enquanto V. Exª se encaminha para a tribuna, só para esclarecer: o Senador Requião fica inscrito pela Liderança do PMDB.

Eu só gostaria de ler um expediente, Senador Casildo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Senador Antonio Carlos Rodrigues, na condição de relator do **Projeto de Lei de Conversão n° 5, de 2014**, originário da Medida Provisória n° 632, solicitação de correção redacional no Anexo XXXIII do referido Projeto, em virtude de existência de inexatidão no seu texto.

É a seguinte a solicitação de correção:

DO SENADOR ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR SP)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

No dia 6 de maio de 2014, foi aprovada na Comissão Mista, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) n° 5, de 2014, proveniente da Medida Provisória n° 632, de 2013. A matéria, por mim relatada, recebeu parecer favorável, tanto em relação aos pressupostos constitucionais, quanto ao mérito, com a aprovação, total ou parcial, de várias emendas.

Na Câmara dos Deputados, após destaque feito pela bancada do Partido Democrático Trabalhista, foi aprovada a Emenda n° 35, de autoria da Deputada LUCI CHOINACKI e de outros Parlamentares. Esta emenda não havia constado do texto aprovado pela Comissão Mista.

Encaminhada ao Senado Federal, o texto alterado do PLV n° 5, de 2014, foi aprovado sem emendas por esta Casa no último dia 28 de maio.

Ocorre que, após a deliberação desta Casa, foi detectado que a Emenda n° 35 continha equivoco redacional que gerou incoerência com outros dispositivos do PLV e com a legislação aplicável à matéria.

Entre as alterações promovidas pela Emenda n° 35, está a alteração do Anexo da Lei n° 10.550, de 13 de novembro de 2002, na forma do Anexo XXXIII do PLV. Seu propósito se limitava a reduzir o número de padrões e classes da estrutura da carreira de Perito Federal Agrário, tratada na referida Lei. No entanto, na coluna de cargos, em vez de mencionar o de engenheiro agrônomo, único pertencente à citada carreira, listam-se cinco cargos que pertencem à carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, cuja estrutura é modificada pelo Anexo XXVII e tratada pela Lei n° 11.090, de 7 de janeiro de 2005.

Desse modo, remanesceram dois anexos tratando de carreiras distintas, mas com cargos referentes a apenas uma delas, e nenhum deles contemplando o cargo de engenheiro agrônomo, do que resulta evidente equívoco no texto aprovado.

Diante do exposto, solicitamos, com fundamento no art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Presidência adote as providências necessárias ao reparo dessa inexatidão, corrigindo o texto do PLV n° 5, de 2014, da seguinte forma: na coluna "Cargos" do seu Anexo XXXIII, onde se lê "Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário – Analista Administrativo – Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário – Técnico Administrativo –Cargos de nível superior e intermediário não organizados em carreira do Quadro de Pessoal do INCRA", leia-se "Engenheiro Agrônomo".

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O referido Projeto foi aprovado na íntegra pelo Senado Federal na sessão do dia 28 de maio último e enviado à sanção.

Uma vez que se trata de inexatidão material, devida a lapso manifesto, cuja correção não importa em alteração no sentido da matéria, a Presidência, nos termos do art. 325, inciso III, do Regimento Interno, determina a confecção de novos autógrafos para envio à sanção, fazendo-se a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Feito o comunicado, com a palavra V. Exª, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão, e prezados colegas, eu quero informar que serei breve. O Senador Requião, como Líder, logo terá condições de fazer a sua exposição. Sem dúvida alguma, eu não vou demorar.

Um sistema eleitoral deve ter como princípio norteador, como objetivo maior, refletir da maneira mais fiel o desejo do cidadão na escolha de seus representantes. Não é de hoje que vivenciamos certo distanciamento não apenas entre eleitores e eleitos, mas entre os cidadãos e o seu sistema. Pesquisa recente revelou, por exemplo, que mais de 60% dos brasileiros é contra o voto obrigatório.

Ao olharmos para trás, especialmente nos últimos 25 anos da vigência da Constituição Federal, são inegáveis os avanços que hoje nos garantem um Estado democrático de direito, com poderes harmônicos e independentes entre si, eleições diretas com voto universal e a vigorosa participação de 140 milhões de eleitores. Pode parecer pouco, mas são conquistas relevantes e significativas, alcançadas ao preço de muito suor e sangue. Contudo, o sistema eleitoral deve acompanhar as alterações de uma sociedade dinâmica, em permanente transformação. Assim ocorre desde a ágora grega e continuará ocorrendo.

É justamente este o momento que vivemos, repleto de anseios, questionamentos e dúvidas, na busca no melhor sistema de escolha e de representação popular. Podemos discutir parlamentarismo ou presidencialismo; eleições parlamentares proporcionais, distritais ou mistas; votos em lista aberta ou fechada; financiamento

de campanha público ou privado; o próprio voto obrigatório ou facultativo; enfim, uma grande variedade de alternativas e regramentos. Muitos deles já foram objetos de debate, tanto no Senado como na Câmara, sem esquecer, obviamente, dos inúmeros projetos de lei que tramitam nas duas Casas.

De nossa parte, vemos como essencial o estabelecimento de um limite de reeleições também para o Poder Legislativo, para que ninguém se perpetue *ad aeternum* no poder. Defendo, inclusive, nobre Presidente, que tal regra seja estendida a associações e entidades de cunho privado que recebam recursos públicos. Por isso que o céu não pode ser o limite nessas questões. Tem que ter um limitador. Não é possível continuarmos como está.

O financiamento de campanha é um tema inafastável: além da modalidade pública que já temos em vigor, através dos repasses do fundo partidário, acredito que as contribuições privadas devem vir exclusivamente de pessoas físicas, e ainda com limite, contribuindo para o processo de transparência e, majoritariamente, para a independência dos eleitos.

As eleições proporcionais, por seu turno, devem seguir um modelo de voto distrital misto. Dessa forma, garantimos mais representatividade regional, sem comprometer a pluralidade representativa, fruto do sistema proporcional.

Nas manifestações populares que sacudiram o País no ano passado, o tema da reforma política entrou em pauta, ainda que de forma lateral, subsidiária. Ficou evidente, isto sim, o sentimento de descontentamento e insatisfação com as regras vigentes e com o resultado por elas alcançado.

Temos, diante de nós, uma oportunidade e, mais do que isso, uma responsabilidade. É preciso tirar o debate da reforma política de dentro dos gabinetes, com efetivo envolvimento de todos os atores sociais.

Na construção de alternativas, devem se somar as entidades civis organizadas, como a Ordem dos Advogados do Brasil, que apresentou uma vigorosa proposta de reforma política. Ressalto, ainda, a importância do envolvimento da sociedade como um todo. Não me refiro a plebiscito ou referendo, mas ao esclarecimento da população acerca dos temas discutidos, de inegável complexidade.

Com esse debate ampliado – para ir para os finalmentes, para encerrar –, sejam quais forem os caminhos preferenciais apontados, é chegada a hora de decidir, de votar, de mudar. As decisões políticas não podem mais andar apartadas do desejo popular.

Estou encerrando, nobre Presidente e caros colegas.

Discutir e alterar nosso sistema político eleitoral é essencial para que o processo democrático continue em permanente aperfeiçoamento.

Essas são as nossas reflexões que eu não poderia deixar de trazer no dia de hoje, nobre Presidente e caros colegas, para pensarmos, para meditarmos, para discutirmos, para levarmos, enfim, avante, porque nós sentimos, por onde andamos, que esse é o debate que aviva a alma dos brasileiros, que mexe com o sentimento nacional.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senador Casildo.

Para falar, agora, no período de inscrição pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, do PT...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – ... orador inscrito.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não. O Senador Casildo era orador inscrito, e, agora, fala um Líder, que é V. Exª, Senador Humberto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – A minha inscrição não vale. Eu cheguei às 2 horas da tarde.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – V. Exª falará no meu tempo, logo após o Senador Humberto Costa. Eu cedo o meu tempo de oradora inscrita. Estou aqui, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – O PT fala antes, embora eu tenha me inscrito antes.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, mas é pela ordem das inscrições. V. Exª falaria antes, se tivesse permutado com o Senador Casildo.

Mas todos ficaremos para ouvir V. Exª. Aliás, estamos ansiosos para ouvi-lo, Senador. Eu sou a nona, e V. Exª entra no meu lugar.

Senador Humberto com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, eu queria, antes de iniciar a minha fala em nome da Liderança do PT, fazer aqui um registro muito importante.

No dia de hoje, o jornal *Folha de Pernambuco* publicou pesquisa do Ibope sobre a sucessão estadual, e os principais números mostram, para o governo do Estado, o nosso colega, o Senador Armando Monteiro, com

44% das intenções de voto, e o candidato do PSB, apoiado pelo presidenciável Eduardo Campos, com 8% da intenção de voto; o candidato a Senador do PT, João Paulo, com 40 pontos percentuais, e o candidato do PSB, Fernando Bezerra Coelho, com 18 pontos percentuais; e a Presidenta Dilma, empatada na disputa presidencial, com 39%, enquanto o candidato do PSB tem 40% e o candidato do PSDB tem 2%.

Então, motivo de satisfação para todos nós, apesar de sabermos que esse é apenas um momento da disputa eleitoral.

Mas, Srª Presidenta, recentemente houve um tremendo mal-estar da oposição por conta de algumas peças publicitárias exibidas pelo Partido dos Trabalhadores, que faziam um comparativo entre o Brasil de hoje e o Brasil do passado.

Alguns pré-candidatos à eleição presidencial deste ano que usam seus espaços em propaganda para detratar o PT e os nossos governos foram os primeiros a reclamar das inserções, ou seja, não gostaram do que viram, quando nós levantamos o espelho. Mas os nossos adversários têm certa razão. Relembrar o Brasil do passado, olhar aquele Brasil que aparece no retrovisor é trazer à tona todo o legado de miséria, de pobreza, de estagnação econômica, de desemprego, de preços altos e de arrocho salarial que eles nos deixaram, e que os governos do PT conseguiram superar.

É daí que vem o incômodo. É esse o Brasil que a oposição quer jogar para baixo do tapete, com a finalidade de fazer com que os brasileiros se esqueçam de um tempo que ninguém quer que volte mais. Mas nós vamos relembrar.

Quero começar aqui me dirigindo às parcelas menos favorecidas da nossa população.

Em 2002, último ano do governo do PSDB, partido do pré-candidato à presidência Senador Aécio Neves, o investimento social feito por eles era de R$1.915,00 por brasileiro. Nos governos do PT, nós dobramos esse valor.

No período deles, o dinheiro público era gasto para financiar bancos, para pagar juros da dívida externa ao FMI, para emprestar a empresas que queriam comprar o patrimônio dos brasileiros colocado à privatização. Com Lula e Dilma, o dinheiro público passou a ser dirigido a quem realmente precisa dele: a nossa população, numa política que conciliou desenvolvimento econômico com inclusão social, que criou o Bolsa Família, o Brasil sem Miséria, o Pronatec, o Minha Casa, Minha Vida, o Mais Médicos, que criou, enfim, uma perspectiva de vida para o povo brasileiro.

Essa é a razão pela qual, em oito anos do governo do PSDB, a desigualdade no Brasil foi reduzida em apenas 2%, ao passo que, nos governos do PT, nós multiplicamos esse índice por cinco. Tiramos 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza e elevamos 42 milhões de cidadãos à classe média, segmento que hoje representa mais da metade da nossa população. A renda dos mais pobres dobrou e a renda *per capita* média das famílias aumentou em 78%, porque a melhoria de vida dos trabalhadores sempre foi um compromisso do PT.

Recebemos do PSDB, em 2002, um Brasil em que o salário mínimo era de R$200. Hoje, doze anos depois, ele está em R$724. A oposição, agora, diz que faz e acontece. Mas, quando foi governo, sabem em quanto o PSDB aumentou o salário mínimo para os trabalhadores? Em somente 29,8%.

Com Lula e Dilma, o salário mínimo cresceu como nunca, chegando a um aumento real de 72%, injetando mais de R$30 bilhões na nossa economia para fazê-la crescer. Nos governos do partido do Senador Aécio, o salário mínimo não chegava a U$100. Hoje, graças aos governos do PT, ele é superior a U$300.

Recentemente, tivemos aqui um amplo debate sobre o reajuste da tabela do imposto de renda. Vale dizer que foi o Presidente Lula quem instituiu a obrigatoriedade dos reajustes anuais, para que os trabalhadores não sofressem o efeito negativo da inflação sobre o imposto pago. Pois bem. A oposição queria impedir a aprovação dos 4,5% previstos na lei, alegando que era pouco.

Mas o que fizeram o PSDB e o DEM nos oito anos em que governaram o Brasil? Fizeram o seguinte: impuseram seis anos de reajuste zero à tabela – 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 –, gerando uma perda superior a 30% para os trabalhadores frente à inflação. Ou seja, a bondade da oposição foi obrigar as pessoas físicas neste País a pagarem mais impostos. De Lula a Dilma, essa injustiça foi sendo reparada e, atualmente, os trabalhadores do Brasil têm um ganho líquido da ordem de 9%, considerando os reajustes dados desde 2003.

Outro ganho sensível para o nosso povo foi o controle firme da inflação, que, nos nossos governos, está na média de 5,8%, enquanto nos do PSDB foi superior a 9%. E justamente eles, que fizeram o Brasil experimentar até 22% de inflação e 45% de taxa de juros ao ano, querem agora envenenar o debate econômico sobre os preços administrados.

Eu queria, então, deixar aqui alguns dados do Banco Central para a reflexão de todos os brasileiros sobre o legado da oposição para o nosso País, especificamente nessa área.

Nos governos do PSDB, as tarifas dos ônibus subiram 203% em apenas oito anos e o preço da gasolina explodiu em 223%. No mesmo período, a tarifa da energia elétrica aumentou 254%, e – lembremos todos – não impediu o Brasil de ser submetido a um vergonhoso apagão entre os anos de 2001 e 2002, gerando um

prejuízo de R$45 bilhões ao País, segundo o Tribunal de Contas da União. E sabem para quem foi a conta dessa incompetência no setor energético? Para o consumidor, que foi obrigado a pagar duas novas tarifas em sua conta de luz.

O telefone fixo teve um aumento de 509%, mesmo depois de o PSDB ter vendido todas as nossas teles. As tarifas de água e esgoto aumentaram em 169%, os planos de saúde subiram 188% e o preço do botijão de gás, que durante mais da metade do governo Lula não teve um único centavo de aumento, nos governos do PSDB, do Senador Aécio Neves, cresceu 452%.

Em suma, quando o partido do Senador Aécio comandava o Brasil, todos esses preços sensíveis à população subiram numa média de mais de 200%;

Agora comparem: nos três primeiros anos da presidenta Dilma, sabem de quanto foi o aumento desses mesmos preços administrados? Algo em torno de 11%.

Vou repetir aqui os dados do Banco Central: no Governo Fernando Henrique, mais de 200% de aumento médio nos preços das passagens de ônibus, do gás, da luz, do telefone, da gasolina para os trabalhadores. No Governo Dilma, 11%.

Essa, então, foi a grande obra do PSDB: o estouro completo e incontrolável dos preços administrados sobre as costas da classe trabalhadora, a defasagem na correção da tabela do imposto de renda, gerando o pagamento de mais tributos, principalmente pela classe média, a completa falta de prioridade às políticas de redução da desigualdade social, o desemprego, o achatamento dos salários. É isso que a oposição não quer que seja lembrado, que quer, convenientemente, que o brasileiro esqueça. É isso que eles chamam de propaganda do medo.

E como não ter medo de um passado como esse? De um passado construído por essa oposição que hoje quer voltar a governar o país?

De forma que fica evidente que o medo existe mesmo é nos nossos adversários, que têm crise de pânico quando se inicia a comparação entre o Brasil de hoje e o Brasil de ontem, que se desesperam quando nós mostramos à população o currículo de governo deles.

Mas não se iludam. Por mais que tentem esconder os governos que fizeram, os brasileiros não esquecerão esse passado ainda recente e saberão – eu tenho certeza – fazer o julgamento equilibrado entre o que nós fizemos e o que eles fizeram ao Brasil.

Muito obrigado pela tolerância, Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa é que cumprimenta V. Exª Senador Humberto. Se precisasse de mais tempo para falar, sem dúvida nenhuma V. Exª teria.

Convido agora para falar no período de oradores inscritos, com permuta que fez comigo, o Senador Roberto Requião. Se V. Exª não quiser...

O Senador Requião fala como orador inscrito e depois falará orador inscrito por liderança.

Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa Grazziotin, na terça-feira, dia 20, em sessão especial do Senado, entregamos mais uma edição do Prêmio José Ermírio de Moraes, criado em 2009.

O prêmio distingue brasileiros que tenham se destacado no desenvolvimento do setor industrial do nosso País. Adequadamente, o Presidente do Conselho que escolhe os homenageados é o Senador Armando Monteiro Neto.

O pai do Senador, Armando Monteiro Filho, e José Ermírio de Moraes, além de pernambucanos e de ambos terem sido Ministros da Agricultura do Presidente João Goulart, têm sua biografia coincidente, pois se notabilizaram como empresários nacionalistas, fortemente comprometidos com o desenvolvimento brasileiro e com a industrialização do nosso País. E não é gratuito que ambos tenham sofrido os apertos por que passaram tantos brasileiros depois do Golpe de 64, que realinhou o Brasil aos interesses do império norte-americano e detonou a presunção de se construir o Brasil Nação.

De qualquer forma, o cerco dos serviçais do império sobre as empresas das famílias Monteiro e Moraes não chegou a estrangulá-las, como aconteceu com empresas de outro grande líder nacionalista, o empresário Mário Wallace Simonsen, que viu sua magnífica Panair sendo perseguida, destruída e extinta em benefício de empresas norte-americanas e europeias e viu ainda a sua ainda poderosa TV Excelsior sendo surrupiada e repassada à Globo pelos serviços prestados pela família Marinho ao golpe militar e à perseguição dos que se opunham ao regime.

Faço essa digressão para homenagear o Senador Armando Monteiro Neto, herdeiro das inclinações nacionalistas de José Ermírio e de seu pai, Armando Filho, para trazer à memória outro sobrenome ilustre da luta por um Brasil desenvolvido, independente e justo, forte: o sobrenome Steinbruch.

Essa corrente nacionalista e desenvolvimentista do empresariado brasileiro, nos anos 50 e 60, tinha no Congresso Nacional, entre tantos Parlamentares que a apoiavam, o Senador Aarão Steinbruch, do PTB do Rio de Janeiro. Steinbruch combinava a defesa das teses dos empresários nacionalistas com a firme defesa do interesse dos trabalhadores. É dele, por exemplo, a lei que criou o 13º salário. E, como era de se esperar, fiel ao seu papel histórico de vanguarda do atraso, *O Globo* fez uma campanha medonha contra Steinbruch e o 13º, lógico. Quando veio o golpe de 1964, lá estava o Senador entre os primeiros a ter o mandato cassado.

Eu não sei se Aarão Steinbruch é parente de Benjamin Steinbruch, o Presidente da CSN, mas é deste Steinbruch, o Benjamin, que gostaria de falar agora, depois de tão longa volta. É que vejo no Steinbruch de hoje certa centelha nacional, desenvolvimentista, dos bravos empresários, intelectuais e políticos brasileiros que sonharam com a construção do Brasil Nação.

Fiz essa longa volta para divulgar desta tribuna artigos de Benjamin Steinbruch, publicados na *Folha de S.Paulo* nos dias 6 e 20 deste último maio. O artigo do dia 6 intitula-se "Perguntas" e o artigo do dia 20 intitula-se "Respostas". Senadores e Senadoras do PSDB e do DEM, que se alinham à candidatura do Senador Aécio Neves; Senadores e Senadoras do PSB, que cerram fileiras em torno do candidato Eduardo Campos; Senadores e Senadoras do PT e da Base, que defendem a reeleição da Presidente Dilma; essas perguntas são para os seus candidatos. Passo a elas:

> *A cinco meses da eleição presidencial, o debate entre situação e oposição não poderia estar mais aquecido, mas esse aquecimento só ocorre na área político-eleitoral. Não passa um dia sem que denúncias sejam comentadas pelos possíveis candidatos, seus assessores e apoiadores.*
> *Ainda que alguma dessas acusações de lado a lado já tenham cansado a nossa paciência pelo excesso de repetição e pela falta de avanços, elas são bem-vindas. Referem-se a um passado recente na gestão pública do País e precisam ser cuidadosamente apuradas para que eventuais culpados sejam responsabilizados e para que não se repitam.*
> *Mas,* [Senador Pimentel], *e o futuro do País?*
> Pouco, quase nada se discute com profundidade sobre isso. Talvez, pelo predomínio de longos anos de ideais neoliberais, o planejamento esteja fora de moda – os mercados globalizados é que ditam o rumo dos países.
> Não concordo com essa tendência. Quem tem a pretensão de governar o País precisa dizer quais são seus planos para o futuro, porque cabe aos brasileiros, e não às forças de mercado, conduzir o País.
> Algumas perguntas são indispensáveis para os que pretendem ser candidatos a governar o Brasil.
> Qual será sua meta para o crescimento econômico e para a criação de empregos durante os quatro anos de governo? Como pretende atingir essa meta?
> *Vai combater a desindustrialização que já é visível no* [Brasil], *ou encara o problema como* [mais] *uma fatalidade,* [Senador Cristovam?] *Vai caminhar para tornar o Brasil um grande produtor apenas de commodities industriais e agrícolas, tendência que vem se acentuando perigosamente nos últimos anos?*
> [Ou] *vai acreditar em planejamento?*
> *Vai incentivar investimentos produtivos?*
> *Vai privilegiar setores industriais com nítida vocação nacional?*
> *Ou vai manter a tradicional política brasileira que estimula e rentabiliza o investimento financeiro muito mais do que em qualquer outro lugar do* [Planeta]*?*
> *Não adianta apenas defender programas como o Bolsa Família ou outros voltados para a distribuição de renda. É preciso dizer, claramente, quais políticas sociais vai adotar e como pretende batalhar para tornar a sociedade cada vez mais igualitária. Ou então esclarecer se pretende deixar isso para o mercado resolver pelas suas próprias forças.*
> *O candidato vai interferir diretamente na educação, na segurança, na saúde? E de onde virão os recursos para isso? Continuará de um lado gastando sem escrúpulos R$200 bilhões por ano no pagamento de juros da dívida, e de outro fazendo cortes em gastos essenciais, como as remunerações de professores ou atendimento médico à população?*
> *Qual será,* [Senador Pimentel, a futura] *política de juros* [do Brasil]*?*
> *[...]* [Acham os candidatos] *que o Brasil pode continuar sendo líder mundial do campeonato de juro alto? E a política de crédito,* [como vai ser]?
> *Pretende continuar com a política dos "eleitos" para consumir os poucos recursos do BNDES ou vai reduzir ainda mais o seu papel? Se sim, como vai incentivar o setor financeiro privado a participar com recursos próprios no financiamento de longo prazo?*

> *Governar um país, certamente,* [Senador Cristovam], *não é um passeio no parque. É preciso ter competência, sonhos, ousadias, utopias, planos, ideologia, equipes e, principalmente, uma enorme disposição de trabalho, para empurrar as mudanças que precisam ser feitas. Não dá para sentar na cadeira e depois pensar no que fazer, como fazer e como viabilizar politicamente o que se pretende fazer. Todos sabemos que o País já pagou demais, no passado, por experiências políticas.*
> *Vem aí a Copa, e por um mês o país provavelmente vai viver de futebol – espero,* [no entanto], *que as manifestações, se houver, mantenham-se dentro dos limites civilizados, sem violência contra pessoas ou o patrimônio público e privado e sem desrespeito às centenas de milhares de estrangeiros que vão nos visitar. Depois do Mundial, entretanto, será indispensável que os postulantes ao cargo mais importante do país comecem a mostrar seus planos e* [suas] *ambições.*
> *Com campanhas eleitorais [...]* [oficiais] *abertas, após a Copa, o ideal seria deixar em segundo plano as cobranças do passado e as revelações com o objetivo de desgastar adversários. E começar a colocar em primeiro plano as propostas de atuação nas várias áreas da economia e da sociedade em geral, aquelas* [áreas] *que podem trazer esperanças para o futuro.*

Assim falou Steinbruch no artigo que escreveu na *Folha de S.Paulo*.

No dia 20, terça-feira, o Presidente da CSN cuidou ele mesmo de dar respostas às perguntas que fizera, certamente diante do silêncio estarrecedor dos senhores candidatos e suas competentes assessorias.

Ele começa com uma declaração de voto:

> *Voto é secreto e não deve ser revelado. Mas digo com todas as letras em quem não votarei: em candidato que não explicite sua meta de crescimento econômico e criação de empregos durante seus quatro anos de governo. O país não suportará ajustes recessivos, e quem pretende adotá-los precisará ter a coragem de assumir isso* [clara e publicamente e] *logo.*

Em outro artigo da *Folha*, este de fevereiro, Benjamin Steinbruch deixava isso mais claro.

Dizia ele:

> *Há algo muito grave acontecendo no país. Uma avalanche conservadora dominou a opinião publicada nos últimos tempos e impôs a ideia de que o Brasil precisa unicamente de austeridade fiscal e arrocho* [arrocho] *monetário e não pode continuar a pensar em medidas para incentivar o crescimento econômico. Austeridade nas contas é, sem dúvida, uma virtude, principalmente quando direcionada, no caso de governos, à contenção de gastos correntes. Mas pode também ser desastrosa para o país se adotada de forma indiscriminada, com reflexos nas áreas sociais, nos investimentos produtivos e no emprego.*

Senhores candidatos que falam em reduzir as metas de inflação, em elevar o superávit primário, em cortar gastos, em rever a política de salário mínimo, em ressuscitar a Alca, dizei-me vós – oh senhores! –, se sabeis as consequências funestas desse tipo de iniciativa.

Steinbruch pega o tema da autonomia do Banco Central, ideia tão querida da oposição ao alegado intervencionismo lulo-dilmista, e também a defende, com esta observação que faz toda a diferença: "um Banco Central que não se restrinja à perseguição da meta de inflação, [...] tenha responsabilidade sobre o crescimento econômico". Eu acrescentaria: sobre o emprego e o crescimento econômico.

Conclui ele: "É muito cômodo buscar atingir uma meta de inflação sem se preocupar com os estragos que essa política possa fazer à economia real".

O Banco Central independente que pelo menos dois dos três principais candidatos querem não é este proposto pelo empresário. É o Banco Central independente do País e dependente do mercado financeiro.

A resposta seguinte é sobre a política de juros. Steinbruch vê como incompatível à prioridade ao setor produtivo, ao crescimento e ao desenvolvimento econômico a política de juros altos.

> *Qualquer colegial entende que os investimentos são desestimulados quando o detentor do capital, seja ele grande ou pequeno, pode receber, sem nenhum risco, rendimento de 11% ao ano nas aplicações financeiras em títulos públicos,* [diz o empresário].

Respondendo a pergunta que fez sobre o BNDES, Steinbruch adianta-se aos demolidores do banco público, aos que insistem em jogar a criança fora com a água do banho, para propor não a extinção do banco, e sim a sua transformação em um verdadeiro banco de fomento, e não mero criador de campeões nacionais, duvidosos campeões frequentadores do *ranking* da *Forbes*, eikes batistas e fribois da vida.

O presidente do CSN dá agora resposta à encrenca dos gastos anuais com os juros da dívida, esse sorvedouro insaciável dos recursos da Nação:

Os gastos anuais com juros da dívida pública, é necessário relembrar, atingem R$200 bilhões. Por isso, o setor público precisa fazer um esforço hercúleo para realizar superavit fiscais que sustentem o pagamento desses encargos. Vai daí que, reduzidos esses custos financeiros, o comandante do país poderá e deverá direcionar mais recursos para saúde, educação e áreas sociais em geral, sem comprometer o equilíbrio fiscal.

Tão simples assim senhores. Tão simples assim, senhores candidatos. Tão direto, tão efetivo assim.

Já, em relação à desindustrialização do País, de que sua posição, como Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional permite um olhar privilegiado, Benjamim Steinbruch exorta os candidatos tão desatentos para o sinistro:

A desindustrialização não pode ser ignorada, é assustadora a perda de participação da indústria brasileira no PIB e nas exportações. O setor precisa, portanto, ser estimulado seletivamente, de acordo com as vocações naturais do País, a ganhar competitividade e a inovar. É indispensável a adoção de uma política industrial de médio e longo prazo para orientar os investimentos.

São as perguntas que o empresário fez aos nossos candidatos. São as respostas que ele, como cidadão brasileiro e empresário nacional, gostaria de ouvir. E, com certeza, Srªs e Srs. Senadores, não ouvirá.

Nesse deserto de ideias, nesse vazio de lideranças, nessa renúncia e distanciamento de tudo o que é nacional, nessa submissão medíocre e sabuja ao mercado e à globalização de uma mão só, é bom ouvir alguém que pensa, uma qualidade cada vez mais rara neste País eleitoral.

É bom ver o jovem empresário retomar a tradição dos grandes homens, fossem empresários, intelectuais ou políticos, que imaginaram construir uma nação e não uma *plantation* ou mera feitoria para o desfrute dos outros.

Pena é que estão faltando candidatos com essas características.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o máximo prazer, logo depois do Senador Cristovam.

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Requião, sua última frase merece os meus aplausos tristes, mas estou totalmente de acordo: está faltando liderança. A impressão é de que nenhum candidato vai vencer, todos vão perder, e um terá mais voto que o outro, algum dos três, mas vencer mesmo, empolgando a opinião pública, trazendo uma bandeira nova, um discurso alternativo, uma liderança concreta, uma mudança de rumo, nenhum está trazendo essa ideia. Claro, estamos no começo da campanha. Ainda tenho esperança de que algum traga isso, mas, hoje, o senhor tem toda a razão. Está faltando um discurso de liderança alternativa, propositiva. Parece que todos estão disputando quem fica mais com o mesmo e não quem traz o novo. E nunca, Senador Pimentel, em muito tempo, foi tão necessário ter uma novidade, uma coisa nova, uma proposta alternativa. A sensação que tenho, quando vejo o povo na rua, essa indignação, essa raiva, é a mesma que a gente via, nos anos 80, em relação aos militares. Cansou. O regime militar cansou. As pessoas passaram a ter vontade de mudar. Hoje, a gente tem isso. Só que ali a gente tinha uma mudança propositiva, diversos líderes trazendo a ideia. Citemos Ulysses, mas muitos outros trazendo a ideia de mudança, que era o regime democrático. Agora, a mudança é um Brasil novo, diferente, fora dessa mesmice na política, fora dessa paralisia na economia, fora dessa tragédia no social, fora dessa corrupção na política. E quem está trazendo essa proposta? Até aqui, eu estou totalmente de acordo. Ninguém está trazendo essa proposta. Eu espero que, nas próximas semanas, ou em um mês ou dois, essas propostas comecem a chegar para que o povo tenha quem escolher para votar e não terminar votando em um porque não quer votar nos outros. Hoje, se houvesse eleição, eu tenho a impressão de que os eleitores votariam em algum para não votar nos outros e não votariam em algum pelo entusiasmo com ele ou com ela.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Votariam, sem dúvida, no prejuízo menor.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Votariam, sem dúvida, em quem não quer cortar o salário mínimo no seu valor, em quem não quer suspender a Bolsa Família, em quem não quer fazer corte na educação e na saúde, mas seria um voto sem a empolgação da sensação e da esperança da mudança. Seria um voto pela exclusão do neoliberalismo da "direitona" brasileira.

Senador Suplicy, com prazer, eu lhe concedo um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª traz as reflexões do industrial e Presidente da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Benjamin Steinbruch, que, nas suas entrevistas e artigos, trouxe elementos de convicção muito importantes para como assegurar ao Brasil que tenhamos políticas que garantam a combinação da estabilidade de preços com o desenvolvimento econômico, o crescimento dos empregos e a melhoria da distribuição da renda. E observa que, inclusive, tais objetivos devem constar da pauta dos objetivos do próprio Banco Central. Nos Estados Unidos da América, o objetivo procurado pelo Federal Reserve Board inclui, além da estabilidade de preços, esses outros objetivos. Então, acredito que isso é importante. Ademais, a preocupação de Benjamim Steinbruch com respeito à desindustrialização é um alerta muito importante para a Presidenta Dilma e para qualquer candidato à Presidência da República. Cumprimento também V. Exª ao recomendar a todos aqueles que estejam fazendo protestos que procurem realizá-los da maneira mais civilizada e sem estragos, sem violência e sem danos, sobretudo, às próprias pessoas. É preciso que haja compreensão. Ainda neste sábado último, eu estive numa homenagem ao cartunista Henfil, querido, de saudosa lembrança de todos nós. E seu filho, Ivan, nos falava de como o seu pai, durante o regime militar, quando perguntado se ele iria ser contrário – por causa dos protestos e da forma como ele criticava a situação do Brasil, à época do regime militar –, se ele iria torcer contra o Brasil, ele falou que uma coisa era aquilo que ele condenava e criticava com relação aos desmandos e abusos que entristeciam o Brasil naquela época, mas que outra era torcer para o Brasil, o que ele iria fazer. Acho que todos nós precisamos separar as coisas e proceder tal como V. Exª está recomendando. Meus cumprimentos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com prazer, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Primeiro, Senador Requião, ao tempo em que agradeço a V. Exª pela concessão do aparte, quero cumprimentá-lo pelo conteúdo do pronunciamento do discurso que V. Exª traz à tribuna. Aliás, acho que o senhor tem sido um dos Senadores da República que mais têm batido nesta tecla da necessidade de discutirmos qual projeto queremos para o Brasil. E V. Exª sabe que o meu partido, o PCdoB, nós já temos uma candidata a apoiar, que, aliás, o candidato a vice é do seu partido, do PMDB. E apoiamos a candidatura e lutaremos por um novo mandato da Presidenta, não porque tenhamos afinidades pessoais, mas porque defendemos um projeto para o País. E aí, Senador Requião, eu creio, tudo indica, o debate ainda está muito longe, o debate de verdade, de projetos, de propostas para o Brasil, como diz o empresário a que V. Exª se refere, como diz V. Exª seguidamente neste Plenário. O conteúdo do debate do novo projeto, do projeto para o Brasil está longe, mas ele virá. Eu acho que será muito bom uma eleição muito disputada, porque uma eleição muito disputada leva ao debate das ideias, o que um defende e o que o outro defende para o Brasil.

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E neste momento nós temos que aproveitar, Senador Requião, na minha opinião, para mobilizar a população brasileira. Agora eu quero aqui lembrar apenas um fato, se V. Exª me permitir. Na última quarta-feira, salvo engano, dia 28 de maio, o Copom se reuniu novamente e resolveu estancar, não fazer mais com que a taxa de juros crescesse. A Presidente Dilma, desde que se elegeu, tinha uma palavra a dizer a todos nós: "Vamos baixar as taxas de juros", por essas razões que V. Exª acaba de colocar. E a taxa chegou, no mês de março de 2013, a 7,25%. Aí veio inflação, aí veio pressão e pressão, e nós sabemos de onde vem a pressão. E nós estamos com uma taxa de juros de 11%, juros oficiais no Brasil, o que nos devolve à condição, Senador Requião, do país que tem a mais elevada taxa de juros do Planeta. Isso é muito ruim. Agora, nós precisamos não só de Parlamentares, não só do povo...

(Interrupção do som.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... eu concluo, mas de empresários como Benjamim Steinbruch, para que ajude a que, de fato, o Governo brasileiro tenha condições de dar uma virada nessa política macroeconômica muito danosa aos nossos interesses, isso sim, danosa aos interesses do Brasil e do povo brasileiro. Parabéns, Senador Requião, V. Exª que tem sido aqui uma voz altiva em defesa da nossa gente e do nosso País.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quero fazer um paralelo em cima de vossa intervenção, Senadora. Nós vamos votar aqui no plenário amanhã uma nova lei que flexibiliza o horário dos motoristas de caminhão e rodoviários no País. Ela pretende flexibilizar, passar para doze ou quatorze horas a possibilidade de uma jornada diária com interrupções muito pobres.

Então, o que está acontecendo?

Está acontecendo que algumas razões de mercado e algumas razões econômicas estão se sobrepondo à limitação biológica dos motoristas.

O tempo de direção do motorista na estrada deve estar vinculado à sua capacidade de reação e de reflexo para dirigir bem, não pondo em risco a sua vida e a vida dos outros. Mas há uma pressão fortíssima do tal mercado, dos interesses de exportação das *tradings* do agronegócio, de proprietários de empresas de caminhões.

Essa lei que passou pela Câmara seria uma espécie de lei 007 das rodovias brasileiras; 007, o famoso herói da espionagem da Inglaterra que tinha licença para matar. Essa lei significa uma licença para morrer e matar nas estradas. Está ultrapassando a capacidade biológica de resistência em favor de um mercado de transportes. Quando você compra um caminhão, vem lá no manual de direção: "Não dirija mais de duas horas sem descansar." Quando você compra um automóvel, é a mesma coisa. Eles querem fazer um motorista de caminhão rodar até 14 horas, através de acordos coletivos, pressões e artifícios.

Quando a Presidente Dilma assumiu, ela me entusiasmou com a redução de juros, mas ela cedeu à pressão do mercado, e este juro está acima da capacidade biológica do Brasil em crescimento, em sustentar as indústrias que devem avançar, dar empregos e tudo mais. Há uma leniência, uma submissão à pressão do mercado e do dinheiro que tem que acabar.

Agora, para a minha posição não ficar oculta por elipse, é, mais ou menos, a mesma do Steinbruch. O Steinbruch disse em quem ele não votaria, e, no texto dele que eu expus, fica bem claro: nós não temos uma escolha de entusiasmo, de empolgação, como já existiu no passado. Mas eu, pessoalmente, vou votar em quem oferecer menos risco para o trabalhador ter reduzido o seu salário, para a saúde ter cortes, para o Brasil se assemelhar à Espanha, à Grecia, a Portugal – a Espanha com 28,7% de desemprego. Eu voto por exclusão. E, por exclusão, eu sou um eleitor da Presidente Dilma, mas falta um projeto que me empolgue, que me faça participar dessa campanha com o entusiasmo com que eu participei em campanhas anteriores.

Fica, Senador Cristovam, aquela frase com que Dom Tomás Balduíno encerrou a sua conferência na última reunião de que participou na Comissão de Direitos Humanos...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – "A esperança não é a última que morre, a esperança é a única que não morre."

Obrigado, Presidente, pelo tempo.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Roberto Requião, que, como sempre, fez um belíssimo pronunciamento.

Agora, passamos a palavra, como Líder, à Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes que ela inicie o seu pronunciamento, leio o seguinte ofício:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 28 de maio de 2014, da **Mensagem n° 130, de 2014**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto Parcial n° 8, de 2014**, aposto ao Projeto de Lei de Conversão n° 4, de 2014 (oriundo da Medida Provisória n° 628/2013), que "Constitui fonte adicional de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo; e revoga o Decreto-Lei n° 880, de 18 de setembro de 1969".

É esse o Ofício.

São as seguintes, Mensagem e razões de veto:

VETO PARCIAL
Nº 8, DE 2014

aposto ao
Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2014
(oriundo da Medida Provisória nº 628, de 2013)

(Mensagem nº 130/2014, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2014 (MP nº 628/13), que "Constitui fonte adicional de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo; e revoga o Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º

"Art. 2º Na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a taxas subsidiadas, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos deverão ser direcionados a tomadores situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, taxa subsidiada é aquela que, à época da contratação, seja inferior à taxa de captação do Tesouro Nacional para prazo equivalente."

Razões do veto

"A medida não leva em conta o ambiente dinâmico a que estão submetidas as operações creditícias que regula. Assim, a fixação prévia de percentual dos financiamentos a determinadas regiões do País, sem se levarem em conta as necessidades concretas, gera ineficiência alocativa, podendo resultar, por um lado, em não-atendimento de operações de uma determinada região e, por outro, em permanecerem recursos ociosos sem a devida destinação."

Os Ministérios da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, da Integração Nacional e a Advocacia-Geral da União opinaram pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Arts. 5º e 6º

"Art. 5º Fica a União autorizada a participar no montante de até 1% (um por cento) do capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE que exercerá as funções de instituição financeira federal de caráter regional.

Art. 6º O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE fica autorizado, em caráter suplementar ao Banco do Brasil S.A., a auxiliar na administração e nas operações de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO como instituição financeira federal de caráter regional, até a instalação e entrada em funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme estabelece o § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Razões dos vetos

"O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE tem natureza de instituição financeira estadual e a mera participação da União em 1% em seu capital social não o tornaria instituição financeira federal de caráter regional, como determinado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Assim, autorizar o BRDE a operar recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO além de ser inconstitucional, por violar o pacto federativo, poderia resultar em um desvio de finalidade do Fundo. Por fim, o art. 34, § 10, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT determina que a aplicação dos recursos do FCO seja realizada através do Banco do Brasil S.A, enquanto não for criado o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de maio de 2014.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2014

(oriundo da Medida Provisória nº 628/2013)

Constitui fonte adicional de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo; e revoga o Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de até R$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o **caput**, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no **caput**.

§ 2º Em contrapartida ao crédito concedido nos termos do **caput**, o BNDES poderá utilizar, a critério do Ministério da Fazenda, créditos detidos contra a BNDES Participações S.A – BNDESPAR.

§ 3º O crédito concedido pelo Tesouro Nacional será remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Art. 2º Na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a taxas subsidiadas, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos deverão ser direcionados a tomadores situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, taxa subsidiada é aquela que, à época da contratação, seja inferior à taxa de captação do Tesouro Nacional para prazo equivalente.

Art. 3º Fica a União autorizada a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, instituído pelo Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, e a transferir suas competências e seus direitos e deveres para fundo a ser instituído pelo Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A transferência ocorrerá por meio de convênio a ser firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Estado do Espírito Santo.

Art. 4º Fica extinto o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, criado pelo Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

Art. 5º Fica a União autorizada a participar no montante de até 1% (um por cento) do capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE que exercerá as funções de instituição financeira federal de caráter regional.

Art. 6º O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE fica autorizado, em caráter suplementar ao Banco do Brasil S.A., a auxiliar na administração e nas operações de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO como instituição financeira federal de caráter regional, até a instalação e entrada em funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme estabelece o § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969.

Nos termos do arts. 10-A e 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, e da Resolução nº 1, de 2012-CN, foi constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto, cuja composição será publicada na forma regimental.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

Senadores

Ricardo Ferraço (Bloco Maioria – PMDB/ES) – relator do projeto de lei de conversão.
Paulo Paim (Bloco Apoio ao Gov.– PT/RS)
Mário Couto (Bloco Minoria – PSDB/PA)
Eduardo Amorim (Bloco União e Força – PSC/SE)
Ataídes Oliveira (PROS/TO)

A Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto no prazo de vinte dias, nos termos do art. 105 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, encerrar-se-á em 26 de junho de 2014.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra neste momento à Senadora Vanessa Grazziotin, que vai falar pela Liderança do PCdoB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, eu quero iniciar meu pronunciamento neste momento exatamente por um ponto que abordou o Senador Requião há pouco da tribuna referindo-se ao Projeto de Lei nº 41, projeto de lei da Câmara que nós votaremos amanhã na Ordem do Dia.

O projeto de lei, para o qual foi aprovada urgência e, portanto, sem ter passado por qualquer debate em quaisquer das Comissões, vem diretamente ao plenário do Senado. Ele só não foi votado na última quarta-feira porque a nossa Bancada do PCdoB e a do PSOL, assim como tantos outros Parlamentares – Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, o próprio Senador Requião, que aqui estava, V. Exª, Senador Paim –, solicitamos que a matéria não fosse votada naquele momento para que tivéssemos mais oportunidades de debatê-la e de conhecê-la, inclusive. Como a matéria vem diretamente para o plenário do Senado Federal, o Relator, o Senador Romero Jucá, apresentou – e nós não as conhecíamos naquele momento – inúmeras emendas.

A decisão de deixar a matéria para esta semana foi extremamente acertada, Sr. Presidente. Eu não tenho dúvida nenhuma de que haverá uma profunda discussão neste plenário. Entretanto, eu já quero adiantar daqui, Senador Paim, que nós vamos abrir o debate pedindo ao Presidente que encaminhe a matéria às Comissões da Casa, para que possamos realizar audiências públicas, para que possamos debater com os trabalhadores, para que possamos debater com o Governo, para que possamos debater com os empregadores, Sr. Presidente, porque a matéria é muito importante.

A matéria trata da regulamentação da profissão de motoristas empregados, motoristas de cargas e de passageiros, motoristas interestaduais, motoristas intermunicipais e motoristas urbanos, Sr. Presidente, do transporte coletivo das cidades.

O que o Senador Requião falou, Senador Cristovam, é o que está na lei, é o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Como? V. Exª não me pergunte isso, porque eu acompanhei um pouco do que foi o debate na Câmara dos Deputados. Meu Partido, da mesma forma como aqui, apresentou um destaque para votação em separado, o fez na Câmara dos Deputados.

Lá, os Deputados do meu Partido, da nossa Bancada do PCdoB, Senador Paim, que se revezavam na tribuna, levavam vaias das tribunas por serem contrários ao aumento da jornada de trabalho dos condutores, dos motoristas. Quem estava exatamente nas galerias da Câmara dos Deputados eu não sei, mas, para quem estiver interessado em saber, é só pegar as matérias dos jornais do dia seguinte, pois todos os jornais divulgaram o que aconteceu na Câmara naquele dia.

O fato é que o projeto de lei prevê a mudança do art. 235 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir a possibilidade de os motoristas ampliarem a sua jornada de trabalho para 12 horas diárias, o que acontece só nos casos excepcionais, de acordo com a própria CLT. E o art. 235 trata dos operadores cinematográficos, Sr. Presidente, ou seja, a mudança que querem fazer na lei é incluir os motoristas que pertencem a uma categoria que tem um trabalho extremamente delicado, perigoso, eu até dizia, mexe com vidas, no mesmo capítulo onde estão inseridos operadores cinematográficos – no mesmo capítulo.

E, diante do que se prevê excepcionalmente para operadores cinematográficos, querem dar aos motoristas. Repito: quais motoristas? Motoristas de caminhões, motoristas grandes, pequenos, de qualquer porte, de qualquer veículo de transporte de carga, motorista de passageiros, daqueles que dirigem em estradas e em viagens que levam 24, 48 horas, ou daqueles que estão nas cidades médias, grandes, dirigindo os ônibus do transporte coletivo – passageiros, são motoristas de passageiros. Ampliar a jornada de trabalho!

Eu conversei com os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo da cidade de Manaus, Sr. Presidente, e eles todos me disseram que têm posição contrária ao projeto.

Eu acho que seria responsável de nossa parte solicitar que o projeto seja mais debatido nesta Casa, Sr. Presidente, que vá às Comissões, à Comissão de Assuntos Sociais. Podemos até ver um calendário, um prazo para que o projeto retorne ao plenário, mas é impossível aprovar uma matéria dessa forma. É impossível, é impossível!

Amanhã, digamos que aconteça um acidente grave que tire vida de pessoas, de várias pessoas, e que isso esteja vigorando, e que, por um acaso, o motorista esteja fazendo as tais horas extras, as 12, numa atividade extremamente estressante que é trabalhar no trânsito, não só das rodovias, mas das cidades, principalmente.

Um dia desses, nós tivemos um acidente em Manaus muito grave, um acidente que tirou a vida de mais de 10 pessoas. Envolveu um ônibus, um microônibus do transporte coletivo, e um caminhão. A imprudência de um motorista... E está claro hoje que o acidente aconteceu pela imprudência do motorista do caminhão, Sr. Presidente – pela imprudência do motorista do caminhão!

E se acontece isso, e, por acaso, essa lei esteja aprovada. Quem terá a culpa? O Congresso Nacional, porque mudou a lei? Porque mudou a lei? Nós precisamos ouvir os peritos, esses, sim. Nós precisamos ouvir os médicos do trabalho, os especialistas, que sabem que nenhum ser humano tem condições de cumprir uma jornada de trabalho diária nesse trânsito maluco que existe nas nossas cidades, apenas para garantir eu não sei exatamente o quê.

Dizem que foi negociação, Senador Paim, com o agronegócio para baratear o custo. Mas espera lá? O custo Brasil é o custo do trabalhador? Negativo! Vamos olhar a planilha – aqui eu desafio. Vamos olhar quanto custa o trabalhador na planilha de custo de qualquer empresa, seja ela do agronegócio, seja ela do setor produtivo, da indústria, do comércio, o que for. Não é o trabalhador que encarece o custo Brasil.

Aliás, eu abro um espaço para cumprimentar a Presidenta Dilma, que assina medida para tornar permanente aquilo que era uma medida em experimento, que é a busca de uma diminuição da carga tributária sobre a folha de pagamento. É isto que nós temos que fazer: diminuir os custos da folha de pagamento, e não o valor daquilo que os trabalhadores recebem, e não passar a tratar trabalhador brasileiro como se tratava no século passado, no início do século passado, Sr. Presidente, em que os direitos não existiam. Os direitos existem, e não só o direito do trabalhador, o direito de as pessoas transitarem com segurança.

Então, amanhã, isso está previsto como primeiro ponto de pauta, e quero dizer – já adiantar – que vou solicitar ao Presidente que, por favor... Sei que todos aprovaram, o Plenário aprovou o regime de urgência, mas talvez não tivéssemos a clara noção do conteúdo daquela matéria. E, diante de uma divergência tamanha, nós precisamos devolver o projeto à Comissão para que possa ser debatido com maior profundidade.

Sr. Presidente, eu quero, neste momento, já mudando de assunto, fazer aqui um pronunciamento que deveria ter feito na última terça-feira, dia 27 do mês de maio, porque, na última terça-feira, dia 27 de maio de 2014, completaram-se exatos 12 anos do falecimento de João Amazonas, que presidiu o nosso Partido, o PCdoB, por tanto tempo.

João Amazonas foi um líder não só dos comunistas, dos militantes filiados ao Partido Comunista do Brasil, mas também um líder político dos últimos tempos. Foi Deputado Constituinte junto com uma grande Bancada que o PCdoB tinha à época de um Senador e vários Deputados que, em seguida, tiveram seus mandatos cassados.

João Amazonas foi um camarada que provocou, com o seu falecimento, uma perda irreparável para o País e, principalmente, para as nossas fileiras, para o Partido Comunista do Brasil, para todos os trabalhadores e para todo o povo, não tenho dúvida nenhuma.

Nosso saudoso João Amazonas foi um formulador político, Sr. Presidente. Foi um formulador político, um teórico, um ideólogo marxista-leninista e um organizador partidário também.

João Amazonas encabeçou o processo de refundação do Partido Comunista do Brasil em 1962 e, como poucos, compreendia o papel do Partido Comunista na luta política. Mas, além de compreender de forma plena a necessidade de um partido comunista forte e combativo, percebia também a necessidade da luta mais ampla, com a participação das mais variadas forças e pensamentos políticos.

Sob sua direção, os comunistas atravessaram o período mais difícil da existência do Partido, a ditadura militar, de 1964 a 1985. E enfrentaram esse momento na mais estrita clandestinidade. Mas, nem por isso, nem porque o Partido havia sido posto na clandestinidade, João Amazonas, ao lado de tantos outros valorosos companheiros e camaradas, deixou de organizar o nosso Partido, o PCdoB.

Amazonas viveu intensamente e enfrentou o período do fim da experiência do socialismo na União Soviética e nos países do Leste Europeu, em fins dos anos 1980 e começo da década de 1990. Amazonas foi fundamental no esforço do Partido de extrair as lições daquela viragem histórica.

Comandou a nossa autocrítica a partir do 8º Congresso, sem se deixar levar pelos que defendiam a retirada do nosso nome e a mudança dos nossos símbolos. Sob seu comando, o PCdoB atuou, mantendo estratégia e rumo dentro de uma tática ampla e combativa.

Com sua voz calma, serena e firme – e ele era *mignon* –, as pessoas que não o conheciam pessoalmente, assim que tinham contato pessoal com João Amazonas, diziam: "Mas o senhor é João Amazonas"? Isso, porque ele era um homem pequeno, mas de grandes idéias, de grande força, Sr. Presidente, e de grande combatividade.

Com sua voz calma, serena e firma, destacava que o Partido deveria enraizar-se entre as massas; deveria estar inserido no curso da política e enfrentar os grandes e, principalmente, os pequenos embates políticos.

Amazonas tinha uma capacidade ímpar de analisar a realidade concreta e as ações que dela derivavam. Foi um dos pioneiros e incentivadores da candidatura de Lula em 1989, tendo-se destacado como um dos fundadores da Frente Brasil Popular.

Por uma ironia da história, ele veio a falecer alguns meses antes da histórica vitória de Lula em 2002. A vitória da aliança ampla, como ele mesmo havia defendido. Mesmo não tendo vivido para assistir ao triunfo das forças populares em 27 de outubro de 2002, sua força, sua lucidez, seu empenho estiveram sempre presentes, e ainda estão, a nos orientar, mantendo-nos na luta em defesa do Brasil e do nosso povo.

Essa é a homenagem que os comunistas podem fazer à sua memória. A luta em defesa do desenvolvimento, do crescimento, da igualdade e da justiça. João Amazonas, quero dizer que fica aqui não apenas a minha homenagem pessoal – e essa é muito grande porque tive a felicidade de, com João Amazonas, conviver momentos muito importantes e com ele aprendi muito. Porque, sendo presidente do Partido, ele, logo que conquistamos a legalidade, que começamos a eleger bancadas comunistas no Brasil, de vereadores, de deputados estaduais, João Amazonas fazia questão de acompanhar um a um desses Parlamentares, para que todos pudéssemos falar uma única voz. E sempre uma voz de unidade em defesa do progresso, em defesa do Brasil, em defesa da nossa gente.

Mas faço também essa singela homenagem a este brasileiro, um dos heróis do nosso Brasil, em nome da nossa Bancada do PCdoB aqui no Senado Federal.

João Amazonas não viu Lula se eleger Presidente da República, não viu Inácio Arruda retomar a vaga que havia sido de Prestes, e somente de Prestes, do Partido Comunista do Brasil aqui no Senado. E tampouco viu a nossa chegada como a primeira mulher senadora comunista a ingressar nesta Casa. Sei que, de onde ele estiver, está comemorando esse fato e o fato de que o Partido tem, no dia a dia, se traduzido, se desenvolvido tal qual ele imaginava.

Para a gente, Senador Paim, a luta pela igualdade é muito cara. A luta pela democracia, a luta pelo desenvolvimento social, a luta pela inclusão social, mas a luta pela igualdade – igualdade de raça, igualdade de gênero – é muito cara. E João Amazonas, foi com ele que aprendi. Inclusive, na minha primeira candidatura nem candidata eu queria ser. E, conversando com João Amazonas, aqui mesmo em Brasília, ele me dizia: "Não, minha querida, você vá porque, principalmente, o Partido precisa de militantes parlamentares e militantes mulheres".

E foi exatamente nesse tom, mostrando, Senador Paim, a importância da participação das mulheres na política, que eu me convenci de que deveria mesmo entrar e aceitar a proposta de candidatura pelo PCdoB. Isso já tem muito tempo. E ao ponto que agora chego aqui no Senado Federal. E ao ponto de dizer que a nossa Bancada, para a nossa alegria, para a alegria de João Amazonas, é aquela que proporcionalmente tem a maior presença feminina, Presidente, Senador Paim. Na Câmara dos Deputados, a nossa bancada de mulheres participa com 40% do total, que é o maior percentual, sem dúvida nenhuma, de todos os partidos e que se iguala apenas àqueles países mais desenvolvidos, que procuram praticar uma política de plena igualdade entre homens e mulheres.

Então, eu quero aqui, relembrando os 12 anos de falecimento de João Amazonas, fazer a nossa homenagem a uma pessoa que se foi como todos nós iremos, mas que deixou história e um legado muito importante, que é a organização do nosso partido, do Partido Comunista do Brasil.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin, pelo seu pronunciamento, com a clareza de sempre.

Agora, o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente Paulo Paim, quero hoje falar de algo que preocupa a todos nós, brasileiros, objeto, inclusive, da reportagem de *O Estado de S. Paulo*: "Crack, a geografia do vício". Levantamento no Estado de São Paulo revela que um terço das cidades relata ter alto índice de problema por causa da droga.

Uma reportagem de Ricardo Brandt e o fotógrafo Robson Fernandjes, diz que:

> *Passados 23 anos da primeira apreensão de crack em São Paulo, a "raspa da canela do capeta" – como era conhecida a droga quando surgiu na periferia da zona leste, nos anos 1980 – avança por todas as regiões do Estado e faz do enfrentamento ao problema um dos principais desafios para cidades pequenas e médias. Governos estadual e federal estimam entre 350 mil e 400 mil usuários no Estado. Mapeamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), atualizado em tempo real pelas prefeituras, revela que 194 cidades paulistas declararam ter alto nível de problema decorrente do consumo de crack, quase um terço dos 645 Municípios do Estado.*
>
> *Subproduto sujo e barato da cocaína, a droga que deve seu nome aos estalos que emite ao ser queimada virou praga em Municípios como Águas de Lindoia e Serra Negra (estâncias hidrominerais), Campos do Jordão (a "Suíça brasileira"), Ilhabela (reduto turístico no litoral norte) e Cananeia (patrimônio da humanidade). O crack afeta também cidades-referência, como Ibitinga (a capital do bordado), Monte Alegre do Sul (a capital do morango) e Louveira (2º maior PIB per capita do País).*
>
> *O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore Maximiano, admite que a situação é grave. "O uso do crack surgiu mais acentuadamente nas grandes cidades e, especialmente, nas metrópoles. Mas temos notado que o crack também é droga presente em pequenos e médios Municípios", afirma.*
>
> *Durante quatro meses, a reportagem do Estado constatou essa realidade ao percorrer 6,6 mil quilômetros para levantar dados, ouvir autoridades federais, estaduais e municipais, visitar clínicas, comunidades terapêuticas e pontos de consumo. No caminho, visitou 13 Municípios que denunciaram alto ou médio nível de problema com crack e conversou com usuários e parentes.*

Eu tive, Presidente Paulo Paim, também a oportunidade, nas duas últimas semanas – já o tinha feito anteriormente –, de visitar ali em São Paulo, perto da Praça Júlio Prestes, aquele lugar onde os usuários de *crack* têm-se concentrado ao longo desses últimos anos e ali visitei os responsáveis pelo Programa de Braços Abertos, da Prefeitura Municipal de São Paulo, e pelo Programa Recomeço, o programa estadual de enfrentamento do *crack*.

Eu quero dizer que é muito importante que possam os governos estaduais, municipais e o Governo Federal estarem todos cooperando nos três níveis de governo para enfrentar essa situação. Eu pude ali testemunhar que, felizmente, nesse assunto, o Governo Federal, o Ministério da Justiça, o Programa Crack, é Possível Vencer – lançado pela Presidente Dilma Rousseff –, o Programa Recomeço – programa estadual do Governador Geraldo Alckmin –, e o Programa De Braços Abertos – do Prefeito Fernando Haddad – estão funcionando em cooperação um com o outro. Eu quero agradecer as informações que o Secretário Municipal da Saúde, José de Filippi Júnior, encaminhou-me, para que eu possa reportar os avanços do Programa De Braços Abertos.

Em 14 de janeiro de 2014, foi deflagrada uma intervenção do Poder Público Municipal no Bairro da Luz, no centro de São Paulo. Mais de 300 pessoas ocupavam uma via pública na denominada "favelinha da Rua Helvétia", construída no coração da maior zona de uso de drogas do País, conhecida pelo nome de "cracolândia". A favelinha foi desmontada depois do cadastramento e de um intenso diálogo com os ocupantes. Os barracos

foram desmontados com a participação e consentimento dos mesmos. A via pública foi liberada com inclusão e não com exclusão, como tradicionalmente vinha sendo tratada essa população. Essa ação marcou na cidade um modo de enfrentar a situação-problema com autoridade e sem autoritarismos, e deu continuidade a uma metodologia de intervenção em território degradado, com homens, mulheres, jovens e crianças em situação de rua e com extensas desvantagens e vulnerabilidades crônicas.

Essa intervenção do Poder Público Municipal contou com a participação de funcionários e dirigentes da saúde, segurança urbana, assistência social, direitos humanos, trabalho, inclusive do próprio Prefeito, Fernando Haddad, além de pessoas da comunidade local e da sociedade civil. Já no ano passado, quando ainda era Ministro da Saúde, Alexandre Padilha esteve lá. Eu pessoalmente o acompanhei, no dia em que o próprio Prefeito Fernando Haddad esteve lá, junto com o Secretário, José de Filippi. E o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, também já fez visitas ali para acompanhar esse trabalho.

Quero, inclusive, ressaltar que ainda na última sexta-feira fui convidado pela TV Bandeirantes, pelo jornalista Guga, do CQC – Custe o que Custar, que tem como dirigente Marcelo Tas, eu e também o Deputado José Aníbal, para que pudéssemos visitar os esforços do Governo estadual e do Governo municipal para resolver, na medida do possível, o problema da utilização dessa droga, de forma tão intensa, por tantas pessoas.

No início da gestão municipal em 2013, em sintoma ao Programa Federal Crack, é Possível Vencer, foi criado o Grupo Executivo Municipal composto por 13 Secretarias municipais, representantes da Sociedade Civil e centros de estudos e pesquisas. Esse grupo, além de discutir e de planejar a política municipal de *crack*, álcool e outras drogas, manteve diversos encontros com movimentos, trabalhadores e outros representantes da sociedade civil.

No território em questão, atuavam médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde, que operavam de maneira descoordenada com os guardas civis metropolitanos e funcionários da assistência social. Durantes os últimos anos, esses funcionários da Estratégia de Saúde da Família enfrentavam dificuldades próprias de uma grande concentração de pessoas naquela zona de uso e diretrizes contrárias ao cuidado em saúde. Quantas vezes, durante esses últimos anos, viram seus pacientes abandonar os tratamentos de enfermidades infecciosas depois que policiais e funcionários da própria prefeitura lhes tomavam os remédios e os documentos, além das conhecidas incursões da polícia. Esses técnicos foram organizados em novos consultórios na rua e PACs de rua (equipes compostas por agentes de saúde e enfermeiros).

Em 22 de julho de 2013, foi criado um ponto de apoio na Rua Helvétia, 64, encravado na cracolândia. Um serviço de baixa exigência que os moradores da região podiam frequentar para uso do banheiro, para atividades culturais, descansar ou para se alimentar.

> *Nesse espaço, construído com os usuários, que inicialmente era uma extensão da rua, foram organizadas várias assembleias para decidir com os moradores da região o nome do local.*
> *Esse ponto de apoio intensificou e ampliou o vínculo de confiança entre os moradores da região e agentes de saúde, médicos, enfermeiros e outros técnicos dos dois consultórios na rua. Depois de muita discussão e a entrada dos técnicos da assistência social, foi realizada a operação Braços Abertos, [nome que contou inclusive com a sugestão daqueles que são usuários de crack e por eles acordado.]*
> *Ainda durante o ano de 2013, a Secretaria Municipal de Saúde optou pela integração, fortalecimento e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial com seus 80 CAPS, 31 para adultos e 25 CAPS AD (Álcool e Outras Drogas), 24 CAPS I (infanto-juvenil), 24 RT Residências Terapêuticas para pacientes cronificados em hospitais psiquiátricos, 16 UAs (Unidades de Acolhimento), que são moradias transitórias para pessoas com dependência de substâncias psicoativas que estão organizando suas vidas. O Samu, que recebeu uma capacitação para operar em caso de urgência e emergência, para atender essa população. Acontecem também capacitações para lidar com problemas de saúde mental e uso abusivo de drogas nas Unidades Básicas de Saúde e outros equipamentos distribuídos por toda a cidade.*
> *Em que consiste o programa De Braços Abertos:*
> *1 – Primeiro, moradia:*
> *Um dos conceitos inspiradores é o de Housing First. Em várias partes do mundo, foi testado e avaliado um programa que consiste na oferta de casa para pessoas que se encontram em situação de rua há muito tempo e usuários crônicos de álcool e outras drogas (algumas similares às consumidas nas nossas cidades). A experiência demonstrou que as pessoas que foram morar nessas casas, onde não se exigia abstinência, diminuíram significativamente o consumo de álcool e outras drogas, se comparadas com as que continuaram morando nas ruas.*
> *Outro resultado da pesquisa do Housing First foi a diminuição da violência, a intercorrência de chamada de ambulâncias e a desordem urbana.*

2 – Baixa exigência. Todos os programas de redução de danos se inspiraram no conceito de baixa exigência. A expressão em inglês Low Threshold Service significa, literalmente, baixo limiar de entrada e disparo. Aprendemos com a experiência brasileira dos Consultórios na Rua que o importante não é "dar sermões", o que aumenta a resistência a mudança e a fissura, mas desenvolver vínculos que gerem vontade de mudança.

O conceito de baixa exigência está intimamente associado ao Princípio de Equidade do SUS, que consiste em priorizar os mais vulneráveis.

3 – O foco não é a droga. O Programa parte do reconhecimento da extrema desvantagem e vulnerabilidade dessas pessoas, como já mostraram as experiências brasileiras da Reforma Psiquiátrica

4 – Pacote de direitos: moradia, alimentação, trabalho e renda, ofertado com um mínimo de exigências, apenas com contrato assinado por eles. A moeda de troca foi a palavra e a vontade manifesta. Foi surpreendente que na primeira semana 316 pessoas aderiram ao programa. E é mais surpreendente ainda que hoje, com 350 pessoas, após um mês de seu início, 60% dos inscritos no trabalho de varrição continuem no Programa.

Conforme há pouco falei com o Dr. José Carlos de Arruda, psiquiatra e responsável pelo programa De Braços Abertos, a Srª Zélia Maria Pagliardi, assistente social, e a Dr. Mires Cavalcanti, Coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde, há hoje 400 pessoas inscritas no programa De Braços Abertos.

5. Constituição de novos coletivos. Nas capacitações, nos grupos de trabalho e na imprensa essas pessoas tomaram a palavra e se agruparam de outro modo.

As pessoas foram desterritorializadas ao irem para os hotéis e, além da constituição de novos grupos, produziu-se uma modificação no plano dos corpos. Agora eles têm cama para dormir, chuveiro etc.

Há oito hotéis onde essas 400 pessoas estão hospedadas, na região da Luz, dos Campos Elíseos.

6. Foram criados novos coletivos operantes de trabalhadores de diferentes áreas da Prefeitura. Foi inaugurado um modo de fazer junto. Finalmente, os funcionários da Saúde, da Assistência, da Segurança Urbana, do Trabalho e dos Direitos Humanos trabalham juntos. Vários secretários municipais acompanham in loco o trabalho.

7. Feitos de contratualidade. O contrato operou como uma nova dimensão temporal, oferecendo um tempo diferente do tempo repetitivo da droga e da fissura. A perspectiva de pagamento opera como uma duração diferente ao imediatismo.

Na primeira semana foram injetados R$36 000,00 que movimentaram o comércio local. Essas *pessoas que estavam à margem da dinâmica das trocas locais – diferente a dinâmica das trocas do fluxo – passaram a fazer parte da circulação de mercadorias e de trocas afetivas com a comunidade local. Segundo uma usuária "antes não me davam um copo d'água agora me oferecem café". É de conhecimento público que eles gastaram o dinheiro com produtos de limpeza, higiene pessoal, roupas, etc.*

De diversas formas se produziu uma capacidade de poupar, de fazer projeções, gerando perspectiva de futuro.

8. A outra característica é que De Braços Abertos é pensado como um Projeto em constante transformação. Ele não é uma ação isolada. Ao contrário, além de operar integradamente, ele já esta conectado às redes de saúde e de saúde mental. CAPs, serviço de doenças infecto contagiosas, etc. Já existe um mutirão de cuidados para o tratamento de tuberculose, e outros agravos. Evidentemente, a ação fortaleceu a construção dos Projetos de Vida. Cada caso é tratado singularmente.

Daí a importância dos próximos passos, [...].

9. Uma questão complexa é a do trabalho e será conduzida segundo a experiência da economia solidária e cooperativismo social [uma característica muito importante]. *Embora, depois dessa intervenção alguns usuários saíram da região e estão trabalhado, a pretensão da entrada automática no mercado formal pode significar o fracasso do programa. As experiências citadas demonstraram que os programas Housing First eram mais eficazes quando duravam mais tempo. Uma das perspectivas é a de qualificar o trabalho, por exemplo além da limpeza, que tem atualmente um valor simbólico, embelezar a cidade com outros trabalhos etc.*

10. De Braços Abertos é um ponto de inflexão entre as várias tentativas simplistas e higienistas que tentavam com medidas simplificadas resolver problemas de alta complexidade. É importante lembrar que essas pessoas já fizeram fracassar os protocolos clínicos e pedagógicos tradicionais. A baixa exigência é combinada com uma grande disposição de parte dos trabalhadores para sustentar vínculos continuados e relações de construção de contratualidade. No interstício da práxis vai sendo construído o sujeito-cidadão. Daí a importância do lema: nunca desistir.

11. O custo per capita é de R$1.086,00 mensais, valor determinado pelo POT – um salário mínimo e meio. No caso do protejo, este valor é referente ao trabalho, moradia e alimentação. Mais barato e mais eficaz que as tradicionais clínicas e comunidades terapêuticas.
12. Todas as ações propiciam e apontam para produção da autonomia dessas pessoas.
13. Daí que, para os próximos passos, a moradia precisa evoluir para programas de aluguel social que relacionam o valor do aluguel a uma porcentagem da renda obtida e não submetida à pressão do mercado imobiliário, para dessa forma dar consistência e continuidade ao programa.
14. Desde o início, De Braços Abertos consiste também numa revitalização urbana em que os próprios usuários participam oferecendo seu trabalho. Quem for à região, [como pude ali verificar], *pode verificar a mudança. No entanto, está sendo pensada a sua continuidade com o embelezamento do local, iluminação, jardinagem, etc.* [E quem está fazendo isso são os próprios usuários contratados.]
15. As pessoas que estão morando nos hotéis da região receberam inúmeras visitas de familiares. Ainda não foi computado o número das que saíram do território para se juntar a seus familiares e continuarem suas vidas nos seus locais de origem.
A diminuição do uso não foi ainda registrada sistematicamente, porém, as equipes de consultórios na rua estão se surpreendendo com os relatos que indicam mudanças no padrão de uso. Essa diminuição é um efeito da ação. Como já foi dito, o foco não é a droga, mas as pessoas, o ser humano e a construção de sua cidadania.
A democracia, segundo a Professora Marilena Chauí, [nossa extraordinária e querida filósofa], *é a invenção constante de direitos e um dos seus maiores desafios é tratar como cidadãos aqueles que estão em maior desvantagem e construir com eles um futuro marcado pela cidadania a autonomia e liberdade.*

Eu, aqui, peço, Sr. Presidente, que sejam anexados todos os demais dados que a Secretaria da Saúde colocou a respeito de todo o total de técnicos, a estrutura do programa e todos os quadros aqui anexos.

Eu também gostaria de, neste pronunciamento, relatar o programa do Governo estadual, que funciona ali, lado a lado. São programas vizinhos ao do Governo municipal e do Governo estadual do Governador Geraldo Alckmin.

Agradeço ao Edson Ortega, quem me enviou os dados relativos ao Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack.

O Governo do Estado de São Paulo organizou, a partir de janeiro de 2013, uma rede de serviços gratuitos especializada no tratamento e prevenção do uso do crack e outras drogas. Em toda a rede estadual da saúde e da assistência social, 31.966 pessoas já receberam tratamento para dependência química até março último.
Por meio do Cratod, já foram encaminhados para tratamento 4.367 dependentes químicos, sendo que destes somente dez foram de forma compulsória. Destes dez, somente um ainda se encontra nessa modalidade de internação.
Oriundos da Cracolândia, foram encaminhados pelo Cratod para internação 1.118 dependentes químicos, todos voluntariamente. Nenhum foi de forma compulsória ou involuntária; outros 499 oriundos da Cracolândia foram encaminhados para tratamento via CAPS e atendimento na área social em parceria com a Prefeitura de São Paulo.
Essas vagas de tratamento estão distribuídas em 49 Municípios, distribuídos em 14 regiões administrativas, hoje, num total de 2.373, sendo o total de 3.000 vagas de tratamento a meta a ser alcançada até dezembro de 2014.

Ressalto aqui o levantamento do jornal *O Estado de São Paulo*, que menciona que 194 cidades paulistas declararam ter alto nível de problema do *crack* hoje.

Números:
Leitos especializados em tratamento de dependentes químicos (destinados à internação de usuários de álcool e outras drogas). Além dos leitos localizados nos hospitais gerais para atendimento da dependência química, o Programa Recomeço está organizando uma rede de atenção com vagas financiadas com recursos públicos do Estado de São Paulo. Serviço 100% gratuito. 2373 vagas de tratamento. Meta do programa: de 3000 vagas até o final de 2014, [segundo o relatório desta semana].
A média de tempo de internação é menor que três meses.
Essas vagas de tratamento estão distribuídas em 49 Municípios, distribuídos em 14 regiões administrativas e recebem encaminhamentos dos CAPS e do Cratod.
Tratamento médico: hospitais gerais e hospitais psiquiátricos, clínicas de desintoxicação têm 1.128 leitos.

Somos os únicos do Brasil a ter dois hospitais especializados em tratamento de dependentes químicos: a) Hospital de Botucatu; e b) Hospital Recomeço, na Rua Valor Investido: Helvetia com Dino Bueno:
A data de inauguração do andar térreo e do primeiro andar está prevista para dia 14 de junho próximo, valor investido de R$12 milhões, 65 leitos. Isso está logo em frente ao local onde funciona a sede do De Braços Abertos. Então, será um hospital ali do lado de onde estão os usuários do crack.
Temos dois locais especializados em pronto atendimento, leitos para observação de 24 a 48 horas, para encaminhamento de urgências: o Cratod (Urgência Recomeço, que passou por reformas) e Urgência Recomeço – Família, (Cratodinho, perto do Parque Dom Pedro), que serão inaugurados nas próximas semanas.
Temos o Disque-Recomeço (08002), Cratod (08002272863), para esclarecimento e orientação da população; reabilitação psicossocial, comunidades terapêuticas, 1.252 camas, com repúblicas, moradias assistidas e casas de passagem.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

A Secretaria de Desenvolvimento Social e a da Justiça estão analisando entidades que possam implantar unidades nas principais cidades do Estado para os casos que requererem esse apoio suplementar na reinserção das pessoas que passaram ou passam por tratamento. A parceria com os Municípios também é de fundamental importância.

Eu peço, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que possa ser inserida como parte de meu pronunciamento a continuação do relatório do Programa Recomeço. E eu aqui aproveito para cumprimentar essa cooperação que está evidente na exposição, tanto da Prefeitura quanto do Governo do Estado, para o enfrentamento deste tão sério problema que a todos preocupa. E eu gostaria também de solicitar, Sr. Presidente, que conste como parte de meu pronunciamento a continuação de toda esta reportagem do *O Estado de S. Paulo*, de Ricardo Brandt e Robson Fernandjes, que nos fala deste problema.

Mas aqui quero ressaltar que oito de cada dez usuários querem largar o vício, diz a pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Precisamos dar a ele, ao dependente, uma simulação da vida real, de ambientes que podem lembrar o vício, e mostrar que é possível se divertir sem usar droga, afirma Janice Megid, Diretora do primeiro hospital público aberto no interior, em Botucatu, para a desintoxicação.

"Curar não é impossível, mas é muito difícil. Porque o crack dá muito prazer e passa rápido. O craqueiro entra numa depressão terrível e quer mais imediatamente. (...) Nós usamos motivação", diz o padre Haroldo Rham. Em 1978, abriu em Campinas a primeira clínica para tratamento de dependentes químicos do Brasil, a Fazenda do Senhor Jesus.

E eu quero ressaltar a cooperação de inúmeras igrejas evangélicas e da própria Igreja Católica – por exemplo, a Rede Social do Centro, que tem no Pastor Daniel e outros pastores pessoas que estão contribuindo muito para também orientar os usuários do *crack* para que possam dele se libertar.

Assim também, no último domingo, no domingo retrasado, quando eu estive lá, estava presente e rezou a missa o Padre Júlio Lancelotti, que muito tem se dedicado à população de rua, inclusive aos usuários do *crack*.

Quando eu visitei ali a operação De Braços Abertos e Recomeço, eu tive da parte do Dr. José Carlos de Arruda, psiquiatra, e da assistente social Zélia Maria Pagliardi, depoimentos, por exemplo, de como muitos tinham o receio de entrar no toldo lá do De Braços Abertos, mas passaram a conversar, a frequentar, a pedir comida, banho, foi fornecida sopa, vieram tomar banho, quando se abriu ali o banheiro. Precisavam de documentos, pois alguns queriam até voltar para casa ou participar de alguma atividade de trabalho, e precisavam se apoiar numa rede social.

Daí veio a Secretaria de Direitos Humanos, o Centro de Atenção Psicossocial, o CAPS, tanto infantil como adulto, consultório médico da rua; e, a partir de 14 de janeiro, houve aquela desocupação da chamada "favelinha", o desmonte de barracas; e, hoje, 400 dos usuários de *crack* estão hospedados nos oito hotéis da região. Eles têm direito, com os recursos que recebem de R$1.086, de ali, no Bom Prato, adquirir ou obter o café da manhã a R$0,50...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... o almoço a R$1,00, o jantar a R$1,00.

Em cada equipe de saúde, há cinco pessoas. Eliane Ferraz Coca, assistente social, Odimar Edmundo dos Reis, enfermeiro, e Helena Sampaio também fazem parte do grupo coordenador, mas há mais 60 pessoas no consultório de rua do De Braços Abertos – médicos e enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos, agentes

comunitários de saúde. Existe a oportunidade de trabalho de limpeza por quatro horas por dia ou, então, na chamada Fábrica Verde, dando oportunidade para eles fazerem a jardinagem. E, cada vez mais acolhidos, alguns trabalham nas secretarias estaduais ou municipais ali perto, realizando trabalhos como de contínuo ou outros. Na parte da tarde, fazem cursos de qualificação profissional, de informática, de computador, de cabeleireiro.

É importante dizer que o Presidente da Câmara dos Lojistas do Bom Retiro, o Sr. Youssef, ofereceu vagas para trabalhar nas lojas. Informou-me a Srª Meire que já há 16 pessoas com treinamento adequado para realizar este trabalho. Há a Casa do Apoio, onde as pessoas, famílias vão cuidar das casas. Mas todos esses responsáveis... Inclusive o Dr. José Carlos de Arruda ressaltou que o importante é a paciência, porque não dá para fazer tudo da noite para o dia, há muito que ouvir. Muitos estão ali por falta de oportunidade, e é necessário saber ao que eles aspiram.

A Cracolândia existe já há 19 anos, e é importante que, hoje, não mais tenha havido confrontos, tiros e mortes.

Quero também ressaltar que conversei com o Sr. Paulo Faria, Diretor do Teatro Pessoal do Faroeste, e com a Srª Elaine Bortolanza, que é da Rede Brasileira de Prostitutas e da Daspu, que estão lá organizando, nos sábados e domingos, das 14 às 18 horas, a apresentação de grupos artísticos, de músicos e poetas, e fazem ali espécies de saraus e outros eventos.

Aliás, aos muitos que me perguntaram sobre os meus filhos, o Supla e o João Suplicy, do Brothers of Brazil, e pediram-me até que eles pudessem ir lá um dia fazer um *show* para eles, quero dizer que meus filhos, Supla e João, disseram que terão toda disposição de, voluntariamente, apresentar-se numa tarde dessas, em um dos finais de semana próximos. Da mesma forma, o Asdrúbal Serrano, dramaturgo discípulo de Augusto Boal, que, inclusive, escreveu uma peça sobre a Renda Básica de Cidadania no meio rural, em meio aos plantadores, trabalhadores dos cafezais, para mostrar como é que, no dia em que houver a Renda Básica de Cidadania, a sua condição de vida, sua dignidade e liberdade se elevarão sobremodo. Também Asdrúbal Serrano mostra, na peça A RBC na Cracolândia, a Renda Básica de Cidadania na Cracolândia, conforme ainda na última quinta-feira, dia 29, mostrou na PUC por ocasião do lançamento do livro de Josué Pereira da Silva – os jovens de Divinolândia e Caconde, juntamente com o próprio autor Josué Pereira da Silva, eu próprio, que fui convidado, e outras pessoas presentes, tornaram-se atores e atrizes, e ali foi apresentada a peça sobre como é que o dia em que houver a Renda Básica de Cidadania haverá muito maior facilidade para as pessoas se libertarem do *crack*.

Presidente Paulo Paim, eu agradeço muito a sua paciência e atenção.

Senador Anibal Diniz, eu agradeço a atenção de V. Exª, que está esperando pacientemente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Programa de Braços Abertos.

Programa de Braços Abertos

Área técnica de Saúde Mental Álcool e outras Drogas – Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Em 14 de janeiro de 2014 foi deflagrada uma intervenção do poder público municipal no Bairro da Luz do Centro de São Paulo.

Mais de 300 pessoas ocupavam uma via pública na denominada "Favelinha da Rua Helvetia" construída no coração da maior zona de uso de drogas do País conhecida pelo nome de *cracolândia*.

A "Favelinha" foi desmontada depois do cadastramento e de um intenso diálogo com os ocupantes.

Os barracos foram desmontados com a participação e consentimento dos ocupantes. A via pública foi liberada com inclusão e não com exclusão, como tradicionalmente vinha sendo tratada essa população.

Essa ação marcou na cidade um modo de enfrentar a situação problema na cidade com autoridade e sem autoritarismos e deu continuidade a uma metodologia de intervenção em território degradado com homens, mulheres, jovens e crianças em situação de rua e com extremas desvantagens e vulnerabilidades crônicas.

Essa intervenção do poder público municipal contou com a participação de funcionários e dirigentes da Saúde, Segurança Urbana, Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho, inclusive do próprio prefeito, além de pessoas da comunidade local e da sociedade civil.

Antecedentes, da implantação do Programa:

No início da gestão municipal em 2013, em sintonia ao Programa Federal *Crack é Possível Vencer* foi criado o GEM Grupo Executivo Municipal composto por 13 Secretarias municipais, representantes da Sociedade Civil e centros de estudos e pesquisas.

Esse grupo além de discutir e planejar a Política Municipal de Crack, Álcool e Outras drogas, manteve diversos encontros com movimentos, trabalhadores e outros representantes da sociedade civil.

No território em questão atuavam médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde que operavam de maneira descoordenada com os Guardas Civis Metropolitanos (GCM) e funcionários da assistência social, etc.

Durantes os últimos anos esses funcionários da Estratégia de Saúde da Família – ESF enfrentavam dificuldades próprias de uma grande concentração de pessoas naquela zona de uso e diretrizes contrárias ao cuidado em saúde. Quantas vezes durante esses últimos anos viam seus pacientes abandonar os tratamentos de enfermidades infecciosas depois que policiais e funcionários da própria prefeitura lhes tomavam os remédios e os documentos, além das conhecidas incursões da Polícia.

Esses técnicos foram organizados em novos Consultórios na Rua e PACs de rua (equipes compostas por agentes de saúde e enfermeiros).

Em 22 de julho de 2013 foi criado um **Ponto de Apóio** na Rua Helvétia, 64 encravado na *crackolândia*. Um serviço de baixa exigência onde os moradores da região podiam frequentar para uso do banheiro, para atividades culturais, descansar ou para se alimentar.

Nesse espaço, construído com os usuários, que inicialmente era uma extensão da rua, foram realizadas várias assembleias para decidir com os moradores da região o nome do local.

Esse **Ponto de Apoio** intensificou e ampliou o vínculo de confiança entre os moradores da região e agentes de saúde, médicos, enfermeiros e outros técnicos dos dois Consultórios na Rua. Depois de muita discussão e a entrada dos técnicos da assistência social foi realizada a operação braços abertos.

Ainda durante o ano de 2013, a Secretaria Municipal de Saúde optou pela integração, fortalecimento e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial com seus 80 CAPS, 31 para adultos e 25 CAPS AD (Álcool e Outras Drogas), 24 CAPS I (infanto-juvenil), 24 RT Residências Terapêuticas para pacientes cronificados em hospitais psiquiátricos, 16 UAs (Unidades de Acolhimento) que são moradias transitórias para pessoas com dependência de substâncias psicoativas que estão organizando suas vidas. O SAMU, que recebeu uma capacitação para operar em casos de urgência e emergência para atender essa população.

Acontecem também, capacitações para lidar com problemas de saúde mental e uso abusivo de drogas nas Unidades Básicas de Saúde e outros equipamentos distribuídos por toda cidade.

Em que consiste o Programa Braços Abertos:

1. **Primeiro moradia:**
Um dos conceitos inspiradores é o de *Housing First*. Em várias partes do mundo foi testado e avaliado um Programa que consiste na oferta de casa para pessoas que se encontram em situação de rua há muito tempo e usuários crônicos de álcool e outras drogas (algumas similares às consumidas nas nossas cidades).
A experiência demostrou que as pessoas que foram morar nessas casas, onde não se exigia abstinência, diminuíram significativamente o consumo de álcool e outras drogas se comparadas com as que continuaram morando nas ruas.
Outro resultado da pesquisa do *Housing First* foi a diminuição da violência, a intercorrência de chamada de ambulâncias e a desordem urbana.

2. **Baixa Exigência:**
Todos os programas de Redução de Danos se inspiraram no conceito de baixa exigência. A expressão em inglês **low threshold service** significa literalmente baixo limiar de entrada e disparo. Aprendemos com a experiência brasileira dos Consultórios na Rua que o importante não é "dar sermões", o que aumenta a resistência a mudança e a fissura, mas desenvolver vínculos que gerem vontade de mudança.
O conceito de baixa exigência está intimamente associado ao princípio de Equidade do SUS que consiste em priorizar os mais vulneráveis.

3. **O foco não é a droga:**
O Programa parte do reconhecimento da extrema desvantagem e vulnerabilidade destas pessoas, como já mostraram as experiências brasileiras da Reforma Psiquiátrica.

4. **Pacote de direitos: moradia, alimentação, trabalho e renda:** ofertado com um mínimo de exigências, apenas com contrato assinado por eles. A moeda de troca foi a palavra e a vontade manifesta. Foi surpreendente que na primeira semana 316 pessoas aderiram ao programa. E é mais surpreendente ainda que hoje, com 350 pessoas, após um mês de seu início, 60 % dos inscritos no trabalho de varrição continuem no Programa.

5. **Constituição de novos coletivos**: Nas capacitações, nos grupos de trabalho e na imprensa essas pessoas tomaram a palavra e se agruparam de outro modo.

   As pessoas foram desterritorializadas ao irem para os hotéis e além da constituição de novos grupos se produziu uma modificação no plano dos corpos. Agora eles têm cama para dormir, chuveiro, etc.

6. Foram criados novos coletivos operantes de trabalhadores de diferentes áreas da Prefeitura. Foi inaugurado um modo de fazer junto, finalmente os funcionários da Saúde, da Assistência, da Segurança Urbana, do Trabalho e dos Direitos Humanos trabalham juntos. Vários secretários municipais acompanham *in loco* o trabalho.

7. **Feitos de contratualidade.** O contrato operou como uma nova dimensão temporal, oferecendo um tempo diferente do tempo repetitivo da droga e da fissura. A perspectiva de pagamento opera como uma **duração diferente** ao imediatismo.
   Na primeira semana foram injetados R$ 36.000,00 que movimentaram o comercio local. Os seja essas pessoas que estavam à margem da dinâmica das trocas locais - diferente a dinâmica das trocas do **fluxo** – passaram a fazer parte da circulação de mercadorias e de trocas afetivas com a comunidade local. Segundo uma usuária "antes não me davam um copo d´agua agora me oferecem café". É de conhecimento público que eles gastaram o dinheiro com produtos de limpeza, higiene pessoal, roupas, etc.
   De diversas formas se produziu uma capacidade de poupar, de fazer projeções, gerando perspectiva de futuro.

8. A outra característica é que Braços Abertos é pensado como um **Projeto em constante transformação**. Ele não é uma ação isolada. Ao contrário, além de operar integradamente, ele já esta conectado às redes de saúde e de saúde mental. Caps, Serviço de Doenças infecto contagiosas, etc. Já existe um mutirão de cuidados para o tratamento de tuberculose, e outros agravos. Evidentemente, a ação fortaleceu a construção dos Projetos de Vida. Cada caso é tratado singularmente.
   Daí a importância dos próximos passos, como veremos a seguir.

9. Uma questão complexa é a do trabalho e será conduzida segundo a experiência da economia solidária e cooperativismo social. Embora, depois dessa intervenção alguns usuários saíram da região e estão trabalhado, a pretensão da entrada automática no mercado formal pode significar o fracasso do programa. As experiências citadas demostraram que os programas *Housing First* eram mais eficazes quando duravam mais tempo. Uma das perspectivas é a de qualificar o trabalho, por exemplo além da limpeza, que tem atualmente um valor simbólico, embelezar a cidade com outros trabalhos etc.

10. Braços Abertos é um ponto de inflexão entre as várias tentativas simplistas e higienistas que tentavam com medidas simplificadas resolver problemas de alta complexidade. É importante lembrar que essas pessoas já fizeram fracassar os protocolos clínicos e pedagógicos tradicionais. A baixa exigência é combinada com uma grande disposição de parte dos trabalhadores para sustentar vínculos continuados e relações de construção de contratualidade. No interstício da práxis vai sendo construído o sujeito-cidadão. Daí a importância do lema: nunca desistir.

11. O **custo** *per cápita* é de R$ 1.086,00 mensais, valor determinado pelo POT – um salário mínimo e meio. No caso do protejo, este valor é referente ao trabalho, moradia e

alimentação. Mais barato e mais eficaz que as tradicionais clínicas e comunidades terapêuticas.

12. Todas as ações propiciam e apontam para **produção da autonomia** dessas pessoas.

13. Daí que para os próximos passos a moradia precisa evoluir para programas de **aluguel social** que relacionam o valor do aluguel a uma porcentagem da renda obtida e não submetida à pressão do mercado imobiliário, para dessa forma dar consistência e continuidade ao programa.

14. Desde o início Braços Abertos consiste também numa **Revitalização Urbana** em que os próprios usuários participam oferecendo seu trabalho. Quem for à região pode verificar a mudança. No entanto está sendo pensada a sua continuidade com o embelezamento do local, iluminação, jardinagem, etc.

15. As pessoas que estão morando nos hotéis da região receberam inúmeras visitas de familiares. Ainda não foi computado o número das que saíram do território para se juntar a seus familiares e continuarem suas vidas nos seus locais de origem.

A diminuição do uso não foi ainda registrada sistematicamente, porém as equipes de Consultórios na Rua estão se surpreendendo com os relatos que indicam mudanças no padrão de uso. Essa diminuição é um efeito da Ação. Como já foi dito o foco não é a droga, mas as pessoas e a construção de sua cidadania.

A democracia, segundo Marilena Chauí é a invenção constante de direitos e um dos seus maiores desafios é tratar como cidadãos aqueles que estão em maior desvantagem e construir com eles um futuro marcado pela cidadania, a autonomia e a liberdade.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SAÚDE

Secretaria da Saúde

Ponto de apoio a Equipe de Consultório na Rua: Rua Helvétia, nº 64

7 servidores públicos:	
3	Assistentes sociais
1	Psiquiatra
1	Enfermeiro
1	Ginecologista
1	Médica 20 horas semanais
Total	7 técnicos

2 Equipes de Consultório na Rua	
8	Nível Universitário
18	Nível médio - Agente Comunitário
Total	26 técnicos

2 Equipes de CAPS na Rua	
2	CAPS AD Sé
2	CAPS Infantil Sé
2	CAPS Adulto Sé
2	CAPS AD Prates
Total	8 Técnicos

3 PACs- Programa Agente Comunitário de Saúde	
3	Nível Universitário - Enfermeiro
30	Agentes nível fundamental e médio
Total	33 técnicos

2 carros de apoio	
2	Motoristas

Ação de articulação com o SAE (Serviço de atenção Especializada DST/AIDS
Campos Elísios: Alameda Cleveland, 374

Suporte Ambulatorial	
2	Consultório médico
1	Sala de vacina
1	Sala de curativo
1	Sala dentária
1	Sala de emergência

Teste rápido DST/AIDS no De Braços Abertos	
2	Aconselhadores - nível superior
15	Redutores de danos
1	Coordenadora da equipe de Redutores de danos
1	Testador- auxiliar de enfermagem
7	Agentes de prevenção - Redutos de danos
Total	26 técnicos

Total de 102 Técnicos

Estrutura do Programa

Proposta do Projeto	Atualmente
Vagas de hotel para 400 beneficiados	400 beneficiados no momento

Modelo do POT - Programa Operação Trabalho	
Proposta do Projeto	Avaliação depois de 15 dias
04h diárias de trabalho (manhã)	03h diárias de trabalho (8h às 11h)
02h de Capacitação (tarde)	1h30 de capacitação (11h às 12h30)

	Capacitação
1° momento da Capacitação	2° momento da Capacitação
Direitos e cidadania	Curso de profissionalização progressiva

400 beneficiários divididos em 20 grupos	
Cada grupo de 20 beneficiados	Acompanhamento: 1 Técnico do Trabalho 1 Técnico da Saúde 1 Técnico da SMADS

Processo de trabalho:	
Técnico	Função
Técnico do Trabalho	• 08h no de Ponto de apoio de Braços Abertos: identificar e verificar a presença do seu grupo dos 20 beneficiários • Acompanhar o grupo de 20 beneficiários no processo de trabalho • Acompanhar o grupo de 20 beneficiários na capacitação
Técnicos da Saúde e da SMADS	• 08h no Ponto de apoio de Braços Abertos: identificar e verificar a presença do seu grupo dos 20 beneficiários • Fazer a busca ativa dos que faltaram, nas ruas, nos hotéis, etc. Por que faltou, teve alguma dificuldade para ir trabalhar? Teve algum problema de saúde, qual o problema? Etc. • Retornar ao ponto de apoio de Braços Abertos as 11h30, fazer o relatório

	diário de todos os participantes (cada participante deverá ter o seu relatório).
Técnicos noturnos (responsabilidade Secretaria de trabalho – 19h às 07h)	• Administrar conflitos • Confirmar presença • Livro de intercorrências • Definir saída para Café da Manhã

Proposta para atuação no fluxo	
Viatura com equipe de Consultório na Rua das 08h às 10h30	**Objetivo**: afirmar que o uso abusivo de substâncias é um problema de saúde e social. Atrair as pessoas para uma relação de confiança e vínculo para tratamento.

[1] Extraido do artigo intitulado: "To House or Not to House: The effects of Providing Housing to Homless substance Abusers in Treatment". Jesse B. Milby PhD et al. In *American Journal of Public Health*, July 2005, Vol 95 Nº 7, pag 1259 a 1265.
E "Housing First, Consumer Choice, and Harm Reduction for Homless Individuals With a Dual Diagnosis ", Sam Tsemberis, PhD et al. In American Journal of Public Health, April 2004, vol 94, Nº 4, pag 651 a 656.

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Dados do Programa até 19/05/14:

SAÚDE

Inscritos no Programa	399
Em curso profissionalizante na Empresa Cyrella	09
Projeto de Economia Solidária – Fábrica Verde	43
Trabalham em secretarias municipais	17
Trabalhando na Assoc. Comercial Santa Efigênia	17

Tipologia de Atendimentos	14 a 31/01	01/02 a 28/02	01/03 a 31/03	01/04 a 30/04	01/05 a 19/05	Total
Atendimento médico dos usuários do Programa " De Braços Abertos"	221	331	335	130	81	1.098
Equipe multiprofissional	186	231	465	454	33	1.369
Encaminhamento da equipe de Agentes Comunitários do Programa " De Braços Abertos" para Consultório na Rua	160	217	123	57	16	573
CAPS AD III PRATES	3	12	17	8	11	51
SAMU	1	2	3	5	5	16
PS BARRA FUNDA	45	38	37	21	7	148
AMA PRATES	75	89	67	20	7	258
AMA SE	1	0	0	2	2	5
CAPS AD SÉ	5	14	11	0	3	33
CAPS INFANTIL SÉ	2	3	3	1	1	10
CAPS II ADULTO SE	2	3	6	2	2	15
SANTA CASA SÃO PAULO	2	7	15	1	12	37
Ambulatório Especializado	33	87	36	28	47	231
Hospital Emílio Ribas	2	2	3	3	1	11
Clemente Ferreira	1	1	1	2	2	7
Grupo de passeios nos parques	4	4	4	4	2	18
Abordagem realizadas nos hoteis pelos os agentes comunitários de de saúde	465	1011	1811	1712	1322	6.321
Abordagem reafizadas no Espaço "De Braços Abertos" pelos agentes de saúde	462	695	365	46	28	1.596
Abordagem realizada na "Cena de Uso"/território pelos agentes comunitários de saúde	940	1369	1980	3002	1781	9.072
Odontologia: tratamento			36	39	12	87
Odontologia: ações coletivas em grupo			50	21	23	94
Total	**2.610**	**4.116**	**5.368**	**5.558**	**3.398**	**21.050**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Suplicy, pelo pronunciamento claro e transparente sobre essa caminhada para a recuperação dos nossos jovens e para fortalecer a renda mínima.

V. Exª fez um belo pronunciamento, meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Requeiro que sejam transcritos os textos que mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem.

V. Exª será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente despachado:

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 597, DE 2014

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Iracema Pinheiro da Costa, bem como seja encaminhado o referido voto ao seu Esposo, Senhor Pedro Miguel da Costa, no seguinte endereço: Rua Jonas Barreto, nº 26, São Lázaro CEP: 69073-570 , Manaus-AM.

Justificação

Há horas em nossa vida que somos tomados por uma enorme sensação de inutilidade, de vazio. Questionamos o porquê de nossa existência e nada parece fazer sentido. Concentramos nossa atenção no lado mais cruel da vida, aquele que é implacável e a todos afeta indistintamente: as perdas daqueles que amamos. E, no dia 31 de abril de 2014, perdemos a nossa amiga Dona Iracema, mãe de nove filhos, sendo um deles a minha amiga querida e militante do PCdoB: Mariete Pinheiro da Costa.

Dona Iracema nasceu em Itacoatiara em 16 de Junho de 1927. Casada com Pedro Miguel da Costa. Moraram no Lago do Iranduba até 1967 quando resolveram tentar a vida em Manaus, o ultimo nasceu em Manaus. Dona Iracema e Sr. Pedro foram os primeiros moradores do Bairro de São Lázaro. Dona de casa ajudou a criar os filhos com muita dignidade. Nunca teve medo de buscar meios para o sustento de sua família, mesmo quando era preciso comprar fiado nas tabernas do bairro, naqueles tempos difíceis. Mulher do povo que soube criar seus filhos com ética e honestidade, mesmo sendo analfabeta. Dona Iracema era o orgulho de seu marido, filhos, netos, amigos e vizinhos.

A maior riqueza é aquela que não pode ser retirada daquele que a possui, assim é com a ética, a honestidade, a força em seguir à frente independente dos obstáculos que surgem, a solidariedade ao dividir o pouco com muitos. Assim era Dona Iracema.

Lamento profundamente essa perda. Expresso meus sentimentos aos familiares, amigos e aos colegas da dona Iracema. Infelizmente nem tudo acontece como imaginamos, mas Deus sabe o que faz. Meus sinceros pêsames e peço que Deus conforte você e seus familiares nesse momento tão difícil

Sala das Sessões, em 01 de junho de 2014 – Senadora **Vanessa Grazziotin** - PCdoB/Amazonas

À publicação

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Chamamos, neste momento, a usar da palavra, conforme já anunciou o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Anibal Diniz, Senador do PT do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, ocupo inicialmente a tribuna para informar que, no último sábado, dia 31 de maio, o Governador Tião Viana e o Prefeito Marcos Alexandre deram início, em Rio Branco, ao PAC da Mobilidade, em Rio Branco. É um programa, um projeto financiado pelo Governo Federal, que tem como protagonista o Prefeito de Rio Branco, o Prefeito Marcos Alexandre, e o apoio direto do Governo do Estado, por intermédio do Governador Tião Viana.

O Prefeito Marcos Alexandre e o Governador Tião Viana dão início às obras de duplicação de sete ruas e avenidas na capital do Acre. Esse ato aconteceu no último sábado, 31 de maio, e faz parte do PAC 2, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC da Mobilidade, que foi lançado pela Presidenta Dilma para

todo o Brasil e para as cidades de porte médio, perfil no qual se enquadra a nossa capital do Acre, a cidade de Rio Branco.

Os investimentos para a duplicação, alargamento e urbanização de vias públicas ultrapassam R$60 milhões, recursos do Governo Federal com contrapartida do Município, que vão melhorar a mobilidade urbana de Rio Branco.

A mobilidade urbana é um desafio para as médias e grandes cidades do Brasil e do mundo. Os investimentos em infraestrutura são fundamentais para melhorar a fluidez do trânsito e também a fluidez do transporte público, e a mobilidade urbana é um problema que afeta a maior parte da população que depende de transporte público. Por isso, a preocupação com o alargamento, duplicação e melhoramento das vias, principalmente as que dão acesso ao centro e aos principais bairros da cidade de Rio Branco.

Em 2005, a cidade de Rio Branco tinha em torno de 56 mil veículos. Agora já são mais de 140 mil veículos, quantidade superior ao número de imóveis da capital, que é de pouco mais de 100 mil imóveis.

As ruas e as avenidas que serão duplicadas ou alargadas e também urbanizadas pela Prefeitura de Rio Branco são a Getúlio Vargas, a Campo Grande, a Rua São Salvador, a Estrada da Floresta, a Estrada das Placas, a Estrada Apolônio Sales, a Rua João XXIII e a Estrada da Sobral, com obras acontecendo simultaneamente na cidade.

O Prefeito Marcus Alexandre fez questão de dizer, durante a assinatura da ordem de serviço, que se trata da sequência de um trabalho que vem desde a gestão do ex-Prefeito Raimundo Angelim, que foi considerado à época um dos melhores do Brasil, juntamente com o Prefeito de Campo Grande. Esse PAC da Mobilidade Urbana de Rio Branco faz parte de um trabalho que vem desde a gestão do ex-Prefeito Raimundo Angelim, com apoio do Governador Tião Viana, ainda em 2013, quando ele criou as condições para o projeto de duplicação dessas vias, ruas e avenidas, para que a cidade de Rio Branco sofresse essas melhorias.

Vale ressaltar também que toda gestão dos governos da Frente Popular tem tido uma atenção muito especial para com a cidade de Rio Branco. Quando Jorge Viana era Governador, ele construiu o Parque da Maternidade, ampliou a Rua Antônio da Rocha Viana, fez a estrada do aeroporto duplicada, construiu a Via Chico Mendes, construiu a Terceira Ponte, construiu a Via Verde, fez uma série de investimentos, de tal maneira que houve um importante impacto de melhoria para a cidade de Rio Branco.

Quando veio o Governador Binho Marques, ele deu continuidade a essas ações. Ele construiu a Avenida Amadeo Barbosa, fez a Quarta Ponte no centro de Rio Branco, fazendo a ligação do Primeiro com o Segundo Distrito, facilitando o acesso no rumo da Corrente, no rumo da Arena da Floresta, e fez a duplicação da maior parte da Avenida Ceará, de tal maneira que deu também uma grande contribuição para melhoria do trânsito, do tráfego na cidade de Rio Branco.

Agora a dupla Marcus Alexandre e o Governador Tião Viana dá um novo passo, um passo importante, com esse PAC da Mobilidade, que vai atingir sete importantes ruas da cidade de Rio Branco e, dessa maneira, vai contribuir para maior fluidez no trânsito e facilitar o transporte coletivo, porque essas vias vão ficar alargadas, com melhor condição para a trafegabilidade.

Por isso vai o nosso cumprimento especial ao Prefeito Marcus Alexandre, ao Governador Tião Viana, pela dedicação que eles estão tendo, no sentido de buscar soluções para a melhoria da nossa cidade de Rio Branco.

E quero fazer esse registro aqui, porque sei que eles vivem momentos de dificuldade. Rio Branco passou grandes dificuldades neste ano, início de ano, com alagação. Depois teve uma outra dificuldade por conta da interrupção da BR-364, que deixou, durante 60 dias, a cidade de Rio Branco com muitas dificuldades. E o Governador Tião Viana teve uma intervenção muito forte, no sentido de permitir que o mínimo necessário, que aquilo que era indispensável, aqueles bens de consumo mais indispensáveis não faltassem na cidade. Houve toda uma mobilização nesse sentido, mas devo reconhecer que, na última vez em que fui a Rio Branco com o Ministro das Cidades e o Ministro da Integração Nacional, nós fizemos juntos, participamos do ato de entrega das primeiras 392 casas do Cidade do Povo. E agora, no último sábado, o Governador Tião Viana e o Prefeito Marcus Alexandre anunciaram essa importante intervenção, no sentido de contribuir para melhorar ainda mais a cidade de Rio Branco.

Veja que eu estou, ao mesmo tempo, falando das dificuldades que enfrentamos no início do ano, mas tão logo o verão está começando, porque estamos exatamente no início do verão, esses primeiros dias de junho, já temos uma presença da Prefeitura, uma presença do Governo do Estado no sentido de resolver os principais problemas da cidade.

Então fica o nosso cumprimento especial ao Governador Tião Viana, ao Prefeito Marcus Alexandre e à população de Rio Branco, que vai, com certeza, beneficiar-se desse grande investimento que o Governo do Estado, juntamente com a Prefeitura, com recursos do Governo Federal, através da solidariedade plena da nossa Presidenta Dilma Rousseff, vai fazer, essa intervenção em sete ruas que vão melhorar vários bairros de Rio Branco e, certamente, vai contribuir para melhorar a fluidez do trânsito na nossa capital.

Senador Paulo Paim, Senadores aqui presentes, eu gostaria de, também aproveitando este momento, dizer que, há pouco, concedi uma entrevista à TV Senado, que estava abordando vários Senadores da Repúbli-

ca sobre a sua expectativa em relação à Copa, o que os Senadores estão pensando. E eu, como sempre muito otimista, manifestei o meu otimismo em relação à Copa aqui no Brasil.

Acho que os torcedores, de um modo geral, gostam da ideia de a Copa estar sendo realizada no Brasil. Quem gosta de futebol certamente vai se felicitar com esse evento. O fato de a Copa do Mundo estar sendo realizada no Brasil gera tamanho impacto que até o futebol se paralisou ontem – foi a última rodada antes da Copa –, numa prova de que tudo se paralisa no que diz respeito ao futebol, para aguardar, com grande expectativa e ansiedade, o início da Copa do Mundo, que vai acontecer no dia 12 de junho.

Amanhã mesmo, a seleção brasileira faz um amistoso contra o Panamá aqui próximo, na cidade de Goiânia. E ontem eu já ouvia notícias de que, dos 40 mil ingressos colocados à venda, Senador Paim, no domingo já haviam sido vendidos 20 mil, ou seja, há uma grande expectativa para um jogo-treino da seleção brasileira, quanto mais para os jogos oficiais que vão acontecer.

Então, eu falava dessas expectativas todas e, claro, fui questionado sobre todos os aspectos: em relação, por exemplo, às despesas feitas, aos questionamentos, aos protestos. E o que posso dizer é que as pessoas têm todo o direito do mundo de fazer os seus protestos, que são legítimos, as reivindicações, que são legítimas, mas também é legítimo o direito de quem comprou um ingresso para assistir a um jogo da Copa ter a liberdade de poder chegar em paz, tomar o seu assento e assistir aos jogos exatamente como está previsto no seu contrato: comprou ingresso para ver os jogos.

E nós, que somos os anfitriões desta Copa do Mundo, temos a responsabilidade de bem receber a todos que nos visitarem, porque a Copa do Mundo é um evento promovido pelo Brasil, pela Confederação Brasileira de Futebol. O Governo brasileiro está envolvido, assim como os governos estaduais onde os jogos acontecem e há certamente o esforço de todos para fazer uma boa recepção, porque, certamente, com o Brasil sendo mostrado durante os 30 dias dos jogos da Copa de maneira farta em praticamente todos os países do Planeta, nós temos total convicção de que isso vai contribuir para uma grande visibilidade, uma visibilidade positiva do nosso País.

A partir daí, Senador Paim, eu não tenho dúvida de que o turismo nacional, que é pouco explorado, apesar do grande potencial turístico que o Brasil tem... O Brasil não é um grande destino turístico do ponto de vista numérico. Há outros países bem menores que o Brasil que têm indicadores do turismo infinitamente maiores que os nossos. Acredito que, certamente, com a realização da Copa, com a visibilidade que o Brasil vai ganhar nesse período da Copa, vamos ter um grande salto de visitantes. E o que podemos oferecer de melhor para os nossos visitantes? O nosso sorriso, a nossa boa acolhida, a nossa boa culinária, a nossa boa música, os nossos eventos culturais.

A Fan Fest certamente vai ser uma das maiores festas do mundo, porque aqui, quando há Copa, mesmo que ela não seja no Brasil, a cada jogo há um carnaval. Então certamente vai haver muita festa na rua, vai ser certamente um evento muito divertido.

E, no que diz respeito às despesas, que são tão questionadas em relação aos custos, o que podemos dizer é que todo evento, seja um festival de roque, seja um evento de futebol ou uma conferência do clima, como foi a Rio+20, que aconteceu no ano passado, tem custo, e não há como fugir dessa realidade. Agora, se há despesas que precisam ser mais bem justificadas, os órgãos de controle estão aí para fazer as suas cobranças. O fundamental é que nós temos que estar cientes de que a Copa do Mundo acontecendo no Brasil neste ano de 2014, 64 anos depois de ter acontecido pela primeira vez no País, é algo que vai marcar certamente esta geração.

A respeito desse assunto, Senador Paulo Paim, devo dizer que o ex-Presidente Lula deu uma entrevista, uma longa entrevista, à revista *CartaCapital* e falou sobre os mais diversos assuntos no último final de semana. Entre os assuntos abordados está, logicamente, a Copa do Mundo.

Foi perguntado se o ex-Presidente Lula enxerga alguma relação entre Copa do Mundo e eleição, se ele vê alguma forma de a Copa do Mundo influenciar o resultado das eleições. E ele responde de maneira muito interessante, vale a pena.

Eu peço, inclusive, Senador Paim, que depois... A entrevista é muito longa, não dá para ler integralmente, mas alguns trechos eu quero puxar aqui. Peço a gentileza de que fique nos *Anais do Senado* o registro dessa entrevista, uma entrevista muito inteligente, muito leve do ex-Presidente Lula.

Então ele responde sobre a Copa e a eleição nos seguintes termos:

> *Eu acho difícil imaginar que a Copa do Mundo possa ter qualquer efeito sobre a preferência por este ou aquele candidato. Por outro lado, se o Brasil perder, acho que teremos um desastre similar àquele de 1950. Temo uma frustração tremenda, e a gente não sabe com que resultado psicológico para o povo. Em 50, jogaram o fracasso nas costas do pobre do goleiro Barbosa. O Barbosa carregou por 50 anos a responsabilidade e morreu muito pobre, com a fama de ter sido quem derrotou o Brasil. É uma vergonha jogar a culpa num jogador apenas. Se o Brasil ganha, a campanha passa a debater o futuro do País e o futebol vai ficar para os especialistas como eu.*

Diz o Lula numa demonstração do seu bom humor. Aí, ele continua:

> *Eu acho que [as manifestações de rua, falando sobre as manifestações] isso é saudável, o povo elevou seu padrão reivindicatório. E é plenamente aceitável dentro do processo de consolidação democrático que vive o Brasil. Eu acho que, ao realizar a Copa, o governo assumiu o compromisso de garantir o bem-estar e a segurança dos brasileiros e dos torcedores estrangeiros. Quem quiser fazer passeata que faça, quem quiser levantar faixa que levante, mas é importante saber que, assim como alguém tem o direito de protestar, o cidadão que comprou o ingresso e quer ir ver a Copa também tem o direito de assistir aos jogos em perfeita paz.*

Ele, em outro momento, diz se vale a pena realizar a Copa no Brasil. E ele tem uma opinião que eu praticamente já expressei aqui no plenário. Acho que a realização da Copa do Mundo aqui no Brasil é algo positivo, sim, para o Brasil. Apesar de todos os percalços, apesar de todas as críticas, apesar de todos os questionamentos, a realização da Copa do Mundo no Brasil é algo bom, sim. É bom para o futebol, é bom para as pessoas, é bom para a autoestima do povo brasileiro e não vejo por que pensar diferente.

E o que o Lula diz a esse respeito? Ele diz:

> *Discordo daqueles que defendem a Copa no Brasil dizendo que vão entrar R$30 bilhões ou que geraremos novos empregos. O problema não é econômico. A Copa do Mundo vai nos permitir, no maior evento de futebol do mundo, mostrar a cara do Brasil do jeito que ele é. O encontro de civilizações, o resultado dessa miscigenação extraordinária entre europeus, negros e índios que criou o povo brasileiro. Qual é o maior patrimônio que temos para mostrar? A nossa gente.*

E realmente. Se, porventura, uma obra não for concluída, se um aeroporto ficar com uma fase ainda para ser entregue daqui mais uns dias ou se uma obra de mobilidade urbana não foi concluída não há problema, porque o legado vai continuar, a Copa vai passar e essas obras vão ser concluídas e vão ser para o bem do povo brasileiro.

Agora, o que é que nós temos de bom para mostrar a todos que nos visitarem durante a Copa? O nosso sorriso, a nossa boa receptividade, a característica essencial do povo brasileiro que é um povo hospitaleiro.

E ele pergunta novamente, o pessoal da revista *Carta Capital*:

> *Em que medida essas manifestações nascem do fato de que houve uma ascensão econômica? Aqueles que melhoraram de vida reivindicam mais saúde, mais educação.*

E o Lula responde:

> *Eu acho que não há apenas uma explicação para o que está acontecendo* [no Brasil]. *Precisamos aprender a falar com o povo para que entenda o momento histórico. O jovem hoje com 18 anos* [– o Lula disse – o jovem hoje com 18 anos*] tinha 6 anos quando ganhei a primeira eleição,* [e tinha] *14 anos quando eu deixei [...]* [a Presidência] *da República.*

É algo absolutamente diferente.

> *A tentativa midiática é mostrar tudo pelo lado negativo. Agora, se nós tivermos a capacidade de dizer que certamente o pai dele viveu num mundo pior do que o dele, e se começarmos a mostrar como a mudança se deu, tenho certeza de que ele vai compreender que ainda falta muito, mas que em 12 anos passos* [importantes] *foram dados* [no Brasil].

É isso, o Lula mostra claramente que um jovem que tem hoje 18 anos quando o Lula entrou no Palácio do Planalto pela primeira vez, no seu primeiro dia de governo ele tinha quatro anos. Uma criança de quatro anos quando o Lula saiu ele estava com 12 anos. E hoje esse garoto está com 16, 18 anos. Quer dizer, se não houver permanentemente alguém contando a história para esse jovem, ele não vai entender o que está acontecendo no Brasil. E o Lula mostra o caminho. O caminho é mostrar que o mundo, o Brasil de 12 anos atrás era bem mais complicado para os pais desse garoto do que o Brasil que nós temos agora.

E ele continua com uma série de observações aqui importantes em relação ao que o Brasil era e o que o Brasil é. Ele disse assim:

> *[...] em 100 anos, o Brasil conseguiu chegar a 3 milhões de estudantes em universidades.*

Essa informação é muito importante porque ele faz um relato do que é o Brasil no que diz respeito ao investimento em educação. O Brasil, nos países vizinhos, foi o último a ter uma universidade, Senador Inácio Arruda. Olha só que dado interessante.

Olha só que dado interessante:

Eu, de vez em quando, gosto de falar de problema histórico para a gente entender o que de fato aconteceu neste país. Já disse e repito: Cristóvão Colombo chegou em Santo Domingo em 149, e em 1507 ali surgia a primeira faculdade.

Ele chegou em 1492, e em 1507, 60 anos depois, ali surgia a primeira faculdade.

No Peru, em 1550, na Bolívia, em 1624. O Brasil ganhou a primeira faculdade com Dom João VI, mas a primeira universidade somente em 1930. Então, você compreende o nosso atraso. Qual é nosso orgulho? Primeiro, em 100 anos, o Brasil conseguiu chegar a 3 milhões de estudantes em universidades. Nós, em 12 anos, vamos chegar a 7,5 milhões de estudantes, ou seja, em 12 anos nós colocamos mais jovens na universidade do que foi conseguido em um século.
Escolas técnicas. De 1909 até 2002, foram inauguradas 140 [escolas técnicas]. *Em 12 anos, nós inauguramos 365* [escolas técnicas]. O*u seja, duas vezes e meia o número alcançado em um século. E daí você consegue imaginar o que significa o Reuni, ao elevar o número de alunos por sala de aula, de 12 para 18, ou o que significa o Ciência sem Fronteiras, o Fies: 18 universidades federais novas.*
[...]
Nós triplicamos o orçamento da União para a educação. É pouco? É tão pouco que a Presidenta Dilma já aprovou a lei permitindo 75% dos royalties para a educação. É tão pouco que a Presidenta Dilma criou o Ciência sem Fronteiras para levar 65 mil jovens a estudar no exterior. É tão pouco que ela criou o Pronatec, que já tem 6 milhões de jovens se preparando para exercer uma profissão. Isso tudo estimula essa juventude a querer mais. Tem que querer mais. Quanto mais ela reivindicar, mais a gente se sente na obrigação de fazer. [...] Quanto mais o povo for exigente e reivindicar, forçará o Governo a fazer mais. Eu sempre fui contra a teoria de que é melhor pingar do que secar. Para mim, quanto mais o povo for exigente e reivindicar forçará o governo a fazer mais.
O que é ruim? A hipocrisia. Nós temos um setor médio da sociedade, que ficou esmagado entre as conquistas sociais da parte mais pobre da população...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) –

... e os ricos que ganharam dinheiro também. A classe média, em vários setores, proporcionalmente ganhou menos. Toda vez que um pobre ascende um degrau, quem está dez degraus acima acha que perdeu algumas coisas. A Marilena Chauí tem uma tese que eu acho correta: um setor da classe média brasileira que às vezes também é progressista, do ponto de vista social, mas não aprendeu a socializar os espaços públicos e então fica incomodado.

Realmente, Senador Arruda, podemos refletir sobre isso nos aeroportos. Os aeroportos estão superlotados de pessoas que antes não viajavam e agora estão podendo viajar de um lugar para outro no Brasil, estão podendo pegar férias no Nordeste, lá no bom Ceará, tomar aquela cervejinha na beira da praia, que antes não podiam.

Senador Paim, eu preciso de mais três minutinhos para concluir, se V. Exª puder me concedê-los.

Nós tínhamos 36 milhões de brasileiros viajando em um passado recente. Agora, esse número foi para 112 milhões. E esses avanços todos são muito interessantes para serem refletidos. O Presidente Lula é da tese de que quem resolveu isso, Senador Arruda, não foi a macroeconomia, mas sim a microeconomia. Ele diz o seguinte:

A macroeconomia só deu certo por causa da microeconomia. O que foi a microeconomia? [E o Presidente Lula diz, de maneira divertida, que foi] *a minha macroeconomia* [ou seja, a macroeconomia que ele concebeu]. *A macroeconomia* [ele diz aqui] *foi o aumento do salário mínimo, foi a compra de alimentos, a agricultura familiar, foi o financiamento, foi o crédito consignado, foi o Bolsa Família. Foi essa microeconomia que deu sustentabilidade à macroeconomia* [e, na realidade, conseguiu fazer com que o Brasil atravessasse o momento de crise que abalou tantos países da Europa, os próprios Estados Unidos].

O Brasil conseguiu superar essa situação, por quê? Porque a microeconomia se sobrepôs à macroeconomia, porque estava disseminada e chegando a todos os rincões.

O que o Governo tem de garantir é aumento da poupança interna, mais investimento do Estado, mais junção entre empresas privadas e públicas, mais capital externo para investir no setor produtivo. Para tanto, é indispensável dar continuidade à ascensão dos mais pobres, porque é isso que também vai garantir a ascensão do Brasil no mundo desenvolvido, com alto padrão de qualidade de vida, renda per

capita muito maior. O Brasil não pode parar agora. Está tudo mais difícil, mas temos agora o que a gente não tinha há cinco anos. Vamos contar com o pré-sal, daqui a pouco [e vamos crescer muito mais].

O Presidente Lula segue falando de agronegócio, segue falando de uma série de outras questões e, por fim, dá algumas opiniões sobre essa questão das eleições. Ele faz uma referência muito simpática, muito solidária, aos candidatos, mostrando as características de cada um, mostrando que a história do "Volta Lula" nunca existiu e mostra isso de maneira muito clara.

O "Volta Lula" começou já na época que eu era Presidente, quando pediam o terceiro mandato. Eu, graças a Deus, aprendi a ter responsabilidade muito cedo. E aprendi que, ao aceitar o terceiro mandato, por me achar insubstituível, poderia permitir que outros também achassem, com a possibilidade de alguém, algum dia, tentar o quarto. Não é prudente brincar com democracia.

Essa foi uma das boas lições do Presidente Lula nessa entrevista: "Não é prudente brincar com a democracia".

Cumpri meus dois mandatos, saí cercado pelo carinho do povo. Se, em algum momento, tiver de voltar, posso daqui a quatro anos. Mas não é a minha prioridade. Estarei então com 72 e acho que tem de ser gente mais jovem, com mais vigor físico e capacidade de administração.

Ele diz:

[...] minha relação com a [Presidenta] *Dilma é muito forte, e de muito respeito e admiração pelo caráter dela. Bem formada ideologicamente e muito leal. Nunca iria disputar sua candidatura.*

É bonito ouvir isso de um líder como o Presidente Lula, uma pessoa que está nos braços do povo, que tem o respeito brasileiro, mas que está aqui para dizer que em nenhum momento se colocou em posição de disputar com a Presidenta Dilma porque tem total respeito pela Presidente Dilma e porque considera a Presidenta Dilma uma pessoa leal...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... competente e ideologicamente comprometida com os mais pobres. Portanto, temos aí a nossa candidata, Presidenta Dilma, com total e irrestrito apoio do Presidente Lula.

Daí ele fala um pouquinho dos adversários. Sobre Eduardo Campos ele diz:

Conheço o Eduardo Campos, é meu amigo, gosto dele profundamente. Conheço o Aécio, ele não tem a mesma firmeza ideológica do Eduardo, tem outro compromisso, é um representante mais afinado com a elite. Mas a Dilma é a mais preparada [do que os dois].

É muito bom ouvir isso do Presidente Lula. Daí ele fala também sobre a Marina. Ele diz:

Eu gosto muito da Marina, como figura humana. Foi minha companheira no PT por 30 anos, tenho por ela um carinho muito grande, mas acho que, de vez em quando, comete equívocos na análise política dela, meio messiânica.

Diz também que esperava que ela fosse candidata a Presidente e não candidata a Vice.

Pergunta, também, a revista *Carta Capital*: "Dilma ganha no primeiro turno?" Ele responde com mais uma sabedoria das grandes. Diz assim:

A ganhar no primeiro turno por 51% a 49% prefiro ganhar no segundo turno, com 65% a 35%. Reeleição é sempre muito difícil, mas no segundo turno você pode consolidar um processo de alianças com a coalizão e você é eleito com mais desenvoltura, e também permite fazer um debate mais profundo. No primeiro turno todo mundo fala a mesma coisa, promete tudo para o povo. Eu acho que a Dilma está tranquila. Se em 2002 a esperança venceu o medo, acho que agora a esperança e a certeza do que pode ser feito pode vencer o ódio.

E é assim essa entrevista imperdível com o Presidente Lula.

Para não tomar mais tempo dos meus colegas que estão na lista para falar, eu paro por aqui. Mas peço, Senador Paim, que essa entrevista seja registrada, porque é verdadeiramente uma aula de política e de Brasil, de alguém que conhece o Brasil com mais profundidade do que qualquer outro brasileiro, porque andou pelo Brasil inteiro, fez suas caravanas da cidadania, aprofundou seu conhecimento de Brasil nas três eleições em que foi derrotado, mas nunca baixou a cabeça. Estava sempre de cabeça erguida. Estava sempre disposto a colocar o seu nome à disposição. Ele era a nossa única esperança de um dia conquistarmos a Presidência do Brasil, e assim aconteceu.

O Lula, depois de três derrotas consecutivas, de cabeça erguida, partiu, venceu a primeira vez, venceu a segunda vez e depois venceu a terceira vez, colocando a Presidenta Dilma, que foi, digamos assim, uma das suas mais felizes criações no mundo da política.

Fica então o nosso cumprimento total, o nosso respeito total ao ex-Presidente Lula, que dá essa entrevista de maneira serena, aberta e de maneira muito solta.

O Presidente Lula é uma pessoa que está completamente de alto astral, falando da política com todo o carinho, com todo o sentimento. E a abertura da sua entrevista é algo que traduz bem o momento que o Presidente Lula está vivendo. Diz assim o jornalista que escreveu a abertura:

> *Antes de mais nada, impressiona a paixão. Aos 68 anos, Luiz Inácio Lula da Silva não perdeu o vigor com que arengava à multidão reunida no gramado da Vila Euclides no fim dos anos 70. E nos momentos em que sustenta algo capaz de empolgá-lo, ocorrência frequente, aperta com força metalúrgica o pulso do entrevistador mais próximo, como se pretendesse transmitir-lhe fisicamente sua emoção. Assim se deu nesta longa entrevista que o ex-presidente Lula deu à Carta Capital.*

Então, fica uma indicação de leitura para quem tiver um tempinho de abrir a *CartaCapital* ou de ir ao *site* da *CartaCapital* para ler essa entrevista com o Presidente Lula, que é uma verdadeira aula de política para todos nós que amamos a política, gostamos da política e sabemos que a política é o melhor caminho, o caminho mais curto para fazer as transformações e construir um País melhor para todos.

Muito obrigado, Senador Paim.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU PRONUNCIAMENTO
(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:
– Entrevista da Revista *CartaCapital* com o Presidente Lula: Lula em campanha.

Lula em campanha - Luiz Gonzaga Belluzzo e Mino Carta - Carta Capital

Antes de mais nada, impressiona a paixão. Aos 68 anos, Luiz Inácio Lula da Silva não perdeu o vigor com que arengava à multidão reunida no gramado da Vila Euclides no fim dos anos 70. E nos momentos em que sustenta algo capaz de empolgá-lo, ocorrência frequente, aperta com força metalúrgica o pulso do entrevistador mais próximo, como se pretendesse transmitir-lhe fisicamente sua emoção. Assim se deu nesta longa entrevista que o ex-presidente Lula deu a CartaCapital. No caso de Mino, esta foi mais uma das inúmeras, a começar pela primeira, em janeiro de 1978.

SOBRE A COPA E A ELEIÇÃO, Lula disse:

CARTACAPITAL: O senhor enxerga alguma relação entre a Copa do Mundo e a eleição? Se enxerga, por que e de que maneira?

LULA: Eu acho difícil imaginar que a Copa do Mundo possa ter qualquer efeito sobre a preferência por este ou aquele candidato. Por outro lado, se o Brasil perder, acho que teremos um desastre similar àquele de 1950. Temo uma frustração tremenda, e a gente não sabe com que resultado psicológico para o povo. Em 50 jogaram o fracasso nas costas do goleiro Barbosa.

CC: Em primeiro lugar do Bigode.

LULA: O Barbosa carregou por 50 anos a responsabilidade, e morreu muito pobre, com a fama de ter sido quem derrotou o Brasil. E uma vergonha jogar a culpa num jogador. Se o Brasil ganha, a campanha passa a debater o futuro do País e o futebol vai ficar para especialistas como eu.

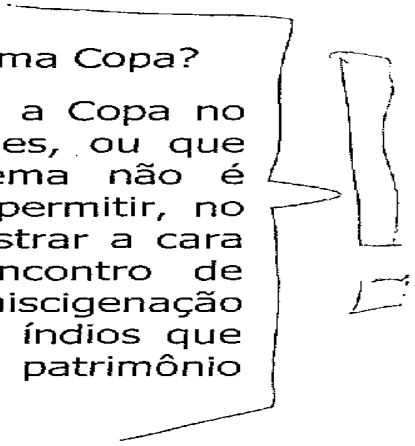
CC: E as chamadas manifestações?

LULA: Ainda há pouco tempo a gente não esperava que pudessem acontecer manifestações. E elas aconteceram sem qualquer radicalização inicial, porque as pessoas reivindicavam saúde padrão Fifa, educação padrão Fifa, poderiam ter reivindicado saúde padrão Interlagos, quando há corrida, ou padrão de tênis, Wimbledon, na hora do tênis. Eu acho que isso é até saudável, o povo elevou seu padrão reivindicatório. E é plenamente aceitável dentro do processo de consolidação democrático que vive o Brasil. Eu acho que, ao realizar a Copa, o governo assumiu o compromisso de garantir o bem-estar e a segurança dos brasileiros e dos torcedores estrangeiros. Quem quiser fazer passeata que faça, quem quiser levantar faixa, que levante, mas é importante saber que, assim como alguém tem o direito de protestar, o cidadão que comprou o ingresso e quer ir ver a Copa tenha a garantia de assistir aos jogos em perfeita paz.

CC: O povo brasileiro amadureceu e nós entendemos que o resultado da Copa será bem menos importante do que foi em 1950. Mesmo que a Seleção perca, não haverá tragédia. Deste ponto de vista. Efeitos sobre as eleições podem ocorrer em função das chamadas manifestações.

LULA: Eu tenho certeza de que a presidenta Dilma e os governos estaduais estão tomando toda a responsabilidade para garantir a ordem. Com isso podemos ficar tranquilos, é questão de honra para o governo brasileiro. O que está em jogo é também a imagem do Brasil no exterior. De qualquer maneira, acho que não vai ter violência, e, se houver será tão marginal a ponto de ser punida pela própria sociedade. Agora se um sindicato quer fazer uma faixa "abaixo não sei o quê, 10% de aumento", é seu direito. Eu me lembro que disse ao ministro José Eduardo Cardozo, quando começou a se aventar a possibilidade de uma lei contra os mascarados: "Olha, gente, nem brincar com lei contra mascarados porque a primeira coisa que iremos prejudicar vai ser o Carnaval, não os mascarados". A Constituição e o Código Penal definem claramente o que é ordem e o que é desordem e, portanto, o governo tem mecanismos para evitar qualquer abuso. Recomenda-se senso comum. Nesses dias tentaram até confundir uma frase minha sobre uma linha de metrô até os estádios. Em 1950, no Maracanã cabiam 200 mil pessoas, mais de duas vezes as assistências atuais. E verdade, havia menos carros

nas ruas, infinitamente menos carros, mas também não havia metrô.



CC: De todo modo, vale a pena realizar uma Copa?

LULA: Discordo daqueles que defendem a Copa no Brasil dizendo que vão entrar 30 bilhões, ou que geraremos novos empregos. O problema não é econômico. A Copa do Mundo vai nos permitir, no maior evento de futebol do mundo, mostrar a cara do Brasil do jeito que ele é. O encontro de civilizações, o resultado dessa miscigenação extraordinária entre europeus, negros e índios que criou o povo brasileiro. Qual é o maior patrimônio que temos para mostrar? A nossa gente.

CC: Em que medida essas manifestações nascem do fato de que houve uma ascensão econômica? Aqueles que melhoraram de vida reivindicam mais saúde. mais educação.

LULA: Eu acho que não há apenas uma explicação para o que está acontecendo. Precisamos aprender a falar com o povo, para que entenda o momento histórico. O jovem hoje com 18 anos tinha 6 anos quando ganhei a primeira eleição, 14 anos quando deixei de ser presidente da República. Se ele tentar se informar pela televisão, ele é analfabeto político. Se tentar se informar pela imprensa escrita, com raríssimas exceções, ele também será um analfabeto político. A tentativa midiática é mostrar tudo pelo negativo. Agora, se nós tivermos a capacidade de dizer que certamente o pai dele viveu num mundo pior do que o dele, e se começarmos a mostrar como a mudança se deu, tenho certeza de que ele vai compreender que ainda falta muito, mas que em 12 anos passos adiante foram dados.

CC: O governo não soube se comunicar?

LULA: Eu acho. Eu de vez em quando gosto de falar de problema histórico, para a gente entender o que de fato aconteceu neste país. Já disse e repito: Cristóvão Colombo chegou em Santo Domingo, em1492, e em 1507 ali surgia a primeira faculdade. No Peru, em 1550, na Bolívia, em 1624. O Brasil ganhou a primeira faculdade com dom João VI, mas a primeira universidade somente em 1930. Então você compreende o nosso atraso. Qual é nosso orgulho? Primeiro, em 100 anos, o Brasil conseguiu chegar a 3 milhões de estudantes em universidades. Nós, em 12 anos, vamos chegar a 7,5 milhões de estudantes, ou seja, em 12 anos, nós colocamos mais jovens na universidade do que foi conseguido em um século. Escolas técnicas. De 1909 até 2002, foram inauguradas 140. Em 12 anos, nós inauguramos 365. Ou seja, duas vezes e meia o número alcançado em um século. E daí você consegue imaginar o que significa o Reuni ao elevar o número de alunos por sala de aula, de 12 para 18. Ou o que significa o Ciência Sem Fronteiras, o Fies:

18 universidades federais novas. Pergunta o que o Fernando Henrique Cardoso fez? Se você pensar em 146 campi novos, chegará à conclusão de que foi preciso um sem diploma na Presidência da República para colocar a educação como prioridade neste País. Nós triplicamos o Orçamento da União para a educação. É pouco? É tão pouco que a presidenta Dilma já aprovou a lei permitindo 75% dos royalties para a educação. E tão pouco que a Dilma criou o Ciência Sem Fronteiras para levar 65 mil jovens a estudar no exterior. E tão pouco que ela criou o Pronatec, que já tem 6 milhões de jovens se preparando para exercer uma profissão. Isso tudo estimula essa juventude a querer mais. Tem de querer mais. Quanto mais ela reivindicar, mais a gente se sente na obrigação de fazer. Quem comia acém passou a comer contrafilé e agora quer filé. E é bom que seja assim, é bom que as pessoas não se nivelem por baixo. Eu sempre fui contra a teoria de que é melhor pingar do que secar. Quanto mais o povo for exigente e reivindicar, forçará o governo a fazer mais.

O que é ruim? A hipocrisia. Nós temos um setor médio da sociedade, que ficou esmagado entre as conquistas sociais da parte mais pobre da população e os ricos, que ganharam dinheiro também. A classe média, em vários setores, proporcionalmente ganhou menos. Toda vez que um pobre ascende um degrau, quem está dez degraus acima acha que perdeu

algumas coisas. A Marilena Chauí tem uma tese que eu acho correta: um setor da classe média brasileira que às vezes também é progressista, do ponto de vista social, mas não aprendeu a socializar os espaços públicos e então fica incomodado.

CC: Nós entendemos que o problema é representado pela elite brasileira. Quem se empenha contra a igualdade?

LULA: Eu sou o mais crítico do comportamento da elite brasileira ao longo da história. Este país foi o último a acabar com a escravidão, foi o último a ser independente. Só foi ter voto da mulher na Constituição de 34. Tudo por aqui resulta de um acordo, inclusive um acordo contra a ascensão social. Na Guerra dos Guararapes, quando pretos e índios quiseram participar, a elite disse "não, não vai entrar, porque depois que terminar essa guerra vão querer se voltar contra nós". Esta é a história política do Brasil. Ocorre, porém, que a ascensão dos pobres levou empresas brasileiras aga-nhar como nunca. Não sou eu quem lembra - em 1912, Ford dizia: "Quero pagar um bom salário para meus trabalhadores para que eles possam consumir". Por exemplo: pobre em shopping dá lucro. Muitas vezes os donos não aceitam num primeiro momento, mas depois percebem que é bom. Tínhamos 36 milhões de brasileiros viajando de avião, agora temos 112 milhões.

CC: Notáveis avanços são inegáveis. Mas como vai ser daqui para a frente?

LULA: Eu fazia debates mundo afora, com o Mantega, o Meirelles, às vezes a Dilma. E eu dizia: esses ministros meus, eles falam da macroeconomia, mas o que eles não dizem é que essa macroeconomia só deu certo por causa da minha microeconomia. O que foi a microeconomia? Foi o aumento de salário, foi a compra de alimentos, a agricultura familiar, foi o financiamento, foi o crédito consignado, foi o Bolsa Família. Foi essa microeconomia que deu sustentabilidade à macroeconomia. Na Constituição de 46, quando o trabalho era o assunto, concluía-se: "Não pode dar 30 dias de férias para o trabalhador, porque o ócio o prejudica". Chamavam férias de ócio. Agora, as pessoas dizem que o Bolsa Família cria um exército de vagabundos. E o futuro? Numa escada de dez degraus, os pobres só subiram dois, um e meio, ainda falta muito para subir. Por isso eu tenho orgulho da presidenta Dilma, ela sabe que muita gente vai se bater contra ela a sustentar que, para controlar a inflação e fazer o País crescer, é preciso ter um pouco de desemprego, arrocho no salário mínimo, ou seja, que é preciso fazer o que sempre foi feito neste País e que não deu certo. Então, o que o governo tem de garantir é o aumento da poupança interna, mais investimento do Estado, mais junção entre empresa privada e pública, mais capital externo para investir no setor produtivo. Para tanto, é indispensável dar continuidade à ascensão dos mais pobres. Porque é isso que também vai garantir a ascensão do Brasil no mundo desenvolvido, com alto padrão de qualidade de vida, renda per capita de 20 mil, 30 mil dólares, e até mais. O Brasil não pode parar agora. Está tudo mais difícil, mas temos agora o que a gente não tinha há cinco anos, vamos contar com o pré-sal, daqui a pouco.

CC: Temos um agronegócio muito exuberante. muito produtivo e competitivo: é possível mobilizar essa capacidade para estimular a indústria de equipamentos agrícolas?

LULA: Nós já temos uma indústria de equipamentos agrícolas muito boa. Quando na Presidência, cansei de discutir com empresários que feiras de agronegócio nós precisamos é fazer na Argentina, no México, Nigéria, Angola, índia. Temos de mostrar nossa capacidade nos outros mercados. Esta é uma área na qual o Brasil está pronto, não só porque tem conhecimento tecnológico, mas também porque tem capacidade de área agricultável, terra, sol e água. Sem a vergonha de dizer que exportamos commodities. Hoje, a commodity tem preço. O que nós precisamos é produzir não só o alimento, mas a indústria de alimentos, não só a soja, mas o óleo de soja.

CC: Permita-nos insistir: como vencer as resistências da elite, atiçada pela mídia?

L U L A: No movimento sindical, em 1969, comecei a negociar com a Fiesp, certamente a elite era muito mais retrógrada do que hoje. Eu lembro quando nós constituímos a primeira grande comissão de fábrica na Volkswagen nos anos 80, nós fomos pedir a Antônio Ermírio de Moraes a criação de uma comissão de fábrica na sua indústria química de São Miguel Paulista, e significava trabalhador querendo mandar na empresa dele. Hoje tem uma classe empresarial, mais jovem, que já compreende a importância da negociação coletiva. Mesmo assim, permanecem setores retrógrados. Ainda temos coronel que mata gente por este Brasil afora por briga de terra. Nesses dias a Nissan americana não queria deixar seu pessoal sindicalizar-se por lá mesmo e eu tive de mandar uma carta para o presidente da empresa. Mas voltemos à mídia.

CC: A mídia nutre essa elite.

LULA: Eu certamente não sou especialista nesta questão da mídia e nunca tive muita simpatia dos seus donos. Toda vez que tentei conversar com eles, cuidei de explicar que ao governo não interessa uma mídia chapa-branca, como foram no governo Fernando Henrique Cardoso. Eu não quero isso, não quero que tratem o PT como trataram a turma do Collor nos dois primeiros anos do seu mandato.

Agora, também é inaceitável a falta de respeito com Dilma. Se querem falar mal, façam-no no editorial do jornal. Na hora da cobertura do fato, publiquem o fato como ele é. Nunca liguei para o dono de mídia pedindo para fazer essa ou aquela matéria, mas o respeito há de ter, tanto mais por parte da comunicação, que é concessão do Estado. Respeito à instituição, e acho que eles saíram de um momento em que lambiam as botas da ditadura e evoluíram para o pensamento único a favor de FHC, e contra o meu governo e contra o da Dilma, e contra a presidenta com agressividade ainda maior.

CC: E em termos de informação?

LULA: Quando eu cito os números da educação, por exemplo, é porque nunca foram divulgados por esta mídia. E como se houvesse a obrigação de omitir, sem perceber que com isso se desrespeita o próprio público, que lê, ouve ou assiste. Nem o recente Ibope eles divulgaram. Nem comentaram a inauguração da Rodovia Fernão Dias Norte-Sul, que passaram três anos criticando. Há uma predisposição ao negativismo, e isso contribui para uma desinformação da sociedade brasileira. E uma questão é ideológica, se fosse econômica, eles deveriam ir todo dia à igreja acender uma vela para mim, porque muitos estão quebrados e se salvaram no meu governo. Eu estou com a alma tão leve, eu até acho normal o que eles fazem. Vem esse metalúrgico, que a gente supunha destinado a um

fracasso total, e é um sucesso. Vem essa mulher aí, que agente achava um poste, e ela não é um poste. E essa mulher vai se eleger outra vez.

CC: Na verdade, o que está esmaecendo no Brasil e no mundo é o espírito crítico.

LULA: Porque interessa a uma parte da elite brasileira a negação da política. O que vem depois é sempre pior, quando você nega a política. A ditadura brasileira foi a negação da política. O que é muito grave, porque, se você atravessa um momento sem nenhuma referência, sem ninguém em condições de controlar a situação, o próprio Estado vai à deriva.

CC: Insistimos novamente: o governo não se comunica?

LULA: Vocês estão certos, não se comunica, eu tenho falado para o Guido Mantega, para a Dilma: vendo como está o mundo hoje, a cada dois meses o governo tem de fazer igual uma empresa com seus acionistas, que têm fundos de pensão. Ou seja, você tem de fazer viagens e convencer o fundo de que a sua empresa é rentável e vale a pena investir. Então, a cada dois meses o governo brasileiro tem de ir a Nova York, não para falar com aposentados brasileiros, mas com o investidor. Já falei com o Itamaraty, com Bradesco, Santander, todos se dispõem a articular os maiores debates brasileiros para mostrar ao mundo realizações e potencialidades. A Petrobras tem de viajar a cada 30 dias para onde tem investidor. Não podemos ficar por conta de um jornalista inglês que copiou matéria de um jornalista que vive no Rio de Janeiro e fica procurando matéria em jornal para se inspirar. O Brasil precisa reconhecer enquanto vira a sétima economia mundial com viés de ser a quinta, que lá fora já não se fala bem da gente. José Luis Fiori escreveu um artigo comparando Brasil e México para acabar com o complexo de vira-lata de quem fala que o Brasil está pior que o México. O que o México tem melhor que o Brasil? Eu quero que o México fique cada vez mais rico, mas a comparação com o Brasil é inadequada, porque o Brasil é maior que o México em tudo. Dias atrás, estava aqui com meu amigo Gerdau e perguntei: como está o setor siderúrgico? E ele: não está muito bem. Perguntei: quanto é que você está ganhando no Brasil? Somente aqui, respondeu. Perguntem para o Josué Gomes da Silva, da Coteminas, onde ganha dinheiro? No Brasil. O mercado interno brasileiro é uma bênção de Deus que a elite não sabia existir, eles nunca imaginaram que podíamos ultrapassar os 35 milhões de consumidores.

CC: Que chances há de mudar essa falha do governo?

LULA: Não é fácil, eu sei o que foram meu primeiro e segundo mandatos. Tenho dito com a Dilma que não tem de dar ouvidos a quem fala que gastamos muito com publicidade. Eu acho que, se foi anunciado um programa hoje, e no segundo dia não houve repercussão, vai em rede nacional. O governo tem de dizer o que a mídia não divulgou, porque se não disser, o silêncio se fecha sobre o fato. Dois dias de tolerância, e coloca um ministro em rede nacional, não precisa ir a presidenta todo dia. Mas não fiquemos nisso. O Marco Regulatório tem de ser compreendido. Não é censura, queremos é fazer valer a Constituição de 88, tanto mais quando entram em cena Facebook e companhia, eu nem sei o nome de tudo. Existe Marco Regulatório de 1962. O Franklin Martins foi feliz ao observar: "Em 62, a gente tinha mais televizinhos do que televisores". Eu lembro que menino ia à casa do vizinho ver televisão, a gente só podia sentar no chão, o sofá era do dono da casa e ainda ele pisava no dedo da gente. Para assistir luta livre, tinha de gastar dinheiro no bar, o dono cobrava. Hoje acontece essa revolução tecnológica e você não quer discutir sua regulamentação?Então, o Marco Regulatório e a reforma política são dois temas de ponta que o PT tem de assumir. Temos de convocar uma Constituinte própria para fazer uma reforma política.

CC: O que seria esta Constituinte própria?

LULA: Não se destinaria a elaborar uma nova Constituição, e sim discutir a reforma política, exclusivamente. O Congresso tem de aprovar a ideia do plebiscito, e na convocação você diz o que é. E aí, não faltam recursos jurídicos para adotar a nomenclatura adequada. É insuportável governar com o Congresso tomado por tantos partidos. E preciso ter critério para organizar um partido, tem de haver cláusula de barreira.

CC: Este problema não resulta do fato de que os partidos brasileiros nunca foram o intermediário necessário entre a nação e o governo?

LULA: O Brasil não tem tradição de partido nacional, a tradição são tribos locais, com caciques regionais. Depois do PCB, o PT tornou-se o único partido nacional, cuja atuação partidária a direção decidia. Mas o PT erra quando começa a entrar na mesmice dos outros partidos. Erra quando usa a mesma prática dos outros partidos. Eu não quero voltar às origens, briguei a vida inteira para ser classe média e agora vou voltar a brigar.O PT, tem que saber, criar esse partido não foi fácil. Lembro de alguém que vendeu uma cabrita, que dava leite para amamentar o filho, para legalizar o PT. E até hoje há gente que anda três, quatro dias de canoa para participar de uma convenção. A gente não pode permitir que meia dúzia de pessoas deformem esse partido, ele é muito

grande. É um partido que o próprio povo dirige. Não é uma coisa simples, nós temos de valorizar isso. Já disse na convenção do PT: quero ajudar o PT a voltar ao seu leito natural. Se tem uma coisa que o PT tem de se notabilizar é voltar à sua tradição política. E isso que dá autoridade moral e força para a gente.

CC: Não é fácil manter a coerência na hora da coalisão...

LULA: Não é vergonha você repartir administração com outros partidos, sempre que pastas sejam definidas na base da afinidade. A reforma política é a briga que nós temos de ter hoje. Não acho que tenha de ser da Dilma. Ela é candidata, acho que a briga tem de ser de todo o partido. O Rui Falcão tem sido de grande valia nessa luta. Agora vou fazer campanha pelo Nordeste, essa é a contribuição que me cabe no momento. E, se eu fosse o governo, ficaria ouvindo todo programa de rádio, de televisão, e o que não for verdade, pedir direito de resposta. Utilizar a internet e não ficar chorando "a Globo não me dá espaço". A gente tem outros instrumentos para dizer o que quer. Estou muito disposto, física e psicologicamente, para rodar o Brasil.

CC: A campanha, assumir os palanques...

LULA: Assumir os palanques. Estarei com Dilma onde ela achar conveniente estar. Preciso tomar muito cuidado, porque haverá na base aliada interesses de que eu não vá, porque a Dilma não pode ir, ela é candidata e da base aliada, mas eu tenho compromisso com o meu partido. Eu sei que isso vai ser um problema, a gente vai ter de conversar e negociar muito. Estou feliz, sabe por quê? Eu sempre achei que quem deixa a Presidência fica pensando: como eu estarei daqui a algum tempo? Porque as pessoas vão esquecendo, você vai perdendo importância. Eu lembro que em 2002,2006, ninguém queria o FHC no palanque. Nem Serra colocou. Em 2010, Serra me apresentou como amigo dele e não colocou o FHC. Então, eu me sinto feliz, eu estou bem, eu ainda tenho consciência de que sou uma pessoa importante na política brasileira, e como tal direi que Dilma é a pessoa mais talhada para cuidar do Brasil.

O VOLTA LULA

CC: E essa história que a imprensa criou do "Volta Lula"?

LULA: O "Volta Lula" começou já na época que eu era presidente, quando pediam o terceiro mandato. Eu, graças a Deus, aprendi a ter responsabilidade muito cedo. E aprendi que, ao aceitar o terceiro mandato, por me achar insubstituível, poderia permitir que outros também achassem, com a

possibilidade de alguém, algum dia, tentar o quarto. Não é prudente brincar com democracia. Cumpri meus dois mandatos, saí cercado pelo carinho do povo. Se, em algum momento, tiver de voltar, posso daqui a quatro anos. Mas não é a minha prioridade. Estarei então com 72 e acho que tem de ser gente mais jovem, com mais vigor físico e capacidade de administração. Mas em política a gente não pode dizer que não, nem sim. Nunca me passou pela cabeça voltar. Em todo caso, minha relação com a Dilma é muito forte, e de muito respeito e admiração pelo caráter dela. Bem formada ideologicamente e muito leal. Nunca iria disputar sua candidatura.Não faltou quem quisesse minha volta, mas quando o Rui Falcão botou em votação, deixei claro: "Quero que saibam, sou candidato a cabo eleitoral da companheira Dilma Rousseff para o segundo mandato à Presidência da República".

CC: E quanto aos adversários?

LULA: Conheço o Eduardo Campos, é meu amigo, gosto dele profundamente. Conheço o Aécio, ele não tem a mesma firmeza ideológica do Eduardo, tem outro compromisso, é um representante mais afinado com a elite. Mas a Dilma é a mais preparada. Fico triste que não conseguimos construir algo capaz de manter o Eduardo Campos junto da gente. Mas era destino.

CC: E a Marina?

LULA: Eu gosto muito da Marina, como figura humana. Foi minha companheira no PT por 30 anos, tenho por ela um carinho muito grande, mas acho que, de vez em quando, comete equívocos na análise política dela, meio messiânica. Imaginei-a candidata, e agora entra de vice. Nisso não consigo entender a Marina. Mas não confundo relação de amizade com a minha decisão política. Tenho amizade com o Aécio mais formal do que com o Eduardo e sua família.

CC: Dilma ganha no primeiro turno?

LULA: A ganhar no primeiro turno por 51% a 49% prefiro ganhar no segundo turno, com 65% a 35%. Reeleição é sempre muito difícil, mas no segundo turno você pode consolidar um processo de alianças com a coalisão e você é eleito com mais desenvoltura, e também permite fazer um debate mais profundo. No primeiro turno todo mundo fala a mesma coisa, promete tudo para o povo. Eu acho que a Dilma está tranquila. Se em 2002 a esperança venceu o medo, acho que agora a esperança e a certeza do que pode ser feito pode vencer o ódio.

CC: A campanha será sangrenta?

LULA: Pelas características dos candidatos, acho que não. De resto, o resultado de uma campanha não define apenas vencedor e derrotados, é o grau de politização da sociedade, é o gosto pela política, é perceber que durante a campanha os candidatos aprenderam alguma coisa e deram um salto de qualidade. Quando disputei com o Serra, nós tivemos uma campanha mais civilizada do que com o Alckmin. Ele se apresenta como cidadão refinado, mas foi de extrema agressividade.

CC: Qual seria o adversário mais provável para o segundo turno?

LULA: Eu acho que, em um segundo turno, será tucano. O PSDB tem base partidária mais organizada, governam São Paulo, Paraná, alguns estados importantes no Nordeste, e tem mais tradição de palanque. Já o PSB tem pouco palanque estadual, a campanha do Eduardo vai ser mais difícil do que em 1989.

CC: E o Padilha. candidato petista em São Paulo?

LULA: O Padilha é um daqueles fenômenos. Eu disse outro dia em Sorocaba ao Padilha: "Depois de quem o precedeu, Arruda Sampaio, Suplicy, Dirceu, Marta, Genoino, Mercadante, você é o melhor candidato de todos nós, o mais alegre, o mais simpático, sua capacidade de comunicação com o povo é fantástica, unificou o partido". Mas é uma campanha difícil. Primeiro, porque os tucanos têm uma base sólida em São Paulo, e há conservadorismo no estado e isso dá quase que uma garantia. Não sei se Paulo Skaff vai ser candidato, há dois anos que faz campanha não como candidato, mas como presidente da Fiesp. Agora o desafio para o PT é ter os votos que o partido tem habitualmente na cidade, todas as eleições.

CC: Fale da central de boatos a respeito do seu filho Fábio.

LULA: Ao mesmo tempo que sou defensor intransigente da liberdade que temos na internet, acho que somos vítimas dessa liberdade, porque o cidadão entra no seu quarto, seu escritório, e fala a besteira que quiser. Há muito tempo vêm denúncias, outro dia mostraram a sede da Esalq e disseram que era a casa do meu filho, outro dia ele era dono da Friboi, um dia desses ele foi à Itaipu com o Samec passear, daí um jornal disse que ele estava fazendo negócios, inventaram que ele tem um jato. Conseguimos detectar o paradeiro de dez pessoas, uma era do Instituto Fernando Henrique Cardoso, filho do ex-ministro Graziano. Os envolvidos foram acionados, um veio prestar depoimento, disse: "Mas eu sou eleitor do Lula, eu só citei, não sabia se era verdade, mas coloquei". Muitos pedem desculpas. O

Graziano veio aqui também. Quando, muito tempo atrás, eu fui contra a invasão do Afeganistão pela então URSS, diziam que eu era da CIA, depois eu era visto pela direita como o cara do Partidão. Isso me permitiu continuar percorrendo o caminho do meio. Mas vale acentuar que nós chegamos à excrescência da excrescência do comportamento humano. Um dia desses eu vejo O Que Sei de Lula, um livro. O autor não conviveu comigo um único segundo para escrever a orelha do livro. Fico pensando o que faço com um cidadão desse? Acabo percebendo que o melhor é a desmoralização pela mentira. O Romeu Tuma Jr. não merece o comportamento do pai dele. O pai dele foi um cidadão digno. Quando a minha mãe estava para morrer, ele, meu carcereiro, me deixava sair da cadeia às 2 da manhã para visitá-la. Então, quando um cidadão conta uma mentira dessa, o que fazer? Processar? Acho que falta um pouco de senso de responsabilidade no comportamento das pessoas. De verdade, falta reconstruir a estrutura social da família. Quando eu era pequeno, tinha vontade de comer uma maçã embrulhada em papel azul, e ficava diante da barraca olhando e olhando, e sabe por que eu não pegava e não saía correndo? Para não envergonhar a minha mãe. Ela era a minha referência de comportamento.

CC: Mas uma política social que conseguisse alcançar certo grau de igualdade, isso não recriaria automaticamente valores perdidos?

LULA: Há todo um conjunto de fatores viáveis, não concordo com diminuir a idade penal e colocar mais polícia na rua para coibir a violência. Isso não vai funcionar. Eu acho que, se houver mais gente na escola e mais gente trabalhando, vamos caminhar no rumo certo.

CC: Seria correto dizer que há uma concepção errada da polícia num Estado democrático. Trata-se de uma instituição absolutamente necessária. mas muito maltratada, porque ela não é para reprimir. é para prevenir. Será que não vivemos uma crise institucional dos poderes que haveriam de constituir um Estado moderno?

LULA: Quando a gente fala em reforma, precisamos reformar também o Poder Judiciário. E tudo muito lento. Mas a Justiça pede por uma reforma, porque é justo exigir mais competência, é preciso termais estrutura para chegar a um cargo na Justiça. Quanto à polícia, tenho uma observação. A nossa polícia sabe que em muitos casos o crime organizado está mais preparado do que ela. Todo ser humano tem medo. Há casos em que o policial tira a farda para ninguém saber que ele é policial. Ele vai trabalhar com um pouco de medo, e o medo faz você mais violento. Se você aborda o suspeito, já de revólver em punho, caso este reaja, você puxa o gatilho. Como é que você resolve isso? Nós cometemos um erro na Constituição, que foi dar muita autonomia aos estados para que sua polícia se desvincule com

muita autonomia da PM. Dá a impressão de que os estados saberiam lidar com a criminalidade, mas na prática muitos estados ficam reféns da própria polícia. Primeiro, seria preciso que os policiais se formassem por cursos de inteligência, assim como se formam em tiro ao alvo e arte marcial. Segundo, é preciso pagar melhor. Acho que, no caso da organização da polícia, o problema está na Constituição de 88. Nas Forças Armadas, nós liberamos 7 mil, 8 mil fardados por ano, que poderiam ser chamados diretamente para a polícia. Mas não, têm de prestar concurso. E preciso rediscutir a respeito. Sem deixar de partir do pressuposto de que nenhum governador quer abrir mão do controle da polícia. Decisivo seria definir o papel de cada um. Porque, quando um governador prende um bandido, ele gosta de aparecer na televisão, mas, quando ele não prende, o governo federal é o culpado. Essa ponderação explica-se a outros campos. A educação. Quem é que cuida? O governo federal, estadual ou prefeitura? E no ensino técnico? Saúde? Nós precisamos definir tudo isso. Temos de repactuar os entes federados. Construir um pacto federativo, não só a partir da discussão financeira, mas também de acordo com a responsabilidade de cada um. Penso que no segundo mandato a Dilma terá de fazer coisas novas, é importante promover debates que ainda não foram feitos. Só se fala em política tributária, e ninguém quer política tributária. Eu tentei implementar duas vezes, ninguém quis. Dilma tem de fazer um esforço muito grande para destravar este país.

CC: Até que ponto o senhor pode influenciar Dilma na escolha dos futuros ministros?

LULA: Eu não quero influenciar a Dilma. Faço política por uma transferência de confiança. Eu confio na Dilma. Se for eleita, vai fazer suas escolhas, vou torcer para dar certo. Se achar que ela está errada, vou dar uns palpites. Se em algum momento ela resolver discutir comigo alguns nomes, eu também não terei dúvidas em ajudá-la.

CC: Digamos que a presidenta não queira ouvir ninguém. quem quer que seja.

LULA: Não existe isso.

CC: Admitamos uma sugestão não solicitada: "Este cara é muito bom".

LULA: Vamos supor que a Dilma seja eleita e eu resolva indicar o Belluzzo. E ela falasse "não". O que iria acontecer? Ia ficar um arranhãozinho na nossa relação de amizade. Daí eu preferir não indicar. E mais saudável, nem eu nem ela teremos decepções. Agora, se o partido vier discutir comigo quais nomes vai indicar, eu direi o que acho a respeito. Com ela, não. A não ser que a escolha me pareça absurda e então não hesitarei: "Este é problema".

CC: Como analisar o avanço na relação dos BRICS?

LULA: Neste mundo globalizado a gente tem de procurar parceiros. Acabou o tempo em que o mundo pobre esperava tudo da Europa e dos Estados Unidos. Então, eu penso que o Brasil tem de fortalecer as suas relações. Eu sou da tese de que a gente tem de criar um colchão de proteção do Brasil em suas relações externas, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista da segurança, econômico, do ponto de vista estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico. Porque quem já tem não quer repartir com a gente.Por isso o Brasil há de fortalecer cada vez mais sua participação, sobretudo na América do Sul. E ter aqui, na América do Sul, algo muito forte na área do comércio e da interação das nossas empresas. Ter empresas fortes e bancos de desenvolvimento fortes. O BNDES tem de arcar com um papel mais importante e a gente tem de construir o Banco Sul. Acho que temos de fazer o mesmo com a África, porque agora, no século XXI, a África dará um salto de qualidade.E com os BRICS, precisamos tomar decisões políticas. Nós somos uma espécie de pêndulo do planeta Terra, então não podemos ficar dependendo do dólar para fazer negócio. Temos de construir, e não esperar que o mundo construído no século XIX, no começo do século XX, venha nos salvar. Nós podemos fazer a diferença. Eu acho que esse acordo da Rússia com a China, esse negócio do

gás, foi um tapa com luva de pelica na cara da Aliança do Atlântico. Acho que os BRICS devem funcionar como uma espécie de segurança na relação de cinco economias importantes. Por que eu falo isso? O Mercosul, quando cheguei à Presidência, não valia nada. A Alca é que estava na moda. Nós não implantamos a Alca e o Mercosul passou de 10 bilhões para 49 bilhões de fluxo de comércio exterior. A América do Sul não valia nada, o Brasil não conversava com ninguém, ninguém conversava com o Brasil.

CC: Não é do interesse da elite que esses dados apareçam.

LULA: O Brasil é o primeiro produtor, e primeiro exportador, de carne processada, suco de laranja, tabaco, o segundo de soja. Tudo que você imaginar, o Brasil está entre os cinco do mundo. Vamos gostar deste País!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Anibal Diniz, convido V. Exª a assumir a Presidência.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, o Senador mais assíduo desta Casa. Por isso, repetidas vezes, é tido, pelos organismos avaliadores, como o Senador mais atuante desta Casa.

Com a palavra, V. Exª, meu digno representante do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal Diniz, Senador Inácio Arruda, grandes representantes, um do Acre, outro do Ceará, tenho certeza de que ambos serão reconduzidos aqui como candidatos que são neste ano ao Senado. O Senador Anibal, parece-me, fez outra opção, mas o Senador Inácio Arruda tenho certeza de que o povo do Ceará vai reconhecer...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – No Acre, nós valorizamos as mulheres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Viu só? Coerente com a sua PEC.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E a minha substituta nesta Casa, se Deus quiser, será a Deputada Perpétua Almeida, que disputa pelo PCdoB.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Perpétua Almeida, grande Perpétua.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E espero, Senador Paim, quando o meu Projeto 132 for aprovado nesta Casa, que nas eleições com duas vagas ao Senado sempre haja uma vaga destinada às mulheres, de tal maneira que possamos povoar este ambiente aqui de mulheres competentes, representando bem os Estados brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tenho certeza de que o PCdoB terá a Senadora pelo Acre, como terá também o Senador Inácio, que tem sido um parceiro dos movimentos sociais, em todos os momentos, não dobra a espinha, em nenhum momento. Nesse debate mesmo, agora, dos motoristas, o Senador Inácio teve uma postura equilibrada, tranquila, querendo o melhor para todos os profissionais do volante. Tenho que admirar o seu trabalho. Tenho certeza de que V. Exª voltará, tranquilamente.

Estou vendo aqui da tribuna os companheiros do Aerus. Vamos conversar em seguida aqui. Quero cumprimentá-los. Sei que vocês estão na expectativa do acordo que tem que sair; esse acordo tem que sair.

Conversei com a Graziella, há poucos dias, e ela me disse que, nesta semana, vocês estariam aqui. Vamos conversar e vamos continuar tencionando, eu diria, dialogando para que o acordo saia, definitivamente, antes do recesso parlamentar. Porque o recesso será agora, no mês de julho. Então, é fundamental que saia agora, no mês de junho, o acordo tão esperado por vocês.

Sejam bem-vindos. Somos parceiros hoje e sempre. Vocês estão em uma causa mais do que justa. Sei que nem todos os companheiros que começaram a fazer as vigílias conosco estão ainda conosco. Não é que desistiram da luta; é que alguns, infelizmente, faleceram. Mas a maioria daqueles... Quando falo isso, falo dos últimos anos de luta. Não estou falando só aqui das últimas vigílias que fizemos. Mas eu continuo acreditando e tendo fé que vamos fazer justiça, e vocês vão receber aquilo a que têm direito. Depois, conversaremos um pouco.

Senadores Inácio Arruda e Anibal Diniz, quero falar um pouquinho da importante votação que esta Casa fez, agora, no mês de maio, mês do trabalhador, que foi a votação da PEC do Trabalho Escravo. E aqui farei um pequeno histórico. E aí, de obrigação minha com a verdade dos fatos, gostaria de fazer uma referência ao ex-Deputado Federal Paulo Rocha, do PT do Estado do Pará.

Eu era Deputado, o Senador Inácio Arruda também. Em 1995, ele apresentou a primeira proposta de emenda à Constituição, a PEC 235, tratando da expropriação de terras nas quais fosse constatada a prática de trabalho escravo e a sua reversão, assim como os bens nela encontrados, para o programa de reforma agrária. Ou seja, em 1995, o Deputado Paulo Rocha, do PT do Acre – está aqui nos *Anais* da Casa –, apresentou a primeira proposta dizendo: terra em que for provado que há trabalho escravo, o proprietário vai perder todo o seu patrimônio.

Meus cumprimentos a essa iniciativa, na época, do Deputado Paulo Rocha.

À época, lembro-me, eu era Deputado, e nós criamos uma subcomissão na Comissão do Trabalho, na Câmara dos Deputados, para tratar do assunto. O Deputado Paulo Rocha era presidente da Comissão do Trabalho e do Serviço Público. Fizemos lá uma boa luta, um bom combate, mas, infelizmente, por questões de interesses da elite, a PEC 235, de 1995, foi rejeitada.

Mas, companheiro Paulo Rocha, com certeza, você lançou a semente, e hoje temos uma PEC do Trabalho Escravo aprovada.

A PEC do Trabalho Escravo, PEC nº 57A, de 1999, de autoria do ex-Senador Ademir Andrade, também do Pará – a quem aqui rendo as homenagens, como rendi ao Paulo Rocha –, foi aprovada em dois turnos na

semana passada, aqui nesta Casa. E a previsão é de que vamos fazer a promulgação, conforme já indicou o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, na próxima quinta-feira, dia 5 de junho.

O sonho da justiça se tornará realidade. Se verificado o trabalho escravo, seja na área urbana ou na área rural, se comprovado o fato de que lá existem homens e mulheres sob o regime de escravidão, o proprietário perde a propriedade, tanto na cidade como no campo, pela emenda que veio da Câmara.

Sr. Presidente, lembro também que a Lei Federal nº 9.777, de 1998, que reconhece como crime a prática do trabalho escravo, é originária de um projeto de lei do ex-Deputado Paulo Rocha.

Lembro também que ele apresentou, no ano de 1997, o Projeto de Lei nº 3.757, que tipifica como trabalho escravo a contratação de menor de 14 anos para fins econômicos, sujeito à pena de reclusão de 2 a 8 anos.

Portanto, Sr. Presidente, a luta contra o trabalho escravo no Brasil é de longa data. E, quando alcançamos resultados positivos, como o de agora, fica a certeza de termos dado um enorme passo em defesa dos direitos humanos.

O combate ao trabalho escravo no Brasil é realizado desde 1995, com a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – a quem quero render também homenagens –, coordenado por auditores-fiscais do trabalho, que fazem um excelente trabalho.

Até o final de 2013, 46.478 trabalhadores foram libertados, de norte a sul do País, das mais diversas atividades econômicas, no campo e nas cidades. Mais de R$86 milhões foram pagos em indenizações e verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores explorados.

Em 2013, pela primeira vez, foram resgatados mais trabalhadores em áreas urbanas do que na zona rural, especialmente na construção civil. Auditores-Fiscais do Trabalho, essencialmente, fazem um resgate de cidadania, de direitos trabalhistas e humanos básicos, que é o combate à escravidão. Encontram os trabalhadores em situações humilhantes, degradantes, em cabanas no meio do mato, sem assistência médica, banheiros, higiene, água potável, obrigados a comprar no armazém das fazendas e contraindo dívidas impagáveis.

Não tem sido diferente nos canteiros de obras em que trabalhadores aliciados em outros Estados são submetidos a longas jornadas de trabalho. Muitas vezes não recebem salários, a comida fornecida é pouca e de baixa qualidade – às vezes até azeda, como a gente tem que dizer –, e não têm o mínimo de conforto ou dignidade nos alojamentos.

Muitos Parlamentares já acompanharam ações do Grupo Móvel dos Fiscais do Trabalho e viram a situação absolutamente repugnante a que os trabalhadores e trabalhadoras são submetidos. As imagens das fiscalizações correm o mundo, revelando a crueldade e o desdém de empregadores com a vida humana, não só no Brasil, mas em outros países também, infelizmente.

O trabalho dos auditores-fiscais brasileiros é referência mundial, reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho ao ponto de, na Conferência deste ano, tomar a experiência brasileira como marco para atualizar a Convenção n° 29, que trata de trabalhos forçados. Ou seja, o Brasil avançou muito nas últimas duas décadas, de forma tal que é referência no mundo no combate ao trabalho forçado.

Apesar disso, aprovar a PEC do Trabalho Escravo neste Parlamento não foi fácil, foi muito difícil! E a luta não acabou. A regulamentação pretendida ameaça suprimir duas das características previstas no artigo 149 – Senador Walter Pinheiro, que eu não tinha citado, que está aqui também e que foi um guerreiro para aprovar o fim do trabalho escravo no momento em que aprovamos a PEC, tanto quanto os outros dois Senadores que já citei – do Código Penal, que são a jornada exaustiva e a condição degradante.

Nada disso é subjetivo. Jornada exaustiva mata, provoca acidentes. Condição degradante acaba com a dignidade dos homens, das mulheres e até das crianças que, infelizmente, são submetidas também ao regime de escravidão.

Que nenhum Parlamentar venha minimizar estas situações. É inadmissível reduzir pessoas ao nível de coisas.

O trabalho deve significar um meio para melhorar a qualidade de vida, para realizar sonhos, não para levar à vergonha ou à morte.

Ao terminar, aproveito para fazer referência ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Em especial, cumprimento a sua Presidenta, Rosa Maria Campos Jorge, e abraço todos os diretores, bem como todos esses profissionais, que são um orgulho para todos nós.

Também, senhoras e senhores, lembro que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registra denúncias de violações de trabalho escravo desde a sua criação, em 2010.

A partir de 2011, por meio do Disque Direitos Humanos, oferece um canal de comunicação amplo e gratuito para esse público, de modo a atender a uma demanda das mais diversas conferências de direitos.

Desde então, o número de denúncias tem crescido, perfazendo um total de 666 denúncias, até o dia de 31 de dezembro de 2013.

No primeiro ano de 2012, houve um aumento de 120% no número de denúncias, quando comparado ao de 2011. Já no ano de 2013, o aumento foi de 133% quando comparado com o ano anterior, o que denota um ascendente crescimento no registro de denúncias na Ouvidoria.

Chegamos à conclusão de que as denúncias de trabalho escravo recebidas e encaminhadas para as superintendências regionais do Ministério do Trabalho e para outras instituições, a depender do grupo social da vítima e da existência de outros tipos de violações associados, não aumentaram. O que aumentou foi o número de denúncias, graças à atuação dos órgãos de governo.

O Disque Direitos Humanos – Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito, funciona vinte e quatro horas por dia, nos sete dias da semana.

Parabéns à Ministra Ideli Salvatti! Parabéns à ex-Ministra Maria do Rosário! Parabéns à Presidência da República! Parabéns à Secretaria de Direitos Humanos!

Da mesma forma, deixamos aqui os nossos cumprimentos a todos aqueles titulares, seja do Ministério do Trabalho, os fiscais, seja da Secretaria de Direitos Humanos, seja os ex-Secretários de Direitos Humanos, com escopo, com caráter de Ministro, como foi o caso da nossa querida e atual Deputada Federal Maria do Rosário.

Era isso, Sr. Presidente.

Por isso, eu quis fazer justiça ao Deputado Paulo Rocha, pela sua peleia em relação ao combate ao trabalho escravo, ao Sindicato dos Auditores, ao Ministério do Trabalho, ao chamado Comando de Alto Nível que o Ministério do Trabalho montou para percorrer o Brasil, combatendo o trabalho escravo, ao Sinait, à Rosa Maria, enfim, a todos aqueles que se dedicaram a esta causa.

Senador Aníbal Diniz, cumprimento V. Exª, o Senador Inácio Arruda e o Senador Walter Pinheiro, três guerreiros. Eu tenho orgulho de caminhar ao lado de vocês na defesa dos direitos dos trabalhadores, do campo e da cidade, dos aposentados e pensionistas.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu fiz na íntegra o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Agora, com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Anibal, Senador Walter Pinheiro, Paim, nossos companheiros do Aerus, grande luta e resistência brava no Brasil inteiro, uma luta a que nós temos a obrigação de estar aqui prestando nosso apoio. O Paim é o nosso comandante nessa questão, e nós temos sempre respaldado a sua posição porque é a mais justa e correta nessa luta.

Hoje, tivemos há pouco uma cerimônia muito importante no Palácio do Planalto. A Presidente da República recebeu a taça da competição esportiva mais importante do mundo, que é o Campeonato Mundial de Futebol organizado pela FIFA – uma cerimônia breve mas cheia de significados. E é muito importante que a gente trate desta questão.

O Jornalista Nelson Rodrigues escreveu um texto espetacular. Aliás, uma coletânea de textos de Nelson Rodrigues recebeu o título de "A Pátria de Chuteiras". Ali, ele vai descrevendo o que são verdadeiros embates da política travados no campo de futebol. E travados no campo de futebol por quê? Porque o Brasil, reconhecido como um país amante do futebol, para desenvolvê-lo, sempre buscou não só ampliar esse espaço do futebol, no meio do povo, que o tomou como questão muito importante, sendo a atividade esportiva mais ligada ao sentimento de país, de Brasil.

Outros países têm outras modalidades esportivas, que eles abraçam quase como sendo suas exclusivamente, e alguns setores brasileiros, inclusive, admiram: tal país, tal esporte é o esporte deles, eles adoram aquilo, eles se bastam com aquilo, mas, quando chega no futebol, o futebol é essa paixão nossa também, paixão dos brasileiros, deste país continental, gigantesco, um país em que ainda há muita coisa para ser feita.

A luta das conquistas na área esportiva vai ganhando, digamos assim, caminhos e contornos parecidos com a luta que o País desenvolve para também ascender do ponto de vista econômico, melhorar a qualidade de vida do povo, ter um desenvolvimento capaz de oferecer mais qualidade de vida ao povo brasileiro.

Ora, ocorre que tantos jogadores de futebol, mesmo os que atuam nos campos estrangeiros, são oriundos das camadas mais sofridas do povo, alguns vieram dos morros, das favelas, buscando, no futebol e no esporte, o seu lugar, o seu espaço, para ascender, inclusive socialmente. Tem sido assim o nosso futebol, e tem sido essa a luta do povo brasileiro em relação ao projeto de desenvolvimento da nossa Pátria.

Hoje, pela manhã – começamos às 11 da manhã –, houve uma homenagem a duas figuras extraordinárias, dois nordestinos, mas pensadores do Brasil: Rômulo de Almeida e Ignácio Rangel. Eles pensavam o nosso País, eles pensavam o nosso desenvolvimento e, ao pensar o projeto de nação, eles levaram o nosso governo à época a construir instrumentos de intervenção econômica capazes de ajudar o País inteiro no seu desenvolvimento.

É do pensamento deles a criação do BNDE; a criação do Banco do Nordeste; a criação da Sudene; do Etene, que foi para dentro do Banco do Nordeste; a Eletrobrás é cria deles; a Capes é cria deles; o CNPq é cria deles. São instrumentos de intervenção do Estado brasileiro que deram força à constituição de um aparato econômico capaz de responder às necessidades do processo de industrialização do nosso País.

Mexeram com o conhecimento, porque Capes e CNPq eram exatamente essa busca. A Capes nasceu antes, como instrumento de formação, de preparação de mestres, doutores e pesquisadores brasileiros, e o CNPq veio depois, sendo também um instrumento de fortalecimento da pesquisa em nosso País. Eu faço esse paralelo de buscar juntar essa causa nacional, de ter o progresso, de ter o desenvolvimento, também com a luta do Brasil de trazer para si grandes competições internacionais.

Eu assisti às manifestações populares: muitas bandeiras corretíssimas, justas, como o problema da mobilidade urbana em nosso País. É claro, corretíssimo o povo levantar a sua voz em relação à tarifa de transporte público, ao preço das passagens, ao metrô, ao ônibus. Tudo isso está corretíssimo, mas, de repente, criou-se a ideia de que a luta e a conquista brasileira para fazer o torneio mundial de futebol e fazer as Olimpíadas tinham uma contradição frontal com aquilo que ainda falta fazer em nosso País.

E ainda falta muita coisa para ser feita – é verdade –, mas o fato é que estão sendo feitas muitas coisas no Brasil. E as coisas que estão sendo feitas, uma parte delas tem ajudado a elevar a renda do povo, e talvez essa seja a contradição maior: elevar a renda do povo mais simples, elevar a renda do assalariado, elevar a renda daquele que ganha o salário mínimo, melhorar o salário mínimo.

Veja, agora, a cantilena do combate ao salário mínimo dizendo que o este está causando déficit público porque aumenta os gastos da Previdência Social, porque, ao ter aumento real, também aumenta o valor da aposentadoria daqueles que ganham o salário mínimo, como aposentados. Então, vamos fazer esse paralelo. O nosso projeto de desenvolvimento está colado também com a ideia de nós trazermos para o nosso País grandes eventos.

Eu assisto a algumas manifestações em relação à Copa do Mundo. Não vi nenhuma em relação ao Rock in Rio ou aos Rock in Rio que passaram por aí. Uma grande manifestação musical, grande parte estrangeira, um grande investimento, e é importante que venha para o Brasil e seja feito no Brasil. Fecham quase que bairros inteiros para realizar aquele evento musical, que considero importante e acho bom que aconteça no Brasil, mas ninguém se manifestou, ninguém disse nada.

Agora, em relação à Copa do Mundo, tem uma questão que está ligada a ela: é que, ao patrocinar a vinda da Copa do Mundo, o Governo buscou acelerar investimentos importantes na área da mobilidade, permitiu que obras que poderiam levar décadas para serem realizadas fossem realizadas num tempo mais curto. Criaram-se as condições, os meios, os recursos, mobilizaram-se grandes empresas, médias e pequenas para que todos pudessem se envolver na garantia de que nós poderíamos fazer obras importantes num prazo mais curto de tempo e usar, então, o instrumento Copa do Mundo para melhorar a mobilidade em nosso País.

Isto é certo, isto está correto e é importante que aconteça, porque é aqui que nós temos um problema central: nós estamos utilizando esse instrumento Copa do Mundo como um fator de mobilização de outros setores que precisam de resposta mais rápida do Estado brasileiro.

O meu Estado do Ceará ganhou um VLT que passa longe do estádio de futebol e que é muito importante para a mobilidade do povo de Fortaleza e da região metropolitana. Nós estamos ganhando mais uma linha de metrô de 12km. Só o investimento na linha de metrô de 12km é de R$3,34 bilhões! São R$3,34 bilhões na nova linha de metrô de Fortaleza, muito importante para a vida dos trabalhadores, para os que se locomovem da sua casa ao local de trabalho.

Nós estamos recebendo essa linha com uma intervenção do Governo Federal que garante praticamente dois terços dos recursos destinados à construção dessa linha de metrô, com a devida contrapartida do nosso Estado, o Estado do Ceará. Ora, isso é muito importante para nós. No Ceará, é muito importante ter essa linha de metrô.

Também estamos recebendo um terminal de transporte de passageiros no Porto do Mucuripe. E, embora a empresa que recebeu a obra do aeroporto tenha praticamente abandonado a obra, nós vamos ganhar também a ampliação do aeroporto de Fortaleza, que vai se acelerando. Isso tem acontecido com Brasília, com o Rio de Janeiro, com o Estado de Minas Gerais, com São Paulo.

Teremos ampliadas as áreas importantes para o povo, porque é o povo que está usando o aeroporto. É o povo da rodoviária que passou a ter a oportunidade de chegar ao aeroporto e de sair de São Paulo para visitar os seus parentes em Fortaleza e tomar uma cervejinha, que o Anibal falou aqui há pouco, à beira-mar na cidade de Fortaleza; ou de sair de Fortaleza e visitar seus filhos, pois muitos correram para São Paulo para sobreviver na época em que aquele era o único local em que havia emprego no nosso País.

Hoje, nós espalhamos essa geração de empregos pelo Brasil. Há uma situação nova no nosso País, querendo ou não, gostando ou não. Gostando ou não gostando de Lula, gostando ou não gostando de Dilma, são esses dois, Lula e Dilma, que buscaram soerguer a economia brasileira e colocaram o Brasil em um novo patamar.

Dizia-nos, há pouco, Anibal sobre a expansão da rede federal de educação pública superior. Havia uma universidade federal, e agora são três federais no Estado do Ceará. Havia uma única estrutura do que é hoje o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, onde estudei, na cidade de Fortaleza. Hoje, nós estamos em 26 Municípios e vamos chegar, até o final deste ano, em 33 Municípios no Estado do Ceará com *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, uma coisa espetacular, no interior do nosso Estado, o Estado do Ceará.

Na sexta-feira passada, foi inaugurada a 102ª escola técnica estadual. Há oito anos não havia nenhuma escola técnica estadual no Ceará; agora, nós inauguramos a 102ª escola técnica na cidade de Araripe, que vai, digamos assim, recepcionar os estudantes de Araripe e de Potengi, uma cidade com aproximadamente 22, 23 mil habitantes, e a outra com 10, 11 mil habitantes; juntas recebem uma escola técnica, que era um verdadeiro sonho para aquela região, que foi agora consagrado com a inauguração da escola técnica da cidade de Araripe, diga-se de passagem, terra onde nasceu Miguel Arraes, recebeu essa nova escola técnica estadual, feita pelo Estado do Ceará em parceria com o Governo Federal.

Então, acho que talvez o que está incomodando mais é exatamente isto: é saber que o nosso País encontrou uma vereda que vai se alargando com mais força de desenvolvimento, que vai abrindo mais espaço para o crescimento econômico com distribuição de riqueza, de que o salário mínimo vai ter aumentos reais de forma mais sistemática.

Há pouco, perguntei ao Senador Paim, que é Relator de um projeto de recuperação do salário mínimo, se nós tínhamos condições de votar ainda neste mês. E o Paim, como Relator, disse que, na quarta-feira, vai estar pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de lei que garante que a política de aumentos reais de salário mínimo vai até o ano de 2019, recuperação permanente, melhorando um pouco mais.

Agora há pouco, votamos a questão da regulamentação da atividade das empregadas domésticas e vamos regulamentá-la aqui, no plenário do Senado e da Câmara Federal, para virar essa página quase de escravidão que ainda se mantinha no nosso País. São essas conquistas novas do povo brasileiro, porque é uma forma de distribuir a riqueza, de distribuir a renda, é garantir escola melhor, de mais qualidade.

Falta muito para fazer? Claro! Ainda é pequeno o salário dos professores. O piso salarial ainda é baixo. Talvez tivéssemos que colocar uma meta. Assim como colocamos meta de inflação, deveríamos colocar uma meta.

Aliás, há uma certa turma que adora fazer chantagem com a inflação. Dizem: "A inflação vai voltar, a inflação vai voltar. Não faça isso. Não faça aquilo. Cuidado com a inflação!", para tentar criar um terror no meio do povo. Mas deixemos a inflação de lado e vamos apostar numa recuperação mais forte do salário, do piso salarial dos professores no nosso País.

Por que não colocar uma meta? Quem sabe uma meta de dobrar esse piso salarial, com uma presença mais forte do Governo Federal. A maneira mais adequada de federalizar a educação infantil e o ensino fundamental no nosso País é haver uma injeção mais forte de recursos do Governo Federal que garanta duplicar o piso de salário daqueles que têm a responsabilidade de ensinar as crianças brasileiras para que elas possam sustentar, de forma consequente, o projeto que está em curso de desenvolvimento do nosso País.

Temos problemas? É claro que temos problemas, mas nós avançamos e não podemos dar passos para trás. Devemos ir adiante. E ir adiante no nosso País é ampliar as conquistas que alcançamos com Lula e com o primeiro Governo de Dilma. Ir adiante é fazer com que esse projeto seja vitorioso agora, no mês de outubro, reelegendo a Presidente Dilma Rousseff para mais um mandato a fim de fazer avançar ainda mais o processo que se iniciou com o Presidente Lula e que teve continuidade com a Presidente Dilma Rousseff.

Acho que essa é a forma mais ousada, é a forma mais certeira de dar continuidade às conquistas importantes que nós alcançamos e ampliá-las, porque é isso que nós desejamos. E, além de ampliar as conquistas em nosso País, reafirmar com força a integração sul-americana, porque esse é o espaço mais privilegiado que nós temos para fazer desenvolver o nosso País e a nossa região.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero me congratular com a nossa Presidente e com o Ministro Aldo Rebelo pela tranquilidade com que têm enfrentado os problemas. São assim mesmo. Quando abrimos vias novas, quando topamos reformar o que está estragado no nosso País, recuperar aquilo que foi deixado para trás e que nós precisamos retomar, com muita força, em nossas mãos, isso significa oferecer...

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... mais infraestrutura, ampliar a logística do nosso País. Tudo isso está se abrindo como um caminho novo para a nossa Pátria, para a nossa Nação. Tudo

isso também causa incômodos, recebe oposição daqueles que queriam sempre os privilégios só para meia dúzia, queriam os aeroportos só para meia dúzia, os portos só para meia dúzia, as vantagens, as benesses e as conquistas daquele que hoje precisa ter uma geladeira, um fogão, uma máquina de lavar, uma televisão.

E o povo não tem direito a isso? Claro que tem. Não se incomodem com isso. Por favor, deixem que o povo amplie suas conquistas, porque isso fortalece o Brasil e, evidentemente, até os setores que se opuseram à política desenvolvida por Lula e Dilma.

Há mudanças a serem feitas? Sim, Sr. Presidente, claro, graves e grandes mudanças.

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não vi nenhuma grande faixa dizendo "queda aos juros", que é o instrumento, ainda, que vai impedindo que o Brasil dê um salto mais vigoroso no seu desenvolvimento. É o preço que pagamos pelo dinheiro no Brasil. São mais de 250 bilhões por ano, que estamos pagando assim, em moeda corrente no dia. Duzentos e cinquenta bilhões por ano à banca, só de juros.

Os títulos do Governo continuam sendo os que mais atraem. Então, é preciso alterar essa política, sim. É preciso mexer nessa política, sim. E precisa-se de uma forte coalizão corajosa, para respaldar governos que tenham esse compromisso. E digo: dos candidatos que estão na disputa hoje...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... o que tem mais compromisso com esse caminho é a *(Fora do microfone.)* Presidente Dilma Rousseff.

Por isso, Sr. Presidente, que nós colocamos na mesa, para a Presidente, as reformas que consideramos – o nosso Partido – as mais importantes. E, entre elas, está a batalha para que possa haver juros decentes, juros que não sejam essa imoralidade que ainda se mantém no Brasil. Esses são os verdadeiros escândalos. Eles são essa farra de ganhos fáceis com o dinheiro brasileiro, através dos títulos que o Governo banca, paga e se obriga a garantir. É aí que está o nosso problema e temos de enfrentá-lo.

Por isso, Sr. Presidente, quero reafirmar o nosso apoio à Copa no Brasil. Vai haver Copa. E vai ser uma Copa bonita. Vai ser uma Copa participativa.

O povo, na minha cidade, está enfeitando as ruas de verde e amarelo, por todo lugar; está colocando a bandeira no carro, está colocando a bandeira no peito.

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está dizendo: "A Copa é no Brasil". E nós já ganhamos! Não o "caneco" da Copa, não o campeonato, mas nós ganhamos em investimentos que têm ajudado a economia brasileira a crescer um pouco mais. Isso já é uma grande conquista e uma grande vitória que nós vamos fazer, quem sabe, ainda maior conquistando também o "caneco" de ouro para o Brasil.

Um abraço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

E, agora, com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta já avançada noite, meu caro Senador Anibal Diniz, aqui na segunda-feira, acho que é importante a gente realçar o que se processou, meu caro Anibal, ao longo desses quase quatro anos no País, depois de desafios importantes lançados pelo Presidente Lula.

E, aí, eu quero chamar a atenção para essas questões. Eu sou daqueles, meu caro Anibal, que não tenho essa presunção de achar que tudo começou conosco, que todas essas transformações iniciaram-se na jornada em que nós passamos a comandar o País com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É importante falar disso porque, às vezes, as pessoas costumam, em determinados momentos, nos taxar de presunçosos e que todas as coisas só tiveram efeito, só tiveram causa, só tiveram consequência quando nós assumimos o governo no plano federal.

O primeiro exemplo que eu quero dar nisso é o exemplo dessa estrutura de logística e, principalmente, o desafio de pensar um País deste tamanho, um País com um traço efetivamente de continente. É importante a gente lembrar o que foi feito em tempos atrás.

Por exemplo, Senador Anibal, na Ferrovia Oeste-Leste, que nós estamos construindo hoje ainda o trecho Bahia, que sai de Barreiras, ou melhor, na divisa da Bahia com Goiás, nós temos ali já o caminho importante,

assim como o desafio da divisa da Bahia, a chegada, perdão, da ferrovia até o Tocantins, mas, na Bahia, efetivamente, Luís Eduardo, Barreiras, chegando até Ilhéus, no Porto Sul.

Essa ferrovia, meu caro Anibal, foi pensada por um Deputado mineiro, mas baiano por adoção: o Vasco Neto. Ele teve a ousadia de falar dessa ferrovia, inclusive um pouco mais além do que nós estamos fazendo. Eu fico a me perguntar como é que Vasco Neto trabalhou com essa ousadia sem ter GPS, sem usar as facilidades das imagens por satélite e muito menos sem ter à sua disposição ferramentas que permitissem, por exemplo, sobrevoar e filmar a área, enfim, fazer um verdadeiro reconhecimento *in loco* da necessidade dessa infraestrutura.

E mais – esse que é ponto importante –, o visionário Vasco Neto apontava que esse era um caminho importante para os negócios do Brasil, para exportação e para, principalmente, a integração do nosso País. Veja que desafio ousado, Senador Anibal Diniz, Vasco Neto pensou nessa ferrovia ligando o Atlântico ao Pacífico, saindo do sul da Bahia, aí no Atlântico, e chegando ao Pacífico, em Porto Baiova, no Peru.

Contou Vasco Neto com a grande e, eu diria, desbravadora visão do Presidente Juscelino Kubitschek, que chegou a autorizar a construção de um porto, na região ali do baixo sul da Bahia, numa localidade chamada Campinhos. Ele chegou a construir o porto. Hoje o nosso Porto Sul vai ser um pouquinho mais abaixo. Vai ser ali de Maraú até Ilhéus, em outro ponto. Mas o Presidente Juscelino chegou a batizar esse porto de Porto Brasília, porque é exatamente a rota com a ferrovia, e a rota com a BR-030 é exatamente a rota de ligação com o Centro-Oeste brasileiro.

É vero que isso foi pensado por Vasco, e uma parte executada por Juscelino Kubitschek. Agora, efetivamente, meu caro Anibal, a materialização desse processo se deu no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Mas é retomar o processo das ferrovias, criar um ambiente para cruzar este País com uma estrutura modal mais ajustada não só ao tamanho, como à necessidade do transporte de carga. Estou dando um exemplo concreto do esforço desse Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em materializar essa questão. Portanto, não começou com Lula, mas foi necessário que Lula tivesse a coragem de materializar esse processo.

Assim como a Fiol, assim como os portos integrados a essa Fiol, nós poderíamos falar de outros desafios nessa estrutura. Estou me referindo à Fiol não só porque se trata do meu quintal, do meu espaço, do meu Estado, mas porque é uma obra da qual eu tive a oportunidade de participar como Deputado, colocando uma emenda na medida provisória, lutando para que ela entrasse, em conjunto com meu companheiro João Leão, Deputado Federal e hoje candidato a vice-governador. Deve ser levado a essa condição na convenção que deve ocorrer no mês de junho. Batalhamos juntos no orçamento, remanejando recursos daqui para ali, para acolá, para viabilizar essa importante obra.

Mas quero citar outra coisa importante, meu caro Anibal, que não começou com Lula, mas que precisou do desafio de Lula. A Bahia, Senador Anibal, teve a oportunidade de recepcionar, com a chegada de Dom João VI, a primeira faculdade de medicina do Brasil, inclusive instalada ali no Pelourinho, no centro histórico. Não foi ali, naquele período, o surgimento da primeira universidade federal da Bahia, mas foi a primeira faculdade de medicina do Brasil. Depois, nós tivemos a Universidade Federal da Bahia, que tem pouco mais de 60 anos. Mas nós passamos 60 anos, quase, meu caro Anibal, com essa única Universidade Federal no Estado do Bahia.

Tive a oportunidade, ainda no Governo Fernando Henrique, de batalhar, em conjunto com o Deputado Osvaldo Coelho, a quem faço minhas homenagens, insistente, incansável, batalhador. Naquela época, nós trilhávamos opostos. Eu era Líder do PT e, portanto, fazia oposição ao Governo. Meu companheiro de Pernambuco – e tenho por ele muita admiração, o Deputado Osvaldo Coelho –, era um batalhador incansável por essa política de águas para o Semiárido, pela política da construção do canal, uma política permanente, uma batalha incansável de Osvaldo Coelho para prover as questões de reservação de água, pelas condições de plantio, para a agricultura, para o desenvolvimento do sertanejo. O Deputado Osvaldo Coelho batalhou como ninguém para a criação da Universidade de Petrolina.

Naquela época, sugeri ao Deputado Osvaldo Coelho que fizéssemos uma coisa inusitada no Brasil, apresentando uma proposta para a criação de uma universidade no Vale do São Francisco. Fiz essa emenda. Muitos Deputados me diziam: "Não pode, universidade federal só pode ser em um Estado". Eu lhes dizia: mas nós vamos mudar a lei. E mudamos a lei.

Em conjunto com Osvaldo Coelho, nós criamos a Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade que já nasceu em três Estados. No Piauí, do meu companheiro Wellington Dias, mais precisamente em São Raimundo Nonato. Aliás, Anibal, a Universidade Federal do Vale do São Francisco, no Piauí, em São Raimundo Nonato, teve o primeiro curso de Arqueologia do Brasil, o primeiro curso de graduação, em universidades federais. Havia Arqueologia como pós-graduação, enfim, mas, como graduação, foi o primeiro curso. Uma ousadia! Criamos a Universidade do Vale do São Francisco em Pernambuco, e na Bahia. Em três Estados.

Estou agora provocando aqui o Senador Renan, o Senador Collor, o Senador Bendito de Lira, o Senador Antonio Carlos Valadares, com quem conversei demoradamente, o próprio Senador Amorim e a Senadora Ma-

ria do Carmo, no sentido de que estes Estados, Alagoas e Sergipe, possam ter a expansão da Universidade do Vale do São Francisco.

Aprovamos a lei, Senador Anibal, ainda no governo Fernando Henrique. Portanto, posso dizer que começou com o Fernando Henrique. Mas nós instalamos a universidade no governo Lula. Sabe quem era o Ministro? O nosso companheiro Cristovam Buarque. Instalamos a universidade, fruto de toda uma mobilização.

Depois disso, Senador Anibal, nós acompanhamos, no governo Lula, uma das coisas mais importantes, a política mais importante para essa área do ensino público federal, encampada pelo Presidente Lula, que era exatamente a interiorização do ensino federal superior.

Aí vou de novo falar da experiência do nosso Estado, Senador Anibal. Nós tivemos, em vários Estados da Federação, essa mesma coisa. Logo em seguida, abrimos a campanha para a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, criada. A campanha começou no ano 2000; portanto, não começou no governo Lula. Ganhou força em 2002 a campanha, na Bahia. Mas nós só conseguimos que o projeto viesse para cá com a chegada do Presidente Lula.

Inauguramos essa Universidade em 2006. Uma Universidade que já nasceu em quatro cidades: na cidade de Cruz das Almas, onde havia uma unidade da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, que o que nós poderíamos chamar de o ponto de incubação, a origem; a cidade de Amargosa; Cachoeira e Santo Antônio de Jesus.

Agora, estamos vendo a Universidade Federal do Recôncavo Baiano já aumentar as suas tendas, esticar as suas barracas, chegar a outros cantos, como Feira de Santana. Precisamos fazê-la chegar a Valença, a Nazaré, como prevê a lei. Eu fui o Relator dessa matéria na Câmara dos Deputados, e o Senador Antonio Carlos Magalhães foi o relator aqui, no Senado.

Aliás, deixe-me dar mais um dado importante da outra universidade de que falei aqui, a Universidade do Vale do São Francisco. Ela hoje está em Senhor do Bonfim, no caso da Bahia, não só em Juazeiro, e vai abrir o curso de medicina na cidade de Paulo Afonso, ali bem na divisa com Pernambuco e Alagoas. Tenho feito uma pressão enorme, para que os Senadores de Alagoas e de Sergipe possam encampar essa ampliação da Universidade do Vale do São Francisco.

Depois, Senador Anibal, já no Governo Dilma, dando sequência a essa política, a Bahia ganhou três novas universidades. A Universidade do Sul e Extremo Sul, já em funcionamento, com um projeto muito bem elaborado, ousado, pilotado pelo Naomar Almeida, ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia, e a Universidade do Oeste. As duas, tanto a do Extremo Sul quanto a do Oeste, já nascem se espalhando em várias cidades.

Recentemente, tivemos a instalação da Unilab, em São Francisco do Conde, universidade que faz a proeza de abrigar o que poderíamos chamar de todo o horizonte da Língua Portuguesa, fazendo, ao mesmo tempo, exatamente uma reparação histórica. É uma universidade que também tratará das questões envolvendo os afrodescendentes. Acho fundamental fazermos esse resgate, esse balanço, meu caro Senador Anibal, o que nós, efetivamente, modificamos. Isso significa mais vagas, mais pesquisas, atração de investimentos, melhoria de cada uma dessas regiões.

Senador Anibal, ainda na questão da educação, eu chamo atenção para uma área pela qual tenho muito carinho. Sou oriundo de uma escola técnica. Estudei na Escola Técnica Federal da Bahia, com certeza, uma das grandes lições de vida para mim. Ingressei na Escola Técnica e, logo em seguida, virei pai. Dois dos meus três filhos nasceram no período em que eu estava na Escola Técnica. Eu terminei sendo pai muito cedo.

Nessa escola, eu tive já que me virar, não só estudar, mas, ao mesmo tempo, ganhar a vida. Entrava na escola às 7 horas da manhã e saía às 11 horas da noite. Nessa escola, eu era monitor de matemática e de física, depois passei a assumir também as turmas de eletrônica. Portanto, para ganhar a vida, no momento em que estudava, eu também tirava um dinheirinho para sustentar a minha família. Tanto eu quanto minha esposa éramos dois jovens estudantes quando tivemos esses dois filhos.

Meu caro Anibal, só havia uma escola técnica na Bahia. Uma! Vestibular disputadíssimo. Uma em toda a Bahia. Se algum filho do interior quisesse estudar na escola técnica, o pai teria que bancar toda uma estrutura para que ele pudesse se deslocar. Tive vários colegas que vieram das cidades do interior, mas todos eles com suas famílias fazendo sacrifício.

Hoje, Senador Anibal, depois da política do Presidente Lula, encampada pela Presidenta Dilma, vamos atingir a marca de mais de 30 escolas técnicas no Estado da Bahia, com outro nome agora: Instituto Federal de Ensino Tecnológico, inclusive com curso superior. Portanto, uma modificação consubstancial, com uma capilarização importante, indo ao encontro do desenvolvimento.

Essa política foi possível graças a esse desafio. E essa política encontrou guarida, nos últimos oito anos, na Bahia, Senador Anibal, a partir de uma decisão muito importante do Governador Jaques Wagner, de desconcentrar a economia da Bahia, concentrada na região metropolitana, diversificando-a, saindo do binômio

petróleo-petroquímica e utilizando-se de uma marca importante, que foi o desafio de aproveitar as potencialidades regionais, tanto a agrícola, quando a mineral e até a industrial. Portanto, expandimos a economia, desconcentramos, e fomos ao encontro dessas vocações, levando ensino técnico e superior, pesquisa, ensino profissional e, ao mesmo tempo, fazendo a adoção de um novo marco de logística e infraestrutura para desenvolver a Bahia como um todo.

Quando falamos isso, Senador Anibal, quero chamar atenção para o fato de que é verdade que essas coisas não começaram com Lula. Elas não começaram com Dilma. Elas não começaram com Wagner. Mas foi necessário que Lula, Dilma e Wagner adotassem posições muito firmes para que essa política pudesse ser consagrada, para que esse tipo de trabalho pudesse ser desenvolvido, principalmente em um Estado como a Bahia, que passou anos e anos a fio, eu poderia até dizer, com uma política de uma nota só: uma única matriz de desenvolvimento...

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... tudo voltado para a capital. Poderíamos dizer que a capital era a Meca, tudo acontecia em direção a Salvador. O negócio era tão forte, Senador Anibal, que o povo dizia assim: Você vai para aonde? Eu vou para a cidade da Bahia. Dizia o sujeito do interior: vou para a cidade da Bahia, e não para Salvador.

Há diferença! Não começou com Lula, mas eu pergunto: quem foi que tomou a decisão de executar isso? Sempre tenho dito isso aqui no Senado.

Eu lembro: eu sou fruto de uma família que migrou para Salvador, buscando oportunidade. Eu até, talvez, tenha dado mais sorte do que meus irmãos, porque, como sou um dos últimos, eu já nasci na cidade de Salvador. Mas meus pais, Anibal, antes de Salvador, passaram em três cidades – minha mãe, meu pai; Sofia, que é uma pessoa que, desde cedo, acompanhou e que é a minha mãe de criação, chegou em nossa casa quando tinha dez anos e, portanto, acompanhou meu pai e minha mãe em toda essa jornada. Minha mãe completou, no dia de ontem, 89 anos de idade. Meu pai e minha mãe enfrentaram essa agonia de deixar a roça, de migrar de uma cidade para outra, de virar ferroviário, de tentar a sorte grande em Salvador. Então, toda uma fase de difícil adaptação. Esse tripé aí – meu pai, minha mãe e Sofia, minha mãe de criação – enfrentou as dificuldades.

Tive, em 2008, a oportunidade de mostrar às pessoas a casa onde nasci, no subúrbio ferroviário, em Salvador. Ali no subúrbio, numa localidade chamada Escada, na beira do trilho.

Eu fico olhando, hoje, aquela casa. Sou de uma família de oito irmãos. Quando estávamos nessa casa, quando nasci, fui o sétimo dessa família de oito. Quando olho o tamanho da casa, Anibal, não imagino meu pai, minha mãe, Sofia e mais sete pessoas. Fico olhando como é que cabia naquela casa!

Não começou com Lula, mas foi com Lula, Anibal, que o desafio do Minha Casa, Minha Vida bateu todos os recordes. A Bahia foi o Estado que mais fez Minha Casa, Minha Vida.

Meu pai morreu, Anibal, e não teve oportunidade de ver... Não essa casa em Escada, mas outra casa no Uruguai, numa rua chamada Uruguai, um bairro – não é Uruguai país, é um bairro na cidade de Salvador –, uma rua até muito, eu diria assim, inusitada, a situação das três ruas. Essa casa nossa na Rua da Sinagoga fica próxima a uma antiga fábrica de chocolate, chamada Chocolate Chadler, que não é mais uma fábrica de chocolate. Essa briga contra a poluição fechou essa fábrica, Anibal, e essa fábrica era de um judeu. O Chadler tem a ver, inclusive, com o sobrenome dele: Adler. Chocolates, aí ele fez Chadler. E batizaram as três ruas próximas a essa fábrica de Galileia, Palestina e Sinagoga. A nossa casa era na Rua da Sinagoga. Eu sei até hoje o número: Rua da Sinagoga nº 33. Eu me lembro que meu pai pagava aquele negócio de floreiro.

Meu pai morreu e não teve a posse dessa casa. Hoje, milhares de baianos podem ter o seu teto com o Minha Casa, Minha Vida. Mais de cem mil unidades, meu caro Anibal! Vamos atingir a casa de 130 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida na Bahia!

Não começou com o Lula. Tinha o BNH.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O BNH, inclusive, foi fechado, e o Minha Casa, Minha Vida resgatou isso, podendo dar teto, podendo permitir às pessoas pisarem o chão e dizer "aqui é meu" e em condições de se mudarem.

Não começou com o Lula a ferrovia, mas acabaram com as ferrovias no Brasil; e precisou do Lula para retomar.

Não começou com o Lula o BNH, mas acabaram com o BNH; e precisou do Lula para retomar.

Não começou com o Lula o surgimento da faculdade de Medicina, em 1808, na Bahia; mas precisou do Lula para a Bahia sair de uma universidade e chegar a seis.

Não começou com o Lula a Escola Técnica, que só tinha uma no Barbalho, e que, em 1997, uma das primeiras ações minhas aqui como Deputado Federal, num projeto de decreto legislativo assinado por mim, Luciano Zica e Miguel Rosseto, a gente tentava barrar um decreto que acabava com as escolas técnicas no Brasil, o Decreto-Lei 2208, não começou com o Lula, mas tentaram acabar; e precisou do Lula para expandir, para a Bahia sair de uma para 30, devendo chegar a mais de 30 escolas técnicas espalhadas por todo o Estado.

Por isso, é importante a gente sempre lembrar isso.

Nós não queremos a presunção de que começou conosco. Não vale isso. Mas é importante lembrar, na memória das pessoas, quem tomou a decisão, quem assumiu a posição, quem disse assim: "Tem que pegar esse recurso e passar para aqui." Essa decisão foi uma decisão tomada a partir do governo Lula,

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... que teve sequência com o Governo Dilma e foi tocada, no caso do Estado da Bahia, pelo Governador Jaques Wagner.

Por isso, Senador Anibal, na noite de hoje, aqui, eu posso tranquilamente falar, e estou falando de coisas de que participei como cidadão, que experimentei na minha vida pessoal, e que tive a oportunidade de contribuir aqui como Deputado Federal e como Senador da República.

Essas transformações não começaram com Lula, mas foi decisiva a posição de Luiz Inácio Lula da Silva de começar a adotar uma postura de inversão de prioridades, de apostar que era possível investir, acreditar e fazer para essa gente, essa gente que pôde ascender, que pôde ter trabalho, emprego e renda com a desconcentração da economia, que pôde comprar a sua casa própria. Muita gente até está podendo comprar, inclusive, até para desespero de alguns, carro e até passagem de avião!

Eu me lembro, Senador Anibal, que a primeira vez que um tio meu foi viajar para a Holanda – ele na Marinha, mas tinha que ir de avião para poder chegar à Holanda e se incorporar àquela esquadra brasileira que andava pelos mares da Europa – toda a nossa família foi para o aeroporto, porque era motivo de festa. Ninguém na nossa casa tinha viajado de avião ainda.

Por isso é que os aeroportos brasileiros, Anibal, foram construídos de forma que do *check-in* para fora é a parte maior, porque, todas as vezes em que um brasileiro ia viajar, a família inteira ia para o aeroporto, porque era motivo de festa. Agora, os aeroportos estão aumentando do *check-in* para dentro. E sabe por quê? Porque, na minha família, agora, todo mundo pode viajar; na família de diversos brasileiros, todos podem viajar. Não é mais um privilégio de poucos andar de avião neste País. Não começou com Lula, mas precisou da decisão de um sujeito chamado Luiz Inácio Lula da Silva para dizer: "O sujeito é pobre, mas tem direito a viajar de avião, tem direito a ter casa própria e tem que ter direito a também andar de carro, a melhorar de vida."

É esse desafio, Aníbal, que é importante a gente falar para um Brasil que é do tamanho de um continente.

É isso, Senador Aníbal. São com esses desafios que a gente vai construindo uma Nação. São com esses desafios que a gente vai reintegrando um povo. São com essas medidas que a gente vai botando uma população, como a da Bahia, para parar de chamar Salvador a cidade da Bahia, para o sujeito continuar chamando a sua cidade de minha cidade. Não é ter orgulho, mas é ter exatamente a satisfação de dizer: Eu moro na minha cidade e nela eu laboro, nela eu estudo, nela eu tenho os serviços; na minha cidade. Para a gente acabar com essa história de que tudo é numa Meca, tudo é na cidade da Bahia.

Portanto, esse desafio só foi possível graças a governantes que tiveram coragem de fazer a inversão de investimentos, de tomar a decisão de fazer mais para os que mais precisam, de forma corajosa, forte e firme, para a gente poder bater no peito e dizer: Esta Nação Brasil olha agora para todos os seus filhos, e não uma Nação construída só para poucos e muito poucos.

Era isso, Senador Anibal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Walter.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem n° 138, de 2014**, encaminhando Projeto de Lei ao Congresso Nacional, autuado com o número 5 de 2014-CN, que "Altera a Lei n° 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências".

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2014 - CN
(nº 138/2013, na origem)

Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 80. .....

.....

§ 10. O prazo estabelecido no § 1º não se aplica para proposição de aumento da remuneração dos cargos de Escrivão de Polícia Federal, de Agente de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal, integrantes da Carreira Policial Federal, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

SAJ
03500.000561/2013-99 (A 6)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Ivan Antônio Alves
Brasília-DF 23/05/14 às 19:18

EM nº 00086/2014 MP

Brasília, 23 de Maio de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências".

2. A referida alteração tem por objetivo excepcionalizar do prazo de 24 de dezembro de 2013, previsto no § 1º do art. 80 da citada Lei, a fim de possibilitar o aumento da remuneração dos cargos de Escrivão de Polícia Federal, de Agente de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal, integrantes da Carreira Policial Federal, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, decorrente de negociação ocorrida entre o Governo Federal e os representantes dos referidos servidores no início deste exercício.

3. Ressalte-se que a medida proposta busca atender a demanda da única categoria de servidores públicos que ainda não tinha sido contemplada com os aumentos salariais e reestruturação de carreiras concedidas aos demais servidores públicos do Poder Executivo, conforme proposta salarial feita a todas as categorias em agosto de 2012. O aumento será de 15,8%, a ser pago em duas parcelas, 2014 e 2015, correspondente ao reajuste de 5% ao ano concedido às demais categorias, no período de 2013 a 2015.

4. A presente proposta está em consonância com os Termos de Acordos firmados entre a Administração Pública Federal e as entidades representativas das categorias de servidores públicos, proporcionando a valorização de suas remunerações e, à Administração, a atração e retenção de profissionais de níveis de qualificações compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e das carreiras, além de instituir um serviço público profissionalizado, responsável, eficiente e democrático para constituir e desenvolver uma inteligência permanente no Estado.

5. Destaque-se que as despesas decorrentes da presente proposta, cuja vigência será a partir da publicação da respectiva Lei, correrão à conta da autorização e dos recursos a que se refere o item 4.1.6 do inciso II do Anexo V da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, Lei Orçamentária de 2014 - LOA-2014.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o referido Projeto de Lei, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências."

Respeitosamente,

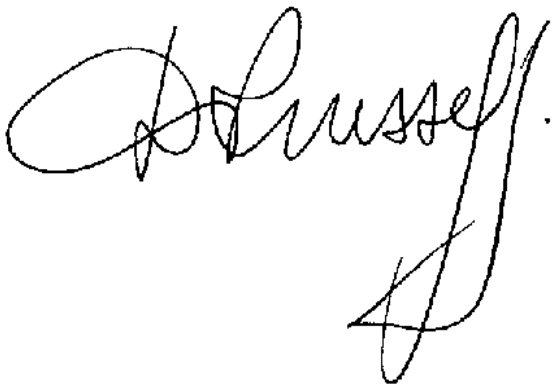
Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

Mensagem nº 138

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências".

Brasília, 30 de maio de 2014.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.(Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

.....

DECRETO-LEI Nº 2.251, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1985

Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.

.....

Art 1º Fica criada, no Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, a Carreira Policial Federal, composta de cargos de Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Censor Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, conforme o Anexo I deste Decreto-lei, com os encargos previstos na

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Constituição Federal e na legislação específica. (Vide Lei nº 9.266, de 1996 e Lei nº 10.682, de 2003)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 12.919, DE 24 DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

.....

Art. 80. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2014, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1o O anexo a que se refere o caput conterá autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até a data de publicação desta Lei, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente.

§ 2o O anexo de que trata o § 1o considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2014 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização, durante a apreciação do projeto, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo fixado pelo § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

§ 3o Para fins de elaboração do anexo previsto no § 1o, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União apresentarão e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando a compatibilidade das modificações com as referidas propostas e com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4o Os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União publicarão no Diário Oficial da União, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, demonstrativo dos saldos das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, mencionadas no caput, constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2013, que poderão ser utilizadas no exercício de 2014, desde que comprovada a existência de

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

disponibilidade orçamentária para o atendimento dos respectivos impactos orçamentários no exercício de 2014.

§ 5o Na utilização das autorizações previstas no caput e na apuração dos saldos de que trata o § 4o, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

§ 6o A implementação das alterações nas despesas de pessoal e encargos sociais, previstas no art. 79, fica condicionada à observância dos limites fixados para o exercício de 2014 e desde que haja dotação autorizada, nos termos deste artigo, igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado.

§ 7o O disposto no inciso I do § 1o aplica-se à transformação de cargos vagos que implique aumento de despesa.

§ 8o Os projetos de lei e as medidas provisórias que criarem cargos, empregos ou funções a serem providos após o exercício em que forem editados deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar a autorização e dotação em anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem providos, não sendo considerados autorizados enquanto não publicada a respectiva lei orçamentária.

§ 9o As dotações correspondentes ao anexo de que trata o § 1o deste artigo serão alocadas na proposta e na lei orçamentária em reserva de contingência e serão remanejadas quando da implementação da autorização ali contida.

.....
.....

LEI Nº 12.952, DE 20 JANEIRO DE 2014

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

.....
.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O calendário de tramitação do Projeto Lei do Congresso Nacional, estabelecido nos termos do art. 112 da Resolução n° 1, de 2006-CN, será publicado.

É o seguinte o calendário:

Leitura: 2-6-2014	
Até 7/6	prazo para publicação e distribuição de avulsos;
Até 15/6	prazo para apresentação de emendas;
Até 20/6	prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e
Até 5/7	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da Comissão Mista de Orçamento à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em avulsos e no *Diário do Senado Federal* de 3 de junho do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra sessão para amanhã, no horário das 14 horas, e amanhã, às 16 horas, haverá sessão deliberativa, com a Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2014

(Em urgência - Requerimento nº 539/2014 - art. 336, III, Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2014 (nº 4.246/2012, na Casa de origem), que *dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.*

Parecer sob nº 493, de 2014, de Plenário, em substituição à CCJ, CI e CAS, Relator: Senador Romero Jucá, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 18-Plen, de Relator, que apresenta.

Pendente de pareceres da CCJ, CI e CAS, sobre as Emendas de Plenário nºs 19 a 29, apresentadas durante a discussão da matéria.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.*

Parecer sob nº 190, de 2014, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Durval, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.*

Parecer nº 1.470, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Gim, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 461, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Vital do Rêgo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Aloysio Nunes Ferreira e da Senadora Gleisi Hoffmann.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2013

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Vital do Rêgo, que *altera a Constituição Federal para disciplinar a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do sistema único de saúde e na atenção básica à saúde.*

Parecer nº 1.228, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, respectivamente, da CDH, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e da CAS, Relator: Senador Mão Santa.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012 do Senador José Sarney, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico.*

Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:

- aprovação do Projeto, das Emendas nº 1, 4, 7, 9, 10, 16, 19, 21, 23, 24, 26, 29 e 30, a ele oferecidas; bem como aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2007; 274, 277, 280 e 281, de 2010; 394 e 509, de 2013, nos termos da Emenda nº 32-(Substitutivo); e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5, 6, 8, 11 a 15, 17, 18, 20, 22, 25, 27, 28 e 31; e dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013;
- desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012, para que tenha tramitação autônoma, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs 40 e 106, de 2007; 143, de 2008; 12 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 190 e 340, de 2008; 1, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 279, 282 e 283, de 2010; 65, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 209, 397, 413, 457, 459 e 464, 2012; 5, 24 e 329, de 2013; e
- declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 55, de 2009; e 106, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, 542, 625 e 735, de 2007; 278, de 2010; 271 e 439, de 2011; 197, 222 e 371, de 2012.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, do Senador José Sarney, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.*

Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:
- aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 10 a 12, 14, 18, 20, 21, 28, 30, 34, 36 a 38, 41 e 42, a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 43 (Substitutivo); e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 9, 13, 15 a 19, 22 a 27, 29, 31 a 33, 39, 40 e 43; e dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013.

11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*
Parecer sob nº 1.213, de 2013, da CCJ, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12
REQUERIMENTO Nº 1237, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009 - Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

13
REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (formação dos professores de educação física).*

14
REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

15
REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

16
REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

17
REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

18
REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 - Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

19
REQUERIMENTO Nº 210, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2014, do Senador Cássio Cunha Lima, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011), com os Projetos de Lei do Senado nºs 339 e 453, de 2008; e 541, de 2009 (que já se encontram apensados), por regularem matéria correlata (desfiliação partidária).*

20
REQUERIMENTO Nº 211, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata (reforma do Código Penal).*

21
REQUERIMENTO Nº 234, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 443, de 2012, por regularem matéria correlata (formação dos professores de educação física).*

22
REQUERIMENTO Nº 236, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 2014, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2007, e 48, de 2012, por regularem matéria correlata (afastamento para reeleição dos chefes do Poder Executivo)*

23
REQUERIMENTO Nº 245, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 2014, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (suspensão da construção de novas usinas termonucleares).*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 42 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014
DA COMISSÃO TEMÁTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 11H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 1ª reunião ordinária de 2014 da Comissão Temática da Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 10 de fevereiro de 2014, segunda-feira, às 11h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Coordenação do Conselheiro Alexandre Kruel Jobim, destinada aos itens: Item 1 - Leitura e Deliberação do Relatório apresentado pela Conselheira Wrana Panizzi, referente à 5ª Comissão de Relatoria; Item 2 – Leitura e Deliberação do Relatório apresentado pelo Conselheiro Ronaldo Lemos, referente à 7ª. Comissão de Relatoria; Item 3 – Leitura e Deliberação do Relatório

apresentado pelo Conselheiro Celso Schröder, referente à 9ª. Comissão de Relatoria; e Item 4 – Assuntos Gerais e Comunicações dos Conselheiros.

Estiveram presentes os membros: ALEXANDRE KRUEL JOBIM, Coordenador; FERNANDO CESAR MESQUITA, representante da sociedade civil; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, Representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, representante das empresas de rádio; ROBERTO FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação Social; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil; ROBERTO FRANCO, Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; WRANA PANIZZI, representante da sociedade civil; MARCIO NOVAES, representante das empresas de televisão e MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas.

(Texto com revisão.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Srs. Conselheiros, vamos começar a nossa reunião da Comissão.

Bom, senhores, em primeiro lugar, bom dia!

Felicito todos por esse retorno aqui depois dessa virada de ano. Começando 2014 já em fevereiro, mas, regimentalmente, tanto no Conselho de Comunicação Social, onde temos reunião à tarde, quanto na própria Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social é isso o que nós temos que fazer agora.

Primeiramente, gostaria de submeter a vocês a Ata Circunstanciada da 2ª Reunião Ordinária desta Comissão, que foi realizada no dia 2 de dezembro. Vocês receberam-na com antecedência. Eu acho que ela está muito bem feita, como todo trabalho que a Assessoria do Conselho, a Secretaria do Conselho de Comunicação Social presta, não só ao Conselho, mas também ás comissões também.

Então, eu gostaria de só submeter a Ata à aprovação de vocês e saber se há alguém que quer fazer algum reparo alguma observação. (*Pausa.*)

Não? Então, declaramos aprovada essa Ata, embora a gente não tenha essa obrigação regimental. Mas é importante deixar registrado que esse assunto está precluso, vamos chamá-lo assim.

O segundo ponto que eu queria colocar antes de nós entrarmos na nossa pauta é o ponto de procedimento, o que eu queria combinar com os colegas da Comissão. Nós combinamos na última reunião, e isso está incluído nessa Ata Circunstanciada, que quando nós tivéssemos a deliberação de temas, ou melhor, os debates dos temas, que nós pudéssemos enviar isso a todos os membros da Comissão com uma antecedência razoável, coisa de uma semana, para que pudéssemos fazer render mais o trabalho e sermos mais objetivos.

Nesse último período, nessa última reunião, houve alguns contratempos, não só de prazos, mas também de parte da Secretaria, que recebeu isso tardiamente e não teve condições de preparar com antecedência. Mas isso não é óbice ao nosso debate. É só para a gente deixar isso combinado, ou seja, a Comissão de Relatoria, mediante o seu relator, deve dar o pontapé inicial. O relator deve preparar o seu relatório, a sua posição individual a respeito do tema; compartilhar isso com os membros dessa Comissão de Relatoria; no caso, com os outros dois, que vão receber os seus aportes. Independentemente se for consenso ou dissenso, o relator leva essa matéria e a traz para Comissão para fazer um primeiro debate sobre isso.

Então, cabe ao relator – é bom deixar registrado isso – o impulso para com seus pares da Comissão de Relatoria e o impulso para a distribuição desse relatório da Comissão de Relatoria aos demais membros da Comissão de Liberdade de Expressão.

Então, queria só combinar isso com vocês para andarmos de forma mais fluida nos próximos tempos.

Nós temos aqui quatro itens na pauta, na verdade, o último trata de assuntos gerais que nós já até antecipamos. O primeiro deles trata da questão da leitura e deliberação do relatório apresentado pela Conselheira Wrana Panizzi, referente à 5ª Comissão de Relatoria, que é um tema em voga da garantia e proteção dos jornalistas e comunicadores.

Não preciso dizer aos senhores e aos colegas da Comissão e também aos demais presentes na reunião o quão difícil está a situação dos jornalistas, comunicadores, profissionais que trabalham na comunicação, radialistas, operadores, cinegrafistas, inclusive, e repórteres que estão no dia a dia, principalmente nas ruas, fazendo suas reportagens, fazendo a cobertura jornalística, pois têm infelizmente acontecido atos bastante graves nos últimos tempos, nas últimas semanas, que estão não só no noticiário, como também é de conhecimento do público em geral.

Não tenho dúvida que aqui na Comissão de Liberdade de Expressão, seguramente no Conselho de Comunicação, como também principalmente no bom senso geral de todos os cidadãos é um ato de repúdio a

essas agressões contra os comunicadores, os cinegrafistas, os jornalistas, os radialistas, enfim, toda a categoria que vem trazer e fazer informação pública, informação de qualidade, ainda que não seja de qualidade um caso aqui, outro acolá, mas é impossível termos qualquer tipo de permissão ou, digamos, parcimônia com esse tipo de agressão.

Então, esse relatório da Conselheira Wrana Panizzi vem em boa hora. E passo a palavra a ela para comentar, de modo que, depois no debate, tenhamos as manifestações de cada um dos membros. Porém, antes, uma questão de ordem do Conselheiro Daniel Slaviero.

O SR. DANIEL SLAVIERO – Presidente, antes de a Conselheira Wrana Panizzi fazer a leitura do seu relatório, como você mesmo colocou sobre a importância e relevância desse assunto.

Na última quinta-feira, aconteceu uma agressão ao cinegrafista da Rede Bandeirantes. Todo mundo está acompanhando. Ele está em estado gravíssimo de saúde.

Uma vez que um profissional de imprensa é impedido de exercer a sua função, quem mais perde é a sociedade brasileira, que deixa de ser informada.

Então, queria sugerir que o Presidente da Comissão de Liberdade de Expressão levasse na nossa reunião da tarde e propusesse em nome de todos, em nome da Comissão, para que o Conselho de Comunicação se manifestasse oficialmente e fizesse uma nota de repúdio a esses atos de violência contra os profissionais de imprensa e contra os jornalistas.

Então, que o Presidente pudesse levar e propor isso em nome de todos os membros para a Comissão. E o Conselho de Comunicação se manifestasse formalmente sobre esse gravíssimo incidente que ocorreu nesta última quinta-feira.

Era essa a minha sugestão antes de lermos o relatório.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Queria endossar a proposta do Conselheiro Daniel, que, sem prejuízo do debate do excelente relato feito pela Conselheira Wrana, que nós elencássemos esse tema emergencialmente para a tarde. Parece-me pertinente e urgente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pois é, quero fazer das palavras não só do Daniel como também do companheiro Conselheiro Schröder a nossa indignação como radialistas, que é um trabalhador representado por nós.

Queria que constasse também esse nosso pedido, que fortalecesse esse pedido.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

Vamos fazer o seguinte: vamos debater o tema porque eu o acho comum ao objeto dessa nota de repúdio, dessa manifestação do Conselho de Comunicação. E seguramente a ideia é levarmos tanto o assunto da relatoria, dessa Comissão de Relatoria, se estiver maduro para levar ao Conselho. Quanto a essa nota de repúdio, a essa moção, já levamos conjuntamente na reunião da tarde do Conselho de Comunicação e lá poderemos deliberar qual a abrangência e quem seriam os destinatários dessa nota de repúdio. Já adianto a minha posição pessoal, que eu queria até propor – às vezes, no Conselho, a gente pode combinar –, mas acho que isso a gente tem que levar ao Presidente do Congresso Nacional, ao Poder Executivo, a preocupação deste Conselho de Comunicação e esta iniciativa da Comissão de Liberdade de Expressão.

Vamos passar, então, para a leitura do relatório.

Tem a palavra a Conselheira Wrana.

Muito obrigado.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Eu que agradeço. Obrigada, Presidente e colegas.

Apresento aqui um relatório desta Subcomissão, desta Comissão, encarregada de pensar sobre essa questão. Estou acompanhada do Conselheiro Alexandre Jobim e do Celso Schröder. Certamente sou neófita aqui, é a primeira vez que faço esse relatório, confesso que foi um pouco difícil, mas espero ter expressado aquilo que possa vir a ajudar na direção da temática.

Eu também, quando ouvi as manifestações dos colegas no sentido de que nosso Conselho se manifestasse, terminaria, depois, fazendo essa observação, na certeza, inclusive, de que essa observação, essa proposta viria.

Objeto de análise: PL nº 743, de 2011, do autor Marcelo Crivella, do PRB do Rio de Janeiro, que acrescenta o art. 166-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar o fornecimento de coletes à prova de balas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos profissionais do jornalismo; PL nº 2.658, de 2011, do autor Lindomar Garçon, do PV de Rondônia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os órgãos de comunicação social fornecerem coletes à prova de bala, com as especificações técnicas descritas, para os seus funcionários que façam cobertura jornalística de operações poli-

ciais; e o PLS nº 699, de 2011, de autoria de Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, que disciplina a utilização de coletes à prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.

Relato. Trata da proteção, portanto, dos profissionais de comunicação social e do fornecimento de coletes à prova de bala e da obrigatoriedade do seu fornecimento por parte dos órgãos de comunicação social e também disciplina seu uso por profissionais de comunicação social, quando da cobertura jornalística e o acompanhamento de operações policiais. É isso que dá unidade a essas três propostas.

Parecer. Inicio esse parecer com um questionamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), entidade de maior representação dos jornalistas brasileiros, questionando: "Será o jornalismo uma profissão de risco?" Muitos dirão que não, mas o que as estatísticas mostram é que sim. Talvez aqui esteja um pouco categórica a afirmação, não na sua natureza, a profissão – é isso o que pretendo dizer mais adiante –, não na sua natureza é profissão de risco, mas as circunstâncias que vêm se apresentando, que vêm se acumulando, hoje a tornam uma profissão que corre sérios riscos, como o fato ocorrido nessa quinta-feira mostra muito claramente.

Muitos dirão que não, mas o que as estatísticas mostram é que sim, pois nos últimos anos cresceram exponencialmente os casos de violência contra jornalistas e outros profissionais da comunicação em todo o Território Nacional, de modo que, a partir das ocorrências registradas, pode-se afirmar, com certo grau de certeza, que houve um aumento significativo de registros ligados a agressões físicas, ameaças e assassinatos sofridos por estes. Neste sentido, segundo matéria publicada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 20 de dezembro de 2013, tem-se que o Brasil deixou de constar na lista dos cinco piores países do mundo para o exercício da profissão de jornalista.

Contudo, apesar de o número de ocorrências ter se mantido estável por aqui, como mostra o balanço feito pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF), este divulgado em 18 de dezembro de 2013, em Paris, os números não são nada alentadores e a realidade concreta atual, pois, como aponta este relatório, em 2013, cinco jornalistas foram assassinados no Brasil, número igual ao do ano anterior.

Grande ilusão, contudo, achar que as coisas por aqui estão melhorando. É uma questão estatística, de modo que, se aqui as coisas continuam iguais e o Brasil saiu do *top* 5, é porque, como mostram os dados da referida organização, quatro em cada dez jornalistas morrem em áreas de conflito. Mostram ainda que o número de conflitos em outras partes do mundo aumentou e nele ingressaram, com a saída do México e do Brasil, a Índia e as Filipinas, que, junto com a Síria, a Somália e o Paquistão, completam a lista.

Mas, se somente esse argumento não faz jus à afirmação de que o jornalismo é uma profissão de risco, comparemos nossa pretensa estabilidade numérica – a saída do *top* 5 – com outros dados e veremos que, por aqui, ainda as coisas não estão boas, conforme coloca em referência, extraído da referida matéria da ABI: em todo o mundo, houve um decréscimo de 20% de assassinatos de profissionais de imprensa. Foram 71 jornalistas assassinados em decorrência de seu trabalho, 17 a menos do que em 2012. Do total, 96% eram homens, 40% morreram em locais de conflito, 37% trabalhavam na mídia imprensa, veículo seguido pela televisão e pelo rádio, ambos com 30%, e pelos portais *on-line,* 3%.

Apesar da diminuição, a Organização considerou muito elevado o número de mortos e comparou com 67 casos de 2011 e os 58 de 2010.

A *Repórter Sem Fronteiras* ressaltou que a queda dos assassinatos coincide com o aumento dos sequestros e das agressões ligadas a situações muito específicas como conflitos na Síria e protestos no Brasil, no Egito, na Turquia e na Ucrânia.

Disso se depreende que, quer queiramos, quer não, nós ainda estamos bastante atrás de observar em todo o mundo que a violência por aqui ainda é maior que em outros lugares.

Segundo números trazidos pelo Comitê para Proteção de Jornalistas, com sede em Nova York, o Brasil é o quinto país com maior número de mortes de jornalistas, com três casos confirmados: o fotógrafo Walgney Assis Carvalho, o jornalista Rodrigo Neto e o radialista Mafaldo Bezerra Goes.

Desse modo, estamos atrás somente da Síria (21), Egito (6), Paquistão (5) e Somália (4), conforme os dados trazidos pelo referido comitê e divulgados na matéria da ABI.

Na esteira do exposto, temos que, segundo os dados constantes nos relatórios da Fenaj, podemos, então, como mostra a tabela 1, dizer que o exercício da profissão de jornalista no Brasil é, sim, uma profissão de risco e exige, por parte das empresas jornalísticas e do governo, políticas que primem pela valorização da vida e da integridade dos profissionais a elas ligados.

Também é fato, como demonstram relatórios relativos aos anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, que essa violência, em seus diversos graus e formas, tem ocorrência nacional e não deixa de acontecer em nenhum dos Estados, como mostra a tabela 2.

Tabela 1: traz a percentagem das ocorrências anuais por tipo de agressão registrada contra os jornalistas e os outros profissionais da comunicação nesses anos todos, e trata da questão da agressão físico-verbal,

prisão, detenção e tortura, atentado, desrespeito ao sigilo da fonte, lesão corporal em cobertura de risco, ameaça, censura e assédio judicial, violência contra organização social, sequestro. Então, os dados mostram esse crescente. Não vou repetir todos os dados.

A tabela 2 mostra a percentagem de ocorrências anuais de agressão registrada contra jornalistas e/ou profissionais da comunicação por Estado da Federação. Temos aqui diferentes Estados e também onde isso acontece em maior número. Vamos verificar que há uma presença em todos eles e alguns, talvez, até pela forma como os dados podem ser coletados, podem aparecer mais ou menos, dependendo-se do Estado – os senhores todos têm a cópia; então, é possível acompanhar.

Portanto, em um país de dimensões continentais como o Brasil, pensar que tal distribuição estatística de casos relaciona-se a eventos pontuais é incorrer em erro crasso. Talvez, sim, há lugares em que o seu número de ocorrências é maior, como, por exemplo, em São Paulo, no Pará, no Rio de Janeiro, no Ceará, em Minas Gerais e no Distrito Federal. Mas isso deve-se muito mais à maior atuação e cobertura da imprensa nesses locais e, portanto, a um maior número de profissionais atuando, o que implica maior probabilidade de haver ocorrências do tipo. Talvez eu devesse pôr: "Isso se deve, talvez, muito mais...", para dar uma certa relatividade.

E, assim, respondendo à questão levantada pela Fenaj, no início deste parecer, é evidente, como os dados mostram, que a profissão de jornalista é uma profissão de risco e que, correlata a sua atuação profissional, como em outras profissões, há o risco iminente de morte em serviço e/ou em decorrência da sua atuação profissional, como no caso de assassinato, ou, ainda, de danos a sua integridade física e psicológica. Sendo assim, o perigo e o risco, no exercício da profissão de jornalista, deixou de ser algo restrito das zonas de guerra e conflitos sociais, como em tempos outros, e chegou à cobertura diária – é o que observamos. Tal violência cotidiana que observamos nas redações contra as redações e nas saídas externas não é natural e tem causas concretas que, invariavelmente, atentam contra a liberdade de expressão e de imprensa, assim como ao direito constitucional de todos terem acesso à informação de qualidade.

Outrossim, como os dados apresentados mostram, o número de assassinatos de jornalistas caiu e/ou se manteve estável em todo o País, mas, em 2013, um novo fato surgiu, qual seja, de ameaças de agressões sofridas por jornalistas durante a cobertura das manifestações públicas, principalmente nas chamadas Jornadas de Junho. Mas o mais incrível é que tais agressões e ameaças não partiram de traficantes, bandidos ou políticos corruptos, mas, sim, de policiais e de manifestantes, a quem a imprensa sempre serviu. Suas causas, como ficou evidente nas Jornadas de Junho, em grande parte se relacionam a não aceitação dos princípios democráticos, sobretudo no que se refere à exposição do contraditório e à prevalência do interesse público, em detrimento do interesse privado, característica essa inerente ao trabalho jornalístico.

Nesse sentido, é o momento de a Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social se posicionar, com vistas a coibir tais práticas, através do PL aqui em voga e do compartilhamento de responsabilidades sobre sua ocorrência entre o Poder Público, as empresas, os profissionais e a sociedade. De modo que caberia ao Poder Público construir e implementar políticas públicas de segurança para jornalistas e demais trabalhadores da comunicação, com vistas a combater-se a impunidade hoje observada e a fim de garantir apuração rigorosa dos casos registrados de violência contra esses profissionais.

Segundo, caberia às empresas empregadoras o respeito à legislação trabalhista brasileira e a garantia de melhoria na condição de trabalho desses profissionais, sobretudo no que se refere ao estabelecimento de normas de segurança para coberturas consideradas de risco. Terceiro, caberia aos profissionais a observância dessas normas de segurança e dos protocolos estabelecidos, com vistas a coberturas consideradas de risco, assim como se a legislação o prevê, o uso de equipamentos de segurança correlatos a esse tipo de atividade. E caberia à sociedade reconhecer a importância da atividade jornalística e o respeito aos princípios democráticos e de prevalência do interesse público sobre o interesse privado – portanto, reforça-se, aqui, a ideia de que não há um ator só responsável, mas que há um conjunto de ações advindas de diferentes atores.

É, portanto, a partir disto e do exposto nos PLs em voga, que damos parecer favorável à obrigatoriedade do uso de equipamentos de segurança, no caso, coletes à prova de bala, por profissionais de comunicação social, pois este ainda não se encontra regulado, nos termos do art. 166 da CLT e que:

1º) Nos termos do art. 166, da CLT, equipamentos de segurança devem ser fornecidos gratuitamente pela empresa/empregador a todos os profissionais que podem, ocasionalmente, estar em situação de risco no desempenho de suas atividades laborais e profissionais.

2º) No momento, inexiste classificação de risco da profissão jornalística e regulação disciplinatória em relação ao uso de equipamentos de segurança por parte de profissionais da comunicação social, que, eventualmente, se encontram em situação de risco.

3º) Que tal disciplinamento, avaliação de risco e uso deve ser regulado pelas instâncias colegiadas relacionadas à segurança do trabalho, as Cipas, como prevê o art. 662, da CLT, na letra a.

4º) Que a classificação do risco deve ser observado em função do aumento do número de ocorrências relacionadas a agressões desses profissionais, que, no exercício legal da sua profissão, tem sido vitimados, incorrendo, inclusive, muitas vezes, na morte desses profissionais; e

5º) Como consta no art. 167, o equipamento deve ser certificado e aprovado pelo Ministério do Trabalho, devendo ser fornecido por parte do empregador ao empregado, sendo gratuito e obrigatório.

Tem-se, então, que:

1) O disciplinamento do seu uso deve ser feito pelas referidas instâncias colegiadas de profissionais de comunicação social, as quais devem regular e especificar seu uso e as situações em que este EPI é obrigatório, sobretudo por ocasião da ameaça à vida, como no caso do trabalho jornalístico realizado junto às operações policiais e situações de conflito, de modo que:

a) No caso da não observância do seu uso do modo como é disciplinado e nas situações previstas, desde que fornecido pelo empregador ao empregado, fica a primeira isenta de qualquer ônus financeiro em caso de acidente de trabalho em que o profissional se encontre isento de sua atividade laboral, restringindo-se suas obrigações tão-somente àquelas já constantes na CLT; e

b) No caso em que houver o uso e o cumprimento do disciplinamento previsto no que se refere a esse EPI, fica a empresa obrigada a dar todo atendimento necessário ao mesmo até sua recuperação, como já previsto na CLT.

2) Após a aprovação desse acréscimo no art. 166, da CLT, no disposto no PLs nºs 743 e 2.658, no PLS nº 699, as comissões colegiadas suprarreferidas terão o prazo de 180 dias para disciplinar o uso de tais EPIs no caso de coletes à prova de balas por profissionais de comunicação social e as empresas e o Ministério do Trabalho, através de seus representantes legais, igual período para certificação e fornecimento dos mesmos a profissionais que se encontrem em situação de risco no exercício de suas atividades laborais.

Conclusão.

Nesse sentido, dá-se parecer favorável ao disposto nos referidos PLs e na alteração sugerida no art. 166 da CLT. Sugere-se a consulta popular, a partir da realização de audiência pública com todos os segmentos da sociedade e seus respectivos representantes, com vistas a se dimensionar a necessidade premente desse tipo de EPI e também se promover um fórum de discussão sobre a questão onde todos os segmentos da sociedade estejam presentes e a ele tenham acesso.

É o parecer.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Muito obrigado, Conselheira Wrana Panizzi por esse excelente relatório, propositivo, que enviou previamente ao Conselheiro Schröder e a mim.

Vamos fazer os comentários, primeiro, dos membros da Comissão e, depois, passaremos a eventuais manifestações dos demais membros da Comissão de Liberdade de Expressão. Primeiro a Comissão de Relatoria.

Conselheiro Schröder, por favor.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu queria, mais uma vez, parabenizar a nossa relatora, a Conselheira Wrana, porque parece que ela consegue dar ao problema a complexidade que o problema tem. Ou seja, a partir de dois projetos muito simples e muito pontuais, que era a questão dos coletes, dos n itens que nós vamos ter que tratar, conseguimos, me parece, ampliar o tema. Então, a complexidade, me parece, está garantida e eu queria agradecer às referências que faz à Federal Nacional dos Jornalistas ao longo do seu texto.

Nós recebemos, não fizemos os comentários que poderíamos ter feito por escrito, mas, me parece, que podemos aqui adendar ao texto, se a relatora assim considerar.

A Conselheira traz a questão – e me parece que relativiza, no início da sua fala, essa afirmação, e depois se percebe por que ela está dentro do seu texto –, a ideia de uma profissão de risco. É verdade, e a Fenaj tem insistido nisso, que, de maneira crescente, setores dos jornalistas, ou seja, alguns jornalistas assumem essa condição, e essa condição não está garantindo, quando esses trabalhadores assumem essa condição, a defesa necessária. Ou seja, os riscos estão ocorrendo sem a prevenção necessária. E é um problema, porque como a profissão não está enquadrada, Conselheira, em profissão de risco, nós não incidimos sobre aqueles pareceres das Cipas etc., etc., etc.

Qual é a preocupação da Fenaj em relação a isso? Não que não se enquadre em profissão de risco; o que nos parece é que é inadequado que a profissão como um todo entre aí, por várias razões. Uma delas é que nós não queríamos e não queremos naturalizar esses riscos, ou seja, esses riscos não podem entrar como se fossem uma condição da profissão, inerente. E não são. Ou seja, eventualmente nós assumimos. Não significa que nós não tenhamos, nesses momentos, inclusive de enquadrá-los com as características que a CLT já prevê. Eu acho que aquilo ali é uma base importante, que quando assumidos esses riscos... E eu acho que nós temos que decidir quando é que vai ser resolvido isso.

A segunda questão que nos preocupava, Presidente, é acolher uma certa postura romântica, de um certo momento do jornalismo, onde esses riscos eram incorporados como uma certa virtude inclusive, ou seja, como uma certa condição *sine qua non* e tal, e houve momentos inclusive, que felizmente nós superamos – e no Rio Grande do Sul nós tivemos vários desses momentos – ou seja, de sequestros ou de problemas em prisões, onde alguns jornalistas, de uma maneira irresponsável em algum momento, em outros ingenuamente se colocavam em risco, para de alguma maneira garantir o privilégio da informação em primeira mão e tal. Os jornalistas combateram isso, e acho que nós conseguimos reagir a esse problema. Portanto, a romantização do risco dos jornalistas não nos interessa, não nos interessa.

Em que pese isso, Conselheira, acho que sim, a ideia do risco inerente, do crescimento do risco e, portanto, não essa condição substantiva que está prevista na CLT, mas a ideia adjetiva de que é uma profissão que assume essas condições de risco e, portanto, me parece pertinente. Então nós apoiaríamos esse relatório nessa condição.

Nós queríamos tentar agregar, se a Conselheira permite e se o Conselho assim entender, a ideia de que, enquanto nós não estamos nessa condição de risco, portanto não está previsto na CLT, nós não temos a possibilidade de fazer esse debate dentro das comissões, e Cipa, enfim, não está previsto. O que a Fenaj está propondo e já tornou público isso, é que uma série de conjuntos que levem em conta essa complexidade que a Conselheira conseguiu dar seja contemplada. E aí eu vou elencar algumas propostas que nós temos feito ao longo do tempo.

Em relação ao Estado, ou seja, isso que está previsto, acho que o Estado é isso mesmo, o Estado tem que nos garantir políticas públicas. Então, acho, nós estamos pedindo, e as circunstâncias dos últimos dias têm nos indicado isso, uma audiência urgente com o Ministério da Justiça. Nós estamos pedindo uma audiência com o Ministério da Justiça, eu sei que o Presidente já elencou outros aqui, e nós temos certamente as autoridades.

Mas me parece que o Estado brasileiro precisa mostrar ao País e ao mundo que vai reagir a essa violência, que tem várias facetas, facetas registradas no relatório. Por exemplo, o aumento de assassinatos. Os números são díspares, e nós temos que resolver isso, mas não precisamos inflar números, porque os números são suficientes para que nós nos preocupemos com isso, e acho que o País precisa responder.

O Ministério da Justiça. Nós já temos uma relação com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, aonde nós levamos algumas propostas que, em alguns momentos, a ministra, inclusive, as endossou publicamente, mas que não deu provimento a elas, que seria construir no País um observatório público, porque esses números que aparecem são tão díspares que lhes tiram credibilidade, ou seja, misturam-se números, misturam-se anos, misturam-se meses, às vezes para utilização política externa, às vezes para desinflar, enfim... Que nós tivéssemos juntos empresas de comunicação no Brasil, trabalhadores da área da comunicação e o Estado brasileiro um observatório que levasse em conta ameaças, denúncias, crimes, processos de investigação, e processos de julgamento, para que chegássemos ao final dessa situação e a impunidade que muitas vezes está incorrendo em investigação de crimes sobre jornalistas pudesse ser resolvida.

Então, essa é uma proposta que está já na Secretaria de Direitos Humanos e nós imaginamos que ela é passível. Sei que temos diferenças sobre elas, mas nós acenamos com uma federalização da investigação dos crimes. Essa é uma proposta, inclusive, que a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) defende e já está implementada do México. É claro que ela não funciona sozinha, não resolve as questões, mas incide sobre espaços regionais ou políticos em que forças políticas conservadoras ou de interesses privados, e incide, inclusive, sobre a investigação.

Muitos processos contra jornalistas e trabalhadores de comunicação não chegam sequer a processos judiciais, porque as investigações são muito falhas, muito contaminadas, resultando em processos com problema. Então, a investigação, nos parece, que seria um elemento interessante.

Em relação às empresas – e este é um apelo que faço, já que temos aqui vários representantes –, acho que temos que sinalizar publicamente com um protocolo – já fizemos isso, já mandamos e já temos resultado – nacional de acordo entre nós que se incorpore a nossa rotina do trabalho, independentemente da SIP, independentemente dessa caracterização formal que a CLT nos garante, que garanta, por exemplo... Não estou fazendo julgamento nenhum neste momento, não é o momento, a situação é dramática do ponto de vista do nosso companheiro que foi atingido nesse último movimento. Mas as condições de trabalho em que ele estava naquele momento eram visivelmente adversas. Isso não o transforma em réu e muito menos a empresa que estava lá. Não, há um autor e esse autor tem que ser punido, que é quem disparou o rojão. Mas nós temos que garantir que as condições de trabalho sejam as melhores possíveis para que esse risco seja relativizado.

Então, um protocolo por nós, trabalhadores e empresas, assinado, que garanta treinamento, seguros, proteção, ambiente de segurança, enfim... Os protocolos estão aí e me parece que poderiam ser incorporados à proposta desse relatório que reputo, mais uma vez, de qualidade e principalmente que conseguiu trazer a

dimensão dramática em que os trabalhadores de comunicação no Brasil, particularmente os jornalistas, vivem nesse momento.

Obrigado, Presidente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado Conselheiro Schröder.

Eu também, na condição de partícipe, de membro dessa comissão de relatoria, queria tecer algumas observações. Em primeiro lugar, a questão da chamada profissão de risco. Eu acho que o Conselheiro Schröder colocou muito bem a situação e não tiro a razão da forma que foi colocada no relatório da Conselheira Wrana Panizzi. Por quê? A pergunta é: o jornalismo é considerado – jornalismo no sentido mais lato possível, não só aquela dicotomia que é sempre a preocupação do Nascimento do jornalista, porque…

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – O Nascimento me chamou a atenção. Certamente, eu disse a ele que falasse depois publicamente. Ele me mostrou até uma legislação, porque eu acabei restringindo e não fazendo uma menção à radialista, mas, enfim, todas essas questões que existem em torno…

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente. Nós comentamos na reunião passada, quando elencamos esse tema que a situação é *latu*. Quando fala jornalismo, na medida das proporcionalidades, você tem toda a cadeia produtiva da atividade jornalística, em que há jornalistas, radialistas, cinegrafistas, técnicos, que podem estar ou não na questão de risco. Esse é o ponto. Ou seja, a Conselheira comentou e trouxe um relatório explicitando uma proposta objetiva, como se fosse incluir a questão do jornalismo como uma profissão de risco e todas as suas consequências de uma regulamentação.

Eu acho que o Conselheiro Schröder colocou é um questionamento muito importante e que eu concordo. O jornalismo não é uma profissão de risco. Ele está em circunstâncias de risco. Ou seja, questões circunstanciais estão expondo os jornalistas, os profissionais de uma forma geral a risco que não deveriam ser inerentes à profissão dele, porque a profissão de comunicadores e de repórteres de jornalismo não deveria ser isso numa sociedade civilizada, em que não houvesse casos literalmente fortuitos, banais e absurdos como esses que aconteceram recentemente aqui no nosso Brasil.

Então, acho que esse é o primeiro ponto. Eu concordo com o Conselheiro Schröder de que não retire o condão, mas eu acho que deve ter essa proposta quando nós tivermos essa discussão no plenário do Conselho. Devemos trazer essa questão. Ou seja, nós não deveríamos ser uma questão de risco até para não trazer esse romantismo, como se houvesse algum tipo de privilégio, como se nós tivéssemos ainda em épocas desse romantismo, em que o risco era a produção jornalística, de liberdade de expressão, como se estivesse nos porões e numa seara da clandestinidade, que não temos há muito tempo. E há esse romantismo que pode trazer uma discussão, que não é o caso. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto trazido pela Conselheira Wrana é a questão de o Brasil estar no *top five*. Nós temos várias entidades pelo mundo e também pelo Brasil que têm seus relatórios pontuais sobre a atividade de risco, de atentado à liberdade de expressão via profissionais da comunicação. Por exemplo, a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa); o Centro de Proteção ao Jornalista, que faz um trabalho no mundo inteiro excelente, com relatórios muito pontuais; a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão); a AIR (Associação Internacional de Radiodifusão); a ANJ (Associação Nacional dos Jornais); a Fenaj, como já foi bem colocado, a Aner, também como bem colocado. E também tudo isso acaba de uma certa forma tentando ser conjugado às vezes por falta de informação, até a relatoria para liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos dentro da organização dos Estados Americanos (OEA). Então, nós temos várias entidades.

Eu pactuo da ideia do Conselheiro Schröder em trazer não só todos os setores envolvidos, inclusive o próprio Estado, na forma de um observatório para monitoramento que dê mais credibilidade e legitimidade a uma manifestação conjunta plural dos casos. Por quê? Porque nós podemos correr o risco também... Eu lendo alguns relatórios desses atentados e eventuais assassinatos de jornalistas e comunicadores, quando a gente vai analisar, tem de analisar com profundidade, com responsabilidade, para que ele tenha relação, tenha nexo de causalidade com a atividade; senão, se um jornalista vier a ser assassinado por um problema de uma briga de bar ou um problema passional, não pode ser misturado a essa atividade. Por isso, a gente tem que separar um pouco. Eu acredito, e obviamente todas as entidades fazem esse trabalho, que é um ponto de credibilidade, de questão nacional e internacional que eu concordo com essa ideia.

Na questão dos projetos de lei especificamente, nós trouxemos... Qual foi a ideia do Conselho de Comunicação Social? Pegarmos os projetos de lei existentes sobre determinados temas e tentarmos dividir para que o Conselho tenha uma manifestação sobre cada um desses temas. Isso nós já tivemos uma outra discussão. Se cabe a nós sugerir emendas de texto ou coisa parecida numa atividade legislativa, como se fosse uma apêndice no Congresso na questão legiferante. Mas isso não me preocupa. Me preocupa que os projetos de lei tratam sobre coletes à prova de bala. É muito pouco a questão do colete pelo tamanho e a importância da proteção dos profissionais de comunicação que nós temos que adotar.

Então, eu acho que os projetos de lei que nós trouxemos aqui na Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social, nós transformamos num primeiro debate numa Comissão de Relatoria, que agora estamos trazendo. Eu acho que nós temos que levar isso para o Conselho de Comunicação, apontando a análise muito bem feita pela Conselheira Wrana Panizzi, mas ir além disso. Eu acho que não resolve o colete à prova de bala, por exemplo, no atentado que nós tivemos ao cinegrafista da Band, que recebeu um rojão no rosto. E há um outro ponto que também a gente tem de tratar, como bem colocou a Conselheira Panizzi na questão da obrigatoriedade. Ou seja, por um lado, as eventuais obrigações e determinadas proteções devem ser feitas aos jornalistas que estejam em uma atividade apontada como risco, já que não é uma profissão de risco... Eu acho que isso é mais ou menos um consenso, pelo menos na questão desta Comissão de Relatoria, mas há também um outro lado o profissional ser obrigado, porque nós sabemos que, muitas vezes, e isso aqui acontece, as emissoras de comunicação disponibilizam, efetivamente, coletes à prova de bala, para reportagens e coberturas jornalísticas em determinados locais apontados como supostos riscos, e, muitas vezes, são refutados pelos profissionais. Não quero fazer, aqui, nenhum debate sobre isso, mas também acontece.

Então, esse debate é muito maior à questão só dos coletes, mas foi o mote do início dessa discussão.

Então, essas propostas, inclusive, trazidas pelo Conselheiro Schröder, que temos que agregar á questão da Fenaj, ou seja, inclusive a própria federalização da investigação no jornalismo, que não se confunde com a federalização jurisdicional para apreciação de caso, e o caso comentado pelo Conselheiro Schröder que tem apoio da SIP, que é um tema polêmico por um outro mote, mas não especificamente por esse, que é, quando ficar comprovado, seja por tempo, seja por fato, que houve uma leniência, uma letargia do Estado na investigação – muitas vezes, a gente sabe que isso acontece por questões de inércia do Poder Público, seja da Polícia Civil, seja do Ministério Público, seja até do Poder Judiciário –, isso tenha a possibilidade de ser avocado por uma jurisdição federal para investigação, que, no caso, seria a Polícia Federal.

Acho que esse é o ponto com que o Conselheiro quer se manifestar. É um debate importante, a gente tem que ter em mente para não ser isso considerado como uma exceção dentro de todas as investigações. Mas eu entendi o mote do Conselheiro Schröder e estou de acordo.

Agora, eu acho que esses pontos, eu acredito que são convergentes dentro da Comissão de Relatoria, e eu queria apontar uma proposta objetiva para a gente discutir, ouvir os demais Conselheiros de como é que a gente dá o encaminhamento a isso.

Nós, aqui, não deliberamos. Esta Comissão é justamente para trazer um debate, formado nessa formatação de Comissões de Relatoria, para levar para que o Conselho tome posições.

Eu gostaria de, já que nós temos uma moção aqui para tentar levar ao Conselho sobre a questão desses atentados contra os jornalistas, que conversamos agora, antes da discussão do Relatório propriamente dito, fazer uma proposta do Conselho de Comunicação Social, já aproveitando a urgência desse tema, e levar esse relatório com os detalhes e os adendos, tanto do Conselheiro Schröder como o meu. Mas eu acho que, para a gente sair para uma questão maior que não simplesmente os projetos de lei, nós teríamos que discutir isso com várias, numa questão muito mais abrangente.

Eu não sei se seria o caso aqui, colocando para ouvir um pouco vocês, de a gente já propor ao Conselho de Comunicação Social uma urgente audiência pública, trazendo o Estado brasileiro aqui, por exemplo, o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e tantos outros representantes do Estado e da sociedade civil organizada, em volta dessa questão da proteção dos jornalistas, para discutir; e que o Conselho venha a alertar isso, não só ao Congresso Nacional como órgão auxiliar, mas também ao Poder Executivo e, principalmente, à sociedade, nesse momento que nós estamos vivendo hoje.

Mas sem prejuízo dessa proposta objetiva que eu estou colocando, eu queria ouvir os senhores Conselheiros. Já me pediram a palavra aqui o Conselheiro Roberto Franco, o Conselheiro Nascimento e o Conselheiro Daniel.

O SR. ROBERTO FRANCO – Bom dia a todos. Eu gostaria de deixar muito claro que eu endosso as posições aqui apresentadas; parabenizo, mais uma vez, o relatório feito pela Conselheira Wrana; e gostaria apenas de botar algumas considerações, lembrando até que o Conselheiro Jobim alertou, que a discussão desse tema, que é por demais complexa. Ele se inicia nos projetos de lei que falam de colete à prova de bala, mas não se restringe a ele.

Endossando tudo que foi falado, acho que a audiência pública deve ser feita da maneira mais urgente possível, ao mesmo tempo em que ela deve direcionar e deve aproveitar para discutir a construção de políticas públicas.

E, aí, voltando ao ponto principal do ponto de partida dos coletes à prova de bala, eu quero, aqui, externar uma preocupação. Como trabalho em empresa de radiodifusão, que tem cobertura jornalística e dos quais, por exemplo, São Paulo e Rio já têm claramente, nos acordos trabalhistas, a obrigação de fornecimento

de colete à prova de bala, eu destaco o seguinte: para se conseguir a liberação da compra de um colete à prova de bala, é um processo por demais extenso, passa por aprovação até do Ministério do Exército, devido ao nível de exigência do colete à prova de bala para locais como Rio de Janeiro, onde o colete é praticamente o usado em guerra para resistir a balas de grande calibre e até alguns projéteis de fuzil. E cada colete custa, além de um tempo de produção muito grande, de R$5 mil a R$6 mil. Se nós falarmos na proteção para o cinegrafista da Band, um capacete do mesmo nível de proteção, eu não saberia precisar o preço, mas acredito que esteja na mesma ordem.

Então, quando falamos de liberdade de expressão e nos baseamos apenas na obrigação do fornecimento desses equipamentos, será que estamos garantindo a pluralidade da informação? Será que as rádios, os jornais e as televisões de mercados menos favorecidos ou que não sejam de empresas de comunicação nacional terão condições de fazer as coberturas sendo obrigadas a fornecer equipamentos desse custo?

Como sabemos, a própria internet trouxe, através do que o Conselheiro Ronaldo Lemos sempre destaca, através de blogueiros, através de *sites* independentes, através de serviços jornalísticos independentes, uma faceta totalmente diferente da opinião e, provavelmente, não seria viável o fornecimento desse tipo de equipamento. Por isso, insisto: não podemos deixar nossos profissionais descobertos; não podemos deixá-los sob risco. Eu acho que o fornecimento desses equipamentos é indispensável. Por outro lado, temos que achar também a forma de financiar esses equipamentos. Nós temos que constituir políticas públicas que tornem o acesso a esse tipo de equipamento mais fácil aos profissionais de jornalismo, que as empresas tenham acesso mais rápido e facilitado e, ao mesmo tempo, achem uma maneira de se compensar pelo fornecimento desses equipamentos, tornando viável que empresas de qualquer porte possam dar equipamentos da mesma qualidade. Porque, afinal de contas, um jornalista que trabalha em uma empresa de comunicação com mais poder não vale mais ou menos que um profissional que trabalha em um veículo menos favorecido.

Nós temos que proteger a vida humana e proteger a atividade de jornalismo. E, Nascimento, sempre que eu falar em atividade de jornalismo, entenda toda a atividade de jornalismo, envolvendo os radialistas, envolvendo todos os que estão no processo, o motorista ou quem seja que esteja ali exposto a algum risco, que todos eles possam ser protegidos da mesma forma.

É apenas este alerta, não tirando, de nenhuma maneira, a necessidade do fornecimento desse equipamento de proteção, ao qual eu me junto e defendo, mas, por outro lado, achando a forma de viabilizar qualquer envolvido numa atividade de risco, não a profissão, mas quem está sujeito ao risco, como chamou a atenção o Conselheiro Jobim, o mesmo tipo de proteção ou a mesma garantia à vida.

Era isso que eu queria acrescentar.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Roberto.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Bom dia a todas e todos Conselheiros. A minha capacidade de entender as coisas é extremamente limitada, mas não quer dizer que eu não seja pensante. Fico pensando nos argumentos e na forma como vocês se posicionam. E, agora, com a fala do caro Conselheiro Roberto, me preocupo ainda mais.

O que vale no debate são as entrelinhas. Não é aquela coisa de "eu concordo, mas..." Porque é aquela história, dando aqui um exemplo: você é uma pessoa excelente, você é um cara fantástico, uma mulher fantástica, mas... Acabou! Destruiu o fantástico que era, a pessoa boa que era. E, agora, vou entrar no cerne da questão.

Preocupa-me quando o Conselheiro Jobim diz que os trabalhadores refutam os equipamentos de proteção, como se fosse – não estou dizendo que é – um argumento, dizendo o seguinte: "Os caras não querem o equipamento". Eu tenho uma preocupação quando se diz que a profissão não é de risco, quando as empresas de comunicação – e aqui estão alguns representantes delas – impõem programações, inclusive a Rede TV, que, para mim, era uma desqualificada, que paga mal, que acaba destruindo essa relação de liberdade de imprensa, porque é uma empresa que não prima, que não respeita os trabalhadores. E, para se falar em comunicação, tem-se de respeitar os trabalhadores.

Então, são programas impostos hoje. Aí, falando da Rede TV, há aquele programa de policial em que o repórter vai atrás, com o policial, como se o repórter, o cinegrafista fosse "puliça", no sentido lato da palavra: "puliça".

E nós sabemos que no imaginário dos trabalhadores há muitos que acreditam que são policiais e que estão na profissão errada; que fazem da profissão de jornalista, de radialista uma forma a mais para dar satisfação a si mesmo pela porcaria do salário que recebem.

Aí escuto o companheiro Roberto, o Conselheiro Roberto, dizer o seguinte: "É muito caro para as empresas". As empresas não pensam que é caro, quando impõem programação como essa.

Vou discutir aqui mais um tempo se é importante fazer essas diligências, juntamente com os carros da polícia, e colocar em risco um profissional que não está preparado para essa atividade. Eu poderia resgatar

aqui, ainda, Tim Lopes, que fazia um jornalismo investigativo, o que acho que é função da polícia e não do jornalismo, principalmente na forma como ele fez – e muito benfeito –, que lhe custou a vida.

Então, não refletir profundamente que é uma profissão de risco é complicado. É muito, muito complicado. Quando se fala no locutor especificamente, que é da categoria dos radialistas – porque o cinegrafista pertence tanto aos jornalistas quanto aos radialistas –, na Lei nº 6.615, o termo está "operador de câmera de unidade portátil externa" –, que poderia ser cinegrafista, esses profissionais, todos os dias, saem de casa e não sabem se vão voltar. É ou não uma profissão de risco?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Antes de passar a palavra para o Conselheiro Daniel, próximo inscrito, queria só fazer uma ponderação para tentarmos ser – isto não estou falando ao Nascimento, mas a todos – o mais breve possível, para podermos andar na questão propositiva.

Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, duas coisas: uma com respeito às manifestações aqui do Conselheiro Schröder, do Conselheiro Roberto e, agora, do Conselheiro Nascimento, outra, é termos o cuidado de não perdermos o foco do debate.

Acho que aconteceu um fato grave na semana passada, que teve uma repercussão enorme. E isso já vem acontecendo. Os relatórios apontam 2013 como um ano em que houve uma explosão nos atentados contra os profissionais e seus veículos de imprensa, e 2014 começa também como um ano muito difícil para o exercício da profissão de jornalista e, consequentemente, para a liberdade de expressão.

Então, um ponto são as sugestões que a Comissão vai levar, através do seu presidente, à reunião do plenário do Conselho de Comunicação, na parte da tarde, entre as quais estão a manifestação pública de repúdio à agressão, ao atentado ao cinegrafista; a questão da audiência pública e da discussão desse tema aqui; e, por último, algo que foi levantado, quem sabe um observatório para análise dos casos de violação da liberdade de imprensa. Essa é uma questão que pode ser levada, na parte da tarde, por esta Comissão. A outra é a discussão pontual sobre o relatório da Conselheira Wrana Panizzi, para que nós não percamos o foco e o objetivo.

Então, quem sabe nós poderíamos, no espírito do relatório da Conselheira, encaminhar para a Comissão de Relatoria os pontos que foram colocados como discordantes, em especial a questão da profissão de risco, o parecer favorável sobre a utilização dos coletes e, quem sabe, alguns outros materiais de proteção, como capacetes e assim por diante, para que na próxima reunião desta Comissão possa ser levado um relatório, quem sabe já com essas ponderações abordadas e contempladas dentro desse relatório.

A outra questão é quanto à manifestação mais lato deste Conselho sobre as intimidações e sobre os atentados contra a liberdade de imprensa.

Eu só queria, para concluir, registrar que as empresas têm isso como uma prioridade. E esses investimentos, independentemente do que uma legislação determina, as empresas têm feito mais no sentido de preservar os seus profissionais, dando equipamentos: coletes, capacetes, máscara contra bombas de gás lacrimogêneo, e assim por diante.

Eu quero trazer um fato, para concluir essa intervenção, sobre o caso específico desse cinegrafista Santiago Andrade. Recentemente, ele havia passado, há menos de 60 dias, por um curso e um treinamento no Exército sobre como enfrentar situações de caos e praticamente de guerra, como estamos vivendo no meio desses protestos. Então, as empresas têm feito a sua parte. O que precisamos é redobrar essas atenções e cobrar do Estado, através dos seus órgãos de polícia, para que identifiquem e punam os responsáveis pela agressão e garantam à população o seu direito de se manifestar, coibindo os excessos e os atos de vandalismo.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado Conselheiro Daniel.

Antes de passar a palavra ao Conselheiro Fernando Cesar, eu queria fazer só uma ponderação. Esse tema não está na pauta do Conselho de Comunicação Social hoje, no plenário da tarde. Mas isso não impede que venhamos, considerando a urgência, aproveitando o mote e a ocasião desta moção que nós queremos propor, adiantar um tema e propormos uma audiência pública e alguns critérios para a gente andar.

Obviamente, esse relatório da Comissão de Relatoria – estamos nesse primeiro debate –, se fosse uma coisa consensual, pelo texto, nós resolveríamos logo. Mas a ideia é retornarmos com as conclusões deste debate para depois levarmos ao Conselho, conjunta e paralelamente, ao que o Conselho já vai, digamos, adiantando – pelo menos é a proposta que vamos submeter a esta Comissão – esse debate no Conselho de Comunicação Social. Esse é um ponto.

Outro ponto, eu não quero fazer um aparte aqui, mas me referir ao comentário feito pelo Nascimento quanto à questão dos "mas" etc. Acho que você tem toda razão, digamos, em suas ponderações, porque é parte do debate. Nós não estamos, aqui, entrando em um debate pontual "se", "se", "se". Só para tentar colocar no eixo da discussão, sobre o fato que o Conselheiro Roberto Franco comentou, ele não está dizendo que é impossível, que não pode, em função de custos. Eu entendo isso, mas é que também tem que ser debatido uma forma de

dar a mais ampla e a mais fácil, até pela própria burocracia, que é estatal. Então, vamos chamar de um pacote de políticas públicas para beneficiar a proteção dos comunicadores de uma forma geral, esteja embutida em outras fases. Isso é apenas para colocar no eixo da discussão.

O eixo da discussão é o relatório da Conselheira Wrana Panizzi e uma proposta que vamos levar ao Conselho de Comunicação Social para que, paralelo a essa nossa discussão sobre os projetos de lei, possamos ampliá-la no sentido mais lato possível de proteção aos jornalistas e comunicadores.

Conselheiro Fernando Cesar.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Em primeiro lugar, quero elogiar o relatório da Comissão, que foi lido pela Conselheira Wrana Panizzi. Quero concordar plenamente com a realização de uma audiência pública. A considero fundamental.

E também quero reiterar aqui que nós façamos com que as coisas aconteçam rapidamente e sem açodamento. Eu acho que o assunto é grave e que nós deveríamos resolver e tomar as decisões o quanto antes. Não deixar para a próxima reunião do Conselho. Na reunião de hoje à tarde já poderiam ser tomadas algumas decisões, e não deixar para o próximo mês, porque nós temos urgência em que essas coisas sejam resolvidas o quanto antes.

Mas, como o tema é amplo, e eu também não quero me perder me alongando em temas que não são parte dessa discussão, mas eu acho que nós temos que defender o jornalista, o radialista, temos que nos empenhar – eu ouvi todas as ponderações aqui, principalmente as do Nascimento, do Roberto; eu acho que tudo isso tem que ser levado em conta –, mas há uma questão – eu apenas fui jornalista minha vida toda –, um aspecto que, em uma nota de repúdio, deve constar, que são as agressões aos veículos, também, dos órgãos de comunicação. Não há uma manifestação em que não se incendeiem carros da Bandeirantes, do SBT, da Globo. Da mesma maneira, há constrangimentos que são causados a empresas. É o caso da TV Globo – não tenho nada contra, nem a favor da TV Globo –, mas manifestantes foram para a porta da TV Globo agredir funcionários, jogar pedra. Eu acho que isso é uma coisa que tem ser levada, porque o nosso repúdio é geral; não é só contra agressão a jornalista não, mas também agressão, violência contra as empresas. É uma forma de intimidar. Porque o noticiário de tal empresa não é tão favorável aos *Black Blocs*, os *Black Blocs* vão lá e querem quebrar a empresa. Eu acho isso um absurdo.

Então, eu acho que qualquer nota de repúdio deve também levar em consideração a nossa estranheza e, também, o nosso repúdio a essas agressões aos veículos e às empresas, porque é uma forma de intimidação. É isso.

Estou tomando seu lugar, viu, Daniel?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Bom, primeiramente, eu gostaria de compartilhar a fala de vários Conselheiros que parabenizaram a Conselheira Wrana pelo relatório.

De fato, nós não estamos diante de um problema simples e que medidas simples e pontuais possam resolver. Nós estamos diante de uma situação de complexidade bastante grave e que envolve, principalmente, os jornalistas, mas outras categorias profissionais, que também estão nos meios de comunicação. Além disso, envolve também setores da sociedade que se dispõem e produzem informação para ser divulgada diretamente por seus blogues e redes sociais e etc.

Mas eu queria ressaltar duas questões. Primeiramente, nós precisamos apontar medidas concretas. Nesse sentido, eu queria reforçar o que o companheiro Schröder já apresentou em relação a que esse relatório tenha que conter uma menção à necessidade de o Estado brasileiro juntamente com as categorias profissionais e as empresas registrarem e acompanharem os casos de violência que ocorrem no País.

Primeiramente, eu queria reforçar a confusão de números. As entidades internacionais fazem, sim, um trabalho sério, mas elas não dão conta das particularidades existentes no Brasil. E, aí, nós estamos sempre explicando que, no Brasil, nós temos duas profissões regulamentadas – nós temos a profissão de jornalista e nós temos a profissão de radialista – e que, às vezes, o profissional é um jornalista, às vezes, é um radialista. E as entidades internacionais colocam todos como se fossem jornalistas. Nós cremos que essa especificidade tem que ser tratada.

Outra questão: as entidades internacionais não acompanham o desdobramento dos fatos. Isso é realidade pura e simples. Nós temos alguns casos em que ficou comprovado, por exemplo, vou citar o assassinato de um repórter cinematográfico, que foi um crime passional. Isso nunca saiu das estatísticas das organizações internacionais.

E, por mais que a Fenaj fale: "Olha, já está comprovado, não há relação com o exercício da profissão, esse número está inchado, tem que tirar esse caso, tem que tirar esse caso", mas isso não ocorre perante as entidades internacionais. Daí a importância desse observatório público, para que a gente tenha números reais, e que

essa situação gravíssima não seja inflada por números que não são verdadeiros do ponto de vista da violência no exercício profissional.

Outra coisa que é importante salientar é que quando a gente fala que o jornalismo não é uma profissão de risco na sua essência – e o relatório da Conselheira Wrana é muito feliz nisso –, nós não estamos dizendo que não há um risco. E os números provam o risco existente. Mas, como nós não consideramos o jornalismo como uma profissão de risco na sua essência e que não estaria caracterizada lá como profissão de risco com todas aquelas previsões da CLT, a Fenaj tem insistido e acha urgente profissionais e empresas firmarem um protocolo de segurança. Isso para nós é mais urgente inclusive do que a definição de equipamentos de segurança, quais equipamentos, que tipos de equipamentos e em que circunstâncias vão ser usados esses equipamentos.

Por quê? Porque em um protocolo de segurança firmado entre entidades dos trabalhadores e empresários nós poderíamos – o que para a Fenaj é essencial – constituir o que a gente chama de comissões de segurança nas redações. E essas comissões de segurança teriam condições de avaliar as situações, avaliar o risco e definir medidas mitigatórias desses riscos.

Um exemplo claro. No caso do repórter cinematográfico atingido na quinta-feira passada, ele estava sozinho, ele não poderia, para filmar, ele não poderia observar ao seu redor. Quer dizer, em uma situação de conflito ou de cobertura de movimentos sociais, o repórter, ou o repórter fotográfico, ou o repórter cinematográfico não pode estar sozinho. E isso é medida muito simples, muito fácil de ser definida nas redações e de ser colocada em prática, porque é essa a grande prática do exercício do jornalismo.

Então, a gente insiste na necessidade de que este Conselho, que o Conselho, futuramente, no relatório, aponte para a necessidade de uma discussão e formalização desse protocolo de segurança.

Eu sei que a gente está com o tempo curto, mas há duas coisas que eu precisava comentar.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Desculpe-me, só para fazer um aparte. É que eu tenho aqui uma informação que eu preciso comunicar agora. É com tristeza que a gente recebeu a comunicação trazida aqui pela Ana Lúcia, divulgada no Jornal *O Globo*, que anunciou a morte cerebral do cinegrafista Santiago Andrade, há dois minutos.

Então, eu queria só comunicar, a gente está no meio do debate até acalorado e consensual, neste meio-termo, é com muito pesar que eu tenha que comunicar isso aqui diante da Comissão. Nós vamos, seguramente, conversar sobre isso ao longo do dia de hoje, seja aqui na Comissão, quando a gente encaminhar a proposta, seja na parte da tarde, mas eu não podia deixar de comunicar isso a todos; aproveitar este momento.

Devolvo a palavra à Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Bom, nós, da Federação Nacional dos Jornalistas, nós solidarizamos com os familiares e lamentamos profundamente mais uma morte de um profissional no exercício da sua profissão.

Retomando, há duas coisas que eu preciso comentar. A primeira é que eu fico muito feliz, Daniel, que as empresas estejam colocando a segurança dos jornalistas como prioridade. E a Federação Nacional dos Jornalistas espera que as entidades representativas das empresas coloquem isso como orientação nacional, porque os sindicatos de jornalistas em todo o País têm tido dificuldades em acrescentar cláusulas de segurança nas convenções e acordos coletivos que estão sendo discutidos desde o ano passado. Então, isso é bom a gente saber e a gente espera que isso seja de fato uma orientação das entidades nacionais para as suas empresas filiadas.

Outra questão que eu também preciso comentar é em relação aos equipamentos de segurança propriamente ditos. E aí nós temos que pensar que não existe relação de emprego sem responsabilidade. O empregador tem, sim, responsabilidades sobre o seu empregado e tem responsabilidades sobre a segurança desse empregado. O pressuposto para que ele se torne um empregador é que ele possa atender as exigências que a sua atividade econômica pressupõe. Então, o empregador tem, sim, que oferecer as condições de segurança para o seu trabalhador. Mesmo que isso custe caro, tem que estar inserido no seu, digamos assim, negócio. O modelo de negócio que contempla o financiamento da atividade tem que prever o seu custo, inclusive o custo da segurança da sua mão de obra.

Eu queria fazer aqui um alerta sobre algo que preocupa, inclusive, a Federação Internacional dos Jornalistas: atualmente, a maioria dos jornalistas que está em cobertura de guerras não tem vínculo empregatício. São jornalistas *free lancers*. Ou seja: mais e mais empresas não querem assumir a responsabilidade sobre o risco que o profissional corre ao cobrir uma zona de conflito. Esse é um problema muito grave, e espero que as empresas brasileiras nunca queiram se eximir da responsabilidade sobre o trabalho do seu funcionário.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Muito obrigado, Conselheira Maria José.

Com a palavra o Conselheiro Márcio Novaes.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Bom dia a todos!

Gostaria de, também, aproveitar o momento e me solidarizar com todos nós, com a família do cinegrafista, com essa notícia triste, mais uma notícia que afeta a mesma empresa, uma vez que a Rádio e TV Bandei-

rantes, há dois anos, teve um cinegrafista também vitimado por uma bala em uma dessas ações da polícia no Rio de Janeiro.

Aproveito para também parabenizar a colega Wrana pelo relatório apresentado.

Tudo que ouvi aqui, Sr. Presidente, principalmente o que disse o Conselheiro Roberto Franco, eu entendi perfeitamente e acredito que essa é uma discussão deva ser levada por nós e pelas demais autoridades envolvidas.

As grandes empresas, pelo que eu conheço e pelo que vejo, já oferecem equipamentos de segurança; não sei se o equipamento suficiente para essa situação. Contudo, garantir o fornecimento para outros órgãos de comunicação, outros veículos de comunicação também me parece bastante razoável, principalmente aqueles que não podem, não têm condições de arcar com isso, a fim de garantir uma liberdade, uma pluralidade, uma isonomia, talvez. Isso me parece bastante razoável e devemos avançar nessa discussão. Acho que o tema não se esgota simplesmente nos pontos que foram colocados até agora.

O que mais entristece e que é grave em tudo isso que temos visto e ouvido, principalmente nesse último episódio, agora, primeiramente eu devo dizer que entendo que a profissão do jornalista é uma profissão de paixão. O sujeito é apaixonado; ele vai. Muitas vezes, a maioria dos grandes repórteres ou os grandes jornalistas não mede essas consequências, porque eles querem trazer a notícia, apurada da melhor maneira possível.

Mas o que nós estamos vendo é intolerância, por parte de alguns movimentos ou de alguns segmentos da sociedade, com relação à atividade jornalística e de algumas empresas, como também citou o nosso companheiro Fernando César alguns exemplos, onde carros da imprensa foram apedrejados e incendiados. Ou seja, há um movimento para se inibir a cobertura e a atividade da imprensa, o que é muito grave.

Eu acho que esse é o ponto em que devemos, sim, adotar a proposta – e não me lembro de quem partiu a sugestão, talvez de V. Sª, Sr. Presidente – de marcarmos, para o mais breve possível, com o Ministério da Justiça e demais autoridades um debate urgente, não só com o intuito de apenas debatermos, mas tomarmos atitudes. Porque debates, leis, conversas, eu acho que todos nós já estamos bastante saturados, sejam os representantes das empresas, sejam os dos profissionais, sejam os da sociedade civil, enfim, acho que nós chegamos a um momento que é preciso tomar uma atitude. Há algum tempo, nós vivíamos essas estatísticas, que foram muito bem colocadas no relatório, mas elas extrapolaram. Hoje, o que nós estamos vivendo é uma perseguição. A profissão do jornalista está sendo hostilizada. As atividades das empresas estão sendo hostilizadas por alguns entenderem que ela é de direita, é de esquerda, seja lá o que for. Em uma sociedade democrática em Estado de direito não se pode admitir isso. Nós temos que procurar um modo de dar um basta nisso, senão nós vamos continuar sempre, sempre, sempre, como a história parece demonstrar e as estatísticas estão aí para comprovar isso, varrendo tudo para debaixo do tapete.

Sejamos sinceros, sejamos francos, sejamos claros e verdadeiros pelo menos nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Márcio Novaes.

Passo a palavra ao Conselheiro Roberto Franco. Depois ao Conselheiro Ronaldo Lemos, e aí encerramos esse debate e vamos discutir um pouco a proposta para a discussão da tarde.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu queria saber, para encaminhamento ao final? Só?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. A minha ideia é, ao falarem os dois, a gente dar o encaminhamento e…

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Depois dos dois, eu posso falar depois?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Claro, claro, o Conselheiro sempre tem a prerrogativa de falar por último e pelo meio e pelo início.

O SR. ROBERTO FRANCO – Presidente, eu ia aproveitar para fazer um encaminhamento, mas eu vou me ater em responder apenas algumas questões.

Como eu fui citado pelo Conselheiro Nascimento, as palavras do Conselheiro Márcio, eu acho que eles traduziram completamente o que foi por mim dito. Eu entendo, e o Conselheiro iniciou a sua fala dizendo que ele tem dificuldade de entender algumas coisas, eu discordo, eu acho que ele as entende muito bem, em alguns momentos não em respeito à minha fala. A minha fala foi bastante clara. Ela foi baseada em defender a liberdade de expressão, que é o tema desta Comissão, em defender a pluralidade e em defender a vida. Eu acho que quem pegar a transcrição da minha fala vai ver essas palavras bastante explícitas.

Em momento algum, pena a Conselheira Maria José não estar presente, eu disse que deveria se extrair das empresas a responsabilidade pela proteção de seus funcionários, tampouco discuti se deveria proteger seus funcionários ou não. A minha preocupação foi garantir a proteção de todo e qualquer funcionário, independente do tamanho da empresa em que ele trabalha e não fazendo, com isso, subtrair liberdade de expressão e subtrair o direito à informação e o acesso à informação das n empresas e entidades jornalísticas que têm este País.

Então, Conselheiro, eu acho que fui muito mais preocupado com os trabalhadores do que a própria discussão de se é caro ou não caro. O que eu trouxe foi um fato. Os equipamentos são caros. Eu acho, como disse o Conselheiro Schröder, eles não são uma solução. Por outro lado, se há que garantir a vida, deve se garantir a vida de todos. E isso deve estar sujeito a políticas públicas, sujeito à discussão, não só para discutir a burocracia, mas discutir como financiar esses equipamentos, para que uma rádio ou um jornal do interior ou uma rádio ou um jornal de pequeno porte em uma capital possam ter acesso a equipamentos tais quais os grandes veículos de comunicação, que já fornecem esses equipamentos porque têm poder econômico para isso.

Então, eu sendo muito claro, em momento algum, aqui, discuti defendendo empresa. Aliás, eu acho que isso aqui não é discussão, agora, de empresa e trabalhador. Nós não estamos confrontando capital e trabalho; nós estamos confrontando aqui direito à proteção à vida, nós estamos discutindo liberdade de expressão, que são conceitos de valores muito mais amplos do que a discussão capital/trabalho.

Então, eu gostaria apenas de colocar isso, já que fui citado por mais de uma vez, e refaço a minha discussão e chamo a atenção. Elogio o relatório, eu não estou falando... Mas eu acho que esse relatório deve ser aprofundado e discutido. Acho que é insuficiente discutir apenas a questão da proteção através de coletes, nós temos que ir mais longe, porque o que está fazendo essa violência é a impunidade de quem a pratica, é a questão de tornar a vítima réu, muitas vezes. Discutir se o cinegrafista deveria, como disse aqui o Conselheiro Schröder, ter tomado mais precauções ou não. Acredito que ele é vítima e deve ser tratado como vítima, e que quem provocou sua morte deve ser condenado e punido. E não só isso. Deve se ter isso de maneira sistemática, para se inibirem futuras agressões a pessoas que estão trabalhando no cumprimento de suas obrigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente!

Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, primeiramente, lamento a notícia que foi veiculada da morte do cinegrafista. Isso é, realmente, uma tragédia, especialmente porque a atividade de jornalismo, nas suas mais diversas acepções, inclusive no que tange a blogueiros, aos jornalistas independentes, às novas modalidades de jornalismo, é essencial para a democracia, para a liberdade de expressão.

Acho que o momento para se realizar um debate aqui, nesta Casa, é muito propício… (*Falha na gravação.*)… É urgente a realização de um evento para se discutir isso, de uma audiência pública.

Acho que a gente tem muito a aprender com a experiência de outros países, notadamente Colômbia e México, que já lidam com a questão da violência contra jornalistas há mais tempo até que o Brasil, de forma até mais aprofundada. Lá já existe uma série de experiências que valem ser consideradas para além do fornecimento do equipamento aos jornalistas. Por exemplo, no México, foi criada uma repartição do ministério público do país especializada na investigação e no processamento, na instrução de crimes contra jornalistas. Isso também foi feito na Colômbia. Existem programas de proteção a jornalistas na Colômbia que são feitos em analogia, por exemplo, a programas de proteção a testemunhas. Existe também uma reforma legislativa com a definição específica de crimes contra jornalistas. Essa discussão também já aconteceu nesses países. E, por fim, já foi debatida aqui a questão da federalização dos crimes contra jornalistas. Essa discussão já aconteceu no México. Esse processo foi bem-sucedido no México. Lá os crimes foram federalizados.

Então, acredito que a audiência pública que vamos realizar precisa considerar não só a situação atual, para que a gente possa também aprender com soluções muito práticas que estão sendo tomadas em outros países e que podem reduzir essa questão.

Uma vez mais, estou falando aqui não só do jornalista que trabalha para empresas de comunicação, mas também do jornalista cidadão que vai para a rua com seu celular, que vai para a rua com seu equipamento amador e quer cobrir a notícia e que, eventualmente, também sofre com a violência praticada pelos mais diversos agentes.

Então, nesse sentido, acho que esse rol de medidas pode ser muito útil para fazermos essa discussão avançar.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Muito obrigado, Conselheiro Ronaldo.

Concedo a palavra à Conselheira Wrana Panizzi, Relatora.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Eu queria agradecer todas as observações aqui apresentadas e dizer que elas vêm na direção de uma preocupação que eu tive logo que tomei esse trabalho. Como eu disse, eu sou neófita, mas me parece muito pouco para uma Comissão pegar três propostas e analisar finalmente o uso dos coletes ou não. Como todos estamos vendo aqui, a questão é muito mais ampla.

Conselheiro Márcio, o Daniel, por exemplo, diz o seguinte: "Vamos tratar do relatório, e há a outra questão que é muito mais ampla". Eu acho que podemos até fazer isso, mas continuaremos na burocracia, esquecendo-

-nos um pouco dessa questão, que é muito mais ampla e que diz respeito ao conjunto da sociedade, que está perdendo todo o seu processo civilizatório. Chegamos a um ponto em que as pessoas perderam a tolerância, o respeito.

Há um silêncio ensurdecedor, de certa forma. Eu tenho dito e conversávamos com os colegas, hoje pela manhã, sobre outras questões. Hoje, as pessoas não se manifestam. Nós não podemos mais conviver com isso. Ficamos aqui lamentando. Colocamos uma nota de pesar quando morre um profissional. A sociedade toda lamenta. Bom, mas e aí?

Então, acho que, a mim, pelo menos, isso diz o seguinte: qual é o papel desta Comissão?

Perdoem-me se digo isso; e o digo assumindo só em meu nome, até porque outros estão ouvindo. Esta Casa tem uma responsabilidade muito maior, muito maior do que fazer uma lei para dizer: "Usem colete ou não." Ela tem uma responsabilidade perante a sociedade, junto com o Ministério da Justiça, junto com a Secretaria de Direitos Humanos, enfim, com outros Poderes de dizer o seguinte: "Não. Assim não dá! Vamos conhecer as outras experiências?" Sim, vamos conhecer as outras experiências, mas certamente elas não foram frutos de um projeto, de uma proposta de acrescentar alguma coisa só. Desculpem-me. E eu me disponho, enfim, a participar, porque acho pequeno, de fato, para o nosso papel, dizermos "sim" ou "não".

Até quando eu disse, lá no final, "sim, somos favoráveis ao parecer". Depois pensei: "Meu Deus do céu, pareceu-me até um pouco não sei se hipócrita, ridículo ou ineficaz aquilo que é o papel que nós temos."

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

Obrigado, Profª Wrana Panizzi.

Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, objetiva, queria ouvir os Srs. Conselheiros, que é a seguinte: nós temos, a partir do relatório da Profª Wrana Panizzi, um apanhado da encomenda, como foi feita, ou seja, nós tivemos três projetos de lei que eram para ser analisados. E já quando definimos isso, sabíamos que iríamos ter que ir além disso, que é o que estamos vendo hoje. A proposta que eu queria colocar seria a seguinte: a Comissão trouxe e fez um debate preliminar, a partir de um relatório preliminar da Comissão de Relatoria, e, já com uma providência imediata, alçar ao Conselho de Comunicação Social ainda hoje, para que já, digamos, dê encaminhamento a alguns temas, como, por exemplo, audiência pública, para, depois dessa audiência pública, a gente trazer isso de volta para a Comissão – primeira Comissão de Relatoria –, fazer um novo debate, mais amplo, dentro dessa Comissão – mas isso já numa sequência objetiva; a gente dá prioridade a esse tema –, e, com isso, a gente, depois, levar ao Conselho para uma situação final.

Por que eu coloco isso? Porque acho que esse debate, essa audiência pública, ouvir o Estado, não deveria ser no âmbito da Comissão, mas, sim, do Conselho. Então, nós faríamos como se fosse assim: estamos analisando um relatório preliminar e decidimos ampliar. Já existe a sinalização no próprio relatório, digamos, da Profª Wrana, para ampliar o escopo disso aqui, com tudo isso que nós ouvimos; alçarmos ao Conselho para que faça uma audiência pública, como primeiro ponto, e, dessa audiência pública, nós vamos trazer o que os partícipes do Estado e da sociedade civil organizada estão dispostos a fazer, seja a natureza de pacto, seja a natureza de criação de políticas públicas, para a proteção dos jornalistas comunicadores, para assegurar justamente, ao fim e ao cabo, a própria liberdade de expressão, a liberdade de imprensa. Após essa audiência pública, a Comissão de Relatoria, poderíamos nos reunir e avançar um pouco em trazer, já sempre com a iniciativa da Relatora, o apanhado disso para fazermos um outro debate e chegarmos a um denominador, pelo menos inicial.

Eu queria ouvir os Srs. Conselheiros.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu apoio a proposta. Apenas, além de levar hoje à reunião, à tarde, a questão da audiência pública, eu daria como sugestão também já propor uma nota de repúdio deste Conselho – nota de repúdio e preocupação – com a situação que vivemos.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Isso já está aprovado. Já aprovamos isso.

O SR. ROBERTO FRANCO – O.k. Então, apenas lembrando essa proposta e a audiência pública. E, talvez – aí não sei, consulto os pares –, propormos também que o Conselho induza à criação de um observatório, que não é papel dele, mas que ele possa sinalizar à sociedade uma proposta de que se faça o observatório, para que se possa fazer uma melhor monitoração.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Antes de passar a palavra para a Maria José, para o Fernando Cesar e para o Nascimento, eu acho que a questão do observatório vai fazer parte de uma parte final a ser analisada por esta Comissão. Isso não tira o prejuízo de, no debate de uma audiência pública, ser lançada a ideia e discutirmos isso. Mas acho que isso aí tem que partir de uma questão mais estruturada, e não propor uma situação vazia do que seria o Observatório; mas uma questão estruturada, que analisasse as possibilidades até legais do Estado em participar de uma questão paraestatal, vamos chamar assim, com um observatório dessa natureza.

Conselheira Maria José. Depois, Conselheiro Fernando Cesar e Conselheiro Nascimento.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Sr. Presidente.

Em relação ao observatório, eu queria informar a todos os Conselheiros que a Federação Nacional dos Jornalistas já apresentou, formalmente, a proposta de criação do observatório à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e essa proposta está sendo discutida no âmbito de um grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, que teve 60 dias e está finalizando seus trabalhos. Esse grupo tem representação do Governo Federal, dos trabalhadores e da sociedade civil. O relatório deve ser aprovado agora, no dia 22 de fevereiro. Esperamos que essa seja uma das propostas contempladas.

Concordo com o encaminhamento do Presidente de que essa proposta seja no âmbito do nosso relatório da Comissão, que esperamos que seja aprovado pelo pleno do Conselho. Apenas endosso que, hoje à tarde, levemos para o pleno a proposta de nota de repúdio à violência e, obviamente, agora, de solidariedade aos familiares do jornalista que faleceu, e a proposta de audiência pública já para o mês de março. Penso que devemos indicar que seja feita juntamente com a reunião do Conselho de março, e já sugiro alguns convidados: Ministério da Justiça; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, que já está envolvida no debate; a fim de trazer um pouco da experiência internacional e já falar da nacional, creio que podemos conjugar a representação da Federação Latino-Americana de Jornalistas, com a representação da Federação Nacional dos Jornalistas – o Schröder é Presidente de ambas e conhece bem a experiência dos países latino-americanos e do Caribe –; Fitert, pelos radialistas; e entidades dos empresários, como Abert, ANJ ou outra que sugerirem.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Sugiro também o Ministério Público. Seria importante o Ministério Público participar.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Federal?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu não sei. Tenho dúvida, porque o Ministério Público, na verdade, que eu saiba, não tem nenhuma produção, a não ser quando, tipificada determinada violência, ele é autor da ação penal, mediante representação, mas não está participando, na conjugação, da criação de uma política pública. Ele pode ser ouvido, mas eu acho que, talvez, em uma segunda etapa, não nesta.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Estamos discutindo também a possível federalização da apuração do crime desse jornalista.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Deixe-me apenas fazer o encaminhamento e te passo a palavra, Fernando. Só um segundo. É porque o ponto da federalização, em minha opinião, pode ser parte de uma continuação do nosso debate. Se nós trouxermos os dois temas… Federalização da investigação é uma coisa, federalização da jurisdição é outra. É o que o Conselheiro Ronaldo comentou: não tem nada a ver com o que discutimos anteriormente. Eu acho que faz parte de um debate amplo, não sei se cabe tudo isso em uma audiência pública.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Só um aparte.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Claro. É claro que a discussão que vamos fazer agora vai ser feita com os mesmos pares, na reunião da tarde, mas com o nosso Cardeal Presidente conduzindo os trabalhos.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Eu gostaria de lembrar que este Conselho já se posicionou sobre o projeto de lei…

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Já.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – … que prevê a federalização das investigações de crimes contra jornalistas. Este Conselho já se manifestou favorável ao projeto e inclusive aprovou a solicitação de rapidez na sua tramitação.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Eu acho que, para não perdermos o foco, ou não conseguimos terminar, minha preocupação é de que não... Ou seja, a audiência pública tem que ouvir o Estado e a sociedade organizada sobre a questão da proteção aos jornalistas. O que eles vão trazer e o produto disso vai ser uma discussão que faremos depois. Mas eu acho que não deveríamos encomendar, dizendo o seguinte: "Você tem que falar sobre isso, sobre aquilo etc." Eu acho que esse é o ponto. Acho que seria de uma forma mais…

É só isso? (*Pausa.*)

Concluindo, Conselheiro Fernando Cesar.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Apenas como foi citado aqui inicialmente pelo Conselheiro Jobim, eu gostaria de reiterar que nós poderíamos hoje, numa audiência que está programada de Dom Orani e do Conselho com o Presidente do Senado, já fazer a entrega da nota de repúdio ao Presidente do Congresso Nacional, porque nós estamos em cima do fato, que é a morte do cinegrafista. Eu acho que seria importante que o Conselho já entregasse essa nota de repúdio.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu acho muito boa essa proposta do Conselheiro Fernando Cesar, e eu tomaria a liberdade de indicar o Conselheiro Schröder e a Conselheira Maria José, da Federação dos Jornalistas, a tomar a iniciativa de produzir uma minuta, um texto simples, dessa nota repúdio para a gente aprovar na parte da tarde, aproveitando já essa audiência de uma forma mais prática.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Conselheiro Roberto, de forma alguma, eu o coloquei como representante das empresas; quero deixar bem claro isso.

A minha preocupação, e que foi uma informação importante, é com relação aos valores dos equipamentos de segurança. Era só isso. Não no sentido de dizer que o Conselheiro estava defendendo que não tivesse ou, enfim, nesse sentido. Se eu fui mal-interpretado, eu quero, neste momento, pedir desculpas.

O SR. ROBERTO FRANCO – Então, a incompreensão foi minha, porque minha compreensão foi que realmente estava dizendo que eu estava defendendo o contrário por ser caro. E não foi isso que eu defendi.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Bem, deixe-me colocar… Pois não, Conselheiro.

O SR. NASCIMENTO SILVA – É porque eu ainda não acabei.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu achei que tivesse acabado.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não. Então, peço desculpas pela forma incorreta em que me posicionei. Eu acho que vou fazer isso em mais algumas reuniões daqui para frente.

Com relação à Fitert também – e não foi citada aqui sobre o que eu vou falar. A preocupação da Abert, a preocupação da Fenarj é a preocupação também da Fitert. Na oportunidade em que era diretor da Fitert, secretário de relações internacionais, nós fomos – viu, Ronaldo? – um dos responsáveis, através da UniMei/Panartes aqui na América Latina, por discutir essa questão dos trabalhadores mexicanos e dos colombianos, e, inclusive, no dia em nós estávamos numa dessas reuniões, foram mortos três. E lá se diz "jornalista", porque tanto radialista quanto jornalista é um só. No mundo todo, infelizmente, ou felizmente, é colocado dessa forma. E nós já vimos de longa data acompanhando esse processo desse relatório dos crimes cometidos contra o profissional da comunicação, vamos dizer assim.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro. Na verdade, para essa audiência pública, a própria Conselheira Maria José sugeriu – mas são debates da tarde – a apresentação da Fitert, em que poderá trazer o objeto dessa discussão, muito bem colocado.

Mas deixem-me voltar à proposta, só para a gente… Nós temos três questões importantes. A primeira é o *time*, ou seja, nós tínhamos aqui três itens para a pauta que, em função da premência, importância e necessidade, nós acabamos ficando num só. Então, a minha sugestão é que a gente encerre os trabalhos desta reunião agora, deixando os demais temas para uma próxima; não temos como proceder de forma diferente, infelizmente, pois já temos temas prontos a serem apresentados, mas o caso merecia esse destaque e essa exaustão inicial com que nós fizemos.

A proposta objetiva não é só aprovar para a gente levá-la. A minha proposta é que, na reunião da tarde, nós temos quatro itens de pauta: o item 1, que é a abertura da reunião do Conselho; o item 2 é leitura e deliberação em regime de urgência do caso do Conselheiro Roberto Franco; o item 3 é um breve relato a respeito dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões... Eu tomaria a liberdade de consultar os colegas aqui se concordam em pedirmos uma inversão de pauta ao Conselheiro Presidente, Dom Orani Tempesta, para que nós começássemos pelo item 3, os relatos das atividades das comissões. Eu tenho um relato escrito que eu fiz, que realmente não vou ler, vou só falar oralmente o que nós fizemos na Comissão e dar o destaque para esta reunião de hoje com a seguinte proposta: primeiro, essa nota de moção que o Conselheiro Schröder está produzindo, numa primeira versão, para a gente discutir no âmbito do Conselho; segundo, informar que, no âmbito da Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social, nós fizemos uma apreciação de um relatório preliminar apresentado pela Comissão de Relatoria formada pela Conselheira Wrana Panizzi, Relatora, e pelos Conselheiros Celso Schröder e, no caso, eu, Alexandre, tivemos um primeiro debate e queremos sugerir que o Conselho de Comunicação aprove a convocação urgente de uma audiência pública. Eu vou até ler... Ainda que não fosse ela concomitante com uma reunião do Conselho, para a gente deliberar sobre isso à tarde, o que talvez seja o caso, para a gente não desgastar uma reunião inteira do Conselho com isso, se houver um espaço especial para esse momento ser possível, porque aí nós vamos debater os nomes, as sugestões de nomes. Essa audiência iria debater com o seguinte foco: o que precisamos fazer, o que o Estado precisa fazer, juntamente com a sociedade civil organizada, para melhorar as condições da liberdade de expressão, da proteção dos jornalistas e comunicadores, *vis-à-vis* o que tem acontecido, os últimos fatos ocorridos, uma coisa mais ou menos assim. O produto dessa audiência pública seria, depois, analisado pela Comissão de Relatoria, de modo a tentar trazer um relatório mais amplo, uma proposta mais ampla, como nós já discutimos, preliminarmente, hoje, para

trazer um novo debate e, depois, um relatório a ser apreciado no Conselho e uma proposta objetiva. Eu acho que seria o possível nós apresentarmos e queria ver se estão de acordo com essa proposição.

Alguém contra? (*Pausa.*)

Não.

Então, vamos fazer o seguinte: a gente termina a reunião... Conselheiro Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu queria apenas fazer a proposta de que na próxima reunião do Conselho de Comunicação Social, da Comissão de Liberdade de Expressão, fosse colocado também o relatório a respeito da 1ª Relatoria, que eu já tive a iniciativa de relatar e já compartilhei com os dois companheiros da Comissão de Relatoria, o Miguel Ângelo Cançado e o conselheiro Nascimento... Eu vou só aguardar o retorno deles e, aí, distribuo para todos os Conselheiros. Eu acredito que haja tempo hábil, até a próxima reunião da Comissão de Liberdade de Expressão, para esse relatório estar pronto e, se possível, ser incluído como terceiro item.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu acho que nós podemos fazer… Nós vamos ter, eu acho que teremos dois itens da pauta em que nós sequer entramos hoje, poderemos agregar esse ponto e, talvez, quiçá, nós possamos ter que voltar com esse tema de hoje na própria reunião. Eu acho que vai ter um pouco do *time* dessa audiência pública…

O SR. ROBERTO FRANCO – A proposta é deixar como terceiro item da pauta...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu entendi.

O SR. ROBERTO FRANCO – … e, se não houver tempo, nós deixamos, já que está pronto, começamos a discutir.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Colocamos na pauta na medida da possibilidade de análise. Aí, depois, temos outras coisas a apreciar. A Secretaria está me informando aqui… (*Pausa.*)

Existe uma dúvida aqui, mais dirigida ao Conselheiro Schröder, que é uma questão que a Mesa me pergunta: houve uma proposta, na reunião passada, de incluir, para análise, a questão do piso nacional dos jornalistas, o piso salarial. O que não ficou muito clara aqui, nas notas taquigráficas, é em qual relatoria seria isso. Seria a 9ª Relatoria, que seria a profissão de jornalista, que eu acho que é o tema…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas eu acho que não estamos analisando sob esse foco; aqui estamos falando sob o foco do diploma. Eu acho que seria o caso, talvez, de a gente, eventualmente, criar até uma nova relatoria específica para isso, se fosse o caso, porque acho que misturar aqui… Não sei.

Consulto o Conselheiro Schröder. (*Pausa.*)

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Tem também o piso salarial dos radialistas.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Então, nós poderíamos fazer o seguinte: a 6ª Relatoria trata do piso do radialista. Nós poderíamos incluir esse tema, então, do jornalista junto com o do radialista.

Perfeito, Nascimento?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Se não for incômodo para os colegas…

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, nós estamos falando… Então a gente inclui esse projeto de lei.

(Intervenção fora do microfone.)

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA COMISSÃO TEMÁTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha).

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2014, ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: ALEXANDRE KRUEL JOBIM

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	COMUNICADO DE AUSÊNCIA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil	COMUNICADO DE AUSÊNCIA
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas			

VISTO: _____, em 10 de fevereiro de 2014.
COORDENADOR

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente.

Então, agradeço as presenças e por esse rico debate que fora iniciado, agradecendo especialmente à Conselheira Wrana Panizzi pela iniciativa, pela… Levou quase que à exaustão. Nesse primeiro tópico está muito bem colocado e depois nós vamos ampliá-lo.

Nós nos vemos à tarde, na reunião do Conselho, às 14 horas.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada ás 13 horas.)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014
DA COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

DIA 5 DE MAIO 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H30,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 2ª reunião ordinária de 2014 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 5 de maio de 2014, segunda-feira, às 10h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Coordenação do Conselheiro José Catarino do Nascimento, destinada aos seguintes itens: Item 1 – Leitura, discussão e votação da admissibilidade de matérias complementares à 1ª Comissão de Relatoria, no sentido de atenderem a critérios de conteúdo nacional, produção regional e independente, examinados no relatório do Cons. Daniel Slaviero; 2 – Leitura, discussão e votação do relatório oferecido pelo Cons. Roberto Franco, no âmbito da 2ª Comissão de Relatoria e Item 3 – Discussão e votação sobre procedimento a ser adotado pela Comissão (estudos, parecer de conselheiro singular ou parecer de comissão de relatoria) quanto à aplicação de recursos orçamentários para fomento do audiovisual e da cultura.

Estiveram presentes os membros: JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, representante da sociedade civil; FERNANDO CESAR MESQUITA, representante da sociedade civil; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo;JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil; WRANA PANIZZI, representante da sociedade civil; MARCIO NOVAES, representante das empresas de Televisão; DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, representante das empresas de rádio; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; GILBERTO CARLOS LEIFERT, representante das empresas de televisão.

(Texto com revisão.)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Declaro aberta a 2ª Reunião de Trabalho de 2014 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta anterior enviada, se destina à seguinte Ordem do Dia:

Item 1: leitura, discussão e votação de admissibilidade de matérias complementares da 1ª comissão de relatoria, no sentido de atenderem a critérios de conteúdo nacional, produção regional e independente, examinados no Relatório do Conselheiro Daniel Slaviero.

Item 2: leitura, discussão e votação do Relatório oferecido pelo Conselheiro Roberto Franco, no âmbito da 2ª comissão de relatoria.

E o terceiro item, discussão e votação sobre procedimento a ser adotado pela Comissão de Estudos, Parecer de Conselheiro Singular ou Parecer de comissão de relatoria, quanto à aplicação de recursos orçamentários para o fomento do audiovisual e da cultura.

Encontra-se sobre a mesa da Presidência, para deliberação, a Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de Trabalho de 2014, enviada a todos os Conselheiros, com antecedência, por *e-mail*.

Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e sua aprovação.

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós temos uma dificuldade hoje, ou teremos uma dificuldade hoje, com relação aos três itens da pauta. Então, eu vou dar sequência à pauta e, posteriormente, a gente vai eliminando os itens dessa pauta para não eliminar antes, porque pode chegar algum Conselheiro e querer se manifestar.

O item nº 1 da Ordem do Dia, exame de admissibilidade de matérias adicionais no âmbito da 1ª comissão de relatoria, composta pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Luiz Antonio Gerace e Ronaldo Lemos.

A referida 1ª comissão de relatoria foi formada para apreciar, exclusivamente, o PL nº 1.858, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem, pelo menos, dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos.

O citado projeto legislativo já teve sua admissibilidade aprovada por esta Comissão Temática em sua 1ª Reunião, em 2013. Naquela ocasião, esta Comissão decidiu, também, estender o foco das obrigações projeta-

das às empresas de radiodifusão para além da categoria mencionada na emenda do PL nº 1.858, de 1999, o que resultou no surgimento de 30 matérias legislativas em tramitação nas duas Casas legislativas.

Em conformidade com o exarado na última reunião, acatamos o encaminhamento do Conselheiro Walter Ceneviva, no sentido de observarmos a admissibilidade dessas 30 matérias sob satisfação de três critérios, a saber: conteúdo nacional, produção regional e produção independente.

Então, voltando, aqui, ao item 1, com a palavra o Conselheiro Daniel Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, muito obrigado. Como é de conhecimento de todos, eu não estava presente na última reunião desta Comissão, mas agradeço, aqui, por ter sido indicado para coordenar esse trabalho, aqui, ao Presidente e aos demais membros da Comissão.

O Presidente me ligou para me colocar a par dos debates e depois obtive mais informações aqui com a Secretaria, com o Dr. Rodrigo. Se recapitularmos, foi colocada para análise deste Conselho a proposição, o PLS nº 341, de 1999, como o Presidente mesmo colocou, destinando dois minutos diários à programação e divulgação de informações sobre menores desaparecidos. Ao longo do debate desta Comissão, na última reunião, foi levantado pelos Conselheiros que existem inúmeros projetos tratando das mesmas condições, ou seja, destinando tempo de emissoras de rádios, televisões, comerciais, educativas e comunitárias para diversos assuntos. Certamente a divulgação de informações sobre menores desaparecidos é um tema absolutamente sensível e meritório para a sociedade brasileira. A Secretaria fez uma relação de todos os projetos, tanto no Senado quanto na Câmara Federal, que tratam dessa questão. A deliberação deste Conselho foi para que olhássemos o conjunto, tivéssemos uma visão global, porque individualmente podem parecer não só meritórios no mérito, mas pouco no tempo. Se nós somarmos todos os projetos que tramitam aqui no Congresso Nacional, teremos um número que pode inviabilizar a operação dessas emissoras, sejam educativas, comunitárias ou comerciais.

Então, com esse espírito, a Comissão fez essa relação, que o Presidente me encaminhou ao longo do mês passado, contendo 30 projetos. Pedi para que se recuperasse nos arquivos que tínhamos sobre essa questão, e apareceram mais projetos, 49 projetos. Como esse levantamento foi terminado só recentemente, no último dia 30, na véspera do feriado, ele foi encaminhado aqui para a Secretaria.

Portanto, o primeiro pedido que faço é para que a Secretaria revise essa lista preparada por mim para ver se todos os projetos estão em andamento, se estão vigentes, qual o *status* em que estão, se têm realmente pertinência a esta Comissão de Produção de Conteúdo e, principalmente, a essa cessão compulsória de espaço. E que ela também confronte esses dois relatórios, expurgue os que não forem pertinentes ao tema e que sejam reencaminhados à sua coordenação. Eu me interarei com o Gerace com o Ronaldo Lemos. E peço ao Conselho que nos dê o prazo, até a próxima reunião, a de junho, para que possamos trazer um relatório global sobre todos esses projetos que tratam do tema.

Nessa nossa relação, considerando que esteja válida, já traz uma questão muito alarmante. Por isso, a decisão correta desta Comissão em fazer uma análise ampla desses projetos, porque, se você somar os 44 projetos de lei que estão na Câmara mais os cinco que estão no Senado, você tem cinco horas e trinta e cinco minutos diárias de todos os projetos, alguns para combate a doenças, a prevenção de AIDS, a crianças desaparecidas, mulheres violentadas, assim por diante. Foi um dado bastante surpreendente, inclusive para mim, que sou coordenador dessa análise.

Então, em síntese, o primeiro pedido é que a Secretaria faça uma validação entre essas duas relações, encaminhe-as ao Presidente e este dê o devido encaminhamento. Segundo, que a gente possa, com base nesses dados fidedignos, trazer um relatório, impreterivelmente, para a próxima reunião desta Comissão.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

Algum Conselheiro quer se manifestar sobre o tema? (*Pausa.*)

Não. Então, está aceita a proposta de que a gente volte a esse tema na próxima reunião.

Eu não sei se já faço aqui... Eu não sei se a gente conversaria, Conselheiro Jobim, sobre a sua comissão, porque eu corri, marquei esta e já gostaria de deixar aqui pautada, para a próxima reunião...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Conselheiro Nascimento, na verdade, eu estou sendo cobrado pelos meus pares da Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social porque temos pautas prontas lá, inclusive para deliberar.

Eu tentei marcar para a manhã de hoje, mas estava tomada. Então, eu conversei com a Secretaria, pedindo que encaminhasse ao Presidente do Conselho, Dom Orani, que já deixasse um espaço reservado, para a primeira segunda-feira do mês de junho, a Comissão de Liberdade de Expressão. Isso não impede que a sua também, e ficaria prejudicada eventualmente uma outra. Acho que aí depende um pouco da Mesa do Conselho, do Dom Orani e do Fernando Cesar...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Eu só manifesto, então, o nosso interesse também de estarmos incluídos nessa pauta da próxima reunião de junho.

O item 2 da Ordem do Dia: leitura, discussão e votação do relatório da 2ª comissão de relatoria, composta pelos Conselheiros Roberto Franco, Ronaldo Lemos e por mim, objetiva examinar o PL 3.979/2000, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e dá outras providências.

Embora a matéria já tenha sido objeto de admissibilidade desta Comissão, em 2 de dezembro do exercício passado, o Conselheiro Roberto Franco sugeriu um exame mais abrangente por conta de haver indícios de a matéria encontrar-se superada em face da edição de normas mais recentes quanto de regulações surgidas posteriormente, por iniciativa dos Ministérios da Justiça e das Comunicações.

Assim, a Comissão decidiu, naquela ocasião, delegar ao próprio Conselheiro Roberto Franco a incumbência de realizar o cotejamento por via de relatório cuja leitura e deliberação foi pautada para a primeira reunião de 2014 passada, em razão da ausência do relator.

A matéria foi adiada para esta segunda reunião e a secretaria informa a esta coordenaria que o Conselheiro Roberto Franco comunicou, em 29/04 passado, sua impossibilidade de estar aqui entre nós. E a suplente está com problema para chegar. Então, eu imagino que fica prejudicado este item 2. Mas eu gostaria de ouvir os demais Conselheiros, se têm alguma posição, enfim. Porque o relatório é dele...

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Acho que está prejudicado o debate mesmo, com a ausência do relator dessa questão e com a dificuldade de chegada da sua suplente, e também pelo fato de eles não terem enviado isso previamente. Tudo isso mostra que o debate está prejudicado.

Eu acho que isso pode ser detalhadamente examinado no relatório, e o relator, certamente, se aterá a essas questões. E eu fiz uma rápida pesquisa, por ter um certo conhecimento sobre o tema, e parece-me que essa análise vai estar bastante prejudicada, porque o Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, tem 25 projetos apensados que tratam desta questão da acessibilidade e legenda oculta. Mas existem normas vigentes hoje para emissoras de televisão bem mais atuais, e eu fiz uma rápida pesquisa aqui.

Há uma norma geral de acessibilidade, que também é a Lei 10.098, de 2000, que trata sobre diversos assuntos de acessibilidade em estabelecimentos comerciais, em transporte público e também passa pela questão dos meios de comunicação. Com relação a essa parte específica que trata da acessibilidade nos veículos de comunicação, há um decreto de 2004 regulamentando isso. E depois do decreto há duas portarias do Ministério das Comunicações, uma de 2004 e uma de 2010, colocando obrigações tanto das legendas ocultas, da Libras, inclusive no horário eleitoral gratuito, que é uma coisa que a gente está bem acostumado a ver isso, como da própria audiodescrição. Então, estou só fazendo considerações, porque certamente o relator vai se ater sobre isso, é bem provável que a análise desse projeto esteja prejudicada pelas normas vigentes, sejam elas reguladas pela própria Lei de 2000, pelo decreto ou pela portaria, que trazem essas obrigações.

Mas eu acho que o relator poderia, se for esse o entendimento dele, não só colocar o tema como prejudicado, mas talvez expor aqui ao Conselho e à Comunicação quais são as normas, quais são as obrigações atuais que as emissoras de rádio e televisão estão obrigadas a executar. Inclusive uma delas... Esse assunto está bem recente, porque, na escala de obrigações sobre a legenda oculta, um dos degraus que era a cada dois anos foi alterado de patamar no dia 30 de abril; ou seja, na quarta-feira da semana passada. As emissoras de televisão tinham obrigação de fazer 12 horas diárias de legenda oculta e passaram para 16 horas diárias.

Então, esse é um tema que está bem fresco na mente das empresas. Eu só estou trazendo essas informações a título de esclarecimento. E eu acho que, na próxima reunião, sem dúvida nenhuma o relator pode não só tratar dessa questão do mérito, se isso está prejudicado ou não, mas principalmente dizer quais são as obrigações que as emissoras hoje estão sujeitas.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

Alguém mais quer se manifestar? *(Pausa.)*

Então, vamos aguardar, porque nós não temos outra saída.

O item 3 da pauta: discussão e votação sobre procedimento a ser adotado pela Comissão (estudos, parecer de Conselheiro singular ou parecer de comissão de relatoria) quanto à aplicação de recursos orçamentários para fomento de audiovisual e da cultura.

Na reunião passada, o Conselheiro Walter Ceneviva trouxe importante reflexão a respeito do assincronismo entre planejamento dos recursos orçamentários para atender ao fomento do audiovisual e cultura e sua efetiva aplicação para atender a programas diversos dessa natureza. A desproporção entre receitas orçamentárias e realização de despesas dessa natureza, apesar de lograr o fenômeno econômico do superávit fiscal, reproduz um déficit de fomento para tão importantes atividades culturais.

O Conselheiro Ceneviva solicitou pautar essa matéria para esta 2ª Reunião com o fito de estabelecermos o instrumento de análise adequado para investigarmos a realidade dessa dimensão da comunicação social como con-

tributo a futuras composições contribuições deste Conselho, em respeito a disposições firmadas pelo Congresso Nacional em matérias orçamentárias que tratam da produção de audiovisual e outras formas de manifestação artística.

Neste exato momento eu ia conceder a palavra ao Conselheiro Ceneviva, que não está. Então, eu abro para o Pleno e, de novo, vejo que o tema está prejudicado com a ausência do Conselheiro Ceneviva. Aliás, eu liguei para ele, conversamos, e ele falou: "Vou trazer um relato mais amplo." Mas ele não está presente.

Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Conselheiro Nascimento, eu acho que...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perdão, perdão. Permita-me passar a palavra à Conselheira Maria José, porque ela havia se manifestado, e eu "comi pança"!

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Bom, sem problema algum essa ordem de manifestações.

Só lembrando, Coordenador, que o que está proposto é para a gente discutir um método de discussão que vamos adotar para essa questão; se vamos ter um relatório de um Conselheiro, e aí designarmos aqui qual seria esse Conselheiro que faria esse relatório para a gente poder aprofundar a nossa discussão, ou se a gente adotaria o procedimento de constituir uma comissão de relatoria, com mais de um Conselheiro, para que tivéssemos um relatório mais partilhado, com maior diversidade de opiniões, com maior quantidade de informações, para que pudéssemos nos posicionar.

Então, nesse sentido, acho que podemos, sim, discutir e deliberar. Inclusive, se decidirmos pelo relatório singular, já faríamos a indicação; e também se decidirmos pela comissão de relatoria, já faríamos a indicação dos Conselheiros que podem compor essa comissão.

Já aproveito para expressar a minha opinião quanto ao mérito da proposição. Claro, nós temos Conselheiros muito bem informados e muito qualificados para fazer um relatório singular, mas a comissão de relatoria sempre qualifica mais o relatório e nos dá mais condições de ter uma peça para apreciação da comissão mais ampla e, portanto, mais representativa do debate que está colocado.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A Conselheira Maria José economizou minhas palavras. Era exatamente o que eu ia falar, ou seja, eu acho que cabe definirmos a metodologia. Entendo que a metodologia seja efetivamente a criação de uma comissão de relatoria, e aí devolvo a palavra ao Presidente para que nomeie os membros, incluindo Walter Ceneviva, nem que seja como penitência! (*Risos*.)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Bom, na realidade, quando eu disse que estaria prejudicado foi em função da posição dele. Então, eticamente eu teria que me manifestar dessa forma, porque, no final da exposição do Conselheiro Ceneviva, evidentemente que iríamos delegar esse poder a uma comissão, ou teremos que delegar esse poder a uma comissão. Mas, já que, independentemente do relatório dele, há uma manifestação deste Pleno de que a gente possa formar essa comissão, estou aberto para as indicações.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Presidente, exatamente, o relatório dele é meritório. Ele veio trazer já o ponto.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Sim, perfeito.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Então, eu até sugiro que se crie uma comissão de relatoria e que ele seja o relator.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perfeito.

Quem mais?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – A Federação Nacional dos Jornalistas se dispõe a participar da comissão.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k..

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Em nome da Conselheira Maria José!

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Sim, sem dúvida. Ela não vai indicar o Schröder! Mas tudo bem!

Está faltando um da sociedade civil. Nós temos um do empresariado e outro dos trabalhadores.

Quem? Gerace? (*Pausa*.)

O.k., Gerace.

Então, definimos, nesta Comissão: o Walter, a Maria José e o Gerace.

Fica, então, para a próxima reunião trazer algo substancial. É isso que estou entendendo?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Coordenador, se me permite, se ficar agendado para o próximo mês de junho uma reunião também desta Comissão, eu creio que, como a gente já designou aqui o Ceneviva como relator e como ele não está presente, eu queria que ficasse facultado à Comissão que acabou de ser constituída discutir entre os membros o prazo e comunicar ao coordenador posteriormente se será possível fazer na próxima reunião ou se pediríamos um prazo um pouco maior.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – No processo democrático, não há outra opção. Se fosse pelo meu desejo como coordenador, já poderíamos deliberar aqui para a próxima reunião.

Diante do apresentado, está encerrada a Ordem do Dia da presente reunião.

Nunca vi uma reunião tão rápida. São 10h44. Foram somente 15 minutos de reunião.

Passamos agora à fase de comunicação dos Conselheiros.

Consulto se algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas e sugestões de pauta da próxima reunião de trabalho desta Comissão Temática.

Está aberta a palavra. (*Pausa.*)

DOCUMENTOS PERTINENTES À 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PRODUÇÃO E CONTEÚDO, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014, EM 5 DE MAIO DE 2014, ÀS 10H30, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
D. ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da Sociedade Civil	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social			
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita			

VISTO: _____, em 5 de maio de 2014.
COORDENADOR

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Eu gostaria de já definir aqui a próxima reunião, que poderá ser realizada no segundo horário, às 10h30.

Muito obrigado a todos.

Bom almoço!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DIA 5 DE MAIO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 4ª reunião ordinária de 2014 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 5 de maio de 2014, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Dom Orani João Tempesta, destinada aos seguintes itens: Item 1 - Audiência Pública "Violência contra Jornalistas, Radialistas e outros Comunicadores", com a presença da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Ideli Salvatti; da Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki; do Diretor-Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Luis Roberto Antonik; do Coordenador da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (FITERT), Sr. José Antônio Jesus da Silva; e do Vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas, Sr. Celso Augusto Schröder; Item 2 – Discussão sobre data e composição de Audiência Pública sobre o programa "A Voz do Brasil", preparatória para relatório da Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos; Item 3 – Leitura de manifestação do Sindicato dos Radialistas de Brasília sobre a Empresa Brasil de Comunicação, recebida pelo Conselheiro Nascimento Silva, e discussão sobre o atual estado da empresa. III – RELATÓRIOS DE ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS, A SEREM PROFERIDOS PELOS COORDENADORES; IV – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS; V – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, Presidente; FERNANDO CESAR MESQUITA, representante da sociedade civil; WLATER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; GILBERTO CARLOS LEIFERT, representante das empresas de televisão; ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas e Estiveram presentes, também, as Conselheiras Suplentes, LILIANA NAKONECHNYJ Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social, MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas e WRANA PANIZZI, representante da sociedade civil, em substituição aos Conselheiros ROBERTO FRNACO, CELSO AUGUSTO SCHRÖDER e MIGUEL ANGELO CANÇADO, respectivamente. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, representante das empresas de rádio e PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei 8.389, de 1991, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, de 2014 do Conselho de Comunicação Social.

Este é um dia muito especial, porque, no Brasil, nós comemoramos o Dia Nacional das Comunicações. Hoje é dia do nascimento do Marechal Rondon, que fez a primeira comunicação com as linhas telegráficas. Por isso, convencionou-se o dia 5 de maio como Dia Nacional das Comunicações. Então, os nossos cumprimentos...

Pois não, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, queria registrar também que, no dia 3 de maio, é celebrado o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Quero deixar também esse registro nos Anais do Conselho de Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Exatamente. São dias importantes ligados ao tema do nosso Conselho.

Conforme pauta anteriormente enviada, esta reunião se destina à seguinte Ordem do Dia:

Primeiro, teremos uma audiência pública com o tema "Violência contra Jornalistas, Radialistas e outros Comunicadores", para a qual foram convidados a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Srª Ideli Salvatti; a Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Srª Regina Maria Filomena de Luca Miki; o Diretor-Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), Sr. Luis Roberto Antonik; o Coordenador da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (FITERT), Sr. José Antônio Jesus da Silva; e do Vice-Presidente da Federação Internacional dos Jornalistas, Sr. Celso Augusto Schröder.

O item segundo na nossa Ordem do Dia será a discussão sobre a data e a composição da audiência pública sobre o programa A Voz do Brasil, preparatória para o relatório da comissão de relatoria composta pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos.

Terceiro: leitura de manifestação do Sindicato dos Radialistas de Brasília sobre a Empresa Brasil de Comunicação recebida pelo Conselheiro Nascimento Silva e discussão sobre o atual estado da empresa.

Há também, dentro do expediente, relatórios de andamento dos trabalhos das comissões temáticas a serem proferidos pelos coordenadores. Há duas reuniões hoje.

Teremos também, dentro do expediente, comunicações dos Conselheiros e a participação da sociedade civil, conforme o nosso Regimento.

Encontra-se sobre a mesa da Presidência para deliberação a Ata Circunstanciada da 3ª Reunião Ordinária de 2014, enviada a todos os Conselheiros, com antecedência, por *e-mail*.

Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e a aprovação.

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Comunicação de ausências.

Em 15 de abril, o Conselheiro Miguel Angelo Cançado comunicou que não poderá estar presente por conta de viagem anteriormente firmada. Assim, nesta tarde, a Conselheira Suplente Wrana Panizzi estará representando a sociedade civil.

Em 16 de abril, a secretaria do Conselho foi informada, por *e-mail*, da impossibilidade de comparecimento do Conselheiro Celso Augusto Schröder. Dessa forma, teremos hoje a Conselheira Suplente Maria José Braga representando a categoria profissional dos jornalistas.

Em 29 de abril, a assessoria do Conselheiro Roberto Franco comunicou a impossibilidade de seu comparecimento. Assim, a representação do engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social será feita pela Conselheira Suplente Liliana Nakonechnyj.

Expediente.

No dia 8 de abril de 2014, seguindo o que foi deliberado na 3ª Reunião Ordinária de 2014 deste Conselho de Comunicação Social, foi enviado ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, o Ofício nº 88/2014 deste Conselho solicitando suspensão do leilão relativo à locação da faixa de 700MHz, com o texto elaborado pelos Conselheiros Ronaldo Lemos, Walter Vieira Ceneviva e Celso Augusto Schröder em nossa última reunião.

Também em 8 de abril, foi enviado Ofício nº 90/2014 deste Conselho solicitando da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) informações referentes à quantidade exata ou estimada de aparelhos de telecomunicações não homologados a serem afetados pelo bloqueio previsto pelo regulamento para a certificação e homologação de produtos para telecomunicações, bem como demais estudos, averiguações, estatísticas e informações que estão embasando a tomada de providências relacionadas ao tema.

No dia 22 de abril último, esta Presidência recebeu o Ofício nº 37/2014 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal com convite para participação como expositor de audiência pública destinada a debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, e elaboração do edital de licitação para os serviços de banda larga móvel de quarta geração. A audiência pública será realizada no próximo dia 15 de maio, às 9 horas, no plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal. Por conta do tema, designo o Conselheiro Roberto Franco para participar da audiência pública e informo que ele já se colocou à disposição.

Também no dia 22 de abril esta Presidência recebeu o Ofício nº 134/2014, da Anatel, solicitando contribuição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional para o processo de planejamento estratégico da agência. Assim, a Anatel solicita participação do Conselho de Comunicação Social na reunião do conselho diretor da agência, a ser realizada amanhã, 6 de maio, às 14h30, na sede da autarquia em Brasília, para discutir as oportunidades e os desafios no setor de telecomunicações, para os próximos dez anos. Desta forma, designo o Conselheiro Alexandre Jobim, que se colocou à disposição para fazer a representação do Conselho.

Ainda em 22 de abril, a secretaria do Conselho recebeu o Ofício nº 11, de 2014, do Conselho Curador da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) encaminhando ata com deliberações da reunião extraordinária daquele conselho, realizada em 12 de março de 2014, em Brasília. A ata foi aprovada durante a 50ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de abril também em Brasília. A ata foi enviada a todos os Conselheiros por *e-mail.*

No dia 28 de abril, a Secretaria do Conselho recebeu o Ofício nº 136/2014, da Anatel, encaminhando nota técnica da Anatel, sobre Parecer nº 10, de 2013, deste Conselho de Comunicação Social, sobre a Lei nº 12.485/2011, conhecida como a Lei do SeAC. O ofício e a nota técnica foram enviados por *e-mail* a todos os conselheiros, na mesma data do recebimento.

Em contato mantido com o Vice-Presidente Fernando Cesar Mesquita, que está aqui ao meu lado, o Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, informou que as indicações para a próxima composição deste Conselho de Comunicação Social serão recebidas até às vésperas da eleição pelo Congresso Nacional. Nosso mandato expira no começo de agosto, o Congresso deverá marcar eleição para depois que expirar nosso mandato e até às vésperas estará recebendo as indicações. Informou, ainda, que qualquer entidade representativa dos setores mencionados nos incisos I a IX, do art. 4º, da Lei nº 8.389/91, pode sugerir nomes para composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Lembro que atual composição do Conselho de Comunicação Social foi eleita na sessão do Congresso Nacional de 17 de julho de 2012, tendo tomado posse em 8 de agosto de 2012, para o mandato de dois anos, conforme o §4º, do art. 4º, da Lei nº 8.389/91.

Esses são os avisos que esta Presidência tinha a fazer sobre o acervo recebido e produzido e que se encontra disponibilizado sobre a bancada.

Algum Conselheiro gostaria de se manifestar especificamente sobre esses assuntos, antes de passarmos para a Ordem do Dia?

Conselheiro Nascimento e depois Jobim.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sr. Presidente e demais Conselheiros, só para retificar a proposta inicial de que só o Conselheiro Jobim manifestou interesse de participar da Anatel. Ele mandou a manifestação à meia-noite e às 9 horas da manhã eu também manifestei querendo participar representando os trabalhadores. É só colocar isso aí, é só deixar registrado mas, evidentemente, será bem representado pelo Conselheiro Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Exatamente, o Conselheiro Nascimento se colocou à disposição, mas por razões de impossibilidade, foi indicado o Conselheiro Jobim.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Era só para constar que...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Obrigado Presidente. Na verdade, são dois temas: o primeiro, quanto à manifestação do Conselheiro Nascimento, agradecer a confiança. A intenção não foi efetivamente de interesse em participar, mas de me colocar à disposição do Conselho, já que se torna um facilitador por residir em Brasília e às vezes onerar menos as pessoas que vêm de fora. Então eu me coloco à disposição, sempre que necessário for, em algum tema que eu possa contribuir.

Segundo, Sr. Presidente, quando o senhor colocou a questão do término do nosso mandato, que é dia 8 de agosto, quando terminaria o biênio, é só para que ratifiquemos que teremos então reuniões em junho, julho e, inclusive, agosto. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pelo que me consta, sim, pelo menos a tomada de posse foi. A não ser que a primeira segunda-feira de agosto seja depois do dia 8.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Exatamente isto.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É dia 4 de agosto.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – É só para a gente poder, inclusive, fazer a programação das Comissões, enfim, de forma que, nessas três reuniões, a gente possa pelo menos fazer um relatório final daquilo que... Porque acho que era importante...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Deixar registrado.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – ... a Mesa receber, independentemente de que estamos, em todas as reuniões, pautando as manifestações dos coordenadores das Comissões. Mas eu ia sugerir que, na última reunião, solicitássemos receber, por escrito, mais ou menos um resumo do que foi elaborado e realizado nas Comissões, para que haja pelo menos esse acervo do biênio para o outro mandato. Pode até haver a coincidência de as mesmas pessoas estarem a cargo dos próximos mandatos, no próximo biênio, mas pelo menos que o trabalho não fique só na memória das pessoas, fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu creio que todo mundo concorda com isso. É bem lembrado que toda a produção de cada Comissão e tudo mais, de certa forma, está nos Anais e também nas

Atas dos trabalhos. Mas é bom que haja um resumo para podermos entregar para o próximo Conselho e, se assim quiserem, depois utilizarem os trabalhos realizados.

Conselheiro Daniel Pimentel Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Muito boa tarde aos demais conselheiros, ao Presidente, ao Vice-Presidente.

Na sua leitura aqui da Ordem do Dia, foi muito bem colocado que, para a audiência pública do dia 15 de novembro, sobre a faixa de 700 MHz – perdão, no dia 15 de maio, a audiência pública à qual o Conselho de Comunicação foi convidado e enviará um representante –, o Conselheiro Roberto Franco se colocou à disposição. E foi, inclusive, colocado aqui pelos demais Conselheiros que ele pudesse ir representando por ser o titular aí da categoria dos engenheiros e estar a par do assunto. No entanto, infelizmente, ele estará fora do País nessa data. Então, em sua substituição, eu gostaria de propor ao Presidente e a este Conselho que, no lugar do titular, fosse representando o seu suplente, a Conselheira Liliana, que também representa a categoria dos engenheiros e que está tão bem ou até mais preparada e envolvida no tema que o próprio Conselheiro Roberto Franco.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Aqui a assessoria diz que ele foi consultado e aceitou, mas não disse que não poderia, não é? Porque, inclusive, anteriormente, a data era dia 29 de abril, que foi transferida para o dia 15 de maio. Deve ter sido essa questão, não é?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Exatamente, este foi o problema. Ele fará esse comunicado oficialmente aqui à Secretaria do Conselho. Mas ele me ligou pela manhã e pediu que eu pudesse transmitir que, ele formalizando isso, o Conselho já poderia avaliar e deliberar a sugestão do nome da Conselheira Liliana.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Creio que nenhum de nós tem nenhuma questão contrária.

Pergunto à Conselheira Liliana se ela aceita a incumbência. Aliás, acho que ela tem a mesma comunicação sobre isso, não é?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Justamente. Eu trouxe hoje um *paper*, um documento sobre esse assunto, para contribuir um pouco para a discussão. Eu tenho acompanhado bastante o assunto com os meus colegas da Sociedade de Engenharia de Televisão, então, realmente, estou bastante preocupada com esse assunto.

Se houver tempo, depois de eu apresentar aqui essa minha preocupação que eu trouxe para compartilhar com vocês, pode ser até que isso enriqueça a nossa discussão e eu possa, se for incumbida dessa missão de conversar lá, na Comissão de Tecnologia, levar mais contribuições dos meus colegas sobre o tema também.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu creio que, se os conselheiros aceitarem... Nós estamos com um atraso de um dos debatedores, que ainda não chegou. Ela poderia expor talvez essa questão agora, aproveitando que ela trouxe já pronto. Já que esse assunto veio à baila, se ninguém tem nada em contrário... (*Pausa.*)

Então, pois não.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Muito bem.

Bom, até levando em consideração a moção que foi feita na semana passada, na reunião passada do Conselho, à qual não pude vir, preparei um documentozinho que mostra justamente a minha preocupação sobre o tema e busca também esclarecer algumas questões de um ponto de vista mais geral, ou seja, busca esclarecer de uma forma menos tecnicista. Sei que, às vezes, é difícil para nós, engenheiros, escrever de uma forma menos "engenheirês", porém tentei fazer. Gostaria de repassar essa minha reflexão com os senhores.

Então, nesse arrazoado, começo mostrando como é, aqui no Brasil, a faixa de canais de televisão, a faixa UHF. Fala-se muito sobre a faixa de 700MHz, que está *sub judice*. O que é isso? Bem, os canais de televisão operam em duas faixas: a faixa de VHF, que é dos canais de 2 a 13; e os canais de 14 a 69, que operam em UHF, nas freqüências de 470 a 806MHz. Até peço desculpas porque acredito que muitos estejam super a par desse assunto, mas talvez alguns nem tanto.

Então, essa faixa mais baixa, que é a faixa de VHF, especialmente a faixa dos canais de 2 a 6, no passado, foi uma faixa muito querida. A televisão começou aí. Mas, com o passar do tempo, começou a ficar muito prejudicada, especialmente em cidades grandes porque é muito sujeita a ruídos de rede elétrica, a motores. Tanto que vocês veem que os canais mais baixos, como os canais de 2 a 4, em geral, são assim muito cheios de chuviscos, de problemas com imagem quando captados do ar. Então, essa faixa baixa de VHF, hoje em dia, não é muito querida e não serviria para a TV digital. A faixa alta é boa, a faixa alta de VHF, canais de 7 a 13. Mais a televisão digital, aqui no Brasil, começou em UHF, que é justamente essa faixa dos canais de frequências de 470 a 806MHz, que é limpa, não tem esses problemas de cidade. Ela é uma faixa, na verdade, muito adequada para qualquer serviço de comunicação que precise de mobilidade. Então, para a radiodifusão, que chega a qualquer lugar. Ela também é cobiçada para fazer serviços de banda larga móvel de quarta geração.

Então, ela começou operando em UHF. O que aconteceu? Como é que começaram a entrar os canais de TV digital? Entre os canais analógicos que já funcionavam na faixa de UHF. Então, nós temos nas metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, a faixa todinha ocupada, do canal 14 ao canal 69. Se tem alguns buracos são poucos. Entre os canais analógicos e digitais ela está totalmente tomada pela TV.

Agora, o que a gente chama de faixa 700MHz é delimitada por essas freqüências de 698 a 806. É a parte, vamos dizer, final da faixa. Ela abarca os canais de 52 a 69. É nessa faixa que vai ser colocada a banda larga 4G, que está sendo prevista a banda larga 4G. Então, para que a banda larga 4G entre nessa faixa ela precisa ser tornada limpa de canais de TV. Então, o que tem de acontecer? Especialmente nas grandes cidades, como no Estado de São Paulo e tal, é preciso apagar os canais analógicos de modo que os canais digitais, que hoje funcionam entre o 52 e o 69, sejam colocados para baixo, dentro da faixa que vai até o canal 51. Aí a televisão vai ficar ocupando os canais até o 51. Depois do canal 51, o espaço vai ficar livre para entrar a banda larga 4G.

Bem, a gente virando a página aparece aí uma figurinha que é a proposta da Anatel para a ocupação da faixa. Esse já é um desenho assim mais complicado. O que ele mostra, na verdade, é que do lado esquerdo está a faixa de televisão até o canal 51, do lado direito é onde vai entrar o serviço de banda larga 4G. Esses coluninhas, vamos dizer, do lado esquerdo, são correspondentes aos canais de televisão e do lado direito são correspondentes ao serviço de banda larga. Então, se a gente pegar no meio, que tem uma linha assim meio sombreada, cinza, para o direito, a gente vê que aí começam umas colunas um pouco mais baixas, essas colunas aqui correspondem às coisas que vão ser emitidas a partir do telefone celular e as mais altas vão ser emitidas a partir das que a gente chama ERBs, das estações básicas, que são as estações fixas, aquelas que ficam nos topos dos prédios. O celular emite essas primeiras coluninhas de energia mais perto da televisão, então, a emissão dos celulares vai ficar bem próxima dos canais de televisão.

Bom, então, agora, vamos saber por que essa dificuldade de conviver a TV com o 4G. A dificuldade é que, se a gente não tomar cuidado, vai haver uma interferência do 4G na TV e da TV no 4G, também, nos telefones. E, aí, as pessoas vão passar a ver imagens que vão ser, primeiro, quadriculadas, depois, congeladas, depois, simplesmente vão sumir da tela. E, no caso do telefone, o que acontece é que, quando ele é interferido, a gente não consegue falar no telefone, fica mudo, cai a ligação ou, então, se estiver baixando conteúdo, ele também para de baixar conteúdo, você está vendo alguma coisa para de ver etc. e tal.

Bem, então, hoje, qual é o nosso problema? É que, hoje, temos, nas casas das pessoas, mais de 100 milhões de televisores, e o sintonizador desses televisores todos é feito para captar até o canal 69, que é o final da faixa. Muito bem. Então, o que acontece? Se, no meio do canal de televisão, começa a ser transmitida outra coisa, o televisor vai captar aquilo como se fosse um ruído, uma interferência, e aí, vão acontecer esses fenômenos que comentei: a imagem vai ficar quadriculada, vai ficar congelada e ninguém vai conseguir mais ver televisão, se isso acontecer. Bom, então, o que tem que acontecer? A gente tem que tomar muito cuidado para a faixa lateral ser ocupada, para que ela seja ocupada em condições que não interfiram nos canais de televisão; senão, a população nem bem vai conseguir receber um bom serviço de banda larga, nem bem vai poder ver televisão.

E o que é pior, como as frequências que saem dos telefones, a energia que sai do telefone celular está bem próxima dos canais de televisão, acontece o seguinte: as pessoas, muitas vezes, vão tentar ver televisão falando no celular, não vão conseguir, ou baixando alguma coisa na banda larga. O celular, em muitas condições, se estiver perto da televisão, especialmente daquelas que captam imagem com antena interna – que é aquele chifrinho, ou, então, às vezes, tem uma que é um círculo que fica em cima da televisão, há vários tipos de antena interna, mas é a que fica perto da televisão –, então, se a pessoa estiver vendo com antena interna e quiser ao mesmo tempo, por exemplo, falar na sua rede social, baixar um conteúdo complementar – hoje, as pessoas fazem muito isso, estão vendo televisão, mas estão passando *e-mail* –, bom, pois é, o que acontece é que, se não tomar cuidado, quando começar a fazer isso, a imagem vai congelar, quadricular, às vezes, vamos dizer assim, ficar sem sinal. Então, obviamente, que temos que tomar cuidado para isso não acontecer.

A Anatel soltou, agora, no dia 2 de maio, sexta-feira, duas consultas públicas sobre esse assunto. Numa delas, faz uma proposta do regulamento de convivência entre TV digital e a banda larga; quer dizer, a TV digital operando até o canal 51, a banda larga, a partir do canal 52. Também publicou os testes de convivência que foram conduzidos em conjunto com os setores envolvidos, e eles conduziram o teste, agora, no começo do ano, no Inatel, em Santa Rita do Sapucaí, e em Pirenópolis, que é uma cidade perto de Brasília. E, também ao mesmo tempo, já a Anatel fez a proposta do edital para licitação de como ele vai fazer a licitação da faixa para as operadoras de telefone celular.

Bem, essas propostas, é claro que, aqui analisadas com cuidado, mas a SET, realmente, os meus colegas da SET, todos veem com muito bons olhos várias coisas dessas propostas. Por exemplo, eles propõem a doação de conversores de TV digital para quem ganha Bolsa Família, para o universo do Bolsa Família, e propõem que quem for também do universo do Cadastro Único, mas não for do Bolsa Família, receba filtros para botar

nos seus televisores para não haver interferência. E vai haver um *call center* e tal. Portanto, vemos que a Anatel está preocupada com a população mais carente, de mais baixa renda. Então, isso obviamente é uma coisa que nos faz ficar assim felizes com esse assunto.

Entretanto, os testes que foram feitos e que a SET analisou, os testes de laboratório que foram feitos pela SET, em sete meses do ano passado, e também a participação nesses últimos testes mostram que realmente não dá ainda para concluir que é possível conviver com essas condições de ocupação de faixa que a Anatel está propondo. Não é possível ainda inferir isso. Foram feitos muito menos testes do que foi planejado, por falta de tempo, porque precisava publicar isso tudo agora.

Outro problema que vemos é que a recepção com antena interna é superafetada, é muito mais afetada do que com a antena externa. Na verdade, achamos que talvez não esteja sendo dada tanta atenção a isso, até porque outros países em que se usa muito mais a antena externa, em que não se usa a antena interna só se preocuparam em resolver o problema das antenas externas, mas aqui no Brasil o uso de antena interna é muito comum.

Eu até fiquei surpresa porque, no mês passado, o Ibope fez uma pesquisa e só na Grande São Paulo metade das residências depende da TV aberta e metade dessa metade, ou seja, um quarto da população, depende de antena interna. Quer dizer, isso só na Grande São Paulo. Agora, imaginem no resto do Brasil em que as condições são muito mais precárias, com muito menos dinheiro e tudo.

As pessoas gostam de ver televisão com antena interna. É mais fácil ver televisão com antena interna do que instalar uma antena externa, colocar em cima, especialmente em prédios em que, às vezes, a tubulação está entupida e tudo. Então, a verdade é que esse caso da antena interna é grave. O que vai ter que ser feito, em muitos casos, é substituir a antena interna por antena externa. E isso é uma coisa que exige logística, é difícil muitas vezes, porque, às vezes, a tubulação dos prédios está entupida. Então, isso é uma coisa que vai precisar... A população vai precisar de ajuda para fazer isso. Não é simplesmente entregar um filtro, vão precisar de ajuda até para substituir antenas de lugar.

Então, basicamente nossa conclusão aqui é que realmente a faixa de 700 é uma faixa muito boa para banda larga móvel também, que é algo que vai ajudar bastante a população. É preciso o País ir para frente, ter banda larga móvel. Há necessidade de evoluir, mas isso tem que ser feito com cuidado e em condições bem pensadas, de modo que essas condições não impeçam as pessoas de ver televisão e também que a banda larga móvel que entre seja de boa qualidade.

Eu concluo disse tudo que eu trouxe aqui para vocês é que realmente, da forma em que o processo está sendo feito assim tão rapidinho, há uns prazos que têm que acontecer, que têm que licitar. Então, infelizmente todos os cuidados não estão sendo tomados e essa é a nossa preocupação como engenheiros que conhecem esse problema que vai ocorrer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos a Conselheira Liliana pelos esclarecimentos.

Ainda continuamos abertos. O Conselheiro Daniel, depois a Maria José e depois o Nascimento.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, eu acho que o que a Conselheira Liliana está trazendo aqui é um fato absolutamente grave, porque, em outras palavras, pela exposição, mas principalmente pela conclusão que ela está trazendo, está claro que os testes e, em especial, o relatório que a Agência Nacional de Telecomunicações fez sobre a convivência entre ambos os serviços, do ponto de vista dos engenheiros – e certamente essa será a opinião da SET – não garantem uma convivência harmônica entre os dois serviços sem interferência.

Aquilo que o representante da Anatel veio dizer neste Conselho que estavam tomando todas as preocupações e iam tomar todas as medidas, isso não está ocorrendo na prática. Por quê? Porque, em primeiro lugar, nesse relatório, eles não consideraram a base instalada, como diz a Conselheira Liliana, das antenas internas na grande país. Se só na grande São Paulo equivale a um quarto, ou seja, 25%, isso não está sendo tratado no relatório dos testes, que foram finalizados na última sexta-feira do dia 2 e concomitante com a abertura da consulta pública, tanto do regulamento da interferência quanto do edital de licitação que vigorarão aí pelos próximos 30 dias.

Então, além desse ponto do relatório dos testes não considerarem as antenas internas, eles também, como diz aqui o teste deste relatório, não consideraram a utilização para os serviços de segurança que serão também utilizados e não preveem se esses serviços interferirão na televisão aberta digital em nosso País.

Os dados em si são muitos graves e, em especial, porque, no de hoje, no *site* da Anatel, se vê, como manchete, que os testes indicam a convivência harmônica entre os dois serviços quando, na prática, não é o que os engenheiros afirmam. Como esse é um período de consulta pública, eu gostaria de sugerir, após a intervenção dos demais companheiros, Sr Presidente, que nós convoquemos imediatamente para a próxima reunião, a

Anatel novamente para apresentar o relatório dos testes que eles propuseram, que seja feito um contraponto e essa opinião divergência da SET também seja manifestada, para que nós possamos debater. A preocupação, como foi colocado na última reunião, não é única e exclusivamente das empresas privadas. Esse processo não está levando em conta as opiniões públicas e o espaço que elas precisam para serem utilizadas no replanejamento dos canais.

Essa é a nossa colocação, uma preocupação grave que, como o fato concreto, sugeriria que, para a próxima reunião, nós tratássemos esse assunto novamente aqui neste Conselho, já que foi apresentado um relatório dos testes na data da última sexta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Muito obrigada, Presidente.

Primeiramente, eu queria cumprimentar a Conselheira Liliana pelo trabalho que ela nos apresenta. Nós já estamos nos debruçando sobre esse assunto há alguns meses e claro que, para nós que não somos do campo técnico, é sempre muito bem-vinda uma exposição tão clara e tão precisa como a que a Conselheira nos trouxe.

Mas eu me inscrevi para tratar da audiência pública que o Conselho vai estar representado pela Conselheira Liliana – e creio que vai estar muito bem representado – para também pedir o enfoque nessa participação do Conselho de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia da Informação do enfoque político dessa discussão que o Conselheiro Daniel lembrou no final da sua fala, que é a questão das TVs públicas.

Este Conselho já foi provocado pela Abepec, este Conselho se pronunciou, nós pedimos a suspensão do leilão até que todas as questões fossem dirimidas, as questões técnicas e também as questões políticas, dentre elas, a garantia de realocação dos canais de TVs públicas. Então, isso é bastante importante e creio que tem também de ser enfatizado na audiência pública da qual o Conselho vai participar.

E por fim, aproveitando também a proposta do Conselheiro Daniel, já me manifesto que acho que é pertinente, sim, nós pedirmos a apresentação por parte da Anatel dos resultados dos testes que a agência fez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Acho que não sobrou nada!

Só quero lembrar que essa já era uma preocupação da Fitert. Nós falávamos aqui sobre a questão das TVs públicas e eu acho que agora nós conseguimos efetivamente dar um norte para esta questão dos 700MHz. Há um estudo também na Fitert sobre o assunto e vamos aguardar o momento oportuno para expor essa questão. Mas, se algum dado surgir, que nos mande o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, na verdade, pelo que foi dito aqui pelas apresentações das Conselheiras Liliana e Maria José, bem como dos Conselheiros Daniel e Nascimento, acho que está muito claro, pela discussão que houve na última reunião, que o processo está atropelado. No dia em que terminam os testes, já é produzida uma consulta pública de um regulamento de interferências; ou seja, não estão casados esses assuntos, a não ser pela data – única coisa –. O que eu sugeriria aos colegas Conselheiros seria a seguinte hipótese: há uma consulta pública que foi publicada agora para manifestação. Seria dever deste Conselho de Comunicação se manifestar sobre essa consulta pública e, para tanto, sugeriria que fosse criada uma comissão de relatoria imediatamente, de forma urgente, para apresentar uma manifestação, a título de contribuição à consulta pública, uma manifestação deste Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, tanto atinente às questões técnicas quanto às questões de natureza política que foram colocadas pela Conselheira Maria José. É uma sugestão para deliberação do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Peço licença para aqueles que já tenham ouvido um pronunciamento meu nessa direção, mas quero repetir um pouco do que tive a oportunidade de afirmar na última reunião do Conselho, na medida em que o tema, ao mesmo tempo, é grave e, de certa maneira, não sei se assustador ou bisonho, o tempo vai mostrar qual das duas hipóteses é a mais aplicável. É o seguinte: o serviço de televisão é gratuito, universal, ubíquo e cobre, pode-se dizer, mais de 100% do território nacional, na medida em que a televisão gratuita é entregue não só por distribuição terrestre, mas também por distribuição satelital, de tal maneira que o brasileiro, o cidadão, a criança, o idoso, o índio, quaisquer dos habitantes deste País acessa informação, entretenimento, cultura, através desse serviço gratuito, ubíquo, que é a televisão brasileira. Ele pode estar na Amazônia, pode estar em São Paulo, em Minas Gerais, em Goiás, terá acesso a todas as benesses que a televisão propicia.

Num ano de eleição, como é o caso de 2014, a evidência da importância da televisão é ainda mais acachapante. O processo eleitoral toma corpo e passa a fazer parte do cotidiano dos eleitores a partir da publicidade

eleitoral, que é gratuita e obrigatória tanto na televisão quanto no rádio. Portanto, colocar em risco a distribuição dos sinais de televisão deve ser uma providência que, se coubesse – estou convencido de que não cabe –, deveria requerer muito juízo do Governo que, como poder concedente da televisão, resolvesse implementar essa medida. Colocar a televisão em risco, insisto, é colocar o processo político, é colocar o processo informativo de qualquer brasileiro em risco.

Ao contrário disso, os serviços pagos não são uma primeira necessidade, não são imprescindíveis, eu, ainda sendo um viciado nos serviços digitais, coloco em dúvida até se, efetivamente, o Brasil precisa da tal da telefonia 4G. Por que me permito considerar essa hipótese que é exagerada – eu mesmo já de antemão reconheço? Porque é preciso entender de qual Brasil estamos falando. Se estamos falando de brasileiros como eu mesmo, que tem a graça de ter trabalho, de ter nível superior, de ter um telefone celular com plano de banda larga, ou se estamos falando de brasileiro que está no sertão do Pamonã e cuja maior ambição é ter serviço postal; em segundo lugar, o serviço de voz, e que não tem a menor ideia do que seja a tal da banda larga, porque está enfiado no meio do mato.

Estarreço-me que seja preciso responder a essa pergunta. É óbvio que a necessidade do brasileiro não é necessidade do topo da pirâmide social. A necessidade do brasileiro é a necessidade de todos os brasileiros, principalmente daqueles que não têm meios para se integrar ao processo comunicacional. Portanto, privilegiar a banda larga paga em detrimento da televisão gratuita corresponde a uma inversão de valores gravíssima que o Brasil, como um todo, deve combater e eu entendo que nós, como Conselho de Comunicação, devemos combater agora, de maneira, quem sabe, mais forte, mais vigorosa.

Quero lembrar também, como já disse numa reunião anterior nossa, que um Estado rico como a nação francesa tem feito bom uso da banda larga com fio, justo porque, tendo lançado a digitalização – desenfreada, eu diria – tanto com fio quanto sem fio, chegou à conclusão de que as suas redes antigas de telecomunicações, de par de cobre, que é a tecnologia mais antiga para distribuição de banda larga, não só servem, como ainda têm uma condição de custo imbatível para distribuição dos sinais de banda larga. Elas têm limitações, não há dúvida, mas, para atender às necessidades daqueles que não podem pagar tanto quanto os privilegiados, elas são uma boa solução não só técnica, como econômica.

E nós, no Brasil, que não temos a pujança econômica da França, que não temos o PIB *per capita* da França, que não temos a distribuição da renda da França, queremos desligar a televisão gratuita, para impor banda larga para os brasileiros. É um despropósito, é um verdadeiro despautério, e estarrece que, depois de tantos pronunciamentos, de tantas direções, de pronunciamentos unânimes contra a realização de leilão de banda larga, a Agência Nacional de Telecomunicações tenha colocado o edital em consulta pública.

Pode haver uma boa notícia nisso, e, para esse efeito, concordo – perdão – com as sugestões que foram feitas até aqui, qual seja, a de que a Anatel, atenta ao fato de que exista tanta reação, existam tantas preocupações, propõe o tema para consulta pública e, diante das respostas que obtenha da sociedade, no escopo do procedimento administrativo de consulta pública, conclua pelo adiamento. Espero que assim seja, porque – insisto – tirar a televisão gratuita, para dar banda larga paga, sem fio, para os mais bem aquinhoados da sociedade é um despautério, é um despropósito que precisa ser combatido com vigor.

Gostaria de aderir, então, às sugestões, salvo engano, do Conselheiro Jobim e do Conselheiro Daniel, de que o Conselho se pronuncie em relação à consulta pública. E já antecipo minha sugestão de que o Conselho se pronuncie contra a realização do leilão, enquanto não resolvidas as questões importantes, que estão colocadas sobre a mesa, e de que convide representantes da Anatel, para que prestem esclarecimentos sobre de que maneira a agência acredita que poderá assegurar a tutela dos direitos e dos interesses dos brasileiros na implantação dessa chamada banda larga dos 700MHz.

Tomo ainda a liberdade de sugerir, considerando a presença de engenheiros renomados no Conselho, que os dois representantes da área de engenharia façam parte dessa comissão de relatoria. Embora reconheça que o tema não seja estritamente técnico, o tema técnico parece tomar corpo, porque há estranhamente uma dúvida sobre se o serviço de 4G interfere na televisão digital e sobre se a televisão digital interfere na telefonia 4G.

Eu considero estranho, porque, ao fim, ao cabo, estamos falando aqui é de ciência, ou seja, de alguma coisa que se possa verificar segundo o método científico, num campo de prova ou na vida real, em que todas as vezes em que se fizer o mesmo experimento, ele vai produzir o mesmo resultado. É chocante que, no Japão, tenha-se verificado que há interferência da televisão no 4G e do 4G na televisão, que, nos testes mencionados pela Conselheira Liliana, se tenha verificado interferência do 4G na televisão e da televisão no 4G.

Mas, nos testes que a Anatel fez, não se verificou a interferência, se identificou a possibilidade de convivência. Falta ciência ou no Japão ou na Anatel – o que merece nossa atenção, esclarecimento e reforça a importância de que seja feito esse convite.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Só lembrando que, na leitura do expediente, eu li que, no dia 8 de abril de 2014, seguindo-se o que foi deliberado na 3ª Reunião Ordinária de 2014 deste Conselho, foi enviado ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Ofício nº 38, de 2014, solicitando a suspensão do leilão relativo à locação na faixa de 700MHz. Então, esse aspecto já foi feito, mas evidentemente só para constar.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – O senhor me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – É para registrar o seguinte: uma vez que nós tenhamos deliberado e promovido essa iniciativa, subsequentemente, o que a agência fez foi publicar o edital, publicar a consulta pública – perdão. A publicação pode corresponder, como eu propunha, a uma resposta a isso. Talvez mereça uma reiteração. Era essa a minha preocupação. Então, sem desconsiderar o que fizeram, lembrando que a agência, de alguma maneira, respondeu à nossa iniciativa, dizendo: "Eu vou fazer o edital".

Isso preocupa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO LEIFERT – Sr. Presidente, corroborando o que aqui já foi dito, sugerindo que o Conselho praticamente comunga do mesmo ponto de vista ante os riscos que a iniciativa da Anatel poderá representar para a radiodifusão brasileira.

Foi lembrado aqui que a radiodifusão, a televisão é o meio de comunicação mais importante preferido pela população que, através dele recebe informação, entretenimento e, através da comunicação, o País se integra.

A perturbação representada pela interferência virá causar sérios prejuízos à audiência, às emissoras, sejam elas públicas ou privadas.

O depoimento da engenheira Liliana, trazendo ao Conselho o ponto de vista da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), que foi tantas vezes mencionada nesta audiência, deve ser levada em consideração pela autoridade dado que a participação de engenheiros com notórios conhecimentos em comunicação e tecnologia no Conselho existe exatamente para assessorar o Conselho nas suas deliberações.

A posição transmitida pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão hoje, através do comentário feito pela engenheira Liliana, corrobora a decisão anterior do Conselho de encarecer a Anatel, através do Ofício da Mesa do Senado, de sustar a realização do leilão.

Existe uma controvérsia de natureza técnica, existe o risco iminente de um prejuízo para a radiodifusão brasileira.

Então, eu comungo das sugestões apresentadas pelos que me antecederam nesta reunião, sugerindo, então, que a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, através de seus dois representantes que integram o Conselho, continue participando das discussões, com vistas a melhor solução técnica para o problema em discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Ronaldo Lemos e terminamos, então, as intervenções.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, primeiramente, apenas para corroborar também a manifestação dos demais Conselheiros que falaram antes de mim e pontuar também o que foi falado pela Conselheira Maria José da importância de se considerar as TVs públicas e o espaço que hoje é destinado a elas, para que seja preservado também com relação a essa migração da faixa de 700MHz.

Outro ponto: só para lembrar que esse assunto foi objeto de debate, discussão e deliberação na reunião que tivemos na Comissão de Tecnologia, de onde foi extraído esse pedido para a Anatel, para que fosse feita a suspensão do leilão que, depois, foi levado ao Pleno do Conselho, foi aprovado e acredito que isso espelhe, talvez, com unanimidade, a posição do Conselho com relação às ações que devem ser tomadas.

Então, acho que vale a pena, seguindo o que foi falado pelo Conselheiro Ceneviva de que parece que a Anatel respondeu. Eu acho que cabe ao Conselho ficar atento com relação a esses desdobramentos.

Por fim, o que está em risco também é todo o processo de definição do modelo de TV digital brasileiro, porque o modelo brasileiro, que foi o modelo japonês – acredito que muitos que estão aqui acompanharam essa transição –, foi escolhido, dentre outras razões, justamente pela convivência harmônica entre os serviços de telefonia celular com o serviço de televisão, o que é muito bem ilustrado pela existência de aparelhos de celular que recebem a telefonia pela banda específica e recebem a TV através do ar também por ondas eletromagnéticas. Então, você consegue assistir à televisão ao celular e ligar pelo celular sem que o sinal de televisão tenha que vir pela banda do celular. Acho que esse é um dos elementos que levaram à escolha desse modelo. É um modelo bem-sucedido. Eu acredito que, ao nos deparamos com essa questão dos 700MHz, a

gente corre o risco de desfazer esse trabalho e toda a discussão que também foi feita na definição do modelo de TV digital brasileiro.

Então, mais uma razão para ficarmos atentos a essa questão.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradeço pelos pronunciamentos.

Realmente, creio que esses pronunciamentos do nosso Conselho são históricos. É um momento muito importante para a questão das comunicações no Brasil no Dia Nacional das Comunicações.

Só que, devido ao nosso horário, chegou todo o pessoal debatedor do tema de hoje. Então, depois do debate do tema central de hoje, voltaremos a esse assunto para fazer a comissão de relatoria e também definir a próxima reunião, que já tinha um tema, para mudá-lo. Mas, em respeito àqueles que vieram para a reunião das 14 horas, vamos passar agora à audiência pública, se assim me permitem. Pode ser? Voltaremos depois a isso. Mas eu queria que, à unanimidade, trouxéssemos esse assunto à comissão de relatoria depois, só para respeitar àqueles que estavam aguardando a chegada de todos os debatedores.

Na 1ª Reunião Ordinária de 2014, motivado e consternado pela lamentável morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, vítima de explosão durante uma manifestação, no Rio de Janeiro, no dia 6 de fevereiro de 2014, este Conselho aprovou a realização de audiência pública para discutir a violência contra jornalistas, radialistas e outros comunicadores. Esta audiência deveria ter sido realizada em março, mas, por conta de problemas de agenda de algumas autoridades, acabou adiada para hoje.

Informo que, na noite da última sexta-feira, 2 de maio, a Secretaria do Conselho recebeu correspondência eletrônica informando da impossibilidade de comparecimento da Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Srª Regina Maria Filomena de Luca Miki. Em seu lugar, foi designado o Secretário Nacional de Segurança Pública Substituto, Sr. Marcello Barros de Oliveira.

Conforme o comunicado lido no início desta reunião, o Conselheiro Celso Augusto Schröder está impossibilitado de comparecer. Dessa forma, não havendo objeções, ele será substituído pela Conselheira Maria José Braga, representante da categoria profissional dos jornalistas.

Por fim, informo que não houve, por parte da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a confirmação da Ministra Ideli Salvatti, nem indicação de representantes.

Por conta do interesse para a população, em geral, a audiência pública de hoje será interativa, por meio do portal e-Cidadania do Senado Federal. Perguntas podem ser enviadas por meio do *link* disponibilizado no telão, pelo Facebook, pelo Twitter, e, também, Alô Senado, no telefone 0800-612211.

A Secretaria do Conselho receberá as manifestações e irá consolidar e repassar as perguntas.

Dito isso, convido para compor a Mesa o Secretário Nacional de Segurança Pública Substituto do Ministério da Justiça, Sr. Marcello Barros de Oliveira, representando a Secretária Regina Miki; o Diretor-Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), Sr. Luis Roberto Antonik; a Conselheira Maria José Braga, representando o Vice-Presidente da Federação Internacional de Jornalistas, Sr. Celso Schröder. Bem-vinda à Mesa. (*Risos*.) E o Coordenador da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), Sr. José Antônio Jesus da Silva.

Após todos os participantes terem tomado seus lugares, passo a palavra, de imediato, para o Secretário Nacional de Segurança Pública Substituto, Marcello Barros de Oliveira, dando as boas-vindas e dizendo da alegria de estar aqui conosco.

O SR. MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA – Presidente, boa tarde; demais integrantes da Mesa; senhoras e senhores, o Ministério da Justiça tem trabalhado com duas linhas em relação à violência contra jornalistas, uma quando falamos de uma violência geral que atinge de norte a sul do País, muito no interior dos Estados, e a outra a violência contra os jornalistas por ocasião das manifestações.

A gente tem trabalhado com muito mais intensidade, dado a cobrança que foi feita, por conta das manifestações, mas não deixou de trabalhar com aquele jornalista que está no interior e que é ameaçado pelo Poder local, instituído ou não, e que, não raro, a gente tem visto ser vitimado por ameaças, por lesões e algumas ocorrências, inclusive de homicídio.

No caso desse tipo de violência, que a gente trata como forma de violência geral, a Secretaria Nacional, por meio do Ministério, tem cobrado aos Estados que atuem na investigação, cobrando respostas e um melhor desenvolvimento desse trabalho.

Durante o final do ano, o Ministério passou a ser interpelado se esses crimes não deveriam ser federalizados. Essa é uma discussão que permanece até hoje, e é muito frequente, mas que o Ministério entende que não, que a competência para investigar aquele crime é do Estado. Talvez do que a gente precisa seja um olhar diferenciado e uma cobrança efetiva com relação à investigação do crime cometido contra o profissional de

comunicação. Porque, assim como nas manifestações, a defesa não é por conta de um indivíduo e que a gente queira dar um tratamento diferenciado, porque aquele cidadão, que é profissional de comunicação, foi vitimado, mas porque entendemos que um profissional de comunicação que venha a ter o seu trabalho cerceado, na verdade, quem perde é a sociedade, porque o direito de ela ter acesso à informação é que passa a ser cerceado naquele momento, quando aquele comunicador não pode mais trabalhar, quando aquele comunicador acaba tendo que se afastar ou vem mesmo a falecer.

Por outro lado, com relação às manifestações, nós temos um grupo de trabalho, criado pelo Ministério da Justiça, que continua em andamento e que tem o objetivo de criar, definir normas com padrões de conduta tanto para policiais que atuam, porque um indicativo que nós recebemos é de que grande parte da violência sofrida pelos profissionais de comunicação parte das instituições policiais. Então, talvez, muitas vezes a falta de entendimento com relação ao trabalho de um e do outro, seja do profissional de comunicação, seja do operador da segurança pública, tenha como resultado uma violência, uma agressão que não deveria acontecer.

Para isso que esse grupo de trabalho discute de que maneira o próprio entendimento da participação e da atuação dos profissionais da comunicação vai se dar durante os processos de manifestação, que pode ser violento ou não.

O histórico que a gente tem é que manifestações ocorrem todos os dias no País inteiro e não necessariamente essas manifestações são violentas, mas a partir do momento que elas se tornam violentas algumas condutas são necessárias por conta dos profissionais de comunicação.

A gente discutia com as associações inclusive equipamentos que talvez eles devessem utilizar. E há nesse ponto, em relação ao Ministério da Justiça e a alguns participantes, um ponto divergente: se a gente teria a legitimidade para dizer qual o equipamento que o profissional de comunicação pode ou deve utilizar.

Nós ainda não temos um consenso com relação a isso, mas é importante que a gente enfrente esse debate, enfrente essa discussão e assumamos juntos também o compromisso e a responsabilidade de resultados que vierem lá na frente. Porque se eu estou encaminhando um profissional para cobrir uma manifestação e que essa manifestação tem o potencial de se converter numa manifestação violenta, eu preciso que aquele profissional tenha os equipamentos de proteção individual necessários para garantir a sua segurança e permitir que ele desempenhe a sua missão, o seu trabalho.

Então, o Ministério continua Aberto ao debate.

Portanto, está audiência pública – nós tivemos outra audiência pública que tratava especificamente da questão de manifestações – também é importante na produção de conhecimento, agregando cada vez mais olhares sobre essa questão, que é tão importante para o Ministério, para a sociedade.

Agradeço a oportunidade, Presidente.

Estamos aqui Abertos a perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito obrigado, Secretário.

Vamos então ouvir agora o Diretor-Geral da Abert, Luis Roberto Antonik

O SR. LUIZ ROBERTO ANTONIK – Boa tarde a todos.

Quero fazer uma projeção – pode passar para a próxima, por favor – para destacar alguns números aqui acerca do setor de radiodifusão, leia-se rádio e televisão comerciais.

A Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – representa praticamente 2,7 mil emissoras de rádio, que, na sua maioria, são pequenas emissoras, e cerca de 250 emissoras de televisão. Estas 250 emissoras de televisão estão presentes em todo o Estado brasileiro com praticamente 6 mil retransmissoras. Ou seja, cobrimos o Brasil de norte a sul e temos associadas em todos os Estados da Federação.

Essa questão da violência contra os jornalistas ou a situação pela qual nós estamos passando no momento, independente da geração das pessoas que aqui se encontram nesta audiência pública, eu diria que, independentemente da geração dessas pessoas, nós nunca vivemos uma situação, no País, em que tivéssemos esses profissionais de imprensa colocados em tamanha situação de risco, como nós estamos vendo pelo menos do último ano para cá.

Então, nós, da Abert, monitoramos todos esses casos de violência contra jornalistas, fazemos um relatório de cada um desses casos, até para podermos alimentar as autoridades com essas informações. Então, os nossos relatórios incluem questões gravíssimas, por exemplo, como assassinatos de profissionais, sequestros, agressões, intimidações e medidas judiciais. Por exemplo, as intimidações são muitas, especialmente no setor de rádio. Porque o rádio, pela sua penetração no Brasil, nós temos hoje, considerando as emissoras educativas e comunitárias, mais de 10 mil emissoras. Então, essas emissoras de rádio têm um contato muito estreito com a comunidade e, pelo seu jornalismo, sofre uma série de intimidações.

Temos essa estatística lamentável, que é o número de mortes de profissionais. Veja: em 2010, nós contabilizamos duas; em 2011, seis; em 2012 – foi um ano muito pesado –, sete; em 2013, quatro; e em 2014, em apenas quatro meses, já temos cinco registros de mortes de profissionais.

Essas ameaças a esses profissionais dos meios de comunicação vêm de todos os lugares. Mais especialmente, elas aparecem do crime organizado e agora, no último ano, cresceu muito a ação violenta de policiais.

Veja só: nós não entendemos que os policiais tenham na reação violenta, um propósito violento contra os jornalistas. Nós entendemos que os policiais não estão preparados para esse cenário que nós temos enfrentado no último ano, principalmente.

Então, a questão do treinamento, da capacitação desses policiais, é um fator de grande importância.

Em 2013, com relação a casos de violação à atividade dos jornalistas, a Abert registrou – e nós temos um registro bastante detalhado de cada um desses casos – 136 casos de violação à atividade jornalística. Você poderia ser levado a pensar que 136 não é um número tão importante. Eu vou lhe dizer que, com base na experiência nossa de trabalho e na visão que nós temos do que acontece em outros países, isso é uma coisa muito preocupante e esse número é muito relevante. Tivemos um aumento de praticamente três vezes em relação às violações a atividades jornalísticas registradas em 2012, quando tivemos apenas 50 casos.

E vejam que, desses 136 casos, 67%, dois terços deles, estão relacionados aos protestos, às manifestações que aconteceram em locais públicos e, por consequência de essas manifestações acontecerem em locais públicos, essas agressões e essa violação à atividade dos nossos jornalistas partiu principalmente de policiais.

Nós também tivemos registros de ataques a emissoras, depredação de equipamentos, esses carros que nós usamos, essas unidades móveis que os senhores veem nas ruas todos os dias, várias empresas tiveram prejuízos espetaculares, porque os veículos foram depredados. Tivemos até um caso em que um veículo desses foi queimado. Então, os números não são bons por conta de que tivemos um aumento de cerca de 170% nas violações, de um ano para outro.

Pode passar, por favor.

Falando especificamente sobre o caso do Santiago Andrade, a Abert recorreu ao Ministério da Justiça. Fomos, juntamente com os nossos associados, manifestar a nossa preocupação com relação aos ataques à imprensa.

E o que pedimos ao Ministério da Justiça foi que fossem implantadas políticas de governo, mudanças nos procedimentos policiais, treinamento desses policiais e também, se possível, treinamento dos jornalistas, porque essa é uma atividade que tem três vertentes: a vertente da empresa, a empresa do profissional e a vertente dos órgãos policiais. O profissional que trabalha nessa atividade tem um perfil: ele é uma pessoa intrépida, é um sujeito destemido, está lá na frente. É isso que faz a diferença nesse tipo de profissional.

Da nossa parte, nós pedimos ao Ministério da Justiça que definisse procedimentos e, especialmente, treinasse os policiais e os jornalistas das emissoras independentes. E como disse aqui o nosso Dr. Ceneviva, de que Brasil estamos falando? Porque as diferenças são muito grandes.

Na televisão, quando estou assistindo, por exemplo, ao jornalismo da Band, do SBT, da Record, da Globo, observo que os profissionais dessas emissoras que cobrem essas manifestações já estão trajados diferentemente, equipados com um colete azul-claro, muito chamativo, com capacete, calça comprida, trabalhando com calçados adequados. Então, estamos tentando fazer a nossa parte. Isso acontece com as emissoras que são mais estruturadas, mas temos também os profissionais *freelancers,* que trabalham, e eles também mereceriam a atenção do Ministério da Justiça, além dos policiais.

O que nos disse o Ministério da Justiça? Propôs três ações: uma maneira de aperfeiçoar legislação, um manual para orientar os policiais estaduais e a realização de treinamento para os jornalistas – já aconteceu, inclusive, um treinamento aqui em Brasília.

Finalmente, concluindo, nós gostaríamos de sugerir aqui ao Conselho, como uma proposta efetiva, que o Conselho recomendasse a qualificação das polícias, ou seja, uma melhor qualificação das polícias, especialmente para treinar os profissionais nos grandes eventos, nas grandes manifestações – porque, hoje, nós vemos uma lacuna muito importante nesse setor e falta muito conhecimento para saber como que você trabalha com esse profissional –; mais oportunidades de treinamento para os jornalistas; reduzir a impunidade – que nós acreditamos que com o aperfeiçoamento da legislação isso seja possível – e um último e quarto ponto, que até pode parecer estranho, é a questão da padronização das estatísticas. Pode até parecer, à primeira vista, uma tolice, mas eu diria que é muito importante que a sociedade brasileira e principalmente os órgãos de Governo, os órgãos que produzem normas, produzem políticas pudessem ter uma real dimensão do que acontece, para não deixar que tenhamos uma ação reativa, ou seja, que não seja preciso morrer um profissional, trabalhando, para que nós tomemos algum tipo de providência. Se tivermos uma escala de estatística e um controle dos eventos, nós teremos condições de fazer políticas e normas bastante melhores.

Presidente, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradeço ao nosso Luiz Roberto Antonik pelas palavras.

Passo, então, a palavra para a Conselheira Srª Maria José Braga, que é Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), aqui como representante.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Novamente, boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento meus companheiros de Mesa.

É um prazer muito grande, sendo Conselheira deste Conselho, estar aqui participando desta audiência pública em nome da categoria dos jornalistas da Federação Internacional dos Jornalistas e da Federação Nacional dos Jornalistas.

Antes de começar a pequena exposição que preparei, eu gostaria de registrar que a Federação Nacional dos Jornalistas e a Federação Internacional dos Jornalistas lamentam a ausência de um representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, uma Secretaria que, nos últimos tempos, inclusive foi o órgão do Governo brasileiro que mais respondeu às demandas e às preocupações das categorias profissionais da comunicação relacionadas à violência, criando, inclusive, um grupo de trabalho que produziu um relatório, um relatório bastante consistente e que aponta políticas de Estado e sugestões para diversos campos, vamos dizer assim, desde o Estado brasileiro às empresas de comunicação e às organizações dos profissionais de comunicação, para que a gente cesse essa escalada de violência contra jornalistas.

Então, é realmente uma pena, inclusive porque vou citar *en passant* um pouco do resultado dessa discussão que foi feita no grupo de trabalho, mas creio que teria sido muito importante que a Secretaria tivesse considerado a importância deste Conselho de Comunicação e deste debate sobre a violência contra jornalistas, radialistas e demais profissionais da comunicação.

E aí eu começo dizendo que essa violência realmente não é uma violência contra uma corporação: não é uma violência contra jornalistas, não é uma violência contra radialistas, não é uma violência contra blogueiros, e outros que se dedicam de alguma forma a fazer comunicação social. É uma violência que se caracteriza como um atentado à liberdade de expressão, e lembrando que liberdade de expressão é um direito individual, mas é um direito individual que se potencializa pelos meios de comunicação. É por meio do jornalismo principalmente que esse direito individual à liberdade de expressão ganha dimensões sociais, ganha dimensões públicas e faz com que o debate de ideias e de fatos relevantes para a Nação seja do conhecimento de todos e que o cidadão e a cidadã brasileiros possam efetivamente se inserir no debate nacional.

Em segundo lugar, eu queria dizer que para nós, para a Federação Internacional dos Jornalistas e para a Federação Nacional dos Jornalistas, assim como para as entidades que representam os jornalistas em praticamente todo o mundo, o jornalismo não é uma profissão de risco.

Nós entendemos e consideramos alarmante o número de casos de violência contra jornalistas no Brasil, na América Latina e no mundo. Hoje o campeão de casos de violência é a Ásia e o Oriente Médio, em razão dos conflitos – e a gente vai ver os números daqui a pouco –, mas, apesar dessa violência que ainda é tão preocupante e tão alarmante, o jornalismo não é uma profissão de risco.

O jornalista, pelas condições que, em determinadas situações, ele exerce o seu trabalho, ele assume condições de risco ou ele é exposto a condições de risco. Historicamente, isso estava restrito às coberturas de guerra e de conflitos sociais explícitos. Hoje, não. Infelizmente, e aí a gente volta para o Brasil, nos últimos tempos, essa escalada da violência contra jornalistas saiu da esfera anteriormente restrita às guerras e aos conflitos sociais explícitos. Mas é importante a gente enfatizar que essa violência não é natural, não é intrínseca à profissão. Ela se dá em determinadas situações, em determinadas ocasiões em que o profissional é exposto a essa situação de risco sem as devidas medidas mitigatórias do risco e sem as devidas medidas de proteção contra esse risco.

Pode passar.

Também, num fórum privilegiado como este, um fórum tripartite do Conselho de Comunicação e que a gente chama para esta audiência também representantes do Governo, como representantes dos jornalistas, a gente também não poderia deixar de registrar que o jornalista é vítima de violências diferenciadas. E nós estamos falando também de violência interna, a violência que ocorre nas redações, que é praticada inclusive por outros jornalistas que assumem a condição de prepostos, que, muitas vezes, colocam o interesse jornalístico ou o interesse da difusão da informação pública em segundo plano. E essa violência, que a gente chama de violência interna, compromete a qualidade da informação jornalística e dá-se, principalmente, por meio da censura interna, da autocensura do jornalista, que nós não podemos negar que existe e que é motivada pelas pressões sofridas e também pelo assédio moral que ocorre frequentemente em todas as redações jornalísticas brasileiras; um problema grave que tem levado jornalistas a um adoecimento, principalmente relacionado com transtornos mentais. É cada dia maior o número de casos de depressão, é cada dia maior o número de casos

de doença do pânico, é cada dia maior o número de transtornos obsessivos compulsivos, justamente em razão dessa pressão e dessa violência que os jornalistas sofrem permanentemente em seu trabalho.

A violência externa manifesta-se de diversas formas, desde agressões físicas e verbais – na semana passada, creio que muitos viram uma repórter da TV Globo ser agredida na rua por um casal e ouvir impropérios de uma forma completamente despropositada –, ameaças, intimidações, impedimento ao trabalho – nós temos muitos casos –, processos judiciais que extrapolam o direito do cidadão de recorrer à Justiça em defesa de sua honra, mas que, muitas vezes, se caracteriza, sim, como uma tentativa de intimidação e de censura, prisões, tentativas de assassinatos e assassinatos propriamente ditos. Infelizmente, o Brasil está, vamos dizer assim, bastante destacado na lista de assassinatos de jornalistas.

Os números da violência. Esse é um ponto bastante controverso, porque a gente, efetivamente – e já foi citado aqui pelo representante da Abert, o Sr. Luis Roberto –, que nós não temos números padronizados. E isso, efetivamente, é um problema, sim, porque, muitas vezes, o que aparece em entidades internacionais, principalmente ONGs de proteção aos jornalistas, não confere com a realidade, não é acompanhado. E a gente tem sempre uma variação muito grande de números de casos no Brasil e no mundo.

Mas a gente tem certeza – a FIJ aponta – de que hoje existem mais de 100 jornalistas presos em todo o mundo. O país que detém o maior número de jornalistas presos é a Turquia. E o argumento do governo turco é sempre o mesmo: os jornalistas estão envolvidos em ações separatistas dos curdos. Então, eles são caracterizados como terroristas, e muitos estão encarcerados; e muitos estão encarcerados há muito tempo.

De acordo com levantamento da FIJ, 108 jornalistas e outros profissionais da comunicação – porque até mesmo a pedido da Fenaj a FIJ passou a fazer essa distinção, pois existem outros profissionais da comunicação que também são vítimas da violência, como os radialistas e até mesmo os auxiliares que estão no trabalho da apuração jornalística – foram mortos em 2013. O número de casos por região, em ordem decrescente, é: Ásia/Pacífico, 29%; Oriente Médio/Mundo Árabe, 27%.

Em 2013, a Síria registrou o maior número de casos de assassinatos: 15 vítimas. O Iraque apareceu em segundo lugar com 13; Paquistão, Filipinas e Índia, 10 casos cada; Somália, sete casos; e Egito, seis assassinatos de jornalistas. Vocês notam que em praticamente todos esses países há conflitos armados declarados, guerras.

E o Brasil, se a gente continuasse ali na lista, apareceria, como aparece no levantamento da FIJ, na sequência, com o registro de cinco profissionais da comunicação assassinados em 2013. Destes cinco, dois são jornalistas, dois são radialistas e um era diretor de um jornal.

As investigações até o momento apontam que um jornalista e dois radialistas foram assassinados efetivamente em razão do seu exercício profissional. São eles o jornalista Rodrigo Neto, de Minas Gerais, que denunciou um esquema de extermínio da Polícia de Minas Gerais, o radialista Mafaldo Bezerra e o diretor de jornal José Roberto Ornelas.

Em 2014, já ocorreram três assassinatos de jornalistas e dois de radialistas: Santiago Andrade, no Rio de Janeiro; Pedro Palma, também no Rio de Janeiro; e Gel Lopes, na Bahia. São os jornalistas assassinados. Carlos Dias e Ed Wilson são os radialistas assassinados, sendo que o Ed Wilson era radialista de uma rádio comunitária do Estado do Espírito Santo.

Pode passar, por favor.

Agora, para a Federação Nacional dos Jornalistas – e isso causou também preocupação internacional, já foi objeto de discussão na Federação dos Jornalistas da América Latina e do Caribe e também na Federação Internacional dos Jornalistas –, esse novo fenômeno que ocorreu no Brasil em 2013 é muito preocupante. E o que nós estamos chamando de novo fenômeno? Um grande número de agressões a jornalistas, outros profissionais da comunicação e comunicadores durante manifestações populares.

Nos números, mais uma vez, existem divergências entre os números que a Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos apresenta, os números da Abert, os números que a Fenaj conseguiu apurar, e, no nosso levantamento, em 2013, dos 136 casos de agressão, 103 foram agressões a jornalistas profissionais no exercício de sua profissão. Então é um número muitíssimo elevado, que realmente exige medidas claras e urgentes por parte do Estado brasileiro.

Lembrando, como também já foi dito aqui, que o maior número de casos de violência foi praticado por agentes de segurança, ou seja, pelos profissionais que deveriam garantir a segurança da sociedade e a do profissional de comunicação que está ali, cumprindo o seu dever de informar à sociedade brasileira os fatos mais relevantes em andamento.

Em 2014 – esse fenômeno começou em 2013, mas infelizmente está se perdurando –, já foram registradas 21 agressões a jornalistas, sendo que 17 delas em manifestações: 16 em uma única manifestação ocorrida em São Paulo, e uma em manifestação ocorrida em Goiás. Outras quatro agressões foram registradas fora de manifestações populares.

Aí a gente pergunta: para tomar medidas, para definir inclusive ações de Estado de combate à violência contra jornalistas, nós temos que saber quem comete essa violência.

No caso das agressões, como eu já disse, a maior parte foi de policiais militares. Então é notório que nós precisamos, no Brasil, de medidas de capacitação, de qualificação da força policial para lidar com a sociedade, para saber se comportar em manifestações públicas e, obviamente, para saber lidar com os profissionais da imprensa que estão ali, no seu mais legítimo direito ao trabalho, garantindo o direito constitucional brasileiro, de todo cidadão, de toda cidadã, de obter informações. Essa força policial precisa ser qualificada e orientada categoricamente sobre o seu papel, coisa que até este momento a gente não viu efetivamente acontecer. Ministério da Justiça, governos estaduais, secretarias de segurança pública dos Estados têm, sim, de agir imediatamente e fazer cessar essa violência contra os jornalistas e demais comunicadores.

A violência interna das redações, que eu citei aqui e também é importante dizer, é praticada, na maioria das vezes, por outros jornalistas que ocupam cargos de chefia e se tornam prepostos e, vamos dizer assim, muitas vezes esquecem o princípio que rege a profissão do jornalismo, que é o interesse público, a divulgação de informações de interesse público e a observância do código de ética dos jornalistas. Mas em alguns casos é praticada, sim, diretamente, por proprietários de veículos de comunicação, quase sempre quando o veículo de comunicação é pequeno e o seu proprietário tem uma relação direta com a sua redação e os seus profissionais.

A violência externa, geralmente, também fora da manifestação, é majoritariamente praticada por agentes públicos: ou por policiais, ou por pessoas detentoras de mandatos eletivos, como prefeitos, vereadores, deputados... De Senadores, a gente não tem nenhum caso registrado, a não ser a polêmica do Requião, que não chegou a se caracterizar como uma agressão, uma violência contra jornalistas. Mas também é bastante comum, principalmente no Mato Grosso do Sul, a violência que não está comprovada, mas que tudo indica que é praticada por grupos ligados ao narcotráfico. Então, Estado de fronteira tem essa característica que também deve ser observada nas medidas que precisam ser tomadas urgentemente.

Depois de conhecer quem pratica essa violência, nós precisamos começar a estudar como combatê-la.

A FIJ – Federação Internacional dos Jornalistas, há dois anos, foi à ONU pedir medidas, pelo menos orientação aos Estados-membros para que a violência contra jornalistas passasse a ser tratada como um problema de Estado. Isso deu efeito. A ONU aprovou, em dezembro do ano passado, o dia 2 de novembro como o Dia Internacional pelo Fim da Impunidade e também lançou o seu plano de ação sobre segurança dos jornalistas. Esse plano de ação da ONU a gente não tem condições de detalhar aqui, mas ele traz recomendações diversas, recomendações para os Estados-membros, recomendações para as empresas de comunicação, recomendações para as entidades representativas dos profissionais da comunicação, recomendação para as Organizações Não Governamentais que trabalham com proteção aos jornalistas. É um plano bastante detalhado em que eu só vou destacar aqui um aspecto: que a ONU conclama os Estados-membros a promover a segurança dos jornalistas também em situações não conflituosas. Ou seja, as nações não podem se preocupar apenas com o jornalista em situação de guerra. As nações precisam se preocupar com a segurança dos jornalistas e demais comunicadores no geral, principalmente quando se registram tantos conflitos e tantos casos de violência como se tem registrado no Brasil e em outros países da América Latina, como Peru, como o México, Colômbia e outros.

Por fim, eu queria apresentar o que a Fenaj vem propondo nos últimos anos. São deliberações de congressos da categoria que foram referendadas, mais uma vez, no nosso último congresso, que ocorreu agora no início de abril, e nós já apresentamos para o Governo brasileiro, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e, de alguma forma, já acenamos para o Ministério da Justiça numa pequena reunião de que nós participamos desse GT em que foi tratado. A gente coloca como fundamental: a criação, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, do Observatório Nacional da Violência contra Comunicadores. Essa proposta foi aprovada no GT que trabalhou mais de um ano e já está como recomendação para a Secretaria. E por que nós entendemos ser primordial esse observatório? Primeiramente, por conta dos números, para que a gente saiba efetivamente quando, como e as circunstâncias em que o jornalista e outros comunicadores são vítimas da violência. E, em segundo lugar, porque esse observatório teria também o papel de monitorar os desdobramentos. E aí seria, no nosso entendimento, um órgão fundamental para combater a impunidade. Porque, se nós temos um órgão oficial, um órgão governamental com acompanhamento da sociedade civil observando esses desdobramentos, a gente acredita que possa sim ter mais incidência sobre as Polícias Civis que fazem a investigação, o Ministério Público em cada local, para que realmente a gente chegue ao fim da impunidade.

A federalização das investigações dos crimes cometidos contra jornalistas. Este Conselho sabe, já até aprovou uma moção pedindo a tramitação célere do projeto do Deputado Protógenes Queiroz que trata da investigação dos crimes contra jornalistas nos casos em que comprovadamente não houver eficácia e eficiência da polícia onde o crime tiver ocorrido.

A gente também já disse aqui que propõe adoção imediata por parte das polícias de um protocolo de atuação e manifestações públicas, com a garantia da não violência e da proteção ao trabalhador jornalista. Então, mais do que não agredir jornalista, nós entendemos que as forças policiais têm que proteger o jornalista no exercício da sua profissão. É realmente um passo adiante, é mais do que pedir apenas a não violência.

A gente pede adoção por parte das empresas jornalísticas de um protocolo de segurança contendo prioritariamente as seguintes cláusulas relativas à segurança dos jornalistas: criação, nos locais de trabalho, de comissões de segurança para avaliação dos prováveis riscos de violência nas coberturas jornalísticas e definição das medidas mitigatórias desses riscos; garantia de seguro de vida especial para os jornalistas quando em viagem ou em trabalho caracterizado pelas comissões de segurança das redações como sendo de risco; fornecimento aos jornalistas de equipamentos individuais de segurança, de eficácia garantida por órgãos de certificação, e também suporte operacional de acordo com as orientações das comissões de segurança das redações e, por último, a promoção de cursos de treinamento para jornalistas, a partir das demandas das comissões de segurança nas redações.

Por que a Fenaj centra a sua proposta na criação das comissões de segurança nas redações? É justamente para tentarmos evitar a pressão direta sobre um profissional, para que ele assuma situações de risco em que as condições de segurança não sejam minimamente tratadas, para que as coberturas sejam devidamente avaliadas, a sua pertinência, a sua eficiência em determinadas circunstâncias, e quais são essas medidas que precisam ser tomadas para que o profissional corra menos risco possível e não seja vitimado principalmente no caso da violência extremada que é a morte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos à Conselheira.

Passo a palavra ao Coordenador da Fitert, José Antônio Jesus da Silva.

O SR. JOSÉ ANTONIO JESUS DA SILVA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Presidente, a Mesa.

Quero agradecer ao Nascimento Silva, nosso companheiro, radialista, que está fazendo o debate da questão dos radialistas brasileiros, através da Fitert no Conselho.

Começo dizendo que acho que nós poderíamos ser um pouco melhores: empregado e empregador. Se nós tivéssemos a consciência de que a vida é um bem essencial da humanidade, nós estaríamos com outro pensamento. Os números que aparecem aqui são meio frios. A Abert apresenta um número, nós apresentamos outros, que estão descompassados com a realidade. Parece assim que a gente vive no país das maravilhas, quando a gente apresenta a realidade e o sofrimento dos trabalhadores brasileiros.

Quero dizer que, nós como radialistas, como categoria, a maior categoria de comunicação neste País chama-se radialista. Quando a gente vem para qualquer debate, ou qualquer confronto, ou qualquer ideologia, ou qualquer pensamento para discutir a questão da comunicação, ele sempre vem frisado apenas como jornalista. Não podemos nos esquecer de que quem tem uma participação efetiva na comunicação brasileira são os radialistas em entendimento com os jornalistas. São categorias coirmãs, trabalham juntas. Os que mais sofrem com a violência, com a morte hoje são os radialistas. Os jornalistas estão sofrendo as agressões, mas quem está morrendo, de fato, são aqueles que saem do rádio ou da televisão: o radialista Valério Luiz, de Goiás, que morreu ao terminar de apresentar um programa esportivo; o radialista que, ao apresentar um programa de rádio no interior de Sergipe, foi assassinado e não aparece em nenhuma estatística aqui, não aparece nos levantamentos. A gente apresenta um número como se ele fosse uma coisa muito fria, muito gelada, um distanciamento. E não é isso que é preciso. É preciso a gente, de fato, discutir onde está o problema. Onde será que está o problema? Será que o problema não está dentro das empresas de radiodifusão? Será que não está dentro do Governo brasileiro que não discute políticas públicas de proteção aos trabalhadores em comunicação? Será que o problema não está posto pelas empresas para pegar uma melhor imagem, um melhor programa, um melhor *feeling* jornalístico, que mandam o trabalhador para frente, sem nenhuma proteção? Porque a proteção que nós temos... Eu posso dizer isto porque sou um trabalhador de rádio e televisão no meu dia a dia, apesar de estar na coordenação da Federação, eu estou dentro da empresa e sei como somos tratados dentro das empresas de rádio e televisão. Há pressão psicológica. A gente, quando sai para a rua, já sai com uma transformação mental brutal.

Então, ao discutirmos o caso Santiago Andrade, nós não olhamos para o que aconteceu. O que aconteceu com Santiago Andrade? Ele só foi morto? Ele estava sozinho. A irresponsabilidade da empresa que o mandou para a rua – para isso não chamamos a atenção, disso nós não falamos – é precisamos falar.

Uma audiência pública tem essa importância. E é por isso que quero agradecer aos Conselheiros por aprovar esta audiência pública. Porque é a reflexão que a gente tem que fazer com a Abert; é a reflexão que a gente que fazer com a Bandeirantes; é a reflexão que temos que fazer com o sistema Globo de radiodifusão deste País.

Qual é o formato, de fato, em que colocamos os nossos profissionais na linha de frente? Quais são os níveis de proteção, de fato, que estamos dando para os trabalhadores? Um colete para uma guerrilha no Rio de Janeiro? Está certo isso? Protege? Cadê a proteção que a ONU orienta?

Nós só temos certeza de uma coisa: precisamos discutir, urgentemente, política de proteção. E não se discute política de proteção sem os trabalhadores. Mas o Ministério da Justiça fazer um GT que não tem a participação dos trabalhadores, isso não é discutir política de proteção; isso é discutir política única e exclusiva de proteção do patrimônio. O trabalhador é um patrimônio, mas é preciso estar lá os seus representantes. Nós não estamos.

Nós mandamos um documento ao Ministério da Justiça no dia 05/05 falando exatamente isto: lamentamos a falta de diálogo do Governo brasileiro através do Ministério da Justiça. Não há a presença dos trabalhadores no GT para discutir a proteção dos trabalhadores de fato.

Agora, também precisamos dizer: o Senado Federal, esta Casa, também tem responsabilidade quando autoriza renovação de outorga sem uma discussão ampla dos veículos de comunicação.

Frank de La Rue declarou o seguinte: um dos maiores conflitos e violência contra os trabalhadores de comunicação são o oligopólio e o monopólio da comunicação brasileira.

É responsabilidade do Senado Federal fazer esse debate, no qual tem que haver a questão da segurança dos trabalhadores.

Quando o Governo brasileiro discute o incentivo fiscal para desoneração da folha de pagamento para as empresas, não coloca nenhuma regra, deixa a regra da vontade. E é preciso dizer às empresas de radiodifusão qual é a regra. As empresas de radiodifusão, através da Abert, nunca atenderam a uma reivindicação dos trabalhadores para discutir o problema de violência.

A Fenaj mandou um documento para a Abert e até hoje não teve resposta. Nós subscrevemos esse documento para a Abert, para discutir a situação vivenciada pelos trabalhadores. Até hoje não tivemos resposta.

Há sete radialistas de Mato Grosso do Sul que estão ameaçados. A qualquer momento, nós viremos aqui lamentar pela morte deles.

Mas o que de fato nós fizemos – nós como sociedade, nós como empresários – fizemos para que isso não acontecesse? Vi que aqui há vários representantes das empresas de radiodifusão e televisão deste País. Nós precisamos sentar, precisamos discutir.

Para mim, seria muito simples vir aqui apresentar os números frios. Trouxe todos os números aqui, se os senhores quiserem, a gente repete o que já foi dito.

Mas é preciso dizer que discutir proteção para jornalista não resolve o problema. Precisamos discutir proteção para os trabalhadores de comunicação neste País: radialistas, jornalistas, trabalhadores de cinema, trabalhadores de publicidade, é o conjunto de comunicação. Jornalista não reflete o sentido mais amplo da comunicação. Não reflete.

O art. 26 da Lei nº 6.615, que regulamenta a profissão de radialista, diz o seguinte:

> *Nenhum profissional será obrigado a participar de qualquer trabalho que coloque em risco sua integridade física ou moral.*

As empresas não respeitam, está na lei. Qual é o problema? É o número? Não, para nós o problema não é o número, para nós o problema é o fato, é a forma como as empresas estão fazendo. Nós precisamos discutir isso. O Ministério da Justiça pode chamar a Federação dos Radialistas e a Fenaj para discutir, de fato, a questão da violência dos trabalhadores brasileiros, precisamos fazer isso. O Ministério da Justiça tem, inclusive, essa responsabilidade com os trabalhadores brasileiros.

Quero aqui dizer que uma radialista, ao terminar o seu programa de rádio, foi para sua casa. E lá, após chegar, foi atender à campainha. E ali, na porta de sua casa, ela foi agredida porque falou mal do prefeito.

Então, nós não estamos sendo agredidos só pelos manifestantes, também estamos sendo agredidos e mortos pelas autoridades: polícia, prefeitos e seus mandantes.

Houve um radialista no interior de Sergipe, numa cidade chamada Lagarto, que tirou fotografias dos trabalhadores da prefeitura que estavam cortando uma árvore. Ao terminar, ele voltou para a rádio, teve a rádio invadida pelo secretário da prefeitura com um facão na mão e foi ameaçado de morte. O apelido desse rapaz é prefeitinho. No Estado de Sergipe hoje temos três radialistas que estão ameaçados.

Se a gente for fazer um mapa da violência, a gente tem que trazer estes números. Quantos, de fato, estão sendo mortos, quantos, de fato, estão sendo ameaçados e qual é a responsabilidade das empresas.

Participamos, durante um ano e meio, um ano e um mês, um ano e dois meses, alguma coisa assim, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da confecção de um relatório com algumas re-

comendações. Até agora o Governo brasileiro não deu nenhuma resposta para esse relatório, não instituiu nenhuma política. Uma audiência pública tem que servir também para essas questões, para exigir do Governo, exigir das empresas as suas responsabilidades para que, de fato, sejam colocadas em prática. Qual é a responsabilidade? Quero fazer uma pergunta para a Abert: qual é a responsabilidade de fato das empresas de radiodifusão? A Abert não quer discutir isso, ainda bem que eles estão aqui, porque ao GT eles não foram. Foram a uma audiência pública no Mato Grosso do Sul, enviaram um representante. Mas no GT inteiro não foram. Nós queríamos debater isso, porque você tem mais tempo lá, aqui a gente tem 10 ou 15 minutos. Talvez não dê tempo para a gente debater de fato.

Mas é preciso entender o diagnóstico real da situação vivida pelos radialistas. Aliás, não é só pelos radialistas, mas pelos trabalhadores de comunicação. Todos os que trabalham na comunicação social hoje no Brasil sofrem ameaças de todos os sentidos. Ameaça interna então é mais assustadora, basta você assistir ao Marcelo Rezende, basta você assistir ao Datena, aí vocês vão ver o tipo de ameaça que os trabalhadores sofrem.

Acho que era isso.

Eu trouxe aqui, acho que a gente tem divulgar o número de mortes de radialistas. A impunidade acho que é uma outra situação. A gente precisa dizer aqui que os casos de violência e de morte estão parados na Justiça. Nós precisamos que a Justiça também dê resposta para a sociedade brasileira, para que não fique impune. Continua a impunidade. Cada vez que se marca o julgamento, por um ou outro interesse, sempre é desmarcado.

Então, acho que era essa a contribuição que a gente queria dar aqui. E quero dizer que a Federação dos Radialistas vai continuar exigindo das empresas do Governo as suas responsabilidades. E com certeza a gente continua dizendo ao Congresso Nacional que precisa rever a postura de renovação e concessão de outorga da radiodifusão brasileira.

Quero agradecer o convite ao Conselho e dizer que estamos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos então a intervenção e todas as palavras dos convidados.

Recordo que esta reunião pode ser interativa. As perguntas podem ser enviadas por meio do *link* disponibilizado no telão, pelo Facebook, pelo Twiter e também pelo Alô Senado, no telefone 0800-612211. E a Secretaria do Conselho irá receber as manifestações e repassará as perguntas.

Temos uma intervenção da Anna Flávia Schmidt Baranski, de Santa Catarina, dizendo:

> *Desejo que a proteção à violência contra jornalistas, radialistas e outros comunicadores seja extensiva a outros auxiliares da imprensa que trabalham nas ruas."*

Agradecemos também ao *Jornal do Senado* que deu justamente um destaque a essa reunião do Conselho sobre a violência contra profissionais da imprensa.

Agora, passamos a palavra aos Srs. Conselheiros. E para poder otimizar um pouco o horário, temos hora para terminar nossa reunião, eu pediria que fizesse uma rodada de intervenções, depois então cada um que foi interpelado irá justamente dar a sua resposta, em vez de ser cada um por vez.

Pediram a palavra o Nascimento, o Alexandre, o Ronaldo, a Wrana, o Gilberto, o Walter, quase todos, e o Daniel.

Começamos com o Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Obrigado, Presidente.

Lamento – não posso dizer que repudio, porque seria indelicado demais – a ausência do Ministro e da Ministra nesta audiência pública. Até com a do Ministro eu não me importo muito não, porque ele esteve num encontro na Amarribo, em São Paulo, e a gente estava discutindo sobre um tema muito importante, talvez não seja para o Ministério da Justiça, que é um Brasil sem corrupção. E ele, lá, se prontificou, de público, que iria nos receber e que seria fácil demais acabar com a corrupção neste Brasil. E até hoje, nem por foto, ele mandou a resposta. Com relação à Ministra não vou falar nada não, porque ela chegou agora, provavelmente se fosse a outra Ministra estaria aqui.

Sr. Marcelo, eu queria que o senhor me explicasse – não precisa ser agora não, pode ser depois, por carta, por telepatia, por telefone – qual olhar diferenciado que o Estado tem que ter com o jornalista, o radialista que morre. E por que vocês não olham quando a gente pede para federalizar os crimes com esse mesmo olhar, esse olhar diferenciado que o senhor citou? Talvez eu não tenha compreendido o que o senhor está querendo dizer com esse olhar diferenciado. Foi o que eu gravei.

A Fitert monitora, registra e se manifesta sobre casos que atentam contra os radialistas. Felizmente, depois de uma luta interna dentro deste Conselho, foi aprovado por este Pleno que o companheiro José Antônio

viesse aqui para defender a categoria dos radialistas, porque, até então, não era para ser, não era para vir, não era para mostrar essa realidade dura e cruel.

E o que mais me deixa chateado é que o representante da Abert, ao citar que a Abert representa as empresas de rádio e televisão, talvez por desconhecimento, não sabe que radialista é aquele que trabalha na rádio e na televisão. A nossa função, no total, são 93 funções – são 94, o Presidente está aqui me corrigindo. Tudo o que se fala... E talvez esta audiência só esteja acontecendo porque foi citado o nome do jornalista. Nada contra, porque eu também vou defender, como representante da Fitert, representante do Sindicato dos Radialistas do Estado de Minas Gerais, eu vou defender a categoria dos jornalistas em todos os aspectos, inclusive salarial.

Agora, é uma pena os radialistas estarem tão distantes dessa discussão. Não vou nem colocar como irmão pobre, primo pobre, ou qualquer coisa nesse sentido. Mas eu espero que a gente, quando começar a falar daqui para a frente sobre a função do jornalista, resgate a importância do radialista. Esta é uma campanha que nós vamos enfrentar daqui para frente para falar e valorizar o trabalhador radialista, que está atrás das câmeras, atrás de todo esse processo da comunicação.

Companheira Zezé, eu queria só entender – desculpe-me, Conselheira Maria José, me perdoe – quando a Conselheira diz que a profissão não é de risco, mas aqui embaixo a Conselheira e a manifestação dos jornalistas resgata que a Comissão irá ver a (...) de risco. Quer dizer, qual é a dicotomia de um e de outro? Eu queria entender melhor o que os jornalistas estão falando, porque é o mesmo sofrimento o nosso. É uma profissão, no meu entendimento, hoje, de risco.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Passamos ao Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença e a excelente colaboração de todos e fazer alguns comentários.

Primeiro, vou tentar sintetizar o que eu penso, e acredito que a maioria dos Conselheiros aqui presentes pensa, sobre essa dicotomia entre radialista e jornalista. O colega Conselheiro Nascimento conhece a minha opinião a respeito. Eu acho que a vontade deste Conselho é não dar tratamento diferenciado.

Talvez, a gente pense, talvez por um costume equivocado... O próprio setor, às vezes, quando vem se manifestar, se manifesta quanto ao jornalista e etc., mas eu tenho a certeza e a convicção – não tenham dúvida de que é a convicção dos meios de comunicação – de que sempre que se fala sobre a situação de segurança, se fala em nome e em prol de todos os comunicadores, aqueles que trabalham na comunicação. Disso eu não tenho dúvida.

Então, eu gostaria de esclarecer isso. Corrijam-me. Há aqueles Conselheiros que não concordam com esse pensamento, mas eu acho que é a unanimidade deste Conselho. Parabenizo o Nascimento, que sempre tem trabalhado bastante, justamente em afastar esse equívoco de interpretação, embora haja duas profissões com regulamentações diversas.

Em segundo lugar, justamente pegando também o gancho do Nascimento do que ele comentou, que eu ia falar mais adiante, a questão da profissão de risco. Eu concordo com a Conselheira Maria José, e eu acho que nós dois, nós todos deveríamos concordar que, o jornalismo ou o radialismo, a comunicação não é e não deveria ser uma profissão de risco, mas, em alguns lugares, por exemplo, como aqui comentado, em algumas cidades, como o colega José Antônio Jesus da Silva, representante da Fitert aqui comentou, tem sido talvez a tônica de ser uma profissão de risco naquele local. Mas nós não podemos generalizar que isso é uma profissão de risco de forma geral. Eu acho que é isso que nós debatemos em uma reunião do Conselho e da Comissão de Liberdade de Expressão há alguns meses nesse sentido. Então, é importante a gente separar uma profissão ser considerada de risco ou uma profissão ser considerada, em determinadas situações, de risco determinadas vezes, e talvez até e demasiadamente em algumas circunstâncias aqueles profissionais, expostos à situação de risco.

Então, acho que esse é outro esclarecimento que deve ser colocado.

Passando depois justamente para a questão do Estado. Esse grupo de trabalho, a Abert e a NJ participaram desse grupo de trabalho tanto o grupo de trabalho na Secretária de Direitos Humanos, o que eu também lamento a ausência e porque não dizer a desconsideração da Secretaria de Direitos Humanos com este Conselho e não mandar sequer um representante, mas tanto na Secretaria de Direitos Humanos quanto no Ministério da Justiça houve sim um trabalho com um grupo de trabalho é uma pena que a representação específica dos radialistas não estivesse contemplada no rol das pessoas, mas com certeza ela foi bem defendida porque eu acho que se falava sempre nessa questão maior de comunicadores. Mas é que de nada adianta o Estado querer transferir a sua transferir a sua responsabilidade.

O Estado não adianta criar as situações que as empresas de comunicação e os próprios jornalistas têm que ser responsáveis pela segurança pública. Isso é função do Estado. O Estado é que tem que proteger os jornalistas. O Estado é que tem que proteger e criar políticas para proteger justamente até o patrimônio das empresas

de comunicação, como patrimônio de qualquer pessoa física no Brasil e treinar melhor os policiais para que tenham atitudes mais coerentes com essas situações. E é bem verdade que nós estamos ultimamente dentro de um fenômeno novo, colocado até para a Conselheira Maria José, aqui na audiência pública, que estamos desvendando o que é isso. Porque uma situação interessante: antigamente, ou pelo menos ainda no mundo, os comunicadores, assim falando, eles sempre foram respeitados até em guerras como o sujeito de trégua, tal a Cruz Vermelha, tais quais religiosos, que entram nos meios de conflitos justamente para dar a segurança e o conforto religioso, seja os médicos para dar os primeiros-socorros às necessidades, sejam os comunicadores para dar informação. Esse é o fenômeno que não está acontecendo no Brasil. Ou seja, a imprensa está sendo um... A imprensa de uma forma geral, comunicadores e meio de comunicação, estão sendo efetivamente agredidos. E é disso que o Estado não pode fugir.

Essa é a razão que nós trouxemos esse tema para o Conselho de Comunicação Social dentro de um debate trazido pela querida Conselheira Wrana Panizzi em uma Comissão de Liberdade de Expressão, e aí nós decidimos colocar esse ponto. Então, é muito importante e deixar esse recado ao Estado.

E concordando com o Vice-Presidente da Fitert, não adianta o colete à prova de bala ou coisa do gênero. Tem que ser uma questão ampla, uma política de segurança. A única coisa que eu gostaria de deixar de registrada, caro José Antônio, é que os meios de comunicação estão juntos, talvez não seja a sua percepção momentânea ou talvez isolada, mas estão juntos, sim, no mesmo problema, ou seja, quando um radialista é eventualmente assassinado ou ameaçado sofre também o meio de comunicação, porque está sempre tentando indiretamente calar a voz desta informação.

Então, quero colocar justamente como esse ponto é necessário: que os comunicadores e os meios de comunicação se unam para exigir do Estado, sim, políticas públicas. E a Abert, aqui, eu também faço parte do Conselho da Abert, nunca se furtou a esse debate. Tanto é que estamos aqui conversando.

Eu só gostaria de deixar registrado essas palavras e parabenizar a todos os presentes em especial a manifestação aqui, pela primeira vez, do Vice-Presidente da Fitert.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Leifert) – Muito bem!

Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, primeiramente, agradecer também a presença de todos que participaram aqui da audiência pública e também lamentar a ausência do Ministério dos Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos Humanos, que eu acho que é essencial.

Sobre isso nós discutimos na reunião passada que essa é uma questão que expõe o País, inclusive com relação às obrigações internacionais assumidas, por exemplo, no âmbito da OEA, da convenção americana de direitos humanos. E, curiosamente, o Presidente da Fitert citou aqui o Frank de La Rue, que esteve no Brasil há duas semanas e com quem tive oportunidade de estar pessoalmente; ele é o relator das Nações Unidas para a questão da liberdade de expressão. E comentei com ele sobre o que temos discutido aqui no Conselho, sobre a realização desta audiência pública, e ele disse-me que estaria pessoalmente à disposição se for convocado pelo Conselho para conversar conosco. De modo que o relator das Nações Unidas está à disposição do Conselho, e acredito que os Ministérios que têm por dever inclusive zelar pelas obrigações internacionais do País deveriam também estar à disposição para discutir essa questão que é tão grave.

Eu gostaria só de dar uma contribuição, dizendo que, como representante da sociedade civil, fui procurado pela Paula Martins, da Organização Não Governamental Artigo 19, que pediu para que eu comunicasse o lançamento do Relatório Anual, chamado Violações à Liberdade de Expressão, feito pela Artigo 19; eles lançam esse relatório anualmente, pode ser baixado pela internet. Esse relatório faz um balanço dos atos de violência grave sofridos por comunicadores. E aí faço referência à manifestação do Conselheiro Jobim, que acho que o padrão utilizado pela Artigo 19 é justamente o de se referir a comunicadores, porque isso abarca os radialistas e também blogueiros e chargistas, que foram também vítimas de violência no ano passado e estão aqui também considerados no relatório.

Não vou fazer leitura dos números, porque o relatório está disponível na internet, mas só para dizer que a região onde mais houve violação e atos de violência considerados graves contra jornalistas foi justamente a Região Sudeste, o que muitas vezes nos parece contraintuitivo. Nesse sentido, faço nota do lançamento desse relatório, chamo todos a olharem os números e digo que vale muito a pena a referência que a Conselheira Maria José fez sobre o relatório das Nações Unidas sobre quais providências devem ser tomadas. E, na lista nº 1 desse relatório, está o reconhecimento por parte do Estado de seu dever com relação a essa questão e especialmente quando houver aumento do número de fatalidades. Por exemplo, no ano passado, foram quatro homicídios e, pelo que entendi da apresentação da Conselheira, este ano já temos cinco homicídios.

Então, acho que é muito necessário o reconhecimento de que a gente está com uma situação que está piorando aqui no País e que demanda ação pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Estava inscrito o Conselheiro Leifert, mas, devido ao seu horário de voo, ele pediu licença para sair. Então, agradecemos sua disponibilidade.

Passamos à Conselheira Wrana.

A SRª WRANA PANIZZI – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros e componentes da Mesa, também quero expressar o nosso agradecimento pela oportunidade desta audiência pública, de um contato mais próximo sobre esse tema, que não é um tema só nosso, é um tema da sociedade brasileira.

Então, nesse sentido, eu lamento também que os nossos Ministros não estejam aqui conosco, porque, se é da sociedade brasileira, esse tema não diz respeito a algumas pessoas ou a alguns executivos, ou parte do Executivo, ou ao Legislativo, ou parte do Legislativo; inclusive que precisa cada vez mais legitimar este Conselho, não porque estejamos aqui, mas pela importância que ele tem e pela importância do tema que ele trata. Então, nesse sentido, lamento profundamente a ausência, não é de hoje, a própria Ministra de Direitos Humanos, a outra também não veio, na primeira, quando a gente a convidou pela primeira vez, não deu resposta.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Segundo a assessoria, ela viria.

A SRª WRANA PANIZZI – Ah, ela viria? Então, eu peço desculpa à Ministra, conterrânea lá do Rio Grande, a Maria do Rosário.

Mas eu queria, então, deixar dito que eu acho que é um tema de extrema importância.

Fico satisfeita, sim, José Antônio, porque você está aqui. Eu fui uma que, não o conhecendo – eu sou uma professora, eu sou simplesmente uma professora que trata da questão da educação, da educação superior com ciência e tecnologia e que tem a honra de estar aqui aprendendo muito com os meus pares –, fui um voto que expressei de pronto, nominalmente, que eu gostaria de ouvi-lo. Porque sempre é bom a gente ouvir todos os lados, os lados da sociedade civil, seja através dos vários representantes do Poder Executivo, seja através das diferentes entidades da sociedade civil, seja dos trabalhadores, dos empresários, não importa. Todos nós temos uma responsabilidade muito grande com este tema.

Então, eu lamento também, Dr. Marcelo – e me permita, assim, que de forma respeitosa eu diga –, eu esperava um relatório mais alentado do Ministério. Talvez o senhor preocupado em não ocupar muito o tempo, limitou-se um pouco. Eu, por exemplo, gostaria de saber muito mais dessa equipe do Ministério da Justiça: quem ela reúne, quando ela reúne, o que discutem, quais os seus relatórios – porque parece-me que há um relatório que já foi feito aqui alguma observação. Porque eu acho que o Ministério, aí, poderia exercer esta função de dar uma organicidade às nossas intervenções de políticas que não se reduzissem, não ficassem restritas a ampliar legislações. Ou – permita-me a Abert também – a questão – eu anotei de cada um o ponto que achei que era mais o foco dos senhores – aqui da Abert de os policiais serem mais preparados, de ter tempo de prepará-los, etc.. Certamente, deve ser mais bem preparado, mas a sociedade brasileira precisa, sim, em seu conjunto, ser preparada para isso.

Então, concordo que a questão dos números – e aí estou me dirigindo aqui ainda, porque pego esses dados que foram pela ordem de apresentação –, a qualificação dos fatos precisa ser para além dos números; e a qualificação dos fatos, que tem de ser ligada também por uma questão de territorialidade: uma coisa é um fato quando acontece no Rio, São Paulo e até lá em Porto Alegre, na nossa província – Conselheiro Jobim –, mas, certamente, o que acontece no nosso Brasil profundo às vezes é muito mais grave, fica desconhecido e que as pessoas ficam até muito mais fragilizadas e vulneráveis, que possam ser então melhor qualificados. Então, há essa questão toda da qualificação dos números.

Cara Maria José, eu também quero dizer que lamento não pela qualidade da sua apresentação, que foi ótima, que já conheço, boa, fantástica, objetiva, etc. etc., como a dos outros naquilo que fizeram; mas eu lamento que o Celso, que foi um, que estava aqui promovendo e encontrando nas reuniões – eu estou dizendo isso de público porque eu disse no privado e eu não gosto de dizer só no privado, eu gosto de dizer também no público, e eu vou dizer isso a ele pessoalmente –, eu lamento que ele também não esteja aqui, porque, afinal, ele tem representação de todas essas entidades que você tão bem aqui as representou – certo?

Então, Maria José, eu também tenho aquela minha – como o Conselheiro Jobim disse em relação à questão de ser uma profissão de risco, concordo – não vou me repetir aqui, para não perder tempo – com aquilo que o Conselheiro Jobim falou. Isso, a questão do risco, tem muito a ver com o que o Ronaldo aqui chama atenção, quando a gente tem de conhecer um pouco melhor o que esses documentos internacionais trazem, porque eles podem nos ajudar a qualificar os nossos fatos daqui.

Então, os fatos, por enquanto, você traz aqui aquele primeiro artigo, primeira observação deste plano da ONU: promover segurança aos jornalistas também em situação não conflituosa. Então, isso daria toda uma discussão para a classificação dos conflitos externos e internos, enfim, e toda essa coisa que ficaria.

Por fim, José Antônio, eu quero dizer que gostei muito de ter lhe ouvido aqui, sabe? Eu acho que você traz questões que poderiam muito bem nos ajudar naquelas discussões que a Fenaj, por exemplo, traz. Aquele conjunto de propostas ali poderia ser muito mais debatido conosco, para que nós do Conselho pudéssemos também qualificar melhor o nosso parecer que apresentaremos – não é, Conselheiro Jobim? – provavelmente na próxima reunião.

Então, quais os níveis de proteção? Eu acho que nós vivemos – eu já disse isso outra vez e repito aqui; talvez seja um problema de professor. Eu já fui até professora primária. O que é que vou fazer? E com muita honra. Nem se chamava primária naquela época. Alguns aqui me acompanham, mas não são muitos.

Bom, mas dizer o seguinte: uma política... Para discutir efetivamente uma política... Não se faz democracia sem discussão com os pares e com os ímpares, com todas as representações. É assim que se faz, para que de fato as nossas propostas sejam democráticas, com as nossas divergências eventuais – e as temos, sempre teremos – e a gente possa fazer proposta maior.

Desculpem a minha veemência, mas eu me empolgo um pouco quando tenho oportunidade.

Quero dizer que eu estava quase com medo de que não tivesse valido à pena vir para a reunião, mas valeu, embora eu tenha feito essas observações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Imagine os seus alunos, como professora primária, o seu entusiasmo. (*Risos*)

Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Colado no comentário da Prof. Wrana, queria saudar os professores. Eles são fundamentais e hoje estão "menormente" – se existir essa palavra – prestigiados. A sociedade deveria saber reconhecer muito melhor o valor do professor, especialmente dos que empolgar.

Queria comentar o seguinte: de que se trata, no fim das contas, esta audiência? Num ambiente democrático, constitucional, de Estado de direito, trata da liberdade de manifestação.

Os temas que nós temos discutido têm se dado na cena seja da liberdade de manifestação, seja da liberdade de imprensa. Ou seja, as agressões de que nós estamos tratando, no fim das contas, se dirigem e atingem as liberdades de manifestação e de imprensa. E, portanto, agridem frontalmente o Estado democrático de direito.

É preciso que nós, do Conselho de Comunicação Social, não percamos de vista essa circunstância. As agressões são contra o Estado democrático de direito.

A presença da violência durante as manifestações, como tem acontecido nos últimos meses, tem diretamente, sobre a democracia, dois efeitos concretos importantes, negativos e graves: primeiro, o de afastar os manifestantes.

Houve um momento, há talvez doze meses, em que a juventude, a sociedade civil de todas as extrações se sentiu atraída para o exercício da liberdade de manifestação nas ruas. Como contrapartida desse movimento em que cidadãos de todas as extrações se dirigiram às ruas para pleitear ou defender determinadas bandeiras, esses cidadãos foram expulsos das ruas pela violência, pela circunstância de que passeatas pacíficas acabam degradando em agressões tanto contra pessoas, profissionais ou não, quanto contra autoridades e contra o patrimônio, fosse ele público ou privado, o que gerava a resposta das autoridades que têm o monopólio da força.

E o fim das contas é que a sociedade, que se animou para ir às ruas, acabou desistindo de ir às ruas. Manifestações de dezenas de milhares de pessoas se reduziram a manifestações de dezenas de pessoas. Nós temos visto manifestações de 30 pessoas, de 50 pessoas, algumas até de 500 pessoas, mas grandes passeatas, infelizmente não temos visto, porque o objetivo dos agressores foi atingido. Eles distribuíram e disseminaram o medo não só dos profissionais de comunicação, que são o objeto desta audiência pública, mas atingiram a sociedade como um todo, que agora tem receio de ir às ruas para se expressar, para exercer o direito sagrado na democracia de manifestação. E, ao atingirem os profissionais de comunicação, esses mesmos criminosos desestimulam a própria cobertura daquilo que está acontecendo.

Portanto há um movimento articulado, não acidental, concebido para eliminar o exercício do direito de manifestação e a liberdade de expressão.

É sobre isso que eu entendo que nós, do Conselho de Comunicação Social, devemos direcionar a nossa atenção. É para garantir que o cidadão, maior ou menor de idade, com posses ou sem posses, de qualquer ordenação política ou religiosa, de qualquer opção sexual, possa ir à rua e se manifestar. E que os profissionais da comunicação, igualmente de qualquer vertente, possam cobrir o fato e levar aos seus leitores, aos seus te-

lespectadores, aos seus, de qualquer maneira, "interadores" – se existisse essa palavra –, para que esses profissionais possam cumprir a sua missão.

É lamentável os agressores, os criminosos atingirem os seus objetivos. As passeatas, hoje, são de muito pouca mobilização. Há muito pouca gente que se dispõe a participar delas. E os veículos de imprensa estão – estamos – se digladiando com os profissionais do setor para saber se nós vamos de brucutu ou caveirão, usando a gíria de São Paulo e Rio de Janeiro, porque, salvo um brucutu, salvo um caveirão, nada salvaria a vida e a integridade física de qualquer profissional da comunicação.

Uma bomba explodida na base do crânio. Não há equipamento que salve a pessoa. A bomba é letal por definição. E foi essa a bomba que eliminou a vida de Santiago. Um tiro de fuzil 15mm mata, como matou o Gelson, também câmera no Rio de Janeiro.

O que ele precisaria para poder cobrir o evento que ele cobria? Ele teria que estar dentro do caveirão. Todavia, o caveirão é de quem detém o monopólio do uso da força, o caveirão é do Estado, o caveirão é da polícia.

E daí a importância de um representante do Poder Executivo, porque só o Poder Executivo Federal, em articulação com os Poderes Executivos estaduais, poderá devolver para a sociedade o direito de manifestação. Só o Executivo Federal e os Executivos estaduais poderão devolver para todos os profissionais da comunicação a capacidade de cobrir esses eventos.

Nada além da ação concreta e eficiente dos detentores do monopólio do uso da força – portanto, nada além do que os Poderes Executivos façam – vai mudar esse estado de coisas. Muito pelo contrário.

Se os debates forem estéreis e se degradarem para a discussão da pequena participação que um ou outro de qualquer de nós aqui possa ter para reverter essa situação, os criminosos terão vencido, os nazistas terão vencidos, porque nós estaremos em discussões vazias, enquanto os Executivos não cumprem as suas missões, e as manifestações estão extintas. E a cobertura das manifestações vira, como nós discutimos aqui, há pouco, potencialmente, uma profissão de risco.

É a destruição do Estado de Direito. E é contra isso que nós deveríamos nos pronunciar, segundo eu proponho para os Srs. Conselheiros.

Tendo feito esta manifestação mais genérica – porque me preocupa que nós, eu insisto, não degrademos a nossa discussão pelas questões daqueles que estão presentes nesta sala, neste instante, e que nós não percamos de vista o fato de que o que está em risco é a liberdade de manifestação e é o Estado de Direito, por um lado, e, por outro, de que só os Poderes Executivos podem pôr coro a essa situação criminosa –, é importante mencionar, e vou mencionar pela ordem como as manifestações fizeram, não pela ordem racional pré-organizada, aquilo que eu vi pelos nossos excelentes apresentadores e debatedores.

Primeiro, um colega meu de trabalho foi citado pelo representante da Fitert, o Datena, que é realmente muito temido, mas não pelos seus colegas, pois seus colegas o adoram e curtem muito trabalhar com ele. Ele é temido pelas autoridades que se omitem. Elas têm muito receio de ouvir a palavra do Datena. Ele pesa nas palavras de tal maneira, que muitos até não gostam da maneira como ele se expressa. Mas ele é temido pelas autoridades e não pelos colegas.

Eu queria comentar, aproveitando o ministério – uma ponderação que faço também para os meus colegas do Conselho –, a federalização dos crimes contra os profissionais de comunicação, tema de manifestação e relatório aqui do Conselho, que deveria, sim, ser considerado. Porque não há a menor dúvida, e isso decorre, com toda a força, de todos os depoimentos que nós ouvimos hoje, de que quem perpetra a violência contra profissionais da comunicação, muitas vezes, é a autoridade.

A autoridade local tem o poder óbvio, ululante, claro como a luz do sol de constranger a polícia, de constranger o Ministério Público, de constranger o Judiciário, de tal maneira que tirar da autoridade local o poder de investigação em relação a crimes contra profissionais de comunicação é assegurar, ou, de alguma maneira, ampliar a possibilidade de uma investigação independente.

Nós Conselheiros não podemos desconsiderar que a especialização das polícias ou a criação de varas especializadas ou de polícias especializadas consomem dinheiro. Não é uma coisa trivial, mas, na circunstância, claramente o bem jurídico que está em risco, além do bem mais valioso e incomensurável, que é a vida desses profissionais, é o Estado de Direito em si, que não pode conviver com a ideia de que a investigação fique na mão do delegado municipal, do promotor municipal que, sendo sérios, na maioria dos casos, certamente, num caso ou noutro, poderão ser sujeitos a influências dessas mesmas autoridades que não tiveram constrangimento de matar um profissional e não vão, evidentemente, ter constrangimento de coagir a autoridade.

Embora, como disse no começo, a vítima dessas agressões seja a sociedade, seja o Estado democrático de direito, considerando o debate que se estabeleceu em tantas das nossas reuniões, queria lembrar que os profissionais de cinema também devem ser destinatários das nossas preocupações. Os documentaristas podem produzir obras que serão geradoras de reação.

Discutimos, aqui no Conselho, as biografias; os biógrafos também poderiam ser vítimas de retaliações. Há uma biografia genial chamada Chatô, que conta a história de certo desafeto de um empresário de comunicação que foi alvejado na nádega, porque se pronunciava segundo lhe parecia melhor. Enfim, os biógrafos também podem desafiar a ira de alguns e deve ser objeto da nossa preocupação, juntamente com radialistas, com blogueiros, com jornalistas, ou seja, não há coro profissional, quem exercer a profissão de comunicação deve ser objeto da tutela e da nossa preocupação.

Ainda na categoria dos agredidos, quero lembrar um caso muito menos grave, mas não menos emblemático, do jornalista Fábio Pannunzio, que, caminhando pela rua, foi cercado e agredido porque era contra algumas das plataformas que se discutia numa determinada passeata na cidade onde ele trabalha, a cidade de São Paulo; ou seja, por delito de opinião, houve quem acreditasse que ele deveria ser agredido.

Esses são aqueles contra quem devemos voltar as nossas preocupações. Se há uma ausência a ser sentida, não propriamente sentida, mas se há alguém ou se há um bloco de pessoas que deveria estar presente para ouvir o nosso repúdio e a uniformidade do nosso pensamento contra a conduta criminosa, seria talvez a dos Black Blocs, não as autoridades que deixaram de vir aqui e que, de alguma maneira, mandam alguma mensagem de que não estão tão preocupadas quanto a sociedade brasileira está com o tema. É lamentável que eles façam assim, mas, de verdade, a ausência é dos criminosos, é contra eles que devemos dirigir o nosso repúdio e é contra eles que nós, como sociedade, precisamos nos defender.

Quero insistir que os equipamentos têm limites, o monopólio da força é do Estado; só o Estado pode, no Estado democrático de direito, oferecer essa proteção. Com isso, não quero dizer que as empresas que se organizam no ambiente capitalista para o negócio da comunicação não devam proteger seus funcionários, é óbvio que não! É óbvio que não! Lamento que se possa estabelecer uma polêmica sobre isso – e manifesto essa minha discordância ao representante da Fitert e talvez ao Conselheiro Nascimento. É óbvio que não! As companhias protegem seus funcionários e têm essa obrigação.

O que é preciso saber é que, neste momento, não está em discussão se é o capacete de doze ou de vinte e dois milímetros, o que está em discussão é que o Estado brasileiro não está garantindo nem a liberdade de manifestação nem a liberdade de imprensa. Esse é o fator grave e, se nós perdermos de vista que esse é o fato grave, teremos, como disse no começo, que fazer jornalismo no caveirão, jornalismo no brucutu, e não é assim que funciona no Estado de direito. O direito do trabalhador, seja cinegrafista, jornalista, blogueiro, biógrafo, documentarista, tem de ser assegurado em ampla condição e sem que ele precise se fazer ele mesmo de um miliciano equipado e aparatado para defender a sua própria vida, ao mesmo tempo em que capta uma imagem, busca uma informação, faz uma entrevista. Se ele, profissional, precisar desses equipamentos é porque já não estamos num Estado de direito, e a nossa briga tem que ser de restabelecer o Estado de direito.

Uma última observação para a qual tive a minha atenção chamada por artigo de Alberto Dines, no Observatório da Imprensa. Onde andava a mídia ninja, tão cantada e decantada para cobrir as manifestações e pegar os melhores ângulos dos quebra-quebras, quando os profissionais foram mortos? Sumiu?

É preciso que tenhamos essa visão crítica também de saber que se nós, sociedade civil, no Estado democrático de direito, nos deixarmos levar por alguns modismos, vamos, no fim das contas, pôr em risco o próprio Estado democrático de direito.

Estou convencido de que todos os que estão nesta sala, especialmente aqueles que estão na Mesa, com todas as divergências que possam ter, inclusive pela condição de representantes, como é o meu caso, patronais, ou como é o caso do representante da Fitert, de trabalhadores com carteira registrada, no fim das contas, todos nós estamos falando das mesmas coisas: da liberdade da sociedade de se manifestar e da liberdade dos profissionais de cobrir esses eventos. Estamos irmanados nesse propósito, e isso é o que tem que ficar registrado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Só registrando que a assessoria nos passou e-mail recebido da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, hoje, dia 5 de maio, às 11h30, e uma carta do dia 30 de abril de 2014, do gabinete da Ministra. Quem assina é a Maria de Lourdes Pires, Secretária da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O ofício à Ministra foi expedido no dia 8 de abril pelo Conselho de Comunicação. Entre outras coisas, agradece o convite e informa que, por motivo de incompatibilidade de agenda, a Srª Ideli Salvatti, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Recursos Humanos, não poderá participar da audiência pública no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional sobre o tema e que o Sr. Tarcísio Dal Maso, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representará a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no referido evento.

Isso apenas para constar que chegou neste dia de hoje esta carta aqui para dizer.

Passamos ao Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Presidente, acho que as manifestações já abarcaram todos os temas. Eu queria só fazer uma pergunta ao Secretário Nacional de Segurança Pública Substituto, Dr. Marcelo, e ainda fazer uma breve consideração. O representante da Abert está aqui e pode representar e defender a entidade sobre algumas manifestações que foram feitas, mas eu queria só ressaltar o que foi colocado pelo Conselheiro Alexandre e, agora, muito bem falado, pelo Conselheiro Walter Ceneviva.

As empresas e os profissionais, sejam eles jornalistas ou radialistas, não estão em lados opostos. Não podemos confundir as questões. O objetivo desta audiência é tratar das políticas públicas que visam dar garantia aos profissionais de imprensa para executarem a sua atividade e, por consequência, preservarem a liberdade de expressão, mas aqui foi colocada a violência interna das redações, "guerra psicológica quanto aos profissionais de imprensa... Eu acho que está tendo uma confusão, porque não tem, como disse, lados opostos. Os profissionais e as empresas estão juntos no mesmo lado. Quando um profissional é agredido, muito mais do que o profissional em si, não só o profissional, não só a empresa, a sociedade como um todo fica prejudicada. Acho que essa é uma visão um pouco distorcida de ambos os representantes, e, infelizmente, do Conselheiro Nascimento também, que a abordaram com certa ênfase.

Mas a minha pergunta é para o Dr. Marcelo. Durante essas discussões, seja no GT, seja no Ministério da Justiça, foi falado pelos representantes daquele Ministério sobre um manual de padronização da atuação das polícias militares que seria produzido e distribuído para todos os 26 Estados mais o Distrito Federal. Como é que está esse assunto? Isso foi produzido? Isso foi distribuído, isso foi treinado, em consonância à pergunta que foi feita pelo representante da Abert? Daqui a pouco mais de 30 dias, teremos um grande evento internacional que é a Copa do Mundo e certamente haverá um foco de tensão e de preocupação com a cobertura da atividade jornalística.

Essa é a minha pergunta, Presidente, sem querer estender mais, porque estamos premidos pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Exato. Nós temos que encerrar às 17h a nossa reunião do Conselho, temos que decidir ainda a próxima reunião, como já foi falado, e temos um assunto muito importante sendo debatido. É uma cruz realmente tentar resolver todas as questões, mas vou ter que limitar a resposta aqui dos nossos amigos a três minutos no máximo, para darmos tempo de chegar dentro do tempo limite. Sei que não é possível responder tudo, mas, se possível, peço que se atenham aos três minutos para podermos chegar ao horário determinado, porque, daqui a pouco, as pessoas precisam se deslocar para o aeroporto – é uma questão de horário –, como dois já se deslocaram. Precisamos de certa agilidade.

Passamos, pela ordem de início de fala, às respostas.

Começamos com o Sr. Marcelo Barros de Oliveira.

O SR. MARCELO BARROS DE OLIVEIRA – Bom, a gente teve aqui vários questionamentos e vou tentar ser breve, mas tentar cobrir tudo que foi colocado até porque a maioria das intervenções tinha relação com o Ministério da Justiça.

Quero dizer que quando a gente fala com o olhar diferenciado, Conselheiro, é que o Ministério da Justiça está sempre pronto para apoiar os Estados e o Ministro da Justiça, em momento algum, se furtou a oferecer o apoio e a colaboração da Polícia Federal nas investigações de casos que seriam complexos aos Estados porque a competência para investigar aquele crime de homicídio ou uma ameaça é do Estado. Então, a questão perpassa o próprio Ministério da Justiça.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Nós queremos mudar isso.

O SR. MARCELO BARROS DE OLIVEIRA – Veja que isso, na verdade, não está na mão do Ministro como Ministro da Justiça.

De toda sorte, a gente está sempre pronto a apoiar o Estado quando se fizer necessário em caso de algum crime que tenha não só uma maior repercussão, mas uma necessidade de apuração célere, para que aquele fato não reste impune. Em momento algum, o Ministro se furtou ou deixou de ofertar, na medida da competência de cada instituição. Temos vários casos em que foi ofertado aos Estados o apoio nessa investigação. Por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a gente enfrenta muito em questões com relação a defensores de direitos humanos. São pessoas ameaçadas, ou têm normalmente algum crime de ameaça, ou alguma coisa nesse sentido. A Secretaria, também por conta da sua competência, não tem como influenciar ou exigir do Estado. Nós cobramos resultados das investigações, que é o que nos cabe.

Foi muito falado aqui com relação a treinamento sobre o GT ou POP, que seria o Procedimento Operacional Padrão. Quando fomos procurados no Ministério da Justiça, a nossa proposta foi trabalhar com três eixos.

O primeiro eixo um protocolo operacional padrão para as polícias para que a gente tivesse um normativo nacional de como esses profissionais iriam lidar com as manifestações. Eu acho que foi uma grande dúvida aqui dos Conselheiros o que a polícia está fazendo para mudar o que a gente viu nas ruas no ano passado. Então, foi feito um procedimento operacional padrão, foi elaborado. A Secretaria Nacional de Segurança Pública fez

um curso no Rio Grande do Sul. Foram duas turmas com policiais do País inteiro, que são os gestores que vão lidar com esse tipo de crise. Então, está com padrão unificado e já foi realizado o treinamento.

A outra proposta falava de alteração e inovação legislativa. Não vou me ater a isso.

O outro item era o GT, que era o grupo de trabalho que tinha como objetivo observar as questões de atuação e da segurança dos profissionais de comunicação. Esse grupo ainda não tem relatório. A Conselheira Wrana está certa quando cobra porque a gente quer ver o relatório. Há um relatório do GT encaminhado à Secretaria dos Direitos Humanos, da Cenasp ainda não. A gente não concluiu. Houve um ponto divergente da visão do Ministério da Justiça com alguns representantes que parava nessa questão do equipamento, e a gente entra na fala do Conselheiro Walter Ceneviva e do Daniel.

Obviamente, o Estado tem que proporcionar a segurança não só aos profissionais de comunicação, mas à sociedade como um todo, e nem sempre a gente tem visto isso. Isso não tem sido possível e os resultados têm sido, muitas vezes, danosos, e é isso que a gente visa buscar. O objetivo é evitar que aquele profissional seja de qualquer forma vitimado. Para isso, treina o policial, capacita. A nossa proposta não era um curso para todo mundo, apesar de ter sido feito, aqui no Distrito Federal, um exercício com mais de 70 jornalistas do País inteiro. Foram mais de 600 inscritos, e a gente não tinha como atender todo mundo. A Assessoria de Comunicação Social do Ministério fez uma seleção. Esses jornalistas fizeram um treinamento – eu prefiro dizer que foi um exercício –, e, desse exercício, deveria sair uma cartilha para ser difundida não só para os próprios jornalistas, mas para os profissionais operadores da segurança pública, para que um entenda o trabalho do outro. "Ah, mas eu não sabia." "Não, você sabia que você foi capacitado e nós enviamos."

Aqui ele já fala um pouco sobre a federalização do crime, que o Conselheiro Walter Ceneviva também comentou, e sobre a relação dos equipamentos de proteção individual. Discutimos isso e tivemos uma posição divergente, mas eu lembro que divergência não quer dizer oposição. Acho que uma fala que não foi para o Ministério da Justiça, mas o Conselheiro Daniel muito bem falou que nós não estamos em lados opostos. O que esperamos conseguir, no final disso tudo, é que quem queira se manifestar nas ruas de forma legítima esteja nas ruas se manifestando, que o profissional de comunicação esteja atuando e fazendo a sua cobertura e que o operador da segurança pública também possa desempenhar o seu papel, quando for necessário. Esse é o grande objetivo de tudo que tem sido discutido no Ministério.

Ao nosso representante aqui da Fitert quero dizer que ainda não recebemos um documento com relação à participação, mas eu lembro que, no GT da Secretaria Nacional de Segurança Pública, nós temos representante dos trabalhadores, o que não quer dizer que a participação da Fitert não possa ser apreciada e incluída. Queremos ouvir todo mundo. Todos os olhares são importantes nesse debate. Isso só ajuda a enriquecer e a trazer um resultado que contemple os profissionais e o desejo de todo mundo que está ali.

Tem uma fala do Ministro que temos repetido muito: "Que a nossa divergência não seja maior que a nossa missão!". Vamos estar juntos nesse debate, prontos para ouvir e caminhar. Esperamos que, nos próximos dias, quando vier a Copa do Mundo, tenhamos uma Copa segura. Em acontecendo as manifestações, que elas não sejam violentas e que possamos ter todos trabalhando e voltando para casa, no final do dia, sem que tenha sofrido nenhum tipo de dano ou lesão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito obrigado!

Vamos procurar ser breves. Agora, o Diretor-Geral da Abert, Luís Roberto Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Mais um agradecimento aqui pela oportunidade que a Abert teve de falar nessa audiência pública.

O assunto é extremamente complexo. Não vamos resolvê–lo com bravatas de empresários ou bravatas daqueles profissionais que servem essas empresas de comunicação. Entendemos que precisamos nos unir nessa questão e não divergir, porque, na verdade, não são os empresários que perdem, e também os trabalhadores. Quem perde é a sociedade brasileira que fica privada da informação, do acesso disso.

A Abert está sempre disponível, Presidente, para participar de qualquer debate que o senhor convoque. Estamos presente em todos os ambientes sadios e não revestidos de aspectos ideológicos para discutir uma questão tão importante como esta para o povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito obrigado pelo tempo.

A Srª Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – São tantas as questões que, em três minutos, vamos tentar fazer um "milagrezinho" aqui.

Começo apresentando as desculpas do Celso Schröder por não ter comparecido hoje. Deveria ter feito isso no início da minha fala, inclusive, já que eu estou aqui o representando. Mas ele não conseguiu se desvencilhar de dois compromissos inadiáveis em Porto Alegre e, portanto, não pode comparecer. Mas como se trata

de posições institucionais, de duas instituições que vem fazendo o debate da questão da violência contra dos jornalistas, há muitos anos, a gente espera que não tenha havido grandes prejuízos.

Nascimento, quando falamos que o jornalismo não é uma profissão de risco, nós estamos dizendo que não é uma profissão de risco na sua essência e que a situação é preocupante, porque o que era antes restrito a conflitos e guerras, ganhou dimensões das ruas. Então, nós estamos dizendo que os jornalistas e outros profissionais da comunicação estão sendo submetidos a situações de risco. Para essas situações de risco, nós precisamos de medidas efetivas, ou seja, nós precisamos de medidas do Estado brasileiro para que, na questão da segurança pública, a segurança dos jornalistas seja assegurada, mas nós também precisamos de medidas das empresas jornalísticas, porque as empresas são, sim, responsáveis pela segurança dos seus trabalhadores no exercício do seu trabalho.

Aí, obviamente, EPIs não resolvem o problema. É por isso que a Federação Nacional dos Jornalistas tem insistido no que nós chamamos de comissões de avaliação de risco, justamente para que cada situação seja discutida e para que as medidas necessárias para que aquele profissional esteja minimamente assegurado sejam tomadas pelas empresas. E aí são pelas empresas, sim; elas são as responsáveis.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Então, precisamos ter esse cuidado.

Aí, só dialogando um pouquinho com o Zé Antônio, nós estamos preocupados com a questão da violência contra jornalistas e demais comunicadores, mas, obviamente, a Federação Nacional dos Jornalistas fala em nome dos jornalistas. E acho que, na medida do possível, temos procurado denunciar também as situações de violência envolvendo outros trabalhadores, como radialistas e comunicadores em geral, mas, quando falamos oficialmente, falamos, obviamente, em nome dos jornalistas. E é isso que temos feito aqui neste Conselho.

Por último, só dialogando um pouquinho com o Daniel, que deu uma saidinha, quero dizer que, infelizmente, nós temos também os casos de violência interna. E isso é preocupação, sim, dos trabalhadores jornalistas, é preocupação da Federação Nacional dos Jornalistas, e existe. Nós não podemos falar que não existe, porque existe. Para citar apenas um caso, eu vou citar o meu próprio, porque eu não vou comprometer ninguém. Eu, como repórter que trabalhei num veículo durante mais de 22 anos, fui impedida de trabalhar em política. Eu podia fazer qualquer coisa no jornal, menos política. Então, há, sim, censura interna. Há problemas que precisam ser discutidos para que a produção jornalística seja, efetivamente, uma produção de interesse da sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos.

Passamos, então, ao Sr. José Antônio Jesus da Silva.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO JESUS DA SILVA – Eu queria, na realidade, ter tempo para que respondêssemos um por um, mas, infelizmente, nosso tempo é curto. Eu quero fazer uma leitura sucinta dos questionamentos.

Eu quero dizer ao Daniel e, consequentemente, ao Ceneviva que nós deveríamos estar em consonância de fato, temos de estar em consonância verdadeira, não apenas no discurso. Até agora, nós não conseguimos dialogar com as empresas de radiodifusão neste País para discutir a situação da violência contra os trabalhadores, por intransigência do... Não sei qual é a leitura que vocês fazem sobre isso. Eu estou dizendo que nós como Federação, que defendemos interesses coletivos dos radialistas brasileiros, já procuramos – inclusive procuramos a Abert – discutir isso e, até agora, não tivemos nenhum atendimento. Eu gostaria, Ceneviva, que, daqui para frente, de fato, sejam realidades essas nossas conversas. Precisamos encontrar a solução dos nossos problemas. É problema dos empresários e é problema dos trabalhadores, que estão perdendo sua vida. Não são os donos de rádio e televisão que estão perdendo a vida, são os trabalhadores que estão perdendo a vida. E, aí, de fato, nós temos de encontrar soluções juntos.

Para responder à Ana, nós estamos fazendo um trabalho efetivo para que todos os trabalhadores de comunicação neste País tenham proteção, para que, quando forem fazer qualquer atividade externa, na rua, tenham a sua proteção, garantia ao exercício profissional, sem ter que perder a vida, sem ter que ficar ferido, sem ter que ficar machucado. Queremos apenas exercer a nossa profissão com segurança.

Agora, estamos de acordo de que a responsabilidade da segurança pública é do Estado, tanto que discutimos, no GT de comunicadores, exatamente o papel e a responsabilidade do Estado. Agora, não podemos dizer, Ceneviva e o rapaz Roberto, representando a Abert, que temos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO JESUS DA SILVA – ...de tirar a responsabilidade dos empresários nessa questão. Qual é o caminho? É o capacete? Nós vamos ter de encontrar qual é o caminho juntos. Não dá para nós, traba-

lhadores, ficarmos dizendo o que fazer, os empresários fechando os olhos e o Governo Brasileiro fazendo de conta que nada está acontecendo. Isso nós não podemos deixar acontecer.

Então, o debate tem de ser feito? Tem que ser feito. Agora, vamos ter de nos sentar para discutir, e não vocês discutindo lá, os trabalhadores discutindo os seus problemas; depois, cada um vai para a sua casa e acabou o problema. Aí nós só vamos falar quando houver ou dois radialistas mortos ou dois jornalistas ou um trabalhador de cinema ou um blogueiro. Quando nós vamos discutir? Vamos ter que discutir o problema para encontrar a solução. Então, é preciso que nós, de fato, nos sentemos.

E nós estamos reivindicando ao Ministério da Justiça a participação dos radialistas para discutir o problema. Somos nós que estamos morrendo. É necessário discutir a questão fronteiriça. Há sete radialistas que estão na linha da morte e foram ouvidos no Mato Grosso do Sul, numa audiência pública. O Governo Brasileiro estava lá e a Secretaria de Direitos Humanos estava lá. E não foi criada nenhuma solução para proteger os trabalhadores.

Qual é o caminho? Precisamos encontrar o caminho.

Então, quero dizer que a responsabilidade, Wrana, é da sociedade. E nós estamos levando o debate para a sociedade brasileira e apontando caminho e solução ao Governo, como também aos empresários. Queremos discutir a questão dos empresários.

Então, quero fechar a minha fala deixando aqui a minha inteira disposição da Federação para qualquer debate que se faça necessário, agradecendo o convite ao conselho e ao Presidente, especialmente ao Presidente, pelo atendimento da nossa reivindicação, através do Nascimento, para que participássemos, de fato, dessa audiência, trazendo a situação real dos radialistas brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradeço-lhe muito. Creio que nós ficaríamos mais tempo debatendo, porque é muito mais amplo, evidentemente, o assunto. Mas a riqueza da participação tanto dos convidados, como dos conselheiros, foi uma beleza para comemorarmos bem este Dia das Comunicações no Brasil e nesta semana em que também comemoramos o Dia da Liberdade de Imprensa.

Eu creio que o Conselho de Comunicação teve um dia realmente muito rico, com a participação de todos vocês, olhando a nossa vida, olhando o nosso País, olhando a comunicação em nosso País.

Infelizmente, o tempo não nos ajuda a debatermos mais ainda, mas eu creio que já nos deixou abertas muitas portas e janelas.

Agradeço, de coração, a todos que foram convidados e aceitaram o convite.

Os Conselheiros ainda não. Wrana, espere um pouquinho. Isso é só para os convidados aqui. (*Risos.*)

E peço ao Mesquita para acompanhar os nossos convidados. Enquanto isso, vamos ter de resolver um probleminha nosso. Faça a gentileza.

A questão é a seguinte, rapidamente, senhores, antes que percamos os nossos aviões:

o Item 2, sobre audiência pública sobre A Voz do Brasil estava marcada para a próxima reunião. Eu creio que ele vai ficar para a posterior, porque nós estamos pedindo para a próxima reunião ser sobre a questão da 700MHz. Isso corresponde? Ou dá para fazer as duas coisas? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Dá para fazer as duas coisas. Nós precisamos debater aqui quem vai fazer parte desta audiência, pois não sei ainda.

Depois, há também o Item 3, sobre o Sindicato dos Radialistas de Brasília, sobre o que o Nascimento iria falar, e está ainda na nossa pauta.

Teria também os relatórios das comissões a serem providas pelos coordenadores. E a sugestão seguinte é a seguinte – por gentileza, vamos tentar concluir a nossa reunião?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nascimento, a sua esposa mandou você ficar sentadinho, bonitinho, lá agora. (*Risos.*)

Então, eu digo o seguinte: na próxima reunião, nós vamos ter três reuniões das comissões temáticas de manhã: às 9, às 10 e às 11, para poder facilitar as três comissões. Está certo?

A das 9 seria a do Alexandre. Poderia ser? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A das 10, a do Nascimento.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu gostaria, considerando que já estou tentando marcar, que fosse a que tivesse mais tempo. Nós temos quatro temas para deliberar com quatro relatórios prontos. Então, que ficasse, talvez, para as 11 horas, estendendo até 12h30.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Às 11h? Então, Alexandre, às 11h; Nascimento, às 10h.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Às 10h, 10h30.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E, às 9h, quem seria? Gilberto Leifert.

Então, Gilberto Leifert, às 9h; Nascimento, às 10h; Alexandre, às 11h. E às 14...

A SRª WRANA PANIZZI – Mesmo que sejamos relator de um deles ou suplente, estamos convocados?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

A SRª WRANA PANIZZI – Dizem que é para registrar sempre em ata.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim. Exato.

Na nossa quinta reunião, nós temos a questão do programa A Voz do Brasil e a questão dos 700MHz, que saiu na reunião de hoje.

Faço uma pergunta sobre a discussão a respeito da composição da audiência pública sobre o programa A Voz do Brasil, preparatória para o relatório da Comissão de Relatoria, composta pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos.

Decidiu-se pela formação da Comissão de Relatoria para que o Conselho se posicionasse em relação às propostas de transformação do programa em patrimônio imaterial do Brasil e de flexibilização do seu horário de veiculação.

Na terceira reunião, o Conselheiro Ronaldo Lemos informou que a Comissão de Relatoria gostaria, antes de produzir o relatório, de realizar audiência pública para debater o tema com especialistas. Confirma isso para a próxima reunião?

O SR. RONALDO LEMOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Confirmamos? Para as 14 horas?

Seria necessário definir o nome dos convidados para permitir a realização da audiência pública. Alexandre?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Presidente, eu tenho uma sugestão. Nós estamos dando caráter nacional ao tema, e eu acho importante colocar como é a realidade no Brasil. Por isso, eu gostaria de sugerir a presença do Presidente da Aesp (Associação das Emissoras de Rádio e TV do Estado de São Paulo), Sr. Rodrigo Neves, para falar sobre a realidade de um Estado, especificamente. Como essa associação tem muitos dados a respeito do tema, acho que seria bastante útil trazê-los para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim. Há mais alguém, Nascimento?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não vai só para o Conselheiro Jobim, mas para os demais: os que quiserem indicar nomes devem apenas nos mandar, já que a Comissão foi constituída.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone*.) – Para a audiência pública?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Para a audiência pública da EBC.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone*.) – Estamos falando...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Audiência do programa A Voz do Brasil.

O SR. NASCIMENTO SILVA – A Voz do Brasil. É o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mas quem define é o Plenário; é o Plenário quem define os nomes.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pois é, mas olha só: é preciso deixar bem claro, companheiros, que ficou guardado esse tema. Nós estávamos aguardando as possíveis indicações para que trouxéssemos para o Pleno e indicássemos os nomes, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Isso ainda não foi feito. Ele está fazendo aqui agora, neste momento.

Portanto, eu quero solicitar aos demais Conselheiros, se alguém ainda achar que há algum nome que possa fazer parte dessa audiência pública, que nos mande. Eu tenho certeza de que a Comissão, formada pelo Ceneviva, por mim e pelo Ronaldo, vai encaminhar da melhor forma possível.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, é só para esclarecer ao Conselheiro Nascimento que isso está sendo realizado. Consta na Ordem do Dia que a composição da audiência pública é uma competência agora do Pleno do Conselho e não somente da Comissão. É por isso que nós estamos indicando. Está aqui no item 2: "Discussão sobre data e composição de audiência pública." Indiquei o nome por essa razão e porque o Presidente perguntou.

Acho que deveríamos, inclusive, aproveitar o momento para fazer as indicações que eventualmente existirem ou, então, combinar com a Mesa de indicar *a posteriori*.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Há um monte. A sociedade civil já indicou um monte de gente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Os nomes estão onde?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Alguns estão comigo; outros devem estar com o Ceneviva, porque, até então, a Comissão não encaminhou o que deveria ter sido encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O Mesquita tem uma indicação.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu queria indicar o Presidente da EBC.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Quantos foram indicados? Acho que três ou quatro.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Para a audiência pública, cinco.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Cinco.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu quero, Presidente, poder indicar, através de *e-mail*, para a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A questão é que essa indicação de audiência pública é de aprovação do Pleno do Conselho, a não ser que não seja no próximo mês – deve ser no outro mês, então.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone*.) – Pode ser no último mês. Já postergou.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – O ideal, Presidente, seria que fosse neste mês, mas também pode ficar para o próximo mês de julho; para uma audiência pública no mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É, quer dizer, a indicação tem que ser voto pelo Pleno.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, o que quero dizer para V. Exª é o seguinte: apesar de estar dentro do contexto, na pauta, eu não trouxe os nomes em função de que existiria uma Comissão que iria dar uma garimpada em tudo e iria mandar a proposta. Isso não aconteceu, é só isso, mas não tem problema, se quer fazer essa próxima reunião, dê-me 24 horas para indicar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Bem, podemos fazer o seguinte: é o fato, então...

Pois não, Walter, Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Acho, Presidente, como o tema do 700 é mais urgente, sem prejuízo ao da Voz do Brasil, que é muito importante, muito relevante, poderíamos fazer os convites para o 700 e, na próxima reunião, deliberamos os nomes para julho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim, deixamos, então, Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos apresentarem na próxima reunião do Pleno suas sugestões de nomes...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu queria ouvir o Conselheiro Ceneviva.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Apresentam, depois, aqui, para, em julho, fazermos audiência pública. Pode ser assim? Podemos prorrogar por mais meia hora esta nossa reunião, pois já se passaram três horas regulamentares? Façamos mais, pelo menos, meia hora.

Então, podemos esperar a próxima reunião nossa para que a Comissão traga os nomes e seja aprovado pelo Pleno.

A sugestão é que a próxima reunião nossa seja uma apresentação da questão dos 700 Mhz. Isso me parece que foi unanimemente aprovado...

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone*.) – Só faltava tirar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Exatamente. Uma Comissão de Relatoria.

Acho que a Drª Liliana é uma que está, obviamente, nessa Comissão, mais duas pessoas de outras representações, Nascimento e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A Liliana não pode porque é Suplente?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Ah é verdade, sou Suplente. Se é Comissão do Pleno, não posso, mas ajudo o Roberto Franco.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, desculpe, só uma questão. Neste momento, tenho dúvidas se seria o caso de uma Comissão de Relatoria. Não seria mais adequado fazermos um convite para o representante da Anatel vir fazer a exposição sobre os testes e, aí, convidaremos também um represente da sociedade de engenharia e um representante das empresas de telecomunicações?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Seria uma comunicação?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Exatamente, um convite, e, aí, depois dessa exposição, avaliaríamos se seria o caso de uma Comissão de Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Anatel, a Set e...

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – E o SindiTelebrasil, que foram os que participaram.do...

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – A outra vez, não é?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – ...dos teste.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, em vez de ter uma Comissão de Relatoria, convidar as três entidades para vir falar aqui, e, aí, todo mundo debate esse assunto.

Podemos deixar assim?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, o senhor poderia especificar para deixar registrado quais são as pessoas, Daniel?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, acho que o convite deveria ser encaminhado ao Presidente da Anatel, e, aí, ele designa alguém da área e há a responsabilidade pelo técnico...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) –Sim, segundo.

O SR DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - ...o Presidente da Set, que é o Sr. Olímpio Franco, e o Presidente do SindiTelebrasil, Dr. Eduardo Levy, E, aí, eventualmente, se tiverem pessoas mais apropriadas, eles indicam na resposta do ofício.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, não é bem uma audiência pública, é um convite para uma comunicação.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ (*Fora do microfone*.) – Não é uma audiência?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É um convite para um debate.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Uma oitiva, não é?

Os Conselheiros que ainda estamos, concordamos?

Está muito bem.

Então, nossa próxima reunião dia 2 de junho. Há, de manhã, três reuniões de Comissões, e, à tarde, temos essa oitiva e tem ainda o terceiro item de hoje, se quiser deixar para a próxima reunião, depende, que ficou... Conselheiro Nascimento Silva solicitou que fosse incluída na pauta dessa reunião a leitura de uma manifestação do Sindicato dos Radialistas de Brasília.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu gostaria de adiar, em função da ausência dos demais Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Fica para a próxima reunião de 2 de junho.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Apesar das várias e várias...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) –Creio que podemos deixar, então, para a próxima reunião; sem dúvida que podemos fazer com mais vagar, não é?

Os relatórios do andamento dos trabalhos das Comissões a serem proferidos pelos Coordenadores também, em vez de fazer nesta reunião, porque já não há mais tempo, podemos transferir para a próxima reunião. Cada coordenador de Comissão fará o andamento da sua Comissão.

A SRª WRANA PANIZZI – Vai ser importante porque vai haver três comissões em que teremos reuniões. Acho que a gente vai... Esperamos avançar bastante e a gente, de fato, já pode ir fechando os dois anos, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Exatamente.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O senhor quer um relatório já para a próxima reunião? É isso?

A SRª WRANA PANIZZI – Para esse documento geral.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Do andamento. De como está o andamento de cada comissão. Claro que se alguma comissão já fechou toda a questão, poderá trazer o relatório final; se não, o da atual situação. Também esse assunto passa para a próxima reunião.

Só retomando. No próximo dia 2 de junho temos, então, três reuniões de Comissão, de manhã, às 9h, às 10h e às 11h. Às 14h teremos a reunião do nosso Conselho tendo uma oitiva sobre a questão dos 700 Megahertz e depois os demais assuntos, como a questão do relatório, da manifestação do Nascimento sobre a EBC e sobre o relatório das comissões.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, só uma sugestão de pauta, uma questão de ordem.

Como nós temos alguns itens remanescentes dessa reunião que são simples, que eles antecedam o convite para o debate. Aí a gente conseguirá fazer a análise da proposta do Nascimento, definir a questão da Voz do Brasil, definir os outros pontos, o relatório das comissões. Acho que no máximo em 30 minutos a gente faz tudo. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Podemos marcar a oitiva para às 15h. A nossa reunião para às 14h e a oitiva para às 15h. Pode ser?

Há alguma coisa relevante que temos ainda para ser colocada?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Estava só aguardando este momento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A Wrana já está em pé ali.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Estou atrasado. Provavelmente vou perder o voo e pagar do meu bolso a diferença. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Estamos com dez minutos só de atraso.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Mas quando venho para cá, eu venho para cá de verdade.

A minha manifestação, Sr. Presidente, é sobre as mudanças para a nossa participação aqui. Então, gostaria que fosse pautado, para a próxima reunião, esse absurdo que eu, particularmente, entendo que seja a

mudança dos critérios que a administração desta Casa – não do nosso *staff* – está impondo a nós. É uma coisa extremamente absurda que eles não impõem a eles, Senadores. É essa questão de o Conselheiro que estiver aqui em Brasília ter de arcar com a alimentação dele, com a vinda dele para cá. É extremamente absurdo. Não nos consultaram sobre essa mudança. Acho uma falta de respeito. Acho que o senhor poderia assumir esse papel de entrar em contato e saber de que forma essa mudança pode ser ainda alterada ou de que forma ela pode ser melhorada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Já é o caso para se pedir uma carta ao Presidente do Senado ou você quer discutir o assunto na próxima reunião?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Acho que muita gente não sabe nem como vai ser, porque está todo muito meio perdido. Para não ser deselegante, acho que o Pleno deveria abordar o assunto. De repente, minha proposta não segue.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Um outro assunto para a próxima reunião também.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sem problemas. Na reunião vamos discutir o assunto. Muito bem, creio que hoje...

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Sugiro que se encaminhe a ata onde constará essa manifestação do Nascimento ao Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim. Para que seja esclarecido.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eles têm um tratamento. O mesmo tratamento se diferencia para nós?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Creio que se pode. É uma coisa administrativa, não é bem uma questão do Conselho enquanto tal. Nós encaminharemos a ata e depois o próprio Presidente do Senado poderá esclarecer com uma outra carta com relação a isso, sem precisar discutir o assunto, já que isso é uma questão administrativa.

O SR. NASCIMENTO SILVA – E assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois será enviada uma carta com essa sua manifestação para o Presidente do Senado.

Dia Nacional das Comunicações e, ao mesmo tempo, a semana em que comemoramos o Dia da Liberdade de Imprensa. Acho que nós comemoramos muito bem. Estamos todos de parabéns pelo dia de hoje, pelos trabalhos realizados, pelas questões discutidas neste breve espaço de tempo da tarde, fora o que se trabalhou de manhã. Agradeço a todos a participação.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);
2. Ofício 134/2014-SPR/PR-Anatel (01folha).
3. Notas sobre a Faixa 700MHz (2 folhas);
4. Ofício 011/2014 Conselho Curador (12 folhas); e
5. Ofício 136/2014-PRRE/PR-Anatel (54 folhas).

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014, EM 5 DE MAIO DE 2014, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA

Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		DANIEL PIMENTEL SLAVIERO	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	COMUNICADO DE AUSÊNCIA	LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas	COMUNICADO DE AUSÊNCIA	MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		VAGO[1]	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		MÁRIO MARCELO	
LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		PEDRO PABLO LAZZARINI	
MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil	COMUNICADO DE AUSÊNCIA	WRANA PANIZZI	
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		VAGO[2]	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VITOR CASTIEL)	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		LEONARDO PETRELLI	

VISTO: _____, em 5 de maio de 2014.
Presidente

1 Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
2 Vago em virtude de renúncia do Conselheiro Suplente Juca Ferreira, ocorrida em 12.03.2013

Ofício nº 134/2014 – SPR/PR – Anatel

Brasília, 11 de abril de 2014.

Ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Conselho de Comunicação Social
Praça dos Três Poderes - Senado Federal, Anexo II, Térreo
70.165-900 - Brasília - DF

Assunto: **Planejamento Estratégico da Anatel.**

Senhor Arcebispo,

1. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciou, em outubro de 2013, um amplo processo de revisão de sua estratégia, com vistas a aprimorar a efetividade e a eficiência de sua atuação no setor de telecomunicações. Previsto para se encerrar no segundo semestre deste ano, esse processo de Planejamento Estratégico integra as ações decorrentes da reestruturação organizacional por que passou a Agência em maio de 2013.

2. Na etapa atual, para que aprimoremos nossa atuação, é essencial incorporar a essa reflexão as visões externas, como, por exemplo, a avaliação de desempenho do setor e a dimensão das ações da Anatel que agregam valor à sociedade. Assim, a Anatel pretende dialogar com líderes e atores de entidades públicas e privadas que, ao acompanharem de perto o setor de telecomunicações, podem contribuir na construção de um Plano Estratégico norteador de uma gestão orientada a resultados.

3. Nesse sentido, solicitamos sua contribuição nesta etapa do processo de Planejamento Estratégico, por meio da **participação em reunião com o Conselho Diretor da Anatel, a ser realizada no dia 06 de maio (terça-feira),** às 14h30, na sede da Agência, em Brasília-DF, para discutir as "oportunidades e desafios do setor de telecomunicações para os próximos 10 anos".

4. Finalmente, agradecemos desde já a sua colaboração e pedimos a gentileza da confirmação de presença até o dia 22/04/2014, via mensagem eletrônica para PRPE@anatel.gov.br. Por meio desse endereço eletrônico ou do telefone (61) 2312-2041 permanecemos à disposição para prestar as informações adicionais necessárias.

Acesso na Secop
em 22/04/2014 - 17h02
Walmir Andrade
Técnico Legislativo
Mat.: 255765

Atenciosamente,

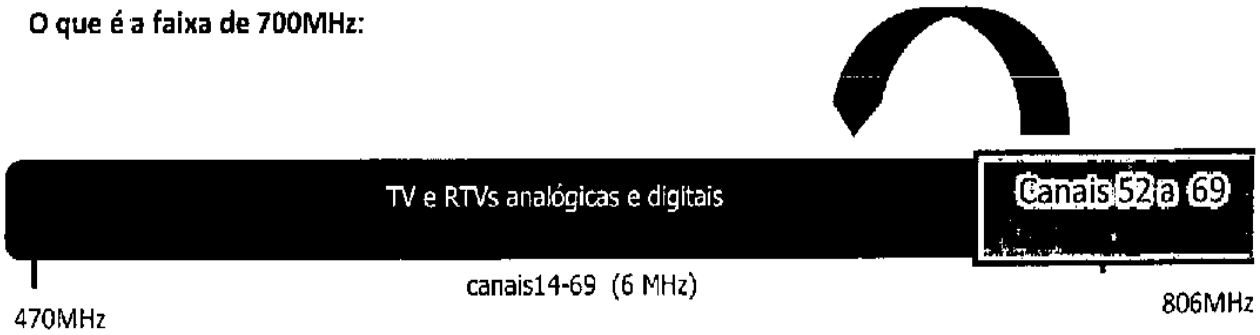
JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Conectando a Anatel ao futuro

Notas sobre a Faixa 700MHz

por Liliana Nakonechnyj, em 5 de maio de 2014

O que é a faixa de 700MHz:



Os canais 2 a 13 de TV operam em faixa de frequências de VHF e os canais 14 a 69 operam em faixa de UHF - frequências 470 a 806MHz.

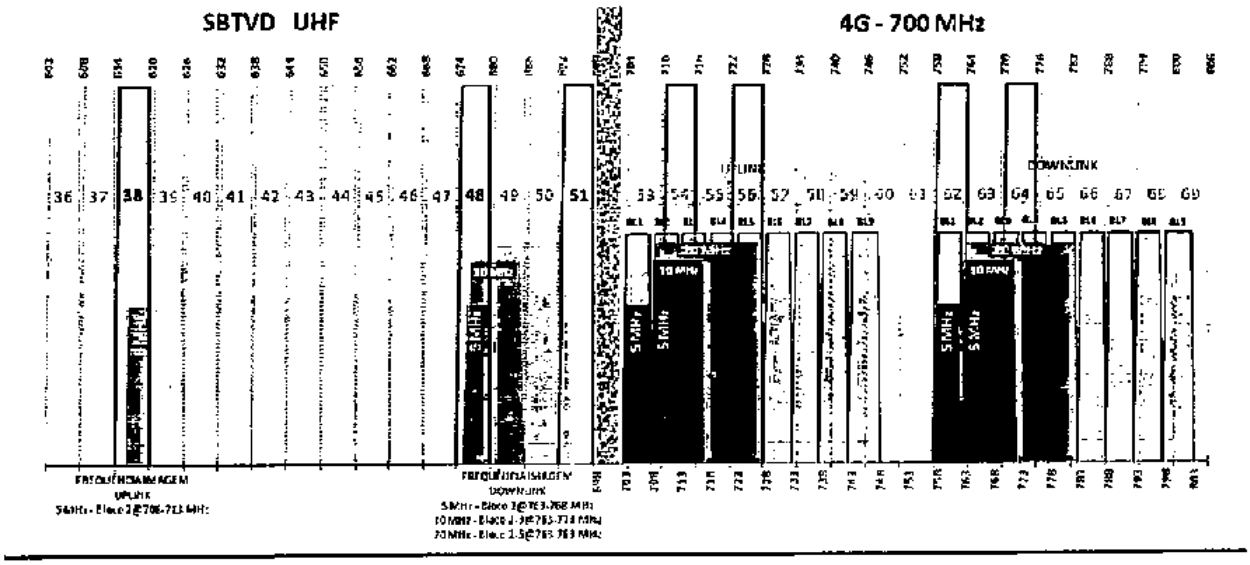
A faixa mais baixa de VHF (canais 2 a 6), é muito prejudicada nas cidades, uma vez que sofre interferências diversas, como as provindas de motores e da rede elétrica, e não foi previsto seu uso para TV digital, no Brasil.

Já a faixa de UHF, muito mais " limpa" relativamente a tais ruídos, oferece excelentes condições para serviços de comunicação – sejam eles de radiodifusão ou serviços de telecomunicações que precisem de mobilidade, como a banda larga móvel de quarta geração (4G).

A TV digital começou em UHF , ocupando espaços vagos entre canais analógicos previamente existentes. Nas principais metrópoles e no interior do Estado de São Paulo, a faixa de 470 a 806MHz está completamente tomada por TV analógica e digital.

A chamada faixa de 700MHz é a delimitada pelas frequências 698 e 806MHz, atualmente usada pelos canais 52 a 69 de TV. Para que ela passe a oferecer comunicações de banda larga 4G, ela precisa ser " limpa" de canais de TV. Para tanto, nas áreas mais congestionadas do país há primeiro que apagar os canais analógicos, abrindo espaço para o remanejamento dos canais que funcionam entre o 52 e o 69 para os canais 14 a 51 e 7 a 13. O plano de remanejamento, ou seja, de para onde vão migrar os canais altos, já foi feito pela ANATEL.

Proposta da ANATEL para ocupação da faixa de 700MHz



Por que a dificuldade de convivência de TV e 4G/LTE em faixas adjacentes:

Se a implantação do 4G/LTE não for feita cuidadosamente, as pessoas poderão ter tanto um serviço de banda larga 4G de baixa qualidade, que funcione de forma intermitente, como ficar privadas de captar gratuitamente sinais de TV e somente continuarão vendo TV as que puderem tornar-se assinantes de TV paga.

Os mais de 100 milhões de televisores existentes nas residências brasileiras sintonizam toda a faixa de UHF – entre os canais 14 e 69. Qualquer serviço operado nesse espaço que não seja o de TV entra como ruído nos televisores e, dependendo das condições, causa interferências prejudiciais, que são quadriculados, congelamentos ou falta total de imagem na tela de TV.

As condições da nova ocupação da faixa influem diretamente na dimensão das interferências entre os serviços. São elas: largura da banda de guarda (=espaço entre serviços), largura dos blocos do 4G (5MHz, 10MHz ou 20MHz), potências de transmissão das ERBs e dos aparelhos celulares, emissão fora de faixa das ERBs e dos telefones (= vazamento para fora do canal alocado). Também influem outros fatores, como a distância que separa as antenas de recepção de TV das ERBs e dos telefones 4G, as diferentes arquiteturas eletrônicas dos televisores e os tipos de antena de recepção de TV utilizados, se internas ou externas, se amplificadas ou não.

Na ocupação prevista pela ANATEL, telefones 4G funcionarão em frequências próximas dos canais de TV, dentro das casas, ou seja, próximo às antenas internas de TV e aos televisores. Além disso, o Serviço de Segurança Pública, cujas condições de operação

ainda não são conhecidas, mas que em geral precisam de rádios mais potentes, fica colocado entre os canais de TV e o serviço comercial de banda larga 4G.

Consultas Públicas da ANATEL em andamento, de 2 de maio a 3 de junho de 2014.

. CP 18- Proposta Regulamento de Condições de Convivência entre TV Digital operando de 470 a 698MHz e Banda Larga operando entre 698 e 806MHz.

Foram publicados também os resultados dos testes de convivência conduzidos pela ANATEL, em conjunto com setores envolvidos, no INATEL e em Pirenópolis

. CP19- Proposta de Edital de Licitação para uso da faixa de 700MHz para oferta de Banda Larga Móvel.

Principais preocupações SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão

Desde já, a SET deseja parabenizar a ANATEL por sua proposta de viabilizar, através do leilão, a doação de conversores digitais ao universo do Bolsa Família e a doação de um filtro para cada uma das demais famílias que fazem parte do Cadastro Único, adicionalmente colocando à disposição um *call center* para tirar dúvidas sobre sua instalação. É certamente a manifestação de atenção aos menos favorecidos.

Entretanto, engenheiros da SET analisaram tecnicamente a convivência entre a TV digital e o 4G/LTE nas condições propostas, através de testes laboratoriais no Instituto Mackenzie em 2013, com sete meses de duração, e também através de participação nos testes conduzidos pela ANATEL em 2014, e identificaram:

. Haverá que colocar filtros na entrada dos televisores, mas a mitigação às interferências não se resume a filtros, demandando também a troca de muitas antenas e a reinstalação de outras, tanto externas como internas.

. As recepções com antena interna serão as mais afetadas – em muitos casos, a pessoa que usa antena interna precisará escolher entre navegar em seu terminal 4G ou ver TV; muitas antenas internas precisarão ser substituídas por antenas externas, enfrentando obstáculos de ordem prática, especialmente em prédios.

OBS: A recepção com antena interna é a forma escolhida para assistir TV por grande percentual de brasileiros, o que não ocorre em outros países – ex: na Grande SP, pesquisa recente do IBOPE aponta que 1/4 dos domicílios só têm antena interna para ver TV, e muitos outros usam antenas internas para o segundo televisor; um dos

motivadores da construção do SBTVD com a modulação ISDB-T foi o fato de ser robusta o suficiente para permitir, em muitos casos, a recepção com antena interna

. As medidas de mitigação necessárias implicam em conhecimento técnico para verificar, caso-a-caso, a necessidade de instalar filtros não somente na entrada do televisor, mas também entre antenas e amplificadores, trocar antenas internas por externas, reinstalar antenas externas para que não fiquem alinhadas aos apontamentos das ERBs.

. Nem os testes que ocorreram e nem suas análises foram abrangentes ou ponderadas o suficiente para assegurar que todas as situações estão consideradas.

. Não foram discutidas e nem testadas as condições de convivência entre o do Serviço de Segurança Pública e a televisão, cuja importância em crises ou catástrofes se avoluma, ocasiões em que também a recepção de TV aberta é fundamental para ajudar a população – e será muito prejudicial a todos se, nessas ocasiões, houver descontinuidades em um dos dois ou em ambos os serviços.

Conclusão

A introdução de serviços de banda larga de quarta geração será de enorme valia para a população brasileira e a faixa de 700MHz poderá viabilizar serviços melhores e mais baratos, sendo sua introdução bem planejada. Será também muito benéfica à população brasileira a agilização do acesso da parcela menos favorecida à TV digital.

Entretanto, a tomada precipitada de decisões pode trazer um enorme prejuízo à população, em especial aos menos favorecidos, se privados da TV aberta - serviço de Comunicação Social fundamental para suas vidas, provido por emissoras privadas e, crescentemente, pelas públicas. Também o acesso a notícias e até o socorro durante épocas de crise ou catástrofes poderá ficar absolutamente comprometido, caso não seja planejada corretamente a introdução do Serviço de Segurança Pública em banda larga.

Levando em conta os estudos que estamos conduzindo na SET, concluo que as condições de convivência entre a TV digital e os serviços de quarta geração em 700MHz ainda não estão suficientemente claras para que sejam leiloadas as frequências, até considerando que, após a devida análise, é possível que se conclua por alterações significativas nas condições propostas de ocupação da faixa.

Ofício n.º. 011/2014
Conselho Curador

Brasília, 17 de abril de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
Rodrigo Cagiano Barbosa
Secretário do Conselho de Comunicação Social

Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezado Secretário,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue ata com deliberações da Reunião Extraordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, realizada no dia 12 de março de 2014 na cidade de Brasilia. A presente ata foi aprovada durante a 50º Reunião Ordinária, realizada no último dia 16 de abril em Brasília.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente do Conselho Curador da EBC

Recebido em 10/4/16 de 22/4/2014
Daniel Delgado
Analista Legislativo

Empresa Brasil de Comunicação

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
[illegible]
www.ebc.com.br

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E QUATORZE, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO

CNPJ No 09.168704/0001-42 NIRE No 53.5.0000348-7

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ana Luiza Fleck Saibro** (Presidenta); **Rita Freire** (Vice-Presidente); **Thomas Trauman** (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social); **Mônica Gardelli Franco** (Representante do Ministério da Educação); **Ana Maria da Conceição Veloso; Eliane Pereira Gonçalves; João Jorge Santos Rodrigues; Mário Augusto Jakobskind; Paulo Ramos Derengoski; Sueli Navarro Garcia; Rosane Maria Bertotti; Cláudio Lembo; Wagner Tiso; Daniel Aarão Reis; Ima Guimarães Vieira; Takashi Tome; Heloisa Starling; José Antonio Fernandes Martins; Murilo Cesar Oliveira Ramos; Nelson Breve**, na qualidade de Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação; **Eduardo Castro** (Diretor Geral), **Rogério Brandão** (Diretor de Produção), **Ricardo Soares** (Diretor de Conteúdo e Programação), **Nereide Beirão** (Diretora de Jornalismo), **Sylvio Andrade**, (Diretor Vice-Presidente) e ainda de **Joseti Marques** (Ouvidora Geral) , **Silvia Sardinha**, Secretaria Executiva, e **Edgard Ruffatto**, Gerente de Educação Corporativa da EBC. Justificou sua ausência a conselheira Maria da Penha Fernandes. A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: 1. Abertura, leitura e aprovação da Pauta da Reunião; 2. Leitura e aprovação da Ata da 49ª Reunião Ordinária; 3. Apresentação e deliberação do Plano de Trabalho EBC 2014 revisado; 4. Relatório da Ouvidoria; 5. Audiência Pública do Conselho Curador 1º Semestre; 6. Capacitação dos Empregados; 7. Informes do Conselho; 8. Informes da Diretoria da EBC; 9. Outros

assuntos. **ABERTURA: 1.** A Presidenta do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, **Ana Luiza Fleck Saibro** iniciou a Reunião Extraordinária agradecendo a presença de todos e lembrando que a reunião estava sendo transmitida pela internet no seguinte endereço: www.consehocurador.ebc.com.br/tramissaoaovivo. **2.** Saúda os internautas e questiona os conselheiros se há alguma observação com relação a aprovação à Ata da reunião anterior, de numero 49. A ata foi aprovada com as ressalvas da Ouvidora-Geral **Joseti Marques**, que solicitou que ficasse explícito na ata da referida reunião que a conselheira **Eliane Gonçalves** fez um rápido comentário sobre a possibilidade do cargo de Ouvidor-Geral ser ocupado por um empregado do quadro efetivo da empresa, mas após amplo debate sobre o assunto no Conselho, votou contrária a esta proposição, optando pela opção de que o cargo de ouvidor precisa ser ocupado por empregados de fora do quadro da empresa. **3.** Em seguida a presidenta, **Ana Luiza Fleck Saibro,** passa para o ponto de pauta principal da reunião, que é a deliberação do Plano de Trabalho 2014 que foi revisado pela direção da EBC por deliberação do Conselho Curador. A presidenta solicita ao Diretor Geral, **Eduardo Castro**, que faça uma breve introdução do documento. O Diretor Geral explica que para a revisão do Plano de Trabalho foram feitas etapas de discussão à partir das sugestões dos conselheiros que reuniram todas as área da empresa para reeditar o documento. Por fim, explica que o objetivo para este ano é fazer esta discussão sobre o Plano de Trabalho de 2015 já no primeiro semestre de 2014, envolvendo os gestores de cada área também os empregados da empresa, para que a direção da EBC cumpra a resolução do Conselho Curador de que o Plano de Trabalho seja entregue até 15 dias antes da última reunião do colegiado do ano. A presidenta, **Ana Luiza Fleck Saibro** agradeceu a apresentação e abriu inscrições para os conselheiros se posicionarem sobre o Plano de Trabalho. O conselheiro **Paulo Derengoski** parabenizou a empresa pelas melhorias feitas ao Plano após a deliberação do Conselho Curador e, por isso, se posicionou favorável à aprovação do documento pelo Conselho Curador. Em seguida, o conselheiro **Takashi Tome** também se posiciona favorável à aprovação do Plano de Trabalho, mas observou que o Plano poderia ter informações mais atualizadas sobre o Operador Nacional de Rede Pública, e questiona sobre a Torre de TV Digital, onde o Plano diz que será a primeira vez na história que uma mesma antena será compartilhada por todas as emissoras, afirmando que a Torre de TV de Brasília já faria este serviço. O Diretor-Presidente, Nelson Breve, explica que será a primeira vez que uma mesma antena será compartilhada por

cinco emissoras privadas e uma pública, enquanto na Torre de TV as emissoras usavam somente a mesma estrutura física da torre. O conselheiro **Takashi Tome** agradece e sente contemplado pela explicação. Em seguida, o conselheiro **Daniel Aarão** também se posiciona favorável à aprovação do Plano e reforça a importância do Conselho Curador ter feito as sugestões ao documento, que, por isso, se tornou mais completo, e afirma que acha importante que agora o colegiado irá analisar o Plano de 2015 em sua última reunião do ano de 2014, o que cria uma agenda mais positiva para discussão sobre o documento. Em seguida a conselheira **Rosane Bertotti** afirma que achou importante o processo envolvendo a revisão do Plano de Trabalho tanto para a Direção, que inclui as sugestões do Conselho, quanto para os conselheiros, que passaram a entender melhor o documento. A conselheira afirma que foi importante a criação do Grupo de Trabalho de Monitoramento do Plano de Trabalho da EBC, pois dessa forma foi possível fazer um debate coletivo mais aprofundado sobre o documento e chama a atenção para que o Conselho pense formas objetivas de fiscalizar o cumprimento do Plano de Trabalho ao longo do ano e sugere uma ferramenta virtual para que os conselheiros acompanharem em tempo real o cumprimento dos projetos do Plano. A conselheira também chama a atenção para a transparência na instalação dos escritórios regionais da EBC que vão coordenar a disponibilização de recursos para a produção regional, em parceria com a Ancine, e que eles sejam instalados o mais breve possível. Por fim, a conselheira **Rosane Bertotti** também afirma ser a favor da aprovação do Plano de Trabalho. Em seguida a conselheira **Eliane Gonçalves** afirma que também notou melhorias após a revisão do Plano de Trabalho, mas chama a atenção para que as diferenças de orçamentos entre os programas da TV Brasil fossem ainda melhor explicadas e detalhadas para garantir maior transparência a todo o processo. A conselheira sugere que nos próximos Planos de Trabalho a empresa detalhe quais são os orçamentos dos programas de produção própria da EBC para o Conselho Curador ter uma noção mais ampla sobre o retorno de investimento entre programas de produção externa e interna. Antes de passar a palavra a presidenta, **Ana Luiza Fleck Saibro**, pede para a direção explicar melhor sobre como vai funcionar as pesquisas qualitativas sobre a programação dos canais da EBC e sugere que a Ouvidoria e os conselheiros tenham acesso às metodologias que serão feitas para a pesquisa e que sejam integrados procedimentos semelhantes que estiverem sendo realizados sobre a programação. Em seguida, a conselheira **Ana Veloso** afirma que também percebeu as melhorias do novo Plano e sugere que as

pesquisas qualitativas também contemplem à programação das Rádios EBC. Sobre o tema acessibilidade, a conselheira parabeniza a quantidade de horas com legenda-oculta da TV Brasil que a empresa disponibiliza, mas questiona por que não existem mais programas com tradução simultânea para libras e diz que considera importante a EBC fazer este investimento além de prever este quesito como um critério obrigatório nos próximos licenciamentos e produções que envolverem o Banco de Projetos. A conselheira também sugere que fosse melhor explicitado no Plano de Trabalho a Escola Nacional de Comunicação Pública, que está sendo construída pela EBC em parceria com a UNESCO. O Diretor de Produção, Rogério Brandão, explica que em relação aos recursos de acessibilidade na programação da TV Brasil, o ideal seria investimentos específicos em aplicativos para a camada de transmissão e programação, com serviços que podem cobrir a grade de maneira padronizada durante 24 horas nos 7 dias da semana, já que envolver as produções independentes neste conceito impactará os orçamentos das produções. Em relação ao aumento da tradução de libras da programação, o Diretor afirma que num futuro próximo a empresa terá que ter uma equipe própria mais abrangente para inserir a tradução em libras em todos os programas. O Diretor-Presidente, **Nelson Breve**, disse que a Direção vem trabalhando para tentar garantir que todos os contratos com produtores independentes contemplem a necessidade dos produtos terem tradução em libras. O Diretor-Geral, **Eduardo Castro**, explicou que existe uma intenção da EBC em contratar um serviço para que seja criado na programação da TV Brasil Digital um sistema de escolha de janelas onde o telespectador pode optar se quer ou não que apareça na tela da televisão o box com a tradução em libras. Em seguida, a presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** passou a palavra para o ministro da Secretaria de Comunicação Social, **Thomas Trauman**, que pediu desculpas pelo atraso e apresentou a "*Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*", feita pela Secom. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** pediu que primeiro fosse esgotado o debate sobre o Plano de Trabalho 2014 e que depois o ministro fizesse a análise detalhada da pesquisa. O ministro **Thomas Trauman** disse que infelizmente tinha um compromisso urgente e que precisaria sair, mas que sua Chefe de Gabinete, Regina Silvério, lhe representaria. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** agradeceu ao ministro e deus boas vindas à Regina. Em seguida, a conselheira **Rita Freire** começou suas considerações sobre o Plano de Trabalho elogiando a revisão do documento e a inserção de uma cartilha para explicação das formas de participação da

sociedade dentro da EBC. E sugere que ela seja publicada até julho, para contemplar as ações relacionadas à parceria de produção independente e regional prevista com a Ancine. A conselheira também afirma que seria importante o Conselho Curador ser informado do resultado das reuniões com a Rede Nacional de Comunicação Pública sobre orientações para a cobertura das eleições deste ano. A conselheira **Eliane Gonçalves** complementa dizendo que é fundamental a EBC fazer parcerias com a RNCP priorizando emissoras públicas que tenham controle social, práticas de transparência e que tenham modelos de governança pública tais como o da EBC. O conselheiro **José Antonio Martins** pede a palavra e diz que fundamental é que o Conselho Curador tenha controle sobre os projetos do Plano de Trabalho, para monitorar as metas que estão sendo propostas no documento. A conselheira **Ima Vieira** afirma que, no sentido de buscar uma forma do Conselho Curador monitorar o cumprimento dos projetos contidos no Plano de Trabalho, seria fundamental a EBC disponibilizar uma plataforma digital on-line para os conselheiros acompanharem em tempo real as etapas de realização de cada projeto. O Diretor Presidente da EBC, **Nelson Breve**, afirmou que existe uma plataforma que já vem sendo usada pela EBC para monitoramento interno dos projetos e que se não for necessário maiores customizações do sistema ele poderia ser usado pelos conselheiros. Em seguida a conselheira **Rita Freire** lembra que o mês de março é o mês de comemoração ao Dia da Mulher e sugere que a EBC adote como ferramenta para a garantia de equidade de Gênero tanto na gestão quanto no conteúdo produzido de uma cartilha da UNESCO chamada "Guia de Indicadores para Sensibilidade de Gênero" e propõe que a utilização da cartilha seja um adendo ao Plano de Trabalho. O Diretor-Presidente da EBC, **Nelson Breve**, concorda com a sugestão da conselheira. O Diretor-Presidente da EBC fala também sobre um ponto levantado pela conselheira **Eliane Gonçalves** sobre fomento evolvendo a Rede Nacional de Comunicação Pública e explica que existem duas questões sobre o tema em andamento que tem ligação indireta com a EBC; a primeira é uma portaria do Ministério das Comunicações que deve apoiar a ampliação da infra-estrutura das redes estaduais das emissoras educativas, onde a EBC poderá fazer a solicitação de um canal que ainda não esteja no Plano Básico de TV por assinatura, por exemplo, desde que seja para uma emissora que tenha Conselho Curador ou algum órgão de controle social; a segunda questão é a minuta da proposta de regulamentação da distribuição dos recursos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública que está na Casa Civil, que tem uma proposta

explícita de parte dos recursos que serão distribuídos para TVs Comunitárias, Educativas, Canal Cidadania e Rádios Comunitárias, também colocando como condição o grau de controle social das emissoras. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** coloca então o Plano de Trabalho 2014 em votação e ele é aprovado por unanimidade pelo Conselho Curador. Em seguida, a conselheira **Ana Veloso** afirma que é importante a EBC ter maior presença de mulheres nos programas da faixa de reflexão da TV Brasil. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** passa então a palavra para a Vice-Presidenta, **Rita Freire**, fazer a análise do Plano Editorial da Agencia Brasil. A Vice-Presidenta explica que na noite anterior houve uma reunião da Câmara Temática de Jornalismo e Esportes com a Diretora de Jornalismo, **Nereide Beirão**, para análise deste documento e que a reunião foi muito produtiva pois foi possível esplicar como foi feita a produção do Plano Editorial e tirar as dúvidas dos conselheiros a respeito do documento. A recomendação da Câmara Temática foi que a Agência Brasil precisa ter melhor definido o seu posicionamento estratégico com relação a que tipo de jornalismo investigativo será feito, com que enfoque a ABr deve tratar polítcas públicas e como será a sua atuação junto ao Poder Executivo. A Câmara Temática espera que esta dicussão seja feita no Segundo Seminário de Diretrizes de Conteúdos, previsto para o segundo semestre de 2014 e que ainda este ano seja aprovado o Comitê Editorial de Jornalismo, previsto no Manual de Jornalismo da EBC. A íntegra do Plano Editorial da Agência Brasil pode ser vista anexa nessa ata. A Diretora de Jornalismo, **Nereide Beirão**, disse que a reunião com a Câmara Temática foi muito boa e que irá levar em consideração as sugestões feitas pelos conselheiros e encaminhar uma versão final do Plano Editorial para o colegiado assim que concluído. O conselheiro **Paulo Derengoski** lembrou da importância da Agência Brasil para veículos do interior do país, onde a informação feita pela EBC impacta positivamente na formação dos cidadãos. Em seguida a Diretora de Jornalismo, **Nereide Beirão**, comentou que entregou aos conselheiros um minuta de cobertura das Eleições 2014, da Copa do Mundo e dos 50 Anos do Golpe Militar, mas que todas elas ainda vão ser aprimoradas até a realização dos eventos. A conselheira **Heloísa Starling** sugeriu que todos os candidatos à Presidência da República fossem entrevistados pelo jornalismo da EBC. Em seguida, o conselheiro **Cláudio Lembo** perguntou sobre a substituição do programa Roda Viva por um programa de entrevistas feito pela própria EBC. O Diretor Geral, **Eduardo Castro**, explicou que a EBC atualmente paga pelos direitos de transmissão do programa Roda Viva, e que

para renovação do contrato de exibição, ao invés de pagar, sugeriu trocar conteúdos com a TV Cultura, oferecendo o novo programa de entrevistas da TV Brasil, o "Espaço Público", mas que a TV Cultura não aceitou a proposta, e que sendo assim, a EBC será obrigada a deixar de pagar para transmitir o Roda Viva o que causará a não renovação do contrato de exibição, transmitindo no lugar, à partir de abril, o programa de produção próprio "Espaço Público". O conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** elogiou a posição da EBC no caso. **5.** A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** pediu licença para ir ireto a pauta número 5 da reunião que é a definição do tema e do local da Audiência Pública do Conselho Curador para o primeiro semestre. Todos concordaram com a sugestão da Secretaria Executiva do Conselho Curador e da presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** de realizar a audiência pública dia 13 de maio, em São Paulo, seguida da reunião do colegiado no dia 14, também na cidade de São Paulo. O tema da audiência pública ficou definido em: "A cobertura das eleições pela mídia pública: como a EBC pode conduzir este tema?". **3.** Voltando a pauta sobre os Planos Editoriais de Cobertura, a conselheira **Eliane Gonçalves** lembra que o nome Espaço Público já é utilizado pelos empregados da EBC em São Paulo para o núcleo de estudos e debates dos trabalhadores da empresa sobre a comunicação pública. Em seguida, a conselheira faz algumas observações sobre os Planos Editoriais que seguem anexas nesta ata. Em seguida, a presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** coloca o Plano Editorial da Agência Brasil em votação e ele é aprovado pela maioria do colegiado. No intervalo da reunião, o Conselho Curador exibe o especial feito pelo Portal EBC e pelas Rádios EBC sobre o maestro Villa Lobos. **4.** Ao retronar do cofeee-break, a presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** passa a palavra para a Ouvidora-Geral da EBC, **Joseti Marques**. A ouvidora fez uma apresentação de seu currículo e de sua experiência profissional como forma de atender a recomendação de perfil para o cargo sugerida pelo Conselho Curador. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** parabeniza a ouvidora pela apresetação e sugere que seja feita uma mudança na metodologia de apresentação dos relatórios, como forma de deixar mais dinâmica as apresentações. A Ouvidora-Geral da EBC, **Joseti Marques**, concordou com a presidenta e disse que já acatou as sugestões no relatório bimestral de Janeiro-Favereiro de 2014, dando ênfase inicial às análises qualitativas, para depois se ater às análsies quantitativas. A ouvidora sugere que seja entreque ao Conselho Curador mensalmente o Relatório de Atividades, e não bimestralmente como vem sendo feito. O Diretor-Presidente, Nelson Breve, sugeriu que o relatório enviado aos conselheiros pode ser mensal, e

que a depender da periodicidade das reuniões do Conselho, o documento também seja apresentado presencialmente ao colegiado. Em seguida, o conselheiro **Murilo César Ramos** chama a atenção sobre o programa "Público na TV", onde analisa que a presença do público no debate com os apresentadores não é uma prioridade percebida por ele nas exibições, mas sim, uma discussão sobre comunicação pública, uma espécie de "Ver TV" sobre comunicação pública. A Ouvidora Geral, **Joseti Marques,** concorda com a análise do conselheiro, mas explica que a intenção do programa é de fato ter um duplicidade que o título propunha, que é a questão de o público como a audiência na TV, mas também trazer para o debate a concepção pública da comunicação. **6.** A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** passa então para o próximo ponto da pauta que é a "Capacitação dos Empregados" e passa a palavra para **Edgard Ruffatto,** Gerente de Educação Corporativa da EBCque explica que a EBC disponibiliza duas formas de aperfeiçoamento dos quadros: o desenvolvimento interno, por meio de cursos internos presenciais e via web, além de eventos; e as parcerias para educação, que acontecem via mecanismos como contratações de capacitação, convênios, bolsas de pós-graduação e de idiomas. Segundo **Edgard Ruffatto,** até 11 de março, já haviam sido empenhados R$ 88.390 só nas duas últimas modalidades. Alguns conselheiros ressaltaram a importância da articulação entre o trabalho dessa gerência com o da Escola Nacional de Comunicação Pública, que ainda sendo desenvolvida pela EBC. A conselheira **Rita Freire,** sugere que a Gerência de Educação Corporativa se aproxime da Câmara Temática de Educação do Conselho Curador como forma de cruzar informações de interesse dos empregados e dos conselheiros. **7.** A presidenta do Conselho Curador, **Ana Luiza Fleck Saibro,** passa então para o ponto da pauta "Informes do Conselho Curador" e informa que a Consulta Pública para a escolha de cinco novos integrantes para o Conselho terminou dia 10 de março e que a Comissão Processante irá se reunir para fazer a homologação das entidades e das pessoas indicadas e deverá disponibilizar a lista final para eleição dos conselheiros na próxima reunião do colegiado marcada para o dia 16 de abril. Em seguida a presidenta pergunta à Direção da EBC com relação á entrega aos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individuais. O Diretor Geral, **Eduardo Castro,** informou que alguns equipamentos já começariam a chegar à partir do dia 14 de março. Em seguida a presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** perguntou sobre a interrupção dos serviços de internet que ocorreu na empresa nas últimas semanas. O Diretor Geral, **Eduardo Castro,** informou que não foi exatamente uma

instabilidade, mas sim um apagão nos *storages* por erro humano, e que por algumas horas na madrugada a EBC ficou completamente fora do ar, mas já de manhã os meios de comunicação eletrônico já estavam pelo menos em parte recuperados e que essa recuperação ainda estava em andamento. Em seguida, **Mariana Martins**, da Secretraria Executiva do Conselho Curador, informou a todos do Pré-Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014, que irá acontecer dia 15 de abril, em Brasília, e que os conselheiros estavam todos convidados. Em seguida, a conselheira **Sueli Navarro**, perguntou à direção da EBC como estava a tramitação do projeto relativo à Contribuição de Fomento à Radiodifusão Pública, oriunda dos recursos do Fistel. O Diretor Geral, **Eduardo Castro**, informou que já está depositado para a EBC o valor de R$ 285 milhões, referentes ao valor pago pela empresa de telefonia TIM para a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, mas que para a utilização deste montante, a EBC precisa de uma emenda orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional que permita o aumento do gasto orçamentário da empresa, que em 2014 está fixado em R$ 538 milhões. A conselheira **Sueli Navarro** ressaltou a importância da EBC utilizar este dinheiro para a digitalização da TV Brasil e das Rádios EBC. Para esclarecer melhor estas informações ao Conselho Curador, a presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** solicitou ao Diretor Vice-Presidente da EBC, **Sylvio Andrade**, que explicassse mais detalhadamente o tema na próxima reunião do Cosnelho Curador, dia 16 de abril. **ENCERRAMENTO:** A presidenta do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, **Ana Luiza Fleck Saibro**, desejou a todos um bom retorno e encerrou a Reunião Extraordinária de Março de 2014 do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação do dia doze de março de dois mil e quatorze. Para constar, eu, **Guilherme Strozi**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente

RITA FREIRE
Vice-Presidente

THOMAS TRAUMAN
Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social

CLÁUDIO LEMBO
Conselheiro

ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira

MÔNICA GARDELLI FRANCO
Representante do Ministério da Educação

ELIANE PEREIRA GONÇALVES
Conselheira

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

SUELI NAVARRO GARCIA
Conselheira

JOSÉ ANTONIO MARTINS
Conselheiro

ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira

WAGNER TISO
Conselheiro

HELOÍSA STARLING
Conselheira

DANIEL AARÃO REIS
Conselheiro

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

IMA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira

TAKASHI TOME
Conselheiro

MURILO CÉSAR RAMOS
Conselheiro

NELSON BREVE
Diretor-Presidente da EBC

JOSETI MARQUES
Ouvidora-Geral da EBC

EDUARDO CASTRO
Diretor-Geral da EBC

GUILHERME STROZI
Secretário Executivo do Conselho Curador

Ofício nº 136/2014-PRRE/PR-Anatel

Brasília, 15 de abril de 2014.

Ao Reverendíssimo Senhor
DOM ÓRANI JOÃO TEMPESTA
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Senado Federal, Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, Anexo II, Térreo.
70165-900 – Brasília/DF

Assunto: **Parecer nº 10, de 2013 – CCS, do Conselho de Comunicação Social.**

Senhor Presidente,

1. Refiro-me ao Ofício nº 216/2013-CCS, de 5 de dezembro de 2013, por meio do qual o Presidente do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional encaminhou o Parecer nº 10, de 2013-CCS, que examina a proposta de Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários de Serviços de Telecomunicações.

2. O Parecer nº 10, de 2013-CCS, foi exarado em virtude do Ofício nº 17/2013/PRRE/SPR, de 14 de novembro de 2013, que encaminhou a referida proposta de Regulamento de forma a atender ao comando do art. 42 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

3. Nesse contexto, remeto, em anexo, Nota Técnica nº 20/2014-PRRE/SPR, que esclarece alguns dos pontos discutidos no referido Parecer, acerca das sugestões do referido Conselho para aperfeiçoamento da proposta de Regulamento.

Atenciosamente,

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente

Recebido SSCP 28/04/2014 14:20
Walmar Andrade
Técnico Legislativo
Mat.: 255765

Anexos: Nota Técnica nº 20 /2014/PRRE/SPR, de 7 de abril de 2014.

ANATEL	NOTA TÉCNICA	NÚMERO E ORIGEM: 530/2014-PRRE/SPR
		DATA: 07/04/2014

1. INTERESSADO

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CCS).

2. ASSUNTO

Análise Parecer nº 10, de 2013-CCS.

3. REFERÊNCIAS

3.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;

3.2. Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT);

3.3. Lei n.º 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado e dá outras providências;

3.4. Decreto n.º 3.896, de 23 de agosto de 2001 (Dispõe sobre a regência dos Serviços de Telecomunicações);

3.5. Regulamento Geral de Direitos dos Consumidores de Serviços de Telecomunicações – RGC, aprovado pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014;

3.6. Ofício nº 216/2013 – CCS, de 5 de dezembro de 2013.

4. FUNDAMENTAÇÃO

DO OBJETO

4.1. Trata-se do Ofício nº 216/2013 – CCS, de 5 de dezembro de 2013, do Conselho de Comunicação Social - CCS, protocolizado nesta Agência Nacional de Telecomunicações em 6 de dezembro de 2014 sob o número 53500.028009/2013, por meio do qual, em atenção ao Ofício nº 17/2013/PRRE/SPR-Anatel, de 14 de novembro de 2013, e nos termos do artigo 42 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, se encaminha cópia do Parecer nº 10, de 2013, que manifesta deliberação do CCS a respeito de proposta de Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários de Serviços de Telecomunicações.

4.2. Referido Parecer apresenta à Anatel as seguintes conclusões e encaminhamentos:

a) Seja oficiada a Anatel para que, nas porvindouras interlocuções com o Conselho de Comunicação Social, observe as limitações deste Conselho no cumprimento dos prazos peremptórios desta Casa;

b) A manifestação deste Conselho pela legalidade, formal e material, da Proposta de Regulamento, com a recomendação para que a Anatel estude a possibilidade de alteração no parágrafo 1º, do artigo 28, que passaria a vigorar com a seguinte redação:

"§1º Deve ser previsto um Setor de Atendimento adicional a cada 100.000 habitantes, por microrregião.

c) Considerando-se que a proposta de regulamento abrange tanto serviços prestados no regime público, como o STFC, quanto serviços prestados em regime privado, como o SCM, em muito menor escala, solicita-se:

c.1. esclarecimentos da agência em relação à análise jurídica da competência da agência para regular em mesmo instrumento e mesma medida esses distintos tipos de serviços;

c.2. esclarecimentos sobre se há análise de impacto econômico e de viabilidade prática de se regular de forma unificada serviços tão distintos, prestados no serviço público e no privado.

4.3. Dito isso, passamos a nos manifestar sobre referidas conclusões.

DA ANÁLISE

4.4. Em relação ao item "a" do Parecer, cumpre informar que a Anatel buscará observar, na medida da relevância e urgência das propostas a serem encaminhadas, o calendário de sessões do CCS.

4.5. Quanto ao item "b" do Parecer, deve-se registrar que o Conselho Diretor da Anatel, em sua 732ª reunião, realizada em 20 de fevereiro de 2014, aprovou o Regulamento Geral de Direitos dos Consumidores de Serviços de Telecomunicações - RGC por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 10 de março de 2014, nos termos da Análise nº 40/2014-GCRZ, de 14 de fevereiro de 2014, em anexo.

4.6. Referido regulamento, cujas disposições, em sua maioria, entram em vigor após 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação, salvo exceções que demandam maior prazo de implementação, é resultado da proposta submetida à Consulta Pública nº 14, de 15 de março de 2013, com o nome de Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Consumidores de Serviços de Telecomunicações.

4.7. No referido regulamento, a questão do atendimento é tratado no Capítulo III, "Das formas de Atendimento", segmentada da seguinte forma: (i) Seção I, "Do Atendimento Remoto"; (ii) Seção II, "Do Atendimento no Estabelecimento"; e (iii) Seção III, "Do Atendimento das Concessionárias do STFC Local".

4.8. Por fim, quanto ao item "c", em relação aos esclarecimentos solicitados, a Lei Geral de Telecomunicações – LGT, Lei nº 9.472/1997, cria a Anatel e define, em seu artigo 19 sua competência, dentre as quais registramos o que segue:

Art. 19. À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

IV - expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público;

(...)

X - expedir normas sobre prestação de serviços de telecomunicações no regime privado; (...)

4.9. Dessa forma, não se pode negar a competência da Agência para expedir normas quanto à prestação dos serviços, sejam eles prestados em regime público ou em regime privado.

Questiona, porém, o Conselho de Comunicação Social se tais serviços poderiam ser regulados no mesmo instrumento.

4.10. Nesse sentido, deve-se ratificar que a competência da Agência é voltada, sobretudo, à adoção de medidas para o atendimento ao interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras. Portanto, o exercício da competência da Agência deve estar alinhado com o desenvolvimento e com as práticas do mercado.

4.11. É notório que a oferta dos serviços de telecomunicações aos consumidores, prestados em regime público ou privado, vem seguindo, cada vez mais, o formato de ofertas conjuntas, mercadologicamente conhecidas como "combos". Os grandes Grupos Econômicos possuem outorgas de praticamente todos os serviços de telecomunicações regidos pelo RGC e não encontram impedimento algum em razão do regime jurídico dos serviços prestados para ofertá-los em conjunto.

4.12. Nesse contexto, a regulamentação da Anatel, em especial no que tange à proteção dos consumidores, não pode ficar alheia a essa realidade. Muitos problemas enfrentados pelos consumidores advêm da confusão causada pela diversidade de regras a depender do serviço contratado. Não é compreensível para o consumidor que cada serviço tenha uma regra distinta para o seu atendimento, cobrança e oferta, quando todos eles foram adquiridos pelo mesmo canal, no mesmo momento.

4.13. Assim, o RGC procurou condensar e unificar regras referentes aos principais direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações, mantendo-se em norma específica de cada serviço aquilo que diz respeito às suas especificidades. De tal sorte, não há qualquer impossibilidade jurídica na prática adotada, posto que as peculiaridades de cada serviço foram respeitadas e mantidas em regulamento próprio.

4.14. Cumpre ressaltar, ainda sobre o tema, que a análise jurídica dos atos da Agência compete à Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel – PFE. A PFE, em diversos momentos, teve a oportunidade de se debruçar sobre a matéria e, no Parecer nº 1238/2013/DFT/LFF/MGN/PFS/PFE-Anatel/PGF/AGU, expedido após a realização de Consulta Pública e antes da aprovação da norma pelo Conselho Diretor, assim se manifestou:

> *II.(a)DA ANÁLISE FORMAL DO PROCEDIMENTO SOB EXAME.*
>
> *22. Inicialmente, cabe a esta Procuradoria se pronunciar acerca da compatibilidade da proposta formulada com a legislação, bem como analisar se o seu trâmite atendeu às previsões do Regimento Interno e da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), além de verificar se houve obediência do procedimento às disposições regimentais relativas à Consulta Pública e à consolidação das contribuições dela decorrentes.*
>
> *(...)*
>
> *27. Portanto, face à expressa previsão normativa, não há qualquer dúvida sobre a competência da Anatel no que se refere à regulamentação ora proposta.*

4.15. Ainda sobre o item "c", há que se registrar que o processo que deu origem ao RGC foi conduzido de forma que diversos dos elementos que permeiam a análise de impacto regulatório foram considerados. Nesse sentido, encontram-se atendidas as determinações constantes no Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, em especial no art. 62 e seu parágrafo único, mesmo tendo o processo se iniciado anteriormente à publicação do presente comando:

"Art. 62. Os atos de caráter normativo da Agência serão expedidos por meio de Resoluções, de competência exclusiva do Conselho Diretor, observado o disposto nos arts. 59 e 60, relativos aos procedimentos de Consultas Pública e Interna, respectivamente.

Parágrafo único. Os atos de caráter normativo a que se refere o caput, salvo em situações expressamente justificadas, deverão ser precedidos de Análise de Impacto Regulatório."

4.16. Deve-se esclarecer ainda, que a Anatel trabalha em metodologia de Análise de Impacto Regulatório sistematizada e padronizada, de forma a melhor atender a disposição regulamentar transcrita acima.

4.17. Por todo o exposto, entende-se que os itens do Parecer nº 10, de 2013, que manifesta deliberação do CCS a respeito de proposta de Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários de Serviços de Telecomunicações, encontram-se plenamente respondidos.

5. ANEXO

5.1. Análise nº 40/2014-GCRZ, de 14 de fevereiro de 2014.

6. CONCLUSÃO

6.1. Ante o exposto, prestadas as informações solicitadas, sugere-se o encaminhamento da presente Nota Técnica ao Conselho de Comunicação Social - CCS, em atenção às considerações encaminhadas à Agência no Parecer nº 10, de 2013, que manifesta deliberação do CCS a respeito de proposta de Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários de Serviços de Telecomunicações.

ASSINATURAS	
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	GERENTE
CAROLINA G. LAVORATO	NILO PASQUALI
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO SUBSTITUTA	DATA
De acordo. KARLA CROSARA IKUMA REZENDE	10.04.2014

ANATEL	ANÁLISE	NÚMERO E ORIGEM: 040/2014-GCRZ DATA: 14/02/2014
CONSELHEIRO		
RODRIGO ZERBONE LOUREIRO		

1. ASSUNTO

Proposta de Resolução que aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC.

2. EMENTA

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. REGULAMENTO QUE ESTABELECE REGRAS UNIFICADAS PARA O ATENDIMENTO, COBRANÇA E OFERTA AO CONSUMIDOR DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. RETORNO DE CONSULTA PÚBLICA. PELA APROVAÇÃO.

1. Proposta de Resolução que aprova regulamento que estabelece normas unificadas sobre atendimento, cobrança e oferta, individual ou conjunta, do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e dos Serviços de Televisão por Assinatura – Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), Serviço de TV a Cabo (TVC), Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH) e Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA).

2. Atendidos os requisitos legais e regimentais e, reconhecida a conveniência e oportunidade da proposta resultante da Consulta Pública, proponho a aprovação do Regulamento, com expedição da correspondente Resolução, conforme proposta da área técnica, com as alterações introduzidas na presente análise.

3. Aprovação do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC.

3. REFERÊNCIAS

3.1. Constituição Federal da República, de 1988;

3.2. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC);

3.3. Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações (LGT);

3.4. Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RSTFC, aprovado pela Resolução n.º 426, de 9 de dezembro de 2005;

3.5. Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – RSMP, aprovado pela Resolução n.º 477, de 07 de agosto de 2007;

3.6. Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução n.º 488, de 3 de dezembro de 2007, e alterado pela Resolução n.º 528, de 17 de abril de 2009;

3.7. Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia – RGQ-SCM, aprovado pela Resolução n º 574, de 28 de outubro de 2011;

3.8. Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ-SMP, aprovado pela Resolução n ° 575, de 28 de outubro de 2011;

3.9. Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, aprovado pela Resolução n.° 581, de 26 de março de 2012;

3.10. Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RGQ-STFC, aprovado pela Resolução n.° 605, de 26 de dezembro de 2012;

3.11. Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.° 612, de 29 de abril de 2013;

3.12. Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.° 614, de 28 de maio de 2013;

3.13. Proposta de Regulamento de Gestão da Qualidade dos Serviços de Televisão por Assinatura – RGQ-TV por Assinatura – Processo n.° 53500.005676/2010;

3.14. Análise n.° 168/2013-GCMB, de 13/03/2013 (fls. 301/314);

3.15. Consulta Pública n.° 14, de 15/03/2013;

3.16. Informe n.° 23/2013/RCIC/SRC/PRRE/SPR, de 08/08/2013 (fls. 698/711);

3.17. Informe Complementar n.° 29/2013/PRRE/SPR, de 26/09/2013 (fls. 748/749);

3.18. Parecer n.° 1238/2013/DFT/LFF/MGN/PFS/PFE-Anatel/PGF/AGU, de 04/10/2013 (fls. 898/931);

3.19. Informe Complementar n.° 39/2013-RCIC/SRC-PRRE/SPR, de 14/11/2013 (fls. 1011/1033);

3.20. Matéria para Apreciação do Conselho Diretor (MACD) n.° 37/2013-PRRE/SPR, de 14/11/2013 (fls. 1038/1039);

3.21. Mem. n.° 163/2013-MP, de 16/12/2013 (fl. 1079);

3.22. Mem. n.° 122/2013/RCIC/SRC, de 30/12/2013 (fls. 1084/1113);

3.23. Ofício PR/RS-MPF n. 629/2014, de 07/02/2014 (fls. 1114/1126);

3.24. Ofício PR/RS-MPF n. 630/2014, de 07/02/2014 (fls. 1127/1155); e

3.25. Processo n.° 53500.011324/2010.

4. RELATÓRIO

4.1. DOS FATOS

4.1.1. Trata-se de Proposta de Resolução que aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC[1], que estabelecerá normas unificadas sobre atendimento, cobrança e oferta, individual ou conjunta, do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e dos Serviços de Televisão por Assinatura – Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), Serviço de TV a Cabo (TVC), Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH) e Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA).

[1] Antes, proposta de Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários de Serviços de Telecomunicações – RACO.

4.1.2. A elaboração da proposta teve início no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 508, de 21/05/2010 (fls. 02/03), formado por representantes da Superintendência Executiva (SUE) e das, então, Superintendências de Serviços Públicos (SPB), de Serviços Privados (SPV), de Comunicação de Massa (SCM), de Universalização (SUN), de Radiofrequência e Fiscalização (SRF), e da Assessoria de Relações com os Usuários (ARU), com o propósito de harmonizar o tratamento regulamentar da disciplina geral do atendimento e da cobrança de serviços de telecomunicações, facilitando o *"entendimento por parte dos usuários"*, o *"trabalho de fiscalização, acompanhamento e controle por parte da Anatel"* e adequando a *"realidade do mercado à convergência tecnologia e contratação em pacotes 'combo'"* (fl. 02), em consonância com os objetivos fixados no Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), aprovado pela Resolução n.º 516, de 30/10/2008.

4.1.3. Os resultados iniciais obtidos pelo Grupo constam dos Informes n.º 01/2010-PBOAS/SPB/SPV/SCM/SUN/SRF/SUE/SRU, de 24/08/2010 (fls. 155/157), e n.º 09/2010/SUE, de 16/09/2010 (fls. 200/202) que identificaram os temas convergentes entre as regulamentações dos serviços, apontando as possibilidades de alinhamento normativo, com vistas à máxima harmonização e simplificação da disciplina da matéria.

4.1.4. A análise do Grupo e as sugestões apresentadas foram submetidas à apreciação do Conselho Diretor em sua 612ª Reunião, realizada em 30/06/2011, que determinou à Superintendente Executiva a coordenação da elaboração de proposta de regulamentação única relativa aos temas de atendimento e cobrança.

4.1.5. Por meio da Portaria n.º 961, de 03/11/2011, foram designados novos membros para integrar o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 508, de 21/05/2010, e dar continuidade aos estudos de proposta de unificação regulamentar.

4.1.6. O escopo inicial do trabalho do Grupo, em razão de demandas deste Conselho Diretor, foi ampliado diante da oportunidade de se conciliar neste Regulamento, também, o tratamento normativo das questões relativas ao ressarcimento de cobranças indevidas e da oferta de "combos", seguindo a premissa de facilitação do entendimento do usuário sobre o regramento da matéria, tão recorrentemente demandada perante as prestadoras, a Anatel e as entidades de defesa do consumidor.

4.1.7. Os resultados obtidos pelo Grupo de Trabalho foram apresentados no Informe n.º 017/2012/SUE-SPB-SPV-SUN-SCM-SRF-ARU, de 29/08/2012, que detalhou as diretrizes centrais consubstanciadas na primeira versão de proposta de Regulamento ali delineada, de *"convergência de normas; simplificação e clareza nos procedimentos; ampliação das formas de atendimento ao Usuário; adoção de mecanismos para agilizar a solução de contestação de débito e, consequentemente, a reparação aos Assinantes pela cobrança indevida"* (fl. 220), à luz dos regulamentos vigentes de cada serviço, do Código de Defesa e Proteção ao Consumidor – Lei n.º 8.078, de 11/09/1990, e do Decreto n.º 6.523, de 31/07/2008, que fixa normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

4.1.8. A harmonização das regras sobre oferta conjunta de serviços de telecomunicações, ali proposta, contou com contribuições dos estudos realizados no âmbito do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria n.º 212, de 05/03/2012, debatidos e

aprofundados posteriormente com o Grupo fundado pela Portaria n.º 508, de 21/05/2010.

4.1.9. A primeira versão da minuta de Regulamento foi submetida à Consulta Interna n.º 555, realizada entre 15/05/2012 e 05/06/2012 – que contou com 74 (setenta e quatro) contribuições (fls. 223/249) – e, juntamente com a análise e as justificativas do acolhimento ou não dos subsídios apresentados internamente, foi submetida à apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel (PFE), que se pronunciou por meio do Parecer n.º 1065/2012/RRS/PFE/ANATEL/PGF/AGU, de 31/10/2012 (fls. 265/272).

4.1.10. Registre-se que os pontos centrais da proposta de Regulamento foram apresentados ao Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST) – órgão de assessoria do Conselho Diretor em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações dos direitos dos usuários – em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada em 06/07/2012, tendo contado com contribuições de seus membros, ponderadas pelo Grupo na então minuta de Regulamento.

4.1.11. Por meio do Informe n.º 05/SPB-SPV-SUN-SCM-SRF-ARU-SUE, de 26/02/2013 (fls. 273/282), o Grupo de Trabalho analisou as considerações do opinativo da PFE e procedeu aos ajustes na proposta, que, ato contínuo, por meio da Matéria para Apreciação do Conselho Diretor n.º 03/2013/SUE, de 26/02/2013 (fls. 298/299), foi encaminhada para a deliberação deste Colegiado.

4.1.12. A matéria foi relatada pelo Conselheiro Marcelo Bechara de Souza Hobaika, por intermédio da Análise n.º 168/2013-GCMB, de 13/03/2013 (fls. 301/314), e submetida à deliberação deste Conselho Diretor por meio do Circuito Deliberativo n.º 2001/2013, realizado em 14/03/2013 (fl. 325).

4.1.13. Aprovada a versão do Regulamento nos termos propostos pelo Conselheiro Relator, a minuta foi submetida às críticas e sugestões do público em geral pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por meio da Consulta Pública n.º 14, de 15/03/2013, bem como debatida na Audiência Pública realizada em 17/05/2013, na sede da Agência em Brasília/DF.

4.1.14. As 703 (setecentas e três) contribuições apresentadas na Consulta Pública foram analisadas pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR), com suporte das demais Superintendências envolvidas no processo de discussão da matéria – já sob a égide da nova estrutura organizacional da Agência, inaugurada pela Resolução n.º 612, de 29/04/2013 – e consolidadas no Informe n.º 23/2013/RCIC/SRC/PRRE/SPR, de 08/08/2013 (fls. 698/711) e anexos, que encaminhou a Minuta de Regulamento, com ajustes à proposta inicial, para manifestação do órgão de consultoria jurídica, nos termos regimentais.

4.1.15. Por meio do Informe Complementar n.º 29/2013/PRRE/SPR, de 26/09/2013 (fls. 748/749), ademais, o corpo técnico especializado elaborou análise dos dispositivos das regulamentações específicas dos serviços e de qualidade vigentes que deverão ser revogados ou alterados com a aprovação do Regulamento.

4.1.16. A Procuradoria Federal Especializada, em seu Parecer n.º 1238/2013/DFT/LFF/MGN/PFS/PFE-Anatel/PGF/AGU, de 04/10/2013 (fls. 898/931), teceu comentários e firmou posicionamento sobre diversos temas abarcados na minuta de Regulamento, apreciados pela área técnica no bojo do

Informe Complementar n.º 39/2013-RCIC/SRC-PRRE/SPR, de 14/11/2013 (fls. 1011/1033), ao final do qual foram apresentadas modificações em trechos da proposta.

4.1.17. A versão final da minuta de Regulamento, bem como da respectiva minuta de Resolução, e os comentários às contribuições recebidas durante a Consulta Pública n.º 14/2013 foram encaminhados a este Colegiado, para análise e deliberação, por meio da Matéria para Apreciação do Conselho Diretor (MACD) n.º 37/2013-PRRE/SPR, de 14/11/2013 (fls. 1038/1039).

4.1.18. Em 21/11/2013, o processo foi submetido a sorteio eletrônico e distribuído ao Gabinete do Conselheiro Substituto Marcus Paolucci (CT n.º 157374, fl. 1040) para relatoria, nos termos regimentais.

4.1.19. Em 11/12/2013, por intermédio do Mem. 74/2013-PRRE/SPR (fl. 1054), o Superintendente de Planejamento e Regulamentação encaminhou ao citado Gabinete o Ofício n.º 216/2013-CCS, de 05/12/2013 (fls. 1056/1061), por meio do qual o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em atenção ao art. 42 da Lei n.º 12.485, de 21/11/2011, encaminhou ao Presidente da Agência manifestação acerca da proposta de Regulamento.

4.1.20. Com a posse do Conselheiro Igor Vilas Boas de Freitas e, na forma do disposto no parágrafo único do art. 8º da Portaria n.º 495, de 24/05/2012, o processo foi devolvido à Secretaria do Conselho Diretor por meio do Mem. n.º 163/2013-MP, de 16/12/2013 (fl. 1079), para providências de redistribuição.

4.1.21. Em 19/12/2013, o processo foi submetido a novo sorteio eletrônico e distribuído a este Gabinete (CT n.º 169708, fl. 1080), para submissão à apreciação do Conselho Diretor, nos termos regimentais.

4.1.22. Ato contínuo, em 30/12/2013, a Superintendente de Relações com os Consumidores encaminhou por intermédio do Mem. n.º 122/2013/RCIC/SRC, novas contribuições apresentadas por membros do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST) à proposta final encaminhada para deliberação deste Colegiado, de que tiveram ciência durante a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê, realizada em 10/11/2013.

4.1.23. A via privilegiada de participação dos Comitês no processo de elaboração normativa da Agência, registre-se, encontra previsão no parágrafo 2º do art. 63 do Regimento Interno, *in verbis*:

> Art. 63 [...]
>
> § 1º No curso do processo normativo, os Comitês de que trata o art. 60 do Regulamento da Agência, poderão obter cópia integral dos autos, para análise e elaboração de críticas e sugestões, que serão apresentadas ao Relator da matéria perante o Conselho Diretor.

4.1.24. Por intermédio do Ofício PR/RS-MPF n. 629/2014 e do Ofício PR/RS-MPF n. 630/2014, ambos datados de 07/02/2014, ademais, foram encaminhadas pelo Procurador da República Alexandre Amaral Gavronski, do Núcleo de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul, as Recomendações n.º 02/2014 e 03/2014, expedidas pelo ilustre *Parquet* no âmbito de Inquéritos Civis instaurados para garantir a efetividade dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações.

4.1.25. As recomendações, que se pretendem acolhidas na redação da versão final do Regulamento, com os seguintes propósitos, *in verbis*:

> **RECOMENDAÇÃO N. 02/2014**
>
> [...]
>
> **Objeto:**
>
> Previsão, no Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a usuários dos serviços de telecomunicações, da obrigatoriedade de gravação da oferta de serviço de telecomunicações não apenas quando partir das próprias prestadoras ou de seu serviço de atendimento ao usuário, como também quando a oferta se viabilizar por empresas por ela contratadas para captação de clientes.
>
> **RECOMENDAÇÃO N. 03/2014**
>
> [...]
>
> **Objeto:**
>
> Previsão, no Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários dos Serviços de Telecomunicações (RACO), da obrigatoriedade de disponibilização ao usuário da possibilidade de impressão da solicitação de rescisão ou cancelamento de serviços bem como de consulta e download de todas as informações, documentos e solicitações disponibilizadas no espaço reservado ao assinante devidamente cadastrado e identificado no site da prestadora.

4.1.26. São os fatos.

4.2. DA ANÁLISE

4.2.1. A presente Proposta de Regulamento, ora submetida à deliberação final do Conselho Diretor, após análise e consolidação das contribuições apresentadas pela sociedade na Consulta Pública n.º 14/2013, visa unificar toda a disciplina regulamentar aplicável ao atendimento, cobrança e oferta de serviços de telecomunicações, por meio da harmonização, ampliação e aperfeiçoamento das regras hoje dispersas nos regulamentos específicos do Serviço Móvel Pessoal (SMP), do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e dos Serviços de Televisão por Assinatura.

4.2.2. Conforme relatado, o embrião da iniciativa de harmonização e simplificação do regramento da matéria remonta a instituição de Grupo de Trabalho específico, no ano de 2010, para estudo das possibilidades de sistematização, tendo como focos a facilitação do entendimento, pelos usuários, dos seus direitos e deveres na relação de consumo de serviços de telecomunicações, num cenário de diversas normas específicas vigentes; e a articulação de diretrizes regulamentares adaptadas à inafastável realidade de mercado de convergência tecnológica, e de consequente oferta conjunta de serviços.

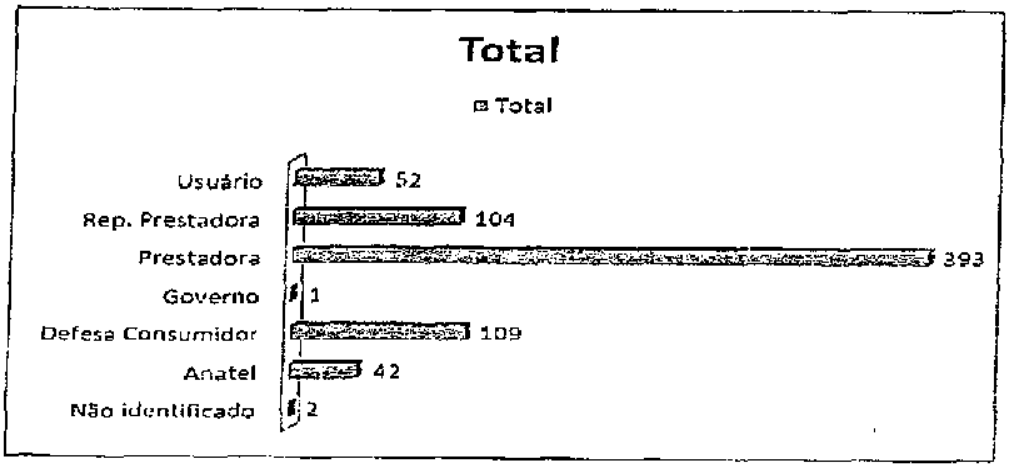
4.2.3. O amadurecimento da proposta contou com contribuições de servidores, no bojo da Consulta Interna n.º 555/2012, e da sociedade em geral, por meio da Consulta Pública n.º 14/2013, tendo sido todas as sugestões e comentários, juntamente com o opinativo do órgão de consultoria jurídica da Agência, apreciados, de forma justificada, pelo corpo técnico especializado.

4.2.4. No quesito formal, cabe salientar que a instauração e a instrução do presente procedimento para expedição de ato normativo obedeceram às disposições contidas na Lei Geral de Telecomunicações e no Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19/07/2001 – vigente à época da realização da Consulta Pública n.º 13/2013 –, acerca do tema, que rezam:

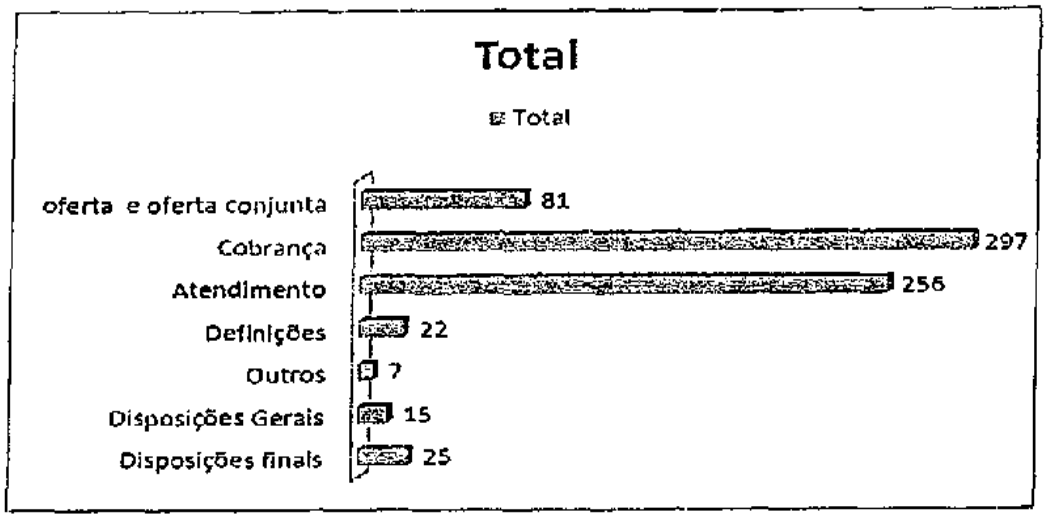
> **Lei n.º 9.472, de 16/07/1997 (LGT)**
>
> Art. 42. As minutas de atos normativos serão submetidas à consulta pública, formalizada por publicação no Diário Oficial da União, devendo as críticas e sugestões merecer exame e permanecer à disposição do público na Biblioteca.
>
> **Resolução n.º 270/2001 - Regimento Interno da Anatel**
>
> Art. 45. A Consulta Pública tem por finalidade submeter minuta de ato normativo a comentários e sugestões do público em geral, bem como documento ou assunto de interesse relevante.
>
> § 1º A Consulta Pública será formalizada por publicação no Diário Oficial da União, com prazo não inferior a dez dias, devendo as contribuições ser apresentadas conforme dispuser o respectivo ato.
>
> § 2º Os comentários e as sugestões encaminhados e devidamente justificados deverão ser consolidados em documento próprio a ser enviado à autoridade competente, contendo as razões para sua adoção ou não, ficando o documento arquivado na Biblioteca da Agência, à disposição do público interessado.
>
> [...]
>
> Art. 47. Os atos de caráter normativo da Agência serão expedidos por meio de Resoluções, de competência exclusiva do Conselho Diretor, observado o disposto no art. 45 deste Regimento, relativo ao procedimento de Consulta Pública.

4.2.5. A Consulta Pública n.º 14/2013 contou com a participação de diversos autores, dentre entes da Administração Pública, entidades e associações vinculadas à proteção e defesa do consumidor, usuários, prestadoras de serviços de telecomunicações e entidades de classe representativas de empresas do setor, tendo sido, ao final, apresentadas 703 (setecentas e três) contribuições à minuta.

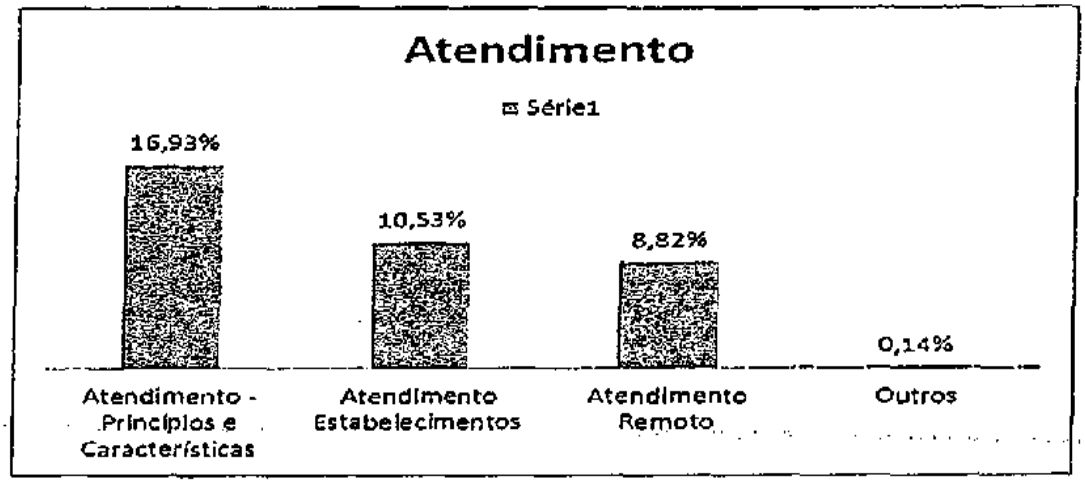
4.2.6. O perfil dos autores está assim distribuído:

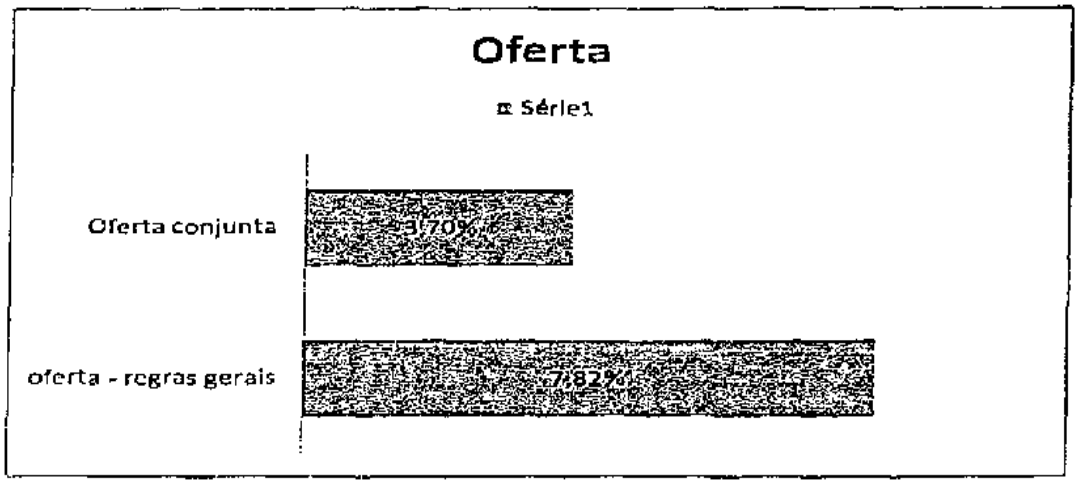


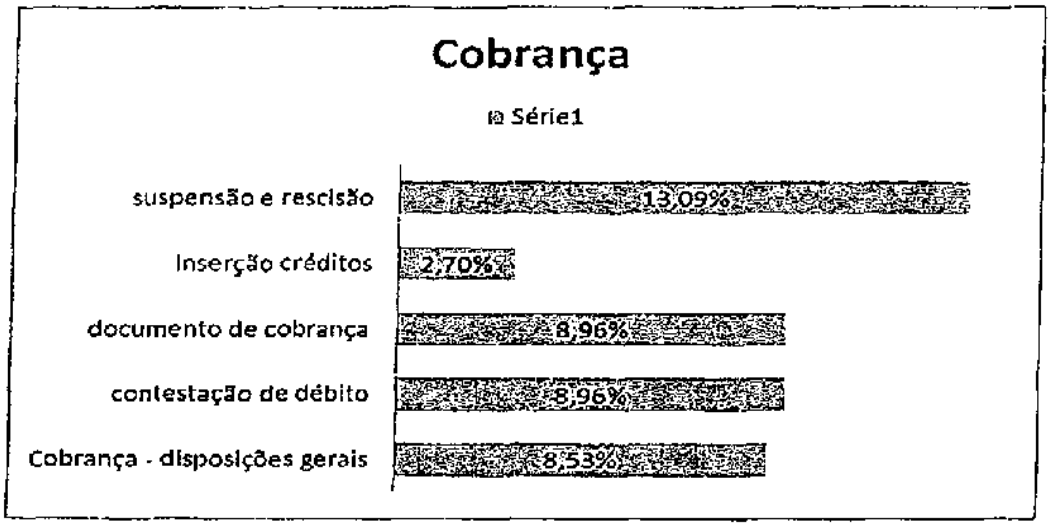
4.2.7. Em relação aos temas tratados pela norma, as contribuições estão distribuídas na seguinte proporção:



4.2.8. No âmbito de cada linha temática do Regulamento – Atendimento, Oferta, Cobrança –, observa-se a seguinte distribuição das contribuições:







4.2.9. Todas as sugestões e comentários encaminhados foram analisados pela área competente e as correspondentes propostas de resposta encontram-se acostadas na mídia eletrônica em anexo ao Informe Complementar n.° 39/2013-RCIC/SRC-PRRE/SPR, de 14/11/2013.

4.2.10. Afora os subsídios apresentados em sede da Consulta Pública, constam dos autos considerações do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e as citadas recomendações do Ministério Público Federal do Estado do Rio Grande do Sul, cujos conteúdos foram objeto de ponderação deste Relator, para as proposições de alterações que serão sugeridas a seguir.

4.2.11. A Procuradoria Federal Especializada, em seu Parecer n.° 1238/2013/DFT/LFF/MGN/PFE/PFE-Anatel/PGF/AGU, de 04/10/2013, corroborou a regularidade formal do trâmite de submissão da presente proposta de Regulamento, ressaltando tão somente a necessidade de consolidação pela área técnica, em documento próprio, das contribuições e justificativas para acolhimento ou não *"de cada uma delas"*, providência que, segundo aponta o Informe n.° 39/2013-RCIC/SRC-PRRE/SPR, de 14/11/2013 será adotada tão logo aprovado o Regulamento, já contendo o posicionamento final do Conselho Diretor sobre cada um dos temas.

4.2.12. A versão final da Minuta submetida à apreciação deste Colegiado está estruturada em 6 (seis) Títulos, assim dispostos:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I - DA ABRANGÊNCIA E DOS OBJETIVOS
CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

TÍTULO II - DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS
CAPÍTULO I - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS
CAPÍTULO II - DOS DEVERES DOS USUÁRIOS

TÍTULO III - DO ATENDIMENTO
CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS
CAPÍTULO II - DAS REGRAS GERAIS DO ATENDIMENTO
CAPÍTULO III - DAS FORMAS DE ATENDIMENTO
Seção I - Do Atendimento Remoto
Subseção I - Do Atendimento por Internet
Subseção II - Do Centro de Atendimento Telefônico

Seção II - Do Atendimento no Estabelecimento
Subseção I - Do Setor de Atendimento Presencial
Subseção II - Dos estabelecimentos associados à marca da Prestadora

TÍTULO IV - DA OFERTA
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II - DA CONTRATAÇÃO
Seção I - Das Regras Gerais
Seção II - Da Contratação da Oferta Conjunta de Serviços de Telecomunicações
CAPÍTULO III - DO CONTRATO DE PERMANÊNCIA

TÍTULO V - DA COBRANÇA
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPITULO II - DA FORMA DE PAGAMENTO PRÉ-PAGA
CAPÍTULO III - DA FORMA DE PAGAMENTO PÓS-PAGA
CAPÍTULO IV - DA CONTESTAÇÃO
CAPÍTULO V - DA DEVOLUÇÃO DE VALORES
CAPÍTULO VI - DA SUSPENSÃO E RESCISÃO CONTRATUAL POR FALTA DE PAGAMENTO OU INSERÇÃO DE CRÉDITO

TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO I - DA COMPARAÇÃO DE OFERTAS
Seção I - Disposições Gerais
Seção II - Da Entidade Comparadora
Seção III - Do Credenciado
CAPÍTULO II - DO GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DO REGULAMENTO
CAPÍTULO III - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS
CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

4.2.13. Vale destacar que as alterações ora sugeridas pelo corpo técnico especializado, em relação à proposta submetida à Consulta Pública, decorreram não somente das inúmeras contribuições recebidas da sociedade, de entidades governamentais e representativas dos consumidores e de empresas do setor, mas também do natural processo de maturação da análise dos temas abarcados no Regulamento, objeto paralelo de exame nas propostas de revisão dos regulamentos específicos dos serviços que tramitam ou tramitaram na Agência durante o andamento da presente proposta, fato que permitiu a avaliação da eficácia das normas vigentes, e hoje dispersas, bem como a identificação das necessidades e possibilidades de reformulação.

4.2.14. Neste ponto, entendo que as formulações da área técnica cumpriram os propósitos de harmonização e simplificação normativa pretendidos desde os primórdios da presente proposta e, ademais, complementaram a disciplina dos temas tratados na versão submetida às considerações do público em geral, de sorte a consolidar, na norma, as regras gerais que orientarão a conduta das prestadoras de serviços de telecomunicações em cada uma das etapas de relacionamento com seus consumidores, antes, durante e após a contratação, mormente no que tange à viabilização de meios de fácil acesso a informações claras e adequadas sobre a prestação do serviço e à facilitação do exercício do direito à rescisão contratual.

4.2.15. Isto posto, passo à análise da presente proposta de Regulamento, tendo como ponto de partida a Minuta anexa ao Informe Complementar n.º 39/2013-RCIC/SRC-PRRE/SPR, de 14/11/2013, e respectiva fundamentação, cotejando-a com a versão aprovada por este Colegiado para submissão à Consulta Pública, as considerações de contribuintes no processo de elaboração normativa, e do órgão de consultoria

jurídica, para propor alguns ajustes e alterações, que julgo fundamentais ao seu aprimoramento.

4.2.16. Minhas propostas, neste contexto, serão apresentadas por temas, na sequência com que se encontram estruturadas no texto do Regulamento, a fim de facilitar a compreensão das alterações sugeridas.

I – DA ABRANGÊNCIA, DOS OBJETIVOS E DAS DEFINIÇÕES

4.2.17. A primeira proposta que trago novamente à baila nestes autos e que, originalmente, foi encampada pelo Conselheiro Relator da matéria na formulação da versão submetida à Consulta Pública, diz respeito ao título do Regulamento. A meu ver, um Regulamento de tal monta, que visa sistematizar de forma simplificada e harmônica as normas regentes do atendimento, cobrança e oferta, individual ou conjunta, de serviços de telecomunicações deveria referir-se direta e expressamente ao "Consumidor de Serviços de Telecomunicações", foco central das regras aqui vislumbradas.

4.2.18. Inicialmente, não é demais dizer que o Código de Defesa do Consumidor e demais normativos integrantes da legislação consumerista aplicam-se ao setor de telecomunicações, sem restrições; trata-se de questão pacífica e incontroversa.

4.2.19. Ademais, o objetivo principal deste Regulamento é assegurar o respeito e a plena eficácia dos direitos e garantias do consumidor de serviços telecomunicações em sentido amplo, pessoa natural ou jurídica, que utiliza tais serviços independentemente de contrato de prestação de serviços ou inscrição junto a qualquer empresa, razão pela qual não subsiste motivação para utilização de termos estranhos à legislação consumerista.

4.2.20. Por ser um Regulamento que agrega e consolida os direitos, deveres e regras relativas à relação de consumo de diversos serviços de telecomunicações, foco e objeto da atenção e vigilância da Agência, possui amplo espectro de aplicação, razão pela qual proponho que o título do regulamento deva ser alterado para "Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços Telecomunicações".

4.2.21. Por conseguinte, defini "Consumidor" como a pessoa natural ou jurídica que utiliza serviço de telecomunicações de interesse coletivo, independentemente de contrato de prestação de serviço ou inscrição junto à prestadora, na forma do disposto no art. 2º da Lei n.º 8.078, de 11/09/1990. Assim, os dispositivos do regulamento passam a referir-se unicamente ao consumidor de serviços de telecomunicações.

4.2.22. Quanto ao formato do Capítulo I da Minuta, vale destacar que, ressalvados alguns acertos e ajustes redacionais propostos no texto, a abrangência e os objetivos do presente Regulamento restaram inalterados na versão submetida à apreciação deste Colegiado, em relação à minuta submetida à apreciação do público em geral.

4.2.23. Desta sorte, a disciplina aqui fixada regerá toda a temática relativa à oferta, ao atendimento e à cobrança das principais aplicações de telecomunicações – telefonia fixa, móvel, banda larga e televisão por assinatura –, sem prejuízo da plena incidência da disciplina geral das relações consumeristas consagrada pela Lei n.º 8.078, de 11/09/1990, e ressaltada em arcabouço normativo complementar.

4.2.24. Neste ponto, entendo pertinente, à luz do acima exposto, que seja incluída a expressa alusão ao Decreto n.º 6.523, de 31/07/2008 – o Decreto do SAC –, no rol de normativos que não restam afastados ou prejudicados pela aplicação das regras do regulamento em questão.

4.2.25. No âmbito das definições do Regulamento, em atenção às contribuições recebidas, a presente versão recebeu novas nomenclaturas, autoexplicativas, de conceitos tratados ao longo do texto (Contrato de Permanência, Entidade Comparadora, Planos de Serviços, Portal de Comparação), e remanejou algumas definições para os capítulos específicos a que se referem, de sorte a tornar a norma mais didática.

4.2.26. Quanto às definições firmadas no Capítulo II, ressalvada a inclusão da definição de "Consumidor", premissa terminológica adotada para este Regulamento, pelas razões acima destacadas – com consequente supressão das definições e menções a "Assinante" e "Usuário" – nada tenho a acrescentar, deixando para adiante, à medida que eles forem apresentados nos dispositivos do Regulamento, minhas pontuais considerações.

II – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSUMIDORES

4.2.27. No Título II, inserido no Regulamento após os comentários da Consulta Pública, foram reunidos todos os direitos e deveres dos consumidores dos serviços por ele abrangidos, hoje já assegurados, de forma dispersa, nas regulamentações específicas de cada um deles. Neste ponto, não há inovação em relação à matéria submetida à Consulta Pública, tendo em vista que os Capítulos trazem em seu bojo desdobramentos, em linhas gerais, da disciplina já existente do relacionamento entre consumidores e empresas prestadoras dos serviços.

4.2.28. No Capítulo I, em consonância com a contribuição apresentada pelo CDUST, proponho acréscimo de dispositivo específico voltado a ressaltar o direito dos consumidores ao não recebimento de mensagens de cunho publicitário em sua estação móvel, salvo na hipótese de anuência prévia, livre e expressa.

4.2.29. Este dispositivo encontra-se previsto no âmbito da Resolução n.º 477, de 07/08/2007, assegurando tal direito aos consumidores do Serviço Móvel Pessoal (SMP), nos seguintes termos:

> Art. 6º Respeitadas as disposições constantes deste Regulamento bem como as disposições constantes do Termo de Autorização, os Usuários do SMP têm direito a:
>
> [...]
>
> XXIV - não recebimento de mensagem de cunho publicitário da prestadora em sua Estação Móvel, salvo na hipótese de consentimento prévio;

4.2.30. Em que pese ser regra aplicável somente ao SMP, entendo ser conveniente que a norma seja incorporada neste Regulamento tendo em vista o esforço de harmonização, consolidação e divulgação do arcabouço regulatório, e suprimida da redação a expressão "da prestadora".

4.2.31. Cabe ressaltar que a prática de envio de mensagens publicitárias não restará vedada às prestadoras de serviços, mas tão somente vinculada à anuência prévia do interessado, exigência que se afigura bastante razoável e coerente com a preservação do pleno e livre exercício do direito de escolha pelo consumidor.

4.2.32. Sugiro, ainda, de sorte a complementar o rol do art. 3º, mormente tendo em vista a caracterização da matéria de cobrança como maior ofensora nas reclamações de consumidores de telecomunicações, a inclusão de mais três incisos contemplando:

a) o direito do consumidor de não ser cobrado por quaisquer valores relativos ao período de suspensão total da prestação do serviço;

b) o direito de não ser cobrado por serviços alheios à prestação do serviço sem a devida anuência prévia e expressa; e

c) o direito à apresentação da cobrança pelos serviços prestados em formato adequado, respeitada da antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de vencimento.

4.2.33. Como se verá em detalhes mais adiante, as Prestadoras de Pequeno Porte (PPP) – e, conforme minha Proposta, as "micro Prestadoras" – também receberão tratamento assimétrico para que não sejam sobrecarregadas com as regras e procedimentos mais complexos e custosos previstos no RGC – como as que estabelecem as regras a serem observadas nas interações entre prestadora e consumidor realizadas no Setor de Atendimento Presencial, que não se aplicarão a elas.

4.2.34. Mister que se distinga, nesse caso específico, entre *regulação* e *regulamentação*. A quintessência da maior parte da Norma que se propõe é *regulamentar* ritos, formas e condições, ou, dito de outra forma, *padronizar* a relação de prestação e consumo dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo com vistas a garantir a aplicação efetiva, célere, transparente e isonômica dos direitos e garantias dos consumidores, estes sim, *regulados*, principalmente, pelo Código de Defesa do Consumidor, pela Lei Geral das Telecomunicações, pela Lei do SeAC e pelo Decreto do SAC.

4.2.35. Assim, a partir, por exemplo, do direito à resposta eficiente e tempestiva aos pedidos de informação, às reclamações e às solicitações de serviços, previsto no arcabouço legal, o RGC estabelece as regras para o atendimento remoto ou presencial, especifica prazos e formas para a resposta, determina que a prestadora adote sistemas de protocolo e gravação das demandas e assim por diante.

4.2.36. Tal padronização, embora muito importante para a defesa e proteção da relação de consumo, caracterizada pela hipossuficiência daquele que utiliza os serviços de telecomunicações, contratante ou não, pode representar um ônus regulatório muito elevado para as prestadoras de menor porte e uma indesejável barreira para a entrada de novos competidores no mercado, prejudicando a competição no setor e, em última análise, os próprios consumidores que se deseja resguardar.

4.2.37. Disso decorre uma importância especial deste segundo Título do RGC, principalmente do Capítulo I (*Dos Direitos dos Consumidores*), porque, enquanto as regras de atendimento (centro telefônico, lojas, espaço reservador ao consumidor na página da prestadora), de oferta (planos de serviço, combos, fidelização) e de cobrança (relatório detalhado, documento de cobrança, validade dos créditos, contestação e devolução de valores, suspensão dos serviços e rescisão contratual) se aplicarão em sua plenitude aos grandes grupos econômicos formados por empresas prestadoras de serviços, elas serão substancialmente simplificadas e flexibilizadas para as PPP, ou, no caso das "micro Prestadoras", não existirão regras, condições, formas e procedimentos *regulamentados* no RGC, a estas prestadoras só se aplicando o disposto neste Título.

4.2.38. Voltarei à discussão deste tópico, repiso, mais adiante.

III – DO ATENDIMENTO

4.2.39. Na temática do Atendimento, a Minuta submetida a este Colegiado aperfeiçoa o objetivo de harmonização e simplificação que permeia toda a proposta, disciplinando de maneira clara e uniforme o formato dos canais de interação da prestadora com o consumidor, as demandas que deverão ser inequivocamente atendidas, e as formas e prazos aplicáveis.

4.2.40. Têm-se, assim, duas formas gerais de atendimento: o **Atendimento Remoto**, grupo do qual integram as interações via Centro de Atendimento Telefônico e via internet; e o **Atendimento no Estabelecimento**, seja no Setor de Atendimento Presencial (conceituado na versão pré-Consulta Pública de Setor de Relacionamento), seja nos demais estabelecimentos associados à marca da prestadora (nomeado por Setor de Atendimento e/ou Venda na versão pré-Consulta).

4.2.41. Como destacou o corpo técnico especializado, o cerne da proposta é ressaltar a obrigatoriedade de viabilização do atendimento de quaisquer espécies de demandas dos consumidores, sejam informações e solicitações, sejam registros de reclamações ou pleitos de cancelamentos, em todos os formatos de atendimento, ressalvadas algumas especificidades de formas e prazos característicos de cada canal, a serem destacadas a seguir.

4.2.42. Os princípios regentes do atendimento persistem os mesmos já destacados na versão submetida a comentários da sociedade, quais sejam: confiabilidade, clareza e segurança das informações – com acréscimo da necessária transparência –, rastreabilidade das demandas, presteza e cortesia, eficácia e racionalização e melhora contínua.

4.2.43. No campo das regras gerais do atendimento, as linhas mestras da versão pré-Consulta foram ampliadas, em resposta a diversas contribuições ali registradas, por meio da incorporação dos prazos gerais para atendimento de solicitações de informações e solicitações de serviços previstos nos regulamentos de qualidade; da fixação de prazo maior que o previsto no Decreto n.º 6.523, de 31/07/2008, para a manutenção do histórico de atendimentos pela prestadora; da previsão da obrigatoriedade de localização das demandas registradas independentemente do número do protocolo de atendimento, bem como a partir da viabilização de hipótese de processamento automático de solicitações de rescisão, sem qualquer interação com representantes da empresa.

4.2.44. Manteve-se a regra geral de atendimento imediato às solicitações de informação dos consumidores e, em 5 (cinco) dias úteis, das reclamações, na forma já estabelecida pelo Decreto do SAC, e acrescentou-se o prazo máximo de 10 (dez) dias para o atendimento de solicitações de serviços, ressalvadas as de instalação, reparo ou mudança de endereço, em relação aos quais os regulamentos de qualidade estipulam prazos específicos.

4.2.45. O histórico das demandas registradas pelos consumidores nos canais de atendimento passará a dever ser mantido pelas prestadoras por 3 (três) anos – mais, portanto, do que os 2 (dois) anos estipulados no Decreto do SAC – de sorte a instrumentalizar os

consumidores interessados na contestação de eventuais cobranças indevidas, prazo que também sofreu alterações na presente proposta, como se verá mais a frente.

4.2.46. Entendeu a área técnica, com fundamento nas estatísticas que demonstram altos índices de demandas de consumidores por informações e reclamações de cobranças indevidas, que seria providencial que o registro dos atendimentos realizados pelas empresas fosse mantido por maior tempo, de forma a possibilitar o acesso pelos interessados, inclusive para fins de garantir a efetividade de seus direitos em eventuais demandas judiciais em desfavor das empresas infratoras.

4.2.47. O prazo para disponibilização do histórico de demandas, por meio à escolha do consumidor, foi mantido em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas após a solicitação, destacada a obrigatória disponibilidade, também no espaço reservado do consumidor no site da empresa na internet, logo após o registro da demanda[2]. Em qualquer hipótese, é obrigatória a localização do histórico de demandas, inclusive por meios alternativos ao número de protocolo, por premissa de facilitação do atendimento do consumidor.

4.2.48. Inalterados, igualmente, permaneceram os deveres de (i) fornecimento de protocolo de atendimento em todas as interações com a prestadora, independentemente do originador da interação, (ii) divulgação ostensiva do número do Centro de Atendimento Telefônico e dos endereços dos estabelecimentos que prestam atendimento, bem como de (iii) disponibilização, no caso de serviços ofertados conjuntamente, de canal comum que possibilite o atendimento às demandas relacionadas a qualquer serviço do "combo".

4.2.49. A ideia desta última regra, mantida na forma da versão pré-Consulta Pública, é assegurar que, por meio do acesso de um único canal de atendimento, o consumidor logre solucionar demandas dos diversos serviços prestados conjuntamente pela empresa.

4.2.50. Nesses pontos, nada tenho a acrescentar, uma vez que a minuta mantém as conclusões deste Colegiado quanto ao endereçamento desses temas exaradas em fase anterior à Consulta Pública.

4.2.51. Neste Capítulo II, de regras gerais, proponho aperfeiçoamentos à disciplina da rescisão contratual, seara em que as dificuldades enfrentadas pelos consumidores no exercício do seu direito de liberdade de escolha são graves e notórias.

4.2.52. Como é cediço, o Decreto do SAC determina o recebimento e processamento imediatos dos pleitos de cancelamento de serviço deduzidos pelo consumidor, senão vejamos:

> Art. 18. O SAC receberá e processará imediatamente o pedido de cancelamento de serviço feito pelo consumidor.
>
> §1° O pedido de cancelamento será permitido e assegurado ao consumidor por todos os meios disponíveis para a contratação do serviço.
>
> §2° Os efeitos do cancelamento serão imediatos à solicitação do consumidor, ainda que o seu processamento técnico necessite de prazo, e independe de seu adimplemento contratual.

---

[2] Como se verá adiante, o histórico de demandas dos últimos 6 (seis) meses deve sempre estar disponível no espaço reservado ao consumidor na página da prestadora na internet. Esse dispositivo do Capítulo II do Título III aplica-se, portanto, apenas às solicitações de histórico entre 6 (seis) meses e 3 (três) anos.

§3º O comprovante do pedido de cancelamento será expedido por correspondência ou por meio eletrônico, a critério do consumidor.

4.2.53. A Minuta ora submetida à apreciação mantém a lógica traçada pelo Decreto do SAC, – assim também disciplinada nos regulamentos específicos dos serviços – e, de outro lado, nos Capítulos relativos às formas de Atendimento Remoto, pela internet ou Central de Atendimento Telefônico, determina o processamento dos pleitos de rescisão de forma automática, sem qualquer intervenção de atendente.

4.2.54. Trata-se de inovação regulamentar voltada a endereçar solução para um dos problemas mais espinhosos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, apontado com ênfase nos dados históricos do acompanhamento da satisfação dos consumidores, na reiteração deste tipo de reclamação nos canais de atendimento da Anatel e que registrou acentuada participação dos órgãos de defesa do consumidor nas contribuições da Consulta Pública: a dificuldade dos consumidores de cancelarem seus contratos de serviços.

4.2.55. A área técnica, em seu Informe, todavia, ponderou que a opção de rescisão automática do contrato por meio de Atendimento Remoto *"deverá ser objeto de acompanhamento pelo Grupo de Implementação do Regulamento, visando sistematizar o procedimento, adotando-se medidas de segurança para se evitar fraudes no processo"*, tendo em vista que, em tal formato de cancelamento, não haverá qualquer interveniência de representantes da empresa.

4.2.56. Tal preocupação foi objeto de diversas contribuições de empresas e respectivas entidades representativas, apontando não somente riscos de fraudes – por meio do cancelamento efetuado por terceiros não autorizados –, como também de erros do consumidor na solicitação, de ausência de esclarecimentos sobre os efeitos do cancelamento em relação a produtos e serviços contratados com permanência mínima, ou mesmo dificuldades de agendamento do recolhimento de equipamentos cedidos pela empresa.

4.2.57. Diante de tantas dificuldades e riscos operacionais, e de sorte a resguardar tal possibilidade alternativa à tradicional solicitação de cancelamento em que há interveniência de representantes da empresa, sugiro que, nesses casos, o cancelamento não seja processado imediatamente, mas no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis. Durante esse interim a prestadora tomará as providências necessárias à confirmação dos dados do solicitante e da sua intenção. Destaco que esse contato servirá apenas para *confirmação*, visto que, de acordo com as disposições deste Regulamento e em consonância com o arcabouço normativo dos direitos e garantias dos consumidores dos serviços, toda informação deve estar disponível *previamente* ao consumidor, que, na situação em tela, deve ter conhecimento de todas as condições aplicáveis à rescisão contratual, inclusive eventuais multas rescisórias, antes da solicitação.

4.2.58. Ter-se-ão, desta sorte, duas possibilidades ao consumidor interessado em solicitar o cancelamento de seus serviços: (i) a solicitação com interveniência de um atendente, hoje existente, cujo processamento é imediato, ainda que sua validação técnica necessite de prazo, caso em que é vedada a cobrança de serviços prestados após a solicitação; ou (ii) o cancelamento automático, sem interveniência de um atendente, seja via internet, seja via opção da Unidade de Resposta Audível (URA) do Centro

de Atendimento Telefônico da empresa, caso em que a solicitação terá efeito após 2 (dois) dias úteis da solicitação.

4.2.59. Visa-se por meio da fixação do citado prazo, ademais, assegurar ao consumidor a possibilidade de desistir do pedido de rescisão, após eventual contato da empresa, adotando lógica semelhante à dos pleitos de portabilidade numérica, em que é assegurado ao solicitante, no prazo de 2 (dois) dias úteis, cancelar o pedido.

4.2.60. Assim dispõe, registre-se, o Regulamento Geral de Portabilidade, aprovado pela Resolução n.º 460, de 19/03/2007:

> Art. 53. Devem ser observados os seguintes prazos máximos relacionados à Portabilidade:
>
> [...]
>
> II - cancelamento do Processo de Portabilidade, contado a partir da Solicitação: 2 dias úteis em todos os casos;

4.2.61. No formato acima explicitado, julgo possível a superação dos riscos sistêmicos de fraude, assegurando ao consumidor mecanismo simples e rápido de solicitar a rescisão de serviços, sem prejuízo, todavia, do seu direito ao processamento imediato de solicitações desta ordem, que será resguardado por meio do auxílio de um atendente, à luz do que estipula do Decreto do SAC.

4.2.62. Na redação que proponho no Anexo a esta Análise para tal tema, entendi imprescindível ressaltar o dever da prestadora de informar o solicitante do cancelamento de todas as condições aplicáveis à rescisão, inclusive eventuais multas rescisórias incidentes, e, por outro lado, no caso do cancelamento automático, do dever do consumidor de pagamento dos valores relativos aos serviços usufruídos normalmente durante seu período de processamento, da mesma forma como acontece hoje durante o processamento do pleito de portabilidade numérica, ali nominado *"Período de Transição"*.

4.2.63. Outro ponto que considero relevante seja previsto no Regulamento diz respeito à regra, prevista na versão submetida à Consulta Pública, relativa ao dever de envio do protocolo de atendimento por mensagem de texto ao consumidor, em até 24 (vinte e quatro) horas do registro da postulação, e, neste ponto, sugiro seja tal regra estendida para além das hipóteses de demandas relativas ao Serviço Móvel Pessoal, abrangendo todos os serviços regidos pelas regras deste Regulamento, desde que o consumidor disponibilize seu contato telefônico ou endereço de correio eletrônico.

4.2.64. A meu ver, em se tratando de Regulamento que pretende concentrar todo o regramento de atendimento, oferta e cobrança dos serviços nele abrangidos, tal regra deve ser nele contida, ainda que a presente proposta contemple regra geral que assegura os consumidores a plena rastreabilidade de suas demandas, por entender que se trata de facilidade útil ao consumidor.

Das Formas de Atendimento

Do Atendimento Remoto

4.2.65. Um dos notáveis avanços da proposta ora submetida à apreciação, construída a partir de variadas contribuições apresentadas em Consulta Pública, diz respeito ao

Atendimento Remoto via Internet, tratado na versão anterior em um único artigo, que assim fixava:

> Art. 14. A Prestadora deve tornar disponível ao Usuário espaço reservado em seu sítio na Internet para atendimento a reclamações, pedidos de informação e solicitados de cancelamentos de serviços.

4.2.66. Na presente proposta, ao lado do Atendimento via Centro de Atendimento Telefônico, como forma de Atendimento Remoto, o Atendimento por Internet ganhou uma subseção própria e dispositivos detalhados, refletindo sua inafastável relevância como alternativa simples, ágil e de fácil acesso ao consumidor, em face dos canais de atendimento presencial, e inclusive aclamada durante a realização do Fórum Alô Brasil[3] na cidade de São Paulo por comunidade de pessoas com deficiência auditiva.

4.2.67. Como bem ressaltou o corpo técnico em suas justificativas para aprimoramento da disciplina deste canal, o formato de atendimento via internet é uma tendência em vários setores do mercado (bancário, aéreo, de vendas, etc.), relacionada à busca dos clientes por maior agilidade, e à baixa demanda de atendimentos em canais presenciais:

> Levantamento realizado nos dados informados no SGQ-SMP [Sistema de Gestão da Qualidade do Serviço Móvel Pessoal] para os meses de janeiro a março de 2013, para os quatro grupos nacionais (Vivo, Tim, Oi e Claro) demonstram que nesses meses 99% dos atendimentos foram realizados via *call center* e apenas 1% via estabelecimentos próprios. Em alguns estabelecimentos não houve atendimento.

4.2.68. A Subseção I do Atendimento Remoto, então, prevê a disponibilização pelas prestadoras em suas páginas na internet do que se denominou de *"espaço reservado ao Consumidor"*, acessível por meio de inserção de *login* e senha, no qual o consumidor poderá acessar as cópias do instrumento contratual, do Plano de Serviço e demais documentos relativos à oferta a que se encontra vinculado, aos documentos de cobrança e relatório detalhado dos serviços prestados, ao histórico de suas demandas junto à empresa, ao seu perfil de consumo, a opções de registro de reclamações, pedidos de informação e rescisão contratual, solicitações de serviços, obtenção de cópia das gravações das interações com a empresa, além de recurso que lhe assegure o acompanhamento do uso do serviços contratados.

4.2.69. O cerne da proposta foi disponibilizar alternativa ao consumidor de fácil e ágil acesso às informações e registros de demandas passíveis de atendimento em outros canais da prestadora, com a facilidade de consulta e *download* dos dados e documentos ali disponíveis.

4.2.70. Neste tema, por oportuno, impende trazer à baila relevante contribuição apresentada pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul no bojo da Recomendação N. 03/2014, encaminhada a esta Agência em 07/02/2014 e que contempla o aperfeiçoamento das facilidades disponíveis aos consumidores no *"espaço reservado"*:

---

[3] O Fórum Alô, Brasil! foi idealizado com o objetivo de promover o fortalecimento da atuação da Anatel junto às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços. O Fórum também visa a estreitar o relacionamento entre a Anatel e Organismos de Defesa e Proteção dos Direitos do Consumidor (ODCs), governo e a sociedade em geral - além das próprias empresas -, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade percebida pelos usuários dos serviços de telecomunicações.

[...]

Considerando que no curso do referido inquérito civil restou bem comprovado, tanto por meio de pesquisas realizadas diretamente pelo Ministério Público Federal nos sites das prestadoras de telefonia móvel, como de diligências fiscalizatórias realizadas pela ANATEL, que o art. 23 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal não alcançou, até a presente data, sua plena efetividade [...]

Considerando que [...] a obrigação das prestadoras de viabilizar a rescisão e/ou cancelamento de serviços pela internet e a possibilidade de o consumidor imprimir comprovante dessa solicitação constou de compromisso de ajustamento de conduta tomado das grandes prestadoras de serviços de telefonia móvel (Vivo, Oi, Tim e Claro) pelo Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul [...]

Considerando que são notórias e muito graves [...] as dificuldades enfrentadas pelos consumidores nas telecomunicações de rescindirem seus contratos, com ligações intermináveis e que, com frequência, "caem", atendimentos concluídos para rescisão que não se efetivam, grande resistência dos postos de venda em efetuar rescisões, obviamente decorrente da forma de contratação com as prestadoras etc.;

Considerando que são igualmente notórias e graves as dificuldades dos usuários de telecomunicações de conseguir a versão integral dos seus contratos, planos de serviços e ofertas que lhe são aplicáveis e o conteúdo das gravações de suas interações com as prestadoras; [...]

Considerando que embora a minuta do regulamento [...] assegure a possibilidade de consulta e *download* para o "relatório detalhado, o documento de cobrança e o histórico de demandas do assinante" não assegura a mesma facilidade para o pedido de rescisão [...]

Recomenda o Ministério Público Federal [...] que na redação final do Regulamento [...]

a) reproduzam a disposição normativa atualmente contida no art. 23, §6°, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, e

b) assegurem consulta e *download* para <u>todas</u> as informações, documentos e solicitações disponibilizadas no espaço reservado ao qual terá acesso o assinante devidamente cadastrado e identificado [...] ou, no mínimo, [...] necessariamente para a cópia do contrato, do plano de serviços de sua opção e outros documentos aplicáveis à oferta a qual se encontra vinculado, à solicitação de cópia da gravação de suas interações e à solicitação de serviços e pedidos de rescisão.

[Grifos no original]

4.2.71. Saliente-se que a preocupação do ilustre *Parquet* quanto à garantia do pleno e efetivo exercício do direito de cancelamento via internet aos consumidores de serviços de telecomunicações vai ao encontro do dispositivo especificamente incluído na proposta prevendo a disponibilidade, no espaço reservado do consumidor, de opção de cancelamento automático de contratos, sem interveniência de atendentes da empresa, e assim também quanto ao Centro de Atendimento Telefônico, no que tange a qualquer serviço contratado.

4.2.72. Há convergência, ademais, no tocante à preocupação de instrumentalizar o consumidor das informações relevantes à compreensão do plano de serviço ou oferta promocional contratadas, ao acompanhamento do uso do serviço e das demandas registradas junto à prestadora, inclusive para subsidiá-lo em questões pendentes de solução.

4.2.73. Neste contexto e, pelas razões e fundamentos acima expostas, afigura-se razoável e de destacável relevância ao consumidor a extensão da regra proposta na presente versão do Regulamento, de disponibilização das opções de consulta e de salvar cópia das informações e documentos consultados no espaço reservado, ou mesmo de

remetê-los para endereço de correspondência eletrônica a ser fornecido no momento da consulta, a todas as informações e documentos acessáveis no espaço reservado, bem como dos comprovantes dos registros de solicitações ali processadas, de sorte a assegurar ao consumidor a opção de impressão de qualquer material de seu interesse.

4.2.74. Neste tema, proponho, ademais, inspirado na concepção do espaço reservado do consumidor, no novo paradigma regulamentar, como canal relevante de acesso a informações e atendimento de demandas, dois acréscimos à presente Subseção, com vistas a resguardar sua livre e plena acessibilidade pelos interessados, uma vez cadastrados e identificados:

a) a vedação expressa à imposição, pelas Prestadoras, de condicionamentos ou restrições de qualquer ordem ao acesso do consumidor;

b) a garantia de acesso ao Consumidor por no mínimo 6 (seis) meses após a rescisão contratual, para que possa consultar informações e documentos de seu interesse durante prazo de tempo razoável após rompido o vínculo com a empresa.

4.2.75. No tocante aos conteúdos mínimos disponíveis para acesso em tal canal, proponho a modificação do dispositivo contendo a obrigatoriedade de fornecimento de mecanismo de acompanhamento de uso do serviço contratado, para permitir que este acompanhamento possa ocorrer durante sua fruição, ressaltando, no entanto, que não se trata de imposição da disponibilização *em tempo real* de chamadas, tráfego de dados, pacotes promocionais e consumo de franquias, dada a dificuldade técnica de tal implementação, mas apenas a atualização pronta e constante das informações, tão logo disponíveis. Exceção importante à essa lógica, contudo, diz respeito aos créditos pré-pagos e sua validade, que possuem regras mais rígidas, conforme se verá mais adiante. Também importante deixar claro que não se está a exigir das prestadoras que apresentem os respectivos *valores* de cada ocorrência, que seguirão o curso normal de faturamento.

4.2.76. Proponho ainda a inserção de dispositivo prevendo o fornecimento de sumário contendo as principais regras de prestação do serviço, seja no âmbito do Plano de Serviço contratado pelo consumidor, seja na fruição de oferta promocional.

4.2.77. Por meio de tal instrumento, que deverá, também, ser entregue antes da contratação do serviço, pretende-se que o consumidor identifique de forma fácil e sistematizada as principais regras e condições de prestação, como data de contratação, validade de oferta promocional, prazo de fidelização, franquias de dados, de chamadas *on net, off net* e longa distância contratadas, regras aplicáveis a excedentes utilizados, regras de suspensão, extinção do serviço, dentre outras informações relevantes.

4.2.78. No que tange à Subseção do Centro de Atendimento Telefônico, que concentrou basicamente todos os dispositivos previstos na versão submetida à Consulta Pública como regentes do Atendimento Remoto, disciplinantes dos horários de funcionamento do *call center*, dos prazos de manutenção e disponibilização das gravações das interações entre prestadora e consumidor – cujo dever, destaque-se, independe do originador da chamada –, bem como do formato de organização da URA de atendimento, tenho duas sugestões pontuais.

4.2.79. A primeira, de ordem terminológica, visa destacar que, para fins da aplicabilidade das regras da Subseção II, independe se o Centro de Atendimento Telefônico é disponibilizado pela própria Prestadora, ou por meio de contratos com terceiros.

4.2.80. Tal ajuste, ressalte-se, vai ao encontro da preocupação insculpida na Recomendação N. 02/2014 do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul, quanto à necessidade de aperfeiçoamento da redação do art. 21 da proposta em análise, que define o Centro de Atendimento Telefônico como o *"setor da Prestadora"* responsável pela oferta de produtos e serviços e recebimento, tratamento e solução de demandas, de sorte a afastar interpretações equivocadas quanto à aplicabilidade da disciplina prevista para tal canal no caso de empresas contratadas pela prestadora para desempenhar tal função.

4.2.81. A citada Recomendação assim versa, *in verbis*:

> Recomenda o Ministério Público Federal, pelo seu membro signatário, com fundamento no inciso XX do art. 6º da Lei Complementar n. 75/93, que Vossas Excelências, na versão final do Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários dos Serviços de Telecomunicações (RACO), adotem uma redação que torne inquestionável a obrigatoriedade de gravação da oferta que resulta em contratação de serviços inclusive quando a ligação for originada de empresas contratadas pelas prestadoras para captação de clientes, além de assegurar a gravação das ligações originadas do setor das prestadoras denominado de Central de Atendimento ao Usuário, seja ele próprio ou terceiro, assegurando, como previsto na minuta atual do regulamento, o fácil acesso do usuario ao conteúdo dessa gravação.
>
> [Grifei]

4.2.82. Neste quesito, entendo que, por meio do ajuste redacional proposto na Minuta anexa a esta Análise para a definição de Centro de Atendimento Telefônico, restarão sanadas quaisquer dúvidas quanto à plena aplicabilidade das *Parquet*.

4.2.83. Por fim, a segunda sugestão de alteração quanto a esta Subseção visa incorporar contribuição apresentada em Consulta Pública relativa à estipulação do dever de retorno, pelas Prestadoras, da ligação realizada pelo consumidor ao *call center* em caso de descontinuidade da chamada, como forma de resguardar ao consumidor o prosseguimento do atendimento iniciado na ligação descontinuada, sem necessidade de reiniciar todo o trâmite na Unidade de Resposta Audível (URA) da empresa.

Do Atendimento Presencial

4.2.84. No tocante aos canais de atendimento presencial, à semelhança do ocorrido com as disposições sobre Atendimento Remoto, o capítulo da versão submetida à Consulta Pública foi realocado para uma seção, subdividida em duas partes.

4.2.85. As espécies de estabelecimentos, classificadas em Setor de Relacionamento e Setor de Atendimento e/ou Venda tiveram suas nomenclaturas modificadas, de forma a facilitar a compreensão do formato de atendimento prestado em cada modalidade.

4.2.86. O **Setor de Atendimento Presencial** assumiu o formato do até então Setor de Relacionamento, loja a ser disponibilizada pelas Concessionárias de STFC e prestadoras do SMP em Microrregiões atendidas na respectiva área de prestação do serviço – o critério geográfico explicarei a seguir; e os **Estabelecimentos associados à marca** assumiram o formato dos então Setores de Atendimento e/ou Venda, quiosques, franquias e representantes comerciais disponibilizados essencialmente para venda de produtos e serviços, mas com dever de recebimento e encaminhamento de todas as demandas apresentadas pelos interessados.

4.2.87. Quanto à granularidade do dever de instalação e manutenção de Setores de Atendimento Presencial, a despeito de compartilhar das preocupações da área técnica e demais contribuintes da Consulta Pública quanto à importância de tais canais a consumidores não muito afeitos às tecnologias de acesso remoto ou que preferem, de qualquer forma, o contato presencial com um representante da empresa, entendo razoável e adequado ao propósito visado a estipulação da presente obrigação em consonância com a regra hoje vigente no Regulamento do SMP, de instalação de ao menos um Setor por Microrregião com população igual ou superior a 100.000 (cem mil) habitantes, atendida em sua Área de Prestação de Serviço.

4.2.88. As Microrregiões, registre-se, são conjuntos de Municípios com características sociais, demográficas e econômicas similares, nos termos e critérios definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.2.89. Destaquem-se, como fundamentos para a adoção do citado recorte do RSMP, os altos custos de instalação e manutenção de tais modalidades de lojas, sem contrapartida de efetividade de eventual imposição regulatória, uma vez que os dados internos da Agência e do próprio setor regulado apontam de forma inequívoca uma queda das demandas registradas por consumidores nos setores de atendimento presenciais.

4.2.90. Por outro lado, em contrapartida à lógica proposta pela área técnica de aumento de Setores de Relacionamento existentes para as Concessionárias do STFC e prestadoras do SMP, proponho a obrigatoriedade de instrumentalização dos estabelecimentos associados à marca dessas prestadoras, próprios ou disponibilizados por meio de terceiros, com dispositivos que assegurem aos consumidores, no mínimo, o (i) acesso a linha direta exclusiva de contato com atendente, espécie de *hotline* de atendimento; (ii) acesso a opções de autoatendimento, como impressão de 2ª via de documentos de cobrança, consulta de saldos de créditos, dentre outros; (iii) registro de solicitações de informação, de rescisão e reclamações; e (iv) acesso pleno a todos os canais de interação remota disponibilizados pela empresa, como *twitter*, *facebook*, inclusive ao espaço reservado do Consumidor na internet.

4.2.91. Tal alternativa, a meu ver, é capaz de promover aumento de capilaridade dos canais de atendimento remoto dessas empresas, acessíveis por interação do consumidor com o dispositivo ou terminal disponibilizado nos estabelecimentos associados à marca da empresa, com maior ganho ao consumidor final.

4.2.92. Neste ponto, necessário se faz o ajuste redacional da definição de *"estabelecimentos associados à marca"*, com o fito de ressaltar que somente enquadram-se em tal categoria os estabelecimentos próprios ou disponibilizados por meio de contrato com terceiros que explorem exclusivamente a marca da prestadora, com identificação visual a ela atrelada, de sorte a ressaltar que não se sujeitam a tais condicionamentos e regras os meros pontos de venda em grandes lojas varejistas, de departamento, ou aqueles situados em pequenos empreendimentos, como bancas de jornais e revistas, farmácias etc., sob pena de inviabilizar a existência de tais pontos com a imposição de obrigações regulamentares onerosas.

4.2.93. Todo estabelecimento associado à marca de prestadoras do SMP ou Concessionárias do STFC, não enquadrado como Setor de Atendimento Presencial, portanto, passa a ter o dever de viabilizar, por meio dos dispositivos ou terminais de acesso aos canais de atendimento remoto da empresa, o autoatendimento do consumidor e o registro e

encaminhamento de todas as espécies de demandas relacionadas ao serviço da empresa, ou do Grupo, quando for o caso.

4.2.94. De sorte a assegurar alternativa aderente à lógica de aumento de capilaridade e qualificação do atendimento prestado nesses canais, às Concessionárias do STFC e prestadoras do SMP que, diante da necessidade de disponibilização do dispositivo ou terminal de acesso que assegure todos essas facilidades, optem por oferecer atendimento presencial ao Consumidor, por intermédio de pessoa devidamente qualificada para atender qualquer demanda ligada ao seu serviço, que assim atendam seus Consumidores nos Estabelecimentos associados à marca.

4.2.95. Nessa modalidade de estabelecimento não enquadrada como Setor de Atendimento Presencial, cujo funcionamento será obrigatório ao menos em horário comercial, de qualquer sorte, será necessária a presença de pessoa capacitada, especialmente treinada para auxílio no manuseio do dispositivo ou terminal de acesso aos canais de atendimento remoto da empresa, como forma de assegurar o objetivo de atendimento de todas as demandas dos consumidores.

4.2.96. Importante que fique claro que a regra proposta para o RGC não significa grande inovação regulatória, mas, pelo contrário, é condizente com o atualmente praticado no mercado dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo e representa uma necessária evolução das obrigações impostas nos regulamentos dos serviços para a homogeneização das regras de atendimento ao consumidor e a redução da carga regulatória sobre as prestadoras.

4.2.97. Quanto aos Serviços de Televisão por Assinatura, vale lembrar que a versão submetida à Consulta Pública trazia dispositivo específico disciplinando o atendimento presencial oferecido pelas respectivas prestadoras, assim redigido:

> Art. 22. As Prestadoras de serviços de televisão por assinatura devem manter, na área de prestação de serviço, pelo menos um Setor de Relacionamento.
>
> Parágrafo único. Nos Municípios onde exista ponto de venda dos serviços de Televisão por Assinatura ofertado pela Prestadora, deve haver Atendimento Presencial, pelo menos de segunda a sexta-feira em horário comercial.

4.2.98. Esclarece a área técnica, em sua fundamentação, que a regra acima foi suprimida da proposta pós-Consulta Pública, por não possuir, na prática, efetividade para as prestadoras do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, uma vez que a Resolução n.º 581, de 26/03/2012, que aprovou o Regulamento do SeAC, define como Área de Prestação do Serviço – APS como *"a área geográfica onde o serviço pode ser explorado, constituída por todo o território nacional"*.

4.2.99. Isto posto, para cumprimento da obrigação prevista na versão submetida à Consulta Pública, bastaria a instalação e manutenção de um único Setor de Atendimento Presencial no país para cada uma das referidas prestadoras, realidade que não se afigura razoável para fins de atendimento ao Consumidor.

4.2.100. A Resolução n.º 488, de 03/12/2007, que aprovou o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, e cuja aplicabilidade foi estendida às prestadoras do SeAC quando da edição do Regulamento próprio deste serviço, aprovado pela Resolução n.º 581, de 26/03/2012, assim dispõe sobre o atendimento dos consumidores:

> Art. 14. A Prestadora deve manter na Área de Prestação do Serviço, pelo menos, um Centro de Atendimento que ofereça atendimento pessoal, de forma presencial, por Correspondência e telefônico.
>
> § 1° O atendimento pessoal, de forma presencial, ao Assinante, deve:
>
> a) estar disponível, pelo menos, nas localidades onde exista ponto de venda do serviço ofertado pela Prestadora; e
>
> b) ser prestado por pessoa devidamente qualificada para receber, interagir, orientar, informar, esclarecer e encaminhar para solução qualquer solicitação, em especial:
>
> I - contestação de débitos;
>
> II - solicitação de reparo;
>
> III - emissão de segunda via do documento de cobrança;
>
> IV - restabelecimento do serviço; e
>
> V - correção de endereço e outros dados.
>
> [...]

4.2.101. Da leitura da redação proposta para os Estabelecimentos associados à marca, constante da Minuta em anexo, depreende-se que o atendimento presencial das demandas dos consumidores dos Serviços de Televisão por Assinatura serão assegurados por meio de estabelecimento que atenda demandas relacionadas a todos os serviços e modalidades prestados pelo Grupo, mediante a disponibilização, ao Consumidor, de terminal de acesso ao Atendimento Remoto ou o protocolo e encaminhamento de pedidos de informação, reclamações e solicitações de serviços, rescisão, ou qualquer outra demanda do Consumidor.

4.2.102. Com isso, o atendimento aos consumidores de todos os serviços prestados por um mesmo Grupo econômico de empresas nos Estabelecimentos associados à marca será regido por um conjunto simples e homogêneo de regras.

4.2.103. E, finalmente, no tocante às autorizatárias do STFC e do SCM, do mesmo modo valerão as disposições desta Subseção, garantindo, dessa forma, a isonomia regulatória das regras aplicáveis aos Estabelecimentos associados à marca das prestadoras dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

4.2.104. Por fim, num novo cenário paradigmático de centenas de milhares de postos de atendimento equipados com terminais ou dispositivos de acesso à integralidade de canais e atendimento remoto da prestadora, propus que, no caso das Concessionárias Locais do STFC, cuja obrigação de disponibilização de atendimento presencial é por Município na Área de Prestação, tal atendimento dê-se por meio de estabelecimento que registre e encaminhe pedidos de informação, reclamações e solicitações de serviços, rescisão, ou qualquer outra demanda do consumidor.

IV – DA OFERTA

Das Disposições Gerais e Da Contratação

4.2.105. No Capítulo relativo às regras gerais orientadoras das ofertas de serviços de telecomunicações, de forma individual ou conjunta, que, na versão submetida à Consulta Pública era tratado após a disciplina da Cobrança de serviços, destacam-se três pontos em especial: a) a obrigatoriedade de prestação de serviços a

consumidores inadimplentes perante terceiros, sem qualquer ressalva; b) o dever de comunicação de alterações relativas aos preços e outras condições contratuais; c) a possibilidade de comparação de ofertas mediante Portal de Comparação.

4.2.106. Quanto ao primeiro tema, deve-se destacar que o controle da inadimplência é um tema sensível em qualquer setor regulado. Especialmente no setor de telecomunicações, parcela relevante dos consumidores se utiliza da prestação de serviço sob a forma contratualizada, isto é, mediante contratos de prestação continuada. Este tipo de contrato representa parcela bastante importante das receitas do setor. Por isso, qualquer medida que possa impactar na saúde financeira deste tipo de contratação deve ser vista com cuidado.

4.2.107. Medidas de controle da inadimplência têm sido alvo de estudo e implementação em outros setores regulados pelo mundo. Especialmente nos setores bancário e financeiro, a crise financeira deflagrada após 2008 despertou a tomada de diversas medidas visando combater falhas de mercado com possível risco sistêmico. Evidenciou-se que assimetrias de informação, estímulo ao risco e exploração de vieses comportamentais dos consumidores podem levar a graus de endividamento exacerbados, comprometendo a saúde de todo o sistema.

4.2.108. Dentre as medidas tomadas pelas autoridades dos países desenvolvidos, chama a atenção o *Credit Card Accountability Responsibility and Disclosure Act* norte-americano, promulgado em 2009 (o *"Credit Card Act"*). Dentre as medidas para saneamento do sistema financeiro norte-americano, o referido *Act* estabeleceu limitações à concessão de crédito e proibições a determinados tipos de taxas cumulativas e pouco transparentes (*"hidden fees"*), visando sobretudo os segmentos populacionais mais endividados e com baixo escore de crédito[4]. O objetivo premente foi conter o super-endividamento e o endividamento em cascata, principalmente em situações em que o consumidor tem pouca capacidade de compreensão sobre as implicações futuras do endividamento contraído.

4.2.109. A promulgação desta legislação causou grande debate naquele país, principalmente em relação à possível contração do mercado e falta de disponibilidade de crédito à população com maior risco de inadimplência. Paradoxalmente, as medidas resultaram em benefício direto a este tipo de consumidor, que deixou de pagar elevadas taxas pelo uso de crédito acima de sua capacidade de pagamento. Evidências sugerem que o nível de crédito ofertado ao segmento não diminuiu. O que se observou, ao contrário, foi uma racionalização do uso do crédito, especialmente pelo segmento populacional mais endividado. Estas constatações indicam que medidas que visem a orientar o consumidor para a tomada de decisões mais racionais, combatendo possíveis vieses em seu processo de tomada de decisão, podem ter impacto bastante positivo[5].

---

[4] O impacto mais significativo das medidas foi sentido no segmento populacional com escore de crédito mensurado pelo índice FICO (*"FICO score"*) inferior a 620. Este segmento é usualmente conhecido naquele país como *subprime*. Neste sentido, seja Agarwal, Sumit; Chomsisengphet, Souphala; Mahoney, Neale e Stroebel, Johannes. *Regulating Consumer Financial Products: Evidence from Credit Cards*. NBER Working Paper No. 19484. Setembro de 2013. Disponível em http://www.nber.org/papers/w19484.

[5] O estudo elaborado por Agarwal et ali. estimou que as medidas do *Credit Card Act* de 2009 economizaram US$ 21 bilhões por ano aos consumidores norte-americanos, com maior impacto nos segmento com FICO score baixo de 620 – o *subprime*. Quanto à existência de vieses na tomada de decisão do consumidor e o papel da regulação em combater este tipo de falha informacional, veja o recente estudo publicado pela OCDE: Lunn,

4.2.110. Transpondo este tipo de preocupação para o mercado brasileiro, e para o setor de telecomunicações em especial, não é possível desconsiderar a importância de uma medida que amplie o número de consumidores com restrição de crédito no segmento contratualizado do setor. Dentre os possíveis impactos, seria possível prever o aumento de risco de fraude e inadimplência, uma vez que tal grupo de consumidores já não se encontra constrangido pela possibilidade de registro em órgão de proteção o crédito. O aumento da inadimplência poderia ser tomado como certo, uma vez que a medida proposta visa justamente a suspender um dos mecanismos existentes para o combate da inadimplência no setor, que é a prévia avaliação do risco de não pagamento com a contratação do serviço.

4.2.111. Porém, a consequência mais significativa talvez fosse o possível aumento de custos do setor, decorrente de um possível aumento da inadimplência. Além dos custos adicionais de cobrança e provisões para devedores duvidosos, a prestação de serviços de telecomunicações possui custos unitários, tais como custos de instalação de linhas e equipamentos, custos de habilitação de terminais, custos operacionais, taxas administrativas e impostos tais como TIF e TFF, etc. que incidem independentemente do pagamento da fatura pelo cliente. Tais custos, na ocorrência de maior inadimplência, seriam suportados pelos demais consumidores adimplentes para com o serviço, o que poderia levar até a uma elevação de preços dos serviços.

4.2.112. Não se trata, obviamente, de negar acesso aos serviços de telecomunicações aos consumidores com restrições de crédito. Não é esse o intento da regulamentação. Porém, não pode a regulamentação permitir que distorções ocorram no mercado, introduzindo na base de consumidores dos serviços de telecomunicações clientes com elevado risco de crédito e inadimplência. A avaliação de risco para o negócio deve ser deixada a cabo das próprias empresas, que melhor sabem gerir os seus negócios. O que deve a regulamentação fazer é garantir o acesso aos serviços de telecomunicações a qualquer cidadão, sob condições justas e vantajosas para ambas as partes envolvidas na prestação do serviço.

4.2.113. Por isso, proponho alterações no dispositivo que trata da adesão ao serviço por consumidor inadimplente, para que seja ofertado ao menos um plano, à escolha da prestadora, em geral de menor custo (modalidade pré-paga, por exemplo, se cabível), deixando a critério da prestadora a análise quanto à viabilidade de adesão, em outros planos de serviço, de consumidor com restrições de crédito.

4.2.114. Neste dispositivo, ademais, acrescentei parágrafo específico voltado a destacar que, uma vez existente a prestação do serviço mediante modalidade pré-paga, tal oferta seja assegurada a todos os interessados inadimplentes, indistintamente, sejam em relação à prestadora ou a terceiros.

4.2.115. Quanto ao dever de comunicação de alterações relativas aos preços e outras condições contratuais, a proposta de Regulamento buscou resguardar o necessário conhecimento prévio pelo consumidor de possíveis alterações de preços e outras condições firmadas em contrato, de maneira a afastarem-se eventuais surpresas e divergências de entendimento quanto a valores incluídos no faturamento dos serviços.

Peter. *Regulatory Policy and Behavioural Economics*, OECD Publishing, Janeiro de 2014. doi: 10.1787/9789264207851-en. Também disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/governance/regulatory-policy-and-behavioural-economics_9789264207851-en#page67.

4.2.116. Entretanto, tal como se encontra na proposta de Regulamento elaborada pela área técnica após a Consulta Pública, a redação do art. 38 pode levar a interpretações do texto regulamentar que não condizem com a política de proteção ao consumidor almejada pela Agência. Tal seria o caso de entender-se que a prestadora deve comunicar eventuais alterações de condições não previstas no contrato, isto é, realizadas de modo unilateral por ela. Obviamente, alterações unilaterais de contratos celebrados com o consumidor são vedadas pelo CDC. Qualquer alteração nas condições contratuais deve ser previamente acordada com ele.

4.2.117. Por outro lado, não se descarta a possibilidade de que algumas condições contratuais possam estar sujeitas a mudanças no decorrer da relação contratual, como são os casos de alteração ou extinção de Planos de serviço, Ofertas Conjuntas e promoções aos Consumidores, em relação aos quais propus alterações na redação para ressaltar que o comunicado aos interessados deve ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que estes se planejem na opção por outros Planos ou promoções.

4.2.118. Ademais, ao ser estabelecido um prazo mínimo de antecedência – que entendo adequado como 30 (trinta) dias – para envio desta comunicação ao consumidor, ao menos por meio de mensagem de texto ou mensagem eletrônica, harmoniza-se a necessidade de dar conhecimento prévio ao mesmo quanto a eventos importantes relativos à prestação do serviço, sem que isto prejudique o dinamismo do setor ou desestimule as prestadoras a inovarem na formatação e diversificação de ofertas ao público, o que é uma característica inerente ao mercado de telecomunicações.

4.2.119. Neste ponto, entendo, porém, que devem ser mantidas as regras específicas aplicáveis ao STFC, que garantem antecedência maior do comunicado, no caso de extinção de planos alternativos de serviços[6].

4.2.120. Desloquei o citado dispositivo para o Capítulo seguinte, por entender que se refere às questões pós-contratação.

4.2.121. Quanto ao Portal de Comparação, previsto no art. 39 da proposta da área técnica, entendi que o dispositivo merecia reformulação, num cenário de substituição da figura da Entidade Comparadora por mecanismo mais eficiente e descentralizado de comparação de ofertas e planos de serviços.

4.2.122. Desta sorte, retomei parte da ideia presente na versão pré-Consulta, que dispunha sobre a facilitação da comparação de ofertas nos páginas das prestadoras na internet, com destaque, em artigo específico, da necessária divulgação integral, pelas empresas, de todos os Planos de Serviço, Ofertas Conjuntas e ofertas promocionais comercializadas, de modo a assegurar ao consumidor a identificação de todas as possibilidades de acesso a ofertas das empresas.

4.2.123. Assim, primeiramente, de acordo com minha proposta, a prestadora que não se enquadre como Prestadora de Pequeno Porte deverá disponibilizar, em sua página, mecanismo aberto de comparação entre os diversos planos e ofertas que comercializa para que todos os interessados, clientes ou não, possam identificar com maior facilidade as opções mais adequadas ao seu perfil.

---

[6] De acordo com o estabelecido nos arts. 47, § 4º e 48, § 3º, do RSTFC, alterações no Plano Básico e nos Planos Alternativos do STFC devem ser comunicadas à Agência e aos consumidores com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência.

4.2.124. Ademais, também considero importante que essa comparação possa ser feita entre os planos e promoções de diversas prestadoras por qualquer interessado, quem quer que seja, sendo necessário, para isso, que as informações relativas às ofertas estejam disponíveis de forma adequada.

4.2.125. Destarte, proponho também dois novos artigos dentre as disposições gerais da sistemática de contratação de planos, ofertas conjuntas e promoções (Seção I do Capítulo II do Título III do RGC): um prevendo que a comparação de preços e condições poderá ser promovida por qualquer interessado, sem restrições; outro determinando que as prestadoras deverão disponibilizar sem ônus e de forma padronizada e de fácil acesso as informações relativas as suas ofertas de serviços.

4.2.126. A regra estabelecida quanto a este tema busca oferecer mecanismo de comparação ao consumidor que lhe possibilite determinar se o plano ao qual está vinculado ou que pretende vincular-se é mais vantajoso, levando em consideração os critérios referentes ao seu perfil de consumo, seja por pesquisa própria na página das prestadoras, seja por meio de portais de comparação operados por entidades e empresas especializadas, ou ainda, por exemplo, aplicativos para *smartphones* e *tablets* desenvolvidos especificamente para este fim.

4.2.127. Assim, entendo que o dispositivo apresentado traz a possibilidade de livre e consciente exercício de escolha pelo consumidor sobre condição ofertada que lhe seja mais vantajosa, conforme o seu perfil de consumo, proposta aderente, então, ao fortalecimento do poder de escolha do consumidor com a maximização da competição no mercado e consequente incremento de qualidade, da forma como se considerou ao longo do processo de elaboração do Regulamento em discussão.

4.2.128. Os requisitos mínimos e a forma de funcionamento do mecanismo de comparação da página da própria prestadora, bem como a formatação dos dados e as condições de disponibilização das informações necessárias para a comparação por terceiros, serão estabelecidos posteriormente pelo Grupo de Implementação do Regulamento (GIR), tratado no Título VI do RGC.

4.2.129. Outra questão fundamental que enderecei na proposta diz respeito à obrigatoriedade de disponibilização das ofertas, inclusive promocionais, de forma não discriminatória, a todos os interessados na área geográfica da oferta, abarcando inclusive clientes ativos da empresa. Trata-se de medida capaz de viabilizar o livre e pleno exercício do direito de escolha do consumidor.

4.2.130. Repiso, todas as ofertas devem estar disponíveis para contratação, ainda que o interessado já seja cliente da prestadora, sem distinção fundada na data de adesão ou qualquer outra forma de discriminação.

4.2.131. Essa determinação decorre diretamente do direito assegurado pelo inciso III do art. 3º da LGT, de não discriminação nas condições de acesso e fruição dos serviços, e tal entendimento já foi aplicado em diversas decisões, inclusive acautelatórias, da Agência.

4.2.132. A título de exemplo, no bojo do processo nº 53500.012222/2006, determinou a Anatel que certa prestadora do STFC adequasse uma oferta promocional para tornar claro e expresso que a oferta estava disponível também a todos os clientes de sua base e não apenas aos novos contratantes.

4.2.133. Por fim, casado com a obrigatoriedade de divulgação ampla de todos os Planos de Serviço, Ofertas Conjuntas e promoções comercializados pelas empresas, proponho reformular dispositivo prevendo a obrigatoriedade de as Prestadoras darem conhecimento à Anatel do inteiro teor de suas ofertas e promoções com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do início de sua comercialização.

4.2.134. As alterações são duas: a uma, proponho reduzir o prazo para apenas 2 (dois) dias úteis e, a duas, dispensar a homologação prévia de todos os Planos de Serviço, com exceção dos Planos do STFC. O dispositivo, consubstanciado no art. 49 de minha proposta, também prevê em seus parágrafos que a Agência poderá, caso se verifique necessário para preservar os direitos dos consumidores e a livre concorrência, determinar a qualquer momento a alteração, suspenção ou extinção do plano/oferta, bem como estabelecer uma estrutura mínima de Plano de Serviço específica a ser ofertada.

4.2.135. A lógica desta mudança é a flexibilização e desregulamentação do tema, assegurando procedimento simplificado de informação da Agência sobre o formato dos serviços ofertados, assegurada, de qualquer sorte, a possibilidade da Agência determinar a qualquer momento a alteração, suspensão ou exclusão de oferta que coloque em risco ou viole a regulamentação setorial.

4.2.136. Para mim, essa será uma das mais importantes inovações do RGC. A estrutura petrificada e o procedimento pouco flexível das regras atualmente vigentes para os Planos de Serviço têm como consequência o acentuado esvaziamento da utilidade de tais instrumentos.

4.2.137. Prova disso pode ser facilmente constatada, por excelência, na oferta e contratação do SMP, vez que, na prática, os consumidores não aderem a Planos, mas ao conjunto "Plano + promoção". Os Planos Básico e de Referência do SMP, por exemplo, são muito pouco competitivos porque estão atrelados a formas específicas de tarifação por tempo e condições compulsórias de abrangência e duração das ofertas.

4.2.138. Entendo que essas amarras devem ser desfeitas, pois, primeiro, estão ultrapassadas. Elas estão em descompasso com o atual cenário de competição vivenciado pelo setor de telefonia móvel – sob o alicerce da precificação por chamada, das ligações "ilimitadas" e dos substanciais descontos (e até gratuidade) para ligações internas a rede da própria prestadora ("*on net*").

4.2.139. Além disso, elas representam, para o consumidor, maior dificuldade para compreender o que, de fato, será ou foi contratado, ou está vigendo em sua relação com a prestadora, visto que, além do Plano, ele precisará de cada um dos regulamentos das "ofertas promocionais", editados pela prestadora, para saber os preços e tarifas que serão efetivamente cobrados.

4.2.140. O Plano de Serviço deve refletir, de forma clara e suficiente, o que realmente foi contratado, abrangendo todas as informações, custos e condições da contratação e da prestação dos serviços, especialmente os preços e tarifas aplicáveis e o período de sua vigência.

4.2.141. Nessa toada, a necessidade de homologação prévia e outras disposições regulamentares que burocratizam excessivamente e afastam da realidade praticada os Planos de Serviços devem ser substituídas por um regime de acompanhamento mais

simples e fluído, e garantida mais flexibilidade e liberdade na elaboração e oferta dos Planos de Serviço aos consumidores.

4.2.142. Diante do exposto, para que a mudança pretendida possa ocorrer adequadamente, proponho a revogação dos respectivos dispositivos regulamentares que preveem a necessidade de apresentação prévia e homologação, bem como outros que limitam a estrutura e a liberdade dos Planos, que abordarei em detalhes mais adiante nesta Análise, quando discutirei o rol de revogações e a *vacatio*.

4.2.143. As novas regras não alteram, no entanto, a disciplina que hoje rege a aprovação prévia, pela Agência, dos planos de serviço do STFC, cujo sistemática de homologação prevista no RSTFC persistirá aplicável, com todas as suas especificidades e exigências. O fundamento para essa ressalva é a complexa convivência de dois diferentes regimes de exploração do serviço de telefonia fixa – público/Concessionárias e privado/Autorizatárias –, bastante distintos e submetidos a regramentos muito peculiares, o que demanda uma reflexão específica, a ser realizada no processo de revisão do RSTFC, já em andamento, antes que se possa implementar qualquer reforma nas regras atualmente vigentes.

DA OFERTA CONJUNTA e DO CONTRATO DE PERMANÊNCIA

4.2.144. Os dispositivos que normatizam a oferta conjunta de serviços de telecomunicações são, principalmente, os arts. 37 e 42 a 45 da proposta de Regulamento da área técnica. Tais dispositivos encontram-se no Título IV, Capítulos I (*Das Disposições Gerais*) e II (*Da Contratação*), Seção II (*Da Contratação da Oferta Conjunta de Serviços de Telecomunicações*).

4.2.145. Por sua vez, os dispositivos que tratam o contrato de permanência – os quais abordam o tema da fidelização no âmbito dos contratos de serviços de telecomunicações – são, principalmente, os arts. 46 a 48 da proposta de Regulamento, os quais se encontram no Título IV, Capítulo III (*Do Contrato de Permanência*).

4.2.146. Ambos os temas, que serão aqui tratados de forma conjunta por serem relacionados, são extremamente relevantes e trazem mudanças importantes na regulamentação em vigor atualmente. As principais disposições propostas na presente minuta de Regulamento são:

- previsão regulamentar da contratação da oferta conjunta de serviços de telecomunicações (art. 37, *caput*);
- vedação à venda casada de serviços de telecomunicações (art. 37, parágrafo único);
- o preço relativo à oferta deve ser informado de forma conjunta (todos os serviços – isto é, o preço do pacote) bem como de forma avulsa (o preço de cada serviço individualmente) – art. 43;
- o preço relativo à oferta de um dos serviços de forma avulsa não poderá exceder aquele relativo à oferta conjunta de menor preço em condições semelhantes de fruição (art. 43, parágrafo único);

- os planos de serviços da oferta conjunta devem ser reajustados na mesma data (art. 44);
- a possibilidade de fidelização para todos os serviços de telecomunicações (o contrato de permanência), em contrapartida da oferta de benefícios ao consumidor, com prazo máximo de 12 (doze) meses (art. 46);
- a possibilidade do consumidor não optar pelo benefício, dispensada qualquer exigência de permanência mínima (§ 4º do art. 46);
- no caso de exigência da multa por rescisão contratual antes do final do prazo de permanência, seu valor deverá ser proporcional ao benefício ofertado ao consumidor e ao tempo que resta até o término deste prazo de permanência (art. 47); e
- para consumidor corporativo, o prazo de permanência será de livre negociação (art. 48).

4.2.147. Tais temas têm sido objeto de intenso estudo e debate atualmente. Em 2013, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) realizou amplo levantamento relativo a políticas e regulação de serviços de telecomunicações convergentes, intitulado *Regulation and Consumer Protection in a Converging Environment*[7]. Como parte desse trabalho, também foi realizada pesquisa junto às autoridades reguladoras nos países para elencar os principais tipos de reclamações dos consumidores dos serviços. Não surpreende que no topo da lista estejam preços/faturamento, qualidade do serviço e interrupções/cobertura.

4.2.148. Uma importante constatação desse trabalho foi a de que são necessárias mudanças no arcabouço regulatório para lidar com uma nova realidade, incluindo-se aspectos de proteção aos consumidores. Prestadores de serviços de telecomunicações que antes atuavam em segmentos distintos agora competem pelos mesmos consumidores. Paralelamente, vem ocorrendo uma rápida transformação na forma como serviços, aplicativos e conteúdos vêm sendo ofertados e vendidos aos consumidores.

4.2.149. O desafio para os reguladores consiste em acompanhar a dinâmica da convergência sob a ótica do consumidor. Para estes, a convergência não é um conceito abstrato de redes, prestadores e dispositivos, mas um processo que impacta seu comportamento e a forma de relacionamento com o prestador de serviço.

4.2.150. Esse trabalho da UIT traz, dentre suas conclusões, um conjunto de recomendações e práticas mais adotadas para se lidar com os desafios na oferta de serviços de telecomunicações convergentes. As principais recomendações são:

- atualizar a legislação/regulamentação existente para se adequar ao ambiente convergente;
- investir na transparência da informação para ao consumidor;
- criar um ambiente de confiança do consumidor nas ofertas de serviços convergentes; e
- implementação Regulatória:

[7] Disponível em: http://www.itu.int/en/ITU-D/Regulatory-Market/Documents/Regulation%20and%20consumer%20protection.pdf.

- criar uma equipe dedicada a proteção de consumidores de serviços de telecomunicações;
- estabelecer acordos com uma clara divisão de competências entre as autoridades regulatórias com atuação no tema de direitos dos consumidores;
- compartilhar informações; e
- criar vários mecanismos que permitam identificar violações às regras estabelecidas.

4.2.151. Em mercados maduros, um aspecto que tem merecido grande atenção regulatória na oferta de serviços de telecomunicações, inclusive combos (*triple play* e outros), é relativo às multas e penalidades por cancelamento total ou parcial dos serviços sujeitos a fidelização.

4.2.152. No Reino Unido, a solução adotada pela Ofcom foi a edição, em 2010, de uma "Orientação" relacionada às cláusulas abusivas em contratos de serviços de telecomunicações (no original: *Guidance on unfair terms in contracts for communications services*[8]).

4.2.153. Tendo em vista essa orientação, as prestadoras foram convidadas a rever os valores de suas multas rescisórias (*early termination charges*), o que resultou numa redução generalizada dos valores cobrados. Isso decorre, em parte, do entendimento de que o estabelecimento dessas multas deve se basear em princípios de transparência e de razoabilidade.

4.2.154. Já a autoridade reguladora das comunicações postais e das comunicações eletrônicas em Portugal – ANACOM, por sua vez, publicou recentemente um estudo de Caracterização da Adoção e do Consumo de Pacotes de Serviços de Comunicações Eletrônicas[9].

4.2.155. Esse estudo destaca o rápido crescimento que os combos (pacotes, na terminologia adotada em Portugal) de serviços de telecomunicações têm assumido, como proporção do mercado total, incluindo a telefonia fixa, telefonia móvel, acesso à Internet e TV por assinatura.

4.2.156. É interessante destacar algumas das principais conclusões desse detalhado estudo, com respaldo estatístico, da dinâmica de mercado em Portugal para os "pacotes de serviços de comunicações eletrônicas":

- apurou-se uma diminuição dos preços médios dos pacotes ao longo dos anos;
- verificou-se um elevado nível de desconhecimento sobre as condições de fidelização associadas à oferta de pacotes de serviços contratados;
- apesar da relativamente elevada proporção de reclamações e da relevante proporção de consumidores que mudaram de prestador de serviço nos últimos 12 (doze) meses, é alto o nível médio de satisfação percebida, associado aos pacotes;

[8] Disponível em: http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/consultations/addcharges/statement/Guidance.pdf.

[9] Disponível em: http://www.anacom.pt/streaming/Estudo_ANACOM_consumo_pacotesCE.pdf?contentId=1173917&field=ATTACHED_FILE.

- os consumidores com pacotes de serviços valorizam essas ofertas, seja porque precisam se relacionar com um único prestador de serviços, seja devido à redução nos preços face à compra isolada dos mesmos serviços;
- nos pacotes *triple play*, em média, os prestadores com participação de mercado pequena estão associados a preços menores;
- o prestador com maior fatia de mercado pratica, em média, preços acima dos praticados pelo restante dos prestadores de pacotes de serviços;
- de modo geral, os pacotes contratados há mais tempo estão associados a preços mais elevados que os contratados mais recentemente; e
- quando são oferecidos descontos iniciais na oferta do pacote de serviços, os preços dos pacotes tendem a ser mais elevados.

4.2.157. Como se pode verificar, a experiência internacional parece indicar uma relevância crescente da oferta de combos de serviços de telecomunicações. No entanto, mesmo com todas essas considerações, aspectos de valoração individual dos serviços reunidos em um combo, assim como de transparência nas informações contratuais e de razoabilidade na precificação das multas rescisórias associadas ao cancelamento parcial ou total dos serviços, justificam a adoção de certas medidas para garantir o direito à informação e o respeito à liberdade de escolha e de contratação do consumidor.

4.2.158. Tais preocupações foram incorporadas na minuta dos dispositivos trazidos à análise. É possível notar que a proposta contempla (i) a transparência nas informações prestadas ao consumidor quanto aos preços individuais dos serviços e eventuais benefícios em caso de fidelização; (ii) proporção da multa por rescisão antes do término do prazo de permanência ao benefício ofertado ao consumidor e tempo remanescente do contrato; (iii) fixação de prazo máximo de permanência (12 meses) voltado ao consumidor residencial, ficando tal prazo à livre negociação no caso de consumidores corporativos; e (iv) vedação à venda casada, garantindo-se a possibilidade da contratação individualizada de serviços.

4.2.159. Assim, entendo que a proposta de Regulamento está aderente às principais preocupações relativas ao tema.

V- DA COBRANÇA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.2.160. Em relação ao Título relativo à cobrança, vale destacar que, após a Consulta Pública, à parte de alterações redacionais promovidas no capítulo em destaque, foi eliminada a possibilidade de envio de documento de cobrança para pagamento antecipado à fruição do serviço na forma de pagamento pós-paga.

4.2.161. Cabe ressaltar que a prática da cobrança antecipada só não é expressamente proibida para o SeAC e, ainda assim, as prestadoras desse serviço têm progressivamente a abandonado em favor da cobrança pós-consumo, dadas as constantes reclamações dos consumidores em relação a essa prática, como a dúplice cobrança na primeira fatura e o não reembolso ao final do contrato.

4.2.162. Além disso, tal medida visa amparar o consumidor da Oferta Conjunta, pois, por vezes, alguns dos serviços do pacote são pagos antecipadamente e outros após. Além da possibilidade de gerar desinformação, quando da rescisão do contrato, o consumidor pode ser prejudicado caso a prestadora interrompa o fornecimento de todos os serviços, inclusive dos já pagos. Com tal alteração, o tratamento da oferta conjunta passa a ser uniforme.

4.2.163. Dessa forma, a redação *"aquisição antecipada de créditos"* é mais adequada para evitar reclamações em casos de rescisão.

4.2.164. Em relação ao relatório detalhado, em especial suas informações mínimas, as principais alterações se deram na fase pré-Consulta Pública, sendo que algumas merecem as seguintes considerações apenas para elucidar as redações da maneira mais didática possível.

4.2.165. Foram retirados os termos *"detalhamento do código de acesso de origem da chamada"*, como informação obrigatória do relatório detalhado de chamadas no Serviço Móvel Pessoal - SMP, vez que tal informação em muitas situações é bloqueada a pedido do consumidor.

4.2.166. Neste ponto específico, realizei ajustes na redação, de forma a destacar que a excepcionalidade de informação do Código de Acesso de origem em caso de consumidor visitante vale apenas para a hipótese de solicitação de bloqueio da identificação do código originador da chamada, caso em que basta, para fins de detalhamento, a informação da Área de Registro de origem da chamada.

4.2.167. Ademais, no inciso que previa a descrição detalhada das chamadas, com hora, minuto e segundo, foi retirado o termo *"da conexão de dados"*, dado que o conhecimento de cada conexão de dados é ineficaz, bastando a informação acerca do volume diário de dados trafegado, até para facilitar a comparação de planos para o Consumidor.

4.2.168. Ainda com relação a esse artigo, vedou-se a inclusão no documento de cobrança do detalhamento de chamadas direcionadas ao disque denúncia, visando resguardar evidentemente a segurança dos denunciantes, à luz do disposto no Projeto de Lei PL 5313/2013. O extravio de tais documentos poderia comprometer o anonimato e levar a uma redução ou esvaziamento desse tipo de denúncia.

4.2.169. Aumentou-se também o prazo de 90 (noventa) dias para 6 (seis) meses no caso de fornecimento de relatórios impressos detalhados, por conta do prazo máximo para cobrança de serviços prestados em atraso pela empresa.

4.2.170. Ademais, em relação ao detalhamento do documento de cobrança, houve após a Consulta Pública, manifestação expressa da Procuradoria por meio do seu Parecer n.º 1.238/2013/DFT/LFF/MGN/PFS/PFE-Anatel/PGF/AGU, de 04/10/2013, que da seguinte forma consignou:

> Do item "N" do Parecer
>
> (n) pela necessidade de que seja conferida ampla publicidade à obrigação da prestadora de fornecimento do relatório detalhado. É de suma importância que o assinante seja informado de seu direito de amplo acesso ao relatório detalhado dos serviços e facilidades prestados, seja no sítio eletrônico da prestadora, no espaço reservado, seja mediante solicitação, por meio impresso. Esta Procuradoria recomenda, portanto, que seja incluído um parágrafo no art. 51,

que estabeleça a necessidade de que esse direito do consumidor conste expressamente no documento de cobrança:

Proposta da PFE:

§4° O documento de cobrança deve conter a informação de que o relatório detalhado dos serviços e facilidades prestados está disponível no espaço reservado da página da Internet e pode ser solicitado por meio impresso, de forma permanente ou não, a critério do assinante.

4.2.171. A área técnica, por sua vez, no Informe n.° 39/2013-RCIC/SRC- PRRE/SPR, de 14/11/2013, rechaçou o referido item no Parecer adotando entendimento no sentido de que tal proposta não lhe parecia razoável, vez que o relatório detalhado é um direito de qualquer Consumidor e a inserção desta sugestão poderia fazer referência apenas ao documento de cobrança, o que pode ensejar a errônea conclusão de que relatório só é direito do consumidor pós-pago.

4.2.172. No tocante a esse aspecto, reputo que assiste razão à área técnica, não só pelas razões que acima foram consignadas, mas também porque, de fato, as informações que devem constar no documento de cobrança foram, na medida do possível, tratadas de forma concentrada no regulamento.

4.2.173. Tal tratamento não se deu de maneira aleatória, sendo dois os motivos mais relevantes para sua adoção: o primeiro deles, facilitar tanto para os consumidores, quanto para as prestadoras os itens que necessariamente devem constar no documento de cobrança, o que na medida do possível pode tornar tais documentos mais uniformes e visualmente mais compreensíveis por parte do consumidor.

4.2.174. Não obstante tal consideração, também se reputa como necessário afastar o uso do documento de cobrança com informações que podem se tornar excessivas, o que pode acabar contribuindo para não só um aumento de dúvidas por parte do consumidor como até mesmo desinteresse na leitura de exaustivos documentos.

4.2.175. Dessa forma, a redação, tal qual se apresentou na minuta de regulamento proposta, parece ser a mais adequada vez que se por um lado impede que sejam dadas poucas informações também afasta o uso excessivo e desnecessário dessas, já que tanto o excesso como a escassez de dados é prejudicial ao consumidor.

4.2.176. No tocante à disciplina do Relatório Detalhado, proponho, ademais, a inserção da discriminação detalhada dos tributos incidentes por serviços, incluídos tanto os serviços decorrentes de serviços de telecomunicações como os serviços de valor adicionado, com a finalidade de demonstrar ao consumidor a carga tributária incidente sobre os serviços adquiridos.

4.2.177. A ideia é que tanto o relatório detalhado dos serviços como o documento de cobrança estejam devidamente adaptados aos dispositivos da Lei n.° 12.741, de 08/12/2012, que dispõem sobre as informações do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais, quando da emissão de documentos fiscais ou equivalentes.

4.2.178. Além do cumprimento dos dispositivos legais, estes incisos visam estabelecer medidas de esclarecimento ao consumidor. Explicitar os tributos e quais isenções e/ou imunidades fiscais são incidentes a cada serviço ou mercadoria adquirida significa munir o consumidor de informações para fomentar o processo democrático.

4.2.179. Afora tais acréscimos, sugeri aprimoramentos redacionais em relação a alguns pontos de menor importância, na forma do anexo à presente Análise.

DA FORMA DE PAGAMENTO PRÉ-PAGA

4.2.180. Quanto a este Capítulo da proposta de Regulamento, o dispositivo que requer maior atenção é o artigo relativo à validade de créditos pré-pagos. A proposta que segue anexa a esta Análise prevê uma validade mínima de 30 (trinta) dias para os referidos créditos.

4.2.181. A regulamentação atual da Agência não estipula prazo mínimo de validade para créditos pré-pagos. O que se exige é a obrigatória comercialização nas lojas das prestadoras de créditos com validade de 90 e 180 dias. Porém, antes de adentrar na justificativa da proposta de prazo mínimo, entendo necessário fazer uma breve consideração sobre a necessidade de se possibilitar a imposição de prazo de validade dos créditos pré-pagos.

4.2.182. De forma sintética, o valor da recarga é diretamente proporcional à validade dos créditos. Destarte, quanto maior for o prazo de validade, maior será o valor da recarga. Em um cenário de prazo indeterminado, certamente o valor mínimo de recarga seria extremamente alto, o que impediria que milhões de consumidores, principalmente de baixa renda, tivessem acesso a esse serviço.

4.2.183. Isso ocorre por uma questão econômica simples. A prestadora têm custos fixos e variáveis diversos com a prestação do serviço, inclusive tributos que incidem sobre cada linha habilitada, e obviamente precisa de um determinado fluxo de remuneração para viabilizar o negócio. Caso seja possível ao consumidor passar anos sem recarregar créditos em seu telefone pré-pago, por exemplo, a prestadora terá que precificar isso no momento da habilitação e da venda de créditos, o que certamente terá impacto no preço do serviço.

4.2.184. Portanto, uma medida que aparentemente seria boa para o consumidor, qual seja a não existência de prazo de validade de créditos, na realidade seria catastrófica para os consumidores na medida em que elevaria muito o valor do serviço, sem qualquer ganho razoável.

4.2.185. A discussão que deve ser feita é outra. Devemos analisar o problema de informação que existe nesse mercado, com os dados sobre a validade dos créditos quase que totalmente ocultos aos consumidores antes de sua aquisição, e sua relação com a atual realidade de créditos com prazos de validade muito pequenos, chegando a um único dia em alguns casos.

4.2.186. Os argumentos favoráveis a prazos menores de validade dos créditos estão relacionados à possibilidade de fracionamento dos valores mínimos de recarga. Tais argumentos podem ser sumarizados na ideia de que ao reduzir o valor da recarga mínima, por exemplo, para R$ 1,00 (um real), com validade de um dia estaria sendo gerada utilidade para o consumidor que só dispusesse daquele recurso no momento em que necessitasse realizar chamadas. Isto é, o consumidor que não dispusesse de valor suficiente para a realização de uma recarga com validade de um mês poderia comunicar-se com uma recarga de valor inferior, atendendo, assim, a necessidade do consumidor.

4.2.187. Já os argumentos contrários estão relacionados, essencialmente, ao problema de informação. Os cidadãos, ao tomarem a decisão de realizar uma recarga, consideram

sua restrição orçamentária, mas, em geral, não tem conhecimento de qual é a validade dos créditos que estão adquirindo, nem das demais opções ofertadas, fato que pode comprometer ou enviesar a escolha, trazendo à tona a questão de respeito ao direito do consumidor.

4.2.188. Nesse quesito, cabe mencionar que o problema de informação é amplamente debatido pela ciência econômica uma vez que pode fomentar alocação ineficiente de recursos pelo fato de comprometer o processo de tomada de decisão dos agentes, no caso, os consumidores.

4.2.189. Isso porque, caso a informação sobre a validade dos créditos não esteja clara antes da compra, o consumidor não terá meios para comparar as diferentes opções ofertadas antes de fazer sua escolha, podendo ser induzido ao erro no momento da aquisição de créditos.

4.2.190. Essa questão fica clara quando observamos as ofertas existentes nas páginas na internet das prestadoras. Em uma determinada prestadora, o valor de recarga de R$ 5,00 (cinco reais) vale por 10 dias enquanto o valor de recarga de R$ 10,00 (dez reais) vale por 30 dias. Esse exemplo demonstra que, caso o consumidor não tenha a informação sobre a validade de créditos de todas as opções de forma clara antes da compra, pode ser induzido a pagar mais do que precisa para a utilização do serviço de telefonia móvel. Nesse exemplo, se o consumidor sempre recarregar pelo valor mínimo quando o prazo de validade dos créditos termina, ao longo de um mês terá gastado o dobro do que gastaria com os créditos com validade de 30 dias. É importante destacar novamente que isso não seria um problema se a informação fosse clara, tornando essa opção consciente, o que não é o caso, entretanto.

4.2.191. Esse problema se torna ainda mais grave quando consideramos que a concorrência no setor está levando a uma constante diminuição no prazo de validade, exatamente por ser essa uma variável oculta ao consumidor. O resultado são prazos extremamente curtos, chegando a um dia em alguns casos, completamente descasados com a legítima expectativa dos consumidores. A combinação entre desinformação e rompimento de expectativa acarreta não só opções equivocadas do consumidor, mas também inúmeras reclamações de supostas irregularidades cometidas pelas prestadoras ao exigirem nova recarga em prazo tão curto.

4.2.192. Por outro lado, o principal fator gerador da dificuldade de se atribuir uma publicidade efetiva do prazo de validade de créditos é, por outro ponto de vista, um ganho ao consumidor, qual seja a pulverização dos pontos de venda. Com efeito, hoje o consumidor consegue adquirir créditos em supermercados, padarias, farmácias etc., o que é um ganho inegável para os usuários de serviços de telecomunicações pré-pagos. Entretanto, essa dispersão de pontos de venda dificulta muito a correta divulgação do prazo validade dos créditos, o que torna inviável a opção de tentar solucionar o problema informacional por uma simples obrigação regulamentar de correta divulgação dos dados.

4.2.193. Inviabilizada essa forma de correção do problema, resta trabalhar com variáveis de padronização, para que o consumidor consiga ter uma correta expectativa de validade do crédito, ainda que haja falha na divulgação dessa informação. Afastadas as hipóteses de correlação entre prazo de validade e valor da recarga, por ser uma forma de interferência no preço do serviço, o que é vedado pela LGT para serviços prestados em regime privado, figura-se como opção mais razoável a imposição de

prazo mínimo de validade de créditos, compatível com a legítima expectativa do consumidor.

4.2.194. O prazo mínimo, nesse cenário, funcionaria como ponto focal tanto da competição quanto da formação da expectativa do consumidor, garantindo que a disputa competitiva não se baseie em variáveis ocultas ao usuário, mas incida tão somente no valor mínimo de recarga.

4.2.195. Para chegarmos a uma definição de prazo, entretanto, é inescapável a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Considerando que o tempo de validade dos créditos é diretamente proporcional ao valor mínimo de recarga, a escolha do regulador deve recair sobre o menor prazo compatível com a legítima expectativa do consumidor em um cenário de falta de informação, para que haja a menor interferência possível na definição dos preços mínimos de recarga.

4.2.196. Dessa forma, considerando que o consumidor está habituado com uma periodicidade mensal de pagamentos de despesas continuadas e que o valor mínimo de recarga com validade de 30 dias tende a ser o segundo com menor valor na oferta das prestadoras e está em patamar razoável de acessibilidade para a população (entre dez e quinze reais), considero que a opção mais adequada para resolver o problema informacional existente no mercado pré-pago de serviços de telecomunicações é o estabelecimento do prazo mínimo de 30 dias para a validade dos créditos.

4.2.197. O capítulo em questão apresenta, ainda, alguns pontos de menor importância que merecem aprimoramentos redacionais, conforme identificado no anexo à presente Análise, merecendo destaque, apenas, a inclusão de termo à parte final do artigo referente a notificação, a fim de que o consumidor seja comunicado quando seus créditos estiverem não só na iminência de acabar (redação submetida à CP), mas também de expirar a validade.

DA FORMA DE PAGAMENTO PÓS-PAGA

4.2.198. O terceiro Capítulo deste Título trata da forma de pagamento pós-paga. Ele elenca a estrutura básica do documento de cobrança que, em regra, deve corresponder a um período faturado de 30 (trinta) dias de prestação do serviço.

4.2.199. Além disso, neste Capítulo também estão dispostas regras importantes acerca da emissão, da apresentação da cobrança ao consumidor e da solicitação da segunda via do documento de cobrança. Quanto a todos esses pontos, apenas proponho pequenos ajustes de redação, conforme minuta anexa a esta Análise.

4.2.200. Por outro lado, merece, a meu ver, especial destaque a previsão contida no art. 70 da proposta apresentada pela área técnica, que assim dispõe:

> Art. 70. O Assinante deve ser comunicado quando seu consumo se aproximar da franquia contratada, e ainda quando for significativamente maior em relação ao seu perfil de consumo.

4.2.201. Embora se trate de grande avanço em relação à comunicação quanto à expiração da franquia em planos pós-pagos, a segunda parte do dispositivo contém previsão demasiadamente onerosa para os agentes regulados.

4.2.202. Dois pontos principais ressaltam a onerosidade do dispositivo: (i) a necessidade de identificar o que seria o *"perfil de consumo"* do consumidor, condição variável e que

pode ser de difícil implementação pelas prestadoras em termos de consumo de recursos de tecnologia da informação, e (ii) a necessidade de traduzir os quantitativos físicos de consumo dos consumidores, armazenados nos sistemas das prestadoras durante os ciclos de faturamento, em valores monetários, isto é, a necessidade de realizar o casamento da informação relativa aos quantitativos físicos de consumo com os planos de serviço de cada consumidor, etapa que igualmente consome grande quantidade de recursos de tecnologia da informação.

4.2.203. Considero, todavia, importante manter a primeira parte do enunciado, que considero bastante adequado, pois permite ao consumidor saber quando a franquia está próxima do limite, de forma que possa melhor controlar seu consumo.

4.2.204. Desta forma, sugiro a manutenção apenas da primeira parte do dispositivo comentado.

DA CONTESTAÇÃO e DA DEVOLUÇÃO DE VALORES

4.2.205. Neste capítulo, destaco a nova regulamentação, agora padronizada para todos os serviços, relativa aos procedimentos de contestação e devolução de valores cobrados indevidamente pela prestadora.

4.2.206. É mister que o Grupo de Implementação dedique-se com grande afinco sobre este tópico, a fim de que as conquistas materializadas neste Regulamento sejam devidamente implementadas, assegurando seu usufruto pelos consumidores.

4.2.207. Em especial, chamo a atenção para a mecânica de contestação e devolução estabelecida nos arts. 73 e 75 da proposta de Regulamento elaborada pela área técnica:

> Art. 73. A ausência de resposta à contestação de débito no prazo de 15 (quinze) dias a contar da contestação obriga a Prestadora à devolução do valor questionado na forma do Art. 75.
>
> (...)
>
> Art. 75. O Assinante que efetuar pagamento de quantia cobrada indevidamente tem direito à devolução do valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês pro rata die.
>
> Parágrafo único. A critério do Assinante, os valores cobrados indevidamente devem ser devolvidos, por meio de:
>
> I - compensação por meio de abatimento no documento de cobrança seguinte à data da identificação da cobrança indevida, respeitado o ciclo de faturamento;
>
> II - pagamento por meio de créditos com validade mínima de 90 (noventa) dias ou com a validade do crédito contestado, o que for maior, considerando o prazo máximo de 10 (dez) dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida; ou
>
> III - pagamento via sistema bancário, considerando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida.

4.2.171. Desta forma, tem-se que diante da ausência de resposta pela Prestadora acerca de contestação formulada pelo Consumidor, a devolução torna-se obrigatória. A meu ver, trata-se de hipótese em que a devolução deve ser realizada de forma automática, devendo o Grupo de Implementação garantir que tal mecânica de devolução esteja devidamente implementada nos sistemas de faturamento das prestadoras.

4.2.172. Sendo assim, de forma a tornar mais claro que tal mecânica de devolução deve ser automática, proponho a inserção do termo "automática" no texto do art. 73.

4.2.173. Sugiro também, nesse cenário em que a devolução automática é uma consequência da ausência de resposta da Prestadora, que o seu prazo para exame da contestação seja ampliado para 30 (trinta) dias, com o intuito de propiciar uma análise mais pormenorizada do referido pleito. Não se pode olvidar que a proposta de ato normativo que ora se pretende aprovar aumentou o prazo em vigor de contestação, possibilitando ao Consumidor contestar valores contra ele lançados no período de 3 (três) anos.

4.2.208. Ainda sobre este tópico, dúvida poderia surgir quanto ao termo utilizado como marco temporal do citado dispositivo, isto é, a *"data da identificação da cobrança indevida"* pela Prestadora.

4.2.209. Deve-se deixar claro que, se a resposta ao consumidor quanto à contestação ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto, esta data é o momento em que a prestadora identifica a cobrança indevida, reportando-se ao consumidor sobre o assunto.

4.2.210. Porém, uma vez transcorridos tal prazo, não há dúvida de que a devolução deve ocorrer, de forma automática, sob uma das formas elencadas no artigo que disciplina os meios de devolução. A fim de tornar esta disposição mais clara, sugiro a inserção do texto "ou do decurso do prazo do art. 73" (observe-se que o artigo 73 será renumerado na versão definitiva do regulamento), de forma que o marco temporal do artigo 75 acima referido seja a "data da identificação da cobrança indevida ou do decurso do prazo do art. 73".

4.2.211. Por fim, sugiro ainda ajuste redacional no atual § 3° do artigo 77, a fim de tornar claro que, na hipótese de o consumidor não ser mais cliente da prestadora, o crédito existente deverá permanecer disponível para consulta e solicitação pelo período de 1 (um) ano a contar do envio ao consumidor da notificação da existência de tal crédito pela Prestadora.

Da Suspensão e Rescisão Contratual por Falta de Pagamento ou Inserção de Crédito

4.2.212. No que diz respeito a este Capítulo VI do Título em questão, tem-se uma mudança significativa após a Consulta Pública, tanto de cunho redacional quanto das condições de execução, em especial os prazos.

4.2.213. De acordo com a proposta consolidada pós-Consulta Pública, o prazo para a prestadora suspender parcialmente o serviço é de 15 (quinze) dias do *comprovado recebimento de notificação* de existência de débito.

4.2.214. Ocorre, no entanto, que dois aspectos devem ser levados em consideração nesta questão, sendo o primeiro deles a comprovação do recebimento de tal notificação e em seguida a manutenção do marco temporal – o que não me parece a opção mais adequada.

4.2.215. Na primeira situação, significativos questionamentos foram apresentados na CP por parte das prestadoras, indagando sobre a forma como tal *comprovação* de

recebimento se aperfeiçoará, sendo o meio mais aventado e polêmico o Aviso de Recebimento – AR.

4.2.216. A opção pelo AR implica, de fato, um ônus comprobatório maior, além de envolver um terceiro, os Correios, no marco inicial da contagem de prazo. Como forma de simplificar a questão, proponho a troca do termo "comprovado recebimento" por "notificação", ficando a critério da prestadora escolher o meio que lhe seja menos oneroso. Por consequência, também se modificou, pelo mesmo motivo, o §2º do art. 91 da minuta proposta pela área técnica.

4.2.217. Outra questão que deve ser destacada, embora não tenha sido suscitada nem pela Procuradoria, tampouco pela área técnica, são as situações nas quais, estando inadimplente o consumidor, a prestadora usa o documento de cobrança seguinte ao vencido para realizar a notificação, ao que parece como forma de diminuir seus custos.

4.2.218. Essa difundida prática reforça os argumentos para a substituição da exigência da comprovação de notificação proposta, até porque, ocorrendo a notificação de indébito no documento de cobrança seguinte ao vencido, o consumidor somente poderá ter o serviço suspenso transcorridos 15 (quinze) dias do vencimento dessa segunda fatura, quando além de se presumir efetivamente notificado, também lhe será concedido prazo maior a menor custo para a operadora.

4.2.219. Mudança significativa também foi incluída após Consulta Pública na redação d o dispositivo sobre os prazos para a suspensão parcial e total e rescisão do contrato de serviço: a área técnica sugeriu uma única notificação informando acerca de todas as possibilidades de suspenção e rescisão.

4.2.220. Tal inclusão é muito bem vinda haja vista a dificuldade prática que existia por parte das prestadoras em realizar duas notificações, tal como eram obrigadas, por exemplo, pelo Regulamento do STFC. A alegação da prestadora em relação à onerosidade dos custos de notificação se revela procedente, e é perfeitamente possível conciliar o direito do consumidor em ser notificado previamente da suspensão do serviço com tal proposta.

4.2.221. Em relação ao artigo que impõe obrigação à prestadora, enquanto não rescindido o contrato, de atender a solicitações que não importem em novos custos para o Consumidor, a Procuradoria se manifestou no sentido de incorporar alterações sugeridas no âmbito da proposta do RSTFC sobre atendimento de inadimplentes, em especial no que tange ao rol de solicitações passíveis de atendimento. Por essa razão elenca algumas dessas solicitações como a mudança de plano, exceto quando se tratar de solicitação de mudança para plano de serviço mais onerosos, a contratação de serviços adicionais, mudança de endereço e transferência de titularidade do contrato de prestação de serviço.

4.2.222. De acordo com a Procuradoria, a ideia central de tal proposta é dissipar dúvidas sobre quais solicitações são passíveis de atendimento por parte da prestadora, bem como trazer segurança jurídica e prevenir reclamações por parte dos consumidores.

4.2.223. A Superintendência partilha da preocupação da Procuradoria, porém sugere artigo mais genérico, sem menção específica aos tipos de atendimento facultado às prestadoras. Exemplifica o caso da portabilidade numérica como um passível de atendimento, por não gerar ônus, e que não foi contemplado na proposta.

4.2.224. Entendo que assiste razão à Superintendência até porque um rol exaustivo poderia não contemplar todas as hipóteses de atendimentos que não geram ônus às prestadoras, de sorte que um comando mais genérico de fato é o mais adequado para o caso, razão pela qual a redação do artigo deve ser mantida.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

DA COMPARAÇÃO DE OFERTAS

4.2.225. O sexto e último Título deste Regulamento condensa as propostas de criação da Entidade Comparadora que, dentre outras atribuições, implanta e operacionaliza o Portal de Comparação dos planos e ofertas de serviços das operadoras, e de um Grupo de Implantação do Regulamento, para orientar e acompanhar o processo de transição às disposições nele contidas. Além disso, este Título também elenca algumas considerações finais gerais e prevê os prazos de transição.

4.2.226. O tema da Entidade Comparadora está inserido, na proposta de Regulamento da área técnica, nos arts. 94 a 109, alocados no Capítulo I (*Da Comparação de Ofertas*) e suas Seções.

4.2.227. Ao se buscar oferecer ao consumidor maior transparência e comparabilidade nas ofertas de serviços de telecomunicações (telefonia móvel, telefonia fixa, internet banda larga e TV por assinatura), tanto de forma individualizada quanto nos *combos*, uma das estratégias de maior sucesso tem sido o desenvolvimento de portais de comparação na internet e aplicativos para *smartphones* e *tablets* específicos para essa finalidade.

4.2.228. Do ponto de vista do consumidor, trata-se de serviço com benefícios tangíveis, seja pela ampla capacidade de comparação para o seu perfil específico, seja pela atualização constante das informações das ofertas das prestadoras.

4.2.229. No entanto, do ponto de vista da autoridade reguladora nacional de telecomunicações ao redor do mundo, a questão que se coloca é de qual o nível de ação regulatória, necessária ou desejável para o desenvolvimento desse "serviço", assegurando que o máximo de informação esteja disponível e de forma fidedigna.

4.2.230. Não há resposta única para essa questão. O que se observa da experiência internacional é que existem basicamente três abordagens adotadas pelos reguladores:

a) encarar esse como um serviço de valor adicionado, portanto não sujeito a regulação, e que se desenvolve como consequência de uma dinâmica de mercado. Essa tem sido a abordagem em países como EUA, Canadá e Austrália[10], onde existem múltiplos prestadores privados desses serviços, com modelos de negócio distintos e competindo entre si;

b) embora reconhecendo que esse é um serviço de valor adicionado, não sujeito a regulação, identificar como de competência da agência reguladora a certificação de que o serviço utiliza-se de informações confiáveis dos prestadores de serviços de telecomunicações. Essa tem sido a linha adotada

[10] Exemplos: http://www.validas.com/ (EUA) e http://www.phonechoice.com.au/ (Austrália).

pela Ofcom[11], no Reino Unido, que fornece um "selo" de credenciamento às entidades comparadoras; e ainda,

c) centralizar essa função comparadora em uma única entidade, com a chancela da agência reguladora, onde podem ser encontradas as ofertas dos quatro grandes serviços de telecomunicações, e realizadas todas as comparações e simulações. Essa é a abordagem adotada por alguns países europeus, notadamente a Irlanda[12].

4.2.231. Porém, considerando a realidade brasileira, a previsão de uma Entidade Comparadora tal como estabelecida na minuta de Regulamento apresenta algumas desvantagens, sendo possível elencar, principalmente, a menor capacidade de inovação e de aderência aos anseios dos consumidores.

4.2.232. Pois, caso o consumidor dê real valor a esse tipo de serviço de comparação, haverá espaço para o crescimento e aprimoramento desse mercado com as medidas de facilitação de acesso à informação adotadas por este Regulamento, discutidas alhures.

4.2.233. Desta forma, no caso brasileiro, onde estão sendo dados os primeiros passos para a disponibilização mais ampla desse tipo de serviço de valor adicionado, entendo que os esforços regulatórios devem estar centrados na disponibilização do acesso às informações detidas pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, e não na obrigatoriedade de criação de uma entidade que centralize a comparação de ofertas, com normas rígidas de organização e funcionamento.

4.2.234. A disponibilização do acesso às informações detidas pelas prestadoras deve se aplicar tanto em relação aos dados dos diferentes planos de serviço das prestadoras, para que as comparadoras possam alimentar seus sistemas, como dos dados históricos individuais dos consumidores, para que esses possam mapear seu perfil de consumo em relação às ofertas.

4.2.235. É possível estimar que, com essas medidas de transparência e ampla comparabilidade das ofertas de serviços de telecomunicações, possam se desenvolver modelos de negócio sustentáveis para entidades comparadoras, livres para desenvolver seus modelos de negócio e criar inovações, tal como se observa no mercado internacional.

4.2.236. Outrossim, considero que o credenciamento e acompanhamento, pela Agência, das atividades desenvolvidas pelas Entidades Comparadoras extrapolaria a sua área de atuação e conhecimento. E, como já afirmei, entendo que portais de comparação e aplicativos específicos para esta finalidade poderão desempenhar essa atividade com melhores resultados.

4.2.237. Desta forma, sugiro alterações na proposta de Regulamento, quanto a este tocante, conforme identificado em anexo.

DO GRUPO DE IMPLEMENTAÇÃO DO REGULAMENTO

---

[11] Disponível em: http://consumers.ofcom.org.uk/price-comparison/.

[12] Disponível em: https://www.callcosts.ie/home/default.asp.

4.2.238. Feitas essas considerações, mister observar que a exclusão da Entidade Comparadora da proposta (Título VI, Capítulo I) implica a necessidade de revisão da estrutura de tópicos e da redação de vários artigos dos outros Capítulos deste Título – em especial, as atribuições e competências do Grupo de Implantação do Regulamento (Capítulo II) e os prazos de transição nas Considerações Finais (Capítulo III), que fazem referência a ela.

4.2.239. O Grupo, composto pela Anatel e pelas Prestadoras, inclusive as de Pequeno Porte, ou as entidades que as representem, será um elemento importante para coordenar o processo de implantação das disposições deste novo Regulamento. Ele será constituído e terá seus membros nomeados na reunião de instalação, que ocorrerá em até 20 (vinte) dias a contar da publicação deste Regulamento.

4.2.240. Entre suas atribuições estão as de orientar, acompanhar e avaliar a implantação das disposições regulamentares para que se dê de forma padronizada, orientada às melhores práticas, métodos e técnicas, e, em última análise, seja bem-sucedida.

4.2.241. Outrossim, as discussões e contribuições do Grupo de Implementação do Regulamento serão compiladas e darão origem a um manual operacional, que será observado nos procedimentos fiscalizatórios da Anatel.

4.2.242. Diante do exposto, quanto ao Título VI, proponho rever o Capítulo II (*Do Grupo de Implementação do Regulamento*) para retirar as referências à Entidade Comparadora e ao Portal de Comparação (aspectos técnicos, forma de financiamento etc.) dos artigos que tratam da composição e das atribuições do Grupo.

4.2.243. O mesmo tratamento deve ser dado ao Capítulo seguinte (*Das Considerações Finais*) – cujos dispositivos foram realocados na versão ora apresentada –, segundo o qual, após a implantação do Portal de Comparação do Consumidor, abre-se a possibilidade de dispensa da homologação prévia dos Planos de Serviço, e são criadas condições excepcionais para a disponibilização de informações das Prestadoras de Pequeno Porte que optarem por não participar do Portal.

PRESTADORAS DE PEQUENO PORTE E MICRO PRESTADORAS

4.2.244. Em continuidade à análise da proposta de Regulamento em tela, uma inovação que apresento aos meus Pares diz respeito às Prestadoras de Pequeno Porte (PPP). Em diversos dos dispositivos da presente Proposta as PPP recebem tratamento assimétrico:

- o Atendimento por Internet é diferenciado;
- o Centro de Atendimento Telefônico só precisa estar disponível nos dias úteis, das 8h às 20h;
- as gravações dos contatos telefônicos devem ser mantidas apenas por 90 (noventa) dias;
- não existe a obrigação de disponibilizar a rescisão automatizada;
- não se aplicam as obrigações relativas ao Setor de Atendimento Presencial; e
- não é necessário disponibilizar as informações para a comparação de planos e ofertas de serviço com o perfil de consumo do Consumidor.

4.2.245. Foi estabelecido, por outro lado, no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (RSCM), aprovado pela Resolução n.º 614, de 28/05/2013, um tratamento ainda mais assimétrico às menores PPP, ou, como se convencionou denominar, *"micro prestadoras"*, que possuem até 5.000 (cinco mil) acessos em serviço, ou, em se tratando de prestadoras do STFC nas modalidades de longa distância, 5.000 (cinco mil) documentos de cobrança emitidos por mês.

4.2.246. Por oportuno, resgato o debate ocorrido por conta da publicação do novo RSCM, ocasião na qual apresentei meu Voto n.º 52/2013-GCRZ, de 23/05/2013. Destaquei naquela oportunidade a importância da regulamentação assimétrica como instrumento para fomentar a competição no setor e que, de igual forma, uma carga regulatória pesada não só representa um fardo para os pequenos prestadores do setor, como uma enorme barreira de entrada para novas empresas.

4.2.247. Sob esta ótica, a Agência deve construir novos regulamentos que fomentem a incursão de novos *players* no mercado, sendo que as externalidades dessa medida tendem a gerar preços mais acessíveis, incremento na qualidade, número maior de pessoas com acesso aos serviços de telecomunicações, impulso a economia, geração de empregos, entre outros tantos passíveis de menção.

4.2.248. Nesta vertente, propus a criação de uma terceira figura de prestador cujo corte para implementação de assimetrias fosse de 5.000 (cinco mil) acessos em serviço, que foi acolhida e resultou no art. 74 do RSCM/2013, *in verbis*:

> **RSCM/2013:**
> **Art. 74. As Prestadoras de Pequeno Porte que possuam número inferior a 5.000 (cinco mil) acessos em serviço ficam isentas das obrigações consubstanciadas nos §§ 3º e 4º do art. 46, inciso XV e parágrafo único do art. 47, art. 48, art. 50 e inciso XX do art. 56.**

4.2.249. Essas disposições do RSCM, não custa lembrar, serão revogadas com a publicação do presente Regulamento. Observo, no entanto, que a proposta submetida às contribuições da sociedade por meio da Consulta Pública, assim como a proposta da área técnica posterior, olvidaram reproduzir tal mecanismo de tratamento diferenciado.

4.2.250. Ademais, entendo que ele não apenas deve permanecer – doutro modo, estaríamos regredindo na regulação/regulamentação do SCM –, como ser estendido às prestadoras dos demais serviços nessas mesmas condições.

4.2.251. Diante disso, proponho a inserção, nas considerações finais e transitórias do Regulamento, de artigo especificando tratamento diferenciado às prestadoras que possuam até 5.000 (cinco mil acessos) ou documentos de cobrança emitidos por mês, na forma da minuta em Anexo.

4.2.252. Assim, essas *"micro prestadoras"* estarão sujeitas tão somente às regras e deveres gerais da prestação dos serviços, elencadas na legislação de defesa dos direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, que deram origem ao Título II, Capítulo I (*Dos Direitos do Consumidor*) e no Título III, Capítulo I (*Dos Princípios Gerais*) deste Regulamento. Cumpre ressaltar que tal medida não importa no cerceamento de quaisquer direitos dos consumidores, cujo respeito continuará plenamente exigível, mas apenas na não oneração regulatória, com ritos complexos e formas específicas para o atendimento desses direitos.

REVOGAÇÕES E *VACATIO*

4.2.253. No que concerne à estrutura, por uma questão de organização e clareza, entendo que as disposições que dizem respeito aos prazos de implantação e migração aos novos ditames regulamentares devem constar não do Regulamento, mas da Resolução que o aprovar, juntamente com as revogações.

4.2.254. Inicialmente, proponho que o Regulamento entre em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de quando a maior parte de suas disposições passará a ser exigível. Entre elas, merecem destaque as que dizem respeito ao mecanismo de rescisão automatizada, à validade mínima dos créditos pré-pagos e a obrigação de reajuste na mesma data de todos os Planos de Serviço atrelados a uma Oferta Conjunta – antigas e justas demandas dos Consumidores dos Serviços de Telecomunicações.

4.2.255. Outros dispositivos, em especial os que necessitam de mais tempo e recursos para serem efetivados, terão sua vigência regida em consonância com a complexidade das ações necessárias a sua implementação. Ressalto que, embora muitas dessas obrigações já existam, impostas pela regulamentação dos serviços, pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11/09/1990), pela Lei do SeAC (Lei n.º 12.485, de 12/09/2011) e pelo Decreto do SAC (Decreto n.º 6.523, de 31/07/2008), o que aqui se discute é a necessidade de adaptação à forma, às condições e ao rito estabelecido pelo Regulamento que ora se debate. Durante o período de *vacatio* deste Regulamento, não custa lembrar, elas continuarão a ser exigidas nas formas e condições previstas nos respectivos regulamentos dos serviços, sem qualquer prejuízo à prestação dos serviços e aos Consumidores.

4.2.256. Feitas essas considerações, serão quatros os prazos adicionais para a plena exigibilidade dos dispositivos do Regulamento, 8 (oito) meses, 12 (doze) meses, 18 (dezoito) meses e 24 (vinte e quatro) meses, ficando, evidentemente, os maiores prazos associadas as obrigações que exigem um maior grau de coordenação e de investimentos em infraestrutura, qualificação de funcionários e colaboradores ou ainda no desenvolvimento de ferramentas e tecnologias da informação. Esses prazos ficarão divididos conforme segue:

I – no prazo geral, de 120 dias, as obrigações relativas:

a) à rescisão automática;

b) á validade mínima de 30 (trinta) dias dos créditos pré-pagos;

c) às novas regras de contestação e devolução automática no caso de ausência de resposta da prestadora no prazo de 30 (trinta) dias;

d) ao fim da cobrança antecipada; e

e) ao acesso a todas as ofertas, inclusive promocionais, sem discriminação, por todos os interessados.

II – no prazo de 8 (oito) meses, as relativas:

a) às novas regras quanto ao histórico das demandas do consumidor; e

b) à disponibilização, na página da prestadora, das informações necessárias à comparação de ofertas e serviços.

III – no prazo de 12 (doze) meses, as relativas:

a) à implantação do espaço reservado ao consumidor na página da prestadora;

b) à gravação de todos os atendimentos telefônicos, inclusive os iniciados pela prestadora;

c) à implementação de mecanismo de comparação de ofertas, na página da prestadora; e

d) às estruturas mínimas do Relatório Detalhado e do Documento de Cobrança (exceto Mensagens Importantes).

IV – no prazo de 18 (dezoito) meses, as relativas:

a) ao canal comum para atendimento de Ofertas Conjuntas;

b) às novas regras para os Estabelecimentos Associados à Marca da Prestadora; e

c) à notificação informando o iminente esgotamento da franquia contratada.

V – no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, as relativas:

a) ao campo Mensagens Importantes, do Documento de Cobrança.

4.2.257. Destaco ainda que o Título VI, que trata das disposições finais e transitórias, bem como da constituição, atribuições e funcionamento do Grupo de Implementação do Regulamento, entrará em vigor imediatamente, na data da publicação da Resolução.

4.2.258. Finalmente, com o objetivo de eliminar duplicidades e dispositivos conflitantes em normas pré-existentes, devem ser expressamente revogados, nos termos do art. 9º da Lei Complementar n.º 95, de 26/02/1998, ou ter sua redação alterada, os artigos listados no Anexo II à Resolução que aprovar este Regulamento.

4.2.259. As revogações e alterações que se fazem necessárias para a compatibilização dos dispositivos do RGC com o dos diversos regulamentos que abarcam o atendimento, oferta e cobrança aos usuários do STFC, SMP, SCM e dos Serviços de TV por Assinatura.

4.2.260. Além disso, as alterações também se fazem necessárias para compatibilizar o RGC com as disposições remanescentes em cada um deles, bem como para corrigir remissões ou para adequar os termos existentes à nomenclatura introduzida nesse novo Regulamento.

4.2.261. Por fim, e dada a importância do presente Regulamento, que seguirá como a principal referência para a compreensão do cidadão comum acerca das regras aplicáveis à prestação de serviços de telecomunicações e, ademais, tendo em conta a complexidade do setor e tecnicidade da regulamentação, proponho, à luz do papel institucional da Anatel na educação para consumo, que seja elaborada cartilha educativa, ilustrativa, inclusive disponibilizada em formato eletrônico no sítio eletrônico da Agência, contendo síntese didática dos principais direitos do consumidor de telecomunicações, a ser amplamente divulgada.

4.2.262. Proponho ainda determinar ao Grupo de Implementação do Regulamento que acompanhe e avalie os impactos e eventuais dificuldades técnicas da inclusão do campo "Mensagens Importantes" nos documentos de cobrança e, se for o caso, informe-os ao Conselho Diretor.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, atendidos os requisitos legais e regimentais e, reconhecida a conveniência e oportunidade da proposta resultante da Consulta Pública n.º 14, de 15/03/2013, proponho:

a) Aprovar o presente Regulamento, com expedição da correspondente Resolução, na forma sugerida pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação, acrescida das alterações propostas na presente Análise;

b) Determinar à Superintendência de Relações com Consumidores, em coordenação com a Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social, a elaboração de cartilha educativa, para ampla divulgação, contendo síntese didática dos principais direitos do consumidor de telecomunicações inauguradas pelo novo paradigma regulamentar; e

c) Determinar ao Grupo de Implementação do Regulamento que avalie os impactos da inclusão do campo "Mensagens Importantes" nos documentos de cobrança.

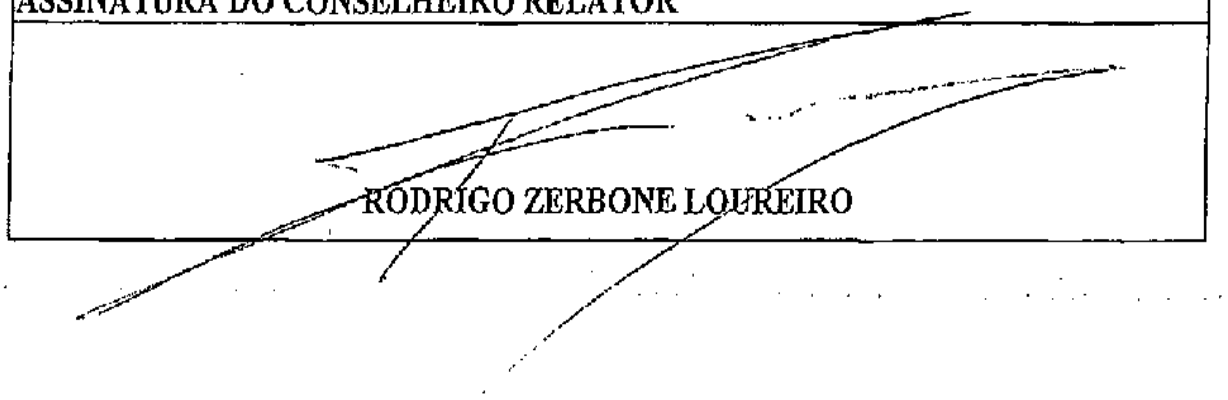
6. ANEXOS

6.1. ANEXO I: Proposta GCRZ: minuta de Regulamento sem marcas de revisão;

6.2. ANEXO II: Proposta GCRZ: minuta de Regulamento com marcas de revisão em relação à proposta final da área técnica pós Consulta Pública n.º 14/2013;

6.3. ANEXO III: Proposta GCRZ: minuta de Resolução que aprova o Regulamento.

ASSINATURA DO CONSELHEIRO RELATOR



RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária de 2014, do Conselho de Comunicação Social, já convocando a 5ª Reunião Ordinária de 2014, nos termos regimentais, para o dia 2 de junho de 2014, às 14 horas.

Agradeço a participação e desejo a todos uma boa tarde, quase noite.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 12 minutos.)

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 11, de 2014

Altera a composição da Comissão instituída com o objetivo de adotar as providências administrativas estabelecidas pelo artigo 133 da Lei 8.112, de 1990, com a redação da Lei nº 9.527, de 1997.

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE designar o servidor **RICARDO AUGUSTO DA SILVA**, matrícula nº 43774, para compor a Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, em substituição ao servidor BRENO GOMES DA SILVA MESQUITA, matrícula nº 222323.

Senado Federal, 29 de maio de 2014. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 5496 Seção 1, de 02/06/2014

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 12, de 2014

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, tendo em vista o disposto no § 3° do art. 55 da Resolução nº 35, de 2012, que institui o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS), RESOLVE:

Art. 1° Fica designado o servidor **JULIANO SÁVIO BARBOSA EIRADO**, matrícula 257210, eleito para integrar o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2014. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 5496 Seção 1, de 02/06/2014

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

02/06/2014

Segunda-feira

16h	**Ordem do Dia** Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-SD - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27
PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Ivonete Dantas. . . . . PMDB/RN
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PMDB/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 22
PT-13 / PDT-5 / PCdoB-2 / PSOL-1
PRB-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Gleisi Hoffmann. . . . . PT/PR
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PCdoB/CE
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Marcelo Crivella. . . . . PRB/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-11 / DEM-4 / SD-1

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Vicentinho Alves. . . . . SD/TO
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 11
PTB-6 / PR-4 / PSC-1

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Cidinho Santos. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR

PSB - 4

Antonio Carlos Valadares. . . . . SE
João Capiberibe. . . . . AP
Lídice da Mata. . . . . BA
Rodrigo Rollemberg. . . . . DF

PROS - 1

Ataídes Oliveira. . . . . TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	22
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	11
PSB.	4
PROS.	1
TOTAL	81

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)
Lídice da Mata** (PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22

Líder
Humberto Costa - Bloco (117,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,128)
Marcelo Crivella (36,120,127)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (117,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,128)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120,127)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,119)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,124)
Jayme Campos (28,106,110,122)
Alvaro Dias (73,123)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,123)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,119)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83,129)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.

45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.

81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Více-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
119. Senador Wilder Morais é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.

121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.
122. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2º Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1º Vice-Líder do PTB.
127. Senador Marcelo Crivella é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
128. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
129. Em 22/05/2014, é lido o Of. 2/2014-GLGOV, que comunica o desligamento da Senadora Lídice da Mata do cargo de Vice-Líder da Liderança do Governo.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

**. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Gulherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

3) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4) CPI DA PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)
RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE)

Leitura: 01/04/2014
Designação: 13/05/2014
Instalação: 14/05/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)	1.
Valdir Raupp (PMDB-RO) (4)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	3.
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Anibal Diniz (PT-AC) (1,2)
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,2)	2. Jorge Viana (PT-AC) (1)
Humberto Costa (PT-PE) (1)	
Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cyro Miranda (PSDB-GO)	1. Jayme Campos (DEM-MT)
	2. Vicentinho Alves (SD-TO)
VAGO (5)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)	1. Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)
Gim (PTB-DF) (3)	

Notas:

1. Em 14.05.2014,os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Humberto Costa e Acir Gurgacz são designados como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin são designados como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 45/2014-GLDBAG).
2. Em 14.05.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ser membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 46/2014-GLDBAG).
5. Em 14.05.2014, o Senador Wilder Morais solicita a sua retirada deste Colegiado (Of.29/2014-GSWMOR)
4. Em 14.05.2014, os Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira são designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 96/2014-GLPMDB)
3. Em 14.05.2014, os Senadores Antônio Carlos Rodrigues e Gim são designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim como membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 510/2014-BLUFOR).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Finalidade: Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
RELATOR:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

Designação: 30/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.

Notas:
*. Em 28.05.2014, foi criada, nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2014, Comissão de Juristas para acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, com os seguintes membros: Ministro Luiz Fux, presidente; Professora Tereza Arruda Alvim Wambier; Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro; Professor José Roberto dos Santos Bedaque; e, Professor Bruno Dantas.

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (7)	
Senador José Pimentel (PT) (4)	1. Senador João Capiberibe (PSB) (5)
Senador Anibal Diniz (PT) (4)	2. Senadora Angela Portela (PT) (5)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) (1)	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) (1)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)	2. Senadora Ana Amélia (PP) (1)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (1)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) (1)
Senador Francisco Dornelles (PP) (1)	4. Senador Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (3)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Gim (PTB) (2)	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (6,3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (5)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (7)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS
Senador Anibal Diniz (PT)
Senador Jorge Viana (PT)
Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:
*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
************. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*************. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**************. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias. (Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013
Prazo final prorrogado: 27/06/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.
**. Em 28.05.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 7, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 27 de junho de 2014.
1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013
Prazo final prorrogado: 09/07/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Eduardo Braga (PMDB)
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (2)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:
*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.
**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.
***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.
****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.
*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.
******. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.
*******. Em 8.5.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 4, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.7.2014.
1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.
2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE JURISTAS PARA ACOMPANHAR A COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA AO CPC

Finalidade: Acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

(Ato do Presidente nº 8, de 2014)

PRESIDENTE: Ministro Luiz Fux

MEMBROS
Ministro Luiz Fux
Professora Tereza Arruda Alvim Wambier
Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro
Professor José Roberto dos Santos Bedaque
Professor Bruno Dantas Nascimento

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (68,94,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Gleisi Hoffmann (PT) (90)	4. Humberto Costa (PT) (57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
VAGO (60,87)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) (60,83)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PMDB) (23,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (93)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Vicentinho Alves (SD) (95,96,2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30,79,81,85,88)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (45,94,29)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)
Cidinho Santos (PR) (92,26,27,28,53,67,91)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. VAGO (21,67,77,80,84)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. nº 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício nº241/2014-GSVALV).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (6)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (5)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (11,1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. VAGO (9)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (10)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Cidinho Santos (PR) (2,3)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos(Of. nº 254/2013/CAE).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (42,60,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Ana Rita (PT) (57)	4. Wellington Dias (PT) (57)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (35,23)	1. VAGO (35,55,6,17,23,30)
Roberto Requião (PMDB) (35,37,2,23)	2. VAGO (35,49,23,30)
Casildo Maldaner (PMDB) (35,3,4,23)	3. Eduardo Braga (PMDB) (35,23,30)
Vital do Rêgo (PMDB) (35,23)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (35,37,23,30)
João Alberto Souza (PMDB) (35,23)	5. Romero Jucá (PMDB) (35,23,30)
Ana Amélia (PP) (35,14,15,16,21,23)	6. Benedito de Lira (PP) (35,10,23,30)
Paulo Davim (PV) (35,23,25,30)	7. Sérgio Petecão (PSD) (35,23,30)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (59)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (34,9,11,13)
José Agripino (DEM) (34,40,43,44,7,9)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM) (50,52,54,56)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (27,60,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (41,24)
Gim (PTB) (32,39,41,47,48,51,53,58,28,29)	3. VAGO (33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG)
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (82,118,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,87,89)
Gleisi Hoffmann (PT) (54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,78)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) (32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Paulo Paim (PT) (91,93,108)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Ana Rita (PT) (92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. VAGO (13,16,39,50,52,53,63,64,76,119,121)
Ricardo Ferraço (PMDB) (39,50,76,109,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76,103,105)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,76,106,107)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,76,120,121)	8. Kátia Abreu (PMDB) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (117)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,85)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (59,118,38)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (5,45,65,80,81)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,81,83,84)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,79,81)
Magno Malta (PR) (81)	3. Cidinho Santos (PR) (19,21,34,35,66,67,81,112,113)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim(OF. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias(OF. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita(Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias(OF. nº 028/2014-GLDBAG).
117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).
120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).
121. Em 29.05.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador José Sarney, na Comissão (Of. 116/2014-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (68,90,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) (30,82)
João Capiberibe (PSB) (80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
José Sarney (PMDB) (41,60,88)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (41,44,60,87,88)
Eunício Oliveira (PMDB) (17,41,60,74,84)	5. Pedro Simon (PMDB) (41,44,75)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) (41,44,60,81)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (89)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (48,90,39)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
Gim (PTB) (66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66,79,86)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (24,58,66,83,85)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (OF. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).
89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (64,87,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (35,36,43,44,8,12)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (76,77,3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) (77,80)	5. Delcídio do Amaral (PT) (60,76,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (55,13)	1. VAGO (37,38,47,48,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) (34,55,16,17)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57,85)	3. João Alberto Souza (PMDB) (55,17,18)
Valdir Raupp (PMDB) (55,4)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (55,61,68,14)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (55,75,9,10,19,21)	6. VAGO (32,6,25,26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (86)	
Alvaro Dias (PSDB) (50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (50,53,5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. Mário Couto (PSDB) (45,74,84,23)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (40,87,33)	
Blairo Maggi (PR) (46,59,65,82,1,22)	1. Gim (PTB) (56,59,65,2)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. Cidinho Santos (PR) (39,59,65,69,70,71,83)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR)
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (17,3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (24,2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (23)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
VAGO (1,3,4,7,15)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Anibal Diniz (PT) (2)	1. Jorge Viana (PT) (2)
VAGO (2,4)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) (2)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Cícero Lucena (PSDB) (2)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2)	1. Blairo Maggi (PR) (2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (66,85,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (59,47,50)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (72,10,37,38)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (59,77,21)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
Roberto Requião (PMDB) (58,67,75)	1. VAGO (58,75,81,6,8,25,32)
VAGO (58,70,2,11,27,28,29,40)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (58,36)
Paulo Davim (PV) (58,31,33,39)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (58,62,74,76,16,30)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (58,18)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (84)	
Jayme Campos (DEM) (61,71,86,3,7,15,34,44)	1. VAGO (57,5,22)
Lúcia Vânia (PSDB) (87,4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (49,85,41)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) (53,65,79,45)
Gim (PTB) (64,65,69,9,42)	2. VAGO (63,65,79,80)
Marcelo Crivella (PRB) (65,73,82,83)	3. VAGO (55,65,48,51)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivela é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 28.05.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 13/2014-GLDEM)
87. Em 29.05.2014, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 50/2014-GLPSDB)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (9,2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (8)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (2)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (3)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (2)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (48,64,7)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,6)	3. Gleisi Hoffmann (PT) (3,60)
Anibal Diniz (PT) (5,8,9,44)	4. Marcelo Crivella (PRB) (17,18,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (40,57)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (63)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (10,30,45,55,56,58,59)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (29,64,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,47)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) (19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (17,3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (14,2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (3,4,11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (13)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
12. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
13. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
14. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (27,6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (26)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (59,8,84)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) (19,20,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO (18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. VAGO (2,3,10,25,54,75)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PMDB) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (83)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Vicentinho Alves (SD) (51,85)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (4,7,51,61,72)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37,68,70,74,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (40,24,84)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Cidinho Santos (PR) (35,45,57,60,78,79)	2. João Vicente Claudino (PTB) (60,66,81)
VAGO (34,60,62,63,69,73)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (OF. nº 18/2014 - GLDBAG)
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aécio Neves e cedida pela Liderança do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-GSVALV).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (4)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO (2)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (3)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:
1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).
2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Altredo Nascimento como suplente (pleo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (15)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (14)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Cícero Lucena (PSDB) (3)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Of. 157/2013-CI).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (49,10,64)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (47,2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (42,14)
Ricardo Ferraço (PMDB) (28,31,42,20,21,22)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (37,42,3)
Ciro Nogueira (PP) (34,42,15)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) (42,57)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (63)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (41,5,12,19)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (41,6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (35,4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (36,29,64)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (50,59)
Eduardo Amorim (PSC) (61,62,30,50,51,52,55,58)	2. VAGO (50)
VAGO (60,50,53,54,56)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (10,1)	
Wellington Dias (PT)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2,3,4,6,7)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (13,3)	
VAGO (9)	1. VAGO (6,7)
VAGO (5)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)	
Ana Amélia (PP)	1. Ivo Cassol (PP) (8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (12)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (10)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR)
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR)
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcante (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (1)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
VAGO (3,6,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (15,85,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (7,10,22,23,57,80)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
VAGO (62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Sérgio Petecão (PSD) (12,13,19,21,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Ivo Cassol (PP) (17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) (31,59,61,62,75)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63,83)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (84)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM) (72,74,77,79)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (45,85,37)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Cidinho Santos (PR) (24,41,42,55,56,81,82)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*******. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo(Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (48,38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Marcelo Crivella (PRB) (1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. VAGO (5,6,13,15,35,43)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (47)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (30,37,46)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (24,48,21)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (3,16,39)	2. VAGO (16,29,39,41,42)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).
47. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (12,1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (3,8)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (11)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (12)	
Cidinho Santos (PR) (4,9,10)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefone(s): 3303-3487 (ou 2024)
E-mail: csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:
1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO (3)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) (2)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) (2)
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 07/05/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves foi eleita Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
5. A Senadora Angela Portela foi reconduzida ao cargo de Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (4)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
Acir Gurgacz (RO) (2)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 26/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 26.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (14)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) (1)
PT
Ana Rita (ES) (2)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (3)
PTB
Gim (DF) (4)
PP
Ana Amélia (RS) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (6)
PSB
João Capiberibe (AP) (7)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (13)
PR
PSD
Sérgio Petecão (AC) (8)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (9)
PV
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (10)
PSC

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (11)
PROS

SD
Vicentinho Alves (TO) (12)

Atualização: 29/05/2014

Notas:

1. A Senadora Ivonete Dantas foi designada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 098/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. A Senadora Ana Rita foi designada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 007/2014-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. O Senador Cícero Lucena foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 32/14-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
4. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. nº 507/2014 ? BLUFOR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
5. A Senadora Ana Amélia foi designada para ocupar a vaga do PP, conforme o Memo. nº 023/2014- GLDPP , lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
6. O Senador Cristovam Buarque foi designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT-014/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
7. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0019/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
12. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
8. O Senador Sérgio Petecão foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 06/2014-GLPSD, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
9. O Senador Inácio Arruda foi designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCdoB nº 003/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
10. O Senador Marcelo Crivella foi designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Memo nº 042/2014-GSMC, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
11. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
13. A Senadora Maria do Carmo Alves foi designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of. nº 012/14-GLDEM, datado de 21.05.2014, lido na sessão do Senado Federal de 22.05.2014.
14. Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Rita foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na reunião iniciada em 27.05.2014 e finalizada em 28.05.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (6)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (2)
PSB
João Capiberibe (AP) (4)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
Cidinho Santos (MT)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
VAGO (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
SD
Vicentinho Alves (TO)
PROS

Atualização: 09/04/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Cidinho Santos (MT) (5)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260

E-mail:scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) (10)
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Lúcia Vânia (GO) (8)
PTB
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
João Durval (BA) (7)
PSB
Lídice da Mata (BA) (12)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
PRB
VAGO (2,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (14)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (14)

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) (8)
PT
Paulo Paim (RS) (9)
PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (SP) (15)
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) (1)
PSB
Lídice da Mata (BA) (2)
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) (12)
PSD
Sérgio Petecão (AC) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (4)
PV
Paulo Davim (RN) (11)
PRB
VAGO (5,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (6)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (7)
SD

Vicentinho Alves (TO) (10)

Atualização: 08/05/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of.nº028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of.GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.
15. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 41/2014-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 08.05.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) [5]
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) [5]
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) [5]
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) [5]

Relator do PLDO / 2015: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)[7]
Relator do PLOA / 2015: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Relator da Receita: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD / PV)**	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) [4]
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PCdoB / PSOL)**	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC / PRB)**	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) [6]	2.
SD [1]	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Geraldo Simões (PT/BA) [17]
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) [9]
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) [6]
Gastão Vieira (PMDB/MA) [6]	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) [11]
Sandro Mabel (PMDB/GO) [6]	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) [11]	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) [12]
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) [16]
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) [5]	3. Moreira Mendes (PSD/RO) [5]
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) [10]	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) [13]
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SD	
Henrique Oliveira (SD/AM) [8]	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) [8]
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Paulo Wagner (PV/RN) [14]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) [7]	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) [7]
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.Filipe Pereira (PSC/RJ) [15]

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL [1]	
Ivan Valente (PSOL/SP) [4]	Chico Alencar (PSOL/RJ) [4]

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.
4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.
9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
17- Designado o Deputado Geraldo Simões, como membro suplente, em substituição ao Deputado Márcio Macedo, em 13-5-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Relator do PLOA / 2014: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Relator da Receita: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)
II – Saúde	Senador Jorge Viana (PT/AC)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)
VII – Justiça e Defesa	Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP/BA)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Izalci (PSDB/DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Vanessa Grazziotin (PDdoB/AM)
PMDB	João Alberto Souza (PMDB/MA)
SD	Vicentinho Alves (SD/TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Urzenir Rocha (PSD/RR)
PSC	Silvio Costa (PSC/PE)
PSDB	Nilton Leitão (PSDB/MT)
PSOL	Ivan Valente (PSOL/SP)
PSDB	Izalci (PSDB/DF)
PROS	Givaldo Carimbão (PROS/AL)
PMDB	João Magalhães (PMDB/MG)
DEM	Felipe Maia (DEN/RN)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
PTB	Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PSDB	Cyro Miranda (PSDB/GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Pedro Uczai (PT/SC)
PMDB	Sandro Mabel (PMDB/GO)
PSB	Alexandre Roso (PSB/RS)
PSD	Roberto Dorner (PSD/MT)
PP	Betinho Rosado (PP/RN)
PRB	Cleber Verde (PRB/MA)
PPS	João Magalhães (PMDB/MG)
PDT	Marcos Rogério (PDT/RO)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Gleisi Hoffmann (PT/PR)
PP	Ana Amélia (PP/RS)
PMDB	Valdir Raupp (PMDB/RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Alexandre Santos (PMDB/RJ)
PR	Luciano Castro (PR/RR)
PSD	Moreira Mendes (PSD/RO)
PP	Lázaro Botelho (PP/TO)
PCdoB	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PT	Assis Carvalho (PT/PI)
PT	Luiz Alberto (PT/BA)
SD	Benjamin Maranhão (SD/PB)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Gastão Vieira (PMDB/MA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	João Capiberibe (PSB/AP)
PSDB	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PR	Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Gastão Vieira (PMDB/MA)
PR	João Maia (PR/RN)
PSD	Eliene Lima (PSD/MT)
PTB	Arnon Bezerra (PTB/CE)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PP	Sandes Júnior (PP/GO)
PT	Ronaldo Zulke (PT/RS)
PSDB	Cesar Colnago (PSDB/ES)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) [15, 20, 27, 39 e 40]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) [15, 20, 27, 39 e 40]
Relator: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) [16, 20, 27, 39 e 40]

Instalação: 9-4-2014 [15, 20, 27 e 40]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23, 26 e 37]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
Inácio Arruda (PCdoB/CE) [22 e 36]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Valdir Raupp (PMDB/RO) [3, 14, 29, 33 e 35]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3, 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. Jayme Campos [2, 24 e 34]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. [6, 10, 28, 30, 31 e 32]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
Cidinho Santos (PR/MT) [38]	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
32- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
39- Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
40- Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)

.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Colbet Martins (PMDB/BA) [2 e 22]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) [14 e 25]
Thiago Peixoto (PSD/GO) [14 e 25]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 20]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 20]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 21]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 21]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) [2, 18 e 24]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) [2, 17 e 23]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13, 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1. [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
23- Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
25- Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT)[3, 6, 7, 8 e 9]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL [2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

_____

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Oswaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [4, 10]
Vice-Presidente: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) [4, 10]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) [6]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) [1]
LÍDER DA MAIORIA VICENTINHO (PT-SP)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) [2]
LÍDER DA MINORIA DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** WILDER MORAIS (DEM-GO) [3 e 7]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA NELSON PELLEGRINO (PT/BA) [12]	**SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) [5]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) [9]	**SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA**
DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) [11]	**SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) [8]

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Morais como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

11- Em 7-4-2014, o Deputado Hogo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.

12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD/PV)**	
Kátia Abreu (PMDB/TO) [5]	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) [5]
Ana Amélia (PP/RS) [5]	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) [5]
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [5]	3.
Paulo Davim (PV/RN) [5]	4.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PCdoB/PSOL)**	
Ana Rita (PT/ES) [4]	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) [4]
Angela Portela (PT/RR) [4]	2. João Capiberibe (PSB/AP) [4]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [4]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [4]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
	1. Lúcia Vânia [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC/PRB)**	
Eduardo Amorim (PSC/SE) [6]	1. Gim (PTB/DF) [6]
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [6]	2.
PROS [2]	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD/PV)**	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PCdoB/PSOL)**	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC/PRB)** [2]	
	1.

Notas:
1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia
Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5, 13]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios n[os] 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) [1]	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) [1]
Luiz Pitiman (PSDB/DF)[1]	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) [1]	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) [1]
DEM	
Augusto Coutinho (SD/PE) [1]	1. João Bittar (DEM/MG) [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho (SD/DF) [1]	1.
PTB	
	1.

_____

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 [5]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 30-9-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [6]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 [13]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes[7]
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) [9]
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) [10]
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Esperidião Amin (PP/SC) [12]
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG)[14]
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ)[14]
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA)[14]
João Maia (PR/RN) [5 e 9]	Benedita da Silva (PT/RJ)[14 e 15]

Senado Federal

Titulares	Suplentes [7]
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) [7 e 8]
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) [7]
Walter Pinheiro (PT/BA) [12]	Ruben Figueiró (PSDB/MS) [11]
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) [5 e 7]	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8- Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Partido da Social Democrático– PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

15- Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas ; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados [1 e 2]

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:** 27-5-2014
- **Instalação da Comissão:** 28-5-2014
- **Prazo final da Comissão:** 7-12-2014

Presidente: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Vice-Presidente: Senador Gim (PTB/DF)
Relator: Deputado Marco Maia (PT/RS)

Senado Federal[1]

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
João Alberto Souza (PMDB/MA)	1.
Valdir Raupp (PMDB/RO)	2.
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	3.
Sérgio Petecão (PSD/AC)	4.
Ciro Nogueira (PP/PI)	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)[1]	
José Pimentel (PT/CE)	1. Jorge Viana (PT/AC)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Humberto Costa (PT/PE)	3. Ana Rita (PT/ES)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	4.Paulo Paim (PT/RS)
Aníbal Diniz (PT/AC)	5.Wellington Dias (PT/PI)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Alvaro Dias (PSDB/PR)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Mário Couto (PSDB/PA)	2. Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Jayme Campos (DEM/MT)	3. José Agripino (DEM/RN)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE)
Gim (PTB/DF)	2. Cidinho Santos (PR/MT)
PROS[2]	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

Notas:
1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados[1]

Titulares	Suplentes
PT	
Marco Maia (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Sibá Machado (PT/AC)	2. Iriny Lopes (PT/ES)
PMDB	
Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	1. João Magalhães (PMDB/MG)
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)	2. Sandro Mabel (PMDB/GO)
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI)	1. Jaime Martins (PSD/MG)
José Carlos Araújo (PSD/BA)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF)
PP	
Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	1. José Otávio Germano (PP/RS)
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ)	1. Onyx Lorenzoni (DEM/RS)
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)	1. Aelton Freitas (PR/MG)
PSB	
Júlio Delgado (PSB/MG)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
SD	
Fernando Francischini (SD/PR)	1. Simplício Araújo (SD/MA)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Rubens Bueno (PPS/SP)	1. Eurico Júnior (PV/RJ)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PROS	
Marcio Junqueira (PROS/RR)	1. Hugo Leal (PROS/RJ)
PDT[2]	
Enio Bacci (PDT/RS)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)

Notas:
1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 3, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrôs e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municiais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados [1 e 2]

- Leitura: 15-4-2014
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

_____

Notas:
1- Duas vagas acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2014-CN)

Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [1 e 2]

- Leitura: 7-5-2014
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

_____

Notas:
1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE (vago)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA Vicentinho (PT/SP)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Domingos Sávio (PSDB-MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Wilder Morais (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Vicente Candido (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes) [1]
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	**WALTER VIEIRA CENEVIVA**	**DANIEL PIMENTEL SLAVIERO**
Representante das empresas de televisão (inciso II)	**GILBERTO CARLOS LEIFERT**	**MÁRCIO NOVAES**
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	**ALEXANDRE KRUEL JOBIM**	**LOURIVAL SANTOS**
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	**ROBERTO FRANCO**	**LILIANA NAKONECHNYJ**
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	**CELSO AUGUSTO SCHRÖDER**	**MARIA JOSÉ BRAGA**
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	**JOSÉ CATARINO NASCIMENTO**	**VAGO** [3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	**JORGE COUTINHO**	**MÁRIO MARCELO**
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	**LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA**	**PEDRO PABLO LAZZARINI**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**MIGUEL ANGELO CANÇADO**	**WRANA PANIZZI**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**	**PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**RONALDO LEMOS**	**VAGO** [4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**JOÃO MONTEIRO FILHO**	**VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**FERNANDO CESAR MESQUITA**	**LEONARDO PETRELLI**

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ [13]
IARA BERNARDI [14]	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO[3,10]
Vago[12]	
Vago[4]	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO[6]	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	Vago [15]
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PtdoB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM [8]
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ [5]
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES [5]	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS [7]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI [11]	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE [9]	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 11.4.2014)

Notas:

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2-- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.

5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.

8-- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09. 2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.

11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

13- A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.

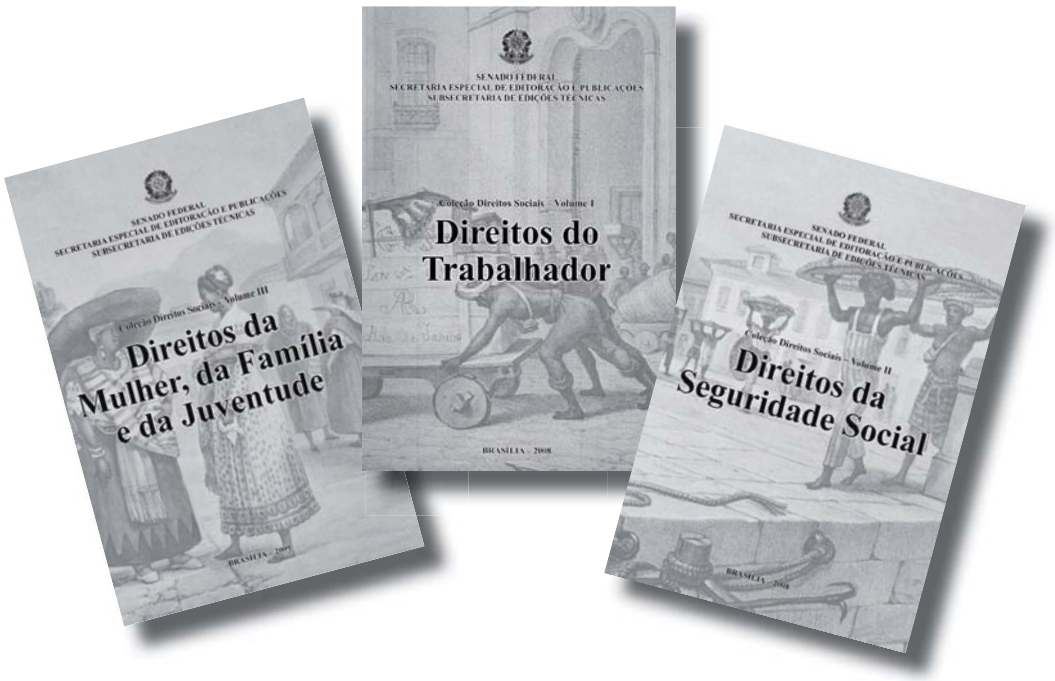
14- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

15 – O Deputado Antonio Roberto deixou de ocupar a vaga do PV, devido a sua aposentadoria, publicada no D.O.U em 08.05.2014, conforme Of. nº 802/2014/SGM/P, datado de 28.05.2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 496 páginas

(O.S. 12689/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL